

# Sumário

## EDITORIAL

<b>Ciência aberta em ponta: o que sabemos sobre isso? .....</b>	<b>517</b>
Kátia Maheirie	

## ARTIGOS ORIGINAIS

<b>Pobreza, subalternidade e rupturas: problematizações acerca dos sujeitos na política de assistência social .....</b>	<b>520</b>
Mariana de Almeida Pinto   Fernando Santana de Paiva	

<b>Mulheres em situação de pobreza nos contextos do Programa Bolsa Família e da vida nas ruas .....</b>	<b>538</b>
Renata Cristina Façanha de Meneses   Andrea Ferreira Lima Esmeraldo   Natacha Farias Xavier   Verônica Morais Ximenes	

<b>Programa Bolsa Família e a dinâmica de famílias quilombolas .....</b>	<b>554</b>
Magda Dimenstein   Victor Hugo Belarmino   João Paulo Macedo   Jäder Ferreira Leite   Candida Dantas   Magda Dimenstein	

<b>“Crime sem vítimas?” Um estudo sobre corrupção, vitimização e crenças no mundo justo.....</b>	<b>573</b>
Ana Carolina Romanow Gabriel   João Gabriel Modesto	

<b>Movimentos migratórios no Brasil: desafios para as políticas públicas de saúde e assistência social .....</b>	<b>587</b>
Betina Hillesheim   Camilo Darsie   Gisele Dhein   Douglas Luís Weber   Caroline da Rosa Couto   Letícia Aline Back   Guilherme Vendruscollo Werlang   Giulia Netto Löbler	

<b>Povos indígenas e luta por garantia de direitos no Piauí, Brasil .....</b>	<b>602</b>
Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva   João Paulo Macedo	

<b>Participação de crianças e adolescentes no conselho de direitos: construindo caminhos possíveis .....</b>	<b>622</b>
Beatriz Corsino Pérez   Juliana Thimóteo Nazareno Mendes   Suzana Santos Libardi   Beatriz Corsino Pérez   Giovania Mitie Maesima   Marcela de Andrade Gomes   Taimara Foresti   Andréa Barbará da Silva Bousfield	

<b>Medidas socioeducativas em meio aberto: apontamentos oriundos de uma revisão narrativa .....</b>	<b>637</b>
Giovania Mitie Maesima   Marcela de Andrade Gomes	

<b>A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social .....</b>	<b>654</b>
Taimara Foresti   Andréa Barbará da Silva Bousfield	
<b>O conceito de “<i>lugar de fala</i>”: das possibilidades de delimitação aos riscos de esvaziamento conceitual.....</b>	<b>668</b>
Denisse Brust López   Carlos Eduardo Lopes	
<b>Operadores linguísticos das relações de poder no cuidado às pessoas com deficiência .....</b>	<b>688</b>
Juliana Sampaio   Luciano Gomes   Daniella de Souza Barbosa   Daniele Alves Peixoto   Tarcísio Almeida Menezes   Hariel Hegel Lins Zózimo   Maria Fernanda Lyra   Mônica Rocha   Emerson Elias Merhy	
<b>A feminização do homem hétero em <i>eXistenZ</i>, de David Cronenberg.....</b>	<b>700</b>
Fernando Mascarello   Amadeu de Oliveira Weinmann	
<b>Psicologia cisgênera: notas sobre uma patologização cordial.....</b>	<b>719</b>
Sofia Favero   Marine Marini	
<b>Capital-trabalho-educação: criatividade, habilidades socioemocionais e (con)formação do sujeito empreendedor de si mesmo.....</b>	<b>735</b>
Daniele Nunes Henrique Silva   Lavinia Magiolino	
<b>Identidade(s) em movimento: ações coletivas e multiplicidade nas trajetórias juvenis .....</b>	<b>750</b>
Tania Regina Raitz   Franciele Corti   Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino   Carlos Roberto Castro-Silva   Milena Dias Correa   Claudia Camilo	
<b>ENTREVISTAS</b>	
<b>Cuidado e questões de gênero: invisibilidade, paternalismo, autossacrifício e a crise de cuidados. Entrevista com Ilze Zirbel.....</b>	<b>763</b>
Carlos Roberto Castro-Silva   Milena Dias Correa   Claudia Camilo	
<b>RESENHAS</b>	
<b>A dimensão política do pesquisar no cotidiano .....</b>	<b>778</b>
Esmael Alves de Oliveira	
<b>OUTROS</b>	
<b>Mensagem da diretoria da ABPP (Gestão 2021-2022).....</b>	<b>784</b>

## **Ciência aberta em ponta: o que sabemos sobre isso?**

*Cutting edge open science:  
what do we know about it?*

*Ciencia abierta de vanguardia:  
¿qué sabemos al respecto?*

**Kátia Maheirie**

*Editora Geral da Revista Psicologia Política*

Temos diferentes formas de divulgar o que produzimos: publicamos livros, capítulos de livros, artigos científicos, apresentamos trabalhos em congressos, objetivando socializar o conhecimento que produzimos e estabelecer diálogos com nossos pares. Ademais, publicamos artigos em jornais, concedemos entrevistas, produzimos vídeos, cartilhas, manuais, etc., enfim podemos traduzir o conhecimento produzido para a população em geral. Podemos transformar o saber produzido em inserção social.

Mas, será que o fazemos de maneira satisfatória ou suficiente? Estamos afinados com diferentes formas de linguagem? O processo de produção do conhecimento é transparente o suficiente? Em outras palavras, produzimos uma ciência cidadã?

A ciência cidadã é a ciência voltada ao público leigo. Essa expressão está ligada ao que chamamos de ciência aberta. Ciência Aberta é um movimento e, como tal, é ligado a outros movimentos sociais, à associações científicas, às políticas públicas e a sociedade como um todo. Significa, em síntese, a socialização do conhecimento produzido. É considerado um “termo guarda-chuva” que se aplica ao acesso aberto às publicações científicas, tal como vemos nas bases Pepsic, SciELO, Redalyc, etc, mas também, a todas as práticas “que tem como tônica comum a abertura ampla de todo ciclo de comunicação da ciência” (Borges; Sanz Casado, 2021, em Príncipe, 2022, p. 11). Ela inclui, segundo Lilian Nassi-Calò, acesso aberto, práticas de publicação aberta, dados de pesquisa abertos, cadernos abertos de anotações, avaliação aberta da ciência e ciência cidadã. A ideia é tornar a pesquisa científica, desde o início de sua produção até sua divulgação, acessíveis e aberta a todos os setores da sociedade.

No Brasil, em 1998, a SciELO/FAPESP foram pioneiras mundial do acesso aberto a literatura científica, 4 anos antes da Declaração de Budapeste, em 2002, considerada formalmente como marco inicial do movimento mundial. Hoje temos várias bases indexadoras, assim como os portais de periódicos científicos nas universidades públicas, o que nos faz lembrar que a ciência aberta

Editorial

não se faz sem investimento na educação, na ciência e na tecnologia, dependendo de maneira estrutural do financiamento público para sua concretização.

Outra informação relevante é que a América Latina hoje representa 65% das publicações mundiais em acesso aberto (DOAJ), segundo a publicação interessantíssima de Eloísa Príncipe (PPGCI/UFRJ) e Sigmar de Mello Rode (ABEC), em uma obra organizada por eles, intitulada “Comunicação científica aberta”, publicada em 2022.

De acordo com esta publicação, os desafios da universalização do acesso aberto envolve todo sistema científico e a validação dos artigos dele decorrentes, ou seja, envolve: a **produção do conhecimento** (a pesquisa, os dados e procedimentos de produção das informações); a **maneira de comunicar** este conhecimento produzido (a produção do manuscrito); a **avaliação do manuscrito**; a **publicação do artigo**; o **debate acerca do conhecimento produzido**.

Nesse cenário e com tantos desafios, faz-se imprescindível um apoio e um investimento intenso nas políticas científicas em toda sua extensão. É necessário um compromisso com a democracia, para a produção de uma ciência acessível a todas as pessoas e investir de forma intensa nas soluções que a ciência aberta propõe para minimizar tais entraves. Uma delas é o investimento nas bases indexadoras que promovem o acesso aberto. Ex: Pepsic, SciELO, Redalyc, etc.

Todas as outras práticas são dependentes deste investimento público na ciência aberta, a qual deve estar em consonância com os movimentos sociais e culturais em uma sociedade democrática. A ciência aberta está definitivamente em consonância com uma sociedade democrática e não tenho dúvidas que temos que lutar por ela, junto aos órgãos competentes e movimentos sociais.

Mas, como nós estamos nos preparando para ela? Nós estamos preparados para a ciência aberta, para além do acesso aberto aos artigos? Ou seja, estamos preparados para ela em toda a sua plenitude?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Nassi-Calò, Lilian (2022). Avaliação por pares aberta. Em: Príncipe, Eloísa; Rode, Sigmar de Melo (orgs) Rio de Janeiro: IBICT, 2022. (Coleção PPGCI 50 anos).

Príncipe, Eloisa (2022). Comunicação científica aberta e rápida: os preprinta em movimento. Em: Príncipe, Eloísa; Rode, Sigmar de Melo (orgs) Rio de Janeiro: IBICT, 2022. (Coleção PPGCI 50 anos).

Príncipe, Eloísa; Rode, Sigmar de Melo (orgs) Rio de Janeiro: IBICT, 2022. (Coleção PPGCI 50 anos).

## Pobreza, subalternidade e rupturas: problematizações acerca dos sujeitos na política de assistência social

*Pobreza, subalternidad y rupturas:  
problematizaciones acerca de los sujetos en la política de asistencia social*

*Poverty, subalternity and ruptures:  
problems regarding subjects in social assistance policy*

**Mariana de Almeida Pinto**  
**Fernando Santana de Paiva**

**Mariana de Almeida Pinto**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre e graduada em Psicologia pela mesma instituição.

<https://orcid.org/0000-0002-2011-705X>

E-mail: [dap.mariana@gmail.com](mailto:dap.mariana@gmail.com)

**Fernando Santana de Paiva**

Professor (Graduação e Pós-Graduação) do Departamento de Psicologia da UFJF. Doutor em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

<https://orcid.org/0000-0002-6030-9777>

E-mail: [fernandosantana.paiva@yahoo.com.br](mailto:fernandosantana.paiva@yahoo.com.br)

### Resumo

O presente trabalho visa analisar como os sujeitos destinatários da política de assistência social compreendem e se relacionam com as ações e programas sociais desenvolvidos. Recorremos, portanto, ao uso da entrevista semiestruturada, que contou com dez participantes, bem como do diário de campo proveniente do período de acompanhamento das atividades desenvolvidas em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O material construído e analisado abarca as seguintes categorias: (a) Assistência social: direito ou bem-estar? (b) Assistência social e (vs) trabalho: da (re) negação à busca por direitos; (c) Dilemas postos na condição de “assistido”: tutela, subalternidade e rupturas. Os resultados sugerem, assim, que a perspectiva histórica da subalternidade presente no campo da assistência social, a qual vem sendo reforçada pela agenda neoliberal, impõe desafios para o avanço nas condições materiais e subjetivas de vida dos sujeitos “assistidos”, podendo, por vezes, favorecer processos psicossociais de resignação e comprometer mecanismos de participação e controle social.

**Palavras-chave:** Assistência Social; Usuários; Assistidos; Pobreza; Subalternidade.

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo las personas atendidas por la política de asistencia social entienden y se relacionan con las acciones y programas sociales desarrollados. Por lo tanto, utilizamos la entrevista semiestructurada, que incluyó a diez participantes, así como el diario de campo del período de seguimiento de las actividades desarrolladas en un Centro de Referencia en Asistencia Social (CRAS). El material construido y analizado in-

cluye las siguientes categorías: (a) *Asistencia social: ¿derecho o ayuda?* (b) *Asistencia social y (vs) trabajo: de la (re)negación a la búsqueda de derechos;* (c) *Dilemas planteados en la condición de “asistidos”: tutela, subalternidad y rupturas.* Los resultados sugieren, por lo tanto, que la perspectiva histórica de subalternidad presente en el campo de la asistencia social, que ha sido reforzada por la perspectiva neoliberal, impone desafíos para el avance en las condiciones materiales y subjetivas de vida de las personas “asistidas”, pudiendo contribuir, algunas veces, con los procesos psicosociales de resignación y comprometer los mecanismos de participación y control social.

**Palabras clave:** *Asistencia social; Usuarios; Asistidos; Pobreza; Subalternidad.*

### **Abstract**

*The present work aims to analyze how the “users” of the social assistance policy understand and relate to the social actions and programs. We resorted, therefore, to the use of semi-structured interviews, which included ten participants, as well as a field diary from the period of monitoring the activities developed in a Reference Center for Social Assistance (CRAS). The material built and analyzed covers the following categories: (a) Social assistance: right or benefit? (b) Social assistance and (vs) work: from (re)denial to the search for rights; (c) Dilemmas placed in the condition of “assisted”: guardianship, subalternity and ruptures. The results suggest, therefore, that the historical perspective of subalternity present in the field of social assistance, which has been reinforced by the neoliberal agenda, poses challenges for the advancement of the material and subjective conditions of life of the “assisted” subjects, and may, sometimes favor psychosocial processes of resignation and compromise mechanisms of participation and social control.*

**Keywords:** *Social Assistance; Users; Assisted; Poverty; Subalternity.*

## INTRODUÇÃO

O campo das políticas públicas e sociais se apresenta como um terreno bastante escorregadio, no qual devemos caminhar com máxima cautela e necessária atenção às suas particularidades e contradições históricas - ainda que sua complexidade seja favorável aos prováveis deslizos que cometeremos. Sem adentrar em suas diferentes etapas e modelos de desenvolvimento, que se atrelam à dinâmica da luta de classes, compreendemos que as políticas sociais, ainda que representem uma - pequena, mas importante - fissura no interior da atual (des)ordem social, exprimem a inerente fragmentação e insuficiência a partir do qual o Estado moderno vem incorporando as ações de combate à pobreza e às distintas expressões da desigualdade social estruturante do modo de produção capitalista (Netto & Braz, 2008; Siqueira, 2014).

Nesse cenário, a conformação da assistência social como uma política de Estado carrega toda uma trajetória de tentativas de rupturas e de manutenção de ideários e práticas históricas atravessadas pela benemerência e subalternização dos trabalhadores pauperizados alvos das ações socioassistenciais (Sgarbossa, 2015; Yazbek, 2006, 2012). Tais dilemas ganham relevância no contexto de desenvolvimento das políticas sociais brasileiras - aqui em especial, da política de assistência social -, que emergem na terceira década do século XX, se expandindo no contexto das décadas de 60 e 70, para, finalmente, perpassar por sua reestruturação no final da década de 80. Fruto de intensas lutas sociais, a tentativa de implementar um modelo europeu de Estado de Bem-Estar Social, no Brasil, a partir da promulgação da Constituição de 88 e seus ideários progressistas de universalização e controle social, chegou tardiamente e enfrentou inúmeros obstáculos diante do avanço mundial do neoliberalismo posto com a nova etapa de acumulação capitalista aberta na década de 1970 (Netto & Braz, 2008; Teixeira, 2007).

O avanço das políticas e reformas neoliberais no Estado brasileiro, ocorrido a partir da década de 1990, favoreceu, dessa forma, a continuidade das políticas sociais, sobretudo, no campo da assistência social, caracterizadas pela focalização, seletividade e assistencialização da pobreza. Nesse contexto, as políticas de incentivo - precário - ao consumo, a partir da transferência de renda, ganham ainda mais destaque nas ações de proteção social, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 e que concentra a maior parte de recursos destinados à assistência social, e, sobretudo, com a criação do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>1</sup>, em 2003, pelo, então, Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (Mota, 2010; Stein, 2009).

A despeito da importância dos impactos imediatos de uma renda mínima social diante do quadro preocupante de desigualdades que enfrentamos, compreendemos que a centralidade destas ações reflete a tentativa de “inclusão” forçada (Fontes, 1996) das classes subalternas à ótica da cidadania, na medida em que se desenvolvem de maneira descontínua e paliativa, em articulação com a agenda de precarização das políticas de ampliação do trabalho e emprego estáveis, corroborando com o ciclo de produção e reprodução social do sistema capitalista. Essa lógica se articula e se fortalece na focalização da política ao delimitar a pobreza pela estratificação da renda e, dessa forma, se distancia da perspectiva da universalização, voltando sua atenção seletiva para as camadas mais pobres dentre os mais pauperizados, sendo estes considerados, historicamente, carentes, necessitados e incapazes (Euzébios, 2016; Mota, 2010; Sposati, Bonetti, Yazbek, & Falcão, 1998; Yazbek, 2012).

Com a obstrução das - limitadas - possibilidades colocadas pelo movimento constituinte brasileiro, o modelo que tem predominado na política de assistência social, mesmo diante de seus parcos avanços, aponta inúmeros desafios para o trabalho profissional e, sobretudo, para os sujeitos destinatários dos programas e ações socioassistenciais desenvolvidos, ainda que tomemos como base o alcance de seus próprios fundamentos, como os de participação e controle social. Notamos que a perversidade do assis-

---

1 No contexto da pesquisa, realizada em 2019, o PBF estava em vigência. Desde então, acompanhamos uma intensificação do desmonte e instrumentalização de programas sociais por parte da gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro, o que culminou mais recentemente, no ano de 2021, em um cenário marcado pela pandemia da Covid-19, na substituição do “Bolsa Família” pelo ainda mais precário programa intitulado “Auxílio Brasil”.



tencialismo e da focalização, somada aos limites inerentes de uma política social moderna, vem atuando na manutenção da lógica da tutela e da subalternidade, que, por sua vez, impõe barreiras para processos de conscientização e organização popular (Euzébios, 2016; Paiva & Duriguetto, 2021; Yazbek, 2012).

A realidade de pobreza e as precárias condições objetivas e subjetivas de vida que a demarcam representam, por si só, um enorme obstáculo para processos de fortalecimento dos sujeitos - resgatando, aqui, o conceito usado por Maritza Montero (2004) - e a assistência social, por sua vez, tem apresentado seus limites para atuar frente a essa realidade e obter mudanças substanciais para além do seu imediatismo. Nesse sentido, diferentes estudos, tais como os que resgatamos a seguir, vêm problematizando o lugar que os sujeitos destinatários da assistência social ocupam na política e os possíveis e contraditórios efeitos psicossociais que essa dilemática relação tem provocado.

A própria (in)definição de quem são os ditos “usuários” da política sugere questões pertinentes. Cristiane Freitas e Pedrinho Guareschi (2014), partindo de uma sintética análise de documentos como o da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2014, a LOAS (1993) e as Normas Operacionais Básicas do SUAS (NOB/SUAS), publicada em 2010, revelam que a problemática noção de “necessitado” compõe as diretrizes da política ao caracterizar seu público-alvo, somado ao uso de diferentes conceitos controversos que fomentam a perspectiva da focalização da política. Leda Silva (2015) e Berenice Couto (2015) concordam que a imprecisão conceitual dos ditos “usuários” ou “assistidos” da política, bem como a dispersão e simplificação do modo de vida da classe trabalhadora pauperizada em termos como “vulnerabilidade”, “risco pessoal e social” e “inclusão/exclusão”, acabam por distanciar-se de uma compreensão mais totalizante da desigualdade social, visando, em certa medida, a responsabilização e despolitização dos sujeitos e comunidades diante do quadro social que enfrentam.

As relevantes premissas postas na Constituição de 88 voltadas ao fortalecimento e protagonismo comunitário como forma de conceber o combate à pobreza, dessa forma, são atropeladas pela agenda neoliberal que reforça a adoção de fundamentos e ações segmentados e baseados em concepções moralizantes da população pobre. O neoliberalismo desvirtua o caráter de direitos da assistência social, sucateando ainda mais a política, o que reforça a condição histórica de dominação e submissão imposta “àqueles que dela necessitam” (Freitas & Guareschi, 2014).

Nessa esteira, estudos como os de Maria Yazbek (2006) e Marta Silva (2014) demonstram ainda que, na contramão de processos de autonomia e protagonismo, a relação estabelecida entre os sujeitos destinatários da política de assistência social com os serviços prestados pode se basear numa lógica de estreita dependência a fim de atender suas necessidades materiais mais básicas e imediatas. Antônio Euzébios (2016) discute que essa dependência pode ocorrer tanto em relação ao aspecto financeiro quanto ao político, vinculado a fins eleitoreiros e práticas paternalistas, representando uma das armadilhas ideológicas do assistencialismo predominante no campo da proteção social brasileira.

A (des)configuração da assistência social enquanto um direito conquistado e seu caráter emergencial e compensatório tendem a gerar, nesse sentido, por parte dos sujeitos atendidos pelos programas, uma forte vinculação entre assistência e ajuda, um favor do Estado ou de um governo, reforçando, assim, sua histórica marca de filantropia e benemerência (Euzébios, 2016; Freitas & Guareschi, 2014; Sposati et al., 1998; Yazbek, 2006). Há, portanto, a predominância de ações que individualizam e despolitizam a questão social brasileira. Junto a isso, a focalização da política - que expressa a chamada cultura da pobreza ao fragmentar os problemas sociais - e a decorrente internalização das condições de necessitados e dominados contribuem para que os sujeitos sejam permeados por sentimentos ambíguos em relação à aceitação/rejeição da condição de assistido, de necessitado e de carência, ou seja, da condição subalterna (Yazbek, 2006).

Os estereótipos que marcam os sujeitos pobres e destinatários da assistência social, condicionando-os à situação de humilhados e submissos, como vimos, tem sido reforçados pela política desde o processo de seleção discriminatória baseada no estabelecimento de um “ranking” de carência pela estratificação da renda, até as condicionalidades postas para a inserção e permanência nos programas sociais, cujas medidas fiscalizatórias adotadas tem, por vezes, corroborado com a individualização da questão social e

a responsabilização dos sujeitos (Sposati et al., 1998; Yazbek, 2006, 2012). Freitas e Guareschi (2014) complementam essa análise ao afirmarem que diferentes características prevaletentes na política, como a focalização, podem provocar tensões na relação estabelecida entre os sujeitos atendidos, como a competitividade e a disputa entre os que realmente necessitam e devem ser incluídos nos programas sociais, de modo a “desviar o foco do que precisa ser mudado e enfraquecer laços comunitários de solidariedade, colocando o pobre contra o pobre, não contra a pobreza”, conforme afirma, ainda, Euzébios (2016, p. 263).

Ainda assim, sabemos que a predominância da subalternização na política não implica numa absoluta resignação e passividade, nem por parte dos profissionais, nem por parte dos sujeitos “assistidos”. No que tange a estes últimos, tanto o estudo já citado de Yazbek (2006), quanto o de Freitas e Guareschi (2014) destacam determinadas posturas críticas e exigentes frente ao Estado por parte de seus pesquisados, reconhecendo seus deveres e direitos nas ações socioassistenciais, ainda que com limitações. Tal questão traz à tona as contradições da consciência dos sujeitos e da própria política, que, segundo Freitas e Guareschi (2014), revelam tensões entre as suas dimensões ideológica e crítica, na medida em que atravessam movimentos que vão, conforme afirma Silva (2014, p. 165), “do consenso à rebeldia, do conformismo à resistência, e alguns permanecem legitimando a subalternidade que lhes foi atribuída”.

No entanto, percebemos que a predominância do assistencialismo e da focalização nos programas socioassistenciais, que impõem barreiras para uma atuação profissional voltada para a quebra desse ciclo, atuam enquanto um empecilho para o fortalecimento de uma consciência mais crítica e contestadora da realidade, sendo, muitas vezes, favoráveis a processos psicossociais dominantes como o fatalismo, conceito este aprofundado por Ignácio Martín-Baró (2017). Com o desenvolvimento precário das políticas sociais brasileiras e a perpetuação da focalização no âmbito da assistência social pela agenda neoliberal, os setores mais empobrecidos e pauperizados da sociedade foram incorporados de maneira formal à ótica da cidadania - esta que, inserida no âmbito da emancipação política, apresenta limites estruturais para a consolidação da igualdade plena (Lacerda, 2015) -, na medida em que convivem com a negação e/ou o acesso sucateado a determinados direitos básicos, comprometendo a ruptura da construção histórica e estigmatizada dos pobres enquanto marginais, acomodados e indolentes; enquanto “não cidadãos” e não dignos de direitos.

A condição de “assistido” imposta, ao fazer ressoar a cultura predominante que desvaloriza o pobre, culpabilizando-o, pode, assim, fortalecer um processo de adaptação e resignação dos sujeitos às condições de vida com as quais se deparam, fortalecendo, ainda, sentimentos de humilhação, vergonha e apatia (Bravo & Correia, 2012; Souza & Gonçalves, 2017; Yazbek, 2006, 2012). Nem mesmo a efetivação da diretriz de controle social da própria política, que prevê a participação e o protagonismo da população na formulação e controle das ações desenvolvidas, está garantida (Faquin & Paulilo, 2009). A oportunidade de um maior engajamento crítico da população se esbarra na lógica da tutela e no não reconhecimento da garantia de direitos universais, o que dificulta a compreensão dos propósitos da assistência social como uma política pública e pode gerar a postura de subserviência e passividade, seja diante da entrega de cesta básica, a partir do Programa de Segurança Alimentar (PSA), do acesso ao “Bolsa Família”, do auxílio com documentações, entre outros serviços ofertados (Souza & Gonçalves, 2017).

Conforme aponta Yazbek (2006, p. 135), nessa direção, analisar o lugar de “assistido” na sociedade “não se trata de conhecer sujeitos isolados em sua forma de pensar sua inserção em programas assistenciais, mas de abordar o caráter relacional e histórico dessa condição”. Partindo de tais reflexões e aportes teóricos, objetivamos analisar como os sujeitos destinatários da política de assistência social compreendem e se relacionam com as ações e programas sociais desenvolvidos.

## PERCURSO METODOLÓGICO

O materialismo histórico-dialético nos guia enquanto método de análise (e intervenção) da realidade, atravessando nosso modo de compreender e fazer ciência, bem como nossa postura frente aos sujeitos-objetos (não objetificados/coisificados) de nosso estudo (Löwy, 2010). Compreender a realidade na qual nos mergulhamos a partir de sua totalidade e dinamicidade, conforme afirma Martín-Baró (1991, p. 38, tradução nossa), é imprescindível para a fundamentação teórico-metodológica em uma psicologia que se pretenda crítica, a qual não só deve considerar o dado como “um momento dialético e, por tanto, como uma afirmação histórica” como, também, se faz necessário apostar numa relação dialógica e participante entre pesquisador e pesquisado. Dessa maneira, resguardadas as significativas diferenças e a complexidade dessa relação, as quais não aprofundaremos aqui, apostamos no diálogo cuidadoso entre a epistemologia marxista e as contribuições que vem sendo forjadas no campo das abordagens qualitativas por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas de atuação.

Assim, para a construção dos dados de nossa pesquisa, recorreremos a duas técnicas presentes na epistemologia qualitativa. Utilizamos a entrevista semiestruturada como forma de adentrar, com profundidade, a partir da fala, nos sentidos e significados construídos pelos participantes sobre suas realidades, bem como nos baseamos em determinados pressupostos da observação participante como forma de olhar e nos colocar no campo - entendendo, este, como “um dado a mais para a investigação” (Fernandes & Moreira, 2013, p. 516) -, sendo guiados pelos objetivos e aportes teóricos da pesquisa, mas também instigados pelo movimento do real.

No que tange à especificidade do nosso campo, a pesquisa foi realizada, no ano de 2019, em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em X, o qual atende a 39 bairros espalhados desde a região central até as regiões norte e nordeste do município, totalizando 9.442 pessoas referenciadas, sendo que, destas, 58,4% são mulheres, ao passo em que cerca de 30% do total situam-se na faixa da extrema pobreza, com renda *per capita* de até R\$140,00 (X, 2012). Vale ressaltar, ainda, que, diante desta significativa abrangência territorial, o dispositivo contava, no momento da pesquisa, com uma equipe formada por apenas cinco profissionais (diga-se de passagem, todas mulheres), o que compõe o cenário desafiante das políticas públicas evidenciado em nosso estudo.

Os dados da presente investigação, portanto, foram construídos a partir do diário de campo produzido durante o período de três meses de acompanhamento das atividades rotineiras do referido CRAS por parte da pesquisadora, abarcando desde os atendimentos individuais e grupais, até as visitas domiciliares. Este processo de imersão no campo, combinado com a literatura-base, contribuiu para a elaboração do roteiro das entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas no espaço físico do equipamento, de maneira individual e reservada.

A pesquisa contou com a participação de dez pessoas atendidas pela unidade de proteção social básica, conforme apresentadas na tabela 1, sendo a seleção ocorrida por meio dos contatos estabelecidos no campo, bem como por indicação das próprias profissionais. A idade das(os) participantes varia de 29 a 51 anos e o tempo de acompanhamento na unidade e/ou que está referenciado na política de assistência social tem variação de 1 a 10 anos, sendo que apenas o participante Rodrigo não possuía acompanhamento na unidade - no momento da entrevista, ele solicitava a inserção no BPC e no PSA, embora tenha uma trajetória na assistência social com sua família. O perfil majoritário do público da política de assistência social, em termos de (des)igualdade de gênero e raça, refletiu-se, indubitavelmente, em nossa pesquisa: 80% são mulheres e apenas 20% do total se declaram brancos. Todas as entrevistas foram gravadas por aparelho de celular para facilitar a posterior análise, a partir da autorização dos(as) participantes mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Vale explicitar, ainda, que optamos por designar nomes fictícios às e aos participantes da pesquisa.

Tabela 1 - dados demográficos e socioeconômicos dos(as) participantes

Nome	Idade	Etnia/ Raça	Estado Civil	Renda Familiar <i>per capita</i>	Programa Social	Tempo referencia- do(a) no CRAS
Rosa	45	Preta	-	R\$142,00	PBF/PSA/BPC	8 anos
Clara	40	Branca	Casada	R\$150,00	PBF/PSA	1 ano
Rodrigo	42	Preto	Solteiro	Ø	-	-
Ângela	31	Preta	Solteira	Ø	PBF/PSA	10 anos
Camila	36	Preta	Casada	R\$24,50	PBF/PSA	2 anos
Célia	51	Parda	Solteira	R\$66,00	PBF/PSA	4 anos
Júlia	30	Branca	-	R\$74,50	PBF/PSA	2 anos
Márcia	32	Preta	Casada	Ø	PBF/PSA	9 anos
Joana	29	Preta	-	Ø	PBF/PSA	10 anos
Luiz	51	Pardo	Viúvo	R\$97,50	PBF PSA	1 ano

No que se refere à etapa de análise dos dados, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo do tipo Temática, que permite estudar o conteúdo manifesto da comunicação humana, classificando a mensagem em categorias determinadas *a priori* e *a posteriori* da realização da pesquisa de campo, a partir do processo dialógico estabelecido com os sujeitos da pesquisa (Gomes, 2009). Para tal processo, as entrevistas foram integralmente transcritas, sendo utilizado o *Software Atlas.ti*. (6.2) como auxílio na organização e tratamento dos dados. A construção das categoriais passou, portanto, pelas etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos, a inferência e interpretação dos pesquisadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO - O QUE NOS DIZEM OS “ASSISTIDOS”?

Nessa seção, apresentaremos os resultados da pesquisa e a subsequente discussão, abarcando as seguintes categorias construídas: (a) Assistência social: direito ou benesse? (b) Assistência social e(vs) trabalho: da (re)negação à busca por direitos; (c) Dilemas postos na condição de “assistido”: tutela, subalternidade e rupturas.

### (A). ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIREITO OU BENESSE?

Iniciaremos com a importante discussão direcionada ao papel e natureza da política de assistência social, no que tange sua compreensão enquanto um direito ou uma benesse. Ao indagar a opinião das(os) entrevistadas(os) sobre tal política (e, em específico, o CRAS) na vida da população por ela atendida, o conceito de “ajuda” aparece logo de imediato na maioria das respostas, sendo que apenas duas participantes, Clara e Ângela, trouxeram falas ambíguas, ora apontando, timidamente, a perspectiva de direitos, ora refletindo a dimensão da benemerência que acompanha a trajetória da assistência social. “(...) *Tá precisando... Antes pedir do que roubar, né. Antes correr atrás, se é direito, é direito. Se não é, não é*”, afirmou, por exemplo, Clara, após considerar que a política “*ajuda um tanto*” diante do quadro de desemprego que ela e seu marido enfrentam.

Márcia, nesse sentido, reitera as palavras e as condições de Clara: “*Ah, ajuda bastante (...) mas ajuda muito mesmo, quebra um galhão pra mim. Meu marido tá desempregado, eu faço bico... Ajuda muito*”. Para o participante Luiz, a política de assistência social se configura igualmente enquanto “*uma ajuda muito forte*”. Camila, por sua vez, retrata sua situação antes de receber o PBF: “*não tava tendo*

*dinheiro nenhum pra comprar nada, nada pros meus filhos*” e afirma, a partir do programa, bem como da cesta básica recebida pelo PSA: *“tá me ajudando bastante, tô vendo evoluir, sabe? A gente tem que ver evoluir, né? E Deus tá me ajudando bastante mesmo”*.

Por detrás de sua aparência inócua, pudemos observar inúmeros desdobramentos problemáticos relacionados à noção de “ajuda” designada à assistência social, em consonância com as análises levantadas por diferentes autores, entre eles os já citados Sposati et al. (1998), Yazbek (2006, 2012) e Euzébios (2016). Por diversos momentos, a “ajuda” relatada pelas(os) entrevistadas(os) pode ser materializada a partir da garantia mínima de meios para suas subsistências, que, mesmo significativas diante das mazelas sociais enfrentadas, revelam a insuficiência e o caráter compensatório dos programas sociais, como o PBF e o PSA, nos quais a absoluta maioria dos(as) participantes se insere.

*“É pouco, a verdade é, mas tá ajudando. Antes pouco do que nada, né. Então tá ajudando”*. Tais palavras de Clara a respeito do significado da assistência social em sua vida vão ao encontro do relato de Ângela, que demonstra o caráter mínimo da “ajuda” recebida ao expor sua condição quando ainda não recebia o PSA: *“Quando tava só o Bolsa Família, e era pouco na época, eu escolhia, ou eu pagava o aluguel ou eu comia. Ou eu comia ou eu pagava a luz, ou eu pagava a água”*.

Dentre suas insuficiências e potencialidades, diferentes relatos partilhados no momento das entrevistas demonstram, ainda, que o CRAS tem atuado como um importante núcleo de apoio afetivo e emocional para as(os) participantes, sobretudo, por conta da atuação das profissionais e a relação daí estabelecida. Célia, por exemplo, enfrenta um quadro de depressão - *“já pensei em tirar minha vida”*, afirmou - e, diante disso, descreve o que representa o suporte da assistência social para além das condições materiais de vida: *“Igual aconteceu já comigo de eu vim aqui, tá triste, desabafar com ela e ela conversar e ajudar. Não tô falando só em matéria de comida. Às vezes um ombro amigo é bom, quando você precisa”*.

Outros(as) participantes ressaltaram a importância da assistência social como um núcleo de informação, seja a partir dos atendimentos individuais, seja pelos espaços de formação e discussão propiciados nas reuniões em grupo, como as que ocorrem nos dias de entrega de cesta básica pelo PSA. Nas palavras de Rosa: *“quando a gente é assistida daqui, a gente tem várias informações pra vida da gente sobre consciência negra, sobre várias coisas que eles colocam, a importância da mulher, a defesa da mulher (...)”*. Joana, por sua vez, afirmou: *“porque é igual a gente, que não tem muito essas coisas, não estuda assim, a gente que não é estudado e não tem muitas informações, que aí aqui consigo tirar minhas informações todas”*.

Mesmo diante dessas importantes revelações, que ponderam o papel da assistência social, sobretudo, por parte de seus profissionais em acolher as demandas e sofrimentos gerados pelo cotidiano da pobreza, possibilitando ainda espaços de formação e discussão de questões enfrentadas em suas realidades, nosso estudo sugere que a lógica da tutela e despolíticação ainda imperante na política, muitas vezes, se choca com as tentativas de quebra desse ciclo de reprodução das ideologias e mazelas sociais.

Dando sequência as reflexões levantadas anteriormente, os fundamentos e consequências que permeiam o caráter de “ajuda” da assistência social, explicitados por nossos(as) informantes através de seu caráter mínimo e complementar, nos revelam também uma outra dimensão que atravessa a perspectiva e a relação que os “usuários” estabelecem com os programas sociais nos quais se inserem: a da provisoriedade. Nesse sentido, Célia, ao explicitar seu trabalho como faxineira para complementar a renda da família, traz os seguintes apontamentos: *“Não fico prostrada recebendo só... Porque é muito pouco também”*, referindo-se aqui, ao PBF e PSA. Assim, complementa: *“não vou viver só daqui, e peço a Deus que um dia eu arrume um serviço melhor, né, que eu largue aqui, dou minha vez pra outra pessoa”*. A participante Ângela demonstrou partilhar de aspirações bastante próximas às de Célia. A respeito do período de acompanhamento e inserção nos programas socioassistenciais, ela afirma: *“esse tempo é o que eu tenho pra dar uma guinada na vida”*.

## (B). ASSISTÊNCIA SOCIAL E(VS) TRABALHO: DA (RE)NEGAÇÃO À BUSCA POR DIREITOS

Yazbek (2006), em consonância com Euzébios (2016), discute que a perspectiva de transitoriedade traçada para a assistência social por parte dos sujeitos “assistidos” está fortemente relacionada a sua negação como direito, na medida em que se busca o direito ao trabalho que lhes é, constante e estruturalmente, negado. Essa constatação está presente na fala da participante Ângela ao revelar o seu real desejo: “*de tomar as rédeas da minha vida. Eu já tenho as rédeas da minha vida, mas eu digo voltar a trabalhar, tendeu? Ter a minha independência concretizada*”.

No entanto, o cenário de precarização do trabalho, articulado ao modelo de assistencialização que constitui o campo da proteção social brasileira e vem sendo agravado pela agenda neoliberal, ao sustentar o ciclo de produção e reprodução das desigualdades sociais dominantes, impedem que Ângela, bem como milhares de brasileiros “usuários” da política de assistência social alcancem condições concretas de vida que possibilitem a tão desejada “independência”, que, muitas vezes, se remete a garantia mínima de direitos basilares como trabalho, renda digna e moradia, colocando-os, assim, ainda mais distantes de processos reais de autonomia e libertação (Mota, 2010; Yazbek, 2012). Dessa forma, a noção da transitoriedade da assistência social não se efetiva em suas vidas, cujas trajetórias são, fortemente, marcadas pela dependência dos recursos socioassistenciais da política. Diferentes relatos dos(as) participantes de nossa pesquisa refletem essa perversa estrutura de inclusão e permanência forçadas e reforçadas pelo desmantelamento da proteção social brasileira, que gera a desarticulação (ou porque não, necessária imbricação) entre os campos da assistência social e do trabalho, tendo como sustentação o severo quadro de desemprego estruturante do capitalismo brasileiro (Fontes, 1996; Siqueira, 2014).

“*Acaba que eu não tô trabalhando, aí acaba que período da cesta elas esperam ter, aí depois vão lá, reavaliam minha situação e me colocam de novo*”. Esse trecho diz sobre a história de Ângela, que se constitui como um triste retrato de uma realidade através da qual a participante Camila também se reconhece, conforme sugerem suas respectivas falas:

Mas aí conforme foi passando o tempo, muita gente perdeu o emprego. Eu sou prova viva disso. Eu recebia Bolsa Família, eu comecei a pegar o Bolsa Família pra complementar a minha renda. Hoje em dia o Bolsa Família é a minha renda. (Ângela)

“*Tem gente que recebe Bolsa Família porque não consegue um emprego. Procura, procura, mas não acha. (...) Eu faço faxina pra ajudar no meu sustento*” (Camila). Nesse sentido, diante dessa problemática colocada para o campo da proteção social no Brasil, enquanto o direito ao trabalho é reconhecido como um patamar de dignificação da vida, a política de assistência social, mesmo sendo reconhecida pela importante “ajuda” ofertada, ao ser considerada emergencial, é concebida por seu caráter focal e direcionado aos mais pobres e necessitados, o que reflete, ainda, sua preponderante lógica assistencialista e imediatista.

Sabemos que tais contradições estão imbricadas na construção histórica da assistência social como uma ferramenta (leia-se ajuda) destinada às “necessidades” de um setor amplo e pauperizado da população que, na perspectiva individualista da meritocracia, passa a ser visto como indigente, marginal e incapaz de se sustentar por conta própria pela via, especialmente, da inserção no trabalho, carecendo da intervenção, quando não do Estado, de entidades filantrópicas. Assim, o paradoxal direito à assistência social, a partir de sua configuração histórica, é renegado por aqueles(as) que dela - de maneira forjada - demandam (Sgarbossa, 2015; Yazbek, 2012).

“*Ninguém tá aqui porque quer, é porque precisa*”, manifestou Júlia. A participante Camila, também, se posiciona nessa direção: “*acho, assim, que só vem quem precisa mesmo, porque eu acho que se eu tivesse uma condição boa eu não ia vim aqui não*”. Ângela, por sua vez, questionava, de início, a sua

inserção na assistência social por estar “*tirando o lugar de outra pessoa*”, reafirmando, assim, o direito ao trabalho como um grande horizonte em sua vida: “*Não desmerecendo a ajuda que eu tenho agora, mas eu poder deixar essa ajuda pra uma pessoa com mais necessidade do que eu estaria... Eu não vou mentir, eu tenho vontade de viver a vida*”.

Conforme debatemos anteriormente, esse discurso e prática de focalização presente na política de assistência social pode provocar, ainda, um cenário de vigilância e de disputas entre aqueles que buscam acessar determinados programas sociais e auxílios, o que é reforçado pela constante escassez de investimentos e recursos na política, tendo em vista que afunila, ainda mais, o cruel e seletivo processo de “inclusão” de seus “usuários” (Freitas & Guareschi, 2014; Euzébios, 2016). Toda essa lógica traiçoeira, que enfraquece os laços de solidariedade e o desenvolvimento da consciência de classe, se fez presente em nossa pesquisa.

Segundo o participante Rodrigo, a assistência social, em suas palavras, “*ajuda pras pessoas que necessita mesmo, e dá boa vida pra outras que tira proveito, vamos dizer assim, no caso. Tem horas que é bem distribuído e tem horas que é mal distribuído*”. Nessa mesma direção, outras(os) participantes, entendendo que a política de assistência social deve ser destinada apenas aos mais pobres, defenderam a necessidade de fortalecer práticas fiscalizatórias para garantir o uso considerado correto dos programas sociais. Júlia, por exemplo, afirma: “*muita gente do meu bairro que não precisa, tem carro, tem moto e recebe*”, se referindo ao Bolsa Família. Clara concorda com Júlia ao criticar a prática de pessoas que recebem cesta básica e a vende, o que, supostamente, não indicaria uma real condição de pobreza, complementando:

Tem gente que recebe, lá no meu bairro mesmo eu já vi, tem gente que recebe e não precisa, tem carrão, tem casa, tendeu? (...) Se tem isso tudo não precisa de vim aqui, entendeu? Não paga aluguel, não paga nada, não precisa de vim aqui.

Ao direcionar a assistência social ao atendimento dos mais pobres e necessitados, os(as) entrevistados reproduzem, assim, uma concepção fragmentada e ideológica da pobreza que acompanha a constituição da política e vem sendo fortemente estimulada pela razão-de-ser neoliberal. O lugar de pobre e “assistido” é designado àqueles que vivenciam uma posição de dependência, carência e miserabilidade extrema, bem como de negação total de recursos e direitos, sejam eles mínimos para a subsistência. Frente a essa perversa lógica, o próprio sujeito é responsabilizado por sua condição e pela produção das desigualdades existentes ao obter bens materiais e de consumo basilares, supostamente arrancando dos mais “necessitados” a oportunidade de acessar direitos, o que fomenta a competitividade e o individualismo e retira o foco do Estado e, em última instância, do sistema econômico (re)produtores da desigualdade social (Siqueira, 2014; Yazbek, 2006, 2012).

Ainda como consequência dessa estruturação social e ideológica, ao refletirem sobre a posição de “assistido” em suas vidas, o lugar de pobre e de necessitado parece ser visto a partir da posição social que o outro ocupa, na medida em que tais sujeitos buscam não se reconhecer nessa condição marcada por uma longa trajetória de deméritos sociais (Estanislau & Ximenes, 2016). Em consonância com o estudo de Verônica Ximenes, Marília Barbosa e Janaína Cruz (2016), percebemos, assim, como a pobreza é concebida a partir de um viés moral, que reduz toda a sua complexidade em dimensões fragmentadas como a espiritual, a monetária e/ou o poder de consumo, sem, contudo, compreender as relações sociais e econômicas que a estrutura.

### (C). DILEMAS POSTOS NA CONDIÇÃO DE “ASSISTIDO”: TUTELA, SUBALTERNIDADE E RUPTURAS

No geral, os(as) participantes da pesquisa enxergam como positivo ser um “assistido” da política, renegando os sentimentos de humilhação e vergonha discutidos tanto por Yazbek (2006) quanto

por Maria Estanislau e Ximenes (2016), ainda que alguns confessem terem tido um receio inicial para procurar o CRAS. Ademais, reconhecem que a vergonha - por motivo de “orgulho” - está presente no outro (vizinhos, “usuários” da política; os pobres e necessitados). A entrevistada Clara deixa bastante evidente essa questão em sua fala:

Ah... Pra falar a verdade... É muito bom, né. Porque tem gente também que precisa, realmente precisa, e tem vergonha de vim aí, de pedir, tem orgulho, né. No meu caso assim, já não tenho orgulho. (...) Porque tem gente que pensa assim, né, mas assim, né, porque não tem motivo, fala assim: ‘ah não, vou lá me rebaixar, não sei o quê’. Por aí, né. Aí pega e não vem.

Rodrigo, por sua vez, afirma que a assistência social traz possibilidades para a vida dos “assistidos”, declarando: *“Abre campo pra gente e dá mais coragem pra gente”*. No entanto, reconhece que a sensação da humilhação esteve presente antes de solicitar a inserção nos programas sociais: *“Po, ficar pedindo as coisas? Po, não tem uma cesta básica? Poxa, não tem uma roupa aí? Eu sempre pensei que não, se Deus quiser eu não vou precisar disso”*. E, assim, prossegue: *“mas como eu não deixei a peteca cair; e tipo assim, eu consegui passar por cima do meu orgulho.”*

Sobre ser uma “assistida”, Joana pontua: *“me sinto mais, sei lá, tipo protegida”*, ao passo em que a participante Ângela afirma ser *“um pouco reconfortante”* devido à *“abordagem”* através da qual é atendida no CRAS em que está referenciada. Ângela, no entanto, revela questões que a incomodavam inicialmente: *“Aí vem a questão da ajuda. E eu era muito orgulhosa, tipo assim, pra elas me convencerem a aceitar foi um custo”*. O processo de inserção do participante Luiz na política de assistência social coaduna com os relatos de Ângela, conforme expresso em sua fala seguinte:

Até no início eu fiquei meio assim, aí falei ‘poxa...’, ainda mais que você vê só mulher vindo aqui. Aí falei, ‘e agora, o que que eu vou fazer?’ ... “No começo fiquei meio incomodado, todo mundo tá indo de sapato, você tá vindo de chinelo.

No entanto, atualmente, Luiz afirma se sentir mais fortalecido e, em suas palavras, *“um pouquinho mais alegre, mais cabeça”* devido ao tratamento e “ajuda” recebidos através das profissionais do CRAS. A participante Camila, nesse mesmo sentido, afirmou que ser uma assistida significa *“muita coisa”* em sua vida, tendo em vista a “ajuda” que recebe sempre quando precisa. Ela, portanto, pondera: *“não é vergonha nenhuma vim aqui e pedir a cesta. Isso porque todo mundo passa momentos ruins”*. Camila, assim, considera *“pobre de espírito”* pessoas que enfrentam a escassez de recursos e, por motivos de vergonha, se recusam a procurar o CRAS, ao passo em que a participante Célia, que demonstrou muito orgulho em ser “assistida”, considera estas mesmas pessoas, em suas palavras, *“metida a besta, né? (...) Porque se a pessoa tá precisando...”*.

Nesse sentido, Célia afirma que, diante da escassez de recursos e a dificuldade em acessar os serviços e programas sociais, ser uma assistida representa uma posição de privilégio: *“Ah, sou privilegiada (...) porque muita gente, às vezes, tenta e não consegue, né?”*. Márcia expressa a mesma opinião de Célia, afirmando ser: *“Privilegiada. Tem muita gente que não consegue, que vem aqui e não consegue”*.

Estas últimas declarações são emblemáticas ao sinalizar como a perspectiva de direitos é estorvada pela lógica neoliberal assistencialista, focalizada e sucateada, o que acaba sendo reproduzida pelos sujeitos pobres e “assistidos”. Diante da miséria que enfrentam em suas vidas, o pouco ou a “ajuda” paliativa recebida é compreendida, de maneira nefasta, enquanto um sinal de mérito e “privilégio” social,



uma vez que se reconhecem em uma posição superior frente àqueles que tem retirado o (já deficitário) direito à assistência social.

Ainda assim, há ambiguidades e contradições diversas na forma como os(as) participantes refletem sobre sua relação e “participação” no CRAS. Conforme os relatos de nossos(as) participantes sugerem, o amparo da política de assistência social demonstra, por vezes, contribuir com processos de fortalecimento psicossocial, o que reflete a aprovação da posição de “assistido(a)” em suas vidas. Ao mesmo tempo, os sentimentos de vergonha e a condição de humilhação que constitui a imagem social do “usuário” da assistência social atravessam a trajetória dos(as) entrevistados(as), o que, somado à perspectiva de transitoriedade e a (re)negação da política colocadas anteriormente, indica a dificuldade de romper com a imperante lógica da subalternidade que sustenta as ações socioassistenciais (Souza & Gonçalves, 2017).

Nesse sentido, as potencialidades do trabalho na política de assistência social em conjunto com os sujeitos atendidos tornam-se comprometidas diante da predominância de ações e programas marcados pelo assistencialismo e pela filantropia. Como consequência, observamos a descaracterização do papel do Estado na garantia de direitos e da execução da política de assistência social, bem como (e sobretudo) do papel dos “assistidos” enquanto atores sociais fundamentais para processos de transformação coletiva de suas vidas (Bravo & Correia, 2012).

Associado a isso, conforme discorre Yazbek (2006), possíveis questionamentos relacionados, minimamente, ao Estado, no que tange ao avanço e melhorias destinados à conquista de direitos, são abafados pela perspectiva histórica da tutela e da desvalorização do pobre, que passa a responder à “ajuda” recebida com sentimentos de gratidão e submissão à lógica operante das ações socioassistenciais. Tais aspectos foram observados em nossa pesquisa. Em diferentes momentos, os(as) entrevistados(as) demonstraram apreender a configuração da assistência social através da mediação da atuação profissional e da relação cordial estabelecida, o que pode refletir a dificuldade de se posicionar criticamente perante ao Estado na perspectiva da garantia de direitos (Souza & Gonçalves, 2017).

Nesse sentido, sobre as possibilidades de melhorias e avanços na política de assistência social, a participante Clara declarou: *“eu vejo que não tem nada pra melhorar não. Porque eu precisei e fui bem tratada aqui dentro”*. Segundo Rosa, em suas palavras, o CRAS *“não fechando já é uma benção”*. Célia concorda com as demais ao elogiar os serviços prestados e o tratamento que recebe: *“Por tanto que eu precisei pedir ajuda de novo. Sou muito bem feliz, bem satisfeita. Nunca me trataram mal, nunca me falaram ‘não’, então não tenho de reclamar”*. O relato contido, ainda, na entrevista de Joana reflete as posições anteriores: *“Eles são bem atenciosos, dá bastante atenção. Não discrimina, não é de ignorar, então, eu não tenho o que reclamar dessa questão, eu acho que do jeito que tá... só continuar.”*

A despeito da importância da criação e fortalecimento de vínculos fraternos entre os(as) profissionais das políticas públicas e os sujeitos por eles(as) acompanhados, os quais pudemos observar em nosso estudo, a compreensão limitada da política de assistência social ao papel dos(as) profissionais pode obstaculizar a função política do Estado e seus governantes, mesmo diante das investidas a favor de politizar a política, por vezes, desempenhadas pelas(os) profissionais. Dessa forma, ao serem questionados(as) a respeito da política de assistência social para além da atuação profissional, emergiram diferentes opiniões, em sua maioria, atravessadas por tímidas e hesitantes críticas direcionadas aos governos e à inoperância do Estado brasileiro.

*“Ah, o governo podia ajudar mais um pouco mesmo, pra mais gente poder ser ajudada. Porque eles não pode ajudar todo mundo, né?”*, pontuou a participante Márcia. A entrevistada Júlia se posiciona nessa mesma direção:

Ah, não sei nem como melhorar, porque toda vez que eu venho aqui, eu sou tão bem atendida, entendeu? Então eu não sei assim, eu acho que, sei lá, o governo que tem que ajudar eles, pra eles poderem estar ajudando outras pessoa.

Outros participantes criticaram a burocracia que impede um maior êxito no trabalho das profissionais, conforme exemplificado na seguinte fala de Ângela: *“Porque tem muita coisa que elas queriam fazer por mim e não conseguem fazer por causa da burocracia que vem atrás. Porque de trás dessa folha tem essa, tem essa, tem essa”*. Já na entrevista de Luiz, o participante declarou: *“Ah... Eu, por mim, tô satisfeito. (...) Acho que poderia melhorar mais se desse mais atenção pra eles, os grandão, né, pra eles ter mais, né?”*.

Luiz, no entanto, demonstrou suas dúvidas com relação aos órgãos competentes pela administração e execução da política, bem como, no momento da entrevista, não soube refletir sobre as possibilidades e alternativas para que mais melhorias e avanços pudessem ser implementados: *“É, essa base, eu não tenho muito o que te falar não, daí já não ... Essa área aí... Não consigo. Essa área eu tenho dificuldade. Nem sei como é”*, considerou o participante.

Dessa forma, mesmo que os(as) participantes reconheçam, timidamente, a necessidade de um maior engajamento por parte, sobretudo, dos governantes para a expansão dos programas socioassistenciais, o lugar de sujeitos de direitos e a postura de reivindicação ativa e coletiva, assim como sua capacidade de indignação, nesse sentido, parecem ser sufocados diante de uma realidade que combina a luta diária contra a pobreza material - e todas as implicações psicossociais que, dela, decorrem - com a insuficiência e deterioração crescente das políticas de proteção social. A participante Ângela, nesse sentido, demonstrou reconhecer a baixa participação social dos “usuários” na política ao discorrer sobre a importante atuação das profissionais do CRAS:

Acho que é um respaldo que o governo não dá pra gente, é o que elas tem como passar. Porque querendo ou não tem gente que ‘ah, a cesta não chegou’, cai todo mundo em cima delas, mas ninguém sabe o que é que tá acontecendo aqui. Igual eu vejo, igual eu tava falando, eu vejo direto elas vestindo a camisa e indo lá. Eu fui uma vez porque foi num horário que deu pra mim ir, mas eu particularmente, de todas as pessoas que eu vejo aqui na reunião, que eu vejo vindo aqui pedir cesta, eu nunca vi uma delas participando daquela reunião da Câmara.

A percepção de Ângela coaduna com os resultados sugeridos em nossa pesquisa, no que diz respeito à pouca compreensão e ao baixo engajamento da população destinatária da política nos rumos e no desenvolvimento cotidiano de suas ações e programas, o que reflete os desafios postos na atualidade para a garantia do controle social (Faquin & Paulilo, 2009), entendendo, ainda, que tal preconização

está para além da atuação dos segmentos sociais no espaço institucional dos conselhos, requer a articulação das forças políticas que representam os interesses das classes subalternas em torno de um projeto para a sociedade que tenha como horizonte o rompimento com a sociabilidade do capital. (Bravo & Correia, 2012, p. 147)

Na contramão do ideário de transformação societário, observamos como a cultura da pobreza se entranha no modo como os sujeitos “assistidos” se reconhecem e se colocam diante dos problemas sociais enfrentados e das escassas respostas provenientes, minimamente, do Estado brasileiro, reforçando processos históricos de resignação, submissão e passividade (Souza & Gonçalves, 2017; Ximenes, Barbosa, & Cruz, 2016). Entendemos que tal dilema está imbricado numa questão central e estrutural estimulada nas contradições da própria política: a dissociação entre ser um “assistido” ou “pobre” e “trabalhador” consequente do enfraquecimento da consciência e identidade de classe (Euzébios, 2016), processos estes

fundamentais para fomentar a luta e organização coletiva, em movimento dialético com a ruptura dos elementos ideológicos que fatalizam a realidade social (Martín-Baró, 2017).

Se à política de assistência social tem sido designada a tarefa de colaborar com o enfrentamento e resolução de determinadas expressões da questão social, observamos que os entraves são diversos e, inclusive, estruturais. A dinâmica da desigualdade social capitalista, produto e produtora de ideologias que visam impor uma condição histórica de subalternização, ainda mais árdua para os(as) trabalhadores(as) pauperizados(as), se constitui através de uma violenta e perversa lógica que articula diferentes mecanismos de poder.

Conforme discute Yazbek (2006, p. 149), “em momentos em que a luta para sobreviver toma feições dramáticas, são deixados de lado os questionamentos políticos acerca dos programas assistenciais, de seu uso no campo do clientelismo e de sua pouca efetividade”. Ao mesmo tempo, a política de assistência social, em especial na agenda neoliberal, tem se comprovado insuficiente para modificar, substancialmente, as condições de vida, materiais e subjetivas, de seus “assistidos”, a partir da predominância de ações assistencialistas e paliativas - em que pese o esforço exercido na atuação crítica e engajada de muitas(os) profissionais.

Sabemos, assim, que os fenômenos estruturantes das relações sociais vigentes, que retiram do ser humano sua própria condição de ser e estar no mundo, submetendo uma classe social aos domínios de outra, bem como suas possibilidades de transformação estão para muito além do que cabe à política de assistência social. No entanto, compreendemos, ainda, que a mesma exerce uma determinada e importante função social que, com suas contradições, ocupa um significativo lugar de mediação na vida da população por ela atendida. Entender essa relação partindo das vivências, experiências e relatos dos próprios sujeitos, tendo em vista sua significação histórica, torna-se fundamental. Nessa direção, ao mesmo tempo em esse cenário, por vezes, desalentador impõe limites e desafios para a atuação profissional, torna-se, também, revelador do que se tem de mais primordial: a possibilidade de intervir junto aos sujeitos, compreendendo suas reais necessidades e potencialidades, de modo a fomentar o trabalho coletivo em prol da construção de novas ferramentas e horizontes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das políticas sociais brasileiras, nas últimas décadas, tem como marca a implementação de uma agenda neoliberal que precariza ainda mais o campo da proteção social, centrando suas ações no processo de assistencialização paliativa e focalizada das classes subalternas ao se sustentar na dinâmica produtiva do sistema capitalista. Esse quadro coloca inúmeros desafios para ruptura de processos históricos que assujeitam os trabalhadores mais pauperizados, condicionando-os à situação de extrema escassez, ao passo em que são, socialmente, concebidos como marginais, acomodados, inferiores e indignos.

Na medida em que a assistência social se constitui como expressão deste processo histórico e contraditório, a ruptura com a lógica da subalternidade torna-se ainda mais comprometida, uma vez que são (re)produzidos processos psicossociais de naturalização, resignação e passividade frente à realidade social, conforme sugerido em nosso estudo. Entretanto, é importante ressaltar que, diante desta insistente tentativa de dominação social e manutenção do *status quo*, fruto de nossa herança colonial e violenta, nos deparamos, no cotidiano da ação profissional, com sujeitos que não se limitam à mera reprodução da lógica hegemônica, mas apresentam potencial de ação e reflexão sobre si e sobre o cenário desigual e opressivo no qual estão imersos. Nesse cenário, consideramos importante assinalar, ainda, um dos possíveis aspectos limitantes do nosso trabalho que diz respeito ao pouco esforço destinado ao debate sobre a desigualdade de gênero e a reprodução social, bem como sobre a dimensão racial que atravessam a constituição objetiva e subjetiva das classes sociais e estruturam às ações do Estado moderno, acirrando as contradições postas para a política de assistência social.

Mesmo reconhecendo os impactos das políticas sociais na atenuação do quadro da pobreza no Brasil, os limites de sua efetividade - que decorrem, em especial, da maneira como a política de assistência

social vem se materializando em nossa realidade - demarcam, cada vez mais, sua real função pautada na mera administração e gestão das misérias sociais. Em tempos de ampliação do desemprego e do trabalho precário e informal, recai à assistência social incorporar, também de forma deficitária, uma parcela do crescente contingente populacional excedente (ou a superpopulação relativa) que possui um papel fundamental no processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, reafirmamos o necessário desafio de encarar as políticas sociais a partir das contradições que as constituem, o que implica reconhecer sua importância e fortalecê-las em suas possibilidades e contribuições materiais e subjetivas, bem como e, sobretudo, buscar construir outras ferramentas efetivamente emancipatórias que extrapolem os limites inerentes aos aparatos institucionais do Estado moderno.

## REFERÊNCIAS

- Bravo, M. I. S. & Correia, M. V. C. (2012). Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, 109, 126-150.
- Couto, B. R. (2015). Assistência social: direito social ou bem-estar? *Serviço Social & Sociedade*, 124, 665-677.
- Estanislau, M. A. & Ximenes, V. M. (2016). Vivências de Humilhação e Vergonha: uma análise psicossocial em contextos de pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências* (pp. 121-147). Expressão Gráfica e Editora.
- Euzébios, A. (2016). Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 257-266.
- Faquin, Q. S. & Paulilo, M. A. S. (2009). Políticas sociais e controle social: estratégias de ampliação dos direitos humanos. *Serviço Social e Sociedade*, 12(1), 27-42.
- Fernandes, F. M. B. & Moreira, M. R. (2013). Considerações metodológicas sobre as possibilidades de aplicação da técnica de observação participante na Saúde Coletiva. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 23(2), 511-529.
- Fontes, V. (1996). Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. *Tempo*, 2(3), 34-58.
- Freitas, C. D. R. & Guareschi, P. A. (2014). A Assistência Social e seus usuários: possibilidades e contribuições. *Diálogo*, 25, 145-160.
- Gomes, R. (2009). A Análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade* (28ª ed., pp. 79-108). Vozes.
- Lacerda, F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar? In A. F. Lima, D. C. Antunes, & M. G. A. Calegare (Orgs.), *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil* (pp. 111-128). ABRAPSO.
- Löwy, M. (2010). *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. Cortez.
- Martín-Baró, I. (1991). El método em psicologia política. <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/seccion/archivo-academicos/>
- Martín-Baró, I. (2017). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In I. Martín-Baró (Org., Trad. F. Lacerda). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Vozes.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.
- Mota, A. E. (2010). A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade* (pp. 133-146). Cortez.

- Netto, J. P. & Braz, M. (2008). *Economia Política: uma introdução crítica* (4a. ed.). Cortez.
- Paiva, F. S. & Duriguetto, M. L. (2021). *O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social: questões, tensões e perspectivas*. Editora UFJF.
- Sgarbossa, L. F. (2015). Inúteis ao mundo: o pauperismo, os indivíduos sobrenumerários e a gestão da miséria até o século XIX. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 36(2), 3-16.
- Silva, L. R. B. (2015). *Política de Assistência Social e “usuários”*: o lugar dos sujeitos de direitos. [http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/31\\_politica\\_de\\_as\\_usuarios....pdf](http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/31_politica_de_as_usuarios....pdf)
- Silva, M. B. (2014). *Assistência social e seus usuários: entre a rebeldia e o conformismo*. Cortez.
- Siqueira, L. S. (2014). A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo. *Argumentum*, 6(1), 240-252.
- Souza, R. F. & Gonçalves, A. L. V. (2017). A mesmice identitária: a (im)possibilidade emancipação na política de assistência social. *Psicologia & Sociedade*, 29, e171276.
- Sposati, A. O., Bonetti, D. A., Yazbek, M. C., & Falcão, M. C. B. C. (1998). *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise* (6a ed.). Cortez.
- Stein, H. R. (2009). Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In I. Boschetti, E. R. Behring, S. M. M. Santos, & R. C. T. Miotto (Orgs.), *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas* (pp. 196-219). Cortez.
- Teixeira, S. M. (2007). Políticas Sociais no Brasil: A histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social. *Sociedade em Debate*, 13(2), 45-64.
- Ximenes, V. M., Barbosa, M. S., & Cruz, J. M. (2016). Impacto das políticas públicas de assistência social e de educação no enfrentamento à pobreza em contextos urbano e rural do Ceará. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, & J. F. Moura (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza: diversidades e resistências* (pp. 367-394). Expressão Gráfica e Editora.
- Yazbek, M. C. (2006). *Classes subalternas e assistência social* (6a ed.). Cortez.
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, 288-322.

**Histórico**

*Submissão: 25/05/2020*

*Revisão: 31/01/2022*

*Aceite: 11/04/2022*

**Contribuição dos Autores**

*Concepção: MAP; FSP*

*Coleta de dados: MAP*

*Análise de dados: MAP; FSP*

*Elaboração do manuscrito: MAP; FSP*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: MAP; FSP*

*Aprovação final do manuscrito: MAP; FSP*

**Financiamento**

*A pesquisa foi financiada por Bolsas de Mestrado da CAPES e da FAPEMIG.*

**Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

**Aprovação, ética e consentimento**

*O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UFJF.*

Artigo Original

## Mulheres em situação de pobreza nos contextos do Programa Bolsa Família e da vida nas ruas

*Mujeres en pobreza en los contextos del Programa Bolsa Família y la vida en la calle*

*Women in poverty in the contexts of the Programa Bolsa Família and life on the streets*

Renata Cristina Façanha de Menezes  
Andrea Ferreira Lima Esmeraldo  
Natacha Farias Xavier  
Verônica Morais Ximenes

Renata Cristina Façanha de Menezes  
Universidade Federal do Ceará.  
<https://orcid.org/0000-0002-7168-5241>  
E-mail: [renatafacanha@gmail.com](mailto:renatafacanha@gmail.com)

Andrea Ferreira Lima Esmeraldo  
Universidade Federal do Ceará.  
<https://orcid.org/0000-0003-2010-0773>  
E-mail: [andreaesmeraldopsi@gmail.com](mailto:andreaesmeraldopsi@gmail.com)

Natacha Farias Xavier  
Universidade Federal do Ceará.  
<https://orcid.org/0000-0002-7347-7809>  
E-mail: [natacha.nfx@hotmail.com](mailto:natacha.nfx@hotmail.com)

Verônica Morais Ximenes  
Universidade de Barcelona/ESP. Universidade Federal do Ceará (UFC)  
<https://orcid.org/0000-0003-3564-8555>  
E-mail: [vemorais@yahoo.com.br](mailto:vemorais@yahoo.com.br)

### Resumo

*Este artigo visa a compreender como as categorias gênero e pobreza se apresentam no cotidiano das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e das mulheres em situação de Rua. Considera que as opressões de gênero se apresentam de formas distintas conforme as experiências e lugares que ocupam na sociedade, assim demandam um olhar interseccional, que apreenda os marcadores identitários e modos de vida destas mulheres. Utiliza em suas análises o conceito de patriarcado como um sistema de opressões que atinge as mulheres e destaca a vivência de pobreza a partir de uma perspectiva multidimensional, que engloba várias dimensões além da renda. Evidenciaram-se processos opressivos que passam pela estigmatização e culpabilização das mulheres, assim como construção de resistências que atravessam seu cotidiano. Aponta-se a necessidade de políticas públicas que reconheçam as necessidades e singularidades das mulheres.*

**Palavras-chave:** *Pobreza; Feminismo; Políticas Públicas; Programa Bolsa Família, População em Situação de Rua.*

### Resumen

*Este artículo tiene por objeto comprender cómo se presentan las categorías de género y pobreza están presentes en el cotidiano de las mujeres beneficiarias del Programa Bolsa Família y de las mujeres en situación de calle. Considera que la opresión de género se presenta de diferentes formas según las experiencias y los lugares que ocupan en la sociedad, exigien-*



*do una mirada interseccional, que aprehenda los marcadores identitarios y modos de vida de estas mujeres. En sus análisis, utiliza el concepto de patriarcado como un sistema de opresión que afecta a las mujeres, y destaca la experiencia de la pobreza desde una perspectiva multidimensional, que abarca varias dimensiones más allá del ingreso. Se evidenciaron procesos de opresión que pasan por la estigmatización y la culpabilización de las mujeres, así como la construcción de resistencias que atraviesan su cotidiano. Se señala la necesidad de políticas públicas que reconozcan las necesidades y singularidades de las mujeres.*

**Palabras-clave:** *Pobreza; Feminismo; Políticas Públicas; Programa Bolsa Família; Población en situación de calle.*

### **Abstract**

*This article aims to understand how the categories gender and poverty are present in the daily lives of women benefiting from the Programa Bolsa Família and women living on the streets. It considers that gender oppression presents itself in different ways according to the experiences and places women occupy in society, thus demanding an intersectional look, which apprehends these women's identity markers and ways of life. It uses in its analyses the concept of patriarchy as a system of oppression that affects women and highlights the experience of poverty from a multidimensional perspective, which encompasses several dimensions beyond income. Oppressive processes were evidenced, which go through the stigmatization and blame of women, as well as the construction of resistance that crosses their daily lives. The need for public policies that recognize the needs and singularities of women is pointed out.*

**Keywords:** *Poverty; Feminism; Public Policy; Programa Bolsa Família; Homeless population.*

## INTRODUÇÃO

A vida das mulheres, singularizada por um cotidiano em contexto de pobreza, traduz a realidade de grande parte das brasileiras. Entretanto, ao evidenciarmos esse universo, demarcamos a necessidade de aproximação de sua diversidade. Neste artigo, consideramos experiências de dois grupos distintos: mulheres que estão inseridas no Programa Bolsa Família (PBF) e mulheres em situação de rua. Enquanto as mulheres em situação de rua são invisibilizadas no espectro das políticas públicas, as beneficiárias do Programa Bolsa Família tomam lugar de centralidade, porém de uma maneira onde lhes são impostas uma série de atribuições e nas quais suas demandas são suplantadas pelas demandas familiares.

Partimos de uma concepção que compreende a condição feminina de forma desnaturalizada e que, portanto, apreende as relações sociais que constituem o significado de ser mulher em nosso tempo e sociedade. Para isso, recorremos a Joan Scott (2016), que considera que ocorre uma série de construções históricas sob o manto da naturalização de características sexuais, estas escondem correlações de poder que atuam na sociedade de forma normativa, política e simbólica. Por considerar que, isoladamente, o conceito de gênero não expõe a dominação que hierarquiza as relações entre os diferentes gêneros, tomamos o patriarcado como referência conceitual para demarcar a relação de poder que estrutura nossa sociedade de modo a manter mulheres em posição de inferioridade. Heleieth Saffioti (2015) define o patriarcado como um regime de exploração de dominação dos homens sobre as mulheres e que regulam não apenas a relação homem-mulher, mas a relação mulher-mulher e homem-homem, que reina sob as instituições sociais, e abrange não apenas a família, mas a sociedade como um todo.

A valoração de decisões e comportamentos individuais como solução de problemas estruturais silencia o caráter compulsório, social e histórico que alicerça a construção do gênero em contextos em que suprir necessidades materiais e imediatas é questão de sobrevivência. Judith Butler (2003) problematiza a concepção universalizante em torno do “elemento mulher” e a ilusão de convergência dos interesses do gênero, assim destaca o cruzamento de interlocuções entre raça, etnia, idade etc. Neste sentido, Ângela Davis (2017) destaca a importância de aspectos como família e maternidade, enquanto estratégias emancipatórias das mulheres negras escravizadas e coloca o espaço doméstico como uma forma de resistência à escravidão. Mesmo entre mulheres, a disparidade de relações que se estabelecem no campo do emprego remunerado subalterniza aquelas que estão em situação de pobreza. Também se propaga a ideia de que a igualdade entre sexos se torna uma questão de escolha das próprias mulheres, que precisam ser esteticamente agradáveis, habilidosas, profissionais, maternais, incansáveis, libertas e responsáveis pelas atividades de cuidado dos membros da família e de seus espaços de interação.

A partir dessas concepções, é importante alocar que pretendemos trazer a debate nesse artigo os mecanismos de opressão e de emancipação das mulheres que partilham em comum a realidade da pobreza. Compreendemos definição de pobreza a partir da perspectiva multidimensional, proposta por Amartya Sen (2010), como privação de capacidades para a satisfação minimamente aceitável das necessidades das pessoas nos aspectos da saúde, da renda, do saneamento, da educação, da assistência, da alimentação dentre outros.

Para Martha Nussbaum (2000), as questões de gênero são partes fundamentais no processo de desenvolvimento humano, como a divisão dos recursos na família e a privação de direitos fundamentais pelo gênero passam a ser questões elementares a esta discussão. Mesmo partilhando em comum a pobreza, debateremos as opressões de gênero a partir da condição da domesticidade feminina como condição fundante para que as mulheres pobres recebam o benefício e também sobre a construção e reprodução dos papéis domésticos de mulheres em situação de rua.

As vivências de opressão entre pessoas do mesmo gênero definitivamente são desiguais: as mulheres brancas, escolarizadas e empregadas vivem de forma diferente das negras, pobres e sem teto. Para o primeiro grupo, a auto aceitação e o empoderamento funcionam como estratégias emancipatórias individuais, enquanto já no segundo grupo subjaz de forma mais premente o poder das estruturas culturais, a diversificação das violências sejam elas simbólicas, políticas, urbanas e familiares. As mulheres de classes mais abastadas, por exemplo, ocupam melhores postos de trabalho, ganham mais, têm maior

escolaridade e conseguem terceirizar parte significativa das obrigações domésticas para mulheres mais pobres. Flávia Biroli (2018) aponta que a suposta libertação das mulheres com melhores rendas tem o seu viés classista e racista, quando são conquistados por meio da exploração do trabalho das mulheres mais pobres e negras sem o igual questionamento do papel masculino.

Compreendemos a importância do conhecimento e das estratégias de enfrentamento individuais para lidar com as questões cotidianas e específicas na vida de cada uma, entretanto, também gostaríamos de enfatizar que a solução através de estratégias individuais tem eficácia diminuída dentro do contexto da pobreza, da privação e da moradia da rua. As misérias usurpam ainda mais o poder da escolha e aumentam o fosso hierárquico entre mulheres e homens dentro das relações afetivas, entre mulheres de classes sociais diferentes, com a terceirização do trabalho reprodutivo, e dentro das vivências de mulheres em situação de rua.

O espaço doméstico foi se conformando como *locus* de subalternidade e invisibilidades dentro das relações capitalistas de produção ao mesmo tempo que também é percebido como uma zona de proteção às adversidades externas. Mesmo tendo a rua como espaço de moradia, as mulheres ainda são encarregadas pelo trabalho reprodutivo de seu parceiro e de seu coletivo ainda que também realizem as atividades de captação de recursos materiais de sobrevivência. Clara Araújo, Felícia Picanço, Ignácio Cano e Alinne Veiga (2018) apontam que a falta de cooperação masculina nas atividades domésticas não é justificada pelo volume de trabalho, mas pelas percepções de papéis de gênero e sugerem que a disseminação de valores mais igualitários pode impactar na divisão de tarefas domésticas. A vivência de gênero marca a forma como as mulheres engendram seus modos de vida nas ruas.

Dessa forma, as vivências que as mulheres necessariamente experienciam apenas por serem mulheres podem variar de intensidade de acordo com a classe social. As mulheres pobres acumulam maiores exigências em relação à tarefa do cuidado inclusive para as políticas públicas, que transfere para elas a resolução de problemas políticos endêmicos através de políticas socioassistenciais que são associados a condicionalidades de cuidado. O cuidado também é transferido para a vivência do espaço da rua como moradia, não implicando na dissolução de seus antigos arranjos. Padrões marcadamente generificados apontam a transversalidade das vivências de gênero na domesticidade da rotina das donas-de-casa para cotidiano das mulheres que vivem em situação de rua.

Justificamos a importância de debater as questões que são apresentadas especificamente às mulheres no contexto de pobreza como forma de denúncia às formas de opressão e de exploração do gênero feminino e de ressaltar os processos contínuos de resistência dessas mulheres, que mesmo em contextos de exploração e de vulnerabilidades extremas, produzem movimentos de resistência através do cuidado e do afeto, ambos desvalorizados e invisibilizados pelo capitalismo, mas imprescindíveis para a sua manutenção. A partir do apontamento dessas questões, objetivamos compreender como as categorias gênero e pobreza se apresentam no cotidiano das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e de mulheres em situação de rua.

## GÊNERO, RAÇA E PRÁTICAS DE EXCLUSÃO

A violência é de uma categoria complexa e multifacetada, estruturada em diversos níveis sociais. Para Ignácio Martín-Baró (2005), a violência é alimentada pelo interesse de classe e privilegia um determinado grupo hegemônico, que se torna responsável pela organização social de acordo com seus interesses, logo, trata-se de uma construção sócio-histórica. Nesse sentido, é válido ressaltar que a violência também deve ser observada pela perspectiva das relações de poder, logo, as questões de gênero, classe e raça são variáveis que devem ser consideradas ao se analisar essa dinâmica.

De acordo com Saffioti (2015), a violência de gênero ocorre com as práticas de exclusão e discriminação dos homens contra as mulheres. Este fator é fortalecido pela cultura patriarcal, que privilegia e impõe uma hierarquia de poder baseada no sexo e no gênero, portanto, masculino sobre o feminino. Para Saffioti (2015), a violência contra as mulheres pode ocorrer através de violência sexista, violência

simbólica, violência doméstica e familiar, violência urbana, violência sexual: assédio, abuso ou exploração sexual e pelo tráfico de mulheres. Assim, o patriarcado impõe às mulheres o lugar de “objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2015, p. 112). Esta relação supõe às mulheres um lugar de dominadas, exploradas e oprimidas. Martín-Baró (1990) pontua que o machismo atua na sociedade como uma perspectiva compensatória em que os homens agem em seu cotidiano com o sentimento social de senhores do lar.

A questão da violência estruturante e histórica em um sistema patriarcal assevera às mulheres uma condição de subalternidade difícil de ser combatida e cria formas distintas de opressão até mesmo com as suas características físicas, com os seus próprios desejos, como sobre o que elas querem para si, como gostariam de trabalhar, de se vestir, de falar e de expressar-se em seus comportamentos. Para Naomi Wolf (2019), a conquista de alguns espaços públicos pelas mulheres e do mercado de trabalho acarretou no crescimento acelerado de transtornos alimentares com o público feminino, de maneira que a sociedade se encontra impregnada de rituais de beleza que escravizam as mulheres em busca de responder ao mito da beleza, se distanciando do envelhecimento. Wolf (2019) afirma que foi o mito da beleza, no cenário capitalista, o que construiu a ideia de competição entre mulheres. Essa questão se torna mais grave, quando questionamos que mulheres vivenciam essas demandas e como elas são atravessadas pelas questões de classe e raça.

bell hooks (2019) critica o lugar de representação dos corpos das mulheres negras, corpos associados ao sexo, o corpo considerado hipersexualizado ou bizarro, uma herança violenta para as mulheres negras desde meados da escravidão, quando eram expostas nuas ou seminuas para entreter homens brancos e ricos ou para serem usados como objeto de estudo. Ao atualizarmos esse comportamento, deparamo-nos com a exposição de corpos negros no carnaval ou em revistas de moda, onde o corpo da mulher não é mostrado para exaltar a beleza negra, mas apenas para mostrar que a revista não compactua com o racismo (hooks, 2019). Dessa forma, gênero e raça se interseccionam de maneira excludente nas relações de poder.

Para Gayatri Sipvak (2010), a questão de gênero nas relações de poder se torna ainda mais complexa, uma vez que ocorreu a marginalização das mulheres no cenário de produção colonial dominado pelos homens. Assim, ainda é necessário observar em quais aspectos e constructos as mulheres se encontram, pois a questão da intersecção mulher-pobreza-negritude seria também fator que subalterniza o gênero. Davis (2016), ao analisar historicamente o lugar das mulheres negras durante o sufrágio nos Estados Unidos, chama a atenção para o fato de que a luta das mulheres pelo voto não significou que negras e brancas tivessem os mesmos direitos, ao contrário, quando a décima nona emenda norte-americana foi aprovada, as mulheres negras foram proibidas violentamente de exercerem a conquista, sendo mais uma vez silenciadas, invisibilizadas e marginalizadas.

Davis (2017) ressalta que as mulheres pertencentes à classe trabalhadora, principalmente aquelas que representam as minorias étnicas, enfrentam a questão do sexismo de uma forma que a sua realidade denuncia as opressões nas quais elas se encontram, como a questão econômica, racial e sexual, sendo estas características distintas da experiência que mulheres de classe média e rica vivenciam. Portanto, as trabalhadoras vivem suas realidades através da dinâmica de exploração do trabalho sexista e as negras vivenciam a opressão do gênero num contexto racial.

Segundo Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho produz o gênero, que é construído no formato de exploração do trabalho das mulheres e sobre a vulnerabilidade que recai sobre elas. Isso significa que existem tarefas consideradas femininas, como o trabalho doméstico, porém não significa que todas as mulheres realizam essas atividades, mas principalmente as pobres e negras que ocupam o âmbito doméstico de muitas casas para que outras possam acessar distintas configurações trabalhistas. Dessa forma, é importante observar que a remuneração das mulheres trabalhadoras irá basear-se de acordo com a posição na qual elas se encontram – gênero, classe e raça. Assim, as mulheres estão localizadas em uma sociedade sexista, racista e classista, que se somam a outras opressões, que as distanciam de e nas posições de privilégios.

Conceição Nogueira (2017) acrescenta que o gênero não é um componente isolado da identidade social, mas se constrói associado a outras dimensões como a raça, a nacionalidade, a orientação sexual e até mesmo a capacidade física dos sujeitos. Logo, a Teoria da Interseccionalidade (Crenshaw, 2002)

torna-se uma ferramenta metodológica de extrema relevância para a busca de respostas que visem a fortalecer as políticas públicas para mulheres e a destacar as questões específicas de cada grupo, dentro da experiência de cada uma delas, experiências sujeitas a múltiplas formas de subordinação (Nogueira, 2017), sejam elas de caráter público ou privado.

Entende-se assim, que o cenário social e familiar patriarcal pode ser agressivo com o desejo das mulheres de transgredir as normas, é o que afirma Biroli (2018) ao destacar que as relações familiares são atravessadas por apoio e exploração de trabalho, onde a discussão do tema família é permeada pelas dimensões controles, privilégios e desigualdades, em que os controles têm por função definir as fronteiras entre homens e mulheres, o que é aceitável, valorizado e demarca “ideais de sucesso na regulação das relações, como a domesticidade feminina, da maternidade e do amor romântico” (Biroli, 2018, p. 92). Isso estabelece um conjunto de heteronormatividade que localiza a mulher numa posição de submissão e conseqüentemente a distancia de lugares de privilégios.

De acordo com Natacha Xavier (2019), as dimensões de privilégios e desigualdades corroboram para a exclusão de laços e desenhos práticos de organização familiar, que são consideradas formas de violência contra os direitos das mulheres. Quanto a essa questão, Pierre Bourdieu (2017) afirma que ocorre uma dinâmica social e historicamente construída nas relações de opressão homem-mulher, de ordem simbólica que atua na manutenção da submissão e da resignação feminina frente aos homens, na ideia de amor romântico e no casamento inabalável, fator que acarreta na manutenção de relacionamentos abusivos e violentos, dificultando que as mulheres os rompam.

De acordo com Wânia Pasinato (2015), é necessário pensar a violência contra a mulher como um aspecto de alta complexidade em relação ao seu cotidiano, considerando ainda as ações intersetoriais e transdisciplinares. Essas ações devem envolver seguimentos, como a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, o poder judiciário e as organizações não governamentais. Xavier (2019) afirma que a mulher vítima de violência conjugal, está inserida numa realidade de humilhação pelo ato de violência e pelo julgamento moral de sua relação com o agressor, logo, ela sente-se desvalorizada diante da situação, fator que acarreta a produção de estigmas e na redução de sua rede de apoio. Neste contexto de violência, o sentimento de culpa pela violência sofrida e sua culpabilização externa promovem um amplo processo de humilhação e vergonha para estas mulheres. Outro fator agravante são os dados de feminicídio, que têm aumentado consideravelmente. De acordo com o Mapa da Violência (Júlio Waiselfisz, 2015), a média nacional de assassinatos é de 4,6 por 100 mil mulheres, onde sua maioria são negras e pobres.

Nesse sentido, pela soma da construção do que é ser mulher, rica ou pobre, branca ou negra, numa sociedade machista e patriarcal, que tem a violência, em todas as suas formas, como reguladora do espaço público e privado, significa pensar que as estratégias de enfrentamento às violações dos direitos das mulheres podem ser construídas através de uma leitura interseccional. Para Nogueira (2017), a análise interseccional possibilita a não essencialização das categorias gênero, raça e classe.

Luis Fernando Miguel e Flávia Biroli (2014) reforçam que os direitos das mulheres devem ser pensados a partir da atribuição do feminismo como um modo político de transformação e assinalam a impossibilidade de se pensar a teoria política negando a teoria feminista, pois este “é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise” (p. 17). Logo, é de extrema importância que sejam colocados em xeque os determinantes sociais concedidos às mulheres ao longo da história da humanidade, de modo que a liberdade de ser quem quer que elas desejem seja o principal norte de cada mulher, parafraseando Simone de Beauvoir (2016), que o tornar-se mulher seja de cada uma, sem a violenta limitação imposta pelo sistema patriarcal.

## **A MULHER NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

As questões de gênero reproduzem de forma manifesta no cotidiano e influenciam diretamente as relações humanas, sejam elas de esferas trabalhistas, familiares ou amorosas. Martín-Baró (2014) afirma que a o caráter biológico se converte em destino na vida de parte considerável das mulheres latino-

mericanas. A pobreza, enquanto uma questão social, também evidencia fortes questões de gênero. De acordo com Araújo et al. (2018), o desemprego e a crise econômica penalizam de modo mais incisivo as mulheres, tornando os fenômenos de pauperização predominantemente femininos.

Dessa forma, o gênero é um importante marcador de vulnerabilidade econômica. Para Martín-Baró e Lacerda (2014), os sistemas socioeconômicos dominantes constituem ordens discriminantes que prejudicam os setores mais frágeis, como o feminino. O fenômeno da feminização da pobreza é definido como um aumento dos níveis de pobreza entre casas chefiadas por mulheres (Medeiros & Costa, 2008). A feminização da pobreza é um processo global, de acordo com relatório da Oxfam (2020), 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho frente a 6% dos homens em todo o mundo. Além disso, a diferença de renda entre homens e mulheres é mais pungente no auge da idade produtiva feminina posto que haja o esgotamento do tempo da mulher para a dedicação às atividades assalariadas.

Neste sentido, o simples fato de se nascer mulher diminui as possibilidades e as facilidades de acesso a recursos, capacidades ou liberdades. De acordo com Silva Federici (2017), a feminização da pobreza encontra-se intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento das relações capitalistas sobre a vida das mulheres e demarca a passagem do período feudal para as relações de produção de forma que a privatização das terras comunais, a separação entre espaço de produção (fábricas) e espaço de reprodução (lares) aumentou a pauperização feminina.

Mesmo antes da ascensão das relações capitalistas de produção, já havia uma divisão social do trabalho, entretanto, as atividades domésticas nem sempre foram relacionadas à fragilidade e à subalternidade. De acordo com Davis (2016), as mulheres foram trabalhadoras produtivas dentro da economia doméstica, sendo o seu trabalho tão respeitado como o dos homens. Quando a manufatura se deslocou dos lares para o chão das fábricas, ampliou-se a ideologia da natureza feminina, que evidenciava os ideais das mulheres, enquanto esposas e mães, apêndices dos homens e veículos passivos para o reabastecimento da vida humana.

O trabalho doméstico teve sua importância social subestimada obscurecida com o advento das relações capitalistas de produção, quando o salário passou a ser um marco valorativo das relações sociais. Davis (2016) também destaca que, junto à responsabilização da mulher no sustento de seus dependentes, encontram-se subjacentes o trabalho invisível relativo à vivência da maternidade, do cuidado com a casa e com os familiares, o que aumenta as barreiras de acessibilidade ao mercado formal de trabalho ao mesmo tempo em que não são remunerados.

As mulheres são instrumentos diretos das políticas públicas brasileiras, enquanto mães, esposas, cuidadoras e filhas. Dessa forma, faz-se necessário o debate sobre os pressupostos subjacentes ao principal programa de transferência de renda direta com condicionalidades do Brasil, o Programa Bolsa Família, evidenciando seus conteúdos implícitos e explícitos. As mulheres pobres são preferencialmente as escolhidas como responsáveis familiares (Lei nº 10.836, 2004). Elas serão oficialmente responsáveis pelo desempenho da família em relação ao PBF no cumprimento de condicionalidades na área da saúde e da educação e receberão mensalmente um valor calculado a partir da sua renda, da quantidade de dependentes e do período do ciclo de vida de cada membro da família. O dinheiro deve se converter em benesses necessárias à sobrevivência de seu coletivo.

Antes de ser um discurso neutro, a política pública reflete conflitos sociais de sua época, reforça papéis sociais associados a estereótipos e pode contribuir na manutenção de relações de poder. Para Martín-Baró (2014), a Psicologia precisa partir de uma consciência dos condicionamentos sociais do que é político, analisar o que há de psíquico na prática política de nossa sociedade. Em especial, o PBF incide de forma direta e imediata no cotidiano das mulheres pobres. Por um lado, as beneficiárias, que já eram mães, esposas, cuidadoras e gestoras da casa, podem ter uma segurança financeira para atenuar situações emergentes de vulnerabilidades. Entretanto, o PBF é um reforçador do trabalho reprodutivo, posto que nele encontra-se explícito uma relação de troca: as mulheres garantem o recurso para alívio imediato da pobreza da sua família à medida que cumpram determinadas condições, todas vinculadas à domesticidade feminina. É necessário que a mãe garanta que o filho esteja matriculado, frequentando a escola e em dias com as obrigatoriedades de saúde.

Caso a responsável não garanta as metas supracitadas, pode ser penalizada com advertência, suspensão e até cancelamento do benefício. Tais exigências recaem sobre a mulher sob penalidade de perda do PBF sem que sejam fornecidos espaços para promoção de processos emancipatórios próprios. Dessa forma, evidenciamos o caráter de centralidade desta política pública na criança e no adolescente, inexistindo uma agenda para o desenvolvimento feminino. A mulher pobre ao ser beneficiada por um programa de alívio a pobreza é colocada simbólica e legitimamente como guardiã dos filhos e administradora nata do gerenciamento de recursos escassos no espaço doméstico. Por outro lado, há indiretamente ganhos próprios na ampliação de possibilidades de existências, de alimentação da prole como direito, ainda que o valor seja insuficiente.

A segurança de um repasse financeiro mensal prioritariamente para a mulher pode aumentar seu poder de decisão feminino sob o uso do dinheiro e proporcionar melhorias de vida da titular como divórcios pelo aumento do poder de barganha dentro de relações violentas (Lavinias, Cobo, & Veiga, 2012). Dessa forma, o gênero feminino no contexto de pobreza conquista novos espaços dentro de sua família ao mesmo tempo em que precisa manter sua condição de mulher-do-lar. Sendo assim, para Letícia Bartholo, Luana Passos e Natália Fontoura (2017), a preferência pelo sexo feminino também pode reproduzir lugares sociais que se configuram como barreiras à emancipação como a primazia do trabalho doméstico, naturalizando papéis de gênero consagrados pela tradição e pelo costume. Para Davis (2016), o trabalho doméstico é intrínseco à história humana e ainda hoje fundamenta a manutenção dos modos de produção. Apesar de sua relevância, seu potencial não inventivo, criativo e não assalariado coloca as atividades no lar como um não-trabalho e posiciona a mulher em maiores situações de privações caso comparada ao sexo oposto. A responsabilização feminina pela hegemonia do cuidado de sua família tanto dificulta a entrada no mercado formal, quanto tira a mulher o poder de agenciar sua própria existência.

Neste sentido, o Estado não apenas legitima papéis de gênero, como penaliza as mulheres ao responsabilizá-las pela manutenção do PBF no que diz respeito a tarefas tradicionalmente domésticas, deixando as questões de gênero no âmbito privado e não levando ao debate público. De acordo com Chiara Saraceno (2005), é esperado que as mulheres invistam mais na família ao mesmo tempo em que a reciprocidade masculina não é interrogada. Neste sentido, as opressões de gênero não estão presentes apenas nas relações interpessoais, como também, manifestam-se estruturalmente através de aparatos legais e políticas estatais.

Nussbaum (2000) parte do pressuposto de que todo cidadão deve ser digno de preocupação e de respeito, inclusive as mulheres. O PBF, como um programa estabelecido dentro de uma conjuntura sociopolítica, reproduz as desigualdades de gênero de sua época e carrega em seu campo uma série potencialidades e contradições ao posicionar a mulher como instrumento de desenvolvimento familiar sem propostas que promovam seu concomitante agenciamento. Além disso, há a garantia de uma segurança de renda mínima apenas enquanto sua beneficiária permanecer executando funções historicamente a ela destinada, ainda não concebendo a titular fora da coletividade família como um sujeito que deseja, raciocina, idealiza e busca realizar-se.

O Estado centraliza na mulher expectativas de que ela reforce o laço social e satisfaça necessidades de seus coletivos. A subordinação do repasse financeiro ao cumprimento satisfatório de determinadas condições de saúde e de educação aponta para uma concepção de moral subjacente de que a mulher, de forma deliberada, não cuida de sua prole merecendo por isso ser punida. Mani Marins (2018) evidencia que implícita à lógica das condicionalidades há um incentivo ao processo de individualização posto que caberia ao indivíduo se livrar da sua situação de precariedade social, cumprindo de maneira responsável as contrapartidas da política.

Sendo assim, pouco se questiona situações de vulnerabilidade e de exclusões tácitas contidas na suposta escolha em não promover a apresentação dos filhos à escola, em não cuidar da saúde no puerpério ou não conduzir os filhos até a Unidade Básica de Saúde mais próxima para pesagem, vacinação e acompanhamento médico. A impossibilidade da família de dar sua contraparte aponta para situações de vulnerabilidades sociais e de violação de direitos fundamentais que podem ser superados com o auxílio da rede de assistência social.

Para Nussbaum (2000), a mulher não deve ser agente da prosperidade geral de uma família e sua missão no mundo não é executar o plano de vida de outra pessoa. A autora defende uma orientação ética e política direcionada a tratar cada ser humano como fonte de ação e valor próprio, com seus próprios planos e vidas para serem vividas, portanto, como merecedoras de todo o apoio necessário do poder público. Dessa forma, a exigência das condicionalidades reedita a representação simbólica do espaço doméstico como território habitualmente feminino e a primazia da família sob qualquer projeto pessoal de vida para sua responsável.

É inegável a importância da segurança de um repasse financeiro como direito no alívio imediato das violências provocadas por um cotidiano de negação de direitos, de fome e de miséria da população pobre do país. Entretanto, reconhecendo que o gênero intensifica e reverbera na pobreza, faz-se necessária a construção de políticas públicas que se comprometam com a autonomia e com as causas das mulheres. O Estado não é neutro diante da problemática do gênero, tornando-se agente reprodutor de questões históricas, políticas e culturais relacionadas à exploração do patriarcado, termo definido por Saffioti (2015) como o regime de dominação e de exploração do gênero masculino sob o feminino, cuja estrutura contamina toda a sociedade e impregna nos aparelhos estatais.

As atribuições das mulheres nas políticas públicas dentro do contexto de pobreza reforçam seu papel de subalternidade e de apêndice do desenvolvimento de outrem em detrimento do próprio, seja a da família como um núcleo, seja o do Estado como um projeto político. Defendemos a importância do afeto, do cuidado e da educação como base fundante do processo civilizatório e na manutenção da sociedade. Contudo amar, cuidar e educar não é uma função nata e exclusivamente feminina.

Saffioti (2015) destaca que o espaço íntimo e o espaço público encontram-se profundamente ligados e parcialmente mesclados. A partir dessa perspectiva, evidenciamos o caráter político das relações familiares e compreendemos que no campo pessoal se reproduzem diferenças de gênero, que são diferentemente valoradas trazendo a debate a sobrecarga feminina como dona-de-casa, cuidadora e provedora familiar. Essas funções se somam, mas não se dividem adequadamente, por exemplo, com cursos para o desenvolvimento profissional feminino, berçários junto aos setores privados e creches públicas de período integral. Sendo assim, ao ratificar a generificação das políticas públicas, defendemos uma agenda de desenvolvimento feminista, que inclua a socialização do cuidado, o aprofundamento das questões que permeiam a falta de acesso à saúde e à educação de qualidade e o reconhecimento da função social das tarefas reprodutivas no desenvolvimento da nossa sociedade.

## QUANDO A CASA E A RUA SE ENCONTRAM

A experiência de se construir como mulher é vivida de maneiras diversas e é composta pela combinação de lugares, identidades, corpos e trajetórias que assinalam quem somos, mesmo que haja um padrão ideal em que estão marcadas expectativas sobre como ser mulher, e isso define um paradigma de comportamento, de convivência e espaço na sociedade. Contudo, este padrão está longe de expressar a complexidade e a multiplicidade de nossas vivências. Ao longo de nossa história, o trabalho reprodutivo foi sendo cada vez mais responsabilidade feminina, o que coloca a casa como seu domínio. Mas o que dizer das mulheres que não têm casa e fazem das vias públicas o seu lar e que, embora se diga que a rua não é o seu lugar, é lá que elas moram?

A casa é o lugar onde a vida é protegida das intempéries, das ameaças, perigos reais e da exposição do cotidiano. As paredes e muros conformam a fronteira entre o mundo privado e o domínio público. Nos espaços públicos, estamos de passagem, no trânsito entre diferentes lugares, todavia há quem confronte a regra geral e permaneça nesses espaços e os transforme em lugar de moradia, mantendo as rotinas da vida privada nas praças, calçadas, viadutos e imóveis abandonados. Para Sarah Escorel (1999), o fenômeno no qual o lar convive com o espaço público, reflete o desafio a determinados princípios básicos de organização social e enfatiza que processos de exclusão são responsáveis por produzir este fenômeno.



Izalene Tiene (2004) relaciona estes processos de exclusão a uma imposição da sociedade de classes, na qual a mercadoria e o mercado se sobrepõem à pessoa e à vida.

Estar em minoria particulariza a experiência das mulheres que moram e sobrevivem nas e das ruas. Pesquisa realizada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) identificou que apenas 18% das pessoas em situação de rua são mulheres (MDS, 2009), um número bastante reduzido, principalmente se considerarmos que as mulheres representam, de acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), mais de 50% da população brasileira. Talita Gonçalves (2019) menciona como os limites das estruturas que definem papéis de gênero vão sendo afrouxados com a presença das mulheres num mundo predominantemente masculino e demonstra que o fato destas mulheres se encontrarem em situação de rua suscita uma subversão a um modelo prescrito para o que é feminino.

Ao evidenciar o caráter de subversão na existência de mulheres vivendo em contexto de rua, não desconsideramos as dificuldades impostas por esse cenário, tampouco pretendemos desprezar as circunstâncias opressivas que compõe o percurso traçado até aí. Ao contrário, consideramos evidenciar que o processo de saída para as ruas é permeado por situações que, envolvendo conflitos familiares, dentre os quais tem-se marcadamente a violência doméstica, a separação e/ou conflitos conjugais e familiares (Rosário, 2015; Tiene, 2004). Ana Lúcia Spiassi (2016) revela a fragilidade do ideal casa/lar como espaço seguro ao mostrar que independente da condição de raça, idade e escolaridade, as mulheres que participaram de sua pesquisa estiveram submetidas a circunstâncias de violência ocorridas antes ou depois da situação de rua.

Andréa Esmeraldo Câmara (2019) ressalta que ao atravessarem a fronteira da casa e irem para as ruas, as mulheres podem experimentar sentimentos que vão desde o alívio pelo rompimento com a violência até medo e desamparo e, estando nas ruas, tecem seus modos de vida à medida em que constroem suas relações com esse novo território. Gilderlândia Kunz, Ana Lucia Heckert e Silvia Carvalho (2014) e Escorel (1999) acentuam a importância das redes de apoio que contribuem para as necessidades das pessoas em situação de rua e mostram que estas redes podem conduzir a mobilidade das pessoas e a atribuição de significados aos territórios em que mantém relações de modo que é possível afirmar que as redes de apoio atuam na estruturação dos modos de vida de pessoas em situação de rua. Ao afirmar que a mobilidade de quem vive nas ruas é norteada em razão das relações interpessoais, Tiene (2004) ressalta que as relações estabelecidas no universo das ruas podem ser transitórias, assim haveria deslocamentos territoriais em razão de novas relações promotoras de apoio. No caso das mulheres, o processo de invisibilidade de sua presença nas ruas faz com que não haja políticas públicas ou benefícios assistenciais que contemplem suas necessidades, o que coloca esta rede de apoio no lugar de suma importância.

Além de maior dependência em relação à rede de apoio para manutenção de suas necessidades cotidianas, as mulheres em situação de rua estão mais expostas à violência do que os homens nesta mesma situação. Para Anderson Rosa e Ana Brêtas (2015), nas ruas, as mulheres estão sujeitas a diversas formas de violência, mas a violência física é a que atinge de forma mais intensa as mulheres, que relatam situações de agressão e morte. Os autores classificaram em ordem de incidência os agentes das violências, em primeiro lugar, está a violência praticada por pessoas intolerantes com as pessoas em situação de rua, em segundo lugar, está a violência praticada pelas próprias pessoas que estão no cenário das ruas, as quais têm como motivação, principalmente, dívidas com traficantes, disputas pessoais por espaço e por parceiros, além de desavenças pessoais, e, em terceiro lugar, está a violência de cunho higienista praticada por agentes de segurança.

Em virtude de que a violência de gênero, corrente no contexto das ruas, evoca a ideia de fragilidade feminina e, conseqüentemente, a de supremacia masculina, é preciso atentar para compreensão desse processo como uma construção social, no qual o patriarcado sustenta a educação feminina a partir da ideia de docilidade. Como alerta Saffioti (2015), a diferença sexual convertida em diferença política contribui para que as violências perpetradas contra as mulheres sejam naturalizadas. Assim, na situação de rua, o medo surge como um sentimento que se faz constante para estas mulheres.

Para além das expressões das violências, propriamente ditas, são evidenciadas as relações estabelecidas em função das assimetrias de gênero que, no cenário das ruas, reproduzem as experiências da vida doméstica e onde a divisão sexual do trabalho orienta as rotinas de homens e mulheres, fazendo com que elas sejam as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo de cuidado, tanto de seus parceiros, como de todo o grupo, ainda que, assim como os demais, realizem atividades para aquisição de alimentos, roupas e dinheiro. Para Rosário (2015), esta realidade revela um modelo de submissão que vai da casa para a rua. Para Saffioti (2015), o patriarcado conduz a uma supremacia masculina, ao mesmo tempo em que educa mulheres para a resignação e obediência. Biroli (2018) analisa a divisão sexual do trabalho considerando seu papel estruturante, já que para a autora estas relações organizam a sociedade atribuindo de forma desigual as responsabilidades entre homens e mulheres, que ocupam um lugar subalterno a serviço dos demais.

Mesmo que a relação entre homens e mulheres na rua seja permeada por essa desigualdade estrutural, muitas vezes, as mulheres recorrem à presença masculina como forma de proteção, pois se acredita que as mulheres sozinhas estão mais expostas às violências (Tiene, 2004; Bortoli, 2017). Além da proteção, a relação com um parceiro é construída a partir de afetividade. Não é raro que algumas mulheres estejam nas ruas acompanhadas dos parceiros com quem já estavam antes dessa vivência, ou que constituam relações com homens que também estejam nesta situação. Kunz, Eckert e Carvalho (2014) e Bortoli (2017) contam histórias de casais que foram juntos para as ruas e mantiveram-se nesta relação, mesmo após um certo tempo de moradia na rua.

O lugar-comum e a padronização, seja das pessoas ou das ações, não coadunam com a vida nas ruas. Tiene (2004) avalia que em virtude das histórias e experiências de cada mulher que vive nas ruas, suas formas de viver não podem ser uniformes. Estas mulheres são capturadas pelo significado social que é atribuído à rua, como se estar ali fosse a única vivência que as identificam sobre elas pesam estigmas e preconceitos que medeiam seus modos de vida. Segundo Richard Parker (2013), estigmas e preconceitos configuram processos que representam estruturas de poder e de dominação mantenedores de desigualdades sociais, portanto processos opressivos. A marca da rua é a diversidade, no entanto, o olhar que se lança sobre ela uniformiza as mulheres em rótulos que, de um lado as fragilizam e as vitimizam, de outro, as culpam e as demonizam. Bortoli (2017) assinala que os preconceitos podem limitar as possibilidades das mulheres em situação de rua, enquanto Rosário (2015) destaca que as mulheres criam estratégias de sobrevivência frente aos preconceitos e discriminações.

Os contextos opressivos, a que estão submetidas as mulheres em situação de rua, são entremeados por sua condição de gênero, assim como pela pobreza e pelos significados que a rua carrega. Escorel (1999) identifica a exclusão e a desigualdade como processos nos quais, para além da limitação de acesso aos bens, são definidos lugares sociais para as pessoas que vivem nas ruas e destaca como a naturalização da pobreza e a culpa atribuída às pessoas pobres por sua condição impactam na exclusão social. Já Rosário (2015) alerta que é exatamente a condição de pobreza uma propulsora para a trajetória de rua. Entretanto, é necessário reconhecer que a pobreza tem expressões distintas e atinge de formas diferentes estes grupos de pessoas, mostrando uma face muito mais dura para as mulheres. Para Anistia Internacional (2009), as mulheres pobres estão mais sujeitas à violência e à discriminação, tanto que homens pobres, como em relação às mulheres de outras classes sociais, e tem seus direitos à saúde, educação e alimentação limitados.

Contudo, em meio a processos opressivos, as mulheres em situação de rua constroem processos de resistências, e o fato de estarem vivas num cenário em que estão tão expostas à violência escassez é sinal de resistência. Kunz, Heckert e Carvalho (2014) mostram como é necessário o desenvolvimento de táticas e astúcias para dar novos significados aos espaços da rua para com isso construir possibilidades de manutenção de sua integridade. Enfrentando as vicissitudes do ser mulher (gênero), da pobreza e da rua, estas mulheres mostram que são autoras da própria história e da própria vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as categorias gênero e pobreza, no cotidiano de mulheres que são beneficiárias do PBF e das mulheres que vivem em situação de rua é um desafio que nos convoca de antemão a renunciar à essencialização de uma identidade cristalizada dadas às mulheres numa sociedade pautada pela lógica patriarcal, que não foi pensada para acontecer com as mulheres ocupando os espaços públicos, de poder e de emancipação. Nesse sentido, as práticas de exclusão social, analisadas através da leitura interseccional de gênero e pobreza, nos direcionam a um tensionamento urgente, na tentativa de reflexão, análise e superação da lógica universal sobre os modos de vida das mulheres e que também nos convoca a repensar as políticas públicas de atenção a elas, uma vez que as necessidades a serem vistas são as mais diversas possíveis.

As mulheres em situação de rua, ao ocupar o espaço público e criar novos modos de vida neste contexto adverso, através de processos de resistência, nos provocam a olhar para este lugar de uma maneira criadora em que elas podem e devem ser autoras de suas escolhas, porém, com a demanda de efetivação de políticas públicas que sejam capazes de conceder e garantir bens essenciais como trabalho, educação, saúde, entre outros, que visem a sua dignidade, bem como a superação de um lugar de opressão.

Essa mesma lógica, de um olhar interseccional, dentro do recorte de gênero e pobreza, com as mulheres beneficiárias do PBF, também nos dá pistas de como não naturalizar o espaço que elas ocupam de forma que o benefício social não deve ter um caráter assistencialista, mas que junto dele os equipamentos e profissionais envolvidos neste processo possam promover espaços dialéticos e de conscientização em que sejam dadas possibilidades de reflexão quanto ao cuidado que as mulheres dedicam às suas famílias e ao lar em que vivem, de modo que esta ocupação também seja percebida como um trabalho que precisa ser repensado na agenda das políticas de atenção às mulheres e reconhecidas com a sua real função social.

## REFERÊNCIAS

- Anistia Internacional (2009). *La trampa del género*. Mujeres, violência y pobreza. <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/la-trampa-del-genero-mujeres-violencia-y-pobreza/view>
- Araújo, C., Gama, A., Picanço, F., & Cano, I. (2018). *Gênero, Família e Trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. Gramma.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo: a experiência vivida*. Nova Fronteira. (Original publicado em 1949)
- bell hooks (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Elefante.
- Bartholo, L., Passos, L., & Fontoura, N. (2017). Bolsa Família, Autonomia Feminina e Equidade de Gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? *Texto para discussão*. IPEA. [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2331.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2331.pdf)
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. Boitempo.
- Bortoli, S. R. (2017). *Mulheres adultas em situação de rua e a mídia: histórias de vida, práticas profissionais com a população de rua e representações jornalísticas* (Tese de Doutorado em Estudo dos Meios de produção Mediática, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-01062017-101741/pt-br.php>
- Bourdieu, R. P. (2017). *A dominação masculina*. BestBolso.
- Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Record.
- Câmara, A. E. (2019). *Os modos de vida de mulheres em situação de rua em Maracanaú*. [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43238/1/2019\\_dis\\_aecamara.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43238/1/2019_dis_aecamara.pdf)
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Boitempo.
- Davis, A. (2017). *Mulheres, Cultura e Política*. Boitempo.
- Escorel, S. (1999). *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão*. FIOCRUZ.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.
- Gonçalves, T. F. (2019). *Rua substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade* (Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS). <http://hdl.handle.net/10183/194586>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010*. Autor. <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>
- Kunz, G. S., Heckert, A. L., & Carvalho, S. V. (2014). Modos de Vida da População em Situação de Rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal Revista de Psicologia*, 23(3), 919-942. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1192>
- Lavinas, L., Cobo, B., & Veiga, A. (2012). Bolsa Família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres pobres e as relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Población*, 10(6), 31-56. <http://www.alapop.org/alap/Revista/Articulos/relap10art2.pdf>
- Lei Federal n. 10.836*, de 9 de janeiro de 2004. (2004). Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)
- Marins, M. T. A. (2018). O ‘feminino’ como gênero do desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, 26(1), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n139010>
- Martin-Baró, I. (1990). La familia, puerto y carcel para la mujer salvadorenha. *Revista de Psicología de El Salvador*, 37(9), 265-277. [http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-familia-puerto-y-c%C3%A1rcel-para-la-mujer-salvadore%C3%B1a-RP1990-9-37-265\\_277.pdf](http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1990-La-familia-puerto-y-c%C3%A1rcel-para-la-mujer-salvadore%C3%B1a-RP1990-9-37-265_277.pdf)
- Martin-Baró, I. (2005). *Accion e Ideologia: Psicologia Social desde Centroamérica*. UCA. (Original publicado em 1983) <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1983-@-Acci%C3%B3n-e-ideolog%C3%ADa-psicolog%C3%ADa-social-desde-centroamerica.pdf>
- Martín-Baró, I. & Lacerda, F. (2014). Psicologia Política do Trabalho na América Latina. *Revista Psicologia Política*, 14(31), 609-624. (Original publicado em 1989) <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n31/v14n31a12.pdf>
- Medeiros, M. & Costa, J. (2008). O que entendemos por “Feminização da Pobreza? *Centro Internacional da Pobreza*, 58. <https://ipcig.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>
- Miguel, L, F. & Biroli, F (2014). *Feminismo e Política*. Boitempo.
- Nogueira, C (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Devires.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2009). I Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua – Síntese de resultados. In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a população em situação de Rua*. [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)
- Nussbaum, M. C. (2000). *Women and human development: the capabilities approach*. Cambridge University.
- Oxfam (2020). *Tempo De cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*. Oxfam Brasil. <https://10.21201/2020.5419>
- Parker, R. (2013). Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. In S. Monteiro & W. Villela (Orgs.), *Estigma e Saúde* (pp. 25-46). FIOCRUZ.

- Pasinato, W. (2015). Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 533-545. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533>
- Rosa, A. S. & Brêtas, A. C. P. (2015). A Violência na Vida de Mulheres em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, Brasil. *Interface*, 19(3), 275-285. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>
- Rosário, G. O. (2015). *Análise da Condições e Modos de Vida de Mulheres em Situação de Rua em Porto Alegre* (Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre/RS). <http://hdl.handle.net/10923/8127>
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência*. Perseu Abramo.
- Saraceno, C. (2005). A dependência construída e a interdependência negada. In G. Bonachi & A. Groppi (Orgs.), *O dilema da cidadania* (pp. 205-234.). Unesp.
- Scott, J. W. (2016). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Cadernos de História UFPE*, 11(11), 9-39. (Original publicado em 1989) <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/view/109975/21914>
- Sen, A. S. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Spiassi, A. L. (2016). *Violência como Fator de Vulnerabilidade para a saúde de mulheres usuárias de drogas do Centro do Município de São Paulo* (Tese de Doutorado em Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-08092016-094640/pt-br.php>
- Sipvak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* UFMG.
- Tiene, I. (2004). *Mulher moradora de Rua: entre vivências e políticas sociais*. Alínea.
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil*. ONU. [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)
- Wolf, N. (2019). *O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rosa dos Tempos.
- Xavier, N. F. (2019). *Processos de estigmatização e de enfrentamento à violência conjugal vivenciado por mulheres* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE). <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42949>

**Histórico**

*Submissão: 06/07/2020*

*Revisão: 13/02/2021*

*Aceite: 14/02/2021*

**Contribuição dos Autores**

*Concepção: RM; AE; NX; VX*

*Coleta de dados: Não se Aplica*

*Análise de dados: Não se Aplica*

*Elaboração do manuscrito: RM; AE; NX; VX*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual: RM; AE; NX; VX*

*Importante: Aprovação final do manuscrito: VX*

**Financiamento**

*Verônica Moraes Ximenes - Bolsista CNPq PQ 1D*

*Renata Cristina Façanha de Meneses - Bolsista de Mestrado da CAPES*

**Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

**Aprovação, ética e consentimento**

*Não se Aplica*

Artigo Original

## Programa Bolsa Família e a dinâmica de famílias quilombolas

*El programa Bolsa Família y la dinámica de familias quilombas*

*Programa Bolsa Família and the dynamics of quilombola families*

**Magda Dimenstein**  
**Victor Hugo Belarmino**  
**João Paulo Macedo**  
**Jáder Ferreira Leite**  
**Candida Dantas**

**Magda Dimenstein**

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRN.

<https://orcid.org/0000-0002-5000-2915>

E-mail: [mgdimenstein@gmail.com](mailto:mgdimenstein@gmail.com)

**Victor Hugo Belarmino**

Mestre em Psicologia Social – UFRN.

<https://orcid.org/0000-0002-4102-3351>

E-mail: [victorbelarmino@outlook.com](mailto:victorbelarmino@outlook.com)

**João Paulo Macedo**

Doutor em Psicologia Social – UFRN.

<https://orcid.org/0000-0003-4393-8501>

E-mail: [jpmacedo@ufpi.edu.br](mailto:jpmacedo@ufpi.edu.br)

**Jáder Ferreira Leite**

Doutor em Psicologia Social – UFRN.

<http://orcid.org/0000-0002-6045-531X>

E-mail: [jaderfleite@gmail.com](mailto:jaderfleite@gmail.com)

**Candida Dantas**

Doutora em Psicologia Social – UFRN.

<http://orcid.org/0000-0003-4778-9400>

E-mail: [candida.dantas@gmail.com](mailto:candida.dantas@gmail.com)

### Resumo

*Objetiva-se discutir os efeitos do Programa Bolsa Família na dinâmica familiar e na gestão do cotidiano de mulheres beneficiárias e moradoras de duas comunidades quilombolas rurais do nordeste brasileiro. Entrevistou-se 72 mulheres por questionário socio-demográfico e entrevistas semiestruturadas. Há centralidade das mulheres como elemento organizador do cotidiano e responsável pelo estabelecimento de vínculos intergeracionais, como também elo agregador das comunidades na medida em que fazem a ponte entre o mundo doméstico e o comunitário. Observa-se a reprodução dos lugares tradicionais de gênero relacionados ao cuidado e à manutenção de desigualdades quanto à divisão de tarefas e tomada de decisão no interior das famílias, com sobrecarga para as mulheres. Nota-se interferências do BF nas dinâmicas familiares em três dimensões: relações conjugais, maternidade e cuidado dos filhos e relações comunitárias. Efeitos de autonomia e aumento no poder decisório podem ser sentidos, os quais rebatem em práticas de resistência e subversão no cotidiano.*

**Palavras-chaves:** *Mulheres; Quilombola; Dinâmica familiar; Gênero; Rural.*

### Resumen

*El objetivo es discutir los efectos del Programa Bolsa Família en la dinámica familiar y en la gestión diaria de las mujeres beneficiarias que viven en dos comunidades rurales quilombolas en el noreste de Brasil. Se entrevistó a 72 mujeres mediante cuestionario sociode-*



*mográfico y entrevistas semiestructuradas. Hay una centralidad de las mujeres como elemento organizador la vida cotidiana y responsable de establecer lazos intergeneracionales, así como un vínculo de agregación de las comunidades, en la medida en que cierran la brecha entre el mundo doméstico y el comunitario. Se observa la reproducción de roles de género tradicionales relacionados con el cuidado y el mantenimiento de las desigualdades en cuanto a la división de tareas y toma de decisiones al interior de las familias, con sobrecarga para las mujeres. PBF interfiere la dinámica familiar en tres dimensiones: relaciones yugales, maternidad y cuidado de los hijos, y relaciones comunitarias. Se pueden sentir efectos de autonomía y aumento del poder de decisión, que se reflejan en las prácticas de resistencia y subversión en la vida cotidiana.*

**Palabras-clave:** *Mujeres; Quilombola; Dinámica de la familia; Género; Rural.*

### **Abstract**

*The aim is to discuss the effects of the Programa Bolsa Família on the family dynamics and on the daily management of beneficiary women living two rural quilombola communities in the northeastern Brazil. 72 women were interviewed using a sociodemographic questionnaire and semi-structured interviews. There is a centrality of women as an organizg element of daily life and responsible for establishing intergenerational bonds, as well as a link that bring communities together insofar as they bridge the gap between the domestic world and the community. The reproduction of traditional gender roles related to care and the maintenance of inequalities regarding the division of tasks and decision-making within families is observed, with an overload for women. PBF interferences in family dynamics in three dimensions: marital relationships, motherhood and child care, and community relationships. Effects of autonomy and increase in decision-making power can be felt, which reflect in practices of resistance and subversion in everyday life.*

**Keywords:** *Women; Quilombola; Family dynamics; Gender; Rural.*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva dar visibilidade à realidade de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), moradoras de comunidades quilombolas rurais, localizadas no nordeste brasileiro, em relação aos possíveis impactos do benefício na gestão do cotidiano e na dinâmica das famílias. Contudo, visa analisar em que medida interfere nos lugares tradicionais de gênero no âmbito das famílias quilombolas, ou seja, abre brechas naquilo que está instituído, desloca sentidos e possibilita a emergência de novas modalidades de subjetivação.

Trata-se, desse modo, de aproximar-se de uma trama que articula elementos de naturezas distintas como as questões de gênero, de raça/etnia, as modalidades de dinâmicas familiares, sem esquecer das especificidades das realidades rurais em cenários de pobreza e de iniquidade social. Evidencia-se diferentes dimensões de análise em relação ao nosso problema de pesquisa, as quais, de forma alguma, serão exaustivamente dissecadas nesse artigo, embora seja imprescindível apresentar as principais ideias que norteiam nossa discussão.

Nessa direção, partimos do pressuposto de que esses elementos estão permanentemente entrelaçados e são inseparáveis, conformando um modo de experienciar o cotidiano que é fruto de determinadas conjunções de forças e das relações que se estabelecem entre tais elementos. Não se trata de correlações ou de causalidade entre essas dimensões, nem de linearidades, mas de pensar conjuntamente nas relações sociais e históricas e nas desigualdades que constituíram e constituem a vida das mulheres, em especial, das mulheres negras. Assim, compreendemos que as experiências cotidianas e as dinâmicas das famílias das mulheres quilombolas são agenciadas por uma heterogeneidade de vetores que entrelaçam o nível macropolítico – referente ao plano das formas, das ideias instituídas, ordenadas e dos códigos preestabelecidos - e o nível micropolítico, entendido como o plano das subjetividades, em seu caráter eminentemente processual e coletivo (Guattari & Rolnik, 2013).

Concebemos igualmente que na composição entre esses planos alguns traços atravessam o tempo e a história, e apesar das metamorfoses observadas, podem ser considerados pilares estruturantes dos modos como as experiências das mulheres quilombolas vão sendo forjadas. Um desses pilares refere-se à articulação entre gênero, raça e classe e as amplas desigualdades que atingem as mulheres negras, tal como têm demonstrado as autoras feministas negras (Carneiro, 2003; Davis, 2016; Moutinho, 2014). Ao politizar as desigualdades de gênero e intragênero, a partir do reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre as próprias mulheres, essas autoras revelam a dupla subvalorização que atinge das mulheres negras. Isso significa que para elas as desigualdades produzidas pelo racismo e pela discriminação racial são potencializadas e que há uma ampliação dos coeficientes de precarização e de imobilismo social. Nesse sentido, os indicadores sociais disponíveis revelam claramente a presença do sexismo e do racismo na base da nossa organização social e a persistência das desigualdades de gênero e de raça no Brasil em termos de renda, acesso e permanência no trabalho, escolarização, violência e condições de saúde, dentre outros aspectos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2013).

O outro ponto que queremos destacar é que as experiências locais e o cotidiano das famílias de mulheres negras quilombolas, transversalizados pelos marcadores sociais de gênero, raça e classe indicados acima, se articulam à outras injustiças sociais e se atualizam no bojo do capitalismo contemporâneo, norteados por uma lógica normativa e liberal que opera em nível mundial. Neoliberalismo, para além de ideologia e sistema político-econômico, está sendo compreendido como uma racionalidade voltada à organização da vida social e à captura dos processos de subjetivação (Ferreira, 2019). Ancorados no conceito de governamentalidade de Michel Foucault (1992), autores como Sylvio Costa (2009, p. 177) se questionam:

Mas, então, sob esse novo espírito do capitalismo, que nova forma de governamentalidade é engendrada? Tendo na economia e no mercado sua chave de decifração, seu princípio de inteligibilidade, trata-se de uma governamentalidade que busca programar

estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação.

Nessa direção, Alexandra Rodrigues e Regina Abeche (2010, p. 374) problematizam as repercussões da lógica neoliberal no âmbito das famílias, apontando para a estratégia de “formação de indivíduos e organizações familiares que garantam a manutenção e reprodução do sistema político-econômico neoliberal”. Flávia Lemos et al. (2015), ao analisarem as propostas de empoderamento de mulheres por organizações internacionais destacam que “as relações afetivas entre pais e filhos, as de conjugalidade, entre outras de proximidade, passaram a ser alvo de capitalização, na economia política neoliberal” (p. 204) e a “chamada capacitação das mulheres ganha estatuto de prioridade na agenda política desses órgãos” (p. 205). Nessa linha, Margareth Rago (2019, p. 6), ao discutir sobre neoliberalismo e políticas feministas da subjetividade, indica que a governamentalidade neoliberal opera em todas as instituições e práticas sociais, e nesse sentido, mais especificamente, “as mulheres têm sido chamadas a subjetivarem-se em modos neoliberais, constituindo-se como autônomas, senhoras de si”. Em outras palavras, tanto as famílias enquanto rede de relações, quanto as mulheres, são importantes peças dessa engrenagem que visa produzir modos de subjetivação sintônicos com a ordem social e voltados, na contemporaneidade, à competição e ao empresariamento de si.

O último ponto que norteia nossa compreensão diz respeito à gestão das políticas públicas no cenário neoliberal, onde os elementos subjetividade e inclusão passam a ser decisivos. Rafael Silva e Ana Alexandre (2019), enfatizam os novos modos de gerir as políticas sociais, as quais passam a contar com o indivíduo empreendedor de si mesmo como peça fundamental para a diminuição do Estado. Alfredo Veiga-Neto (2000), no âmbito da educação, também destaca as formas de responsabilização e encorajamento para que cada um conduza sua própria vida, de maneira racional e livre, presentes na racionalidade neoliberal. Maura Lopes (2009) chega a falar da “inclusão como prática política de governamentalidade” (p. 154), ou seja, como condição para “conduzir as condutas humanas dentro de um jogo com regras definidas, no interior dos distintos e dos muitos grupos sociais” (p. 156). Em resumo, como dizem Robson Oliveira e Simone Sampaio (2018, p. 167), “a constituição da ideologia neoliberal entrelaça formas de viver e processos de governamentalização apoiadas sobre as políticas sociais, com a assunção de orientações para a gestão técnica da pobreza inspiradas pela lógica do mercado”.

No bojo da discussão sobre as políticas públicas, diversos autores têm evidenciado a centralidade da família nas políticas de assistência social brasileira e de transferência de renda como é o caso do Programa Bolsa Família, passando a ser responsáveis cada vez mais pela proteção social que deveria, constitucionalmente, ser assegurada pelo Estado, a partir da Constituição Federal de 1988.

A principal estratégia é a chamada privatização da família ou a privatização da sobrevivência da família, propondo explicitamente a transferência de responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado às unidades familiares. Há uma valorização da família como *locus* privilegiado de superação das seqüelas da questão social por um estado que pouco tem priorizado os gastos com o social e, pouco tem implementado em termos de política social e estratégias de superação das desigualdades sociais. (Carloto, 2002, p. 1)

Além disso, são as mulheres que notadamente têm ficado responsáveis pela gestão da vida em cenários de pobreza. Assim, concordamos com Catharina Silveira et al. (2019), “que políticas públicas podem ser tomadas como artefatos culturais implicados em complexos processos de gestão da vida arti-

culados e atravessados pelo gênero” (p. 423). A ampla literatura nacional é unânime em destacar que a relação entre Estado e família se ancora na generificação e na feminização da inclusão social, ou seja, na centralidade das mulheres na instrumentalização das políticas de redução da pobreza e de desenvolvimento social (Meyer, Klein, Dal’Igna, & Alvarenga, 2014; Marins, 2018).

Em relação ao Programa Bolsa Família esse debate já é conhecido. Apesar de ser uma política compensatória, é considerado um dos principais programas de combate à pobreza no mundo. Várias pesquisas apontam seu impacto na melhoria das condições de vida da população mais pobre e redução da desigualdade social (Paes-Sousa & Vaitsman, 2014). Entretanto, para alguns autores, apresenta o risco de reproduzir e institucionalizar tradicionais padrões familiares no âmbito doméstico, nos quais as mulheres adquirem centralidade na posição de guardiãs da família, e reforçar seus deveres maternos, especialmente por serem elas as beneficiárias, em sua maioria (Munõz & Fernandez, 2019). Segundo Silvana e Mariano e Cássia Carlotto (2009), o PBF “torna-se um importante objeto de análise de pesquisas preocupadas em refletir o modo como o Estado incorpora padrões de relações de gênero e concepções de família e de mulher em seus programas que se dirigem ao âmbito das relações de cuidado” (p. 902). As autoras avançam focando nos riscos da “cristalização dos papéis sociais de gênero que aprisionam as mulheres nas tarefas relacionadas ao cuidado, à maternagem e, de modo mais geral, à reprodução social” (p. 905). Claudio Munõz e Eliane Fernandez (2019) sugerem que o PBF favorece a penetração da racionalidade liberal de autogoverno, a intervenção na intimidade da família e nas subjetividades de seus membros, em especial nas mulheres, e o envolvimento ativo dos sujeitos na superação da pobreza.

Em vista disso, compreendemos que o recebimento do benefício do PBF por mulheres quilombolas nos convoca a tratar da teia de elementos postos anteriormente (gênero, raça, dinâmicas familiares, rural, neoliberalismo, pobreza, políticas públicas). Como problemática, situa-se no fio da navalha das discussões que prezam por uma aproximação complexa e situada da questão, o que significa não se afastar da heterogeneidade das relações que se estabelecem entre esses elementos e constituem as mulheres em suas singularidades. Desse modo, pode ser pensado, por um lado, como parte das táticas gerais de governamentalidade descritas por Foucault (1992) e por outro lado, acreditando que “movimentos de contraconduta emergem continuamente em reação à governamentalidade ou à condução das condutas, como manifestações do desejo de não ser governado, ou, pelo menos, de não ser governado desse modo” (Rago, 2019, p. 6), pode ser um dispositivo de produção de interferências nos lugares tradicionais de gênero no âmbito das famílias quilombolas. É sobre isso que vamos tentar discutir a seguir.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Essa discussão faz parte de um estudo mais amplo<sup>1</sup> com delineamento qualitativo, de natureza descritivo-exploratória, realizado junto a 72 mulheres, maiores de 18 anos e residentes em duas comunidades quilombolas rurais, uma no Rio Grande do Norte e outra no Piauí. Os dados aqui apresentados são frutos da utilização de duas ferramentas: questionário sociodemográfico ambiental e entrevistas semiestruturadas. Ambas as ferramentas foram aplicadas no local de moradia das participantes, conformando um tipo de amostragem por conveniência. Especificamente sobre o tema Dinâmica Familiar investigou-se os seguintes aspectos: organização das tarefas domésticas, cuidado dos filhos, cumprimento das condicionalidades e acesso aos programas e serviços de saúde e de assistência social. Na ocasião, foram tratados aspectos éticos, tais como: assinatura do termo de consentimento para participação da pesquisa (TCLE), autorização para gravação de voz e garantia de sigilo. A análise dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo temática (Minayo, 2008) e tomou como base a seguinte categorização: (I) perfil das participantes, (II) Dinâmicas familiares quilombolas: (a) organização do cotidiano e divisão das tarefas, (b) conflitos de atribuição e tomada de decisão, e c) impactos do benefício na gestão do cotidiano das famílias.

---

1 Pesquisa financiada pelo CNPq (Edital Universal 2016) sobre autonomia e gestão do cotidiano de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### PERFIL DAS PARTICIPANTES E DAS COMUNIDADES

Participaram do estudo 72 mulheres assim distribuídas: RN (n=37) e PI (n=35). A comunidade de remanescentes de quilombo do RN possui 140 famílias e localiza-se na área rural, na microrregião do Agreste Potiguar, a 46 km da capital Natal. A comunidade do PI possui 87 famílias, localiza-se na área rural, a 189 km de Teresina, capital do Estado. As idades das participantes variam entre 18 e 59 anos (40,3% entre 30 e 39 anos); a maioria é casada (72,2%); as famílias são constituídas com 3 ou 4 membros (58,3%) e têm renda de até meio salário mínimo (59,7%). O ensino fundamental completo ou incompleto (52,8%) predomina e se declaram de religião católica (91,7%). A matriz heterossexual monogâmica caracterizou as famílias, de modo que não identificamos famílias homoafetivas ou poliamorosas. Apesar de ser comum nas comunidades rurais, ao se casarem, os filhos construirão suas casas no entorno das casas dos pais, constituindo um perfil de família extensa, identificamos que o modelo de família nuclear é o que se destaca nas duas comunidades.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) relacionados aos dois municípios confirmam o cenário de precariedades e as inúmeras vulnerabilidades que atingem as populações moradoras de comunidades quilombolas de forma geral. As famílias sofrem de problemas crônicos associados à pobreza e à falta de suporte das políticas públicas e programas governamentais. Há, predominantemente, baixos níveis de renda e escolaridade, pouco acesso ao ensino médio e superior, assim como dificuldade de obtenção de água potável e mecanismos sustentáveis de coleta e destinação do lixo. As principais fontes de sustentação estão na agricultura de subsistência e é evidente a importância dos programas sociais como o BF na complementação da renda das famílias.

Tal como apontado pelos organismos internacionais e estudos brasileiros, as populações rurais, especialmente latino-americanas, são marcadas historicamente pela pobreza e pelas consequências da intensa e perversa desigualdade social. Segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD, 2016), as taxas de pobreza rural são sistematicamente mais altas que as urbanas na maior parte do mundo. No Brasil, estima-se que apenas 15,6% de sua população vive no meio rural (IBGE, 2010), porém, 25% dessa população encontra-se em condição de extrema pobreza (MDS, 2014). Como agravante, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) (IBGE, 2018) mostra que a pobreza aumentou no país entre 2016 e 2017. É sobre essas populações que recai a maior parte dos efeitos advindos da falta de desenvolvimento em âmbitos diversos como educação, saúde e seguridade social.

Carlos Pinto, Betty Rocha e Nikolas Pirani (2018) analisaram o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Rural do país, o qual está baseado em um conjunto de indicadores que permitem uma compreensão sobre nossa realidade rural, especialmente em torno das dimensões de longevidade, educação e renda. Os autores destacaram o abismo que separa as populações rurais e urbanas, bem como as assimetrias no que diz respeito à escolarização e renda, sobretudo, entre as diversas regiões brasileiras. Nessa direção, Adriana Loureiro, Claudia Costa e Paula Santana (2016), destacam que os territórios rurais, em sua maioria, apresentam um quadro de maior vulnerabilidade, com baixa escolaridade, nível socioeconômico deficiente, escasso apoio social e assistência nos serviços de saúde, o que contribui negativamente nos indicadores de saúde, em parte produto do isolamento social e geográfico, aliados às desigualdades e privações econômicas e sociais.

No caso das comunidades investigadas, nota-se como essas populações dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) já que quase a totalidade faz consultas, exames e tem acesso aos medicamentos através do SUS. Há inúmeros obstáculos para usufruir de tais serviços, seja pela distância entre as comunidades e a os equipamentos de saúde, pela falta de transporte, seja por problemas relativos ao planejamento e atuação das equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e Agente Comunitário de Saúde (ACS) nas comunidades. Apesar das populações negras quilombolas serem considerados grupos prioritários nas

políticas de saúde e assistência, no cenário atual, consideramos que a tendência é que as iniquidades se ampliem e reverberem no incremento das taxas de morbimortalidade, bem como dos agravos, especialmente de doenças crônicas e associadas às precárias condições de vida (Dimenstein et al., 2019).

Especificamente sobre a realidade das comunidades quilombolas no país existem quase 3.000 comunidades certificadas e pouco menos de 150 tituladas. O processo de titulação é muito lento e burocrático. Segundo Fernando Oliveira e Maria D'Abadia (2015), tal fato se deve tanto à burocratização dos processos administrativos vinculados à titulação quanto aos jogos políticos de interesses econômicos dos grandes fazendeiros e/ou empresários rurais. Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial /SEPPIR (MDS, 2013), cerca de 74,73% das famílias quilombolas vivem em situação de extrema pobreza; 24,81% dos quilombolas não sabem ler; 55,21% não possui água canalizada, 54,07% não possui saneamento adequado e 57,98% não possui coleta regular de lixo. Tais números estão abaixo das médias nacionais, mostrando a precariedade dessas comunidades, já que segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2014), a taxa de extrema pobreza no Brasil não atinge 4%, e a taxa de analfabetismo brasileira é de 8% (IBGE, 2015).

Ademais, no âmbito rural, as desigualdades de gênero são igualmente alarmantes. As mulheres registram piores índices em termos de escolaridade, renda e de direito à terra (IBGE, 2010). Além das dificuldades de atenção às necessidades básicas dos domicílios, a sobrecarga de trabalho doméstico, na agricultura e a violência de gênero, são estressores presentes no cotidiano da mulher do campo. Ascânio Fonseca et al. (2019), com base no estudo do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), destacaram que os domicílios chefiados por mulheres, negros ou por trabalhadores agrícolas apresentam índices de desenvolvimento inferiores àqueles chefiados por homens, brancos e que exercem atividades não agrícolas, especialmente no nordeste brasileiro. Acrescentam que “os domicílios ‘chefiados’ por mulheres negras têm o pior Índice de Desenvolvimento da Família (0,614), ou seja, encontram-se, em média, em situações de grave desenvolvimento humano e social” (p. 18). Pricila Lira (2019) ao discutir o recorte de gênero na questão racial, destaca que “a situação das mulheres negras carrega a somatória das opressões do machismo, racismo, além do estigma da classe social” (p. 5), isto é, elas possuem rendimentos inferiores ao dos homens em geral e ao das mulheres brancas; são as principais vítimas da violência de gênero; estão expostas a diferentes formas de exclusões (sociais e de políticas públicas) e sofrem, conseqüentemente, mais desigualdades.

Atentar para essas questões é imprescindível na análise das dinâmicas familiares quilombolas, conforme veremos no próximo tópico. Não podemos dissociá-las sem correr o risco de fazer considerações descontextualizadas, a-históricas e naturalizadas acerca das experiências de vida das mulheres negras rurais, marcadas por opressões, discriminações e subalternidade. Por isso a importância de considerarmos a heterogeneidade constitutiva das mulheres, incluindo as especificidades que tocam as mulheres negras rurais, a partir da compreensão acerca das relações de gênero articuladas ao território, ao perfil sócio econômico e cultural das mulheres, bem como ao modo como as famílias se organizam e constroem uma dinâmica particular.

## DINÂMICAS FAMILIARES QUILOMBOLAS

Segundo Adriana Henaó (2012), dinâmicas familiares referem-se à trama de relacionamentos e vínculos de colaboração e troca, e de conflitos gerados entre os membros da família, de acordo com a distribuição de responsabilidades no lar, com a participação e a tomada de decisão. Acrescenta que as dinâmicas são encontros entre subjetividades mediados por uma série de normas, regras, limites, hierarquias e lugares preestabelecidos, construídos socio-historicamente, os quais regulam a convivência e o cotidiano da vida em família nos seguintes aspectos: comunicação, intercâmbios afetivos, estabelecimento de papéis e exercício da autoridade e do poder. Daí a importância de considerar a teia de relações que articula questões de gênero, de raça/etnia e modalidades de dinâmicas familiares, sem esquecer das especificidades das realidades rurais em cenários de pobreza e de iniquidade social.

Nesse sentido, Gyne Santos e Sandra Sales (2018) falam de uma “conjuntura sócio existencial da mulher negra brasileira” (p. 44) que se perpetua no imaginário social e forja cotidianamente modos de subjetivar-se e de conviver, retomando a ideia do entrelaçamento dos planos macro e micropolíticos. É nesse bojo que se faz necessário avançar no trabalho de desconstrução dos pilares do patriarcado, do sexismo, do racismo, do machismo, dos lugares historicamente e hegemonicamente demarcados na estrutura social, considerados operadores da governamentalidade, conseqüentemente, resultando num empreendimento de alto custo para as mulheres negras. Se o desmonte das desigualdades de gênero é um desafio constante para todas as mulheres, esse exercício é particularmente custoso para as mulheres negras e rurais, no sentido de romper com o silenciamento, a servilidade e a submissão, considerados como seus atributos naturais. Esses aspectos serão considerados nas análises a seguir acerca dos impactos do benefício do bolsa família nas dinâmicas familiares quilombolas.

### **Organização do cotidiano e divisão de tarefas**

Partindo do entendimento que não há definição única de família e que existem diversas tipologias familiares, consideramos que as famílias quilombolas rurais apresentam especificidades e dinâmicas próprias. O primeiro aspecto observado é a imbricada rede de relações comunitárias e familiares, segundo a qual todos se identificam como “parentes” (Cárceles, 2017) e a importância dos laços de consanguinidade. As relações culturais, socioafetivas, de solidariedade/reciprocidade, relações não-mercantis inter/intrafamiliares e normas sociais tradicionalmente repassadas, além de seus modos de vida e trabalho de natureza comunitária, solidária, de vizinhança e sua relação com a terra, são características marcantes da vida das comunidades quilombolas (Diniz, 2017; Neri & Garcia, 2017).

Essas características vão se sustentando como formas de resistência à exacerbação do individualismo e à penetração da lógica neoliberal, da meritocracia, da competição, do empreendedorismo de si. Em se tratando de comunidades remanescentes de quilombos, as famílias vivem em territórios marcados historicamente pela luta em busca da implantação de políticas e programas sociais e pelo enfrentamento das dificuldades estruturais associadas à pobreza e desigualdade social no contexto rural. Isso imprime uma tonalidade ao cotidiano onde o componente tradição e as relações comunitárias são agenciadores de resistências.

Ademais, lidam cotidianamente com políticas públicas com baixa capacidade de promover equidade em termos de saúde, educação, trabalho e seguridade social, e particularmente, de equidade de gênero, situação que imprime tonalidades próprias às dinâmicas familiares. Nesse cenário, as mulheres têm um papel central e seu cotidiano é marcado pelos afazeres domésticos, pelo trabalho na agricultura e pelos cuidados, seja de parentes idosos, seja dos seus filhos ou dos filhos de parentes. Observa-se, nessa situação, a tradição operando para a manutenção dos lugares instituídos de gênero, essencializando a mulher na função de cuidadora e o lugar da maternidade na vida feminina, os quais são reafirmados a todo momento por discursos religiosos, pedagógicos e psicológicos. De acordo com Elaina Rabinovich e Ana Bastos (2007), esse processo de naturalização tem com um dos seus efeitos a vida que transcorre “intramuros”, indicando como o cotidiano das famílias vai sendo atravessado por esses discursos sexistas e como as mulheres vão se subjetivando a partir disso, como revela a Entrevistada 33:

Bom, nós amanhece o dia, cada qual tem sua função, né? O marido vai pro trabalho, e eu fico movimentando a casa, quando ele chega é pro almoço tá pronto, e eu fico cuidando das coisas de casa, porque quando ele não tá em casa eu que tenho que manter.

As atividades relativas às “coisas de casa” como limpeza, arrumação e preparação das refeições são trabalhos cíclicos e intermitentes, na maior parte das vezes invisibilizados e desqualificados, como todo e

qualquer trabalho doméstico. Tomadas como atribuições imanentes à mulher, a função de “donas de casa” ou “do lar” são naturalizadas. Nas famílias quilombolas a função de cuidadora é de responsabilidade quase exclusiva das mulheres. Cuidar de parentes doentes ou dos idosos, dos filhos de parentes, levá-los às consultas e exames médicos, buscar e administrar medicamentos, alimentação, higiene e acompanhamento escolar, tudo isso é realizado sem remuneração e considerado uma obrigação das mulheres, que não questionam essa função e esse lugar designado a elas. A possibilidade de desempenharem atividades fora do espaço privado-doméstico fica praticamente inviabilizada, reforçando a naturalização do feminino vinculado ao cuidado que passa a ser incorporado ao cotidiano das “mulheres-mães” (Meyer, Klein, & Fernandes, 2012, p. 445).

As mulheres que realizam trabalhos remunerados fora de casa tampouco recebem liberação dos afazeres domésticos, do cuidado dos filhos ou do trabalho na lavoura. Ao invés disso, precisam conciliar seu trabalho com as funções domésticas, gerando sobrecarga e excesso de responsabilidades. Ainda assim, boa parte das que trabalham fora do lar continuam estudando e/ou apresentam maiores índices de escolaridade em comparação às demais. Esse perfil de mulher que trabalha fora, estuda e ocupa espaços para além do âmbito privado é atravessado por muita ambivalência: se, por um lado, essas mulheres consideram que a organização familiar deve ser orientada pela equidade de gênero, por outro lado, lidam com a persistência das desigualdades, realidade que necessitam desconstruir cotidianamente junto a seus esposos, filhos e comunidade.

Porque é muita responsabilidade, você se sente com muita pressão, com muita responsabilidade em cima de você, sem ter com quem compartilhar. E assim, praticamente aqui tudo sou eu. Eu que ordeno tudo, isso é aqui em casa, isso é em padaria, tudo. Porque eu acho assim, que quando você está à frente, você às vezes não é nem valorizada por aquilo que você faz. Você não é valorizada, ninguém dá valor pelo que você faz, mas você se acha. (Entrevistada 23)

No cotidiano das famílias quilombolas, os homens se dedicam à agricultura e pecuária, seja nas terras do quilombo, seja nas fazendas do entorno – quando vendem sua mão de obra em troca de pagamento. Permanecem boa parte do dia no roçado, enquanto as mulheres se dividem entre o roçado, as tarefas de casa e de cuidado dos filhos. Ou seja, além das atividades domésticas e de cuidado, as mulheres participam da agricultura e da criação de animais, realizando os mesmos trabalhos que os homens, desde a capinação, preparo da terra, plantio, até a colheita – ainda que boa parte considere realizar funções mais leves que a dos homens. Cabe destacar que a indicação de realizar tarefas mais leves que os homens na agricultura por parte das mulheres se inscreve mais num campo representacional, pois aos serem questionadas sobre suas atividades cotidianas na agricultura, costumam relatar as mesmas realizadas pelos homens (Leite et al., 2016; Silva, 2013). Ademais, participam na entrega e comercialização dos produtos excedentes, assumindo a mediação dentro e fora da comunidade. Entretanto, é a figura do agricultor que historicamente vem sendo valorizada pelas políticas de assistência, projetos e programas produtivos e pela seguridade social, proliferando no imaginário social sua imagem como provedor da família, mesmo quando as mulheres são as principais responsáveis pela renda da casa, como é o caso das nossas participantes, condição propiciada pelo fato de serem as beneficiárias do BF.

Assim, percebemos que as relações de gênero e as marcas sexistas não se alteram mesmo quando as mulheres assumem trabalhos remunerados ou são as principais responsáveis pela renda familiar, sendo reconhecidas como colaboradoras, revelando que estão em jogo as performances de gênero na família (Butler, 2003), as quais imprimem estilizações esperadas para homens e mulheres e modelos de masculinidades e feminilidades essencialistas (Connell & Messerschmidt, 2013). Isso pode ser identificado, por exemplo, em termos das atribuições domésticas de homens e de mulheres: o homem ocupa lugar secundário, considerando que são as filhas que colaboram nas obrigações domésticas. As mulheres mais



jovens contam com a ajuda da mãe para dividir as tarefas da casa, do roçado e de cuidado dos filhos. Poucas mulheres dividem as tarefas domésticas com seus maridos. Em geral, os homens realizam tarefas de reparo, reforma ou coisas mais simples como varrer e encher as garrafas de água, na condição de ajuda. O mesmo se dá em relação ao cuidado com os filhos: de forma excepcional e pontual. Porém, nota-se certa flexibilização nas dinâmicas familiares tradicionais, pois os filhos adolescentes ou adultos-jovens ajudam nos afazeres domésticos, no roçado e no cuidado dos irmãos mais novos. Filhos mais velhos também colaboram na renda familiar.

Acerca da participação dos filhos nas dinâmicas familiares, Rabinovich e Bastos (2007) ressaltam o modelo educacional tradicional em que as crianças ajudam a cuidar da casa, da roupa e dos irmãos, onde os meninos começam a trabalhar cedo na profissão dos pais e ajudam nas despesas quando começam a receber salário. Nas famílias quilombolas percebemos essa dinâmica e o atravessamento de gênero: o filho homem normalmente acompanha o pai desde pequeno no trabalho na terra; às filhas é esperado que colaborem com o cuidado da casa e dos irmãos mais novos, sendo as principais parceiras das mães. Outras mulheres da família como tias, primas e sobrinhas também dão apoio e suporte ao cuidado dos filhos menores.

Eles não me ajudam em nada aqui não. Ele [o filho] me ajuda só mesmo porque a gente bota ele pra fazer. Quando a gente junta os cocos, ele bota no jumento, me ajuda a botar no jumento. Meu marido é no cercado, na roça trabalhando. E eu caçando meus cocos, tomando de conta da casa. (Entrevistada 54)

Florença Costa e Marlene Marra (2013) apontam que as mulheres tecem redes de solidariedade com outras mulheres, sejam parentes ou vizinhas, como estratégia para driblar as precariedades do dia-a-dia e a sobrecarga de trabalho e de multiatribuições. A sobrecarga, pode ser vista como um importante vetor de captura e um dos pilares estruturantes dos modos como as experiências das mulheres quilombolas vão sendo forjadas. Entretanto, essa condição de sobrecarga vivenciada pelas mulheres rurais, sobretudo, no caso das mulheres quilombolas, continua invisibilizada nas políticas sociais e de transferência de renda, ainda calcadas no modelo de família nuclear, na divisão hierarquizada do trabalho e na camuflagem das desigualdades de gênero.

Na verdade, tem dia que eu enlouqueço, sabe, dentro de casa! Quando eu chego em casa que ele tá bem sentado olhando para a televisão e a pia cheia de louça... Que muitas das vezes eu saio de manhã, às vezes minhas meninas tem outra atividade pra fazer, a outra estuda a tarde, outro tem outro afazer, o João estuda pela manhã... Então muitas das vezes a gente não faz não é nem porque não quer, é que muitas vezes é o tempo que não dá, é muita correria. E a pessoa em casa, vê uma coisa pra fazer e não faz... Eu fico doente muitas das vezes, as vezes chego até a discutir. Na verdade, assim é a maioria dos homens da comunidade, não é nem só ele. A maioria dos homens que acha que só quem tem que fazer é nós. Até mudar o pensamento, até fazer uma lavagem cerebral nesse povo, a gente ainda vai lutar muito ainda. (Entrevistada 11)

## **Conflitos de atribuições e tomada de decisão**

São recorrentes os conflitos familiares devido a não participação dos esposos nos afazeres domésticos; às atitudes e discursos sexistas dos maridos em relação ao trabalho e ao lazer; incapacidade de

conciliação entre as distintas responsabilidades; ciúmes e relacionamento abusivo; atraso na pensão dos filhos; brigas entre os filhos; uso abusivo de álcool e quanto ao manejo do recurso do Bolsa Família. Quanto aos acordos existentes na família, há um modo de organização instituído com base no gênero e na reprodução de padrões socialmente difundidos. Nesse sentido, o que as mulheres sinalizam como acordos, na verdade trata-se de pequenas concessões acerca da divisão das tarefas domésticas, quando precisam se ausentar do domicílio e/ou da comunidade; quando o esposo está “de bom humor, num ato de benevolência, já que estão desobrigados a ajudar nas “coisas de casa”. As pactuações são mais recorrentes com os filhos, ainda que também aconteçam de modo hierárquico e reflitam sob outro ângulo as assimetrias de poder e as desigualdades de gênero na família.

Por outro lado, vale destacar que os conflitos ocupam uma importante função na dinâmica familiar, especialmente por tensionar os lugares tradicionais de gênero ao permitir que as mulheres convoquem seus parceiros e filhos ao compartilhamento de tarefas domésticas. Rosineide Cordeiro (2012) salienta que muitas leituras sobre relações de gênero no meio rural e na agricultura familiar, especificamente, têm ressaltado modelos tradicionais de família, formas ideias que não contemplam “os conflitos, as tensões, as fissuras, e como homens e mulheres negociam e barganham novas posições e lugares” (p. 139) no cotidiano. Isso significa que esses lugares estão permanentemente em movimento e que as tais contraconduas emergem dos enfrentamentos à organização familiar tradicional.

No tocante à tomada de decisões, nota-se três eixos discursivos: um primeiro indica o “compartilhamento” das decisões; um segundo, que as mulheres são as responsáveis pelas decisões na casa; e, um terceiro, dos esposos/parceiros como responsáveis pelas decisões envolvendo a família. O “compartilhamento” não necessariamente denota horizontalidade e autonomia feminina nas deliberações familiares, mas parece ser indicativo de aceitação e resignação, a fim de evitar conflitos, embora não os elimine. “Compartilhar” também foi referido como sinônimo de simplesmente ser informada pelos esposos acerca das decisões por eles tomadas, sendo outro indicador do autoritarismo, da falta de diálogo e da restrita autonomia das mulheres na tomada de decisão. Outras consideram que eles são mais capazes e aptos a tomar decisões, são os “donos da casa”, para quem elas precisariam pedir permissão.

Todavia, algumas relataram ter maior poder de decisão na família. Elas referiram resolver os problemas da casa, fazer as compras e gerir os recursos familiares, ou seja, diferentemente dos homens, tomar decisões envolve não apenas o aspecto gerencial, de “quem dá as ordens”, mas aponta para a sobreposição de responsabilidades e funções na casa, incluindo o cumprimento das condicionalidades exigidas pelo PBF. Não podemos perder de vista que os marcadores de classe, raça, baixo nível educacional e as condições de vida precárias são elementos que atravessam a vida dessas mulheres que assumem a chefia familiar, sobretudo, nas populações quilombolas rurais. Sobre as condicionalidades, nota-se que é mais uma atribuição das mulheres, mas apesar das dificuldades em atendê-las, consideram uma estratégia importante para melhorar a qualidade de vida da família, os padrões de saúde e escolaridade dos filhos, bem como uma oportunidade para sair do espaço privado/doméstico e comunitário, alargando suas conexões em termos sociais, territoriais e pessoais.

### **3.2.3 Impactos do benefício na gestão do cotidiano e na dinâmica das famílias**

Vários estudos como o de Maurício Testa, Paula Fronza, Maira Petrini e Jane Prates (2013) encontraram forte relação entre a melhoria das relações familiares e as condições materiais de existência em função do recebimento do benefício, reverberando positivamente em aspectos como educação, moradia e alimentação. Outros destacam os efeitos menos tangíveis e de natureza psicossocial produzidos pelo PBF (Bronzo & Prates, 2012). Nesse sentido, para muitas entrevistadas o benefício produz alterações nas dinâmicas familiares, pois era comum necessitarem “se humilhar” e “pedir” dinheiro aos maridos. Logo, percebe-se reverberações tanto em termos de autonomia financeira, visto que aumenta o poder de compra e as possibilidades de gestão do recurso pelas mulheres, quanto em termos do enfrentamento ao assujeitamento e submissão aos homens.

Outro efeito sentido é quanto à maternidade e ao cuidado dos filhos. O recurso permite oferecerem melhores condições de vida e atenderem suas necessidades básicas em relação à alimentação, vestuário, higiene e estudos. Emerge um sentimento de bem-estar e satisfação ao conseguirem executar essas funções e suprir as demandas dos filhos. Ser beneficiária dá opção às mulheres de permanecer na comunidade e se dedicar à vida doméstica, sobretudo, quando são mães de filhos pequenos. Nota-se, portanto, que as mulheres passaram a ter mais autonomia e possibilidades de escolha em relação a vários aspectos do cotidiano, em um cenário que não havia essa oportunidade.

Da mesma forma, apesar de algumas mulheres não identificarem mudanças quanto ao acesso aos programas, equipamentos e profissionais de saúde e da assistência social, outras relatam que o recurso dá suporte ao deslocamento para chegar aos locais de atendimento; garante a segurança alimentar da família e dos filhos, com impactos na saúde e no bem-estar familiar e da comunidade e que cobre gastos com a compra de medicamentos. Além disso, a vinculação ao Cadastro Único as coloca no grupo prioritário das políticas sociais, de saúde e de assistência social e nos projetos governamentais. Mesmo reconhecendo que grande parte dos serviços, equipamentos e profissionais dessas áreas permanecem concentrados na sede do município; que muitos programas não chegam às comunidades rurais; que faltam profissionais e que a irregularidade das visitas é alta; além de sofrerem dificuldades de deslocamento e transporte para chegarem neles, as mulheres indicam a vivência subjetiva de uma certa proteção social, anteriormente inexistente, a qual impacta positivamente na dinâmica familiar. Porém, esse cenário revela a relação indissociável entre neoliberalismo e a precarização da vida, entendida como processo macro e micro-político que se materializa em certas decisões focadas prioritariamente em determinados grupos como a população negra. Trata-se da produção de precariedades focalizadas e politicamente induzidas.

Percebemos também que as beneficiárias, em geral, tensionam algumas questões que revelam sua luta contra a invisibilidade de gênero, por exemplo, o fato da responsabilidade doméstica recair unicamente ou majoritariamente sobre elas; que há uma naturalização no lugar de mães e cuidadoras; que não se considera os esforços e sobrecarga das mulheres na conciliação entre diferentes lugares e funções dentro ou fora da família; e ainda, o fato de que são permanentemente atingidas pelo medo do bloqueio do cartão e, conseqüentemente, da perda do benefício. Esse medo, entendido como componente importante dos processos de subjetivação e afeto biopolítico por excelência na contemporaneidade (Mansano & Nalli, 2018), faz com que reproduzam práticas associadas à organização familiar do tipo patriarcal, à manutenção do poder dos homens sobre as mulheres e os privilégios masculinos, as quais reforçam a subordinação feminina no espaço doméstico. Questionar tudo isso indica a desmontagem em curso das engrenagens naturalizadas quanto aos papéis de gênero. Dá pistas sobre rupturas em processo em relação à construção social-institucional-cultural de submissão ou da chamada vulnerabilidade de gênero, tal como pontuada por Maria Vanzolini e Maria Morata (2020, p. 193):

Pode-se afirmar, portanto, que a vulnerabilidade de gênero se revela em três dimensões: a apreensão do papel de gênero feminino submisso, determinado social, institucional e culturalmente; produção e reprodução, a partir dessa internalização do papel de gênero, das relações de poder intergêneros, do masculino sobre o feminino; e, por fim, a legitimação da rejeição das mulheres a um nível abjeto nos sistemas sociais e econômicos, a partir de validade conferida pela internalização dos papéis de gênero e pelas relações de poder construídas, expressas na retroalimentação desse ciclo por via de simbolismos e linguagem, criadores de significações da inferiorização feminina.

Enfim, não podemos esquecer que no meio rural os tradicionais lugares de gênero, impostos socialmente, permanecem fortemente arraigados. Do mesmo modo, que vivemos um fenômeno de feminização da pobreza, o qual atinge mais negativamente as mulheres negras e que isso pode ser um fator determi-

nante da manutenção das profundas desigualdades de gênero que desfavorecem o acesso das mulheres rurais às políticas públicas, em especial de educação, renda e acesso à terra. No meio rural brasileiro, marcado pela insegurança fundiária, tanto em termos da concentração de terras, quanto da morosidade do Estado em efetivar políticas de reconhecimento dos territórios quilombolas, evidencia-se profundas desigualdades que interrelacionam gênero, pobreza e atividade agropecuária, já que “no campo, cerca de 79% do trabalho realizado pelas mulheres é sem remuneração e os homens também pagam seu tributo: quase um terço deles também não tem remuneração. Em nenhum outro setor de atividade há uma realidade semelhante” (Pereira & Sabbato, 2006, p. 69).

Assim, é urgente o desenvolvimento de políticas e formas de enfrentamento que favoreçam a equidade de gênero no meio rural. Segundo o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2014), uma das linhas prioritárias de ação, é a análise das relações de gênero nos territórios rurais e a identificação das desigualdades entre homens e mulheres. A avaliação das implicações que qualquer ação, política ou programa planejado, em todas as áreas e em todos os níveis tem para as mulheres e os homens, é um processo conhecido por transversalização do gênero, o qual visa assegurar que mulheres e homens se beneficiem por igual do processo de desenvolvimento ou que, pelo menos, a desigualdade não se perpetue. Para Laís Soares (2018, p. 23):

a delimitação dos papéis de gênero de modo binário, no meio rural, afeta diretamente a divisão de tarefas, o acesso à terra e a construção da mulher agricultora como ser social e político. Ainda assim, depois de um longo processo histórico de resistência das agricultoras, pode-se dizer que hoje elas constituem uma categoria política, mas que a necessidade de legitimar estas lutas permanece e é objetivo constante dos seus coletivos. Através da organização dessas mulheres e de seus coletivos, as suas demandas passam a integrar pautas políticas e assim, o reconhecimento de suas reivindicações começa a ser parte da realidade das agricultoras.

Dessa maneira, apesar de concordarmos parcialmente com a ideia de Munõz & Fernandez (2019, p. 40) de que “o PBF forma parte de uma rede de dispositivos que reforçam as posições de sujeito mulher-mãe, indivíduo-empresendedor e indivíduo-pobre...e de que “ao não questionar estes modos de subjetivação, reforça, através de suas ações e omissões, estas normas da subjetividade”, tal como Mônica Fontana (2017), entendemos também que por meio do PBF “percursos singulares de reconstituição subjetiva são sentidos” (p. 69) entre as mulheres quilombolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi discutir possíveis impactos do Programa Bolsa Família na dinâmica familiar e na gestão do cotidiano de mulheres beneficiárias e moradoras de comunidades quilombolas rurais. Trata-se de uma problemática complexa que requer avanços em termos de novas investigações e imersão na realidade dessas famílias. Essa pesquisa forneceu alguns elementos que nos dão pistas importantes acerca da nossa questão principal de pesquisa. Destacamos, dentre vários aspectos, que as modalidades de dinâmicas familiares estão atreladas às especificidades das realidades rurais marcadas por iniquidades sociais e papéis tradicionais de gênero. Dessa maneira, é imprescindível considerar os contextos e as assimetrias de recursos e de oportunidades que atravessam as escolhas de homens e mulheres quilombolas rurais. Consideramos ainda que há um longo caminho a ser percorrido quanto ao enfrentamento das desigualdades sociais e à equidade de gênero no cenário das famílias quilombolas. O sexismo e o racismo seguem operando na produção de estratégias de captura dessas mulheres tais como

a sobrecarga de atribuições, as hierarquias internas às dinâmicas familiares, as permanências quanto ao cuidado doméstico e dos filhos, dentre outras.

Contudo, em meio a isso, observa-se a eclosão de interferências nos lugares tradicionais de gênero e a emergência de novas modalidades de subjetivação instigadas pelo recebimento do benefício do PBF. Efeitos de autonomia e aumento no poder decisório podem ser sentidos, os quais rebatem em práticas de resistência às ideologias machistas e às opressões de gênero, que rompem com o silenciamento e as assimetrias vividas pelas mulheres negras e rurais. Como decorrência disso, nota-se alterações em nível das dinâmicas familiares e na gestão do cotidiano na medida em que os lugares tradicionais de gênero são afetados.

## REFERÊNCIAS

- Bronzo, C. & Prates, I. (2012). Tocando o intangível: explorando efeitos de programas sociais nas dimensões menos tangíveis da pobreza. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 17(60), 107-128. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v17n60.4030>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Cárceres, L. S. R. (2017). Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ. *Etnográfica*, 21(2), 269-292. [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612017000200003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612017000200003&lng=pt&tlng=pt)
- Carlotto, C. M. (2002). Políticas Públicas, Gênero e Família. *Serviço Social em Revista*, 5(1). [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_cassia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_cassia.htm)
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-133. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Cordeiro, R. L. M. (2012). Gênero em contextos rurais: a liberdade de ir e vir e o controle da sexualidade das mulheres no sertão de Pernambuco. In A. M. Jacó-Vilela & L. Satto (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp 135-146). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Costa, F. A. O. & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&tlng=pt)
- Costa, S. S. G. (2009). Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, 34(2), 171-186. <https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/8299>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Dimenstein, M., Dantas, C., Leite, J., Neto, M. C., & Landini, F. (2019). Forms of subjectivation and precariousness of life: Contradictions in rural settings. *Estudos de Psicologia*, 24(1), 1-20. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190010>
- Diniz, R. (2017). Hoje tem festa na roça: o trabalhar-festar das marombas e a espaço-temporalidade da cultura afro-brasileira em territórios quilombolas do Vale do Jequitinhonha mineiro. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, 42, 36-53. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v42i0.44648>
- Ferreira, J. L. (2019). Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35512. <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e35512>
- Fonseca, A. V. V., Lirio, V. S., Lelis, L. V. C., & Lima, J. E. (2019). Índice de desenvolvimento dos domicílios rurais brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 12(4), 453-476. <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/359>

Fontana, M. Z. (2017). “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Revista Conexão Letras*, 12(18), 63-71. <https://doi.org/10.22456/2594-8962.79457>

Foucault, M. (1992). *Microfísica do poder*. Graal.

Guattari, F. & Rolnik, S. (2013). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Vozes.

Henao, A. M. G. (2012). Recuperación crítica de los conceptos de familia, dinámica familiar y sus características. *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*, 35, 326-345. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=194224362017>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2018). *Agência IBGE Notícias* <https://agencia-denoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo demográfico: 2010*. Famílias e domicílios: resultados da amostra. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca=-catalogo?view=detalhes&id=797>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais*. <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Autor. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20978](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978)

Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA. (2014). *Plan de mediano plazo 2014-2018: agricultura, oportunidad de desarrollo en las Américas*. <http://repositorio2.iica.int/handle/11324/2970>

International Fund for Agricultural Development – IFAD. (2016). *Rural Development Report 2016. Fostering inclusive rural transformation*. <https://www.ifad.org/en/web/knowledge/publication/asset/39240288>

Leite, J. F., Dimenstein, M., Dantas, C., Macedo, J. P., Freitas, A. (2016). Pobreza, participação política e autonomia de mulheres no meio rural brasileiro. In V. M. Ximenes, E. C. Nepomuceno, & J. F. Moura (Orgs.), *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências* (pp. 45-66). Expressão Gráfica e Editora.

Lemos, F. C. S., Cruz, F. F., Reis, L. P., Sampaio, V., Cruz, A. P. C., & Côrrea, M. R. (2015). Biopolítica, gênero e organismos internacionais: mercado dos direitos das mulheres. *Fractal, Revista de Psicologia*, 27(3), 203-210. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1478>

Lira, P. L. (2019). *Movimento de mulheres negras e o Serviço Social* (Dissertação de Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais, Universidade Federal de São Paulo, SP). <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/51917>

- Lopes, M. C. (2009). Políticas de Inclusão e Governamentalidade. *Educação & Realidade*, 34(2), 153-169. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8297>
- Loureiro, A., Costa, C., & Santana, P. (2016). Determinantes contextuais da saúde mental. In M. Dimenstein, J. Leite, J. P. Macedo, & C. Dantas (Orgs.), *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais* (pp. 73-94). Intermeios.
- Mansano, S. R. V. & Nalli, M. (2018). O medo como dispositivo biopolítico. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 20(1), 72-84. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n1p85-97>
- Mariano, S. A & Carlotto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 901-908. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X200900030001>
- Marins, M. T. A. (2018). O ‘feminino’ como gênero do desenvolvimento. *Revista Estudos Feministas*, 26(1), e39010. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n139010>
- Marques, A. C. S. & Freitas, V. G. (2017). Gênero, autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil. *Libero*, 20(40), 17-28. <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/900>
- Meyer, D. E., Klein, C., & Fernandes, L. P. (2012). Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 433-449. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200005>
- Meyer, D. E, Klein, C., Dal’igna, M. C., & Alvarenga, L. F. (2014). Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 885-904. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300009>
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento*. Hucitec.
- Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. (2013). Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Guia de políticas públicas para comunidades quilombolas*. Autor.
- <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/guia-de-politicas-publicas-para-comunidades-quilombolas/view>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. (2014). *O Brasil sem miséria*. Autor.
- <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/livro-o-brasil-sem-miseria>
- Moutinho, L. (2014). Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, 42, 201-248. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>
- Muñoz, C. B., & Fernandez, E. M. (2019). Modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) do contexto rural da Zona da Mata Pernambucana. *Estudos de Psicologia*, 24(1), 32-41. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190004>
- Neri, E. L. & Garcia, L. G. (2017). Atrizes da roça ou trabalhadoras rurais? O teatro e a fachada para obtenção da aposentadoria especial rural. *Sociedade e Estado*, 32(3), 701-724.



<https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203007>

Oliveira, F. B. & D'abadia, M. I. V. (2015). Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. *Elisee: Revista de geografia da UEG*, 4(2), 257-275. <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3712>

Oliveira, R. & Sampaio, S. S. (2018). Neoliberalismo e Biopoder: o indivíduo como empresa de si mesmo. *Textos & Contextos*, 17(1), 167-177. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.23483>

Paes-Sousa, R. & Vaitsman, J. (2014). Fome Zero e Brasil sem Miséria: um passo adiante na política brasileira de proteção social. *Ciência & saúde coletiva*, 19(11), 4351-4360. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141911.08812014>

Pereira, H. & Sabbato, A. (2006). Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul* (pp 47-86). MDA/Nead. <http://repiica.iica.int/docs/B0626p/B0626p.html>

Pinto, C. V. S., Rocha, B. N., & Pirani, N. C. (2018). Indicadores sociais e desenvolvimento rural: um estudo sobre o índice de desenvolvimento humano municipal rural no Brasil. In *Boletim regional, urbano e ambiental* (IPEA). [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8472/1/BRU\\_n18\\_Indicadores.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8472/1/BRU_n18_Indicadores.pdf)

Rabinovich, E. P. & Bastos, A. C. S. (2007). Famílias e projetos sociais: analisando essa relação no caso de um quilombo em São Paulo. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 3-11. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000100002>

Rago, M. (2019). “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e180515. <https://doi.org/10.1590/Interface.180515>

Rodrigues, A. A. & Abeche, R. P. C. (2010). As multifaces da instituição família “forma-atadas” por sistemas econômicos. *Psico*, 41(3), 374-384. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistasico/article/view/6523>

Santos, G. G. P. & Sales, S. R. (2018). A Mulher Negra Brasileira, Miscigenação e o Estupro Colonial: O mito da democracia racial e o reforço de estereótipos racistas e sexistas. *Caderno Espaço Feminino*, 31(1). <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-3>

Silva, M. A. M. (2013). Camponesas, fiandeiras, tecelãs, oleiras. In D. P. Neves & L. S. Medeiros (Orgs.), *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (pp 163-183). Alternativa.

Silva, R. B. & Alexandre, A. C. S. (2019). Políticas sociais e subjetividade: discussões a partir do contexto neoliberal. *Psicologia em Pesquisa*, 13(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.24879/2018001200300478>

Silveira, C. C., Meyer, D. E. E., & Felix, J. (2019). A generificação da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 100(255), 423-442. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i255.3807>

Soares, L. C. (2018). *Mulheres agricultoras, gênero e meio rural: um estudo exploratório* (Monografia de graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS). <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189284>

Testa, M. G., Fronza, P., Petrini, M., & Prates, J. C. (2013). Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Revista de Administração Pública*, 47(6), 1519-1541. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600009>

Vanzolini, M. P. & Morata, M. L. B. (2019). Mulheres invisíveis: a vinculação entre o maciço encarceramento provisório feminino e a “guerra às drogas” sob a ótica da vulnerabilidade de gênero. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, 20(36), 185-211. <http://dx.doi.org/10.31512/rdj.v20i36.3237>

Veiga-Neto, A. (2000). Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In V. Portocarrero & G. Castelo Branco (Orgs.), *Retratos de Foucault* (pp 179-217). NAU.

#### **Histórico**

*Submissão: 16/10/2020*

*Revisão: 19/01/2022*

*Aceite: 20/02/2022*

#### **Contribuição dos Autores**

*Concepção: MD; JL; CMBD*

*Coleta de dados: VHB*

*Análise de dados: MD; JL; CMBD*

*Elaboração do manuscrito: MD; JL; CMBD; VHB*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: JPM*

*Aprovação final do manuscrito: CMBD; MD; JL; JPM*

#### **Financiamento**

*Projeto de pesquisa financiado pela Chamada Pública Universal 01/2016 do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq.*

#### **Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

#### **Aprovação, ética e consentimento**

*O estudo obteve aprovação e consentimento em todas as instâncias institucionais e das lideranças comunitárias participantes.*

## “Crime sem vítimas?”

## Um estudo sobre corrupção, vitimização e crenças no mundo justo

“Victimless crime?”

*A study on corruption, victimization and beliefs in a just world*

¿Crimen sin víctimas?”

*Un estudio sobre corrupción, victimización y creencias en el mundo justo*Ana Carolina Romanow Gabriel  
João Gabriel ModestoAna Carolina Romanow Gabriel  
Graduação, Centro Universitário de  
Brasília/DF.  
<http://orcid.org/0000-0001-6490-8438>  
E-mail: [carol.romanow@gmail.com](mailto:carol.romanow@gmail.com)**Resumo**

*A corrupção se configura como um importante problema no Brasil, embora seja entendido como um “crime sem vítimas”. Frente à importância do tema, o presente estudo buscou avaliar a influência da categoria social de uma vítima de corrupção na relação entre crenças no mundo justo e intenção de corrupção. A amostra foi composta por 127 estudantes universitários de cursos relacionados às áreas de gestão e negócios. Os participantes responderam a medidas de CMJ, intenção de corrupção e informaram dados sociodemográficos. Verificou-se que, quando uma vítima de corrupção é alguém distante do indivíduo, a intenção de corrupção é maior se comparado a uma condição em que a vítima é próxima. Adicionalmente, verificou-se que o efeito da CMJ na corrupção foi restrito quando da avaliação de uma vítima próxima. Os resultados indicam a importância de articular variáveis grupais (distância social) e pessoais (CMJ) no estudo da corrupção.*

**Palavras-chave:** *Corrupção; Crenças no Mundo Justo; Distância Social; Vitimização; Modelo Analítico da Corrupção.*

**Resumen**

*La corrupción es un problema importante en Brasil, aunque se entiende como un “crimen sin víctimas”. Dada la importancia de la temática, el presente estudio buscó evaluar la influencia de la categoría social de una víctima de corrupción en relación a las creencias del mundo justo (CMJ) y la intención a la corrupción. La muestra consistió en 127 estudiantes universitarios de grados de gestión y negocios. Los participantes respondieron a las escalas de CMJ, intención de corrupción y reportaron datos sociodemográficos. Se ha encontrado que cuando una víctima de corrupción está lejos del*

**João Gabriel Modesto**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologia da Universidade Estadual de Goiás (PPGET-UEG) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Centro Universitário de Brasília (PPGPSI-CEUB). Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília/DF.  
<http://orcid.org/0000-0001-8957-7233>  
E-mail: [joao.modesto@ueg.br](mailto:joao.modesto@ueg.br)

*individuo, la intención de corrupción es mayor en comparación a una condición en la cual la víctima está cerca. Además, se descubrió que el efecto de CMJ sobre la corrupción estaba restringido al evaluar a una víctima cercana. Los resultados indican la importancia de articular las variables grupales (distancia social) y personales (CMJ) en el estudio de la corrupción.*

**Palabras clave:** *Corrupción; Creencias en un mundo justo; Distancia social; Victimización; Modelo Analítico de corrupción.*

### **Abstract**

*Corruption is a major problem in Brazil, although it is understood as a “victimless crime”. Given the importance of the topic, this study aimed to assess the influence of the social category of a corruption victim on the relationship between beliefs in a just world and the intention of corruption. The sample consisted of 127 university students from courses related to the areas of management and business. Participants responded to measurements of BJW, the intention of corruption and reported sociodemographic data. It was found that, when a victim of corruption is someone distant from the individual, the intention of corruption is greater compared to a condition in which the victim is close. Additionally, it was found that the effect of BJW on corruption was restricted when assessing a close victim. The results indicate the importance of articulating group (social distance) and personal variables (BJW) in the study of corruption.*

**Keywords:** *Corruption; Beliefs in a Just World; Social distance; Victimization; Analytical Model of Corruption.*

## INTRODUÇÃO

Quando se abre o jornal, no Brasil, é raro não nos defrontarmos com escândalos no mundo político. Casos de malversação de recursos públicos, uso indevido da máquina administrativa e tantas outras mazelas favorecem uma sensação de mal-estar coletivo, em que tendemos a olhar de modo cético para os rumos que a política tem tomado. Essa sucessão de escândalos no Brasil tende a favorecer uma naturalização da corrupção, em que os cidadãos ficam apenas aguardando qual será o próximo escândalo que circulará nos jornais. Considerando a importância do fenômeno, é preciso analisar processos psicológicos que contribuam com a compreensão da corrupção (Modesto & Pilati, 2020). A presente pesquisa se insere nesse conjunto de investigações e buscou analisar a influência das crenças no mundo justo na intenção de corrupção no contexto das relações intergrupais.

## CORRUPÇÃO

A corrupção é um fenômeno social de origem remota e incerta. Há evidências de corrupção desde a Grécia Antiga (Tanzi, 1998), sendo que, naturalmente, o fenômeno vem se desenvolvendo e se transformando até os dias atuais. Em verdade, parece uma ilusão supor a existência de um espaço social sem corrupção, prevalecendo a ideia de que ela sempre existiu desde que o ser humano se organizou socialmente e politicamente. Nesse sentido, pode-se concluir que o fenômeno não tem fronteiras nem dimensões já que afeta grande parte da humanidade desde tempos antigos (Pimentel, 2014). Apesar de antigo, investigações mais sistemáticas sobre a corrupção se iniciam nos anos de 1950. Os primeiros estudos surgem nos Estados Unidos no âmbito das Ciências Sociais (Filgueiras, 2006), sendo ampliados posteriormente para outros países e áreas do conhecimento.

A corrupção é compreendida como um comportamento que se desvia dos deveres formais de alguns indivíduos com poder, em razão de vantagens monetárias ou de *status* oferecidos a seus parentes ou amigos íntimos, ou que infringe normas que impedem o exercício de certas modalidades de influência do interesse de particulares, tais como: (a) nepotismo (concessão de cargo público sem prévia avaliação do mérito do candidato); (b) suborno (uso de recompensa para corromper o julgamento do ocupante de um cargo público); e (c) peculato (apropriação ilegal de recursos públicos para uso particular) (Nye, 1967).

Nessa esteira, a organização não governamental “Transparência Internacional” tem definido a corrupção como o abuso de poder confiado para ganhos privados. E, ainda segundo esta instituição, a corrupção implica em uma dificuldade e um sofrimento para todos, pois o modo de vida que os sujeitos levam atualmente depende do perfil ético e justo das pessoas que assumem posições de poder. Nesse sentido, a corrupção envolve benefícios para alguns (em situação de poder) bem como prejuízos para outros (como a sociedade em geral), apesar da crença errônea de que a corrupção é um crime sem vítimas (Schilling, 1999). Ressalta-se que, apesar de algumas críticas que a definição da Transparência Internacional recebe, essa ainda parece ser a conceitualização mais acolhida nas investigações sobre a corrupção (Modesto & Pilati, 2020).

Diferentes teorias têm buscado compreender a corrupção e comportamentos correlatos como a desonestidade e o comportamento antiético. Buscando integrar diferentes microteorias, o Modelo Analítico da Corrupção (MAC) (Modesto & Pilati, 2020) propõe que o fenômeno deva ser compreendido a partir de uma perspectiva multinível, articulando níveis micro, meso, macro e posicional.

O nível micro, de acordo com o MAC, se refere a fatores intraindividuais, incluindo variáveis disposicionais (a exemplo de crenças), bem como uma compreensão sobre processos cognitivos (automatismo X controle) de uma decisão corrupta. O nível meso, por sua vez, abarca aspectos grupais, envolvendo fenômenos como favorecimento endogrupal, identidade e normas grupais. O nível macro analisa fatores contextuais, a exemplo de normas políticas, sociais e econômicas. A dimensão posicional se refere à análise da posição ocupada pelo indivíduo na situação potencial de corrupção (corrupto X corruptor). No presente estudo, pretende-se articular variáveis do nível micro (crenças no mundo justo) com processos do nível meso (distância social).

## CRENÇA NO MUNDO JUSTO (CMJ) E CORRUPÇÃO

A Teoria do Mundo Justo (Lerner, 1980) tem contribuído, desde sua origem, com a compreensão sobre o modo como as pessoas reagem a vítimas (Lerner & Simmons, 1966), permitindo o entendimento de mecanismos psicológicos e sociais do processo de responsabilização de vítimas em diferentes contextos (Aguiar et al., 2008; Correia et al., 2012; Hafer, 2000a; Hayes et al., 2013; Haynes & Olson, 2006; Kleinke & Meyer, 1990). Nessas situações, o observador evita identificar que há certos imprevistos na vida e mantém distantes pensamentos preocupantes com a própria segurança (Lerner, 1980). Ou seja, ao culpar uma vítima, mantém-se um senso de segurança pessoal.

De acordo com a teoria, as pessoas atuam como se o mundo fosse sempre justo e regular, acolhendo a crença, não necessariamente consciente (Lerner, 1998; Lerner & Goldberg, 1999; Modesto & Pilati, 2015), de que as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm (Lerner, 1980). Segundo Correia (2003), a CMJ favorece a compreensão sobre a necessidade do ser humano buscar consertar a injustiça sofrida ou percebida, permitindo assim a estabilidade da ideia do mundo como um lugar em que cada um recebe aquilo que merece e onde aquilo que cada um merece é justo e proporcional às suas ações.

Esta crença de que as situações são justas atua, de certa forma, como um “recurso pessoal” que favorece o sentimento de comodidade e segurança nas pessoas. Nesse sentido, entende-se que os indivíduos precisam criar um motivo que justifique certos acontecimentos, reduzindo o sentimento de culpa associado à ideia de serem vítimas de injustiça, favorecendo também o desenvolvimento de metas de longo prazo. Portanto, a CMJ permite que os indivíduos trabalhem intensamente dia após dia, e não recebam nenhuma recompensa imediata, pois acreditam que serão devidamente recompensados futuramente (Hafer, 2000b; Hafer & Rubel, 2015).

De fato, só podemos entender que as pessoas impulsionam esforços para um determinado objetivo se acreditarem que existe uma relação entre o seu comportamento e o resultado, ou, de uma maneira mais geral, que existe uma relação entre os seus atos e o seu destino. Se assim for, cada pessoa tem o que merece e os acontecimentos ocorrem por razões boas e compreensíveis (Lerner, 1980).

É necessário destacar que existem dois tipos de CMJ: a Pessoal, que diz respeito à crença dos indivíduos em relação ao julgamento que fazem acerca do quão justo consideram os eventos ocorridos com eles em sua própria vida, e a Global, que remete ao quanto os indivíduos acreditam que o mundo é um lugar justo de uma maneira geral (Dalbert, 1999; Lipkus et al., 1996). Desta forma, a CMJ Global está associada com a vontade de minimizar as ameaças impostas pelas situações das outras pessoas às crenças de justiça, enquanto a CMJ Pessoal está associada a uma análise autorreferente de justiça (Modesto, Figueredo, Gama, Rodrigues, & Pilati, 2017).

Assim, considerando a crença de que o mundo é um local justo, pessoas que cometem crimes (como a corrupção) necessariamente devem ser punidas. Do contrário, a crença sobre a justiça no mundo acaba sendo abalada. Nesse sentido, embora as pessoas não tenham consciência desse argumento, ele tende a influenciar o comportamento e a atitude das pessoas.

Ao analisarmos que os indivíduos com maiores índices de CMJ tendem a ter menor percepção (Bai et al., 2014; Modesto et al., 2020), intenção (Bai et al., 2016) e comportamento corrupto (Stupnianeck & Navickas, 2019), percebemos que a CMJ é um importante preditor da corrupção. Em um dos seus estudos, Bao-Yu Bai et al. (2014) testaram a relação entre CMJ e percepção de corrupção, apresentando três cenários hipotéticos em que uma pessoa incitava alguém que tinha poder a cometer um ato ilegal para beneficiá-la. Sua hipótese era que a CMJ Global predissesse negativamente a corrupção, a qual foi corroborada pelos resultados. Nesse sentido, os autores verificaram que a CMJ tende a levar as pessoas a terem menos intenção de cometer atos considerados corruptos, uma vez que elas percebem que esses atos podem gerar para si punições por comportamentos desviantes da norma. Em um estudo transcultural, tais achados foram replicados no Brasil, Estados Unidos e Holanda (Modesto et al., 2020).

Apesar das evidências apresentadas pelos autores sobre a relação da CMJ e corrupção, estudos anteriores (Aguiar et al., 2008; Correia, Alves, Morais, & Ramos, 2015; Correia, Vala, & Aguiar, 2007;

Modesto & Pilati, 2017) têm indicado a importância de considerar variáveis grupais para uma adequada compreensão sobre o funcionamento da CMJ, algo que, até onde encontramos na literatura, não foi incluído nos estudos sobre CMJ e corrupção.

## GRUPOS SOCIAIS E CMJ

Conforme mencionado, a CMJ é um modo de ajudar as pessoas a se manterem confiantes na segurança de suas vidas, sendo que o contexto também interfere nesse processo. De acordo com Adrian Furnham (2003), nos países em que predominam desigualdades sociais, as pessoas tendem a aceitar que os pobres e desprivilegiados têm menos por merecerem menos. As desigualdades, então, são vistas como “legítimas”. Desse modo, a atribuição de um mundo justo pode ser utilizada para demonstrar e justificar a injustiça social (Lima-Nunes et al., 2013).

Assim, para manter a crença no mundo justo, os indivíduos utilizam certas estratégias e uma delas tem a ver com a percepção de que a injustiça é algo inevitável para certos indivíduos ou grupos sociais. Notoriamente, esta estratégia reside na percepção de que esses indivíduos ou grupos sociais estão fora do escopo de justiça do próprio indivíduo, e como tal, não são membros do seu próprio mundo (Lerner & Miller, 1978). Logo, quando alguém do grupo ao qual o indivíduo é vinculado é colocado numa situação de vitimização, ele está indiretamente ameaçado. No entanto, quando a ameaça recai contra alguém distante de “seu próprio mundo” a ameaça é reduzida.

Buscando testar essa hipótese, Patrícia Aguiar et al. (2008) analisaram o impacto da categoria social da vítima na análise de situações de injustiças no contexto europeu. Como resultado, verificou-se que as vítimas do exogrupo foram mais culpabilizadas. De acordo com os autores, uma possibilidade de se entender o resultado é que a reação a vítimas do exogrupo perpassa mais uma maneira de discriminação do que o processo de ameaça à Crença no Mundo Justo, isto porque vítimas do exogrupo podem ser percebidos como fora do escopo da justiça.

Neste mesmo sentido, Isabel Correia et al. (2007) utilizaram a história de uma criança de etnia cigana versus portuguesa que inesperadamente sofre um choque num cabo elétrico e perde os membros superiores. A ameaça desta crença foi medida em participantes de etnia portuguesa, e constatou-se que uma vítima do endogrupo (a criança portuguesa) favorece uma maior ameaça se comparada a uma vítima do exogrupo (criança de etnia cigana). Entretanto, isso não se configura numa maior responsabilização da vítima mais ameaçadora (a criança portuguesa), preponderando o efeito de favoritismo endogrupal.

Já em um estudo no contexto brasileiro, João Modesto e Ronaldo Pilati (2017) buscaram investigar o papel moderador da categoria social da vítima na relação entre as dimensões explícita e implícita das crenças no mundo justo (CMJ). Os autores manipularam as situações, sendo que, na condição de exogrupo, a vítima era apresentada como usuário de crack, já na condição de endogrupo como estudante universitário. Desta forma, em uma amostra composta por estudantes universitários, foi encontrado que membros do exogrupo foram mais responsabilizados que membros do endogrupo, corroborando a compreensão de um favoritismo endogrupal encontrado em estudos anteriores sobre a responsabilização de vítimas.

Embora não tenhamos feito uma revisão aprofundada sobre relações intergrupais como um todo no âmbito da psicologia social (ver Hewstone et al., 2002 para uma revisão com essa finalidade), mas sim focado na articulação do tema com a Teoria do Mundo Justo, verifica-se o papel das relações intergrupais para compreensão dos efeitos da CMJ. Ressalta-se que, do amplo escopo dos estudos sobre relações intergrupais e CMJ, os aspectos que envolvem a identificação endogrupal parecem ser os mais relevantes para o melhor entendimento da Teoria do Mundo Justo, conforme os estudos revisados.

## VISÃO GERAL DO ESTUDO

Conforme mencionado, por definição, a corrupção envolve ganhos ilícitos para uns assim como prejuízos para outros. Nesse sentido, o estudo sobre corrupção pode se articular com as investigações

sobre vitimização, tradicionalmente analisados no âmbito da CMJ. Por exemplo, se a vítima do ato corrupto for alguém do próprio grupo isso impacta na intenção de se corromper bem como no efeito da CMJ na corrupção? Buscando responder a esses questionamentos, e tendo em vista a importância de articular diferentes níveis de análise para o estudo da corrupção (Modesto & Pilati, 2020), a presente pesquisa teve como objetivo principal avaliar a influência da categoria social de uma vítima de corrupção na relação entre CMJ e intenção de corrupção. Nesse sentido, formulou-se como hipótese (H1) que em uma situação de maior distância social (exogrupo) da vítima de um ato corrupto, serão encontrados maiores índices de corrupção. Adicionalmente (H2), acreditamos que maiores índices de CMJ vão se relacionar com menores índices de corrupção. E, por fim (H3), estima-se que o grupo social (distância social da vítima) vai interferir na relação entre CMJ e corrupção, sendo o efeito da CMJ mais robusto na condição de baixa distância social, tendo em vista que vítimas do endogrupo são mais ameaçadoras para a CMJ.

## MÉTODO

### PARTICIPANTES

A amostra foi composta por 127 estudantes universitários de cursos ligados à área de gestão e/ou negócios, sendo 33 de administração, 42 de ciências contábeis, 30 de ciências econômicas e 22 de gestão de políticas públicas. Essa escolha se deu porque se espera que tais estudantes venham a exercer (ou já estejam exercendo) funções que envolvem tomadas de decisão no âmbito da corrupção.

Sobre o sexo, 82 informaram ser do sexo masculino, 44 do feminino e 3 preferiram não responder este item. As idades variaram de 18 a 30 anos ( $M=20,72$ ;  $DP=2,80$ ).

### INSTRUMENTOS

Foi utilizada a Escala Global de Crenças no Mundo Justo (EGCMJ) (Lipkus et al., 1996) em sua versão adaptada para o contexto brasileiro (Gouveia et al., 2010). A medida possui sete itens, que variam na escala Likert de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente), com maiores valores indicando maiores índices de CMJ. A versão adaptada da EGCMJ apresentou índices satisfatórios de confiabilidade no estudo de validação ( $\alpha=0,77$ ) e no presente estudo ( $\alpha=0,80$ ).

A Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo (Dalbert, 1999) em sua versão adaptada para o contexto brasileiro (Modesto et al., 2017) o que tem levado ao desenvolvimento de medidas para sua mensuração. O presente artigo tem como objetivo apresentar evidências de validade de uma versão adaptada da Escala Pessoal de CMJ (CMJ-P é composta por sete itens associados a uma escala Likert variando de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente). No estudo de validação, a escala também apresentou índices satisfatórios de confiabilidade ( $\alpha=0,82$ ), bem como no presente estudo ( $\alpha=0,89$ ).

Para analisar a intenção de corrupção, foi utilizado um único item com a pergunta “Quais as chances de você ficar com o dinheiro?” sendo uma escala de 1 (definitivamente não ficaria com o dinheiro) a 9 (definitivamente ficaria com o dinheiro).

Para testar a hipótese de que, em uma situação do exogrupo, com uma distância social alta, haveria mais corrupção em comparação a mesma situação apresentada em uma situação de endogrupo, criou-se dois cenários, sendo um de alta distância e outro de baixa distância social, retratando uma história fictícia onde o participante deveria decidir entre ficar ou não com uma quantia de dinheiro. No cenário de alta distância social, foi apresentado o seguinte cenário:

Imagine que você é o diretor do setor financeiro de uma pequena empresa, sendo o único responsável por todo controle financeiro da organização. Recentemente, você



recebeu uma alta quantia em espécie na sede da empresa. Quando você foi conferir a quantia, **o pagador, uma pessoa rude e agressiva, com a qual você nem gostaria de iniciar uma conversa**, afirmou que queria ir embora e só precisava do recibo. Você então optou por entregar o recibo e conferir o dinheiro depois, em função do mal-estar causado na situação. Ao conferir a quantia, no entanto, você nota que o valor recebido foi muito acima do combinado. Você pode ficar com o dinheiro sem riscos de punição, afinal, entregou o recibo e o pagador o aceitou. No entanto, certamente o pagador será punido por ter perdido essa soma de dinheiro.

Já na condição de baixa distancia o cenário foi:

Imagine que você é o diretor do setor financeiro de uma pequena empresa, *sendo o único responsável por todo controle financeiro* da organização. Recentemente, você recebeu uma alta quantia em espécie na sede da empresa. Quando você foi conferir a quantia, **o pagador, um jovem estagiário, gentil e cordial, o qual você gostaria de ter como membro da sua família**, afirmou que queria ir embora e só precisava do recibo. Você então optou por entregar o recibo e conferir o dinheiro depois, em função do clima agradável da situação. Ao conferir a quantia, no entanto, você nota que o valor recebido foi muito acima do combinado. Você pode ficar com o dinheiro sem riscos de punição, afinal, entregou o recibo e o pagador o aceitou. No entanto, certamente o pagador será punido por ter perdido essa soma de dinheiro.

Considerando que nossa amostra foi composta por estudantes, acreditamos que a apresentação da vítima do cenário como “estagiário” é uma estratégia que pode favorecer uma percepção do indivíduo como membro do endogrupo. Ressalta-se que, em pré-testes com estudantes, eles relataram perceber uma proximidade com o “estagiário” (cenário do endogrupo) e um distanciamento da vítima do cenário de alta distância social. Além disso, os qualificativos (“rude e agressiva, com a qual você nem gostaria de iniciar uma conversa” X “gentil e cordial, o qual você gostaria de ter como membro da sua família”) serviram para intensificar a identificação/afastamento, servindo então como uma manipulação de distanciamento social.

## PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Antes de ser aplicado, o projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa e após receber o parecer favorável foi iniciada a coleta (19740919.9.0000.0023).

Esta pesquisa apresentou riscos mínimos de cunho físico, moral ou psicológico, seguindo os princípios éticos de pesquisa com seres humanos conforme a Associação Americana de Psicologia (APA) e as regulamentações nacionais. Todos os participantes consentiram a participação, lhes sendo garantido o anonimato das informações.

Todos os participantes responderam às medidas de CMJ, em seguida, de forma aleatória na entrega dos questionários, foram alocados em uma das condições (distância social: Alta X Baixa) e, por fim, aos dados sociodemográficos.

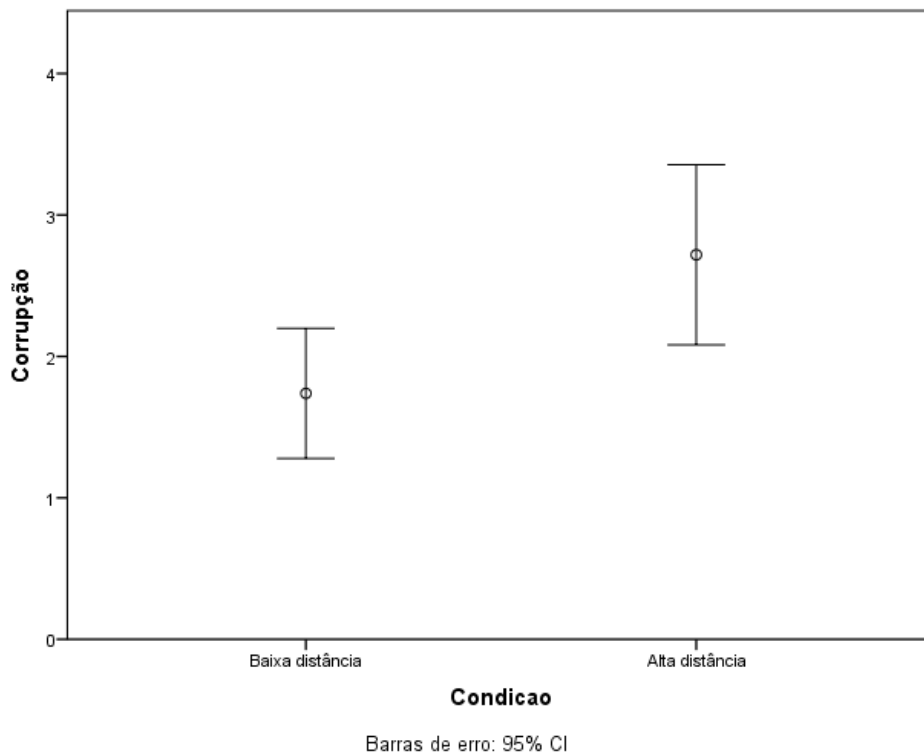
## PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e inferenciais. As análises ocorreram por meio do *software SPSS* versão 20.0. Para a comparação entre as condições experimentais, foi realizada uma ANOVA. Com o intuito de testar a influência da CMJ na intenção de corrupção, foram conduzidas regressões lineares com o método de entrada forçada (Método Enter).

## RESULTADOS

A fim de testar o efeito da distância social na corrupção, foi conduzida uma ANOVA, em que, conforme Hipótese 1, foram identificados maiores índices de corrupção na condição de alta distância social (exogrupo) ( $M = 2,72$ ;  $DP = 2,55$ ) se comparado à condição de baixa distância (endogrupo) ( $M = 1,74$ ;  $DP = 1,86$ ),  $F(1, 127) = 6,25$ ,  $p = 0,014$ ,  $\eta^2p = 0,05$ . Os intervalos de confiança podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1 – Diagrama de barra de erros da intenção de corrupção por condição experimental



Em seguida, testou-se, por meio de uma regressão múltipla, o efeito direto da CMJ (global e pessoal) na intenção de corrupção. O resultado pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Parâmetros do modelo de regressão

Variáveis	Parâmetros do modelo
CMJ global	$\beta = 0,03$ , $p = 0,713$
CMJ pessoal	$\beta = - 0,12$ , $p = 0,192$

Conforme pode ser visualizado na Tabela 1, ambas dimensões da CMJ não exerceram efeito nos índices de corrupção. Adicionalmente, testamos o efeito das dimensões da CMJ separando os participantes por condição experimental. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 2.

*Tabela 2 - Parâmetros do modelo de regressão separados por condição experimental*

Condição experimental	Parâmetros do modelo
Baixa distância social	CMJ global: $\beta = 0,29, p = 0,027$ CMJ pessoal: $\beta = - 0,26, p = 0,041$ $R^2 = 0,09$
Alta distância social	CMJ global: $\beta = - 0,16, p = 0,220$ CMJ pessoal: $\beta = - 0,02, p = 0,897$ $R^2 = 0,00$

Conforme pode ser visualizado na Tabela 2, a CMJ passa a exercer um efeito significativo tanto da dimensão pessoal quanto global na condição de baixa distância social (vítima do endogrupo). No entanto, para a condição de alta distância (vítima do exogrupo) não há efeito significativo, indicando a existência de uma interação entre a variável CMJ e a categoria social da vítima.

## DISCUSSÃO

O presente estudo, conforme mencionado, teve como objetivo avaliar a influência da categoria social de uma vítima de corrupção na relação entre CMJ e intenção de corrupção, tendo sido formuladas três hipóteses. A Hipótese 1 postulava que haveria maiores índices de corrupção quando o ato prejudicasse uma vítima do exogrupo (alta distância social) se comparado a uma vítima do endogrupo (baixa distância). Essa hipótese foi corroborada, e pode ser compreendida como um processo de justificativa e legitimação da corrupção, na medida em que, muitas vezes, indivíduos do exogrupo são entendidos como fora do escopo da justiça (Lima-Nunes, Correia, & Pereira, 2013; Lima-Nunes et al., 2013). Ou seja, prejudicar alguém que já se situa fora do escopo da justiça é aceitável e legítima o ato corrupto. Esse dado é preocupante, tendo em vista que a corrupção tende a ser (erroneamente) interpretada como um “crime sem vítima” (Schilling, 1999). Nesse sentido, se o ato prejudica alguém distante (ou não prejudica ninguém) parece mais provável que o fenômeno seja legitimado e ocorra.

Adicionalmente (H2), acreditávamos que maiores índices de CMJ se relacionariam com uma menor intenção de corrupção. No entanto, tal relação não foi encontrada na presente pesquisa. Possivelmente, isso pode ter ocorrido em função da relação entre as variáveis não ser direta mas sim possuir moderadores e mediadores. A percepção de punição, por exemplo, parece exercer um efeito de mediação entre CMJ e corrupção (Bai et al., 2014, 2016; Modesto et al., 2020), embora não tenha sido mensurada na presente pesquisa.

Já a Hipótese 3 propunha que a distância social da vítima (endogrupo X exogrupo) interferiria na relação entre CMJ e corrupção, sendo estimado um efeito mais robusto quando a vítima fosse próxima ao indivíduo (vítima do endogrupo), tendo sido a hipótese corroborada. Verificou-se que quando a vítima da corrupção era alguém próximo ao indivíduo (um estagiário), a CMJ exerceu um efeito na corrupção, diferente da situação em que a vítima era alguém percebido como mais distante. Esse efeito pode ser

interpretado pelo entendimento de que as vítimas do endogrupo são mais ameaçadoras para a manutenção da CMJ, algo que tem sido sistematicamente investigado no âmbito dos estudos sobre a CMJ (Modesto & Pilati, 2017). Chama atenção ainda que a dimensão global e pessoal apresentaram efeitos distintos. Para a dimensão global, o efeito foi positivo. Neste caso, se o indivíduo possui a crença de que as pessoas em geral têm o que merecem e merecem o que têm e a vítima é percebida, em alguma medida, como responsável por seu prejuízo, é mais provável que a corrupção ocorra. No entanto, no caso da dimensão pessoal, se o indivíduo, em uma avaliação autorreferente, acredita que o mundo é justo consigo mesmo, isso reduz as chances de ser corrupto e prejudicar alguém próximo (membro do endogrupo). Tal achado ressalta a importância de considerar as duas dimensões da CMJ como construtos distintos, com potenciais explicativos diferentes (Testé & Perrin, 2013), bem como a relevância de considerar variáveis grupais no estudo da CMJ e da corrupção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possui algumas contribuições. Em primeiro lugar, conforme sugerido pelo MAC, buscou-se uma articulação entre variáveis intraindividuais (CMJ) e grupais (distância social). A compreensão da corrupção como fenômeno multinível é importante para o seu estudo e possíveis intervenções (Modesto & Pilati, 2020). Adicionalmente, no que tange à CMJ, a presente pesquisa aproximou o estudo da corrupção com o da vitimização, já tradicional no âmbito da Teoria do Mundo Justo. Essa aproximação permitiu analisar empiricamente o papel exercido pela percepção que se tem sobre uma vítima na intenção de corrupção.

Ressalta-se, no entanto, que o presente estudo possui algumas limitações. Embora tenhamos articulado o estudo de corrupção com o de vitimização, não foi mensurado o grau de responsabilidade da vítima de corrupção. Além disso, embora tenhamos analisado a distância social a partir de uma comparação entre os grupos, não foi utilizada nenhuma medida de identificação endogrupal (Souza et al., 2019). Nessa mesma direção, a manipulação da categoria social apresentou possíveis confundidores, como as qualificações atribuídas às vítimas nos cenários (rude e agressiva X gentil e cordial). Ou seja, o efeito encontrado pode ter sido não exclusivamente pela identidade grupal (distância social), mas sim pelos qualificativos atribuídos. Novas pesquisas, portanto, podem aprimorar a manipulação experimental (reduzindo confundidores), bem como aplicar a escala de identificação endogrupal (Souza et al., 2019) para uma maior precisão do teste do papel das relações intergrupais na relação entre CMJ e corrupção. Apesar dessas limitações, acreditamos que os achados permitem evidenciar que o olhar que se tem em relação a uma vítima de corrupção (em termos de distância social) é um importante fator que interfere na relação entre CMJ e corrupção.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, P., Vala, J., Correia, I., & Pereira, C. (2008). Justice in Our World and in that of Others: Belief in a Just World and Reactions to Victims. *Social Justice Research, 21*(1), 50-68. <https://doi.org/10.1007/s11211-007-0059-3>
- Bai, B. Y., Liu, X. X., & Kou, Y. (2014). Belief in a just world lowers perceived intention of corruption: The mediating role of perceived punishment. *PLoS ONE, 9*(5), 1-6. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0097075>
- Bai, B. Y., Liu, X. X., & Kou, Y. (2016). Belief in a just world lowers bribery intention. *Asian Journal of Social Psychology, 19*(1), 66-75. <https://doi.org/10.1111/ajsp.12108>
- Correia, I. (2003). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: Crença no Mundo Justo, inocência da vítima e vitimização secundária*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Correia, I., Alves, H., Morais, R., & Ramos, M. (2015). The legitimization of wife abuse among women: The impact of belief in a just world and gender identification. *Personality and Individual Differences, 76*, 7–12. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.11.041>
- Correia, I., Alves, H., Sutton, R., Ramos, M., Gouveia-Pereira, M., & Vala, J. (2012). When do people derogate or psychologically distance themselves from victims? Belief in a just world and ingroup identification. *Personality and Individual Differences, 53*(6), 747-752. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2012.05.032>
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology, 43*(1), 31-38. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.12.010>
- Dalbert, C. (1999). The world is more just for me than generally : about the personal belief in a just world scale's validity. *Social Justice Research, 12*(2), 79-98. <https://doi.org/10.1023/A:1022091609047>
- Filgueiras, F. (2006). A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas. *Cadernos CEDES, 5*, 1-29. <http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/>
- Furnham, A. (2003). Belief in a just world: research progress over the past decade. *Personality and Individual Differences, 34*(5), 795-817. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(02\)00072-7](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(02)00072-7)
- Gouveia, V. V., Pimentel, C. E., Coelho, J. A. P. M., Maynard, V. A. P., & Mendonça, T. S. (2010). Validade fatorial confirmatória e consistência interna da Escala Global de Crenças no Mundo Justo – GJWS. *Interação Em Psicologia, 14*(1), 21-29. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5380/psi.v14i1.12687>
- Hafer, C. L. (2000a). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified Stroop Task. *Journal of Personality and Social Psychology, 79*(2), 165-173. <https://doi.org/10.1037/AW22-3514.79.2.165>

- Hafer, C. L. (2000b). Investment in Long-Term Goals and Commitment to Just Means Drive the Need to Believe in a Just World. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26(9), 1059-1073. <https://doi.org/10.1177/01461672002611004>
- Hafer, C. L. & Rubel, A. N. (2015). The why and how of defending Belief in a Just World. In M. Zanna & J. Olson (Eds.), *Advances in Experimental Social Psychology* (1a ed., vol. 51, pp. 41-96). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/bs.aesp.2014.09.001>
- Hayes, R. M., Lorenz, K., & Bell, K. (2013). Victim Blaming Others: Rape Myth Acceptance and the Just World Belief. *Feminist Criminology*, 8(3), 202-220. <https://doi.org/10.1177/1557085113484788>
- Haynes, G. A. & Olson, J. A. (2006). Coping With Threats to Just-World Beliefs : Derogate, Blame, or Help? *Journal of Applied Social Psychology*, 36(3), 664-682. <https://doi.org/10.1111/j.0021-9029.2006.00023.x>
- Hewstone, M., Rubin, M., & Willis, H. (2002). Intergroup bias. *Annual Review of Psychology*, 53, 575-604. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100901.135109>
- Kleinke, C. L. & Meyer, C. (1990). Evaluation of Rape Victim By Men and Women With High and Low Belief in a Just World. *Psychology of Women Quarterly*, 14(3), 343-353. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00024.x>
- Lerner, M. J. (1980). *The Belief in a Just World: A fundamental delusion*. Plenum Press.
- Lerner, M. J. (1998). The two forms of belief in a just world: some thoughts on why and how people care about justice. In L. Montada & M. J. Lerner (Eds.), *Responses to victimizations and belief in a just world* (pp. 247-270). Plenum Press.
- Lerner, M. J. & Goldberg, J. H. (1999). When do decent people blame victims? The differing effects of the explicit/rational and implicit/experiential cognitive systems. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual process theories in social psychology* (pp. 627-640). Guilford.
- Lerner, M. J. & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85(5), 1030-1051. <https://doi.org/10.1037//0033-2909.85.5.1030>
- Lerner, M. J. & Simmons, C. H. (1966). The observer's reaction to the "innocent victim": Compassion or rejection? *Journal of Personality and Social Psychology*, 4(2), 203-210. <https://doi.org/10.1037/h0023562>
- Lima-Nunes, A., Correia, I., & Pereira, C. R. (2013). Justice seems not to be for all: Exploring the scope of justice. *In-Mind Magazine*, 17, 1-11. <http://beta.in-mind.org/issue-17/justice-seems-not-be-all-exploring-scope-justice>
- Lima-Nunes, A., Pereira, C. R., & Correia, I. (2013). Restricting the scope of justice to justify discrimination : The role played by justice perceptions in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 43, 627-636. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1981>

- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the Belief in a Just World for self versus for others: Implications for psychological well-being. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(7), 666-677. <https://doi.org/10.1177/0146167296227002>
- Modesto, J. G., Figueredo, V., Gama, G., Rodrigues, M., & Pilati, R. (2017). Escala Pessoal de Crenças no Mundo Justo: Adaptação e Evidências de Validade. *Psico-USF*, 22(1), 13-22. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220102>
- Modesto, J. G., Keller, V. N., Saraiva, R. B., & Pilati, R. (2020). Belief in a corrupt world: A cross-cultural mediation model of beliefs about justice, punishment, and corruption. *Personality and Individual Differences*, 164, 110-127. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.110127>
- Modesto, J. G. & Pilati, R. (2015). Implicit Deservingness: Implicit Association Test for Belief in a Just World. *Interamerican Journal of Psychology*, 49(2), 203-212. <https://www.redalyc.org/pdf/284/28446019006.pdf>
- Modesto, J. G. & Pilati, R. (2017). “Not all victims matter”: Belief in a Just World, intergroup relations and victim blaming. *Temas Em Psicologia*, 25(2), 775-786. <https://doi.org/10.9788/TP2017.2-18En>
- Modesto, J. G. & Pilati, R. (2020). “Why are the corrupt, corrupt?”: The Multilevel Analytical Model of Corruption. *The Spanish Journal of Psychology*, 23, e5. <https://doi.org/10.1017/SJP.2020.5>
- Nye, J. S. (1967). Corruption and political development: A cost-benefit analysis. *American Political Science Review*, 61(2), 417-427. <https://doi.org/10.2307/1953254>
- Pimentel, I. A. (2014). *A corrupção no Brasil e a atuação do Ministério Público*. Universidade Federal da Paraíba.
- Schilling, F. (1999). O estado do mal-estar: corrupção e violência. *São Paulo Em Perspectiva*, 13(3), 47-55. <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000300007>
- Souza, L. E. C., Lima, T. J. S., Maia, L. M., Fontenele, A. B. G., & Lins, S. L. B. (2019). A hierarchical (multicomponent) model of in-group identification: adaptation of a measure to the Brazilian context. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 32, 1-9. <https://doi.org/10.1186/s41155-019-0131-6>
- Stupnianeck, K. & Navickas, V. (2019). Can beliefs in justice predict corrupt behavior? *Journal of Social and Political Psychology*, 7(1), 246-259. <https://doi.org/10.5964/jspp.v7i1.1031>
- Tanzi, V. (1998). Corruption around the world: Causes, consequences, scope, and cures. *IMF Economic Review*, 45(4), 559-594. <https://doi.org/10.2307/3867585>
- Testé, B. & Perrin, S. (2013). The impact of endorsing the belief in a just world on social judgments: The social utility and social desirability of Just-World Beliefs for self and others. *Social Psychology*, 44(3), 209-218. <https://doi.org/10.1027/1864-9335/a000105>

**Histórico**

*Submissão: 10/01/2020  
Revisão: 03/04/2022  
Aceite: 22/11/2022*

**Contribuição dos Autores**

*Concepção: JGM  
Coleta de dados: ACRG  
Análise de dados: ACRG; JGM  
Elaboração do manuscrito: ACRG; JGM  
Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: ACRG; JGM  
Aprovação final do manuscrito: ACRG; JGM*

**Financiamento**

*A presente pesquisa recebeu apoio da FAP-DF, em função de projeto aprovado do qual João Gabriel Modesto é integrante (FAP-DF - 00193-00000229/2021-21)*

**Consentimento de uso de imagem**

*Não se aplica*

**Aprovação, ética e consentimento**

*A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (número do protocolo 19740919.9.0000.0023).*



Artigo Original

## Movimentos migratórios no Brasil: desafios para as políticas públicas de saúde e assistência social

*Movimientos migratorios en Brasil:  
desafios para las políticas de salud pública y asistencia social*

*Migratory movements in Brazil:  
challenges for public health and social assistance*

**Betina Hillesheim**  
**Camilo Darsie**  
**Gisele Dhein**  
**Douglas Luís Weber**  
**Caroline da Rosa Couto**  
**Leticia Aline Back**  
**Guilherme Vendruscollo Werlang**  
**Giulia Netto Löbler**

**Betina Hillesheim**  
Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.  
<http://orcid.org/0000-0001-9486-5459>  
Email: [betinahillesheim@gmail.com](mailto:betinahillesheim@gmail.com)

**Camilo Darsie**  
Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.  
<http://orcid.org/0000-0003-4696-000X>  
Email: [camilodarsie@unisc.br](mailto:camilodarsie@unisc.br)

**Gisele Dhein**  
Doutorado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS.  
<http://orcid.org/0000-0002-9379-6479>  
Email: [gidhein@gmail.com](mailto:gidhein@gmail.com)

**Douglas Luís Weber**  
Doutorado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS.  
<http://orcid.org/0000-0003-3915-0439>  
Email: [douglasluis94@hotmail.com](mailto:douglasluis94@hotmail.com)

**Caroline da Rosa Couto**  
Mestrado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS.  
<http://orcid.org/0000-0001-7102-0568>  
Email: [caroline.r.couto@outlook.com](mailto:caroline.r.couto@outlook.com)

**Leticia Aline Back**  
Mestrado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS.  
<http://orcid.org/0000-0001-8294-1645>  
E-mail: [leticiaaback@gmail.com](mailto:leticiaaback@gmail.com)

### Resumo

*Este artigo aborda as relações entre migração, saúde e assistência social no Brasil. A problematização dessas questões salienta a forma como o Brasil coloca-se diante das novas ondas migratórias, bem como evidencia os desafios das políticas públicas brasileiras em relação ao acolhimento e ao acompanhamento dos(as) imigrantes no país. Através da revisão bibliográfica e documental, considerando as legislações que normatizam as migrações e o acesso às políticas públicas, busca-se tensionar as ações previstas nas leis e o panorama no qual se encontram os(as) imigrantes. O crescente fluxo de migrações, globalmente, destaca a necessidade de promoção do acesso às políticas públicas que contemplam os(as) migrantes, conforme ressaltam as discussões internacionais. Assim, no limite, a migração vem se constituindo como um determinante às políticas e às estratégias de saúde e de assistência social, especialmente nos países de acolhimento, conseqüentemente, no Brasil.*

**Palavras-chave:** Migrações; Políticas Públicas; Saúde; Assistência Social; Brasil.

### Resumen

*Este artículo hace un abordaje a la relación entre migración, salud y asistencia social en Brasil. La problematización de estas cuestiones hacen énfasis en la forma como Brasil encara las nuevas olas migratorias, también nos muestra los desafíos de las políticas públicas*

*brasileras en lo que se refiere al acogimiento y acompañamiento de los inmigrantes en el país. Por medio de la revisión bibliográfica y documental, se busca tensionar las acciones previstas en las leyes y el estado en el que se encuentran los inmigrantes. El creciente flujo de migraciones, apunta para la necesidad y promoción del acceso a políticas públicas que contemplan a los migrantes, conforme destacan las discusiones internacionales. Así, al límite, la migración viene siendo un determinante para las políticas, estrategias de salud y de asistencia social, especialmente en los países que acogen, consecuentemente, en Brasil.*

**Palabras claves:** Migraciones; Políticas Públicas; Salud; Asistencia Social; Brasil.

### Abstract

*This article addresses the hip between migration and health and social assistance in Brazil. The problematization of these issues highlights the way in which Brazil faces new migratory waves, as well as the challenges of Brazilian public policies regarding the reception and monitoring of immigrants in country. Through a bibliographical and documentary review, considering the laws that regulate migration and access to public policies, we seek to stress the actions provided for in the laws and the panorama in which immigrants find mselves. The growing flow of migrations, on a global scale, highlights the need to promote access to public policies that contemplate migrants, as highlighted by international discussions. Thus, migration has become a determinant of health and social assistance policies and strategies, specially in host countries like Brazil.*

**Keywords:** Migrations; Public policy; Healthcare; Social Assistance; Brazil.

### Guilherme Vendruscollo Werlang

Mestrado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul/RS.

<http://orcid.org/0000-0002-4301-0626>

Email: [guilhermewerlang@hotmail.com](mailto:guilhermewerlang@hotmail.com)

### Giulia Netto Löbler

Graduanda em Psicologia pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul/RS.

<http://orcid.org/0000-0002-8202-3219>

Email: [g\\_netlobler@hotmail.com](mailto:g_netlobler@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

As migrações contemporâneas têm ganhado importância cada vez maior no contexto das discussões internacionais, cujas pautas articulam, entre outras questões, os desafios econômicos e humanitários que envolvem o tema. Um dos principais disparadores para tais discussões é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, contemporaneamente, o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular (*Intergovernmental Conference to Adopt the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration*, 2018), estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assinado por mais de 160 países<sup>1</sup>. De acordo com o Pacto, torna-se necessária uma abordagem cooperativa entre os países, de modo a potencializar os benefícios oriundos dos movimentos migratórios, diminuir os riscos enfrentados pelos migrantes e, ainda, ajudá-los a vencer os desafios enfrentados nos países de origem, de trânsito e de destino.

É interessante destacar que o aumento relativo às migrações internacionais se origina a partir daquilo que autores como David Harvey (2001) apontam como a tendência ao encurtamento das distâncias absolutas entre as nações, tendo em vista os avanços tecnológicos relacionados à comunicação e aos transportes, especialmente após o advento da globalização. Isso oportunizou um aumento gradativo no que se refere ao número de pessoas que se deslocam internacionalmente.

Neste sentido, a ideia de que o fluxo de pessoas (e de produtos) estaria associado ao desejo de ascensão econômica, de oportunidades ligadas ao mercado de trabalho e, ainda, pautado pelas condições financeiras que garantiriam aos indivíduos o deslocamento internacional e a permanência em outros países de modo digno, articulou-se a diversos outros interesses, entre eles, a garantia de sobrevivência. Entre as causas dessa transformação, encontram-se os conflitos nacionais internos, bem como desastres e adversidades naturais.

Alexandro Portes (2004), ao discutir os estudos sobre o denominado transnacionalismo, sublinha que se trata de uma nova perspectiva, mas não um novo fenômeno; entretanto, o surgimento de novas tecnologias de informação e transporte possibilitaram que os migrantes contemporâneos tenham um incremento de práticas transnacionais, mediante diferentes relações de trocas econômicas, culturais ou políticas entre países de origem e destino. Entretanto, o autor afirma que nem todos os migrantes são transnacionais, sendo que vários estudos têm mostrado que apenas uma minoria envolve-se regularmente em atividades transnacionais. Nessa perspectiva, o envio de remessas em dinheiro para familiares nos países de origem ou visitas ocasionais não podem ser categorizadas como práticas transnacionais. Por outro lado, o autor aponta que, mesmo que em proporção reduzida, as diferentes atividades transnacionais – por exemplo, compra de imóveis, envio de remessas, viagens entre países etc. – podem ter um impacto econômico ou cultural significativo, visto que países de emigração têm estimulado tais práticas como estratégia de aquecimento econômico. Além disso, é importante marcar que não há uma oposição entre práticas transnacionais e assimilação no país de destino, pois, muitas vezes, são os migrantes mais bem estabelecidos (que, em geral, já possuem condições econômicas e educacionais melhores em seus países de origem) que conseguem realizar tais atividades, tendo, inclusive, uma melhor integração no país de acolhida.

Nesse sentido, estudos do campo migratório (Braga, 2021; Portes, Haller, & Fernandez-Kelly, 2008) realizados nos Estados Unidos, direcionam as análises para os processos de assimilação cultural, ancorando-se em estudos longitudinais, os quais comparam diferentes gerações de migrantes. Esses estudos apontam que, embora tenham processos de assimilação distintos entre as gerações, a marcação identitária “ser filho de imigrante” e/ou “ser imigrante” acompanha mesmo os nascidos em território estadunidense, fato agravado se comparados os países de origem. Imigrantes latinos apresentam, historicamente, maiores dificuldades de assimilação (cultural, econômica e educacional) (Portes et al., 2008).

Desse modo, as rotas migratórias passaram a sofrer alterações de acordo com as transformações ocorridas nos *status* econômicos e políticos de diversos países e, principalmente, pela necessidade dos(as)

---

1 Inicialmente, o Brasil comprometeu-se com o Pacto ao assiná-lo, em 19 de dezembro de 2018. Porém, o atual governo (2019-2022), de Jair Bolsonaro, anunciou, no dia 8 de janeiro de 2019, a saída brasileira do acordo.

migrantes em relação às condições de sobrevivência em novos lugares. Pode-se pensar, nesta perspectiva, que, na contemporaneidade, grande parte dos(as) migrantes se deslocam em função de condições não satisfatórias de vida e segurança e, portanto, contam com o apoio público oferecido pelos países de destino, fato que direciona a escolha em relação aos percursos a serem seguidos.

Nesse contexto, o Brasil, que no período colonial e imediatamente pós-colonial, recebeu grandes contingentes de imigrantes do eixo norte, dadas as possibilidades de trabalho e oportunidades de ascensão econômica, especialmente de países como Portugal, Itália, Japão e China, voltou a ganhar notoriedade no cenário internacional voltado às migrações a partir de 2011, no que tange à entrada de migrantes em seu território. Isso aconteceu após um período fortemente marcado por emigrações, que chegam a somar 3 milhões de brasileiros(as) vivendo em outros países<sup>2</sup>. A partir disso, o Brasil deixou de ser reconhecido majoritariamente no cenário internacional como país de emigração, passando a figurar também como destino da imigração, fazendo-se presente nas principais discussões que ocuparam as agendas políticas internacionais sobre migrações ao longo dos últimos anos.

As condições específicas que levaram a essa mudança estão relacionadas aos movimentos brasileiros no que se refere a questões econômicas e à legislação em vigência no país. O Brasil foi considerado um território profícuo para imigrantes durante um determinado período, que coincide com o aquecimento econômico pelo qual o país passou até o ano de 2015 e com a dificuldade de acesso que outros países da América Latina impuseram aos migrantes. Assim, nos últimos anos, além de migrantes oriundos de países como Portugal, China, Japão e Itália – historicamente estabelecidos –, aumentaram os registros da entrada de imigrantes de outros países, o que pode ser identificado, por exemplo, nos números de pedidos de refúgio disponibilizado (Silva, Cavalcanti, Oliveira, Costa, & Macedo, 2021), os quais mostram que, em 2020, a entrada de migrantes solicitantes de refúgios<sup>3</sup> da Venezuela, Haiti, Cuba, China, Angola, Bangladesh, Nigéria, Senegal, Colômbia, Síria, entre outros. Cabe destacar ainda que, segundo os autores supracitados, o ano de 2019 foi um ano recorde em termos de registros de solicitações de refúgio no país (82.552), tendo em vista a série histórica iniciada a partir da regulamentação do estatuto do refúgio no Brasil. Patrícia Villen (2020), ao analisar as questões migratórias no contexto da crise política e econômica brasileira, alerta que os estudos ainda são iniciais e não permitem entender claramente os impactos sobre os fluxos migratórios e a inserção dos migrantes no país, apontando que, no contexto atual, é difícil sustentar que a crise interromperia os fluxos de entrada e saída de migrantes. Assim, apresenta dados que evidenciam que os fluxos que mais sofreram redução na entrada no Brasil foram de pessoas com um perfil mais qualificado, sendo que os fluxos “emergenciais” (pedidos de vistos humanitários, solicitações de refúgios, migrantes indocumentados) mostram uma continuidade e, até mesmo, um aumento.

Neste contexto, é importante destacar que o direcionamento dos movimentos migratórios para o país foi impulsionado, para além dos motivos destacados, pela necessidade e por meio de acordos de ajuda humanitária. O Brasil se tornou, em um dado momento, um país que oferecia aos(as) migrantes a possibilidade de acolhimento por meio de políticas públicas capazes de oferecer o suporte necessário para aqueles que chegavam sem recursos.

Considerando tais questões, embora o percentual de estrangeiros(as) em território brasileiro gire em torno de 0,4%, um índice bastante baixo se comparado a outros países, o Brasil iniciou uma discussão importante no que tange às regulamentações de entrada de estrangeiros(as) em seu território, que culminou com a Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, nomeada como Lei de Migração. Destaca-se que esta lei revogou o até então vigente Estatuto do Estrangeiro (1980) cunhado sobre as diretrizes da segurança

2 [https://migrationdataportal.org/data?i=stock\\_abs\\_&t=2017&cm49=76](https://migrationdataportal.org/data?i=stock_abs_&t=2017&cm49=76)

3 Importante destacar que há diferentes nomenclaturas para se referir a indivíduos em deslocamento, tendo em vista os motivos que os levaram a migrar. Assim, o documento “Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil” (Ministério da Justiça, 2015) classifica os migrantes em 8 diferentes categorias: refugiados, solicitantes de refúgio, deslocados ambientais, imigrantes econômicos, imigrantes humanitários, apátridas, imigrantes em fluxos mistos e imigrantes indocumentados. Portanto, os pedidos de refúgio sinalizam somente uma parte dos fluxos migratórios.

nacional da ditadura militar, ocorrida entre 1964 e 1985. Enquanto o antigo Estatuto, aprovado pelos militares, tratava o(a) imigrante como uma suposta ameaça à segurança nacional, a nova Lei, por sua vez, propõe regular ações para que os(as) imigrantes não sejam vitimados pela xenofobia.

Estima-se que o número de imigrantes no Brasil, em 2017, atingiu 707.438 registros, dos quais cerca de 449.174 são considerados imigrantes de longo termo e 245.110 constituem a estimativa de imigrantes temporários. Essas nomenclaturas se referem às documentações solicitadas pelos(as) imigrantes no país: imigrantes de longo termo são aqueles com previsão de estada de longa duração, abarcando as classificações de vistos permanentes, residentes e outros; já os(as) imigrantes temporários têm registros de entradas de curta duração (Cavalcanti, Oliveira, & Macedo, 2018).

Partindo disto, o controle dos(as) imigrantes no Brasil, atualmente, é realizado de duas formas: diretamente, pela Polícia Federal, que está presente nas fronteiras, nos portos e nos aeroportos, com o objetivo de assegurar que a entrada de pessoas em território nacional se dê dentro das condições estabelecidas em lei; e, indiretamente, por um conjunto de mecanismos de controle internos, que envolvem as relações de trabalho, possibilidades de residência e estudo, bem como o acesso às políticas públicas - que permitem o acompanhamento e a consequente regulação dos(as) imigrantes em território brasileiro.

Tendo em vista tais considerações, este artigo objetiva problematizar, a partir das legislações em vigência que dizem respeito aos(as) migrantes e ao acesso destes às políticas públicas de Saúde e de Assistência Social, os desafios que a presença de imigrantes coloca para as políticas públicas do Brasil, especialmente no sentido de garantia de acesso e qualidade de assistência.

## PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico realizado para a produção do presente texto remete à análise documental das legislações brasileiras relacionadas aos processos migratórios, a partir de três eixos:

1. **Migrações:** Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, chamada a Lei de Migrações do Brasil.
2. **Saúde:** Constituição Federal de 1988, principalmente nos artigos que vão de 196 a 200 e que se referem à saúde como um direito de todos; Lei nº 8080 de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Lei nº 8142 de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
3. **Assistência Social:** Resolução 33 de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

A partir destes documentos, foi realizada uma problematização acerca do tema, como nos propõe Michel Foucault (2012), o qual compreende que “trabalho de reflexão filosófica e histórica é retomado no campo de trabalho do pensamento com a condição de que se compreenda a problematização não como um ajustamento de representações, mas como um trabalho do pensamento” (p. 227). Ou seja, busca-se tensionar as ações previstas nas leis e os cenários encontrados acerca dos(as) migrantes no Brasil, problematizando-se as formas pelas quais ocorre o seu processo de inclusão no país. Ressalta-se que tais discussões são resultados parciais de um projeto de investigação intitulado Migração e processos de in/exclusão<sup>4</sup>, o qual se volta para a análise das discussões legislativas em nível municipal referentes aos

4 O projeto foi contemplado pelo edital Pesquisador Gaúcho/2019 (FAPERGS) e é coordenado por uma das autoras deste texto, com a participação de outros professores de pós-graduação, mestrandos, doutorandos e bolsistas de iniciação científica. A pesquisa analisa os documentos das sessões das Câmaras de Vereadores de três municípios do interior do Rio Grande do Sul, buscando compreender como se dão os processos de inclusão e exclusão dos migrantes nas cidades.

processos migratórios contemporâneos, sendo que, no recorte aqui apresentado, é realizada uma análise dos documentos federais que dão suporte para as decisões e ações que são implementadas nos municípios.

## DESAFIOS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os fluxos migratórios têm produzido as mais diversas posturas dos governos envolvidos com a acolhida das pessoas que migram. Como já afirmado, a migração não é um fenômeno recente; no entanto, as catástrofes “naturais”<sup>5</sup> que têm ocorrido nos últimos anos, as guerras civis em curso e as questões político-econômicas e religiosas de determinados países têm intensificado os processos migratórios, que também passaram a ser mais comuns devido à porosidade das fronteiras políticas que, até então, eram mais rígidas. Associada a isso, a escala global se tornou a dimensão das possibilidades de deslocamento, visto que as distâncias entre as nações, conforme apontado anteriormente, podem ser relativizadas pelas oportunidades de acesso aos mais diferentes meios de transporte e, principalmente, pelo estabelecimento da noção de possibilidade de trânsito em percursos de longa distância. Assim, Zygmunt Bauman (2017) aponta que a mídia tem veiculado com insistência a ideia de uma ‘crise migratória’, a qual é colocada como passível de destruir os modos de vida atuais nos países receptores, ou de reorganizar questões culturais e identitárias em especial na Europa, gerando um sentimento de medo geral, que o autor nomeia como pânico moral.

O efeito disso, muitas vezes, é um posicionamento - tanto de governantes como da população - de afastamento e/ou enfrentamento, especialmente, por meio do fechamento de fronteiras ou o impedimento de acesso aos direitos mínimos para quem migra. No Brasil, até 2017, as migrações internacionais eram regulamentadas por normativas com enfoque na segurança nacional, posto que o(a) migrante era visto como uma ameaça à ordem.

Com isso, houve dois redirecionamentos quanto à atenção ao(à) migrante, antes da lei sancionada em 2017: (a) em um primeiro momento, seguiu-se o modelo americano e da União Europeia, no sentido de regularização dos(as) estrangeiros(as) residentes no país. Entretanto, tal conduta não propunha uma “política migratória clara, que abarcasse, ao menos, os eixos da regulação, integração e cooperação internacional, seja qual fosse o viés ideológico que orientasse tais políticas” (Oliveira, 2017, p. 172); (b) o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) passou a emitir normativas e resoluções isoladas, conforme as questões que emergiam, não abordando a questão com a profundidade requerida, embora o país tenha aderido a medidas internacionais que tinham por objetivo proteger e garantir os direitos dos(as) imigrantes, como, por exemplo, a Convenção Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Pessoas.

Deisy Ventura (2014) aponta que a política migratória brasileira foi se constituindo pela garantia da discricionariedade do Estado, que estabelece quem são os(as) bem-vindos(as) e aqueles(as) não bem-vindos(as) no território. Com a Lei nº 13.445 (2017), o Brasil, ao romper com o Estatuto dos Estrangeiros, anunciou uma nova legislação com ênfase nos direitos da população imigrante. Nesse sentido, a nova lei dispõe sobre a garantia, por exemplo, da “inclusão social, laboral e produtiva do migrante, por meio de políticas públicas” e sobre a “promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil”, vetando o ingresso de quem já tenha em algum momento “praticado ato contrário aos princípios e objetivos da Constituição Federal”, além de prever a expulsão de indivíduos migrantes por determinados crimes.

---

5 O uso de aspas se dá porque há uma série de discussões que propõem a desnaturalização dos desastres, entendendo que aquilo que comumente denominamos de “naturais” são de ordem histórica e política. Nesta perspectiva, um seminário promovido na Fiocruz, denominado ‘Desnaturalização dos desastres e mobilização comunitária: novo regime de produção do saber’, problematizou, entre outras questões, o quanto os desastres são socialmente construídos e sua naturalização acaba por negar a participação humana tanto na sua ocorrência quanto nos seus efeitos (Chevrand, Mochlecke, & David, 2015).

Antonio Tadeu Oliveira (2017) aponta que essa lei representa um significativo avanço, tanto para os(as) migrantes que já estão no país quanto para aqueles(as) que chegarão, e, até mesmo, para os(as) brasileiros(as) que forem ao exterior.

O maior avanço de todos, sem dúvida, foi acabar com o anacronismo do Estatuto dos Estrangeiros, aparato jurídico inspirado num regime de exceção, cuja base se assentava na doutrina da segurança nacional e que vigorava mesmo depois da aprovação da Constituição Democrática de 1988, que, entre outros objetivos, se colocava como missão sepultar os resquícios jurídicos da ditadura militar. O avanço mais geral reside na mudança de enfoque desse novo marco legal das migrações, agora **com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes** [grifo nosso], tanto dos estrangeiros que por aqui aportam quanto para os brasileiros que vivem no exterior. (Oliveira, 2017, p. 174)

Entretanto, necessário destacar que, apesar dos ditos avanços da Lei da Migração, José Alves Pereira (2020) frisa que houve mais de vinte vetos que prejudicaram o seu caráter humanitário, tendo partes importantes – relativas à reunião familiar, deportação, migrações fronteiriças, entre outras – classificadas como casos omissos, o que ocasiona a falta de critérios definidos para a tomada de decisões. Dessa maneira, tais questões acabam por ficarem à mercê de decisões do ministro da justiça e segurança pública ou de seus assessores imediatos.

Por sua vez, Sidney Guerra (2017) enfatiza que os direitos sociais, com a nova legislação, passam a ser garantidos. Deste modo, o acesso a serviços, programas e benefícios sociais e, também, à saúde - focos da discussão deste artigo - agora estão pautados e legislados aos sujeitos que migram. Ou seja, o avanço da lei reside, segundo autor, na consagração dos

princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; não criminalização da imigração; não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional. Avançou também nos aspectos relativos à promoção de entrada regular e de regularização documental; acolhida humanitária; igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares etc. (Guerra, 2017, p. 1727)

Nessa perspectiva, o quarto artigo da Lei das Migrações (2017) é um ponto de partida importante para iniciarmos a problematização do acesso às políticas públicas de saúde e assistência social no Brasil:

Art. 4o Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados:

I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

II - direito à liberdade de circulação em território nacional;

III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;

IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;

V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;

VI - direito de reunião para fins pacíficos;

VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;

**VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória** [grifo nosso];

IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

**X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória** [grifo nosso];

XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;

XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;

XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011;

XIV - direito a abertura de conta bancária;

XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e

XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória<sup>6</sup>. (Lei n. 13.445, 2017).

Pode-se perceber, portanto, que a nova lei prevê ao(à) migrante o que a Constituição Federal (1988) e as Leis de número 8080 (1990) e 8142 (1990) já garantem para o(a) cidadão(ã) brasileiro(a). Enquanto o artigo 196 da Constituição Federal (1988) prevê a saúde como “**direito de todos e dever do Estado** [grifo nosso], garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, a Lei complementar nº 8080 (1990), em seu artigo segundo, reforça a saúde como “um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício” e em seu primeiro parágrafo, assegura o “acesso universal e igualitário”. E a Lei nº 8142 (1990), no artigo sexto, reitera o “direito de acesso da população aos serviços de saúde, a integralidade da assistência e à igualdade do atendimento”.

Nesta direção, conforme argumentado por Denise Martin, Alejandro Goldberg e Cássio Silveira (2018), os cuidados em saúde constituem, muitas vezes, no Brasil, a inserção dos(as) imigrantes no que se refere aos serviços públicos e, conseqüentemente, a aproximação de tais pessoas às políticas públicas nacionais. Entretanto, apesar de ser um direito garantido pela legislação brasileira ao(à) imigrante, os autores apontam que as especificidades das culturas migrantes ainda são, em muitos casos, desconhecidas

---

6 Por tratar-se de uma legislação nacional, o Art. 4o da Lei das Migrações é apresentado integralmente, de modo a apresentá-lo aos(às) leitores(as).



pelos(as) profissionais que os(as) atendem, ao mesmo tempo em que muitos(as) imigrantes desconhecem a forma como o cuidado em saúde é realizado no Brasil.

Tal situação segue na mesma direção do que foi apontado por Cristianne Maria Famer Rocha, Camilo Darsie, Ana Gama e Sônia Dias (2012) ao pesquisarem tópicos relativos aos acessos e tratamentos no sistema de saúde português, vivenciados por mulheres imigrantes. Destaca-se, portanto, que, mesmo que a legislação busque dar conta das possíveis demandas, há obstáculos que restringem a boa utilização do sistema de saúde pelos(as) imigrantes, e, muitas vezes associados às especificidades culturais, que não são consideradas na lei.

Entretanto, a questão do atendimento em saúde e a habilidade de considerar as especificidades dos(as) usuários do sistema de saúde são temas que vêm sendo debatidos. Partindo da Constituição Federal (1988) e da Lei nº 8080 (1990), o sistema de saúde deveria ser capaz de descentralizar suas ações de gestão e atendimento, de modo a garantir acessibilidade dos(as) usuários(as), levando em conta os mais distintos atravessamentos culturais. Apesar de exemplos relacionados a boas práticas em saúde, tal estratégia ainda se configura como um desafio, fato que, de certo modo, agrava as dificuldades de entendimento e contemplação de questões específicas que se associam à promoção da saúde, entre eles, questões linguísticas e culturais.

De acordo com um estudo realizado por Jenniffer Alves, Maria Angela Martins, Fabiano Borges, Cássio Silveira e Ana Paula Muraro (2019) com imigrantes haitianos(as) que residem na cidade de Cuiabá, foi possível compreender que a maioria dos sujeitos envolvidos no estudo relatou buscar serviços públicos de saúde quando necessário, e que o principal serviço utilizado foi a Unidade Básica de Saúde (UBS). Entretanto, as pesquisadoras destacam que tais imigrantes, em sua maioria, possuíam condições financeiras estáveis e maior tempo de residência no país quando comparados aos(as) que não acessam o sistema.

Mesmo considerando que o estudo foi realizado com um grupo específico de imigrantes que vivem no Brasil, ele sinaliza algumas pistas acerca de outras situações. Dessa maneira, ressalta-se que, em muitas circunstâncias, os(as) imigrantes, por desconhecerem as políticas públicas brasileiras ou por medo de serem denunciados(as) – especialmente nos casos de permanência irregular – aproximam-se das políticas públicas de saúde ou de assistência social apenas em situações extremas, como de doenças graves, por exemplo.

No que diz respeito às políticas públicas de assistência social no Brasil, é preciso apontar que, como assinalam Lilian Cruz e Neuza Guareschi (2009), comparativamente a experiência internacional, o país não se configurou como um Estado de Bem Estar, sendo que, até os anos 1930, as práticas assistenciais eram ações pontuais, reguladas pela noção de caridade, seja através da Igreja (especialmente a Igreja Católica) ou pelo próprio Estado. As autoras pontuam que, na trajetória brasileira no campo da assistência social, pode-se visualizar fases e alianças: “da filantropia caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica profissionalizante, vigiada e de clientela” (Cruz & Guareschi, 2009, p. 17). Somente a partir dos anos 1930, com a tardia industrialização do Brasil, é que o Estado passa a assumir não somente funções coercitivas em relação à gestão da pobreza, mas também passa a regulamentar, organizar, educar e coordenar uma série de intervenções voltadas à denominada questão social.

Entretanto, foi a partir da Constituição Federal (1988) que houve um aumento da importância do papel do Estado e das instituições sociais para o fortalecimento democrático, sendo que houve, por parte dos movimentos sociais, um direcionamento para a institucionalização da ação política, mediante a criação de variados canais de participação, tais como conselhos, fóruns, redes etc. Nessa direção, houve uma modificação na concepção de assistência social, a qual passou a constituir, em conjunto com a saúde e a previdência social, a base da seguridade social, inspirando-se na noção de Estado de Bem Estar Social. Portanto, a Constituição Federal brasileira é considerada o marco histórico para a transformação da ideia da assistência social como caridade para uma noção vinculada ao direito e à cidadania, mediante seu caráter de política pública que se articula a outras políticas de proteção social e garantia de direitos (Cruz & Guareschi, 2009).

A partir disso, em 1993 foi aprovada, no Brasil, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de número 8.742, na qual “a proteção social se coloca como um mecanismo contra as formas de exclusão social que decorrem de certas vicissitudes de vida” (Cruz & Guareschi, 2009, p. 28), sendo que uma das suas marcas é a proteção à família. Além disso, cabe ressaltar que, em 2005, houve a aprovação da regulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual ratificou a ruptura com a noção de assistencialismo e estabeleceu, a exemplo do Sistema Único de Saúde, a descentralização político-administrativa como diretriz e níveis diferenciados de complexidade no que se refere à organização dos equipamentos públicos, instituindo três níveis: Proteção Social Básica (voltado à prevenção de situações de risco e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários) e Proteção Social Especial (destinado àqueles que já estão em situação de risco e de violação de direitos, tais como maus-tratos, abuso sexual, trabalho infantil etc.). Para fazer frente a essas questões, foram organizados Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Enquanto princípios organizativos, o SUAS prevê a universalidade, a gratuidade, a intersetorialidade e a equidade. Como afirmado anteriormente, estes princípios corroboram com os princípios que o sistema de saúde prevê, demonstrando a importância da intersetorialidade quando falamos em prevenção e cuidado - seja de saúde ou de garantia de direitos. Dessa forma, muitas ações de cuidado são articuladas entre os dois sistemas. Visto o propósito da universalidade em ambos, não há, dessa forma, restrições aos(as) imigrantes:

- I. universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- II. gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;
- III. integralidade da proteção social: oferta das providões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV. intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;
- V. equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. (Norma Operacional Básica do SUAS, 2012).

Ainda, para sistematizar a proteção socioassistencial no âmbito da Assistência Social, em 9 de janeiro de 2004 foi sancionada a Lei nº 10.836, criando o Programa Bolsa Família (PBF). Este programa propõe-se à transferência de renda condicionada à população pobre, com a finalidade de erradicar a fome e a pobreza extrema. Para que as famílias sejam contempladas pelo programa, é necessário que obedeçam a uma série de condicionalidades que articulam as áreas da saúde e da educação. Por exemplo, as condicionalidades que se articulam à saúde exigem que nutrízes e crianças entre 0 e 7 anos incompletos sejam nutricionalmente acompanhadas e mantenham a agenda de vacinação em dia, e que as gestantes realizem consultas de pré-natal e de puerpério. No que concerne à educação, exige-se, de crianças e adolescentes entre 6 a 15 anos, a frequência mínima escolar de 85% da carga horária mensal. O não cumprimento de tais condicionalidades implica em efeitos gradativos, que podem levar ao desligamento da família do programa de transferência de renda.

Considerando a estrutura disponibilizada pelo SUAS e as ressalvas quanto ao acesso ao público migrante, é importante destacar o documento disponibilizado, em maio de 2016 pelo Ministério do

Desenvolvimento Social e Agrário, intitulado: O papel da assistência social no atendimento a migrantes<sup>7</sup>. O referido documento se destina a sistematizar informações no que concerne aos direitos de acesso da população migrante à política de assistência social brasileira.

A partir do aumento da demanda de imigrantes, observou-se como necessidade reforçar a garantia de acesso a todos os níveis de atenção, incluindo aos programas de transferência de renda, como no caso do Bolsa Família. Nesse sentido, disponibilizou-se um ofício circular conjunto da Secretaria Nacional de Assistência Social e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (2014) para o esclarecimento do cadastramento de estrangeiros no Cadastro Único.

No ofício mencionado, destaca-se o acesso às políticas públicas como direito de todos os(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as) residentes legalmente no país. Ainda, esclarece uma série de fatores que precisam ser considerados no caso de imigrantes, tendo em vista a situação de maior vulnerabilidade em que os(as) mesmos(as) se encontram. Nesse sentido, o documento destaca que a constante mudança de endereço, recorrente no processo de estabilização dos(as) mesmos no país, não pode ser impeditivo de acesso, desde que os requerentes do benefício atualizem os dados, bem como reforça que a apresentação de um documento (certidão de nascimento ou casamento, RG, CPF ou carteira de trabalho) é suficiente para o preenchimento do cadastro (Ofício Curricular Conjunto, nº 2, 2014).

Considerando o último aspecto, de acordo com a pesquisa em andamento, realizada junto a um município do interior do estado do Rio Grande do Sul, observou-se, mediante acompanhamento do acolhimento a imigrantes em um CRAS, que o acesso aos documentos de legalização da situação no país se constituem como os primeiros desafios, tendo o idioma como fator associado. A busca por orientações e a necessidade de percorrer pelo menos dois serviços (CRAS e Polícia Federal) para o acesso aos documentos, acarreta certa morosidade ao processo e, conseqüentemente, uma demora maior na entrada ao mercado de trabalho e aos diferentes dispositivos das políticas públicas.

Além desse aspecto, o que é possível inferir é que os Centros de referência em Assistência Social, têm se apresentado como um dos principais serviços e estratégias de acolhimento a imigrantes, considerando, especialmente seu caráter intersetorial, tendo em vista a articulação com diferentes serviços da rede de atenção de acordo com a necessidade apresentada (educação, saúde e justiça).

## CONSIDERAÇÕES

Entende-se que uma das principais conquistas, em termos globais, pós Segunda Guerra Mundial, tenha sido a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que traz, em seus trinta artigos, garantias de direitos mínimos, como livre-circulação, saúde, educação, dentre outros. Pautando-se nela, muitos países, inclusive o Brasil, têm construído legislações próprias para, efetivamente, receber em seu território pessoas e famílias que se sentem inseguras ou em condições precárias em seus países de origem.

É possível perceber que a previsão de um acesso universal, igualitário e equânime, tanto das políticas públicas de saúde quanto da assistência social garantem aos imigrantes a possibilidade de uma melhor qualidade de vida, embora tais aspectos não garantam a efetividade destes acessos, na medida em que é preciso uma série de garantias estruturais no processo de acolhida. Ainda, cabe ressaltar que a população migrante, em geral, é mais vulnerável social e economicamente, ficando mais exposta aos trabalhos precários e insalubres, bem como a condições de moradia inadequadas (Granada, Carreno, Ramos, & Ramos, 2017; Santos, 2016).

Beatriz Padilla (2017) reforça que as preocupações iniciais dos estudos dos campos migratórios nasceram da ótica “da saúde pública e da medicina tropical” (p. 274) na Europa. No entanto, este campo requer um olhar interdisciplinar, mesmo que, em um primeiro momento, os(as) imigrantes sejam recebidos como “o ‘outro’ portador de doenças raras, perigosas e contagiosas” (p. 274), há muitos outros elementos que precisam ser olhados e acolhidos, para além dos riscos associados.

7 [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Guia/guia\\_migrantes.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf)

Dessa forma, embora o Sistema Único de Saúde e o Sistema Único de Assistência Social brasileiros já garantam a atenção integral aos(as) migrantes, a Lei de Migração veio para reforçar as ações de prevenção, promoção e reabilitação em saúde. Nas pesquisas realizadas por Douglas Weber (2017), Caroline da Rosa Couto e Betina Hillesheim (2018), Leticia Back (2019) e Fabiane Santos (2016), percebe-se que no Brasil o acesso às políticas públicas está previsto pelas legislações, mas que uma série de barreiras existem na efetiva implementação das mesmas. As dificuldades e barreiras que se encontram vão para além dos riscos associados às doenças que podem transmitir ou trazer de seus países de origem - embora recentemente o Brasil tenha perdido o *status* de país livre do sarampo, por exemplo. As dificuldades residem na comunicação (língua), nas questões religiosas e de gênero e, ainda, em fatores estruturais (Santos, 2016).

Como afirma Bauman (2017), “estranhos tendem a causar ansiedade por serem ‘diferentes’ - e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar” (pp. 13-14). Ou seja, estes ‘estranhos’ que passam a coabitar e coexistir “transportam as más notícias de um canto distante do mundo para as portas de nossas casas” (pp. 20-21), nos lembrando da “vulnerabilidade de nossa própria posição e a endêmica fragilidade de nosso bem-estar arduamente conquistado” (p. 21).

Considerando tais aspectos, ainda cabe destacar que o fenômeno da crise migratória contemporânea impacta numa série de desafios para o país quanto à articulação efetiva das políticas públicas a esta população. Sendo assim, os estudos nesse campo também necessitam maiores investimentos, no intuito de instrumentalizar as estratégias de inclusão da população migrante, de modo que as equipes dos diferentes serviços de saúde e assistência social atuem no sentido de garantir o acesso igualitário junto às políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- Alves, J. F. S., Martins, M. A. C., Borges, F. T., Silveira, C., Muraro, A. P. (2019). Utilização de serviços de saúde por imigrantes haitianos na grande Cuiabá, Mato Grosso. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(12), 4677-4686. <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/utilizacao-de-servicos-de-saude-por-i-migrantes-haitianos-na-grande-cuiaba-mato-grosso/16786?id=16786>
- Bauman, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Zahar.
- Back, L. A. (2019). *Os (des)encontros da tríade: processos migratórios, trabalho e cidade* (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Sta. Cruz do Sul/RS).
- Braga, A. M. C. (2021) Crescendo como filho de imigrante brasileiro nos estados unidos da américa. *Zero-a-Seis* Florianópolis, 23(43), 866-888. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/73459>
- Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Macedo, M. (2018). *Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. OBMigra.
- Chevrand, C. G., Moehlecke, R., & David, P. L. (2015) *Desastres naturais são fenômenos políticos, dizem especialistas*. <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/38376>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)
- Couto, C. R. & Hillesheim, B. (2018). Crônica de um naufrágio anunciado: entre mares e muros, os refugiados. *TEXTURA - ULBRA*, 20, 261-281.
- Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. F. (2009). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In *Políticas públicas e assistência social*. Diálogos com as práticas psicológicas (pp. 13-40). Vozes.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- Foucault, M. (2012). Polêmica, política e problematizações. In M. Motta (Org.), *Ditos & Escritos V*. Ética, Sexualidade, Política (pp. 2019-227). Forense Universitária.
- Granada D., Carreno I., Ramos N., & Ramos M. C. P. (2017). Debating health and migrations in a context of intense human mobility. *Interface* (Botucatu), 21(61), 285-296. <https://www.scielo.br/j/icse/a/YFR5qB3Hxs9ZdYfVkbhrbGC/?format=pdf&lang=pt>
- Guerra, S. (2017). A nova Lei de Migração no Brasil: avanços e melhorias no campo dos Direitos Humanos. *Revista de Direito da Cidade*, 9(4), (1717-1737). <https://www.publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/28937>

Harvey, D. (2001). *The condition of postmodernity; an enquire into the origins of cultural change*. Blackwell.

Intergovernmental Conference to Adopt the Global Compact for Safe, Orderly and Regular Migration. (2018). <https://refugeesmigrants.un.org/migration-compact>

*Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980*. (1980). Estatuto do Estrangeiro. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm)

*Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990*. (1990). Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. [www.cofen.gov.br/lei-8080-lei-orgnica-da-saude\\_4163.html](http://www.cofen.gov.br/lei-8080-lei-orgnica-da-saude_4163.html)

*Lei n. 8142, de 28 de dezembro 1990*. (1990). Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm)

*Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004*. (2004). Cria o Projeto Bolsa Família e dá outras providências. [www.cress-mg.org.br/coletanea/Home/PDF/9](http://www.cress-mg.org.br/coletanea/Home/PDF/9)

*Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017*. (2017). Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante. [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm)

Martin, D., Goldberg, A., & Silveira, C. (2018). Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. *Saúde e Sociedade*, 27(1), 26-36. [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902018000100026&script=sci...tlng](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902018000100026&script=sci...tlng) doi.org/10.1590/S0104-12902018170870

Ministério da Justiça (2015). *Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil*. [http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD\\_57\\_Liliana\\_web3.pdf](http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf)

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, de 12 de dezembro de 2012. (2012). Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)

Oliveira, A. T. R. (2017). Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Revista Brasileira Estudos da População*, 34(1), 171-179. <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00171.pdf> doi.org/10.20947/S0102-3098a0010

Padilla B. (2017). Health and Migration: participative methodologies as tools to promote citizenship. *Interface (Botucatu)*, 21(61), 273-284. <https://www.scielo.br/j/icse/a/sp9D8TSZ3zzbZXPgt84GJZL/?format=pdf&lang=pt>

Pereira, J. C. A. (2020). Prefácio. In D. Baptista & L. Magalhães (Orgs.), *Migrações em expansão no mundo em crise* São Paulo (pp. 41-60). EDUC: PIPEq. [https://www.pucsp.br/educ/downloads/migracoes\\_em\\_expansao\\_no\\_mundo\\_em\\_crise.pdf](https://www.pucsp.br/educ/downloads/migracoes_em_expansao_no_mundo_em_crise.pdf)

Portes, Alejandro (2004). Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Crítica de Ciências Sociais*, 69, 73-93. <https://journals.openedition.org/rccs/1339>

Portes, A., Haller, W., & Fernandez-Kelly, P. (2008). Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social*, 20(1), 13-50. <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12559>

Rocha, C. M., Darsie, C., Gama, A., & Dias, S. (2012). Migração internacional e vulnerabilidade em saúde: tópicos sobre as políticas de saúde e de saúde sexual e reprodutiva em Portugal. *Hygeia*, 8(15), 190-200.

Santos, F. V. (2016). A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas. *História, Ciências, Saúde*, 23(2), 477-494. <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v23n2/0104-5970-hcsm-23-2-0477.pdf>

Silva, G. J., Cavalcanti, L., Oliveira, T., Costa, L. F. L., & Macedo, M. (2021). *Refúgio em Números*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. OBMigra. [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios\\_conjunturais/2020/Ref%C3%BAGio\\_em\\_N%C3%BAmeros\\_6%C2%AA\\_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_conjunturais/2020/Ref%C3%BAGio_em_N%C3%BAmeros_6%C2%AA_edi%C3%A7%C3%A3o.pdf)

Ventura, D. (2014). Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros. *UOL Notícias*. <https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>

Villen, P. (2020) Impactos da crise na migração internacional no Brasil. In D. Baptista & L. Magalhães (Orgs.), *Migrações em expansão no mundo em crise* São Paulo (pp. 41-60). EDUC; PIPEq. [https://www.pucsp.br/educ/downloads/migracoes\\_em\\_expansao\\_no\\_mundo\\_em\\_crise.pdf](https://www.pucsp.br/educ/downloads/migracoes_em_expansao_no_mundo_em_crise.pdf)

Weber, D. L. (2017). *Deslocamentos internacionais, educação e saúde global: os discursos biopolíticos que produzem o sujeito migrante* (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul, Universidade de Santa Cruz do Sul/RS).

#### **Histórico**

*Submissão: 07/07/2020*

*Revisão: 18/03/2020*

*Aceite: 11/04/2020*

#### **Contribuição dos Autores**

*Concepção: BH, CD*

*Coleta de dados: GNL, DLW, LAB*

*Análise de dados: CRC, GD, BH, CD*

*Elaboração do manuscrito: BH, GD, GVW, CD, CRC*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: BH, GD, GVW,*

*CD, CRC*

*Aprovação final do manuscrito: BH, CD*

#### **Financiamento**

*Financiamento: Edital Pesquisador Gaúcho/2019 (FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS)*

#### **Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

#### **Aprovação, ética e consentimento**

*Não se Aplica*

## Povos indígenas e luta por garantia de direitos no Piauí, Brasil

*Los pueblos indígenas y la lucha por los derechos garantizados en Piauí, Brasil*

*Indigenous peoples and the struggle for guaranteed rights in Piauí, Brazil*

**Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva  
João Paulo Macedo**

**Brisana Índio do Brasil  
de Macêdo Silva**

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre (2020) e graduada (2018) em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).  
orcid.org/0000-0003-1150-8291  
E-mail: brisanaindio@gmail.com

**João Paulo Macedo**

Professor Associado 2 da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UF-DPar. Doutor (2011) em Psicologia pela UFRN. Está vinculado aos Programas de Pós graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UF-DPar) e da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista PQ 2 do CNPq.  
orcid.org/0000-0003-4393-8501  
E-mail: jampamacedo@gmail.com

### Resumo

*O presente estudo buscou refletir acerca do processo de mobilização étnica e política dos povos indígenas no Piauí, no intuito de conhecer as políticas públicas destinadas aos grupos indígenas no Estado; discutir o acesso de tais grupos aos serviços voltados à promoção dos direitos indígenas; e apresentar os avanços e impasses na operacionalização das políticas públicas propostas à população indígena piauiense. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, apoiada na produção de sentido no cotidiano, uma forma de fazer pesquisa em Psicologia Social. Participaram 20 lideranças, mediante os seguintes recursos metodológicos: observação no cotidiano; conversa no cotidiano; entrevista semiestruturada. Em suma, observa-se que por não corresponderem aos marcadores identitários reconhecidos pelos grupos dominantes da sociedade, os grupos indígenas do Piauí têm sido discriminados, oprimidos e marginalizados, sendo constantemente recolocados e vistos sob uma imagem colonial e estereotipada do que é ser indígena, que (re)produzem relações de colonialidade no âmbito das relações institucionais e sociais.*

**Palavras-chave:** Povos indígenas; Indianidade; Ação política; Políticas públicas; Colonialidade.

### Resumen

*Este estudio buscó reflexionar sobre el proceso de movilización étnica y política de los pueblos indígenas en Piauí, con el fin de conocer las políticas públicas dirigidas a los grupos indígenas en el Estado; discutir el acceso de dichos grupos a los servicios destinados a promover los derechos indígenas; y presentar los avances y estancamientos en la implementación de las políticas públicas propuestas a la población indígena de Piauí. Se trata de una investigación*



*qualitativa, basada en la producción de sentido en la vida cotidiana, una forma de hacer investigación en Psicología Social. Participaron 20 líderes, a través de los siguientes recursos metodológicos: observación diaria; conversación en la vida cotidiana; entrevista semiestructurada. En suma, se observa que no corresponden a las marcas identitarias reconocidas por los grupos dominantes de la sociedad, los grupos indígenas de Piauí han sido discriminados, oprimidos y marginados, siendo constantemente reemplazados y vistos bajo una imagen colonial y estereotipada de lo que es ser indígena, que (re)produce relaciones de colonialidad en el ámbito de las relaciones institucionales y sociales.*

**Palabras clave:** *Pueblos indígenas; Indianidad; Acción política; Políticas públicas; Colonialidad.*

### **Abstract**

*This study sought to reflect on the process of ethnic and political mobilization of indigenous peoples in Piauí, in order to know the public policies aimed at indigenous groups in the State; discuss the access of such groups to services aimed at promoting indigenous rights; and present the advances and impasses in the implementation of public policies proposed to the indigenous population of Piauí. This is a qualitative research, supported by the production of meaning in daily life, a way of doing research in Social Psychology. Twenty leaders participated, through the following methodological resources: daily observation; conversation in daily life; semistructured interview. In short, it is observed that because they do not correspond to the identity markers recognized by the dominant groups of society, the indigenous groups of Piauí have been discriminated, oppressed, and marginalized, being constantly replaced and seen under a colonial and stereotyped image of what it is to be indigenous, that (re)produces relationships of coloniality within the institutional and social relations.*

**Keywords:** *Indigenous peoples; Indianness; Political action; Public policy; Coloniality.*

Direito é aquilo que nos arranca quando não se tem escolha!  
(Sônia Guajajara)<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O Piauí está entre as unidades da federação em que para o Estado Brasileiro não se conta com indígenas em suas terras, devido ao histórico de extermínio e dizimação ocorridos no período colonial. Porém, mais recentemente, houve a intensificação de movimentos e luta por reconhecimento dos grupos indígenas locais, de modo a romper com o silenciamento que se impôs sob esses povos ao longo da história. Este trabalho busca, portanto, refletir acerca do processo de mobilização étnica e política dos povos indígenas no Piauí, suas lutas por reconhecimento e por direitos.

Para apresentar o tema proposto faz-se necessário compreender que o processo e luta por reconhecimento trata de um movimento mais amplo, observado nas últimas décadas no país, com uma maior mobilização étnica e política dos povos indígenas em resposta a dura conjuntura, que os acompanha há mais de 500 anos. Nesse bojo, ganha destaque os grupos indígenas que, até então ditos como “desaparecidos” ou “extintos”, passaram a se autodeclarar e a reivindicar o reconhecimento de sua condição étnica e de seus direitos constitucionais, “emergindo” como “novos” sujeitos coletivos e políticos. Tal fenômeno denominado pela antropologia como “etnogênese”, “(re)emergência étnica”, “reterritorialização”, “etnicização”, “ressurgimento” ou “viagem de volta”, denota para esses especialistas a constituição de novos grupos étnicos (Arruti, 2006; Bartolomé, 2006; Bengoa, 2016; Oliveira, 1998).

Todavia, o uso de tais nomeações têm sido alvo de críticas por parte dos movimentos sociais e acadêmicos, pois sugerem uma certa inventividade ao processo de afirmação étnica de tais grupos. Assim, os grupos indígenas indicam uma recusa ao uso dos termos supracitados, pois querem ser reconhecidos por suas histórias de luta e de resistência, e não por uma “suposta” ressurgência ou emergência. Nesse aspecto, compreendendo o processo de afirmação étnica enquanto uma prática de re-existência cultural e política, a população indígena tem optado por nomeá-lo enquanto um processo de “fortalecimento da indianidade” dos povos indígenas no cenário nacional (Santos & Santos, 2019, p. 236). Ademais, preferem ser chamados de “grupos resistentes” ao invés de “grupos emergentes”, “ressurgentes” e “remanescentes” (Arruti, 2006).

Adolfo Achinte (2012), ao estudar os processos de emancipação e de luta dos povos afro na América, defende que estes resistiram à escravidão tanto enfrentando o sistema escravista e colonial em sua forma de exploração, quanto conformando formas singulares de existência, de estar no mundo e de se constituir sujeitos, a partir de projetos de vida e de sociedade que contrapõem os colonialismos e a dominação dos povos. Tal manifestação, nomeado pelo autor de re-existência, ajuda a olhar sob outra ótica os processos de luta e de resistência dos povos indígenas, para além de leituras e referenciais construídos à luz do mundo ocidental moderno eurocentrado, capitalista e colonizador, que hierarquiza, inferioriza e desumaniza povos e grupos subalternizados.

Os negros lutaram pela liberdade, e nessa luta desenvolveram formas de existir - de estar no mundo como súditos, e não apenas de resistir como escravos ou libertos. Neste sentido, há uma diferença substancial na perspectiva de dar um valor diferente as lutas e revoltas do povo negro, como também a seus processos de formação de sociedades. A re-existência implica então viver em “outras” condições, ou seja, em processos de adaptação a um ambiente hostil de várias maneiras e a uma potência colonial que tentou

---

1 Frase proferida por Sônia Guajajara na Conferência em Diálogo do 3º Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina, realizado em Brasília-DF, entre os dias 03 e 05 de julho de 2019, na Universidade de Brasília (UNB).

a todo custo reduzi-los e mantê-los em sua condição de “coisas” e/ou mercadorias. É na construção das subjetividades negras que construo a categoria de re-existência, ou seja, a reelaboração da vida em condições adversas, tentando superar essas condições para ocupar um lugar de dignidade na sociedade, o que também coloca a re-existência no presente de nossas sociedades racializadas e discriminatórias. (Achinte, 2012, p. 30, tradução nossa)

Partindo disso, no intuito de construir novos mundos possíveis e de contrapor os processos coloniais vigentes na sociedade atual, os povos indígenas têm lutado em defesa dos seus territórios e da vida no e do planeta, reivindicando a valorização de seus saberes tradicionais, cosmovisões e organizações sociais e culturais. Mesmo entendendo os limites dos direitos constitucionais em meio ao modelo econômico vigente, ainda assim os povos indígenas têm lutado incansavelmente por eles, sobretudo, diante do mandato do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), de evidente tendência autoritária, fascista e genocida, que tem empreendido inúmeros ataques à população indígena brasileira. O exemplo mais recente foi o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 1142/2020, aprovado no Congresso Nacional, que dispõe sobre medidas emergenciais de apoio aos povos indígenas durante a pandemia pelo novo coronavírus, SARS-CoV2.

Por serem medidas que ferem os direitos dos povos indígenas assegurados na Constituição Federal de 1988 e que reafirmam o ódio, a violência, o preconceito, o etnocídio e o genocídio dos indígenas e demais povos tradicionais no Brasil, muitas têm sido as lutas e os enfrentamentos no cenário brasileiro. Como exemplo, trazemos a ação dos grupos indígenas das etnias Tabajara e Cariri, localizadas no Piauí, que, depois de séculos de apagamento, extermínio e silenciamento em torno da questão indígena no Estado, têm empreendido lutas históricas de re-existência diante do difícil processo de reconhecimento e de identificação de suas raízes e tronco linguístico junto ao Estado brasileiro. A seguir trataremos de forma mais específica como os grupos indígenas no Piauí têm reescrito sua história na luta por reconhecimento.

## **DOS ESCOMBROS DO PASSADO À HISTÓRIA DO PRESENTE: POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DO PIAUÍ**

Os indígenas do Piauí encontram-se organizados politicamente por meio das seguintes associações: Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas (Piripiri, região norte do Estado); Associação Organizada dos Indígenas do Canto da Várzea (Piripiri); Associação dos Povos Indígenas Tabajara-Tapuio-Itamaraty (Lagoa de São Francisco, região norte do Estado); e Associação Indígena Cariri de Serra Grande (Queimada Nova, região sul do Estado). Tais formas de organização e mobilização inauguraram um novo capítulo na história indígena piauiense, visto que, por muito tempo, a presença indígena no Estado foi invisibilizada, silenciada e negada pelas produções historiográficas e pelos registros oficiais, dada a condição de dizimação dos povos que aqui habitaram (Dias & Santos, 2016). Ainda hoje, tanto no site da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) quanto no site do Povos Indígenas no Brasil (PIB), as informações referentes a presença de povos indígenas no Piauí são inexistentes.

Os movimentos de re-existência cultural e política, distribuídos de norte ao sul do país, são resultado dos históricos movimentos de resistência diante da condição de “desaparecidos” ou de “extintos”, como assim se propagou (e ainda se propaga) em muitas localidades, especialmente no Nordeste brasileiro, a exemplo do que vem acontecendo no Piauí. Logo, é contra o processo de colonização instaurado no Brasil e seus colonialismos, que resultou no extermínio, domínio e controle social dos povos indígenas, associado ainda à ideologia da democracia racial, que tais grupos têm se organizado para lutar e afirmar seus modos de vida, cultura, identidades coletivas e formas de organização social e política.

Para Nelson Maldonado-Torres (2018), a desconstrução das práticas discursivas advindas da matriz colonial e moderna do poder, do saber e do ser é fundamental para romper com a lógica global que desumaniza e universaliza a dominação; que silencia e invisibiliza outras culturas e saberes; e até mesmo

impõe às subjetividades, aos imaginários e aos corpos que sejam cúmplices de sua própria dominação. Deste modo, recuperando as indicações de Anibal Quijano (2005), a colonialidade do poder expressa a dominação da natureza, dos territórios e dos povos, imposta pela ordem capitalista, que explora, espolia e naturaliza a dicotomia entre colonizadores/colonizados e dá sustentação ao quadro de desigualdade, sofrimento, violência e invisibilidade dos povos indígenas e a população negra no país, através de uma hierarquização étnico-racial posta nas esferas econômicas e políticas. Na mesma linha, tais relações de poder refletem na dimensão epistêmica da produção de conhecimento, universalizando a especificidade histórico-cultural da Europa e os seus modos de conhecimento aos demais povos e culturas, constituindo uma colonialidade de saber (Lander, 2005). Além disso, incidem no existir humano, nas vidas dos povos colonizados, naturalizando a negação do direito à vida e à liberdade, reproduzindo uma colonialidade do ser que tem como característica a negação do outro não eurocêntrico, considerado não-humano, portanto, coisa, ou mero corpo para extração de mais-valor (Maldonado-Torres, 2007).

Deste modo, enquanto forma de empreender resistência a tais colonialismos, invisibilizações e silenciamentos, os grupos indígenas no Piauí, articulados com o movimento e organizações indígenas no Brasil, vêm evidenciando, de forma organizada, as situações de abandono, discriminação e preconceito que lhes atingem historicamente, além de reivindicarem dos governantes locais e nacionais a garantia e o reconhecimento de seus direitos constitucionais, por meio: (a) da qualificação das demandas territoriais dos povos indígenas no Piauí; (b) do fortalecimento da Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); (c) da criação do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI); (d) da implantação das escolas indígenas no Estado, incluindo a estruturação da Escola Indígena do Canto da Várzea, em Piripiri; (e) e da criação de políticas e ações afirmativas específicas para garantir o acesso e a permanência dos indígenas nas universidades públicas federais e estaduais (Carta Aberta dos Povos Indígenas Cariri e Tabajara do Piauí, 2016).

Tais reivindicações sinalizam para a necessidade urgente de operacionalização e aprofundamento da cobertura de políticas públicas no âmbito da saúde, da educação e do reconhecimento territorial dos povos indígenas do Piauí. Desta forma, partimos dos seguintes norteadores enquanto perguntas de pesquisa para o presente estudo: Qual o cenário da luta por direitos e por políticas públicas reivindicados pelos grupos indígenas no Estado do Piauí? Quais os avanços e impasses diante da luta por reconhecimento dos grupos indígenas do Piauí?

A realidade em que vivem os indígenas no Piauí, nomeados como grupos indígenas não-aldeados ou desaldeados, têm restringido o acesso às políticas públicas, visto terem sido constituídas, *a priori*, para os chamados grupos aldeados e reconhecidos pelo Estado brasileiro. Sabemos o quanto a busca por reconhecimento dos grupos indígenas no território piauiense constitui em uma importante ferramenta de luta política e protagonismo diante da falta de comprometimento e de operacionalização de políticas públicas pelos órgãos estatais, tornando-se um lugar de ser, de pertença e de existência (Ferreira, 2017).

Pelo exposto, elencamos como objetivo geral para o presente estudo refletir acerca do processo de mobilização étnica e política dos povos indígenas no Piauí. Quanto aos objetivos específicos: a) conhecer as políticas públicas destinadas aos grupos indígenas no Estado do Piauí; b) discutir o acesso de tais grupos aos serviços voltadas à promoção dos direitos indígenas no Estado do Piauí e c) apresentar os avanços e impasses na operacionalização das políticas públicas destinadas à população indígena piauiense.

## METODOLOGIA

Dada a natureza do objeto da investigação pretendida, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 2008), orientada pela proposta teórico-metodológica da produção de sentido no cotidiano, ancorada no construcionismo social. Tal perspectiva se detém sob as relações cotidianas e sociais dos sujeitos e/ou de coletivos com foco na produção de sentidos e no modo como se posicionam nas relações sociais (Spink, Brigagão, Nascimento, & Cordeiro, 2014).

De acordo com Kenneth Gergen (2009), “A pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do

mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas)” (p. 301). Logo, trata-se de uma prática social, dialógica e reflexiva, que não há como separar pesquisador e participante. De modo que, a observação e a participação fazem parte de um mesmo processo de produção de conhecimento advindo dos espaços de convivência, dos encontros, do falado e do ouvido que compõem assim os microlugares da pesquisa (Spink et al., 2014).

Partindo disso, o estudo ocorreu no município de Piripiri e de Lagoa de São Francisco, na região norte do Estado do Piauí, onde residem as famílias pertencentes à etnia Tabajara. Em Piripiri, essas famílias residem em alguns bairros periféricos da cidade (Matadouro, Flor dos Campos, Itacoatiara, Floresta) e na Comunidade Canto da Várzea (zona rural). Já em Lagoa de São Francisco residem na Comunidade Nazaré (zona rural). Participaram do estudo 20 pessoas pertencentes aos grupos indígenas Tabajara, sendo 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, 7 da zona urbana de Piripiri, 4 da zona rural de Piripiri e 9 da zona rural de Lagoa de São Francisco, com idade entre 18 a 88 anos.

Para operacionalização da pesquisa, a fim de possibilitar espaços de socialização e de interação entre o(a) pesquisador(a) e o(a) participante, fizemos uso da observação e das conversas no cotidiano, onde participamos de alguns encontros e eventos, a exemplo: (a) da XVII Semana dos Povos Indígenas do Piauí, que ocorreu nos dias 15 a 17 de abril de 2019, em Teresina/PI, no Museu do Piauí “Casa de Odilon Nunes”; (b) da 3ª Tarde Alegre “Integração e alegria em comunidade, Unidos e alegres seremos mais fortes”, realizada no dia 21 de abril de 2019, na Comunidade Nazaré, em Lagoa de São Francisco; e (c) do Seminário “Povos indígenas no Piauí e o desmonte da política indigenista no Brasil”, realizado no dia 29 de abril de 2019, pelo Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Além disso, realizamos entrevistas com os(as) participantes com o propósito de discutirmos questões relacionadas à estruturação das políticas públicas destinadas aos grupos indígenas no Estado do Piauí; ao acesso de tais grupos aos serviços voltados para a promoção de seus direitos constitucionais; e, por fim, aos avanços e impasses que perpassam as principais questões e campos de luta dos grupos indígenas no cenário piauiense. O roteiro de entrevista, do tipo semiestruturado, foi elaborado no intuito de nortear os diálogos estabelecidos. Embora tenhamos partido de um roteiro com preocupações/perguntas prévias, por diversas vezes, durante as entrevistas, percorremos outros campos discursivos que não estavam postos *a priori*.

Todo o percurso metodológico foi registrado em diários de campo, onde narramos os acontecimentos ocorridos, as impressões suscitadas por esses, bem como informações pertinentes ao campo-tema. Ressalta-se que este não se trata de mero registro de informações, pois coloca em análise as forças e os dispositivos que agenciam e criam os acontecimentos pesquisados, levando em consideração as falas, o contexto e as dinâmicas do campo-tema (Spink et al., 2014).

Quanto a análise das entrevistas utilizamos da elaboração do Mapa de Associação de Ideias (Mapa Dialógico) (Spink et al., 2014). Trata-se de um instrumento de análise que busca aproximar o(a) pesquisador(a) dos materiais registrados, a fim de auxiliar na organização das práticas discursivas e nortear as categorias de análise. A análise contou com o diálogo com os estudos decoloniais, que surgem na década de 1990, com a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade, a fim de oferecer (re)leituras sócio-históricas sobre as diferentes formas de opressão e dominação dos povos colonizados latino-americanos, tendo como principais autores: Walter Dignolo, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Arturo Escobar e dentre outros (Ballestrin, 2013). Partindo disso, as práticas discursivas das lideranças indígenas, encontram-se divididas nas seguintes categorias analíticas a serem discutidas a seguir: início das mobilizações dos grupos indígenas no Piauí; articulação em nível local e nacional; reivindicações (FUNAI, educação, saúde, reconhecimento territorial); conquistas; impasses; preconceitos e desconfiança.

Ademais, levamos em consideração todos os aspectos éticos que envolvem pesquisa com seres humanos dispostos na Resolução n. 466/2012 e as normas estabelecidas para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais dispostas na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Entretanto, alertamos que os participantes indicaram que fosse divulgado seus nomes nos registros/citações das falas utilizadas no decorrer deste trabalho, por se tratar de relatos que versam sobre suas histórias, memórias, experiências, vida comunitária e acontecimentos. O atendimento a este pedido é uma forma de deixar

registrado suas histórias de luta, de resistência e de re-existência, enquanto um capítulo importante da presença indígena no Piauí. Por fim, a pesquisa contou com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) através do Parecer Consubstanciado nº 3.131.050.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Precisamos dizer que somos indígenas!  
Que a gente é gente!  
E que temos que viver com dignidade!  
(Pajé Francisco Gomes)

Mediante o diálogo com as comunidades indígenas pesquisadas, e demais atores da academia e movimentos sociais, os grupos indígenas do Piauí, marcados por seus percursos similares, mas também particulares, começaram, a partir de 2016, a fortalecer e a intensificar suas mobilizações étnicas e políticas no Estado, no intuito de obter o reconhecimento de sua condição étnica e de seus direitos previstos na Constituição Federativa de 1988. Embora algumas ações já viessem sendo empreendidas, sobretudo, pelo grupo indígena Tabajara da zona urbana do município de Piri-piri, desde a criação da Associação Indígena Itacoatiara de Piri-piri, em 2005, poucas tinham sido as iniciativas do Governo Federal e do Estado em operacionalizar e executar políticas direcionadas à população indígena piauiense.

A vista disso, no intuito de fortalecer a luta indígena no Piauí, assim como de possibilitar uma maior participação da sociedade em suas lutas e causas, os grupos indígenas presentes no Estado, a exemplo dos Tabajara, têm apostado no desenvolvimento de ações coletivas e comunitárias e na participação e realização de reuniões, assembleias, fóruns e eventos (nacionais ou locais) a favor da causa indígena. Tais ações e mobilizações têm produzido novos campos de sentidos à luta política e às suas histórias e vida comunitária, como também têm fortalecido a participação de mais agentes sociais, resultando na adesão de mais núcleos familiares ao movimento indígena no Estado do Piauí.

Nesse âmbito, as lideranças indígenas sinalizam alguns momentos tidos como cruciais para o fortalecimento do movimento indígena piauiense, a saber: (a) XIV Semana dos Povos Indígenas – A construção da Política Indigenista no Piauí, realizada em abril de 2016, em Teresina; (b) I Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Piauí, realizada em Piri-piri, em dezembro 2016; (c) III Fórum Nacional de Museus Indígenas do Brasil, realizado em Lagoa de São Francisco, em outubro de 2017; (d) II Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Piauí, realizada em Queimada Nova, em maio 2018.

Reportaram que um outro fator de suma importância para o fortalecimento do movimento indígena no Piauí diz do envolvimento e da participação no movimento indígena nacional, pois, à medida que começaram a participar desses espaços de luta e, acima de tudo, formativos, passaram a ter uma maior visibilidade nas esferas local e nacional e a contar com o apoio de demais povos e organizações, a exemplo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo, que são atualmente umas das maiores organizações do movimento indígena brasileiro.

Dessa forma, a partir de tais articulações sociais e políticas, as instâncias federal e estadual comprometeram-se em viabilizar a integração de diversas políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos dos grupos indígenas do Piauí, inclusive com a avaliação das políticas e dos serviços implementados. Assim, especialmente os órgãos estaduais passaram a empreender, juntamente com os representantes indígenas locais, ações e projetos que têm resultado em avanços, mas também têm suscitados novos impasses, para a operacionalização das políticas públicas destinadas à população indígena piauiense.

Nesse tocante, discorreremos a seguir sobre os avanços e os impasses que perpassam as principais questões e campos de luta dos grupos indígenas do Piauí na atualidade, no âmbito da Coordenação Territorial Local da FUNAI, da Educação, da Saúde e da Luta pela terra.

## COORDENAÇÃO TERRITORIAL LOCAL DA FUNAI

A Coordenação Territorial Local (CTL) foi instalada no mês de janeiro de 2011, no município de Piriipiri/PI, depois que a Coordenação Regional da FUNAI em Fortaleza/CE determinou, por meio da Portaria nº 344, a devida prestação assistencial às comunidades indígenas do Piauí. A CTL foi desativada em 2017, devido os cortes orçamentários, empreendidos pelo Decreto nº 9.010/2017, emitido pelo Governo Federal, em que 51 CTLs da FUNAI pararam de funcionar em todo o país e a unidade piauiense foi afetada por tal decisão.

Tal medida fora interpretada pelas lideranças indígenas como um retrocesso na garantia de direitos dos povos indígenas no Piauí, visto que a CTL era o órgão responsável por acompanhar os grupos indígenas nas instâncias de monitoramento, de participação e de controle social das políticas indigenistas em território piauiense. No entanto, no intuito de suprir tal desassistência, diante das necessidades mais imediatas, passaram a recorrer à unidade-sede em Fortaleza/CE, deparando-se com dificuldades relacionadas à distância, assim como a falta de transporte e de recurso financeiro.

Ninguém sabe como é que vai ser a situação da FUNAI. Aqui tinha, mas fecharam! Fomos para Brasília, mas não foi reaberto! A única sede próxima fica em Fortaleza, mas tem a questão da distância. Sem ter um transporte, sem ter nada pra gente ir até lá e sem nenhum recurso, fica difícil pra quem já vive de coisa pouca aqui! Pois é quase um salário pra ir e voltar. Se formos tirar do próprio bolso não vai sobrar nada! Ainda tem a alimentação, o lugar para ficar, tudo é caro! (Cícero Rodrigues)

Criada em 1967, pela Lei nº 5.371, em substituição ao extinto Serviço de Proteção ao Índio, a FUNAI tem a função, nos dias atuais, de identificar, delimitar, demarcar, regular e registrar terras ocupadas pelos povos indígenas; de monitorar e fiscalizar as terras indígenas; de promover ações que assegurem a diversidade sociocultural dos diferentes grupos; de coordenar e implementar políticas de proteção aos povos isolados e recém contatados; de promover políticas direcionadas ao desenvolvimento sustentável; de estabelecer a articulação interinstitucional voltada para o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania, a exemplo do direito à seguridade social e à educação escolar indígena, além de outras atribuições.

Contudo, embora a criação da FUNAI tenha representado um significativo avanço na proteção aos direitos indígenas no cenário nacional, autores como Ana Valéria Araújo e Sergio Leitão (2002) e Giovana Campos (2011) sinalizam ambiguidades na atuação do órgão indigenista. Alertam que, ao passo que o órgão reconhece as especificidades étnicas e culturais dos povos indígenas, ainda executa ações tutelares que reforçam a histórica relação paternalista e intervencionista do Estado para com os povos indígenas, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988. É importante ressaltar que, apesar da chamada “Constituição Cidadã” ter instituído um novo paradigma conceitual e jurídico à política destinada aos povos indígena, pautado no reconhecimento da autonomia, da participação e da pluralidade étnica dos povos indígenas, o Estado brasileiro, independente dos governos, não tem respondido à altura deste desafio.

Apesar dos avanços legislativos, pós Constituição de 1988, em relação à questão indígena, Marina Bozzetto (2017) aponta que o pensamento colonial se faz presente até hoje por meio do assistencialismo paternalista do Estado brasileiro. Conforme Quijano (2005), o pensamento colonial reforça uma lógica de dominação e uma racionalidade eurocêntrica, baseada na acumulação de riquezas a partir da exploração da natureza, espécie de sociometabolismo da barbárie (Alves, 2007), e que ignora os elementos simbólicos dos grupos colonizados, colocando-os como sujeitos inferiores, subalternizados, não racionalizados. Logo, foi a partir dessa racionalidade que os Estados nacionais se constituíram e, secularmente, colocam os povos indígenas sob o julgo de políticas genocidas e de gestão da pobreza, por meio de ações paliativas para poucos e tidos como merecedores da ajuda estatal (Foucault, 2008).

No caso da realidade piauiense tal quadro se coloca nas ações de distribuição de cestas básicas, o que reforça o viés paternalista e assistencialista do Estado para os povos indígenas, como podemos observar no relato a seguir:

Quando tinha a CTL aqui no Estado, a gente sempre recebia umas cestas básicas em datas especiais! Até queremos ver com a FUNAI de Fortaleza se ela pode liberar essas cestas mês a mês, pois lá tem um galpão que libera as cestas para as aldeias! Todo mês vinha, mas agora parou! Temos que resolver isso, urgente! (Pajé Francisco Gomes)

Além do mais, tais práticas reverberam na própria representação que os grupos têm do órgão, pois engendrados por relações tutelares e intervencionistas, atribuem à FUNAI um status de representatividade na luta indígena, como se ela fosse a única forma de representação dos grupos no Piauí. Por isso, relatam que se sentem desassistidos e sem representatividade após o fechamento da CTL no Estado.

A FUNAI é a única forma de representação da comunidade indígena no Piauí.

Sem a FUNAI é como se a gente não existisse. Ela que acompanha e orienta os povos indígenas na luta pelo direito à saúde, à educação e ao acesso à terra. (Cacique Henrique Manoel)

O fechamento da unidade da FUNAI deixou a população indígena desassistida. (Jose-lane Dias)

Tal situação explícita uma expressão da colonialidade que já não opera somente em um campo econômico e político, mas na esfera subjetiva, conforme referimos anteriormente. Certamente, reforça uma racionalidade eurocêntrica expressa nas práticas coloniais, tutelares e intervencionistas do Estado, contribuindo para que os povos indígenas dependam de órgãos estatais como a FUNAI para ter acesso aos direitos sociais e de cidadania, ou para ter reconhecimento de sua condição de indígena.

Nesse sentido, muitos são os desafios que estão postos atualmente para a consolidação de uma política pautada em uma atenção efetiva e integral aos povos indígenas. Sem dúvida, tivemos avanços a partir da Constituição de 1988 em relação a questão indígena no Brasil. No entanto, conforme aponta Campos (2011), o órgão tem se pautado em um modelo integracionista, instituído pelo Estatuto do Índio, que desde 1973 não foi revogado ou reformulado, orientando assim a execução de práticas tutelares e intervencionistas do órgão.

Ao ressaltar tais impasses e contradições, não queremos diminuir as atribuições do órgão na garantia dos direitos dos povos indígenas no cenário brasileiro. Todavia, faz-se necessário o desenvolvimento de práticas e ações que resistam a lógica colonial, tutelar e intervencionista do Estado, e que incentivem a participação autônoma e ativa dos povos indígenas na luta em defesa de seus direitos e de suas necessidades étnicas e sociais.

## EDUCAÇÃO

No âmbito educacional, após a entrega da Carta dos Povos Indígenas do Piauí à Secretaria de Educação do Estado do Piauí, esta implantou, em junho de 2016, a primeira escola indígena piauiense na Comunidade Canto da Várzea, conhecida como Escola Indígena Tabajara-Ypy Chica Cearense, localizada



na zona rural de Piripiri/PI. Desde então, a referida escola tem funcionado com turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), por ser uma modalidade de voltada para todos os níveis da Educação Básica, destinada aos jovens, adultos e idosos, que não tiveram acesso à educação na idade apropriada.

Compreendendo que a Educação Escolar Indígena dispõe diretrizes e orientações próprias para os dois níveis de ensino, o básico e o superior, os grupos indígenas do Piauí têm reivindicado às autoridades nacionais e locais a criação de um Projeto Político Pedagógico (PPP) de Educação Escolar Indígena, a fim de viabilizar o funcionamento de escolas e garantir ensino de qualidade. Tais diretrizes estão ancoradas ainda na própria Constituição Federal 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, 2001), e pela Lei 11.645/2008 que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas brasileiras etc. Logo, o direito à educação escolar indígena é de responsabilidade do Ministério da Educação, cabendo aos estados e municípios a sua execução para garantia deste direito aos povos indígenas. Nesse sentido, o Ministério da Educação deve investir primordialmente na formação inicial e continuada dos profissionais de Educação Indígena, estimular a produção e a publicação de material didático específico e fortalecer a articulação entre o Ministério da Educação, Universidades, Secretarias de Educação, organizações não-governamentais, associação de professores indígenas e as próprias comunidades indígenas (Lei n. 10.172, 2001).

Ademais, a criação do Decreto n. 6.861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua forma de organização, e da Resolução n. 05/2012, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, trouxeram uma inovação substancial para a educação escolar indígena diferenciada, pois criaram os chamados “territórios etnoeducacionais”, que têm como base as terras indígenas e/ou relações comuns entre etnias no que tange à questão sócio-histórica, linguística, política, econômica, cultural (Abreu, 2012). De acordo com o Decreto n. 6.864/2009, cada território etnoeducacional compreende, independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.

A vista disso, a educação escolar indígena deve levar em consideração a territorialidade e as necessidades e especificidades de cada povo indígena, tendo como objetivo prezar pela(o):

- I - valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;
- II - fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;
- III - formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;
- IV - desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- V - elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado; e
- VI - afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena.

Caso a operacionalização de tais políticas públicas educacionais no Estado do Piauí siga o parâmetro da realidade etnoeducacional de cada território, certamente isto contribuiria para a valorização dos saberes étnicos e culturais dos grupos indígenas piauienses. Ademais, seria importante que tais políticas estejam comprometidas com o fortalecimento de práticas socioculturais da cultura indígena; com o desenvolvimento de projetos de vida e comunitários; e, sobretudo, com a desconstrução da imagem estereotipada

do indígena que ainda reverbera na sociedade e nas salas de aula, pautada sob uma visão romantizada, eurocêntrica e colonial. Assim afirmam as lideranças pesquisadas acerca do tema:

Estamos vendo como fazer com essa questão dentro da escola. Muita gente concorda, os alunos querem, porque vai entrar a questão da história de nossos antepassados, a questão do Toré, os remédios, a língua e dentre outros aspectos da cultura indígena! Tem muita coisa a ser trabalhada, principalmente com criançada da Comunidade Nazaré! (Cacique Henrique Manoel)

A gente acha muito engraçado quando as crianças vêm pra cá. Recebemos recentemente quatro turmas aqui na Comunidade Nazaré. Eles chegaram tudo assombrado! Aí logo perguntaram “– Vocês não vão atirar flecha na gente não, né?”, “– Cadê a roupa de vocês?”. Aí procuramos explicar tudo pra eles, a fim de desconstruir essa imagem, que infelizmente é a que tem nos livros! (Elayne da Silva)

Uma vez eu fui convidado pra ir em uma escola infantil e a gente percebia aquela curiosidade deles para entender, saber o que era o indígena! Porque na cabeça deles foi Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil e na verdade sabemos que Cabral não descobriu o Brasil, ele invadiu o Brasil! Só que eles aprendem isso! E pra eles foi uma novidade saber que em Piri-piri tinha índio! Surgiu várias perguntas como: “– Não tinham matado todos os índios do Brasil e do Piauí?”, “– Como é que você existe?”, “– Onde é que você mora?”, “– Você mora no mato?”. (Cícero Dias)

Nesse sentido, diante a tradicionalidade do discurso ocidental e colonial, que desconsidera outras racionalidades epistêmicas, cada vez mais se faz necessário a construção de um Projeto Político Pedagógico que leve em consideração os saberes tradicionais e a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas; que possibilite uma formação de qualidade dos professores indígenas e não-indígenas acerca da temática indígena; que favoreça o desenvolvimento de novas metodologias e epistemologias capazes de proporcionar diálogos interculturais e a superação no processo de colonização técnico-científica; e que problematize o eurocentrismo na visão de mundo, na história e na concepção de ser humano, tendo em vista os inúmeros desafios que estão postos no processo de operacionalização de uma política de educação escolar indígena.

Logo, a ampliação do debate em torno da implementação de uma educação escolar indígena no Estado do Piauí e da aplicabilidade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas piauienses, exige uma (re)leitura da História do Brasil e do Piauí, que possibilite a desconstrução de visões generalistas, simplistas e colonizadoras sobre o passado e o presente; a produção de novas narrativas que afirmem o lugar de luta e de resistência dos povos indígenas; e que coloquem em análise as ideias estereotipadas e racistas vigentes na sociedade contemporânea. Tal debate sobre a educação indígena, como reforça Maria Almeida (2017, p. 34), indica que “o conhecimento do passado e de suas próprias trajetórias é um relevante instrumento de luta para os povos indígenas que, desde o período colonial, têm lançado mão desse recurso para (re)afirmarem seus direitos”.

## SAÚDE

Em relação à saúde, a prestação de serviços de assistência à saúde indígena é realizada por meio do Subsistema de Saúde Indígena (SasiSUS), componente do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), órgão do Ministério da Saúde, a responsável para coor-

denar e executar o processo de gestão desse subsistema em todo o território nacional. A SESAI, então, possui como missão gerenciar diretamente assistência à saúde dos indígenas, levando em conta aspectos culturais, étnicos e epidemiológicos e as condições sanitárias de cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) – unidade gestora do SasiSUS.

Nesse sentido, desde 2016, os grupos indígenas têm reivindicado a implantação de um DSEI no Piauí, no intuito de assegurar e proporcionar um melhor atendimento à saúde da população indígena no Estado, que contemple a diversidade social, cultural, histórica, política e geográfica dos grupos indígenas, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Fundação Nacional de Saúde [FUNASA], 2002). Criado pela Lei nº 9.836/1999, também conhecida como Lei Arouca, o DSEI trata-se um modelo de organização dos serviços, de responsabilidade sanitária federativa, que visa assegurar a integralidade na atenção à saúde da população indígena, mediante um “espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional e administrativo bem delimitado” (FUNASA, 2002, p. 13). Atualmente, no Brasil, existem 34 DSEIs, distribuídos praticamente por todo o território brasileiro, exceto Piauí e Rio Grande do Norte. As DSEIs atendem mais 350 mil indígenas, pertencentes a mais de 210 povos (FUNASA, 2002).

No intuito de realizar os primeiros debates em torno da implantação de um DSEI no Piauí, os grupos indígenas, ainda em 2016, alcançaram com a Secretária de Saúde do Estado do Piauí a criação de uma Comissão Técnica do Distrito Sanitário Especial Indígena, composta por representantes estatais e pelas lideranças indígenas. Como o Estado do Piauí não contava com dados relacionados à população, área geográfica, perfil epidemiológico, rede regional do SUS, acesso e infraestrutura dos serviços, recursos humanos e distribuição demográfica dos povos indígenas, dentre outros, a Comissão técnica lançou o Projeto de Pesquisa intitulado “O Piauí tem índio sim”, com o objetivo de levantar tais indicadores, haja vista serem critérios primordiais para a definição territorial de um DSEI (FUNASA, 2002).

Todavia, ao repassar tais informações ao Ministério da Saúde, mais especificamente a SESAI, obtiveram a informação que a criação de um DSEI no Estado encontra-se *a priori* inexecutável, pelo fato de tais grupos não residirem em terras indígenas homologadas. Por serem considerados grupos indígenas não-aldeados, ou seja, por residirem na cidade ou em áreas rurais, para o Ministério da Saúde, deverão ser atendidos pela rede de serviços do SUS (Ministério Público Federal, 2019). Porém, é preciso que este debate retorne com urgência para avaliar como tal questão se apresenta a partir do reconhecimento oficial por parte do Estado do Piauí de um dos territórios indígenas situados em Queimada Nova, pertencente ao grupo da etnia Cariri<sup>2</sup>.

Com base no art. 2<sup>a</sup>, parágrafo único, do Decreto n. 3.156/1999, “A organização das atividades de atenção à saúde das populações indígenas dar-se-á no âmbito do SUS e efetivar-se-á, progressivamente, por intermédio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, ficando assegurados os serviços de atendimento básico no âmbito das terras indígenas” (p. 1). Contudo, embora o órgão evidencie tal restrição, em nenhum momento a Lei n. 9.836/1999, que institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, faz distinção de acesso as ações e serviços de saúde entre população indígena aldeada e não-aldeada. A legislação preconiza que:

Art. 19-A. As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto nesta Lei. (...)

Art. 19-F. Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção

---

2 Para mais informações acesse <https://cidadeverde.com/noticias/331881/520-anos-depois-piaui-tem-seu-1-territorio-indigena-reconhecido>

à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional. (...)

Art.19-G. § 2º O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações.

Portanto, o que se observa é que, apesar de garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, o subsistema foi estruturado praticamente para a oferta de atendimento preventivo e de atenção básica à população que reside em terras indígenas reconhecidas pelo Estado. De modo que, devem ser atendidos, preferencialmente, nas Unidades Básicas de Saúde Indígena e nos Pólos-Bases localizados nas aldeias, e somente em casos em que as demandas não corresponderem ao grau de resolatividade dos serviços de saúde, tais usuários devem ser encaminhados aos demais serviços de referência do SUS, em articulação com as Casas de Saúde Indígenas (CASAI).

A vista disso, a SESAI acaba restringindo suas atribuições aos indígenas que residem em terras indígenas, ao passo que desassiste àqueles que estão na condição de não aldeados. No caso do Piauí, tal situação se agrava, pois somente um grupo conta com o registro de terras indígenas no Estado, conquistado muito recentemente. E o problema se arrasta com o fato de os grupos piauienses não contarem com uma unidade gestora do SasiSUS, ou seja, com um DSEI e, conseqüentemente, não contarem com uma rede de serviços de atenção à saúde indígena e nem com as adequações na estrutura e organização da rede SUS. Nesse sentido, os grupos indígenas têm enfrentado uma série de dificuldades ao buscarem acesso aos serviços de saúde, que perpassam questões relacionadas à falta de profissionais nos serviços, ao tempo de espera por um atendimento, à centralidade das ações e das práticas de saúde voltados para um modelo biomédico excludente, além de barreiras culturais relacionadas ao racismo institucional, conforme relatado a seguir.

Você acredita que a gente não tem direito a saúde aqui em Piripiri e em lugar nenhum!  
Nem no posto e nem no hospital! (Pajé Francisco Gomes)

Queremos ter acesso a uma saúde voltada para à população indígena! Que seja composta por médico, enfermeiro, com agente de saúde indígena e de endemias! Que também oferte acesso a uma medicina tradicional e caseira! Que tenha um hospital de referência quando necessitarmos de alguma emergência! Em um trabalho conjunto entre os profissionais de saúde! Uma coisa bem organizada! Pois aqui na Comunidade Nazaré só contamos com um médico que atende mal uma vez na semana. Vem de manhã, atende 10 pessoas e pronto! (Cacique Henrique Manoel)

Tais relatos evidenciam um conjunto de discursos e práticas coloniais que (re)produz no cotidiano das instituições violentas formas de exclusão, de sofrimento, de desigualdade racial e social ao operarem o racismo institucional. Por racismo institucional entende-se aquele padrão de tratamento e de atendimento desigual, por parte de serviços e equipamentos públicos e privados, em que coloca em vantagem grupos e/ou sujeitos em relação a outros que fogem aos padrões hegemônicos e eurocêntricos instituídos (população indígena, população negra, da população LGBT, dentre outros) (Kilomba, 2019). No geral tais práticas são legitimadas, historicamente, pelo próprio Estado, encontrando nas políticas públicas

uma forma de operar controle, domínio e assujeitamento de grupos minoritários, ao reproduzir desigualdades, iniquidades, discriminações e invisibilizações, agravando e produzindo quadros de adoecimento e sofrimento psíquico (López, 2012).

O racismo institucional sustenta-se enquanto prática rotineira nos equipamentos das políticas públicas, sob a justificativa de oferecerem tratamento igual para todos, não observando as iniquidades e diferenças de marcadores sociais e culturais que compõem as condições de vida da população brasileira. No caso indígena, tal quadro reflete na fragilização da qualidade da assistência prestada, considerando a diversidade étnica, cultural, linguística, dentre outros, redundando na reprodução de práticas excludentes e desrespeitosas.

Na hora da ficha, eu me autodeclaro, mas aí logo dizem que “– Aqui não existe esse negócio não, todo mundo é igual!” (Maria do Socorro da Silva)

Aqui era um preconceito monstro! Uma vez eu fui no hospital me identificar e tudo! Aí a mulher falou: “– Índio devia estar era no mato!” “– Índio com celular?”. Falando lá essas coisas! (Pajé Francisco Gomes)

Logo, tais práticas de racismo institucional no âmbito da saúde inviabilizam até mesmo articulações na oferta de ações e práticas em atenção primária em saúde a serem ofertadas pelas próprias Equipes de Saúde da Família à população indígena, que residem em sua a área de abrangência. Isto evidencia a necessidade de se reformular a própria Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas quanto a oferta de seus serviços e os critérios de instalação de um DSEI, que têm se pautado em critérios de grupos aldeados e reconhecidos pelo Estado brasileiro, ao passo que têm desconsiderado à realidade local de outros diversos grupos que ainda não atendem plenamente tais critérios.

## LUTA PELA TERRA

Por muito tempo os grupos indígenas piauienses foram invisibilizados e silenciados. Seus antepassados tiveram que escamotear suas identidades para continuarem existindo, assim como tiveram que fugir de suas terras devido as perseguições, usurpação de suas terras, extermínio, dificuldades e exposição a situações de vulnerabilização social. Retomar as memórias e a história de suas famílias, fez com que os indígenas piauienses também reivindicassem o direito de demarcação ou aquisição de terras, no intuito de cultivar e transmitir suas memórias, suas ancestralidades, seus saberes, modos de vida e expressões culturais. Até porque, para os povos indígenas, a terra é tomada enquanto um território ancestral e de conexão com a vida, que suscita lembranças, tradições, vivências e experiências, constituindo-se em um elemento fundamental para a manutenção de seus vínculos ancestrais, sua existência e (re)afirmação de suas indianidades (Santos, 2019).

No início do seu processo de organização, os indígenas Tabajara do Piauí localizados em Piripiri, estavam dispersos nos bairros periféricos da cidade e na Comunidade Canto da Várzea. Passaram, portanto, a reivindicar a aquisição de uma área nas proximidades do município para que pudessem cultivar seu processo de indianidade. Já as famílias Tabajara da Comunidade Nazaré, em Lagoa de São Francisco, localizada na zona rural, reivindicam o direito à terra que se encontra sob posse de proprietários rurais da região, a fim de salvaguardar seus marcadores memoriais, a exemplo dos olhos d’água (nascentes), do cemitério indígena e das bananeiras. Como são terras de propriedade privada, estas encontram-se em

negociação pelo Governo do Estado, que assegurou aos grupos de Piripiri e Lagoa de São Francisco que adquirirá e doará uma área territorial para as famílias indígenas nos seus respectivos municípios<sup>3</sup>.

Assim sendo, as lideranças indígenas Tabajara tanto da zona rural quanto da zona urbana relatam que a demarcação e a aquisição das terras resultariam em melhorias nas suas condições de vida e asseguraria meios de subsistência econômica, visto que muitos não detêm renda familiar fixa e vivem de ganhos diários advindos da venda de artesanato, roçado, da prestação de serviço e de programas sociais como Bolsa Família. Além disso, possibilitaria o acesso às políticas públicas destinada aos povos indígenas:

Lutamos pela demarcação, porque o índio sem-terra, como já foi citado, não é índio! Tudo é terra porque se o índio não tiver terra, ele não tem a saúde diferenciada, a educação diferenciada e outras coisas a mais! (Joselane Dias)

O fato de não contarem com uma área demarcada ou em processo de demarcação na instância federativa faz com que os grupos indígenas Tabajara vivenciem uma série de dificuldades quanto ao acesso às políticas públicas, que resultam em inúmeras situações de privação de direitos, de racismo, de preconceito e de exclusão, por não residirem em terras indígenas oficialmente reconhecidas pelos governos federal e estadual; e, por muitas vezes, não apresentarem fenótipos (marcantes) atribuídos historicamente ao ser indígena, conforme os relatos a seguir.

Ser indígena no Piauí é muito difícil! Hoje está até um pouco melhor! Mas ainda temos muita dificuldade! Quando vamos em algum lugar e/ou evento e nos apresentamos como indígena todo mundo fica olhando e ainda nos questiona se somos indígenas mesmo! Olha, se a pessoa não estiver preparada, ela sofre! (Cacique Henrique Manoel)

Muita gente me pergunta: “– Porque que tú diz que é índio?”. Eu respondo: “– Porque eu conheço a minha história e eu sei de onde eu vim!”. Eu tinha uma professora de história e uma vez em sala de aula eu disse que eu era índio. Aí ela: “– Ah, mas por que tú diz que é índio?” E logo respondi: “– Professora, é pelo simples fato de que eu conheço a minha história, eu sei das minhas origens, eu sei de onde eu vim”. Aí ela logo se calou! Não questionou mais! (Cícero Dias)

Você chega em uma repartição, eles já te olham com aquele olhar de preconceito, seja no hospital, no posto ou na escola. Qualquer lugar que você for, o preconceito é grande! Eu digo isso porque eu ando muito, sabe?! E eu ando prestando atenção em tudo! Se eles já percebem que você é indígena! Eles já começam a mudar o olhar diferente, o preconceito já começa aí! Então, muitos têm medo de se autodeclarar indígena por causa do preconceito e da violência! (Cícero Rodrigues)

Logo, tais relatos evidenciam o que José Gonçalves (2007) define como humilhação social. Que consiste em um fenômeno intersubjetivo, histórico e político, em que determinados grupos ficam subjugados a outros mediante os padrões de dominação e de opressão vigentes na sociedade, que só reforçam os colonialismos do poder, do saber e do ser, ao passo que desconsideram seus marcadores sociais e

3 Para mais informações acesse <https://www.viagora.com.br/noticias/governo-do-piaui-doara-terras-para-indigenas-de-piripiri-77157.html>

identitários (de gênero, raça, etnia, classe e dentre outros). Tal fato resulta em diversas situações de desigualdade, de desrespeito e preconceito que ocasionam sofrimento psicossocial. Trata-se de um tipo de sofrimento que não é apenas individual, mas coletivo, advindo das práticas de inferiorização, desumanização e de invisibilização social e política, de ordem racista, que atingem tais grupos minoritários.

Tais experiências de discriminação, de violação e privação de direitos, têm impulsionado tais grupos minoritários (a exemplo dos indígenas, dos quilombolas, dentre outros) a lutarem por seu reconhecimento jurídico e pelo acesso aos seus direitos básicos, historicamente negados, no intuito de reparar as desigualdades e as injustiças sociais que violam a dignidade humana e o direito à vida (Honneth, 2009). No caso dos grupos indígenas do Piauí tais lutas perpassam questões mais imediatas sobre a abertura da Coordenação Territorial Local da FUNAI; a implantação de fato de uma educação escolar indígena e não somente uma escola indígena; a implantação e efetivação da atenção à saúde indígena; e a demarcação ou aquisição de terras indígenas, conforme exposto anteriormente.

Trata-se, portanto, de uma luta pela presença e efetivação de políticas públicas, mas também por reconhecimento intersubjetivo e social, que de acordo com Axel Honneth (2009), se dá em três dimensões: nas relações com o próximo, na prática institucional e na convivência em comunidade. A ausência de reconhecimento em algumas dessas dimensões resulta em diversas situações de desrespeito; e mais especificamente, no âmbito jurídico, resulta em situações de privação de direitos, de marginalização, de humilhação social, dentre outras.

Como resposta, ressaltamos a organização e luta por reconhecimento por parte dos grupos indígenas piauienses, no intuito de viabilizar suas pautas de luta, a exemplo da demarcação territorial em nível estadual das terras do grupo indígena da etnia Cariri, sendo o 1º território indígena reconhecido no Piauí. Todavia, é recorrente o fato de terem que se deparar e enfrentar visões, práticas e ações que buscam a todo momento negar suas indianidades e que evidenciam as relações de colonialidade ainda vigentes na sociedade, mesmo após o fim do período colonial, que reverberam principalmente: (a) nas ações assistencialistas paternalista e tutelares desenvolvidas pela FUNAI; (b) nas representações do ser índio reproduzidas no âmbito educacional; (c) na oferta de serviços de atenção à saúde indígena destinada *a priori* à população aldeada, ao passo que desassiste à população não-aldeada e, por fim, (d) nos impasses e entraves quanto à regularização de territórios que consideram de ocupação tradicional.

Dessa maneira, nota-se que ao lutarem por reconhecimento de sua condição étnica e de seus direitos, tais grupos colocam em análise tais relações de colonialidade, postas nas ações do órgão indigenista, na operacionalização das políticas públicas, e na sociedade em geral. E, embora tentem a todo momento contrapor tais discursos no cotidiano da vida, são constantemente recolocados e vistos sob representações coloniais do que é ser indígena, que reforçam historicamente as práticas de etnocídio, de opressão, de discriminação e de exclusão empreendidas contra a população indígena de forma geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo objetivou refletir acerca do processo de mobilização étnica e política no Estado do Piauí, mediante suas histórias de vida e comunitárias e seu processo de ação política, visto que, por muito tempo, a presença indígena foi invisibilizada e silenciada, devido os discursos proferidos sobre a inexistência de povos indígenas em solo piauiense. Nesse sentido, pudemos observar que muitas têm sido as lutas e as resistências desses povos em defesa de seus direitos sociais e políticos, sobretudo diante a realidade em que vivem, pois por residirem em bairros periféricos e em áreas rurais são nomeados como grupos indígenas desaldeados ou não-aldeados. Situação esta que tem restringido o acesso de tais grupos às políticas públicas e evidenciado inúmeras situações de privação de direitos, de racismo institucional e de humilhação social que os povos indígenas vivenciam no país.

Ao lutarem por reconhecimento de sua condição étnica e pela garantia de seus direitos constitucionais, a exemplo do direito à educação indígena, à saúde indígena e à demarcação de suas terras, denunciam a lógica capitalista e colonial violadora da dignidade humana e do direito à vida dos povos indígenas. Além

disso, é possível observar que por não corresponderem aos marcadores identitários reconhecidos pelos grupos dominantes da sociedade, esses têm sido discriminados, oprimidos e marginalizados no âmbito das relações sociais e institucionais. Porém, ainda assim, tais povos têm sido incansáveis em suas lutas por reconhecimento, por direitos e por suas territorialidades, engendrando suas indianidades a partir de suas lutas cotidianas em defesa da vida, de suas existências e de suas memórias ancestrais.



## REFERÊNCIAS

- Abreu, J. V. (2012). *Implementação do direito à Educação Escolar Indígena no município de Santarém no período de 2006 a 2012* (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém/PA). <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/5647>
- Achinte, A. A. (2012). Epistemes “Otras”: ¿Epistemes Disruptivas? *Revista KULA: Antropólogos del Atlántico Sur*, 6, 22-34. [http://www.revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6\\_2\\_ALBAN\\_ACHINTE.pdf](http://www.revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6_2_ALBAN_ACHINTE.pdf)
- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção*. Boitempo.
- Almeida, C. R. M. (2017). A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, 37(75). doi: 10.1590/1806-93472017v37n75-02
- Alves, G. (2007). *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Práxis.
- Araújo, A. V. & Leitão, S. (2002). Direitos indígenas: avanços e impasses pós-1988. In A. C. S. Lima & M. Barroso-Hoffmann (Orgs.), *Além da Tutela: Bases para uma Nova Política Indigenista* (pp. 23-33). Contra Capa.
- Arruti, J. M. (2006). Etnogêneses indígenas. In B. Ricardo & F. Ricardo(Orgs.), *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005* (pp. 50-54). Instituto Socioambiental.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, 11, 89-117. doi: 10.1590/S0103-33522013000200004
- Bartolomé, M. A. (2006). As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, 12(1), 39-68. doi: 10.1590/S0104-93132006000100002
- Bengoa, J. C. (2016). *La emergencia indígena em América Latina*. Fondo de Cultura Económica.
- Bozzetto, M. (2017). Autonomia indígena: direitos frente ao pensamento decolonial. Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Direitos Humanos, Mato Grosso do Sul/MS. [https://cidh2017.files.wordpress.com/2017/10/bn\\_gt2-3.pdf](https://cidh2017.files.wordpress.com/2017/10/bn_gt2-3.pdf)
- Campos, G. A. (2011). *Legislações indígenas e a questão da tutela nos dias de hoje*. (Monografia em Direito, Centro Universitário de Brasília, Brasília/DF). <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/379/3/20485711.pdf>
- Decreto n. 3.156*, de 27 de agosto de 1999. (1999). Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, pelo Ministério da Saúde, altera dispositivos dos Decretos n°s 564, de 8 de junho de 1992, e 1.141, de 19 de maio de 1994, e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3156.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3156.htm)
- Decreto n. 6.861*, de 27 de maio de 2009. (2009). Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.861%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6861.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.861%2C%20DE%2027,vista%20o%20disposto%20no%20art.)

- Dias, C. M. M. & Santos, P. S. (2016). *História dos Índios do Piauí*. EDUFPI.
- Ferreira, A. J. (2017). Da invenção do índio nacional às atuais formas de protagonismos indígenas no Brasil. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, 7(1), 173- 200. doi: 0000-0003-2911-088X
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território e população*. Martins Fontes.
- Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. (2002). *Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas*. Ministério da Saúde.
- Gergen, K. J. (2009). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, 6(1), 299-325. doi: 10.5007/1807-1384.2009v6n1p299
- Gonçalves, J. M. (2007). Humilhação social: humilhação política. In B. P. Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp.187-221). Casa do Psicólogo.
- Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Ed. 34.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Lander, E. (Org.). (2005). *A colonialidade do saber - Eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Lei n. 9.836, de 23 de setembro de 1999. (1999). Acrescenta dispositivos à Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm)
- Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. (2001). Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)
- López, L. C. (2012). O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), 121-134. <https://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>
- Maldonado-Torres, N. (2007). “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Coords.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- Maldonado -Torres, N. (2018). Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In J. Bernardino-Costa & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiapórico* (pp. 27-54). Autêntica.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento*. Hucitec.
- Ministério Público Federal- MPF. (2019). *Ação Civil Pública n. 1.27.000.000936/2016-15*. <http://www.mpf.mp.br/pi/sala-de-imprensa/docs/acp-dsei>

Oliveira, J. P. (1998). “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *Mana*, 4(1), 47-77. doi: 10.1590/S0104-93131998000100003

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 107- 130). CLACSO.

*Resolução n. 5*, de 22 de junho de 2012. (2012). Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso\\_2013/PDFs/resol\\_federal\\_05\\_12.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_05_12.pdf)

Santos, C. J. F. (2019). Indigenamente resistimos porque (re)existimos originariamente. *Revista Tempera*, 1(3), 6-19. <https://grupotemperawixsite.com/grupotemperart3>

Santos, C. J. F. & Santos, V. R. (2019). Decolonialidades indígenas. In F. A. C. Costa & M. R. Mesquita (Orgs.), *Psicologia política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos* (pp. 231-243). Edufal.

Spink, M. J., Brigagão, J., Nascimento, V., & Cordeiro, M. (Orgs.). (2014). *A produção de informação na pesquisa social-compartilhando ferramentas*. Centro Edelstein.

#### **Histórico**

*Submissão: 21/07/2020*

*Revisão: 16/01/2021*

*Aceite: 22/01/2021*

#### **Contribuição dos Autores**

*Concepção: BIBMS; JPM*

*Coleta de dados: BIBMS*

*Análise de dados: BIBMS; JPM*

*Elaboração do manuscrito: BIBMS; JPM*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: BIBMS; JPM*

*Aprovação final do manuscrito: BIBMS; JPM*

#### **Financiamento**

*Financiada pela agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí, sob Edital FAPEPI/CAPES nº 005/2018.*

#### **Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

#### **Aprovação, ética e consentimento**

*Universidade Federal do Piauí (UFPI)*

Artigo Original

## Participação de crianças e adolescentes no conselho de direitos: construindo caminhos possíveis

*Participación de niños, niñas y adolescentes en el consejo de derechos:  
construyendo caminos posibles.*

*Participation of children and adolescents in the council of rights:  
building possible paths*

Beatriz Corsino Pérez  
Juliana Thimóteo Nazareno Mendes  
Suzana Santos Libardi

**Beatriz Corsino Pérez**  
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
<https://orcid.org/0000-0002-8484-5240>  
E-mail: [beatrizcorsino@id.uff.br](mailto:beatrizcorsino@id.uff.br)

**Juliana Thimóteo Nazareno Mendes**  
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.  
<https://orcid.org/0000-0001-6327-8518>  
E-mail: [juliana\\_mendes@id.uff.br](mailto:juliana_mendes@id.uff.br)

**Suzana Santos Libardi**  
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
<https://orcid.org/0000-0002-2185-6786>  
E-mail: [suzana.libardi@delmiro.ufal.br](mailto:suzana.libardi@delmiro.ufal.br)

### Resumo

Neste artigo, buscamos refletir sobre como a participação de crianças e adolescentes vem sendo incorporada por um Conselho Municipal de Direitos, no interior do estado do Rio de Janeiro. Relatamos a nossa experiência como conselheiras de direitos, de 2012 a 2018, e como coordenadoras de um projeto de extensão desenvolvido em 2016 e 2017, que buscou criar um espaço de fala para crianças e adolescentes e sensibilizar profissionais sobre esta temática. Realizamos oficinas com 60 crianças, 25 adolescentes, e 20 profissionais que atuavam na rede socioassistencial. Observamos que os sujeitos das gerações mais novas continuam sendo tratados pelo Conselho, bem como pelos projetos cofinanciados pelo Fundo Municipal, de forma objetificada e pouco participativa. As noções de controle e disciplinamento social são intrínsecas à abordagem assistencialista adotada. Ao final, o artigo apresenta as perspectivas de crianças e adolescentes sobre suas realidades e algumas possibilidades de inserção de sua participação no Conselho.

**Palavras-chave:** *Infância; Adolescência; Participação; Conselhos de Direitos.*

### Resumen

En este artículo, buscamos reflexionar sobre cómo la participación de niños y adolescentes ha sido incorporada por un Consejo Municipal de Derechos, en el interior del estado de Río de Janeiro. Reportamos nuestra experiencia como consejeras de derechos, de 2012 a 2018, y como coordinadoras de un proyecto de extensión desarrollado, en 2016 y 2017, que buscaba crear un espacio para que los niños y adolescentes hablaran y sensibilizar a los profesionales

*sobre este tema. Realizamos talleres con 60 niños, 25 adolescentes y 20 profesionales que trabajaban en la red de asistencia social. Observamos que los sujetos de las generaciones más jóvenes siguen siendo tratados por el Consejo, así como por los proyectos cofinanciados por el Fondo Municipal, de forma objetivada y poco participativa. Las nociones de control social y disciplina son intrínsecas al enfoque de bienestar adoptado. Al final, el artículo presenta las perspectivas de los niños y adolescentes sobre sus realidades y algunas posibilidades para su participación en el Consejo.*

**Palabras claves:** *Infancia; Adolescencia; Participación; Consejos de Derechos.*

### **Abstract**

*In this paper, we aim to reflect on how the participation of children and adolescents has been incorporated by a Municipal Council of Rights, in the interior of the state of Rio de Janeiro. We report our experience as counselors, from 2012 until 2018, and as coordinators of an extension project developed in 2016 and 2017, which sought to create a space for children and adolescents to speak and to sensitize professionals on this topic. We held workshops with 60 children, 25 adolescents and 20 professionals who worked in the social assistance network. We observed that the subjects from younger generations continue to be treated by the Council, as well as by projects cofinanced by the Municipal Fund, in an objectified and little participative way. The notions of control and discipline are intrinsic to the welfare approach adopted. At the end, the paper presents perspectives of children and adolescents about their realities and some possibilities for their participation in the Council.*

**Keywords:** *Childhood; Adolescence; Participation; Rights Council.*

## INTRODUÇÃO

No interior do Estado do Rio de Janeiro, o dia 6 de setembro de 2016 foi marcado pelo encontro de crianças e adolescentes com seis candidatas à prefeitura. O encontro tinha como objetivo a apresentação, pelos candidatos, de suas propostas voltadas ao público infanto-juvenil, ouvindo sugestões e críticas de crianças e adolescentes participantes. Na ocasião, um menino de 12 anos apontou a falta de infraestrutura na comunidade onde morava e perguntou a um candidato, que à época era o vice-prefeito do município, o que ele pretendia fazer para mudar essa realidade. O político, então, reagiu de forma dura, afirmando que o menino não deveria morar na referida comunidade, pois senão, saberia das obras que haviam sido realizadas, desautorizando, claramente, a fala da criança. Os outros candidatos aproveitaram o conflito para dizer que ele precisava “ouvir mais o menino”; outro ainda afirmou: “Meninos como o M. estão em todas as partes da nossa cidade e são ignorados por esse desgoverno que torrou bilhões e vendeu o nosso futuro três vezes. Como dizia Gonzaguinha: ‘eu fico com a pureza da resposta das crianças’” (Bastos, 2016). Enquanto os outros políticos exploravam a fala do menino para atingir o candidato da situação, M. caía em lágrimas, precisando ser acolhido por pessoas próximas.

Essa cena nos faz refletir sobre como crianças e adolescentes vêm sendo tratados pelo Estado em nosso país. A partir da sua posição geracional, nossa sociedade de modo geral reserva uma posição de subcidadania a crianças e adolescentes, em diferentes níveis. Definidos a partir de sua pouca idade (Oliveira & Abramowicz, 2017), a condição infanto-juvenil é marcada pela menoridade jurídica (Castro, 2007) - que no campo dos direitos lhes promove proteção, simultaneamente lhes constituindo como único grupo social que não pode exercer plenamente sua cidadania (Sarmiento, 2007). No âmbito da política representativa, da cena antes descrita, crianças e adolescentes não podem votar e nem serem votados/as. Nesse sentido, em tais espaços, crianças e adolescentes frequentemente não são ouvidos/as nas propostas de governo, nem na formulação de políticas públicas. O direito à participação é negado nas diversas instituições e, principalmente, pela política representativa. Por outro lado, quando buscam se fazer ouvir, há frequentemente uma tentativa, por parte dos adultos, de desautorizar seus saberes e falas. Outra forma de silenciamento, menos explícita, é a apropriação da imagem da criança pobre, por parte de alguns gestores públicos, não com o interesse de levar a cabo aquilo que seria necessário para melhorar suas condições de vida, mas para se autopromover. Assim, colocam-se como benfeitores, recorrendo a imagens das crianças como “puras”, “inocentes” e “ingênuas”, sem de fato levarem a sério seus questionamentos e opiniões.

Considerando estas questões, temos como objetivo refletir como o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) desempenha sua função de planejar, monitorar e avaliar a política de atendimento a crianças e adolescentes, o modo como vem considerando a participação destes sujeitos nas suas práticas, e alguns caminhos propostos para efetivar a participação infanto-juvenil no Conselho. Relatamos uma experiência desenvolvida junto ao CMDCA de um município de médio porte do interior do estado do Rio de Janeiro, em que desenvolvemos um projeto de extensão e participamos como conselheiras nas plenárias e nas comissões regimentais representando a universidade. Discutimos ao longo do texto as imagens de crianças e adolescentes na história brasileira, e como elas estão presentes nas ações do referido órgão de controle social.

## DE OBJETOS DE CONTROLE E DISCIPLINAMENTO SOCIAL A SUJEITOS DE DIREITOS: IMAGENS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

As várias imagens atribuídas socialmente a crianças e adolescentes incidem na forma com que esses grupos geracionais são tratados pelo Estado brasileiro. Adotando uma análise histórica das representações sociais (Pinheiro, 2006), retomamos a imagem da criança e do adolescente como objetos de controle e disciplinamento social até chegarmos à imagem deles/as como sujeitos de direitos. É importante ressaltar que embora haja um percurso histórico de construção dessas representações, entendemos que essas

diferentes imagens continuam presentes em nossa sociedade, tensionando concepções, ações e políticas em relação às crianças e aos adolescentes no Brasil.

A partir do século XIX, iniciou-se no país o processo histórico de desenvolvimento urbano e de construção de si como uma nação. Uma peça fundamental para isso, segundo Jurandir Freire Costa (1989), foi o dispositivo médico-higiênico que arrancou mulheres e crianças da alcova, alegando os inúmeros males que as acometiam e possibilitou a integração da família à cidade. A infância passou a ser percebida como fase inicial da vida a qual se deveria cuidar, pois a maneira como um indivíduo era tratado na infância, era determinante de suas qualidades corporais e mentais quando adultos. Dessa forma, as rotinas religiosas e de subsistência, nas famílias burguesas, foram substituídas pela educação das crianças, adequando o tempo e o espaço das casas para atender à higiene, à proteção e ao cuidado. Em direção às famílias pobres, o Estado fazia campanhas de moralização e higiene familiar.

Neste contexto, nas primeiras décadas de 1900, o Estado se juntou aos setores filantrópicos protagonizando o trato público da infância pela via da educação e da profissionalização. Passou a atender à infância pobre, pois no núcleo da representação social da criança estava o pressuposto de que a prevenção da “marginalidade” se daria por meio da formação de mão de obra para o trabalho. “A vida da criança e do adolescente deveria, então, ser preservada para que fossem colocados a serviço do Estado” (Pinheiro, 2006, p. 56). Inseridos no mercado de trabalho estariam colaborando para o desenvolvimento da nação. Tal imagem estava atravessada pelo imaginário social de que “jovem pobre é melhor trabalhando do que ficar ocioso nas ruas” (Pinheiro, 2006, p. 56). Essa dinâmica concretizou-se como forma de controle e disciplinamento social de crianças e adolescentes pobres, para quem o Estado oferecia uma formação precária e limitada.

Outra imagem importante que surgiu neste mesmo contexto histórico foi a da criança e do adolescente como ‘objetos de repressão social’ (Pinheiro, 2006). Nessa representação, a ideia de proteção estava mais atrelada à sociedade, que buscava proteger-se do “menor”, do que realmente garantir a proteção da criança (Rizzini & Rizzini, 2004). Neste sentido, investiu-se no processo de institucionalização dos mais pobres, vistos como “delinquentes” que, supostamente, não encontravam em suas famílias condições para se desenvolverem e se inserirem na sociedade. No entanto, o tratamento dado transformou-se ao longo da história, estando, atualmente, amarrado a outra representação: a de crianças e adolescentes como ‘sujeitos de direitos’, preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990).

Tal representação emergiu mais fortemente durante a redemocratização do país, marcada por um período expressivo da luta dos movimentos sociais pela defesa dos direitos da criança. No âmbito da garantia formal, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe grandes inovações, ao assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e o bem-estar, além de garantir participação civil e controle social sobre as ações do Estado. Os direitos de participação e de exercer o controle social representaram a possibilidade da sociedade civil organizada interferir politicamente nos órgãos e agências do Estado responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas na área social. Uma das formas de exercer esta participação e controle social é através dos Conselhos. Estes são espaços paritários formados por representantes da sociedade civil organizada e do poder público, onde se discute, elabora e fiscaliza as políticas sociais. Devem ser percebidos como o *locus* da ação política orientados pela democracia participativa.

O ECA (Lei nº 8.069) encarna a noção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e tornou obrigatória a criação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos três níveis: Nacional, Estadual e Municipal. Estes são espaços nos quais o governo e a sociedade civil devem discutir, formular e deliberar, de forma compartilhada e responsável, as demandas para as políticas públicas de promoção e defesa dos direitos para essa população. Em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CNUDC), o ECA formaliza os direitos de proteção para todas as crianças, como também, ainda que de forma mais difusa no texto da lei, estabelece direitos de participação para tal população. Os direitos de participação remetem-se à garantia de que o país respeitará e ofertará as condições necessárias para que a criança e o adolescente exerçam a liberdade de pensamento, de opinião,

de expressão, de crença/religião, de cultura, e que tenham sua opinião ouvida, valorizada e respeitada, especialmente em assuntos relacionados diretamente à sua vida.

No entanto, no que tange aos direitos de participação, há uma dificuldade recorrente de crianças terem tais direitos garantidos (Freeman, 2011), pois pesam argumentos como: a tomada de decisões frequentemente vistas pelos adultos como equivocadas, e a falta de maturidade que lhes é atribuída, sendo esta um incapacitante para decidir e participar. Argumentos, estes que denotam uma perspectiva desenvolvimentista e a prevalência do critério etário na concepção da infância, ou melhor, expressam uma visão incapacitante sobre as crianças a partir de sua idade. A própria Convenção dos Direitos da Criança (Decreto nº 99710/1990) ao mesmo tempo em que promulga direitos, também coloca no seu Artigo 12 a maturidade e a idade como condições a serem observadas para haver de fato respeito à opinião da criança.

Enquanto instância de controle social, os Conselhos operam com base nas representações dos setores envolvidos, no caso, na política de atenção à infância e à adolescência. Ocupam em geral os cargos de conselheiros/as pessoas adultas engajadas em instituições, grupos e/ou movimentos sociais atuantes no campo da infância e adolescência, das políticas públicas voltadas a essa população, entre outros. No cotidiano destes Conselhos, conselheiros/as são supostos representantes dos interesses de crianças e adolescentes. Ocorre que as crianças e adolescentes não estão lá. Essa representação “nunca reflete totalmente os anseios dos representados, assim como ela nunca organiza tão eficazmente sua voz, ou nunca reivindica de modo adequado sua vontade. Ou seja, ... ela também qualifica indevidamente os representados” (Castro, 2007, p. 5).

Nossa atuação nos CMDCAs, enquanto adultos, está então inexoravelmente marcada por nosso olhar de mais velho sobre a realidade e a política pública, de modo que nossa posição geracional, adicionada de nossa atuação junto à população infanto-juvenil, produz facilmente para nós o lugar-comum de sujeitos esclarecidos quanto ao “melhor interesse da criança” (López-Contreras, 2015). Todavia, como alerta Lucia Rabello de Castro (2007), até nossa forma de fazer política e de conduzir a política pública diz de nós, adultos, e não dos mais jovens. Ao contrário, a hierarquia (geracional) marcante de nossa sociedade, perpassa tais espaços deliberativos de modo que o controle social das políticas é plenamente exercido (e dominado) por adultos, passando ao largo das ações e do olhar dos sujeitos aos quais ela se destina.

Por isso, Michael Freeman (2011) aponta que a dificuldade basal é, principalmente, compreender os direitos das crianças enquanto direitos humanos, que têm de ser respeitados para todos os casos e para todas as pessoas, deixando que a criança aprenda a ser autônoma desde pequena. Nesse sentido, os direitos das crianças, inclusive os direitos de participação, devem ser providos no presente e não serem postergados para usufruírem quando já forem adultas (Freeman, 2011). Os direitos à proteção e à participação estão intrinsecamente ligados e a relevância de associar a discussão de ambos é teórica e conceitual (Qvortrup, 2015), mas também prática, pois se sabe que nos contextos onde crianças têm seus direitos de participação reconhecidos, a proteção também é melhor garantida (Freeman, 2011) e vice-versa. Portanto, combater a invisibilidade da criança, promovendo e garantindo a participação, é uma forma de permitir que exerçam sua cidadania e se alcance maior proteção social.

A tensão entre o exercício dos direitos de participação e o gozo de direitos de proteção deriva do crescimento da retórica dos direitos da criança e do adolescente; estudos nacionais e internacionais (Aran-tes, 2009; Smith, 2011) no campo da infância têm ressaltado isso. Há o reconhecimento, por um lado, da condição de pessoa em desenvolvimento que evoca proteção; e por outro lado, há afirmação do sujeito de direitos que evoca autonomia. Embora os estudos defendam que essa tensão não é, necessariamente, contraditória, ela frequentemente concretiza-se como tal em nossa sociedade – adultocêntrica e tutelar – que demanda competências para conceder direitos. Essa tensão se expressa também em outros antagonismos envolvendo a infância e a adolescência como, por exemplo, o da minoridade *versus* capacidade, que ocupou o debate público em 2015 no país, por ocasião da retomada política de uma proposta de redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, pela Câmara dos Deputados. Esses paradoxos (proteção *versus* participação, e minoridade *versus* capacidade) estão presentes na forma como a infância e adolescência



são socialmente percebidas e refletem alguns dos “nós” que atravessam as relações intergeracionais entre adultos e crianças/adolescentes.

Buscando compreender como desatar esses “nós”, refletimos sobre a participação de crianças e adolescentes em um Conselho Municipal de Direitos, do interior do Estado do Rio de Janeiro. A seguir apresentamos a caracterização deste CMDCA e a metodologia utilizada.

## **PERCURSOS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

O CMDCA envolvido na pesquisa foi criado em dezembro de 1990 e caracteriza-se como um órgão municipal paritário de decisão autônoma, deliberativo e controlador das ações e das políticas sociais de defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Preferimos, neste artigo, não identificar especificamente o CMDCA e nem o município em questão, por nossa escolha ética de não expor conselheiros/as das gestões referidas neste trabalho, sendo o mesmo aplicado a crianças e adolescentes participantes. Além disso, os dados apresentados a seguir, apesar de emergirem de um contexto local específico, ocorrem também, frequentemente, em outros contextos e gestões de Conselhos.

De acordo com Lara Pazini Fonseca e Juliana Mendes (2016), os Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e dos Adolescentes devem cumprir o que determina o ECA, participando ativamente da construção de uma política municipal de proteção integral, promoção e defesa de direitos das crianças e adolescentes, com atenção prioritária para a criação e manutenção de um Sistema Municipal de Atendimento que articule e integre todos os recursos municipais. Para alcançar seus objetivos, é necessário que os CMDCA participem da Lei Orçamentária para zelar e fazer cumprir o percentual de dotação do orçamento municipal, para com ele construir uma Política de Proteção Integral compatível com as necessidades de atendimento apresentadas pela população infanto-juvenil. Como, também, sejam responsáveis pela gestão do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FMIA)<sup>1</sup>. As fontes de receita desse fundo devem estar especificadas na lei que o cria, podendo ser advindas de multas aplicadas pela justiça, doações de pessoas físicas e jurídicas e do próprio poder público e devem ser destinadas às ações voltadas para crianças e adolescentes.

Além disso, cabe ao CMDCA acompanhar a execução das políticas de proteção às crianças e adolescentes, tomando providências administrativas quando o município ou o estado não oferecerem os programas de atendimento necessários às demandas locais. Atuando por meio de uma gestão participativa, conselheiros/as precisam estar qualificados/as para buscarem a ampliação dos direitos de crianças e adolescentes. Os/as conselheiros/as devem atuar com igualdade de condições, de hierarquia e sem distinção de peso entre seus votos.

Para a realização de suas atribuições, o CMDCA em questão conta com 16 conselheiros/as titulares e seus suplentes, sendo oito representantes governamentais e oito representantes da sociedade civil. Os representantes governamentais são indicados pelo poder executivo e os não governamentais são eleitos no Fórum da Sociedade Civil de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. As decisões do Conselho são tomadas em reuniões-plenárias, que ocorrem mensalmente. Conta, ainda, com o apoio das equipes técnica e administrativa para a realização de suas atribuições.

Para auxiliar na tomada de decisões, o CMDCA tem as seguintes comissões regimentais: Finanças, Monitoramento e Avaliação de Projetos e Normas, formadas por conselheiros/as eleitos/as em plenária. Neste artigo, partimos da experiência como conselheiras entre os anos de 2012 e 2018, participando ativamente das plenárias e da comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos e como coordenadora

---

1 O Fundo Especial para a Infância e Adolescência é previsto pela Lei Federal nº 8.069/90 em que dispõe que sua criação deve ser uma das diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente, em todas as esferas. No âmbito municipal, ele é criado pela Lei que institui a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao adolescente.

de um projeto de extensão<sup>2</sup> junto ao CMDCA. Estas experiências foram devidamente registradas nos nossos cadernos de campo, para que pudessem se tornar objetos de análises, como ocorre neste trabalho.

O projeto de extensão mencionado foi desenvolvido nos anos de 2016 e 2017, com o objetivo de fomentar ações, produzir conhecimento e provocar reflexões com atores/atrizes do poder público e da sociedade civil sobre a importância da escuta e da participação de crianças e adolescentes nas diferentes instituições em que estão inseridos, na formulação e no monitoramento das políticas públicas. Foram realizadas oficinas com grupos de crianças, adolescentes e com cerca de 20 profissionais que atuavam na rede socioassistencial. Participaram 60 crianças, de 5 a 12 anos, e 25 adolescentes, de 12 a 18 anos, de seis diferentes instituições que desenvolviam projetos cofinanciados pelo FMIA. Esses projetos eram voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, e três tinham a especificidade de atenderem pessoas com deficiências, principalmente, auditiva, visual e intelectual.

Em relação aos métodos utilizados nos encontros, podemos citar: rodas de conversas, debates, jogos, dinâmicas, desenhos, brincadeiras e conversas informais que tinham por objetivo conhecer os/as integrantes dos grupos e suas realidades, entender de quais maneiras se davam a participação de crianças e adolescentes nas instituições que faziam parte (na família, na escola e nos projetos), e discutir coletivamente propostas para esses espaços e a comunidade onde vivem.

As crianças foram divididas em cinco grupos, que contaram em média com quatro encontros cada um. Neles, elas demonstraram capacidade de dialogar sobre as instituições que frequentavam, fazendo de suas realidades pautas para as discussões. Podemos destacar duas atividades propostas. Na primeira, foi pedido que desenhassem os trajetos e caminhos que percorriam pela cidade, os lugares que frequentavam, e falassem sobre seu cotidiano. Na segunda, pedimos para que as crianças construíssem a cidade, a escola e o projeto dos sonhos, pensassem em elementos a serem mudados diante do que já existe, de forma a construir lugares que atendessem mais suas demandas e necessidades.

Os encontros com as/os adolescentes foram elaborados a partir de temáticas levantadas por eles/elas como sendo importantes de serem debatidas conjuntamente. Foram realizadas sete oficinas que versaram sobre: o direito à participação de adolescentes; discriminação, preconceito e exclusão, considerando as questões étnico-raciais, de pessoas com deficiência e LGBTQI+; Consumo e discriminação das drogas; sexualidade e gênero, com ênfase na saúde da mulher; as eleições municipais e um encontro avaliativo do projeto de extensão. Simultaneamente as oficinas com adolescentes, os profissionais que atuavam com eles/elas se reuniam para refletir sobre as mesmas temáticas, trocando experiências sobre como as instituições onde trabalhavam lidavam com essas questões e o que poderiam fazer para ampliar a escuta e a participação de adolescentes.

Na próxima seção, apresentamos alguns elementos mais importantes, relativos à participação de crianças e adolescentes, os quais emergiram da nossa experiência como conselheiras e de informações derivadas do projeto de extensão já mencionado. Foram adotados dois eixos analíticos: CMDCA: a problemática da participação de crianças e adolescentes na formulação, monitoramento e avaliação da política; e Possibilidades e desafios da participação de crianças e adolescentes no CMDCA.

## **CMDCA: A PROBLEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA FORMULAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA**

As experiências adquiridas no Conselho nos levam a problematizar a ausência da participação de crianças e adolescentes no processo de formulação, monitoramento e avaliação da política de atendimento. As discussões das plenárias pouco abordavam questões mais estruturais da realidade local para se pensar

---

2 Projeto de extensão “Construção de espaços de escuta e participação de crianças e adolescentes: uma parceria com o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campos dos Goytacazes”, coordenado pela professora Beatriz Corsino Pérez, NIJUP/UFF, com apoio da PROAES-UFF.

a política de atendimento às crianças e adolescentes no município, pois tendiam a ter centralidade em temáticas que exigiam um posicionamento do órgão colegiado, como os planos municipais, eleições para conselheiros/as tutelares, realização das conferências municipais, editais para cofinanciamento do FMIA e o monitoramento e avaliação dos projetos contemplados nesses editais.

Cabe destacar que boa parte das discussões feitas pelo CMDCA acabava sendo em torno do cofinanciamento de projetos e programas voltados à garantia de direitos das crianças e adolescentes no município. Dessa forma, foram realizadas, no decorrer do ano, atividades como: elaboração do edital de inscrição de projetos/programas para financiamento, análise e votação dos projetos a serem cofinanciados, monitoramento e avaliação dos projetos que recebem os recursos.

Não se pode negar que o FMIA é um campo de disputa, portanto, é na elaboração do edital de Chamamento Público que se percebe o maior envolvimento da sociedade civil. A partir do ano de 2011, os recursos do Fundo passaram a sofrer uma redução em seus valores, impactando no número de projetos cofinanciados e no valor destinado a eles. Neste sentido, os debates para a elaboração do edital, muitas vezes, acabavam se limitando às áreas que tendiam a privilegiar as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que já recebiam cofinanciamento. Além do que, muitas delas, contavam com assento no CMDCA, como representantes da sociedade civil. Assim, os editais tinham pouca possibilidade de ampliação para áreas/temáticas carentes de incentivo e investimento como, por exemplo, ações socioeducativas de fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes residentes nas áreas periféricas, rurais e em comunidades tradicionais e ações para a primeira infância. Neste sentido, o CMDCA acabava priorizando mais a manutenção das atividades já desenvolvidas, do que as novas demandas impostas pela realidade vivida por crianças e adolescentes no município.

Nos projetos contemplados, foi possível perceber, pela sua construção teórico-metodológica, que tendiam a compreender crianças e adolescentes como sujeitos destinatários da ação, sem oportunidade de participação na proposição das atividades desenvolvidas. As ações denotavam uma dimensão socioeducativa que visava ocupar o tempo livre e/ou promover a qualificação para o mercado de trabalho em funções que exigem baixa escolaridade, o que acaba promovendo uma inserção precária no mercado de trabalho. Essas iniciativas muitas vezes reforçam a ideia de “crianças perigosas” (Prout, 2010) a si mesmas e a sociedade, tendo a educação como a origem dos problemas sociais e, por isso, precisam de projetos que seriam capazes de prevenir à violência. A representação social desse grupo geracional, como objeto de controle e disciplinamento social, parece estar presente nas ações desenvolvidas pela maior parte das OSCs.

Também percebemos que nos editais elaborados pelo CMDCA havia uma preocupação em garantir o trabalho com as famílias, mas não havia sinalização para ações que envolviam a participação dos/as próprios/as atendidos/as no processo de implantação e avaliação das ações. “As crianças ocupam a posição de “assistidas” pelos projetos. O próprio termo nos aponta para uma dimensão que engloba certa passividade, a quem algo se dirige, que se deseja atingir” (Pérez, Silva, & Coelho, 2019, p. 90). Portanto, os editais não contribuíam para que a participação de crianças e adolescentes fosse incorporada ao processo metodológico dos projetos.

No que se refere às Comissões Regimentais, a Comissão de Avaliação e Monitoramento de Projetos foi a mais atuante, em função do seu papel de acompanhar as atividades efetivadas pelas entidades contempladas no edital. Esta Comissão realiza visitas de monitoramento e avaliação, em que se conversa com os/as técnicos/as que atuam nos projetos, no entanto, não há uma prática de conversar com os/as atendidos/as. Percebemos uma preocupação da comissão em verificar se crianças e adolescentes estavam frequentando a instituição, se o projeto estava sendo implementado seguindo o cronograma proposto, as dificuldades enfrentadas, mas não em ouvi-los/as sobre as atividades realizadas. Assim, a comissão conhece apenas a perspectiva daqueles que oferecem o serviço, sem se preocupar em entender se as demandas e as necessidades de crianças e adolescentes também estão sendo atendidas. Esta é uma forma de silenciamento dos sujeitos, uma vez que pressupõe que os adultos sabem o que é melhor para eles, sem que haja uma problematização deste lugar de saber. A falta de escuta das opiniões de crianças

e adolescentes é preocupante, uma vez que o Conselho deveria ser exemplo de como os direitos desses grupos geracionais deveriam ser garantidos, entre eles, o de participação.

Também verificamos que no trabalho realizado pelo Conselho, de elaboração dos Planos Municipais de Ações Socioeducativas e de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos também não foi cogitada a participação de crianças e adolescentes na sua proposição, como também não consta, no texto aprovado, ações que pudessem ouvi-los/as a partir da sua inserção nos programas, projetos e atividades executados.

Com isso, percebemos que há uma dificuldade nesse contexto em incorporar crianças e adolescentes como sujeitos com os quais se deve dialogar ao se propor, monitorar e avaliar as políticas sociais destinadas a eles/elas, enquanto uma prática sistemática. O que pudemos perceber foram ações pontuais e fragmentadas, como será abordado a seguir.

## **POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CMDCA**

O Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) construiu o Plano Decenal de Direitos Humanos (2011) com um eixo específico para tratar do “protagonismo e participação de crianças e adolescentes” que apresenta o objetivo estratégico de: “promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas” (p. 4). Outro documento importante feito pelo CONANDA foi a Resolução 159, de 2013, que afirmou que caberá aos conselhos estaduais “articular, acompanhar e monitorar junto aos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente a realização de atividades de participação de crianças e adolescentes” (p. 2). Dessa forma, o CONANDA começou a exercer uma cobrança maior da presença infanto-juvenil nos Conselhos, em busca de garantir o direito à participação desse grupo social.

No CMDCA que analisamos nesta oportunidade, a participação de crianças e adolescentes no processo de proposição, planejamento e avaliação das políticas públicas ocorre pontualmente nas Conferências Municipais, realizadas a cada três anos. O Conselho promove pré-conferências com crianças e adolescentes que participam dos projetos que recebem cofinanciamento do FMIA e destas são eleitos/as representantes para a conferência municipal, que participam junto com outros atores/atrizes da sociedade civil e do governo. Entretanto, apesar dos esforços, percebemos que os materiais produzidos nos referidos eventos não foram em momento algum trazidos ao âmbito do CMDCA para fazer valer os interesses de crianças e adolescentes que conseguiram participar dos encontros. Assim, por um lado, o texto tem pouca efetividade como um plano de ação a ser seguido e monitorado. Por outro, a participação infanto-juvenil possui pouco impacto na dinâmica do Conselho. As suas percepções sobre o município, as dificuldades vividas e as possíveis mudanças assinaladas acabavam não alcançando um lugar prioritário.

No intuito de promover a aproximação do Conselho com crianças e adolescentes, foram realizados encontros anuais, pelo CMDCA, com os sujeitos desse grupo geracional que eram atendidos pelos projetos selecionados. No final de cada ano, crianças e adolescentes de diferentes lugares podiam se conhecer e exibir suas produções culturais, tais como: apresentações de dança, teatro, capoeira, música, entre outras. Aconteceram quatro encontros que tiveram um caráter de confraternização, voltados para promover a socialização e avaliação dos projetos. Dessa forma, não tinham como principal objetivo provocar a escuta sobre as vivências destes sujeitos nos projetos, por exemplo, para que pudessem interferir na avaliação dos mesmos e, conseqüentemente, na condução de políticas públicas.

Assim, notamos que havia a necessidade de construir um espaço de escuta de crianças e adolescentes, em que pudessemos conhecer melhor as dificuldades enfrentadas em seu cotidiano e as suas demandas para o município, de forma mais constante e não apenas pontual. Em parceria com o CMDCA, desenvolvemos ao longo de dois anos oficinas, dentro do projeto de extensão, onde eles/as puderam compartilhar questões que precisavam lidar na família, na escola, nos projetos de contraturno escolar e na comunidade.

Nas oficinas, crianças e adolescentes apontaram problemas como: a violência e o tráfico de drogas, vistos como algo sem chances de mudança; a falta de equipamentos públicos básicos na sua comunidade, como escolas, postos de saúde, creche, espaços de lazer; a inversão do papel da polícia, pois para eles/elas, os que deveriam assegurar a sua segurança eram os mesmos que temiam; o programa municipal de habitação, que retirou muitas famílias de seus locais de moradia para residirem em conjuntos habitacionais, gerando dificuldades de se adaptarem à nova realidade; questões ambientais, como a poluição do principal rio da cidade e da ausência de parques e áreas verdes; transporte, muitos se queixaram de não conhecerem o centro e das dificuldades de se deslocarem na cidade.

Além disso, relataram situações vividas na escola e nas ruas, em que sofreram racismo por serem negro/as, preconceito e discriminação por terem alguma deficiência física ou por sua orientação sexual. Em relação às escolas, reclamaram também da falta de espaço e tempo para brincadeiras, expressões culturais e de contato com a natureza. Essas contribuições fizeram com que compreendêssemos mais sobre as dificuldades vividas por crianças e adolescentes no município, revelando como a invisibilidade e a falta de participação deste grupo geracional nas políticas públicas é ainda agravada pelas questões de gênero, raça, desigualdade social e pelo território de moradia.

Uma das principais questões apresentadas por crianças e adolescentes foi a falta de espaço nas instituições para debater temas que consideravam importantes. De um modo geral, ressaltaram que apesar de se sentirem pertencentes à comunidade em que vivem, não possuem muitos espaços, formais e nem informais, para refletir e opinar sobre problemas que afetam seu dia-a-dia, e propor possibilidades de transformação. Os/as adolescentes reclamaram que muitos assuntos eram considerados “tabus” pelos adultos e, por isso, acabaram não sendo conversados na família e na escola, tais como: uso de drogas, sexualidade, aborto. Observamos isso nas falas de dois adolescentes que participaram do projeto: “na minha escola a diretora não gosta que falem sobre sexo, fala que eles têm boca suja e que quando a professora explicou isso em sala, ela não gostou” e “na minha casa minha mãe não gosta de falar sobre isso, disse que se um dia eu quiser arrumar um filho, é para eu arrumar um serviço primeiro”.

Não por acaso, essas foram temáticas escolhidas por eles/as para serem discutidas em algumas oficinas. Percebemos que em muitas atividades propostas os/as adolescentes ficaram calados/as ou tímido/as, com medo de expor suas opiniões e posicionamentos talvez por um possível julgamento dos outros e das equipes técnicas dos projetos que participavam e que se encontravam no mesmo espaço. Através de um trabalho de interação com dinâmicas de grupo foi construído um ambiente de maior confiança, onde eles/elas passaram a se sentir mais à vontade para se expressar.

Foram encontradas resistências no decorrer das atividades, principalmente, por parte das equipes técnicas dos projetos. Essas queriam que as atividades fossem previamente passadas a elas, no intuito de instruir a fala dos/as participantes e prepará-los/as para terem bom desempenho nas oficinas. Explicamos que não era necessário, pois gostaríamos que os encontros fossem um espaço de participação onde crianças e adolescentes pudessem juntos/as elaborar sentidos, a partir de suas vivências e reflexões; sem que fosse necessário se preocuparem se suas respostas estavam “certas” ou “erradas” (Pérez, Silva, & Coelho, 2019).

Além disso, notamos que os/as profissionais demonstraram dificuldade de lidar com temas, como sexualidade e gênero, justificando questões religiosas da própria instituição e uma cobrança moral das famílias. Esse posicionamento acabou por reforçar a fala da/os adolescentes da tentativa de silenciamento de “temas tabus”, não considerados apropriados pelos adultos para serem conversados com eles/as. Nesse caso, percebemos como a participação infanto-juvenil pode encontrar resistência nas entidades, principalmente, porque muitas possuem um caráter confessional e seguem com a perspectiva de proteção, controle e disciplinamento social das crianças pobres. A sexualidade permanece sendo compreendida como objeto de repressão, principalmente, aquelas consideradas desviantes.

Tendo em vista essa relutância inesperada, foi reconhecida a necessidade de trabalhar com integrantes da equipe técnica dos projetos que acompanhavam os/as adolescentes. Neste caso, foram feitas rodas de conversas com psicólogos/as, assistentes sociais e educadores/as, objetivando fazer um trabalho de sensibilização sobre o tema da participação infanto-juvenil e como vem sendo abordada nas

instituições onde trabalham. Embora muitos/as profissionais tenham falado que as instituições buscam promover debates, era difícil conseguirem se colocar numa posição de escuta dos sujeitos e, por meio disso, construir um espaço de troca de saberes. Nas oficinas, foi possível observar os adultos depositando seus conhecimentos, de forma a ensinar, aconselhar ou questionar os posicionamentos de crianças e adolescentes. Notamos como é difícil para os adultos, enquanto grupo geracional, se colocarem numa relação mais horizontalizada com crianças e adolescentes, buscando a construção de outras formas de relação para além da tutela ou do ensino.

Como uma forma de avaliar as oficinas, foram feitas enquetes do que crianças e adolescentes mais gostaram nos encontros e o que mudariam, buscando compreender se o projeto cumpriu seu objetivo de promover a participação. Ele/as ressaltaram ter gostado muito de visitar outros lugares, de debater temas que não tinham espaços para discutir e ter a oportunidade de se expressarem e serem ouvidos/as. A partir disso, pensamos como seria importante ter no CMDCA um fórum para que crianças e adolescentes pudessem participar de forma efetiva e frequente, e trabalharem junto com os/as conselheiros/as na defesa e promoção de seus direitos, colocando em debate pautas que são consideradas importantes para esse grupo geracional.

Foi feita uma devolutiva dos resultados do projeto de extensão em um evento na Universidade em que promovemos o diálogo com o CMDCA para pensarmos em futuros desdobramentos destas ações. No entanto, o Conselho teve dificuldade de dar continuidade a esta proposta, considerando a sobrecarga de trabalho dos/as conselheiros/as e dos/as técnicos/as, da falta de recursos financeiros disponíveis, e por não considerarem prioridade, dentro desse contexto, a criação de um espaço permanente de participação. É importante destacar também que, apesar das discussões realizadas, a temática da participação continuou ausente dos projetos submetidos aos editais do FMIA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cena descrita na abertura do presente artigo sobre a reunião com candidatos à prefeituras tem profunda relação com o lugar dado à fala das novas gerações no contexto de políticas públicas de proteção e promoção de direitos. A hierarquia geracional presente na cena também foi observada na condução feita pelo Conselho dos projetos que atendem crianças e adolescentes. Os/as adultos/as conselheiros/as e/ou técnicos/as não têm como prioridade a promoção da participação das gerações mais novas nos projetos onde elas mesmas são público-alvo. Essas situações são indicativas da enorme distância que separa a legislação da prática da participação. Assim, o Conselho que deveria garantir, monitorar e avaliar se os direitos das crianças estão sendo respeitados, inclusive os direitos de participação, não os coloca como uma prioridade, sendo sempre adiados para um momento mais oportuno, num futuro que parece inalcançável.

Com a experiência descrita, criamos uma abertura para ouvir o que crianças e adolescentes têm a nos dizer sobre suas realidades e vivências. Porém, não apenas como uma ação da Universidade, de quais formas podem fazer parte do Conselho, tendo suas opiniões levadas em conta nas tomadas de decisão? Incluir a participação de crianças e adolescentes em espaços democráticos já instituídos e voltados para os adultos é um grande desafio, uma vez que requer necessariamente repensar a sua organização, de forma a se tornarem espaços atraentes e respeitosos aos tempos e às demandas desse grupo social. A hierarquia geracional vem historicamente constituindo-se como uma barreira. Será que adultos, de modo geral, querem a participação de crianças e adolescentes nesses contextos de tomada de decisão? O que isso implica em mudanças na organização e nas negociações dos projetos pelas entidades?

A partir do trabalho desenvolvido, avaliamos que essas questões são centrais para enfrentar os obstáculos à participação, com vistas a aumentar a representatividade das gerações mais novas junto ao Conselho. Com base na legislação, desenhamos algumas sugestões possíveis: (a) formação e sensibilização sobre o tema da participação de crianças e adolescentes para conselheiros/as de direitos, tutelares e profissionais de instituições governamentais e não governamentais envolvidos/as no atendimento direto à criança e ao adolescente; (b) construção de editais de Chamamento Público com critérios de seleção

que considerem a participação de crianças e adolescentes nos projetos a serem cofinanciados pelo FMIA; (c) criação de instrumentos de monitoramento e avaliação dos projetos, que recebem recursos do FMIA, com a escuta de crianças e adolescentes; (d) construção de um fórum permanente de participação de crianças e adolescentes no CMDCA; e) Criação de ações que incentivem a participação de crianças e adolescentes nos programas, nas instituições e nos serviços públicos e privados voltados para esse público; (f) continuidade de debates com candidatos à prefeitura e à câmara de vereadores com a participação de crianças e adolescentes; (g) ampliação da participação infanto-juvenil nas Pré-conferências e Conferências municipais de direitos humanos, abarcando a diversidade de crianças e adolescentes existentes no município, considerando seus territórios, etnias, raças, gêneros, classes sociais, deficiências e grupos etários.

Essas sugestões não pretendem esgotar as possibilidades de atuação de crianças e adolescentes no CMDCA, uma vez que em cada município possui especificidades que deverão ser consideradas. No entanto, notamos que muitas vezes há uma dificuldade de pensar concretamente o direito à participação, e como pode ser promovido e garantido nos espaços de controle social. A partir das experiências narradas neste artigo, pudemos vislumbrar algumas ações que problematizam os lugares hierárquicos ocupados por crianças/adolescentes e adultos e que abrem caminhos para a participação infanto-juvenil.

## REFERÊNCIAS

- Arantes, E. M. M. (2009). Proteção integral à criança e ao adolescente: proteção versus autonomia? *Psicologia Clínica*, 21 (2), 431-450. <https://www.scielo.br/pdf/pc/v21n2/12.pdf>.
- Bastos, A. (2016). Blog do Bastos (2016, 09 setembro). *Folha 1*. [http://www.folha1.com.br/\\_conteudo/2016/09/blogs/blogdobastos/777287-primeiro-confronto-entre-os-candidatos.html](http://www.folha1.com.br/_conteudo/2016/09/blogs/blogdobastos/777287-primeiro-confronto-entre-os-candidatos.html)
- Decreto n. 99.710*, de 21 de novembro de 1990. (1990). Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Presidência da República.
- Castro, L. R. (2007). A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Psicologia Política* 14(7). [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2007000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200005&lng=pt&nrm=iso)
- CONANDA (2011). *Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*. <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/conteudos-estaticos/plano-decenal>
- CONANDA (2013). *Resolução n. 159*, de setembro de 2013. <https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/159-resolucao-159-de-04-de-setembro-de-2013/view>.
- Costa, J. F. (1989). *Ordem médica e norma familiar*. Graal.
- Fonseca, L. P. & Mendes, J. T. N. (2016). O Trabalho do Serviço Social no Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Campos dos Goytacazes/RJ. In *Anais do XV Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS*.
- Freeman, M. (2011). Children's Rights as Human Rights: Reading the UNCRC. In J. Qvortrup, W. Corsaro, & M. Honig (Orgs.), *The Palgrave Handbook of Childhood Studies* (pp. 377-393). Macmillan.
- Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República.
- López-Contreras, R. E. (2015). Interés superior de los niños y niñas: definición y contenido. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 13(1), 51-70. <http://www.scielo.org.co/pdf/rllcs/v13n1/v13n1a02.pdf>
- Oliveira, F. & Abramowicz, A. (2017). Políticas Públicas e Direitos das Crianças: uma reflexão a partir da perspectiva étnico-racial. *Revista Zero a Seis*, 19(36), 290-307. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/1980-4512.2017v19n36p290/35620>
- Pérez, B. C., Silva, B. L. S. R., & Coelho, C.A.V. (2019). Infância e Cidade: Desafios da participação e da representação. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, 21(49), 81-99. <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/26102/pdf>
- PINHEIRO, A. (2006). *Criança e adolescentes no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Universidade Federal do Ceará.



Prout, A. (2010). Participação, políticas e as condições da infância em mudança. In F. Müller (Org.), *Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições* (pp. 21-41). Cortez.

Qvortrup, J. (2015). A dialética entre a proteção e a participação. *Currículo sem Fronteiras*, 15(1), 11-30. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss1articles/qvortrup.pdf>

Rizzini, I. & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Ed. PUC-Rio; Loyola.

Sarmento, M. J. (2007). Visibilidade social e estudo da infância. In V. L. Vasconcellos & M. J. Sarmento (Orgs.), *Infância (In)visível* (pp 25-52). Junqueira & Martins.

Smith, K. (2011). Producing governable subjects: Images of childhood old and new. *Childhood*, 19(1), 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1177/0907568211401434>

<b>Histórico</b>	Recebido em: 13/07/2020 Aprovado em: 10/08/2021
<b>Contribuição dos Autores</b>	Concepção: BCP, JNTM, SSL Coleta de dados: BCP e JNTM Análise de dados: BCP e JNTM Elaboração do manuscrito: BCP, JNTM, SSL Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: BCP, JNTM, SSL Aprovação final do manuscrito: BCP, JNTM, SSL
<b>Financiamento</b>	O projeto de extensão “Construção de espaços de escuta e participação de crianças e adolescentes: uma parceria com o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campos dos Goytacazes”, coordenado pela professora Beatriz Corsino Pérez obteve Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Fluminense em 2016 (PROAES-UFF2157)
<b>Consentimento de uso de imagem</b>	Não se Aplica
<b>Aprovação, ética e consentimento</b>	<p>O projeto de extensão “Construção de espaços de escuta e participação de crianças e adolescentes: uma parceria com o Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campos dos Goytacazes”, coordenado pela professora Beatriz Corsino Pérez, foi cadastrado no SIGPROJ (Nº do Protocolo na Pró-Reitoria de Extensão Universitária 224237.1115.248120.05022016) e no SIS-BOL (PROAES-UFF2157), foi avaliado e aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal Fluminense e pela Plenária do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Campos dos Goytacazes/RJ.</p> <p>O projeto de extensão “Assessoria as instâncias públicas de controle social no âmbito das políticas de proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes: fortalecendo a participação e o controle social”, coordenado pela professora Juliana Thimóteo Nazareno Mendes foi cadastrado no SIGPROJ (Nº do Protocolo na Pró-Reitoria de Extensão Universitária: 240203.1113.124903.16062016), avaliado e aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão, e pela Plenária do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Campos dos Goytacazes/RJ.</p>

## Medidas socioeducativas em meio aberto: apontamentos oriundos de uma revisão narrativa

*Educational measures in an open environment:  
notes from a narrative review*

*Medidas socioeducativas en un ambiente abierto:  
notas de una revisión narrativa*

Giovanía Mitie Maesima  
Marcela de Andrade Gomes

Giovanía Mitie Maesima  
Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
<http://orcid.org/0000-0003-4347-3601>  
E-mail: [giovaniमितie@gmail.com](mailto:giovaniमितie@gmail.com)

### Resumo

*Esta revisão narrativa se propôs a descrever e integrar a produção científica brasileira sobre as medidas socioeducativas em meio aberto. Defendemos a importância deste tipo de medida como ferramenta de responsabilização do adolescente frente ao delito por possibilitar a preservação dos vínculos familiares e comunitários, sem institucionalizar e isolar o jovem de seu contexto. A busca realizada na base de dados Scielo resultou na seleção de 19 artigos, que geraram quatro eixos analíticos: a legislação; a execução das medidas; a perspectiva dos adolescentes frente à medida; e o âmbito educacional. Destacamos a complexidade do fenômeno do ato infracional que envolve dimensões políticas e psicológicas, singulares e coletivas, demandando estudos sobre o tema na psicologia política.*

**Palavras-chave:** Medidas socioeducativas; Adolescência; Liberdade assistida; Psicologia política; Revisão de literatura.

Marcela de Andrade Gomes  
Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGP/UFSC). Professora do PPGP/UFSC.  
<http://orcid.org/0000-0001-9804-4754>  
E-mail: [marcela.gomes@ufsc.br](mailto:marcela.gomes@ufsc.br)

### Resumen

*Esta revisión narrativa tuvo como objetivo describir y integrar la producción científica brasileña sobre medidas socioeducativas en un ambiente abierto. Sostenemos la importancia de este tipo de medidas como herramienta para responsabilizar a los adolescentes por el delito, al permitir la preservación de los vínculos familiares y comunitarios, sin institucionalizar y aislar al joven de su contexto. La búsqueda realizada en la base de datos Scielo resultó en la selección de 19 artículos, lo que generó cuatro ejes analíticos: legislación; ejecución de medidas socioeducativas; la perspectiva de los adolescentes sobre la medida; y el ámbito educativo. Destacamos complejidad del fenómeno de la infracción, que involucra*

*dimensiones políticas y psicológicas, individuales y colectivas, demandando estudios sobre el tema en psicología política.*

**Palabras-clave:** *Medidas socioeducativas; Adolescencia; Libertad condicional; Psicología política; Revisión de literatura.*

### **Abstract**

*This narrative review aimed to describe and integrate the Brazilian scientific production on socio-educational measures in an open environment. We support the importance of this type of measure as a tool to hold adolescents accountable for the crime by allowing the preservation of family and community ties, without institutionalizing and isolating the young person from their context. The search in the Scielo database resulted in the selection of 19 papers, which generated four analytic axes: legislation, the execution of socio-educational measures, the perspective of adolescents regarding the measure, and educational scope. We highlight the complexity of the phenomenon of infraction, which involves political and psychological dimensions, both individual and collective, demanding studies on the subject in political psychology.*

**Keywords:** *Socio-educational measures; Adolescence; Parole; Political psychology; Literature review.*

## INTRODUÇÃO

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco na garantia dos direitos e promoção de cuidado e assistência às crianças e adolescentes brasileiros. Em 2020, comemorou-se os 30 anos de existência deste importante estatuto. Sua formulação foi inspirada na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas e significou uma mudança paradigmática no que diz respeito ao direito infanto-juvenil brasileiro. O caráter punitivo, que até então vigorava com a doutrina do Código de Menores (Lei n. 6.697/1979), foi substituído por uma política orientada a partir da concepção da proteção integral. As crianças e adolescentes passaram a ser compreendidos como pessoas de direitos, sendo reconhecida a fase peculiar do desenvolvimento em que se encontram. Além disso, o tripé composto pela família, Estado e sociedade foi responsabilizado, devendo garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, bem como sua proteção absoluta (Art. 227 - Constituição da República Federativa do Brasil, 1988; Veronese & Lima, 2009).

Tais preceitos também fundamentam a execução das Medidas Socioeducativas (MSE), previstas no ECA e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. As MSE visam responsabilizar os adolescentes julgados por ato infracional e são orientadas a partir dos pilares da liberdade, do respeito e da dignidade; além de primarem pelo caráter pedagógico e não punitivo (Veronese & Lima, 2009). Os seis tipos de MSE são: (a) advertência, (b) obrigação de reparar o dano, (c) prestação de serviços à comunidade, (d) liberdade assistida, (e) inserção em regime de semiliberdade, e (f) internação em estabelecimento educacional (Lei n. 8.069/1990).

Desde a proposição do ECA, verificamos diversos avanços legais e de implementação dessas medidas, contudo, a concretização desse sistema de garantias ainda avista um longo percurso e apresenta inúmeros desafios (Silva, 2020). A psicologia se insere neste ambiente tendo um importante papel na luta pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes, por ofertar um lugar de singularidade a estes sujeitos e famílias que são homogeneizados pela legislação e pelas políticas públicas.

Diante da relevância desse tema, realizamos uma busca de revisões nacionais de literatura sobre MSE, publicadas nos últimos 10 anos. Encontramos variados artigos sobre as MSE, abordando-as de um modo mais genérico, sem especificar algum tipo de medida (Jimenez & Marques, 2018; Moreira, Guerra, & Drawin, 2017; Moreira, Guerra, Oliveira, Souza, & Soares, 2015; Silva, 2011). Também verificamos muitos trabalhos relativos a medidas restritivas de liberdade (Arêas, Constantino, & Assis, 2017; Asquidamini, Barbiani, & Sugizaki, 2015; Castro & Teodoro, 2014; Coscioni, Costa, Rosa, & Koller, 2017; Moreira, Romagnoli, Melgaço, Dias, & Bouzada, 2014). No entanto, de nosso conhecimento, não encontramos revisões de literatura específicas sobre as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA) - que se referem às medidas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade - com exceção do artigo de Aline Araujo e Pricila Daiuto (2017). Tendo em vista que a revisão de Araujo e Daiuto (2017) considerou artigos publicados até 2013, uma atualização da produção científica desta temática é pertinente.

Ante a esta escassez de produção científica, e a fim de sintetizar o que os artigos brasileiros relatam sobre as MSE-MA, propomos esta revisão narrativa. A opção por este recorte temático – das MSE-MA – se deu por defendermos a potencialidade de tais medidas como ferramenta de responsabilização do adolescente, possibilitando a manutenção e eventual fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, sem recorrer a institucionalização do jovem. Além disso, desenvolvemos um trabalho de estágio profissionalizante em psicologia - na condição de estagiária e supervisora acadêmica - em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de um município de Santa Catarina, responsável por executar as medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Portanto, objetivamos integrar e descrever a produção científica nacional sobre as MSE-MA, bem como contribuir com os debates acerca deste tema de extrema relevância política e social.

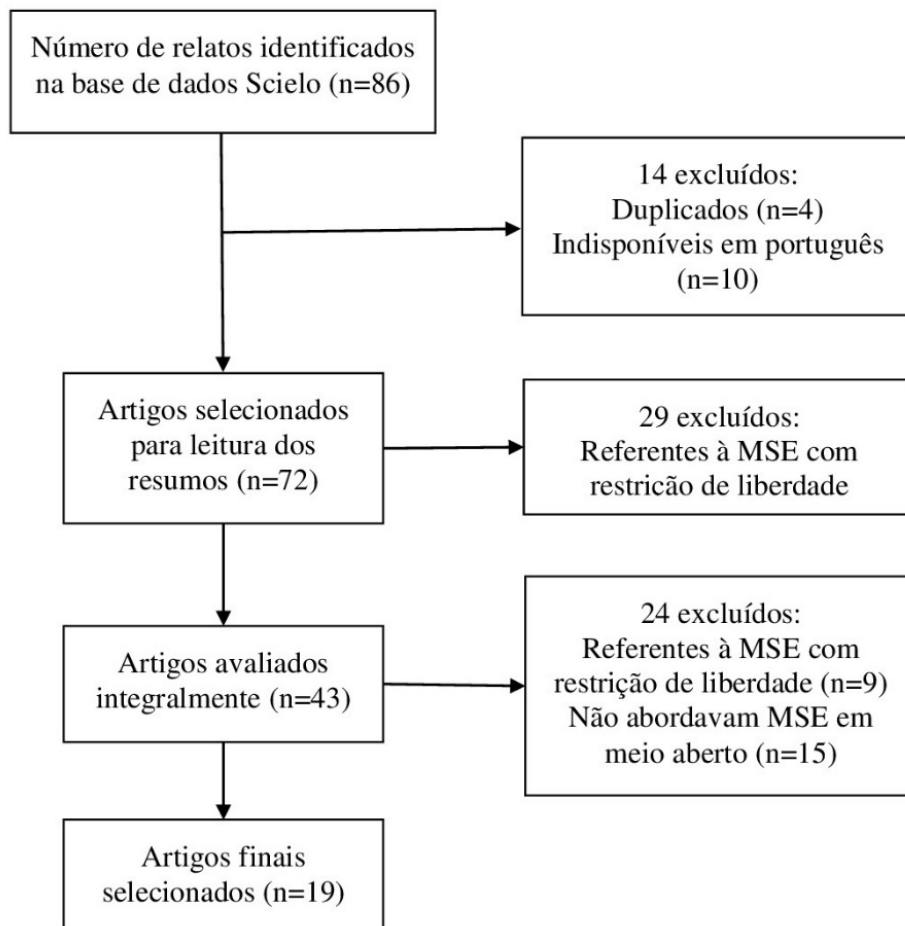
## MÉTODO

A busca desta revisão narrativa (Rother, 2007) foi realizada na base de dados *Scielo*, que se configura como uma biblioteca eletrônica de caráter multidisciplinar que agrega periódicos científicos do Brasil,

América Latina e Caribe (Zoltowski, Costa, Teixeira, & Koller, 2014). Optamos por utilizar esta base de dados por ser uma das principais indexadoras de artigos científicos no Brasil e, ainda, por apresentar os textos completos e de acesso gratuito.

Em agosto de 2017 executamos uma busca na referida base de dados, utilizando o termo “medidas socioeducativas”. Três anos depois, em agosto de 2020, realizamos uma atualização desta busca, a qual retornou em 86 artigos. Os critérios de seleção aplicados foram: (a) incluir trabalhos que abordavam exclusivamente as MSE-MA; (b) estar em idioma português. Após selecionar os artigos publicados em português e retirar as duplicações, avaliamos 72 trabalhos. Desses, 53 foram excluídos em razão de abordarem as medidas restritivas de liberdade (38) e não tratarem prioritariamente das MSE-MA (15). Desse modo, esta revisão é composta por 19 artigos. O processo de seleção dos artigos está detalhado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos artigos



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os 19 artigos finais foram lidos na íntegra, fichados e categorizados. Após a unificação dos estudos conforme a proximidade de núcleos temáticos (Minayo, Deslandes, & Gomes, 2009), delimitamos quatro eixos de análises que serão detalhados a seguir.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos artigos resultou na composição de quatro categorias que tiveram como foco os seguintes temas: MSE-MA e os dispositivos jurídicos (3); a execução das MSE-MA (6); narrativas, sentidos e significados dos adolescentes em cumprimento de MSE-MA (7); e o ato infracional e a educação (3). Cada tema gerou um eixo de análise. Buscamos apontar as principais contribuições dos estudos, destacando alguns elementos científicos, jurídicos e subjetivos que servem de subsídios para a problematização da execução das MSE-MA no Brasil. Além disso, discutimos esses resultados com outros estudos, de modo complementar.

### EIXO 1: MSE-MA E OS DISPOSITIVOS JURÍDICOS.

Esta categoria é formada por três estudos (Augusto, 2012; Carvalho & Weigert, 2012; Maior, 1999) que abordam os distintos dispositivos jurídicos historicamente atrelados às MSE. As pesquisas analisaram as questões ligadas à legislação e normatização das MSE, além de ponderarem sobre a execução dessas leis, apontando suas fragilidades, contradições, mecanismos e violações. Também destacaram e denunciaram o contexto de desigualdades e exclusões sociais a que estão submetidos os adolescentes, em sua maioria, pobres e negros.

O primeiro estudo (Maior, 1999) deste eixo, de forma reflexiva e problematizadora, anuncia os riscos e interesses ideológicos de a sociedade defender a redução da maioridade penal. Um importante aspecto jurídico a ser considerado é que a inimputabilidade penal de menores de 18 anos não pode ser modificada por meio de emenda constitucional, já que corresponde a uma cláusula pétrea (Maior, 1999). Tal alteração só poderia ser realizada mediante nova Assembleia Nacional Constituinte e, por isso, conforme destacado por Josiane Veronese e Fernanda Lima (2009), debater a redução da maioridade penal consiste em uma discussão vazia.

Para além da questão legal, a defesa da inimputabilidade penal a adolescentes se sustenta por outros argumentos. Primeiramente, o encarceramento de adolescentes não solucionaria um problema de conduta desviante ou auxiliaria a superar situações de ordem social, sendo necessário olhar para o contexto em que esses jovens estão inseridos. Contexto este que envolve desassistência estatal, em um país com uma imensa desigualdade social e com poucas oportunidades dignas de sustento, especialmente para a população que vive às margens da sociedade (Maior, 1999).

Por isso, entendemos que a redução de maioridade penal seria uma forma de individualizar no corpo do adolescente um fenômeno que é histórico, político e coletivo, configurando-se mais como um mecanismo de exclusão do que uma ferramenta socioeducativa. Assim, junto com o trabalho de Maior (1999), defendemos que a liberdade assistida é uma ferramenta muito potente para a realização de um trabalho de responsabilização e implicação do jovem no delito cometido, pois essa atua não apenas de forma punitiva, mas também educativa, envolvendo a família e comunidade no fortalecimento dos vínculos e das potencialidades do adolescente.

Com o objetivo de problematizar as formas de exercício punitivo na área da infância e adolescência, o trabalho de Salo Carvalho e Mariana Weigert (2012) analisa as formas penais substitutivas ao encarceramento. Embora apontem os inúmeros benefícios e potencialidades das penas alternativas ao encarceramento, os autores concluem que a lógica punitiva-carcerária ainda se mostra vigente nas penas alternativas, operando mais como um meio de punição adicional e não como uma forma substitutiva da internação. Esta prática se associa a altas taxas de reincidência e tem se configurado como um mecanismo segregacionista, revelado pelo aumento do percentual de pobres e negros nos sistemas punitivos e socioeducativos, evidenciando a

histórica exclusão de classe e raça a qual estão submetidos. Enfatizam, por fim, a necessidade de o Brasil travar uma luta não contra a criminalidade, mas sim contra as desigualdades sociais.

O terceiro artigo (Augusto, 2012) deste eixo traz reflexões acerca da incidência estatal sobre os corpos e da judicialização da vida. O estudo destaca que as MSE-MA são uma forma de manter os adolescentes nos mesmos ambientes marginalizados dos quais se originam e que favorecem sua absorção como mão de obra pela iniciativa público-privado (especialmente nos trabalhos temporários executados nas MSE-MA), apontando como solução o anarquismo, considerado uma alternativa de oposição frente ao controle excessivo do Estado e da judicialização da vida.

Tendo em vista este panorama que considera o contexto brasileiro, recorremos a um artigo com uma amostra transcultural que comparou os sistemas socioeducativos de quatro países: Colômbia, Argentina, Estados Unidos e Canadá. Os autores perceberam mais semelhanças entre os sistemas sul-americanos e o canadense que se pautam na justiça restaurativa. Nesses países, o ato infracional é percebido como uma questão de ordem social, em que tanto o Estado quanto as famílias falharam e contribuíram para o desenvolvimento do comportamento juvenil infrator. Assim, nesses três países entende-se que a reabilitação, restauração e prevenção da reincidência são estratégias mais apropriadas frente aos atos infracionais. Já nos Estados Unidos, predominam as medidas punitivas, centradas no indivíduo. Apesar de também adotarem estratégias de restauração, o principal objetivo do sistema é punir o adolescente e impedir ao máximo a reincidência do ato infracional (Congote, Bernal, Carreño, Congote, & Torres-Quintero, 2018).

A partir da descrição dos artigos deste eixo, defendemos que é fundamental pensarmos em alternativas ao encarceramento dos adolescentes, pois este se torna, na maioria das vezes, um mecanismo de perpetuação da segregação e violação de direitos de uma determinada parcela da população: adolescentes pretos e de periferias. Pensar em soluções para as práticas de infração juvenil requer, necessariamente, olhar para as profundas desigualdades sociais e raciais historicamente constituídas em nosso país, que se atualizam nas condições de pobreza e violação de direitos vivenciadas cotidianamente por estes adolescentes em cumprimento de MSE. Destacamos, ainda, que as legislações como o ECA, que possuem um caráter mais crítico e progressista, não são suficientes para sanar os problemas da violência urbana; para isso, é preciso fomentar políticas que atinjam as raízes das opressões estruturais de nossa sociedade - neste caso, especialmente as de raça, nível socioeconômico e território.

## **EIXO 2: A EXECUÇÃO DAS MSE-MA: DAS PRÁTICAS EXERCIDAS JUNTO AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE.**

Após versar sobre as questões legais que tangenciam as MSE-MA, construímos este eixo que aglutina trabalhos com foco nos serviços de execução e práticas profissionais realizadas junto aos adolescentes em cumprimento dessas medidas. Este eixo é composto por seis trabalhos (Antunes & Silva, 2018; Morais & Malfitano, 2014; Moreira, Guerra, Souza, Oliveira, & Canuto, 2019; Munhoz, 2017, 2019; Silva, Oliveira, Piccione, & Lemos, 2008) e se limitou a descrever algumas das práticas relatadas, explicitando os impasses e as possibilidades de atuação nesse contexto.

O primeiro artigo (Morais & Malfitano, 2014) do eixo mapeou os serviços responsáveis por executar as MSE-MA no estado de São Paulo. Para tanto, foi enviado aos coordenadores de 129 instituições um questionário para auxiliar na caracterização dos serviços. Desta amostra, 96% responderam e, a partir disso, verificou-se que a execução das medidas ocorria predominantemente (55%) por Organizações Não Governamentais (ONGs) e não pelos CREAS (41%). Isto era influenciado pelo alto número de ONGs atuantes na capital, devido à Portaria nº 46/2010<sup>1</sup>. Também foi observado que a formação da equipe técnica era composta majoritariamente por psicólogos e assistentes sociais, mostrando-se escassa

1 Portaria nº 46/2010/SMADS. Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do Município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios.



a presença de advogados, apesar de também integrarem a equipe mínima conforme disposto na lei. As autoras apontam para a necessidade de maior qualificação na formação das equipes multidisciplinares e problematizam o repasse da responsabilidade da gestão dos serviços sociais a organizações da sociedade civil. Pois, além de o serviço ficar submetido aos princípios das ONGs e não do Estado, este fica afastado de suas responsabilidades sociais.

O relato de experiência apresentado por Silva et al. (2008) descreve atividades realizadas com adolescentes em MSE-MA, em uma região marginalizada de São Paulo/SP. Neste projeto, o futebol é utilizado como metodologia alternativa, que visa produzir transformação social, bem como promover o protagonismo dos jovens como cidadãos e sujeitos ativos em relação ao ato infracional e à própria vida. O uso do futebol forneceu uma linguagem mais próxima do desejo desses adolescentes e contribuiu para a ressignificação da vivência da MSE.

Scheila Antunes e Otávio Silva (2018) também investigaram um projeto esportivo ligado à MSE, buscando compreender o entendimento de técnicos sobre a contribuição do esporte na ressocialização de adolescentes em cumprimento de medidas de prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida. Para tanto, entrevistaram um psicólogo, um assistente social e um pedagogo atuantes em um CREAS de Barbacena-MG. Neste serviço, os adolescentes encaminhados ao projeto esportivo têm em comum um desejo profissional relacionado ao esporte e isto, segundo os participantes, auxilia no sucesso da medida. Além dessa atratividade, o esporte é visto pelos entrevistados como um meio de contribuir para a formação ética e moral dos jovens, sendo que as lições aprendidas no esporte podem ser extrapoladas para outras esferas da vida.

A partir de uma perspectiva da equipe técnica, Sara Munhoz (2017) descreve o trabalho realizado com as famílias de adolescentes em cumprimento de MSE-MA. Dois momentos são detalhados: o incentivo às famílias a participarem com protagonismo das atividades propostas pelas técnicas e a redação sobre essa participação nos relatórios enviados ao Poder Judiciário. Para a autora, ocorre um deslocamento enunciativo, na medida em que as vozes das famílias ouvidas em primeira pessoa são redigidas em terceira pessoa nos relatórios enviados aos juízes. Esse processo de escrita exige uma postura cuidadosa, já que influencia no modo como os efeitos jurídicos repercutem nos adolescentes. Por fim, é ressaltada a importância de trabalhar adequadamente os atendimentos familiares, tendo em vista que influenciam diretamente nas chances de êxito da MSE.

O lugar de ponte dos técnicos, situados entre os adolescentes atendidos e os juízes, tratado no artigo de Munhoz (2017), é aprofundado em um trabalho posterior da mesma autora, no qual enfoca a produção dos relatórios técnicos. A autora acompanhou o serviço de execução das MSE-MA, realizado por uma ONG na periferia de São Paulo. Os registros das presenças dos adolescentes e os relatórios produzidos pelos técnicos visibilizam o jovem ao Poder Judiciário, ao mesmo tempo que subsidiam as decisões judiciais. Tendo em vista que esses documentos produzem enunciados que têm, muitas vezes, o peso de definir o adolescente, repercutindo nos seus direitos e obrigações, é importante avaliar com sensibilidade o que é relevante ou não constar em tais documentos (Munhoz, 2019).

Encerramos este eixo com um artigo (Moreira et al., 2019) que traz reflexões sobre o trabalho socioeducativo, a partir da perspectiva teórica da psicanálise, dando ênfase à escuta analítica. A associação livre, proposta pelos analistas no contexto das MSE-MA, se confronta com o direito de permanecer calado. Assim, o acompanhamento socioeducativo fica permeado por esse tensionamento, em que os técnicos que buscam realizar um atendimento dialogado e atento à subjetividade do adolescente são os mesmos que produzem os relatórios enviados aos juízes. Finalmente, as autoras apontam os riscos de a psicologia adotar uma posição universalista norteadas apenas pelo cumprimento de deveres e protocolos, uma vez que poderia anular o sujeito, sem auxiliá-lo a solucionar seu problema, nem se responsabilizar por seus atos. Deste modo, a posição do analista deve implicar uma escuta que convide o sujeito a falar sobre suas aflições, tendo a subjetividade como orientadora do atendimento socioeducativo.

Após descrevermos de forma sucinta os principais elementos do eixo, trazemos algumas reflexões também ancoradas em nossas práticas profissionais junto às MSE. Notamos que é recorrente a demanda

por qualificação profissional por parte das equipes multidisciplinares e o quanto isso é negligenciado pela gestão dos serviços, seja esta executada pelo Estado ou por organizações da sociedade civil - a ausência de capacitação profissional por parte das prefeituras ou organizações é recorrentemente relatada (Gomes, Lima, Guerra, Corrêa, Nascimento, & Favaretto, 2019). Além disso, o fato de haver ainda uma grande escassez de advogados nas equipes mínimas é outro aspecto preocupante, demonstrando que a implementação das políticas socioeducativas ainda não foi totalmente consolidada.

Outra problemática que tem se acirrado no Brasil é o avanço da parceria entre o Estado e organizações da sociedade civil. Isso tem se configurado como um processo de desimplicação do Estado e transferência de responsabilidade para um tema de extrema relevância social e política. Não entendemos que as organizações da sociedade civil não tenham competência para gestar estes serviços - ao contrário, algumas têm desenvolvido trabalhos de alta excelência - entretanto, os riscos de não seguirem os princípios estabelecidos pelo Estado e Conselho é alto e, também, a contratação das equipes não se dá por meio de concurso público - o que abre brechas para um sucateamento e precarização das condições de trabalho.

Por fim, ressaltamos que as práticas profissionais junto aos adolescentes em cumprimento de medidas devem estar focadas no protagonismo destes enquanto cidadãos e sujeitos: que o trabalho não se perca em processos burocratizados e que eles tenham um espaço de fala e escuta para poderem (res) significar, se responsabilizar e se implicar ante ao ato infracional cometido. Seja ofertando esportes ou apoio psicológico - como citado em alguns trabalhos - é importante dar um lugar ao adolescente e incluir sua família neste trabalho de ressignificação de sua vida. Neste processo, é fundamental o vínculo que a equipe irá estabelecer com o adolescente e sua família, bem como o cuidado ético e sensível na produção dos relatórios enviados ao judiciário.

### **EIXO 3: NARRATIVAS, SENTIDOS E SIGNIFICADOS DOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MSE-MA.**

Nesta categoria agregamos todos os trabalhos que abordavam as significações, sentidos e narrativas de adolescentes em cumprimento de MSE, totalizando sete estudos (Azevedo, Amorim, & Alberto, 2017; Coelho & Rosa, 2013; Gomes & Conceição, 2014; Jimenez & Frassetto, 2015; Malvasi, 2011; Malvasi & Adorno, 2014; Mourão & Silveira, 2014). Esses trabalhos apresentam a perspectiva dos adolescentes, enfocando seus contextos e suas vivências da MSE. A violência foi discutida em diversos artigos desta categoria, demonstrando que atravessa em grande medida a vida desses adolescentes.

Este eixo se inicia com um estudo que analisa a natureza do sofrimento social de um adolescente em cumprimento de MSE-MA. Paulo Malvasi (2011) aponta o paradoxo do Estado brasileiro que, em tese, garante uma democracia formal ao mesmo tempo em que viola direitos civis, especialmente nos casos de jovens em cumprimento de MSE. A complexidade da “vida loka” no interior do crime leva o adolescente a um dilema: “sair dele e procurar viver como um “Zé”, realizando trabalhos enfadonhos e mal remunerados, comuns aos moradores das periferias paulistas, sem acesso ao mundo de bens desejados, ou continuar vivendo como “Rei”, ainda que de maneira fugaz e perigosa. Finaliza destacando que compreende que os adolescentes que adentram na “vida loka” preferem viver pouco, mas como um rei, a viver muito, mas como um “Zé” (Malvasi, 2011, p. 165).

Conforme o trabalho de Azevedo et al. (2017), no regime meio aberto, a violência institucional é menos evidente, mais diluída e subjetiva do que no regime fechado e pouco documentada em pesquisas. Esses autores investigaram as implicações da violência institucional na subjetividade de adolescentes em MSE-MA, em João Pessoa-PB. Quatro adolescentes participaram do estudo, compondo dois grupos de discussão. As falas evidenciam diversos tipos de violência vivenciadas por esses jovens, sendo chocantes os relatos de ameaça e tortura policial sofridas por dois deles. A polícia foi percebida mais como violadora de direitos do que protetora de suas vidas. Todos os participantes relataram alguma experiência de violência institucional, que parece ocorrer com frequência em seus contextos comunitários.

Também se verificou que apesar de os participantes demonstrarem alguns conhecimentos sobre seus direitos, não os viam serem garantidos efetivamente. E, para alguns, os direitos à educação e capacitação profissional só foram acessados após iniciarem o acompanhamento no CREAS, o que reforça a importância do trabalho socioeducativo. Apesar das violações, surgiram falas de resistências verificadas a partir de novos projetos para o futuro, como uma espécie de recusa a permanecer no lugar “destinado” a eles. O fato de um dos grupos de discussão ter ocorrido em uma universidade, onde os adolescentes participavam de um curso preparatório para o programa de jovem aprendiz, também contribuiu para ampliar suas perspectivas e trazer mudanças com relação ao modo como se percebiam (Azevedo et al., 2017).

O artigo de Paulo Malvasi e Rubens Adorno (2014) analisa o uso do conceito de vulnerabilidade como um dos componentes das relações de poder que envolvem os adolescentes em cumprimento de MSE, oriundos, em sua maioria, de contextos marcados pelas vulnerabilidades sociais. A partir da análise etnográfica de um caso, observa-se como a noção de vulnerabilidade é usada para delinear perfis normativos que situam os adolescentes moradores de bairros pobres como potencialmente perigosos devido a aspectos socioeconômicos. Os autores salientam que a vulnerabilidade retratada nos laudos psicológicos não é apenas de ordem socioeconômica, porque esta vulnerabilidade possibilita a “passagem” da periculosidade do ambiente ao comportamento individual.

Em consonância a isso, Luciane Jimenez e Flávio Frassetto (2015) dissertam sobre essa dinâmica entre traçar perfis de “perigosos” e os riscos que isso acarreta a esses mesmos perfis. Os autores destacam os altos índices de homicídio de adolescentes que possuem o mesmo perfil daqueles que recebem MSE-MA: sexo masculino, pobres, pardos ou pretos, e com baixa escolaridade. Nota-se que essas características se sobrepõem às dos jovens que mais são assassinados, o que leva a problematizar se não seria a lei que estaria em conflito com os adolescentes, já que não lhes garante o direito à vida. Embora o estudo aponte o caráter revolucionário do ECA, ressalta que as MSE ainda permanecem atreladas à ideia de punição, correção, normatização e disciplinarização.

Assim, percebemos que as violências se evidenciam de modo muito intenso na vida de grande parte dos adolescentes em MSE. Para as meninas, acrescenta-se ainda as violências sexuais a que estão frequentemente submetidas (Braga & Dell’Aglío, 2012; Dell’Aglío, Benetti, Deretti, D’Incao, & Leon, 2005). Em um estudo realizado com 943 adolescentes que estavam em diferentes contextos - no seio familiar, em MSE ou em acolhimento institucional - observou-se que as meninas sofriam mais violência intrafamiliar e extrafamiliar do que os adolescentes (Braga & Dell’Aglío, 2012). O abuso sexual é considerado um acontecimento desorganizador e impactante negativamente, além de ser fator de risco para o desenvolvimento das adolescentes. Verifica-se, assim, que o ciclo da violência antecede o cumprimento da MSE. Diante disso, ressalta-se a importância de não naturalizar tais violências e intervir de modo a tentar romper este ciclo de repetição institucional e transgeracional da violência. As instituições que recebem as adolescentes podem contribuir para o fortalecimento de redes de apoio, operando de uma forma mais protetiva nas vidas destas jovens (Nardi & Dell’Aglío, 2010).

A violência também foi discutida em um estudo realizado sobre representações sociais de adolescentes que cumpriam medida de liberdade assistida no Espírito Santo. Entrevistaram-se 46 adolescentes do sexo masculino, entre 15 e 18 anos, com o uso da técnica das evocações livres frente aos termos “ato infracional” e “medida socioeducativa”. Os adolescentes foram caracterizados como tendo baixa renda familiar, baixo nível de escolaridade, residência precária, predominantemente pretos e com “distanciamento da religião” (Coelho & Rosa, 2013).

As evocações enunciadas pelos participantes do estudo advindas do termo “ato infracional” se relacionaram à prática do ato, mais próxima a seu aspecto violento. A palavra “violência” foi citada de forma significativa e com alta frequência, relacionando-se tanto a violência que cometeram, quanto a que estão sujeitos em seus contextos. O termo “homicídio” foi o mais importante para os adolescentes e considerado o pior ato infracional. Assim, os ganhos e riscos da prática infracional apareceram na pesquisa, revelando as ambivalências que envolvem o ato. Quanto às representações sociais relacionadas às

MSE, “educação” foi o termo mais evocado, além de outros que denotavam aspectos positivos sobre as MSE relacionados às mudanças e aprendizagens (Coelho & Rosa, 2013).

Visando atuar nos sentidos construídos pelos adolescentes em relação às suas histórias de vida e o cometimento de atos infracionais, Clara Gomes e Maria Conceição (2014) relatam uma intervenção pautada no sociodrama junto a adolescentes em cumprimento de liberdade assistida. Por meio da construção de um personagem, os adolescentes puderam falar sobre suas trajetórias de vida e perspectivas de futuro, durante sete encontros semanais. A partir disso, as autoras elencaram três núcleos de sentido: (a) “Parecia uma vida fácil”, no qual os aspectos positivos relacionados à vida no crime são apontados, como: o dinheiro, o *status*, as mulheres, a impunidade e o não funcionamento da polícia; (b) “Minhas tábuas de salvação”, o qual aponta que as pessoas de referência como a mãe, a namorada e os familiares contribuem para a saída da vida do crime, ao passo que a escola é vista como espaço de exclusão; (c) “O crime não compensa”, no qual se identificou a ressignificação dos adolescentes frente aos aspectos positivos da vida no crime, passando a valorizar mais os vínculos afetivos em detrimento do *status*. As autoras concluem que a atividade auxiliou na reconstrução de projetos de vida não associados aos atos infracionais e consideraram tais técnicas como potentes ferramentas de pesquisa-intervenção junto aos adolescentes (Gomes & Conceição, 2014).

Este eixo se encerra com um estudo amparado na teoria do controle social. Aline Mourão e Andréa Silveira (2014) referem que a não identificação com as normas sociais, o baixo senso de pertencimento ao grupo e a manutenção de vínculos frágeis contribuem para o comportamento infrator. Neste estudo compararam dois grupos de adolescentes mineiros a fim de averiguar se apresentavam “diferenças na intensidade em que estiveram submetidos a fatores que operam o controle social informal” (p. 393). Tais fatores dizem respeito à afeição, comprometimento, envolvimento e valores, sendo considerados possíveis preventores de cometimento de ato infracional. Apesar de todos os adolescentes da amostra estarem em MSE-MA, um dos grupos era composto por adolescentes que cumpriam a MSE pela primeira vez, enquanto no outro, os adolescentes estavam em progressão de medida (ou seja, receberam uma MSE mais gravosa anteriormente). Os dados foram coletados por meio de um *survey*, que foi respondido por 243 participantes. Os resultados indicaram que os adolescentes submetidos mais acentuadamente a fatores de controle social apresentaram reduzidas chances de estar em progressão de medida.

Diante dos achados deste eixo, cabe a problematização - conforme apontado por Jimenez e Frasseto (2015) - do termo “adolescente em conflito com a lei”: afinal, é o adolescente em conflito com a lei ou a lei em conflito com o adolescente? Pois se trata de adolescentes em situações de graves vulnerabilidades sociais e violação de direitos humanos, onde o Estado não cumpre seu papel de protetor da lei e de garantia de acesso aos direitos básicos do ser humano, como educação, saúde, moradia, transporte, saneamento, cultura, lazer. A inserção na “vida loka” é, em alguns casos, a alternativa encontrada para se sentirem reconhecidos, incluídos, legitimados e terem acesso aos direitos e bens culturais. Dessa forma, como já apontado anteriormente, a luta deve estar endereçada ao combate das desigualdades sociais e históricas, e não a saídas simplistas e segregadoras como a redução da maioria penal ou o encarceramento em massa.

Os próprios adolescentes apontam que, em muitos casos, o acesso à educação, profissionalização e inserção no mercado de trabalho só ocorreu por meio da MSE, isto é, por meio do ato infracional, o que revela uma contradição no sistema: a visibilidade e a oportunidade de receber o direito à educação e trabalho ocorre somente por meio da/após a infração. O Estado precisa estar presente na garantia dos direitos humanos operando como um aparelho preventivo à inserção na criminalidade e em suas consequências práticas de violência urbana.

#### **EIXO 4: O ATO INFRACIONAL E A EDUCAÇÃO: OS ESPAÇOS ESCOLARES COMO FATORES DE PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.**

A intersecção entre o ato infracional e a educação foi retratada em três artigos (Cunha & Dazzani, 2016; Gallo & Williams, 2008; Martins, Catozzi, Sayegh, & Bariani, 2005) desta revisão narrativa. Alex Gallo e Lúcia Williams (2008) analisaram o perfil de adolescentes em acompanhamento de MSE-MA, no interior de São Paulo, a partir da avaliação de 123 prontuários. Verificaram que os adolescentes que não frequentavam a escola tiveram mais reincidência nas medidas, faziam mais uso de armas e consumiam mais drogas. Assim, a inserção em um espaço educacional foi considerada fator protetivo, enquanto a evasão escolar, um fator de risco para a prática de atos infracionais.

Nessa amostra, mais da metade (60,2%) dos adolescentes evadiram da escola, sendo que 43,2% alegaram ter saído por desinteresse. No entanto, conforme previsto pelo ECA, é obrigatório ao adolescente em cumprimento de MSE frequentar a escola formal. Ocorre que muitas escolas justificam a recusa em matricular tais adolescentes, relatando problemas anteriores com o jovem ou em função de seu histórico de conflitos. Assim, o ciclo da exclusão vai se perpetuando. O maior desafio das escolas nesse contexto é sair da retroalimentação que leva a evasão: a escola tem dificuldades de lidar com os comportamentos disruptivos dos adolescentes e respondem de forma coercitiva, o que contribui para o abandono dos estudos. Soma-se a isso, a falta de incentivo e capacitação dos professores para lidar com tais desafios, associado também aos desestimulantes salários baixos (Gallo & Williams, 2008).

Outra pesquisa (Martins et al., 2005) investigou possíveis dificuldades enfrentadas por 12 professores que atuavam com alunos em cumprimento de liberdade assistida. A falta de capacitação dos professores também foi relatada neste estudo. Os docentes indicaram não terem aprendido sobre as MSE durante a graduação e revelaram se sentir despreparados e pouco orientados para atuar com esse público. Contudo, entendem que têm um papel significativo para a reintegração social dos adolescentes (Martins et al., 2005). Assim, evidencia-se a necessidade de investir na capacitação dos professores, desde a formação universitária até a atuação, bem como da promoção de melhores condições de trabalho e remuneração desses profissionais.

O terceiro artigo (Cunha & Dazzani, 2016) deste eixo problematiza as condições sociais e históricas que têm promovido tensão entre a escola e o adolescente em cumprimento de MSE. Este estudo remonta o período de emergência das escolas que, inicialmente eram destinadas às elites e, por isso, usavam seus símbolos no ambiente escolar. Após a Revolução Industrial, a escola passou a receber as classes mais empobrecidas da população para gerar força de trabalho. Porém, os símbolos e linguagens utilizados pelos pobres não foram incorporados pela escola. Desse modo, os símbolos usados nas escolas permanecem atrelados às elites, tornando este mais um lugar de reprodução das desigualdades sociais.

Dentre tantas importantes reflexões trazidas neste estudo, destacamos a denúncia ao fracasso “da escola” - as aspas servem para destacar que este não é um problema isolado da escola, mas sim das fragilidades das políticas públicas e sociais que deveriam garantir os direitos humanos a todo cidadão. Para entender tal denúncia, os autores delineiam quatro estágios típicos atravessados pelo adolescente julgado por ato infracional. Os dois primeiros estágios referem-se a um momento anterior ao ato infracional: (a) a criança/adolescente é obrigado a se matricular na escola, visando à preparação para o mercado de trabalho; (b) sente desconforto e não pertencente à escola, especialmente se provém de um nível socioeconômico mais baixo, assim não se sente atraído ou motivado a estudar, o que contribui para o abandono da escola; (c) após receber a MSE é obrigado a retornar à escola formal, enfrentando com mais intensidade o desprezo e discriminação já experienciados e que colaboraram para a sua evasão anterior; (d) depois de finalizar a MSE e, apesar de ter seu histórico judicial apagado, ainda é tratado com estigma e preconceito na escola (Cunha & Dazzani, 2016).

Assim, ao invés de integrar e acolher o adolescente, garantindo seu direito à educação, a escola reproduz mais uma vez opressão, discriminação e hostilização. Ocorre, então, “um fracasso por parte da escola, que age no avesso de sua função oficial, paradoxo não muito diferente da histórica e cotidiana tentativa de educar estudantes de classe popular descuidando das vivências sociais, culturais e comunitárias que lhes são características” (Cunha & Dazzani, 2016, p. 253). Diante disso, é necessária uma revisão das práticas escolares a fim de agregar e acolher adequadamente os adolescentes. Pois, conforme salientado

nesse artigo, oferecer boas oportunidades de trabalho e sustento promove uma importante resistência à vida criminosa, que pode se tornar atrativa frente à escassez de chances dignas de educação e trabalho.

Este último eixo pôde apontar a importância que o espaço escolar possui como um fator protetivo à entrada na criminalidade por parte de adolescentes de baixa renda, ressaltando a necessidade de investir na qualificação desses contextos. Entretanto, tristemente, o que se verifica por meio dos relatos descritos é a precarização do espaço educativo - baixos salários, ausência de capacitações, entre outros - obliterando este importante papel social e político que a escola poderia desenvolver. Ou seja, os espaços educativos que poderiam desempenhar um papel de inclusão social para estes jovens e de prevenção à criminalidade, acabam reproduzindo as desigualdades sociais e perpetuando os processos de exclusão junto a esses adolescentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão narrativa possibilitou construir um panorama geral sobre os principais recursos teóricos e metodológicos utilizados junto aos adolescentes em cumprimento de MSE-MA, além de refletir sobre as potencialidades, contradições e desafios desta medida. Nesta perspectiva, foi possível conhecer alguns dos aspectos jurídicos que envolvem as MSE, e refletir sobre importantes temas como, por exemplo, o clamor popular pela redução da maioria penal e a judicialização dos corpos. Também foram apresentadas algumas práticas junto aos adolescentes, que contam intervenções potentes; aspectos éticos que perpassam a atuação dos técnicos das MSE; e relatos que denunciam a necessidade de melhorias das condições de trabalho – seja de técnicos das MSE ou de professores. Pudemos, ainda, conhecer relatos sobre a perspectiva e o contexto dos adolescentes.

Em linhas gerais, destacamos que o “público” recebido pelas MSE são pobres, pretos, em sua grande maioria do sexo masculino, com baixa escolaridade e com um alto índice de evasão escolar. Além disso, são sujeitos que trazem as múltiplas formas de violência em suas histórias de vida – violência institucional, comunitária, de Estado e intrafamiliar – e, no caso das jovens, a violência sexual. Ou seja, trata-se de jovens que possuem um histórico de violências, violação de direitos e sofrimentos provocados por suas condições de raça, classe e gênero, nos instigando a questionar para quem e para que as MSE foram planejadas e têm sido aplicadas.

Esta constatação convoca, inevitavelmente, a pensar sobre a precariedade do Estado brasileiro que não garante os direitos fundamentais desses sujeitos que se revelam como uma das maiores vítimas das desigualdades sociais. Uma determinada ideologia vai escamoteando a gênese histórica da criminalidade - colonização, escravidão e avanços do capitalismo que produzem nos corpos pretos a pobreza e a inferiorização - aguçando uma determinada hegemonia que luta contra os “jovens criminosos” e não contra as desigualdades sociais e suas respectivas violações de direitos. Tem-se, assim, um Estado que não assume a sua função de proteger o bem-estar social, de garantir a democracia e cidadania, o qual vai operando menos como um estado democrático de direito e mais como um estado penal, matando, ou deixando morrer, determinadas vidas na sociedade contemporânea brasileira.

Adentramos, então, nos paradoxos das MSE: se, por um lado, são frutos de lutas de movimentos sociais e da sociedade civil na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, por outro, configuram-se também como um aparato jurídico-estatal composto por um arranjo de instituições e técnicas disciplinares que perpetuam as desigualdades sociais - materiais e simbólicas - desses adolescentes que são, cotidianamente, capturados pelos efeitos da governamentalidade e atravessados pelo discurso da periculosidade. Efeitos disso se materializam no discurso do extermínio na “guerra do tráfico” e pelo clamor “popular” pela redução da maioria penal, fornecendo uma resposta rápida, superficial e individualizante a uma questão forjada por complexas produções históricas e ideológicas que atendem a uma determinada lógica hegemônica de dominação e privilégios por parte de alguns em detrimento da vida de outros.

Por fim, verificamos que há muitas pesquisas voltadas aos adolescentes e às equipes técnicas, e uma escassez de estudos focados no olhar das famílias; que os laços afetivos (família, amigos e namorados) se

configuram, em geral, como um importante fator protetivo ao ingresso - ou contribuindo para a saída - da “vida loka”, enquanto a evasão escolar e períodos de institucionalização apresentam-se como fatores de riscos ao ingresso ou permanência no universo da criminalidade. Além disso, os estudos apontam que as MSE-MA tendem a ser mais exitosas, especialmente quando são aplicadas no sentido de provocar uma autorreflexão sobre os valores éticos necessários para a vida em sociedade. Espantosamente, ainda se nota vestígios da individualização e patologização do ato infracional em alguns estudos quando utilizam termos que reduzem a inserção na criminalidade a traços individuais e familiares. Estas noções colaboram com a entrada da psicologia na função de uma “justiça paralela”, fazendo-se presente apenas como um dispositivo de monitoramento e não como um trabalho psicossocial efetivo com o adolescente e seu contexto familiar e comunitário.

Reiteramos que a psicologia pode operar menos como um dispositivo de docilização dos corpos e mais como uma ferramenta que convoque os adolescentes a encontrar brechas no espectro entre a “vida loka” e ser “um Zé”. Por meio de deslocamentos subjetivos, acreditamos que a psicologia tem a potencialidade de servir como ferramenta política para que o adolescente produza outras possibilidades neste vasto hiato, fazendo-se lançar em movimentos de criações, resistências e reinvenções de si mesmo.

A produção deste artigo não se deu sem limitações: a consulta em apenas uma base de dados e a exclusão dos trabalhos em idiomas estrangeiros restringiram o escopo de análise do artigo. Além disso, por se tratar de uma revisão narrativa não há espaço para um debate aprofundado sobre os temas e resultados coletados nestes trabalhos. Sendo assim, apontamos algumas possibilidades de pesquisas futuras que poderiam contribuir de modo significativo para o debate e a prática junto aos adolescentes em cumprimento de MSE-MA, tais como: o ciclo de violências que perpassa o cotidiano destes jovens; os paradoxos da implementação da legislação de proteção à criança e adolescente; as potencialidades e desafios das práticas realizadas pelas equipes multidisciplinares; a relação da escola junto a estes adolescentes; a perspectiva da família e a vida do adolescente após o cumprimento da medida. Apostamos também em produções futuras que aprofundem as constatações evidenciadas nesta pesquisa, como, as redes de apoio social dos adolescentes em MSE, enfocando nas relações familiares, amorosas, de amizades e comunitárias, já que estas se revelaram como fatores protetivos (Nardi & Dell’Aglia, 2010).

Ainda, destacamos que, embora muitas vezes as MSE operem como mecanismos de controle e disciplina dos corpos pretos e empobrecidos, por outro lado, podem se tornar um espaço de escuta, acolhimento e testemunho do sofrimento gerado pelas desigualdades sociais e pela negligência estatal. Na medida em que visibiliza as histórias e violências silenciadas pela hegemonia, o trabalho da psicologia nesses espaços pode operar como uma prática de cuidado e de resistência, possibilitando a esses adolescentes reescrever suas histórias e ressignificar seu lugar na sociedade. Embora ainda haja muitas limitações e precariedades, a inserção da psicologia nestes espaços é um potente trabalho político voltado à promoção dos direitos humanos, aliando a psicologia, enquanto ciência e profissão, ao combate contra as injustiças sociais.

## REFERÊNCIAS

- Antunes, S. E. & Silva, O. G. T. (2018). Entendimentos e concepções dos profissionais do Creas sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 40(2), 170-176. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.10.002>
- Araujo, A. S. & Daiuto, P. R. (2017). A função pedagógica das medidas socioeducativas em meio aberto: LA e PSC. *Revista Uningá Review*, 32(1), 215-229. <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/93>
- Arêas, N. T., Constantino, P., & Assis, S. G. (2017). Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 511-540. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000300008>
- Asquidamini, F., Barbiani, R., & Sugizaki, E. (2015). Adolescentes em medida socioeducativa: violência ou violação de direitos? Revisão de literatura. *Revista Subjetividades*, 15(1), 113-123. <https://doi.org/10.5020/23590777.15.1.113-123>
- Augusto, A. (2012). Juridicalização da vida: democracia e participação. Anarquia e o que resta. *Psicologia & Sociedade*, 24(nspe.), 31-38. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000400006>
- Azevedo, C. R. S., Amorim, T. R. S., & Alberto, M. F. P. (2017). Adolescência e ato infracional: violência institucional e subjetividade em foco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 579-594. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003312016>
- Braga, L. L. & Dell'Aglio, D. D. (2012). Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 17(3), 413-420. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300009>
- Carvalho, S. & Weigert, M. A. B. (2012). As alternativas às penas e às medidas socioeducativas: estudo comparado entre distintos modelos de controle social punitivo. *Sequência (Florianópolis)*, 33(64), 227-258. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n64p227>
- Castro, A. M. F. M. & Teodoro, M. L. M. (2014). Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: uma revisão narrativa da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(1), 1-12. <https://doi.org/10.9788/TP2014.1-01>
- Coelho, B. I. & Rosa, E. M. (2013). Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 163-173. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100018>
- Congote, J. V., Bernal, M. C. J., Carreño, E. S., Congote, C. G., & Torres-Quintero, A. (2018). La salud mental en los modelos de atención de adolescentes infractores. Los casos de Colombia, Argentina, Estados Unidos y Canadá. *Universitas Medica*, 59(4), 17-33. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.umed59-4.infr>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)



- Coscioni, V., Costa, L. L. A., Rosa, E. M., & Koller, S. H. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psico*, 48(3), 231-242. <https://doi.org/10.15448//1980-8623.2017.3.24920>
- Cunha, E. O. & Dazzani, M. V. M. (2016). A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. *Educação em Revista*, 32(1), 235-259. <https://doi.org/10.1590/0102-4698144008>
- Dell’Aglío, D. D., Benetti, S. P. C., Deretti, L., D’Incao, D. B., & Leon, J. S. (2005). Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 15(30), 119-129. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2005000100013>
- Gallo, A. E. & Williams, L. C. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 41-59. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000100003>
- Gomes, C. C. & Conceição, M. I. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58. <https://doi.org/10.1590/1413-7372189590005>
- Gomes, M. A., Lima, A., Guerra, A. S., Corrêa, B., Nascimento, V. N., & Favaretto, V. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência? o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In M. L. Lopedote, D. S. Mayorca, D. Negreiros, M. A. Gomes, & T. Tancredi (Orgs.), *Corpos que sofrem - como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (pp. 54-68). Elefante.
- Jimenez, L. & Frasseto, F. A. (2015). Face da morte: a lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 404-414. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p404>
- Jimenez, L. & Marques, V. R. (2018). Revisão integrativa sobre a prática infracional na adolescência (2005/2014). *Estudos de Psicologia* (Natal), 23(2), 111-121. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20180012>
- Lei n. 6.697*, de 10 de outubro de 1979. (1979). Institui o Código de Menores. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm)
- Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- Maior, O. S. S. (1999). Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana. Não à diminuição da imputabilidade penal. *Educar em Revista*, 15(1), 1-6. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.197>
- Malvasi, P. A. (2011). Entre a frieza, o cálculo e a “vida loka”: violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, 20(1), 156-170. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100018>
- Malvasi, P. A. & Adorno, R. C. F. (2014). A vulnerabilidade e a mente: conflitos simbólicos entre o diagnóstico institucional e a perspectiva de jovens em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, 23(1), 30-41. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000100002>

- Martins, J., Catozzi, C., Sayegh, F., & Bariani, I. C. D. (2005). O professor e o aluno em liberdade assistida: um estudo exploratório. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 117-125. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000100011>
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F., & Gomes, R. (2009). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (28a ed.). Vozes.
- Morais, A. C. & Malfitano, A. P. S. (2014). Medidas socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 613-621. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000300010>
- Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., & Drawin, C. R. (2017). Violência juvenil e medidas socioeducativas: revisão de literatura. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-9. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3337>
- Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., Oliveira, N. A., Souza, J. M. P., Soares, C. A. N. (2015). Medidas socioeducativas com seus dispositivos disciplinares: o que, de fato, está em jogo nesse sistema? *Revista Psicologia Política*, 15(33), 285-302. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200004&lng=pt&tlng=pt)
- Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., Souza, J. M. P., Oliveira, N. A., & Canuto, L. G. G. (2019). Da associação livre ao direito ao silêncio: desafios da psicanálise na escuta de adolescentes nas medidas socioeducativas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 22(2), 237-245. <https://doi.org/10.1590/1809-44142019002011>
- Moreira, J. O., Romagnoli, R. C., Melgaço, P., Dias, A. F. G., & Bouzada, G. C. F. A. (2014). A medida socioeducativa de internação sob uma lente foucaultiana. *Polis e Psique*, 4(1), 73-89. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.46017>
- Mourão, A. N. M. & Silveira, A. M. (2014). Controle social informal e a responsabilização de jovens infratores. *Caderno CRH*, 27(71), 393-413. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200011>
- Munhoz, S. R. (2017). A voz das famílias e as vozes sobre as famílias em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto. *Mana*, 23(1), 109-135. <https://doi.org/10.1590/1678-49442017v23n1p109>
- Munhoz, S. R. (2019). Registros de uma liberdade vigiada. A construção documental da adolescência infratora nas medidas socioeducativas em meio aberto. *Runa*, 40(2), 257-272. <https://doi.org/10.34096/runa.v40i2.5824>
- Nardi, F. L. & Dell'Aglio, D. D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Acta Colombiana de Psicología*, 13(2), 69-77. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0123-91552010000200007&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552010000200007&lng=en&tlng=pt)
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Silva, F. S., Oliveira, F. H. S., Piccione, M. A., & Lemos, R. F. (2008). Futebol libertário: compromisso social na medida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(4), 832-845. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000400014>

Silva, G. M. (2011). Justiça juvenil no Brasil: breve revisão da literatura. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 5, 160-182. <https://seer.pgskroton.com/adolescencia/article/view/266>

Silva, R. (2020). Medidas socioeducativas no Brasil, um convite a empatia. In M. P. Poniwas, & I. R. Silva (Orgs.), *Cadernos de Artigos ECA: 30 anos* (Cap. 6, pp. 27-31). Conselho Federal de Psicologia. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Acesse-aqui.pdf>

Veronese, J. R. P. & Lima, F. S. (2009). O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 1(1), 29-46. <https://seer.pgskroton.com/adolescencia/article/view/185>

Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

**Histórico**

*Submissão: 28/10/2020*

*Revisão: 07/09/2021*

*Aceite: 05/10/2021*

**Contribuição dos Autores**

*Concepção: GMM; MAG*

*Coleta de dados: GMM*

*Análise de dados: GMM; MAG*

*Elaboração do manuscrito: GMM; MAG*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: GMM; MAG*

*Aprovação final do manuscrito: GMM; MAG*

**Financiamento**

*Não houve financiamento.*

**Consentimento de uso de imagem**

*Não se aplica*

**Aprovação, ética e consentimento**

*Não se aplica*

## A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social

*La comprensión de la discapacidad desde las teorías de los modelos médico y social*

*Understanding of disability from the theories of medical and social models*

Taimara Foresti  
Andréa Barbará da Silva Bousfield

Taimara Foresti  
Mestrado em Psicologia – Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade Meridional – IMED.  
<http://orcid.org/0000-0002-0569-5257>  
E-mail: [taiforesti@gmail.com](mailto:taiforesti@gmail.com)

### Resumo

*Ao longo da história da humanidade diversos paradigmas influenciaram o modo como a sociedade entendia a deficiência. O presente estudo buscou compreender o fenômeno da deficiência a partir da revisão teórica dos principais modelos de concepção do tema: o modelo médico e o modelo social. O primeiro, apresenta a deficiência como responsabilidade individual, através da ênfase do corpo com lesão ou seu “mau funcionamento”, seja ele físico ou intelectual. O segundo, designa que a maior intervenção a ser feita não é ao nível do indivíduo e suas lesões, mas na sociedade que tem dificuldade de abarcar a totalidade das diversidades. A compreensão desse fenômeno está em constante evolução, assim como as mudanças em relação as práticas relacionadas às pessoas com deficiência. Neste contexto, faz-se necessário debates sobre a deficiência como categoria de análise, tanto para a psicologia social quanto para subsidiar políticas públicas.*

**Palavras-chave:** *Capacitismo; Direitos humanos; Inclusão; Opressão; Pessoas com deficiência.*

### Resumen

*A lo largo de la historia de la humanidad, varios paradigmas han influido la forma en que la sociedad entiende la discapacidad. El presente estudio buscó comprender el fenómeno de la discapacidad a partir de la revisión teórica de los principales modelos de diseño del tema: el modelo médico y el modelo social. El primero presenta la discapacidad como una responsabilidad individual, al enfatizar el cuerpo lesionado o su “mal funcionamiento”, ya sea físico o inte-*

Andréa Barbará S Barbará Silva Bousfield  
Doutorado em Psicologia - Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.  
<http://orcid.org/0000-0002-4333-4719>  
Email: [andreabs@gmail.com](mailto:andreabs@gmail.com)

*lectual. El segundo, designa que la mayor intervención a realizar no es a nivel del individuo y sus heridas, sino en la sociedad, que tiene dificultad para abarcar la totalidad de las diversidades. La comprensión de este fenómeno está constante evolución, así como los cambios las prácticas relacionadas con las personas con discapacidad. En este contexto, es necesario discutir la discapacidad como categoría de análisis , tanto para la psicología social como para apoyar políticas públicas.*

**Palabras clave:** *Capacitismo; Derechos humanos; Inclusión; Opresión; Personas discapacitadas.*

### **Abstract**

*Throughout human history, several paradigms have influenced the way society understands disability. The present study sought to understand the phenomenon of disability based on a theoretical review of the main models for designing the theme: the medical model and the social model. The first presents disability as an individual responsibility, by emphasizing the injured body or its “malfunction”, whether physical or intellectual. The second designates that the greatest intervention to be carried out is not at the level of the individual and its injuries, but in society, which has difficulty embracing the totality of diversities. The understanding of this phenomenon is constantly evolving, as well as changes in practices related to people with disabilities. In this context, it is necessary to discuss disability as a category of analysis, both for social psychology and to support public policies.*

**Keywords:** *Ableism; Human rights; Inclusion; Oppression; Disabled people.*

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade diversos paradigmas influenciaram o modo como a sociedade compreendia a deficiência. Nas últimas décadas, esse entendimento que era mais atrelado a uma perceptiva de senso comum, vai assumindo uma compreensão científica e de maior comprometimento com esse público (Furtado & Pereira-Silva, 2014; Milian, Alves, Wechsler, & Nakano, 2013). No mundo, a deficiência é presente em mais de um bilhão de pessoas (Organização das Nações Unidas [OMS], 2012). No Brasil, segundo o levantamento realizado pelo censo de 2010, os dados apontam a existência de 45.6 milhões de pessoas com deficiência, esse número corresponde a 24,6% da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2012). Promover a reflexão sobre o percurso histórico e social vivenciado por esse grupo além de uma postura ética, garante a possibilidade de espaço, visibilidade e voz (Ribeiro, 2019).

A Lei Brasileira de Inclusão - LBI (2015), em seu Art. 2º considera pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Lei n. 13.146). Por ser inerente a vida humana, a deficiência pode ser compreendida também como um fenômeno face aos processos dos ciclos da vida do ser humano, como o envelhecimento e todas suas decorrências (Gesser, Nuernberg, Juracy, & Toneli, 2012). A lei supracitada, assim como o entendimento sobre deficiência, foram grandes conquistas nesse longo percurso de lutas pelos direitos. Todavia, nem sempre foi assim e/ou se fizeram presentes na história da sociedade, assim houveram diferentes maneiras de assimilação das pessoas com deficiência (PCD). Esse percurso histórico pode ser compreendido a partir de quatro fases, a saber: (a) fase de eliminação/exclusão; (b) fase de assistencialismo/segregação; (c) fase da integração; (d) fase da inclusão (Devulsky, Tisescu, & Santos, n.d.; Furtado & Pereira-Silva, 2014).

Na primeira fase intitulada de eliminação/exclusão se propagava uma política eugênica, ou seja, a pessoa com deficiência era totalmente excluída do contato social. Além disso, essas pessoas carregavam uma simbologia de impureza e castigo divino, sendo consideradas inúteis e incapazes perante a sociedade. A segunda fase foi de assistencialismo/segregação, pautada pela caridade, predominava o isolamento em instituições que ofereciam cuidados básicos às PCD. A fase seguinte foi denominada de integração, nesse momento as PCD passam a ser *toleradas* em sociedade, apesar de estarem garantidas por lei o direito ao aprendizado e ao convívio social. A exemplo disso, pode-se citar a inserção no ensino regular, na qual as PCD passam a ser integradas. Na quarta e última fase, a da inclusão, as PCD passam a ser indivíduos detentores de direitos (equitativos) e tem sido considerado um modelo de intervenção para esse público (Devulsky et al., n.d.; Furtado & Pereira-Silva, 2014).

Assim, diferentes foram as maneiras de compreensão sobre a deficiência e cada fase é ancorada em discursos e características próprias. Cada qual, capaz de produzir diferentes efeitos nas vidas das pessoas que experienciam condições de deficiência (Gesser, 2019). É possível identificar as práticas direcionadas a este público, que gradativamente foram evoluindo a partir da inclusão. Para tanto, essa revisão estará direcionada às ações advindas do modelo médico e posterior, do modelo social. Pois, ambos os modelos supracitados tiveram forte influência no entendimento desse fenômeno. Além disso, esse estudo justifica-se por entender que a deficiência está em toda parte na história quando se procura por ela, porém claramente ausente na história que se escreve (Taylor, 2011). Logo, é mais que necessário introduzir ao discurso científico reflexões a respeito das PCD.

Outro aspecto importante a ser mencionado nesse estudo é o que Djamila Ribeiro (2019) discorre a respeito do pertencimento a um lugar de fala. Segundo a autora, nesse lugar, o discurso não significa um amontoado de palavras ou frases que pretendem um significado em si, mas aponta para um sistema que estrutura determinado imaginário social, sobretudo no que diz respeito ao poder e ao controle. Ou seja, o estudo discorre sobre as diferentes condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural (Ribeiro, 2019). Tendo em

vista a importância de fortalecer o espaço de diálogo sobre a temática da deficiência, afim de auxiliar em práticas inclusivas do movimento social e aperfeiçoamento de políticas públicas, o discurso trabalhado ao longo do texto direciona sua análise crítica aos dois principais modelos de compreensão da área: o modelo médico e o modelo social.

Ademais, o presente estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, onde foram pesquisados referenciais que apresentassem os modelos supracitados. Foi realizada uma busca de alta sensibilidade para este tipo de revisão, utilizando as bases de dados *Scielo*, *Pepsic*, *BVS- Psi* e periódicos da Capes, utilizando os termos *deficiência/disability*, *deficiente*, *modelo social*, *modelo médico*, *capacitismo/ableims* e *pessoa com deficiência* em diferentes combinações. Ainda, utilizou-se de algumas das referências encontradas nos artigos selecionados, a fim de incluir obras clássicas e/ou outros artigos importantes que tratassem da temática central.

O estudo utilizou uma busca de alta sensibilidade para o tipo de revisão narrativa selecionando os textos

## MODELO MÉDICO PARA COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA

Internacionalmente os estudos sobre deficiência constituem um campo consolidado. No Brasil, os estudos sobre a área, em comparação aos estudos internacionais, ainda são incipientes, frágeis e pouco estudados (Santos, 2008; Silva Bampi, & Alves, 2010). Alguns modelos para compreensão dessa temática foram surgindo em períodos distintos. A partir desses modelos, muitas práticas atualmente assumidas como senso comum, são reflexos remanescentes de determinado modelo, como é o caso do modelo médico (Barnes, 2012; Oliver, 1999).

Pode-se compreender o surgimento desse modelo por meio do contexto no qual a medicina moderna se estabelecia no final do século XVIII e início do século XIX (Foucault (1977). Ancorado em princípios iluministas e positivistas que estruturavam um discurso científico sobre o indivíduo. Discurso esse, estruturado na racionalidade que compreende o sujeito como objeto de estudo concreto e objetivo, na qual a vida deixa de ser um mistério e passa a se tornar objeto da lógica e da razão (Bisol, Pegorini, & Valentini, 2017).

Com o avanço da medicina ao longo do século XX, houve maior atenção e associação entre deficiência e a área médica. Ao estudar sobre o fenômeno, os médicos tornavam-se os grandes especialistas sobre o assunto e passavam a influenciar nas práticas direcionadas a essa população em questão. A apropriação da medicina nos estudos sobre deficiência tornou-se um marco e permanece até os dias atuais, como é o caso dos atendimentos e serviços voltados às PCD, além da percepção de tratar a deficiência como uma doença na qual teria alguma espécie de cura e/ou tratamento (Berri, 2018; Gesser, et al., 2012; Maior, 2010).

O modelo médico compreende a deficiência a partir de um fenômeno biológico (França, 2013). Tem-se como exemplos, o documento complementar da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), denominado Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), com o propósito de classificar as condições crônicas de saúde decorrentes de doenças. Além do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), ambos cristalizam a conceituação médica e são ancorados na perspectiva organicista (França, 2013; Milian et al., 2013). Entender a deficiência na perspectiva do modelo médico é localizá-la como sinônimo de doença que necessita ser curada. Além disso, os critérios para se definir o que é considerado deficiência são estabelecidos por normas e nos desvios destas (Gesser, 2019).

A deficiência compreendida por esse viés é tida como algo pertencente ao domínio do corpo, ou seja, uma restrição corporal e individual (França, 2013; Santos, 2008). Ao colocar o corpo deficiente como uma doença, uma anormalidade e com funcionamento incorreto, o modelo médico sugere a existência de cura e a necessidade de avanços na área da medicina, da reabilitação e da genética, com o propósito de oferecer tratamento adequado para a melhoria do bem-estar dessas pessoas (Santos, 2008; Taylor 2017). Ainda, o modelo supracitado localiza as lutas das PCD unicamente em seu próprio corpo, do qual aponta que algo está errado com este, tornando-o incapaz de funcionar plenamente no mundo (Taylor; 2017). A

deficiência, quando percebida como uma desvantagem natural encontra na biomedicina a autoridade sobre o assunto, o que permite melhorias das condições de vida a partir da intervenção médica (Santos, 2008).

Para França (2013), a deficiência uma vez percebida como orgânica, para conseguir saná-la, haveria de ser realizadas uma ou mais intervenções sobre o corpo, afim de propiciar seu melhor funcionamento e reduziria as desvantagens sociais a serem vividas por essas pessoas. O referido autor, caracteriza a concepção de deficiência, como sendo pessoas incapazes ou estando em posição de desvantagem perante os corpos socialmente normativos, ou seja, sem deficiências. Sendo a deficiência, localizada no domínio do corpo e entendida como qualquer perda ou anormalidade temporária ou permanente da estrutura fisiológica, psicológica ou anatômica. Já, a incapacidade é considerada consequência de uma deficiência, diz respeito a restrição ou total inaptidão de realizar uma atividade de maneira considerada normal. E, por fim, a desvantagem é considerada uma limitação ou impedimento no desempenho dos papéis sociais referidos como normais ao indivíduo, está diretamente ligado a cultura e a sociedade (França, 2013).

Mediante o modelo médico, que ainda se apresenta como dominante nas práticas direcionadas às PCD, a deficiência é decretada como algo “anormal”, um corpo com “déficit” físico, sensorial ou cognitivo, sugerindo uma maneira/teoria negativa de olhar esse corpo denominado por Toboso Martín (2017), como “teoria de la tragedia personal”. Nessa perspectiva, as práticas de saúde voltas às PCD são centradas no diagnóstico dos supostos déficits e na reabilitação a qualquer custo, pois a normativa social de um corpo compreendido como *saudável* é um corpo sem deficiência. Há a construção de um sentimento de culpa por haver um corpo defeituoso, desagradável, inútil, carente de beleza e triste (Diniz, 2007; Toboso Martín, 2017).

Segundo Gesser (2019), esses enquadramentos são baseados em normas capacitistas, que tem como efeito: a) a PCD ser a única responsável pela sua condição; b) as estratégias são direcionadas principalmente à reabilitação do corpo para adequá-lo às normas e assim, ser reconhecido como humano; c) hierarquização das condições de deficiência, d) uma condição precária na medida em que o Estado – nação não garante a adequação dos espaços com base na diversidade corporal (Gesser, 2019); contribuindo assim, com opressões e preconceitos.

Outro aspecto relevante é que o modelo médico de compreensão da deficiência interfere no foco das políticas públicas para as mesmas. Constituindo-se, predominantemente centradas na reabilitação do corpo, para que este se adapte ao contexto social. Assim como, para manutenção de um modelo mecanicista, produtivista, capitalista que gera, entre outras repercussões, a medicalização dos corpos e, por consequência, a geração de renda para a indústria farmacêutica, reforçando assim o modelo econômico.

Essas práticas, vão de encontro com o favorecimento da acessibilidade para a participação social das PCD, uma vez que não contribuem com a modificação do contexto social (Gesser, 2012). Cabe ressaltar que, por vezes, as PCD podem necessitar de atendimento médico e/ou de contribuições da medicina. Porém, a medicina não é a única, nem a melhor estrutura para entender a complexidade da experiência da deficiência (Taylor, 2017).

Por fim, com o passar do tempo, o modelo médico começou a receber diversas críticas de estudiosos pela maneira restrita e capacitista de interpretar a deficiência como tragédia pessoal, um problema individual que causa dificuldades e desvantagens (Oliver, 1999). Esse modelo, apesar de já descartado por especialistas, não garante necessariamente uma mudança de concepção sobre o que é a deficiência numa dimensão social ampla (França, 2013). Dessa maneira, a normalidade passa a ser compreendida mais como ideológica do que biológica, pois permeia na formação da cultura, legitimando distribuições não equitativas de recursos, status e poder (Gomes & Lhullier, 2017) e criação de políticas públicas.

## **MODELO SOCIAL PARA COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA: PRIMEIRA GERAÇÃO**

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 houveram movimentos da contracultura, das minorias e a luta pela igualdade de direitos humanos. Foi nesse momento histórico que surgiu e se consolidou uma nova perspectiva política, social e teórica em relação à deficiência denominada modelo social (Bisol, Pegorini, & Valentini, 2017).



O modelo social da deficiência advém de 1966 com o sociólogo Paul Hunt (pessoa com deficiência física) e elaborado por demais pessoas com deficiências, com a finalidade de discutir as limitações sociais para além das questões médicas. Michael Oliver, também é considerado um dos pioneiros e principais idealizadores desse modelo, juntamente com Paul Abberley e Vic Finkelstein. Esses estudiosos, procuravam entender o fenômeno sociológico da deficiência a partir do estigma proposto por Erving Goffman. Este, criticava a abordagem individualista, que era restrita ao corpo, da qual rotulava os indivíduos como inaptos e ignorava as estruturas sociais e impediam as PCD da participação social. O modelo social se tornava um instrumento político para a interpretação da realidade, com finalidade de transformação social, pois algumas de suas premissas postulavam que: as PCD deveriam assumir o controle de suas próprias vidas; a deficiência é uma situação que acontece durante a interação social; profissionais e especialistas devem comprometer-se com o ideal de independência (França, 2013).

O modelo social da deficiência foi concretizado por várias organizações acadêmicas, institucionais e políticas, como a UPIAS (*Union of Physically Impaired Against Segregation*), e constituiu-se como oposição ao modelo médico (França, 2013). O modelo médico reconhecia no corpo deficiente a primeira causa da desigualdade experimentada pelas PCD, no qual ignorava o papel das estruturas sociais opressivas (Santos, 2008). Com o pioneirismo britânico da concepção da deficiência, o modelo social se consolida e torna-se um modelo teórico e político de crítica ao modelo e discurso biomédico (Diniz, 2007; Santos, 2008).

A UPIAS se estabelece na Inglaterra e foi responsável pela concepção da deficiência como um fenômeno de natureza social (França, 2013). Foi a primeira organização política que tratava da deficiência a ser constituída e gerenciada por pessoas com deficiência. Seus principais objetivos eram: questionar a concepção tradicional da deficiência, na qual era entendida como um problema individual; diferenciar natureza de sociedade através do argumento de que, a opressão não era resultado da lesão, mas consequência de uma sociedade excludente que direciona essa opressão ao corpo deficiente; desconstruir a ideia de que a deficiência era uma desvantagem natural; e, retirar a deficiência do controle discursivo dos saberes biomédicos, psicológicos e de reabilitação para tornar-se também um campo das humanidades (Diniz, 2007; Gesser, Nuernberg, & Toneli, 2012). Para isso, redefiniu-se o conceito de lesão e deficiência em termos sociológicos, e não mais restrito ao modelo médico (Diniz, 2007).

Para a UPIAS, o entendimento das deficiências passava a ser compreendido por duas esferas, uma física (lesão) e a outra pela deficiência. Liz Crow (1996) é propulsora do estudo do Modelo Social da Lesão (*Social Model of Impairment*), que parte do desenvolvimento teórico do Modelo Social da Deficiência, que irá postular como a lesão e a deficiência se relacionam (França, 2013). Sendo que a primeira, seria um dado corporal isento de valor, uma falta parcial ou completa de um membro ou ter um órgão, membro ou função do corpo com defeito. Já a deficiência, seria o resultado da interação desse corpo com lesão em uma sociedade discriminatória e excludente. E, que a partir dessa interação, a pessoa passa a ter uma desvantagem ou restrição na participação das atividades sociais, pelo fato da sociedade não saber incluir as pessoas que possuem lesões (Diniz, 2007; França, 2013).

O contexto social pouco sensível à diversidade corporal, transforma o corpo com lesão em um corpo que sofre opressão (Santos, 2008). Algumas restrições do corpo de fato desencadeiam diretamente restrições sociais, como por exemplo as pessoas cegas. No entanto, ainda nesses casos haveriam restrições provenientes das relações sociais. Por isso, diferenciar a deficiência da lesão como fatores independentes (causa e efeito) não anula o reconhecimento das implicações mútuas entre elas (França, 2013).

Dessa maneira, o modelo social da deficiência passa a compreender a deficiência a partir das condições sociais na qual a pessoa vive, ou seja, considerando a deficiência como algo estrutural e social, pelo fato da sociedade não conseguir abarcar a diversidade, estabelecendo assim, as mais variadas barreiras (Berri, 2018; Milian, 2013). O modelo social sugere o rompimento de concepções que reduzem o entendimento da deficiência às lesões e impedimentos do corpo, abrangendo aspectos sociais e políticos em sua análise (Gomes & Lhullier, 2017). A deficiência passa a ser uma *experiência* que é formada na interação da limitação física com o contexto social opressivo, não mais como uma enfermidade que necessita de tratamento medicalizante (Gesser et al., 2012, Gesser et al., 2013).

No modelo social da deficiência, a principal intervenção a ser feita deve ser na sociedade, para que seja garantida a participação das PCD (França, 2013). Para Oliver (1996), a ideologia por trás do modelo social da deficiência nega por completo a busca da normalidade padronizada, para favorecer e celebrar a diferença e as diversas experiências de vida. Nesse sentido, a deficiência é reconhecida como parte da diversidade humana e não como uma particularidade indesejada que necessita ser curada ou corrigida (French & Depoy, 2000). Segundo Débora Diniz (2007), a proposta do modelo social não era banalizar a lesão e a deficiência como a tese vulgar de que “todos somos deficientes”, mas sim, o objetivo era político, ou seja, de ampliar o grupo a ser representado reconhecendo as demandas das PCD como demandas de justiça social.

Esse modelo, também sofreu críticas de estudiosos que seguiam essa vertente. Um dos principais apontamentos foi a falta de menção aos estados de saúde, incluindo doenças e enfermidades, o que levaria a acreditar que a deficiência não estaria relacionada aos processos de adoecimento ou a falta de saúde, o que muitas vezes não é verdade (França, 2013). Outra crítica ao modelo social foi relacionada a opressão, na qual o modelo propicia que ela seja notada, mas não explica sua origem ou o que seria importante para combatê-la. Ainda, compreendeu-se que a deficiência impede a participação social das pessoas, porém o modelo não indica como estas se inserem na sociedade (França, 2013). A partir dessas críticas, duas linhas teóricas foram desenvolvidas, baseadas no modelo social da deficiência: a abordagem materialista e a abordagem culturalista.

Na abordagem materialista proposta por Paul Abberley, entende-se que a opressão sofrida pelas PCD é derivada das dinâmicas do sistema produtivo capitalista, ou seja, ainda que dependente das representações sociais acerca das PCD, os meios para a transformação da realidade dessas pessoas não seriam diferentes daqueles que regem as transformações sociais da sociedade moderna como um todo. O materialismo é central na compreensão da exclusão social das PCD e necessário para alterar a realidade que as desfavorece. Nessa perspectiva, existiria um beneficiário dessa dinâmica de opressão e este seria o sistema capitalista (França, 2013). Havia uma resistência ideológica em desnaturalizar a lesão, que foi a proposta de Abberley, no qual concluiu de forma intencional no grupo dos deficientes, que com o passar do tempo os idosos também experimentariam a deficiência. Esse pressuposto estratégico foi utilizado pelos primeiros teóricos do modelo social e aprofundado por gerações posteriores (Diniz, 2007).

Já a abordagem culturalista (1997), tem Tom Shakespeare como aquele que se dedicou a buscar a raiz do preconceito direcionado às PCD. Este autor, a partir da revisão dos estudos feministas (objetificação da mulher, opressão pelo corpo), percebeu semelhanças sobre a opressão vivenciada pelas PCD. Nessa perspectiva feminista, a lesão ou a limitação visível seria o meio pelo qual as PCD são objetificadas, sendo tratadas como bodes expiatórios, não somente por serem diferentes, inconvenientes ou estranhas, mas sim por representarem uma ameaça ao ideal imaginário do homem ocidental semelhante a Deus (homem, branco, cis, hétero). Essa abordagem irá se concentrar em ideias como identidade e estereótipos, linguagem e criação de sentido na origem do preconceito (França, 2013). Para o modelo médico, a deficiência estava centrada no indivíduo e sua lesão (seja física, sensorial, intelectual), já para o modelo social a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo (Diniz, 2007).

## **MODELO SOCIAL PARA COMPREENSÃO DA DEFICIÊNCIA: SEGUNDA GERAÇÃO**

Os estudos sobre deficiência, na segunda geração do Modelo Social surgiram a partir da inserção da perspectiva feminista e pós-moderna, em meados dos anos de 1990 e 2000 (Diniz, 2007; Gesser, et al., 2012; Gomes & Lhullier 2017). Com a geração de autoras feministas, houve a possibilidade de considerar a deficiência dentro das variadas categorias identitárias, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, velhice, ou seja, compreendê-la como parte constitutiva do sujeito que se interseccionam, potencializando processos de opressão (Gesser, et al., 2012; Gomes & Lhullier, 2017). Os resultados desses

encontros teóricos foi um longo debate a respeito da descrição da deficiência não mais restrita aos diagnósticos, mas sim em termos políticos (Diniz, 2007). As teóricas feministas, não se preocupavam apenas em entender a deficiência, mas o que significa viver em um corpo deficiente ou com lesão (elas também eram deficientes). Além do desafio em afirmar a deficiência como um estilo de vida, havia a necessidade de reparação da desigualdade e a necessidade de cuidados médicos (Diniz, 2007).

Para os pioneiros do modelo social, princípios como o cuidado ou benefícios compensatórios para a PCD não estavam na agenda de discussões, pois se considerava que a PCD seria uma pessoa tão potencialmente produtiva quanto o não-deficiente, sendo apenas necessária a retirada das barreiras para o desenvolvimento de suas capacidades. Logo, as teóricas feministas foram as primeiras a apontar o paradoxo que seguia as premissas do modelo social: ao mesmo tempo em que criticavam o capitalismo e a tipificação do sujeito produtivo como não deficiente, por outro, a luta política era justamente retirar as barreiras e permitir a participação dos deficientes no mercado de trabalho (Diniz, 2007).

Inicialmente, a crítica em relação a UPIAS era de que a organização era formada pela elite dos deficientes, ou seja, homens jovens saudáveis e com lesões físicas (medular). Logo, a proposta das teóricas feministas era em não mais fundamentar a deficiência em termos de lesões específicas, mas procurar termos políticos que abarcassem o maior número possível de PCD, a ideia era apresentar que apesar da variedade de lesões, havia um aspecto em comum que unia todos os deficientes: a experiência da opressão. A partir disso, a deficiência passou a ser compreendida como um conceito político, uma experiência de opressão que era compartilhada por PCD com diferentes tipos de lesões (Diniz, 2007).

Para a primeira geração de teóricos do modelo social, as desvantagens da deficiência resultavam mais das barreiras sociais do que das lesões e quando retiradas essas barreiras as PCD seriam independentes. Defendiam que, o grande agente responsável por impedir essa independência era a organização social capitalista. Além disso, ser independente nesse caso, era um valor ético para a vida. Já para as teóricas da segunda geração do modelo social, a compreensão da deficiência foi mais além e passou a considerar fortemente os papéis de gênero e a experiência do cuidado. Para elas, a supervalorização da independência se torna um ideal perverso para muitas PCD que são incapazes de vivê-la, pois não terão habilidades para serem independentes ou capacidades para o trabalho, não importando o quanto as barreiras fossem eliminadas. Isso fez com que algumas premissas do modelo social da primeira geração fossem desestabilizadas (Diniz, 2007).

Assim como as mulheres sofriam opressões por causa do sexo, as PCD eram oprimidas por causa do corpo com lesões. Logo, os princípios do modelo social da deficiência da segunda geração eram ancorados nos estudos de gênero e feminismo. As teóricas feministas pautaram temas centrais à vida das PCD e que foram esquecidos nas discussões do modelo social pioneiro como, o cuidado, a dor, a lesão, a dependência e interdependência. Foram elas que introduziram as discussões sobre as restrições intelectuais, sobre a identidade deficiente em lesões não aparentes, corpos temporariamente não-deficientes (envelhecimento e doenças crônicas) e, o mais revolucionário esquecido pelos teóricos iniciais, sobre o papel das cuidadoras das PCD. Houve um receio, por parte dos primeiros teóricos do modelo social, em reconhecer que o corpo lesado inculca dor ou sofrimento. Para a primeira geração, o deficiente produtivo controlaria seu próprio corpo (Diniz, 2007).

Os conceitos de interdependência assim como o de cuidado, ignorados pela primeira geração, passam a ser centrais e prioritários nos debates da segunda geração das teóricas feministas. Ancoradas no argumento de que todas as pessoas são dependentes de uma outra, ou seja, os vínculos de dependência estruturam as relações humanas em variados momentos da vida como, a infância, velhice ou na vivência de doenças, instituíram a ideia de igualdade pela interdependência como um princípio mais apropriado aos debates sobre justiça para a deficiência. Além das PCD, as crianças ou os idosos, a própria condição humana se expressa na interdependência. Dessa maneira, as relações de dependência são inevitáveis à vida social e fundamentam-se, segundo Kitay, Jennings e Wasunna (2005), como sendo o cuidado um princípio ético fundamental para as organizações sociais e a interdependência como condição humana de pessoas deficientes e não-deficientes (Diniz, 2007; Gesser, 2019).

As teóricas feministas do cuidado, consideram este, a principal demanda de justiça para aquelas pessoas que o necessitam como condição de sobrevivência. Houve então, um desafio em dobro para essas estudiosas: por um lado, era preciso superar a alegação de que a caridade seria afirmada a partir da emergência do cuidado como princípio de justiça; por outro era preciso desmentir que a tese do cuidado substituiria o projeto de independência. Equivocadamente, se acreditava que o vínculo pelo cuidado fosse algo sempre temporário, porém para algumas pessoas ele é vital. Além disso, as feministas do cuidado, colocaram a figura da cuidadora no centro das discussões sobre justiça e deficiência, expondo o viés de gênero, pois tanto o cuidado quanto a interdependência são até hoje, considerados valores femininos (Diniz, 2007).

Portanto, os maiores desafios das teóricas feministas e os principais aspectos a serem incorporados na revisão do modelo social da deficiência eram: (a) demonstrar a oportunidade de existir um projeto de justiça que leve em conta o cuidado em situações extremas de desigualdade; (b) a centralidade da dependência nas relações humanas; (c) o reconhecimento da vulnerabilidade das relações de dependência; e (d) o efeito da dependência nas obrigações morais (Diniz, 2007; Gesser, 2019). Além do fato importante de que, qualquer estratégia de intervenção, nos mais variados âmbitos da vida da PCD, seja tratada com elas, rompendo as práticas dedutivas do que o outro precisa e procurar conhecer as reais necessidades das PCD, evitando assim a deslegitimidade de suas vozes. Dessa maneira, é fundamental promover que a deficiência não seja mais caracterizada como um desvio e passe a ser legitimada como uma característica da pessoa, inerente a diversidade humana (Gesser, 2019).

Em relação a opressão e discriminação em relação a PCD tem-se como nomenclatura o capacitismo. Esse termo, em linhas gerais, diz respeito a um conjunto de pressupostos (conscientes ou inconscientes) e práticas que favorecem o tratamento desigual das pessoas por conta de deficiências existentes ou presumidas, nas quais as PCD são tratadas como “incapazes”. O capacitismo se aproxima de outras discriminações como o racismo, o sexismo e a homofobia, sendo inerentemente negativo e pressupondo que aquele corpo deveria ser melhorado, curado ou mesmo eliminado (Campbell, 2009; Mello, 2016). Até o momento não há uma categoria da língua portuguesa que seja capaz de expressar “a discriminação por motivo de deficiência”. Essa incapacidade discursiva é um indicador de invisibilidade social e política (Mello, 2016).

A autora Anahi Guedes de Mello (2016), sugere que se adote o termo capacitismo por duas razões: (a) para que seja possível a visibilidade de opressão que as PCD sofrem e a visibilidade social e política a este segmento; (b) é necessário explorar as nuances da corponormatividade que a estrutura social nomeia um tipo de discriminação, que se materializa em ações de interdição e controle biopolítico de corpos, com base na (in) capacidade, ou seja, no que as PCD conseguem ou não ser e fazer. A corponormatividade considera que determinados corpos são inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando postos em relação aos padrões da hegemonia corporal/funcional (Mello, 2016). Nesse sentido, o desafio é reverter, inverter a abordagem tradicional, redirecionar o olhar e focar no que os estudos sobre deficiência dizem a respeito da produção, operação e manutenção do capacitismo (Campbell, 2009).

Apesar de poucos, é importante ressaltar que houveram determinados consensos entre o modelo médico e o modelo social como, o abandono das velhas categorias para o surgimento das categorias “pessoa deficiente”, “pessoa com deficiência” e “deficiente”. Além disso, o modelo social não recusava os benefícios dos avanços biomédicos para o tratamento do corpo com lesões e ambos concordavam que a lesão era um tema da alçada dos cuidados médicos. A maior parte das feministas não discorda da tese de que as estruturas sociais oprimem a PCD, principalmente os mais vulneráveis. Por isso, é importante entender que a crítica feminista não se opõe e nem é externa ao modelo social, mas sim, que se consolida como parte fundamental de um processo de fortalecimento e expansão do modelo (Diniz, 2007).

Em relação ao campo dos estudos sobre deficiência no Brasil, existe uma lacuna teórica, pouco explorada, pois a temática da deficiência ainda não se desvinculou totalmente da autoridade biomédica e há poucos cientistas sociais que se dedicam a estudá-la (Diniz, 2007). No campo da psicologia, principalmente a social crítica, sugere-se a relevância de haver pesquisas que considerem a deficiência como uma categoria de análise na atuação do profissional psicólogo (Gesser, Nuernberg, & Toneli, 2013).

Além disso, essa dificuldade de existir um modelo de compreensão suficiente para abarcar a complexidade da experiência da deficiência pode repercutir negativamente na

compreensão da deficiência e com isso, no acesso à saúde integral, de forma a prevalecer a injustiça social às PCD. De acordo com a OMS (2012), a injustiça social se configura como uma das causas para as desigualdades que interferem direta e indiretamente nas condições de saúde e doença das populações em esfera global.

Logo, um desafio na formulação de políticas sociais para o enfrentamento das desigualdades encontra-se em abarcar as determinações sociais da saúde, principalmente quando se trata da territorialização e integralidade da atenção em saúde mental. Salienta-se que determinação social da saúde engloba indicadores de desigualdade social e pobreza, questões como presença, qualidade e acessibilidade dos/aos serviços e ações de saúde pública e a recursos comunitários, bem como compreendem como as vizinhanças se configuram, o grau de integração e suporte social. Nessa direção, os fatores que condicionam as iniquidades em saúde e as necessidades dos grupos afetados por alguma desvantagem social não podem ser desconsiderados (Dimenstein, Siqueira, Macedo, Leite, & Dantas, 2017). Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de desenvolver estudos consistentes sobre as PCD, utilizando de aporte teórico consolidado para a compreensão desse fenômeno social complexo.

Por fim, considerando o percurso sócio histórico e as legislações vigentes, surge o indicativo de que o foco das políticas públicas para as PCDs deva ser centrado na perspectiva da justiça social, na eliminação das barreiras produtoras de desigualdades. Ressalta-se que, a compreensão da deficiência foi aperfeiçoada com a segunda geração do Modelo Social que, além de considerar as experiências de opressão que a deficiência gera, expuseram a realidade de que muitas PCDs, ainda que todas as barreiras fossem removidas, não conseguiriam participar da sociedade em igualdade de condições por conta de seus impedimentos (Gesser, 2019). Assim, consideram a interdependência como constitutiva de todas as relações e o cuidado como uma questão de justiça social e de direitos humanos (Nussbaum, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender o fenômeno da deficiência a partir de um resgate teórico dos principais modelos de concepção do tema: o modelo médico e o modelo social, do qual este, se compreende em dois momentos: primeira e segunda geração de teóricos. O primeiro modelo médico ou biomédico descrito, apresenta a deficiência como algo na esfera individual e corpórea, ou seja, através da ênfase do corpo com lesões ou seu “mau funcionamento”, seja ele físico ou intelectual. Os resquícios desse modelo perduram até os dias atuais, quando há práticas capacitistas, ou seja, de discriminação da pessoa com deficiência pelas suas limitações. Ainda, esse modelo tornou-se limitado quando a deficiência passou a ser compreendida para além do indivíduo.

Nesse sentido, o modelo social de compreensão da deficiência vem dizendo que a maior intervenção a ser feita não é mais ao nível do indivíduo e suas lesões, mas sim na sociedade que é incapaz de abarcar a totalidade de diversidades, ou seja, passa a compreender a deficiência na esfera social, na qual o indivíduo não carrega a responsabilidade por sua condição. Ainda, esse modelo sustenta que na medida em que todas as barreiras sociais forem retiradas, as PCD passariam a exercer sua independência, pois todas seriam capazes. Porém, nem todas as PCD vão conseguir realizar algumas funções, independente de não haverem barreiras sociais.

Por isso, a partir dos anos 1990 e 2000 inicia-se a segunda geração de estudos do modelo social que carrega os estudos feministas sobre a deficiência. As teóricas feministas vão contribuir com demais estudos que tenham intersecções com a temática da deficiência, como é o caso dos estudos de gênero, raça, classe social, e outros. As teóricas da segunda geração, incorporaram aspectos centrais nas pautas sobre os estudos da deficiência, aspectos estes, não considerados pela primeira geração do modelo social. Alguns deles são, a inserção da relação de interdependência, da ética do cuidado, do corpo com dor, das cuidadoras das PCD, entre outros. Traçam um entendimento fundamental de que a deficiência

é parte da identidade da pessoa e não um defeito a ser reparado ou eliminado. Esses estudos, avançaram significativamente na temática da deficiência e na expansão do modelo social.

O presente estudo, buscou por fim trazer ao debate a deficiência como categoria de análise para a psicologia social, pois ainda no Brasil, são poucos os estudos que trazem essa temática com centralidade. Além disso, buscar entender a deficiência a partir da perspectiva das PCD é imprescindível, pois garante o espaço de fala, de seus direitos, de expressar-se e de garantir sua visibilidade. Além disso, mostrou-se relevante a realização de estudos com um aprofundamento teórico, do tipo revisão integrativa da literatura, que possam apresentar reflexões que o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas em relação a ética do cuidado.

## REFERÊNCIAS

- Barnes, C. (2012). The social model of disability: valuable or irrelevant? In N. Watson, Roulstone, & C. Thomas (Eds.), *The routledge handbook of disability studies* pp. 12-29. Routledge
- Berri, B. (2018). O corpo para pessoas com deficiência física: mídia e representações Sociais (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC).
- Bisol, C. A., Pegorini, N. N., & Valentini, C. B. (2017). Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. *Cadernos de Pesquisa*, 24(1), 87-100. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v24n1p87-100>
- Campbell, K. F. (2009). The project of ableism. In *Contours of Ableism: The production of disability and abledness* (pp. 3-15). Palgrave Macmillan.
- Devulsky, A., Tisescu, S., & Santos, J. P. (n.d.). *Apontamentos históricos sobre as fases de construção dos direitos humanos das pessoas com deficiência*. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902014000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000200011)
- Diniz, D. (2007). *O que é deficiência*. Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos)
- Dimenstein, M., Siqueira, K., Macedo, J. P., Leite, J., & Dantas, C. (2017). Determinação social da saúde mental: contribuições à psicologia no cuidado territorial. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(2), 72-87. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229053873006>
- Foucault, M. (1977). *O nascimento da clínica*. Forense Universitária.
- Furtado, A. V. & Pereira-Silva, N. L. (2014). Trabalho e pessoas com deficiência intelectual: análise da produção científica. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(2), 213-223. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902014000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902014000200011)
- França, T. H. (2013). Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, 17(31), 59-73. <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25723/18359>
- French, S. G. & Depoy, E. (2000) Multiculturalismo e deficiência: uma perspectiva crítica. *Disability & Society*, 15(2), 207-218, doi: 10.1080 / 09687590025630
- Gesser, M. (2019). Gênero, deficiência e a produção de vulnerabilidades. In A. Veiga, Nichnig, C. Wolff, & J. Zandoná (Orgs.), *Mundos de mulheres no Brasil* (pp. 353 -361). CRV.
- Gesser, M., Nuernberg, A. H., Juracy, M., & Toneli, F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557-566. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009>
- Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2013). Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 419-429. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722013000300004>

Gomes, R. B. & Lhullier, C. (2017). *Representação social da deficiência intelectual na relação entre psicologia e educação*. *Psicologia da Educação*, 44. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20170009>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2012). *Censo Demográfico 2010*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>

Kitay, E. F., Jennings, B., & Wasunna, A. A. (2005). Dependency, difference and the global ethic of longterm care. *The journal of political philosophy*, 13(4), 443-469. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2005.00232.x>

*Lei n. 13.146*, de 06 de julho de 2015. (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

Maior, I. (2010). Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência [internet]. <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>

Mello, A. G. D. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 3265-3276. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>

Milian, Q. G., Alves, R. J. R., Wechsler, S. M., & Nakano, T. C. (2013). Deficiência intelectual: doze anos de publicações na base SciELO. *Psicopedagogia*, 30(91), 64-73. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862013000100008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862013000100008)

Nussbaum, M. (2007). *Las fronteras de la justicia*. Paidós.

Oliver, M. J. (1999). Capitalism, disability and ideology: a materialist critique of the normalization principle. In R. Flynn & R. Lemay (Eds?), *A quarter-century of normalization and social role valorization: evolution and impact* (pp. 163-173). University of Ottawa Press. <https://www.independentliving.org/docs3/oliver99.pdf>

Organização Mundial de Saúde – OMS. (2012). *Relatório mundial sobre a deficiência*. SEDPCD. <https://nacoesunidas.org/primeiro-relatorio-da-onu-sobre-deficiencias-e-desenvolvimento-apontas-lacunas-na-inclusao/>

Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. Pólen. [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Iy-qsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=p+que+é+o+lugar+de+fala%3F&ots=I53p23Y4Gb&sig=7zJ-MOMfokvmExY\\_Ezhzsk\\_z1DDE#v=onepage&q=p+que+é+o+lugar+de+fala%3F&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=Iy-qsDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=p+que+é+o+lugar+de+fala%3F&ots=I53p23Y4Gb&sig=7zJ-MOMfokvmExY_Ezhzsk_z1DDE#v=onepage&q=p+que+é+o+lugar+de+fala%3F&f=false)

Santos, W. R. D. (2008). Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 18, 501-519. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312008000300008>

Silva Bampi, L. N., Guilhem, D., & Alves, E. D. (2010). Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18(4), Tela-1. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692010000400022>

Taylor, S. (2017). Animais de carga: estudos sobre deficiência e direitos dos animais. *Qui Parle: Humanidades críticas e ciências sociais*, 19(2), 191-222.



Toboso Martín, Mario (2017). “Capacitismo”. In R. Lucas Platero, María Rosón, & Esther Ortega (Eds.), *Barbarismos queer y otras esdrújulas* (pp. 73-81). Bellaterra. <https://digital.csic.es/handle/10261/153307>

Agradecimento à CAPES pelo financiamento desse estudo.

<b>Histórico</b>	<i>Submissão: 07/11/2020 Revisão: 22/02/2022 Aceite: 21/09/2021</i>
<b>Contribuição dos Autores</b>	<i>Concepção: TF Coleta de dados: TF Análise de dados: TF; ABSB Elaboração do manuscrito: TF; ABSB Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: TF; ABSB Aprovação final do manuscrito: ABSB</i>
<b>Financiamento</b>	<i>Bolsa de Doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.</i>
<b>Consentimento de uso de imagem</b>	<i>Não se aplica</i>
<b>Aprovação, ética e consentimento</b>	<i>Não se aplica</i>

## O conceito de “*lugar de fala*”: das possibilidades de delimitação aos riscos de esvaziamento conceitual

*El concepto de “lugar de fala”:  
de las posibilidades de delimitación a los riesgos de vaciamiento conceptual*

*The concept of “lugar de fala”:  
from the possibilities of delimitation to the risks of conceptual emptying*

**Denisse Brust López**  
**Carlos Eduardo Lopes**

**Denisse Brust López**  
Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
<http://orcid.org/0000-0002-2767-5409>  
E-mail: [debrulopez@gmail.com](mailto:debrulopez@gmail.com)

**Carlos Eduardo Lopes**  
Doutorado em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).  
<http://orcid.org/0000-0001-8311-297X>  
E-mail: [caedlopes@gmail.com](mailto:caedlopes@gmail.com)

### Resumo

*O objetivo deste estudo foi mapear os usos do conceito de lugar de fala em artigos acadêmicos, avaliando eventuais delimitações propostas nessa literatura. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa, na qual a palavra-chave “lugar de fala” foi buscada no Portal de Periódicos da Capes e na Scielo. Dos 142 artigos recuperados, 66% utilizou a expressão sem referências bibliográficas ou definições explícitas, mantendo, portanto, os riscos de esvaziamento conceitual. No demais dos artigos (34%), cinco apresentaram um uso negativo, com críticas mais ou menos explícitas ao conceito. Os artigos que fizeram um uso positivo do conceito de lugar de fala foram agrupados em campos de investigação mais ou menos específicos, com destaque para o feminismo negro, feminismo e estudos pós-coloniais. Nesses campos o conceito de lugar de fala tem um uso francamente político, abordando criticamente as relações de poder que permeiam as produções discursivas e silenciam grupos marginalizados.*

**Palavras-chave:** *Lugar de fala; Produção acadêmica; Discurso; Política; Esvaziamento conceitual.*

### Resumen

*El objetivo de este estudio fue mapear los usos del concepto de “lugar de fala” en artículos académicos, evaluando eventuales delimitaciones propuestas en esta literatura. Para eso, se realizó una revisión integradora, en la que se buscó la palabra clave “lugar de fala” en Portugués en el Portal de Periódicos de CAPES y en Scielo. De los 142 artículos recuperados, el 66% utilizó la expresión sin referencias bibliográficas ni definiciones explícitas, manteniendo*

*do así los riesgos de vaciamiento conceptual. En los demás artículos (34%), cinco presentaron un uso negativo, con críticas más o menos explícitas al concepto. Los artículos que hicieron un uso positivo del concepto de “lugar de fala” fueron agrupados en campos de investigación más o menos específicos, con énfasis en el feminismo negro, el feminismo y los estudios poscoloniales. En estos campos, el concepto tiene un uso francamente político, abordando críticamente las relaciones de poder que permean las producciones discursivas y silencian grupos marginados.*

**Palabras clave:** *Lugar de fala; Producción académica; Discurso; Política; Vaciamiento conceptual.*

### **Abstract**

*This study aimed to map the uses of the concept “lugar de fala” (place of speech) in academic articles, in order to evaluate eventual delimitations proposed in this literature. For that, an integrative review was carried out in Portal de Periódicos da CAPES and in Scielo databases, using the keyword “lugar de fala” in Portuguese. 66% of 142 recovered articles used the expression without bibliographical references or explicit definitions, thus maintaining the risks of conceptual emptying. Five of the remaining 34 % of the articles presented a negative use, showing more or less explicit criticism of the concept. Articles that made positive use of the concept were grouped into more or less specific fields of investigation, with emphasis on black feminism, feminism and postcolonial studies. In these fields, the concept of “local de fala” has a frankly political use, critically approaching the power relations that permeate discursive productions and that silence marginalized groups.*

**Keywords:** *Lugar de fala; Academic production; Discourse; Politics; Conceptual emptying.*

## INTRODUÇÃO

A expressão *lugar de fala* tem sido frequentemente empregada em discussões não-acadêmicas, aparecendo sobretudo em redes sociais *online*. Nesse contexto, o termo está, por vezes, vinculado a temáticas políticas como gênero, questões raciais e sexualidade, especificando quem poderia ou não falar a respeito desses assuntos (ou em nome de determinadas pessoas) (Carvalho, 2017). Reflexões sobre a participação de homens em discussões feministas, sobre a importância da presença de pessoas negras em debates sobre relações étnico-raciais, e sobre os problemas decorrentes de alguém da Europa decidir pautas em movimentos sociais latino-americanos, são alguns exemplos de discussões em que o lugar de fala é trazido à tona.

Justamente por se tratar de um âmbito não-acadêmico, a forma como o termo vem sendo empregado nesses debates políticos virtuais apresenta algumas características comuns. Por exemplo, raramente há uma preocupação em definir o conceito, em ser consistente com o seu uso, ou em referenciar as fontes que, eventualmente, o embasam. Consequentemente, o termo *lugar de fala* acaba sendo utilizado de maneiras diversas, difusas e até mesmo contraditórias, o que, em última instância, pode acarretar em uma espécie de “esvaziamento conceitual”. Como alerta Djamila Taís Ribeiro (2017):

Acredito que muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase “fique quieto, esse não é seu lugar de fala”, ou já deve ter lido textos criticando a teoria *sem base alguma* [grifo nosso] com o único intuito de criar polêmica vazia. Não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto muitas vezes há um *esvaziamento de conceitos importantes* [grifo nosso] por conta dessa urgência que as redes [sociais] geram. (p. 56)

Os riscos de um uso indiscriminado do conceito de lugar de fala, sobretudo no âmbito de debates em redes sociais *online*, também foi indicado por Mario Felipe de Lima Carvalho (2017). Nas palavras do autor:

O que me parece mais interessante, e preocupante ao mesmo tempo, é o uso de noções de “lugar de fala” como forma de garantir ou retirar legitimidade política de quem fala, ou escreve. Essa noção . . . aparece constantemente em postagens que enunciam uma série de marcadores sociais dos sujeitos envolvidos em determinado conflito político. (pp. 355-356)

A preocupação mencionada pelo autor seria a de que discussões políticas complexas e importantes estariam sendo ignoradas nesses debates virtuais, como se a mera menção de marcadores sociais, sob a rubrica de “lugar de fala”, fosse capaz de substituir essas discussões: “O problema é a pressuposição de que tais marcadores sejam produtores automáticos e inquestionáveis de um projeto político determinado” (Carvalho, 2017, p. 356). Assim, o esvaziamento conceitual poderia acabar convertendo-se em um esvaziamento político, no qual o conceito perde de vista a fundamentação teórica que sustenta um projeto político específico, do qual participa a explicitação de certos marcadores sociais.

O esvaziamento conceitual também cria dificuldades para um debate político crítico. O uso indiscriminado de um termo, sem a devida definição ou menção de fontes que permitam delimitar os seus diferentes usos, pode torná-lo excessivamente amplo e, no limite, inútil. Nesse caso, a expressão *lugar de fala* não apenas passa a admitir múltiplos significados, o que em princípio não é um problema, mas essa diversidade semântica torna-se inclassificável, uma vez que seria impossível distinguir seus dife-

rentes sentidos. Isso acaba inviabilizando uma avaliação da pertinência de eventuais críticas dirigidas ao conceito. Um exemplo emblemático é a crítica de que o conceito de lugar de fala é empregado apenas “para desqualificar os sujeitos ‘de fora’, a fim de desencorajá-los a entrar no debate” (Bosco, 2017, pp. 28-29). Será que essa crítica aplica-se a qualquer uso do conceito? Não seria possível empregar a noção de lugar de fala para ampliar o debate ao invés de restringi-lo?

Outra faceta desse ponto, diz respeito ao questionamento formulado por Gayatri Chakravorty Spivak no final dos anos 1980, sobre a possibilidade dos subalternos falarem por si mesmos. A discussão de Spivak (1988) denuncia o silenciamento de classes marginalizadas, ao mesmo tempo em que lança o desafio de como dar voz a esses subalternizados, de modo que eles possam construir uma narrativa que sirva de contraponto à narrativa oficial colonizadora. De acordo com Carvalho (2017), o uso indiscriminado da expressão *lugar de fala* opera, por vezes, uma mudança aparentemente sutil, mas com efeitos significativos na pergunta colocada por Spivak. Nas palavras do autor: “não se tratando mais de ‘se pode o subalterno falar’, mas se atualmente ‘só poderia o subalterno falar’, e quanto mais marcadores de subalternidade, maior seria a legitimação política” (Carvalho, 2017, p. 356). Usado dessa maneira, o conceito de lugar de fala converte-se em uma estratégia de silenciamento e “monólogos”, ao invés da construção das bases para um diálogo mais justo e amplo que reconheça o peso de diferentes relações de poder. Novamente, a ausência de uma delimitação conceitual dificulta a avaliação da pertinência da crítica.

Em tese, os riscos de eventual esvaziamento conceitual seriam menores em discussões acadêmicas que empregam a noção de lugar de fala. Isso porque o “jogo de linguagem” acadêmico segue regras que tentam garantir uma maior coerência textual e argumentativa, além de demandar a explicitação de fontes que embasam a trama conceitual dos trabalhos. Dessa forma, o que se espera é que na literatura acadêmica um conceito seja delimitado por definições explícitas e pela possibilidade de mapear a bibliografia relacionada a ele.

A questão que permanece é se a inserção da expressão *lugar de fala* em trabalhos acadêmicos seria uma condição suficiente para a delimitação desse conceito, evitando assim os riscos de esvaziamento conceitual. Partindo dessa questão, este estudo teve o objetivo de mapear os usos da expressão *lugar de fala* na literatura acadêmica. Com isso, pretendeu-se responder a duas questões complementares: (a) a literatura acadêmica tem afastado os riscos de esvaziamento conceitual da noção de lugar de fala, apresentando definições ou referências explícitas ao empregar essa questão? (b) quais as convergências e divergências entre os usos do conceito de lugar de fala delimitados por definições ou referência nessa literatura?

## MÉTODO

De modo a responder essas questões, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, apoiando-se na proposta descrita por Karina Dal Sasso Mendes, Renata Cristina de Campos Silveira e Cristina Maria Galvão (2008), com as devidas adaptações exigidas pelas questões que nortearam o estudo. A revisão partiu da hipótese de que estudos acadêmicos que empregam a expressão *lugar de fala* apresentariam definição ou referências, que permitiriam construir um panorama sobre os usos delimitados desse conceito nessa literatura.

## DESCRIÇÃO DAS FONTES

Embora a literatura acadêmica seja composta de diferentes formas de publicação, os artigos científicos têm se tornado uma fonte preferencial para a veiculação da produção acadêmica em diferentes áreas de conhecimento (Miranda, Carvalho, & Costa, 2018; Mueller, 2005). Além disso, a facilidade de acesso e de compilação de um material amplo sobre o assunto justificaram a adoção de artigos publicados em periódicos acadêmicos como fonte para esta revisão.

Os artigos foram recuperados no *Portal de Periódicos da Capes* e na *SciELO*. Embora o Portal de Periódicos da Capes inclua a SciELO como uma de suas bases de dados, uma busca no próprio *site* da SciELO revela, por vezes, resultados diferentes, justificando o emprego das duas bases de dados na pesquisa.

## CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

O processo de seleção se deu por meio da busca pela palavra-chave “*lugar de fala*” no campo “assunto”, restringindo o tipo de recurso a “artigos”, sem delimitação de data de publicação. Não houve restrições de idioma nos campos de busca, embora apenas a versão em português da palavra-chave tenha sido empregada. Com isso, tentou-se evitar a inclusão de eventuais traduções da expressão, que poderiam ampliar ainda mais o escopo semântico do conceito e, conseqüentemente, aumentar os riscos de esvaziamento conceitual.

Seguindo esses critérios, em 23 de maio de 2020, foram recuperados 160 publicações no Portal de Periódicos da *Capes* e 12 na *SciELO*. Eliminadas 6 repetições, restaram 166 publicações. Dessas, foram excluídas 19 publicações de outra natureza (anais de eventos, resenhas de livros, entrevistas, apresentações de revistas ou notas de editoras/es), por serem materiais que podem tolerar um emprego menos rigoroso de conceitos e sem a menção de referências bibliográficas. Também foram excluídos 5 artigos em que a expressão *lugar de fala* aparecia apenas na lista de referências, como título de outro trabalho. Assim, restaram 142 artigos para análise.

## ANÁLISE DO MATERIAL

O material selecionado foi analisado em duas etapas sucessivas:

Primeiramente, em uma planilha foram transcritos os títulos de todos os artigos selecionados, seguidos de: (a) ano de publicação; (b) presença (ou ausência) de definições explícitas do conceito de lugar de fala; e (c) menção (ou não) de referências que acompanhassem o conceito. Com isso, foi possível identificar o quanto a literatura acadêmica tem evitado os riscos de esvaziamento conceitual, empregando a expressão *lugar de fala* com definição ou referências.

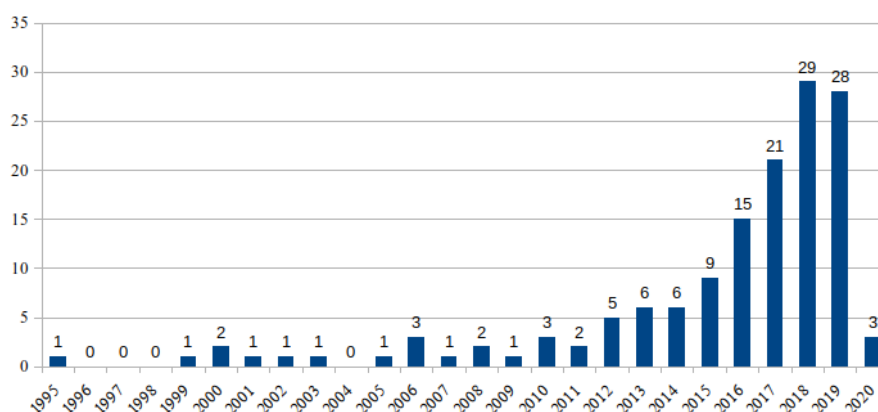
Em seguida, com o emprego do recurso “Ctrl+F” do computador, foram compiladas as definições e referências diretamente relacionadas ao conceito de lugar de fala mencionadas no material. A leitura desse material permitiu agrupar os diferentes usos do conceito de lugar de fala em áreas de investigação mais ou menos específicas, destacando, ao final, convergências e divergências entre esses usos.

## RESULTADOS

### SOBRE A CRONOLOGIA DOS ARTIGOS

A primeira análise realizada no material selecionado foi em função da data de publicação dos artigos. A Figura 1 representa a distribuição dos artigos nos respectivos anos de publicação.

Figura 1 – Distribuição de artigos por ano de publicação

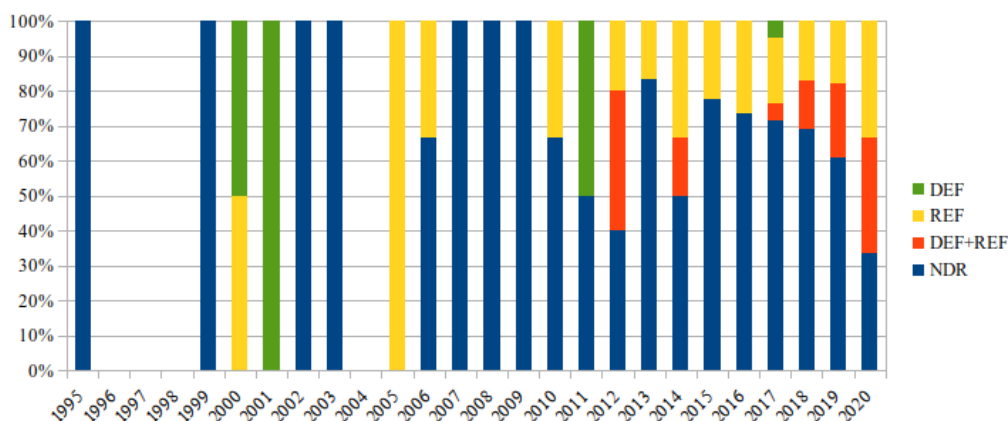


O exame das datas de publicação do material selecionado mostra que o uso consistente do conceito de lugar de fala é relativamente recente no contexto acadêmico. Embora a primeira ocorrência da expressão tenha sido identificada em 1995, até a primeira década de 2000 o termo apareceu em poucas publicações e de forma esporádica. A partir de 2012 é possível identificar uma tendência de crescimento do uso da expressão *lugar de fala*, que se mantém até os anos 2018 e 2019. Como a seleção do material restringiu-se ao início de 2020, não é possível afirmar que essa tendência se mantém.

## SOBRE OS RISCOS DE ESVAZIAMENTO CONCEITUAL

Uma segunda análise do material selecionado, mais diretamente relacionada aos objetivos do estudo, consistiu na identificação de definições ou referências que acompanhassem o uso da expressão *lugar de fala*. Esse resultado foi cruzado com os anos de publicação dos artigos de modo a identificar eventuais tendências no período analisado. A Figura 2 sistematiza esses resultados, com uma distribuição da porcentagem de artigos por ano de publicação, considerando os estudos que apresentaram definição explícita e referências para o conceito de lugar de fala (DEF+REF), os que apresentaram apenas definição (DEF), os que apresentaram apenas referências (REF), e aqueles que não apresentaram nem definição nem referências (NDR).

Figura 2 – Porcentagem de artigos que apresentaram ou não definição e/ou referências em cada ano de publicação



Como pode ser observado na Figura 2, com exceção dos anos 2000, 2001 e 2005, o uso da expressão *lugar de fala* sem definição ou referência foi encontrado em todos os anos de publicação do material analisado. Além disso, mesmo nos anos em que o conceito foi mais consistentemente definido ou referenciado, o que se verifica é um predomínio de um uso da expressão *lugar de fala* que não evita os riscos de esvaziamento conceitual. Tampouco foi possível identificar uma tendência no material a um uso mais delimitado do conceito no decorrer do tempo e, por isso, os dados mostram que os riscos de esvaziamento conceitual ainda estão mantidos mesmo na literatura acadêmica.

## SOBRE AS DELIMITAÇÕES DO CONCEITO DE LUGAR DE FALA

Considerando que a ausência de definições ou referências inviabilizaria uma análise detalhada dos usos da expressão *lugar de fala*, artigos desse tipo foram desconsiderados nesta etapa da análise. Do material selecionado inicialmente, 48 artigos (34%) apresentaram definição ou, pelo menos, referências mencionadas para amparar o uso do conceito de lugar de fala (4 apresentaram apenas definição, 15 apre-

sentaram tanto definição quanto referência, e 29 apenas referências). Cinco desses artigos apresentaram um “uso negativo”, com críticas mais ou menos explícitas ao conceito de lugar de fala, enquanto os outros 43 artigos apresentaram um “uso positivo” do conceito, empregando-o em diferentes contextos.

No caso dos trabalhos que apresentaram um uso “negativo”, nem sempre o conceito foi diretamente discutido, mas seu emprego nesses artigos foi sempre crítico, indicando riscos e, eventualmente, inadequações do conceito em contextos específicos. Essas problematizações do lugar de fala chamam a atenção para tensões que atravessam essa noção, como individual *versus* coletivo, pós-moderno *versus* moderno, relativo *versus* absoluto, particular *versus* geral. Diante dessas tensões, as especificidades destacadas pelo lugar de fala podem culminar em um uso apolítico do conceito, perdendo o contato com uma dimensão macrossocial e coletiva, convertendo-se em mera descrição de opiniões pessoais, história de vida, convicções. Esse ponto é destacado por Luiz Augusto Campos (2012) na discussão do posicionamento de cientistas sociais brasileiros sobre a questão de cotas raciais. O autor argumenta que:

ainda que qualquer argumentação continue carregando as marcas identitárias de seus portadores, não se pode considerar cada discurso como uma mera expressão de um dado lugar de fala. Cada autor, embora situado, deve realizar um trabalho de coletivização (ou des-singularização) de suas visões parciais, de modo que elas sejam aceitas como pertinentes por um público mais amplo. (p. 55)

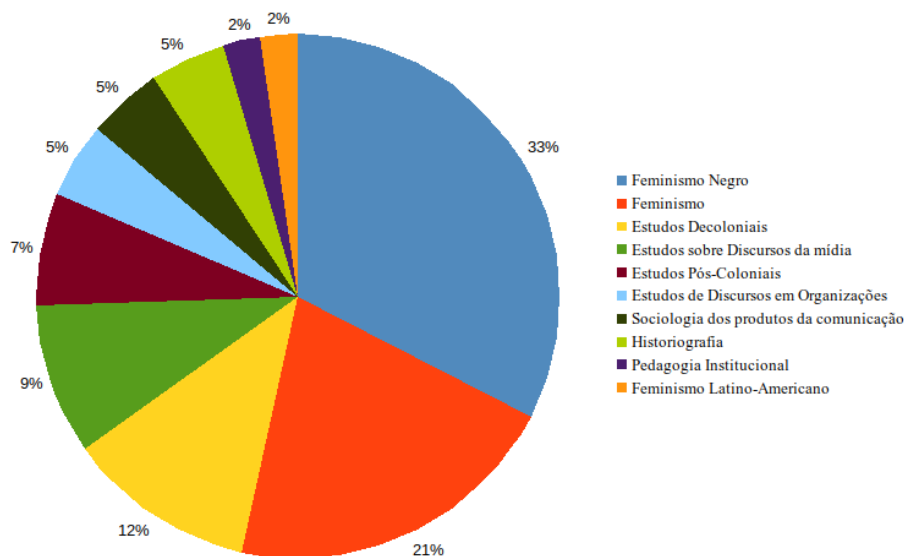
Outra problematização do conceito encontra-se no artigo de Janaína Faustino Ribeiro (2006), que se insere no contexto da crítica musical. Enfatizando o debate moderno *versus* pós-moderno, a autora discute os riscos de uma crítica musical exclusivamente orientada pelo lugar de fala do ou da artista, e que, como tal, desconsideraria aspectos formais e técnicos da criação musical (por os considerar elitistas). Nesse caso, a oposição a critérios absolutos no julgamento artístico culminaria na defesa de um completo relativismo (com ausência de qualquer critério além do lugar de fala). Embora a questão seja dirigida ao campo da crítica musical, o argumento também tem implicações políticas (destacadas pela própria autora), visto que o “ultra-relativismo” ajusta-se bem às demandas de uma sociedade individualista neoliberal – uma sociedade que, ironicamente, tende a ser criticada por autores e autoras que se valem da noção de lugar de fala.

Os outros artigos considerados como apresentando usos negativos do conceito de lugar de fala foram: Carvalho (2017), mencionado na introdução deste trabalho, que problematiza o uso de lugar de fala em debates virtuais; Fábio Cruz (2011), que emprega o conceito de lugar de fala *en passant* como sinônimo de “visão de mundo” do profissional de comunicação que pode entrar em conflito com a visão de mundo da empresa em que ele trabalha; e Leonel Aguiar e Angela Schaun (2016), que cita o conceito como uma das dimensões do jornalismo enfatizadas por teorias construcionistas, estruturalistas e interacionistas, mas nenhuma dessas teorias é adotada por eles nas discussões sobre jornalismo.

Em relação aos “usos positivos” de lugar de fala, a análise partiu das definições e referências associadas a esse conceito em cada um dos artigos. Essa análise permitiu identificar diferentes usos do conceito que foram agrupados em campos de estudo mais ou menos específicos. A Figura 3 sumariza a porcentagem de artigos de acordo com a classificação em campos de estudo proposta para os diferentes usos do conceito de lugar de fala encontrados no material analisado.



Figura 3 – Porcentagem de artigos classificados em cada campo de estudo



Como pode ser observado na Figura 3, os três campos que mais concentraram os usos positivos do conceito de lugar de fala foram feminismo negro (33%), feminismo (21%) e estudos decoloniais (12%). Em todos esses casos, o lugar de fala articula-se com a defesa da produção de autodefinições por parte de grupos historicamente silenciados. Ele participa, portanto, de uma luta para que os membros desses grupos possam construir suas próprias narrativas, ao invés de serem definidos por narrativas impostas por grupos dominantes (Collins, 2002; Dussel, 2005; hooks, 2015; Mignolo, 2007; Spivak, 1988; Young, 1987).

A diferença entre esses três campos diz respeito ao reconhecimento de que os “grupos subalternizados” que sofrem silenciamento não são homogêneos, mas têm demandas e dificuldades próprias. Por exemplo, embora as mulheres sejam historicamente um grupo silenciado por homens, a construção de uma autodefinição de mulheres negras seria específica e ainda mais difícil de se libertar de narrativas hegemônicas (ver Collins, 2002). Por conta disso, a autodefinição de mulheres negras não poderia apenas repetir uma narrativa construída por mulheres brancas.

Seguindo essas especificidades, foi possível distinguir inicialmente trabalhos que empregaram o conceito de lugar de fala no contexto do feminismo em geral daqueles que usaram esse conceito no âmbito do feminismo negro. O principal critério empregado para essa distinção foi a análise das referências mencionadas por cada artigo. Os trabalhos considerados de feminismo negro citaram um conjunto de autoras amplamente reconhecidas como representantes desse movimento, como Audre Lorde, bell hooks, Grada Kilomba, Jota Mombaça, Kimberlé Crenshaw, Patricia Collins. Além disso, o livro da filósofa brasileira Djamila Ribeiro, *O que é lugar de fala?* embora também tenha sido citado em outros trabalhos, foi expressivamente referenciado pelos artigos considerados como de feminismo negro. Já no caso do feminismo em geral, as principais referências encontradas foram Carmen Hein de Campos, Donna Haraway, Iris Marion Young, Marcia Tiburi. Da mesma forma, a identificação de referências específicas que defendem um recorte latino-americano para as pautas feministas (e.g., Mendoza, 2010), permitiu a classificação ainda mais específica de um artigo (Seabra & Assis, 2016) como feminismo latino-americano.

O feminismo negro, que concentrou o maior número de artigos que empregaram o conceito de lugar de fala de forma delimitada, caracteriza-se pela articulação de uma leitura crítica das relações de poder, especialmente de raça e de gênero, em uma perspectiva interseccional e anticolonial (hooks, 1995; 2015; Kilomba, 2010; Raul, 2016; Ribeiro, 2017). Assim, o movimento implica num desafio às estruturas hegemônicas tradicionais, tanto materiais quanto discursivas, bem como numa contingência de transformação social e coletiva de tais relações

(Bairros, 1995; Collins, 2002; hooks, 2015; Werneck, 2009). O silêncio historicamente imposto à mulher negra tem sido questionado e analisado por trabalhos de autoras, que entendem que a voz (especialmente a voz que surge nas margens) é um poderoso mecanismo de mudança social e política.

Nesse contexto, o conceito de lugar de fala destaca o conjunto de possibilidades de produção discursiva derivadas do lugar ocupado pelos grupos sociais nas relações de poder. Essa produção discursiva implica numa afronta à organização hierárquica tradicional, tanto da sociedade e seus espaços quanto do conhecimento e das epistemologias, já que não apenas *situa* os diferentes processos discursivos, mas também os reivindica como igualmente legítimos e importantes instrumentos de mudança social e política (Collins, 2002; Gonzalez, 1984; hooks, 1995, 2015; Ribeiro, 2017).

Entendido dessa maneira, o conceito de lugar de fala tem um sentido explicitamente coletivo e não individual. Como destacado por Melina Garcia Gorjon, Danielly Christina de Souza Mezzari e Laura Pampana Basoli (2019): “o lugar de fala não parte do ‘indivíduo’ e sua experiência, mas sim das múltiplas condições sociais que resultam em hierarquizações dos grupos sociais” (p. 4). Abordado dessa forma, o conceito de lugar de fala também não pressupõe uma dinâmica de mero silenciamento dos grupos privilegiados, e sim um movimento crítico de redistribuição das possibilidades de fala, de escuta e, em última instância, de existência: “evidenciar como estes corpos estão inscritos em uma relação de poder frente a corpos que se inscrevem de modos diferentes no seio destas normas” (Gorjon et al., 2019, p. 5). Nessa mesma perspectiva, Natércia Ventura Bambirra e Teresa Kleba Lisboa (2019) argumentam que “todos/as temos lugares de fala, pois somos/estamos socialmente localizados. Não obstante, as implicações variam conforme a localização social do sujeito” (p. 272).

No caso dos artigos que utilizaram o conceito de lugar de fala numa perspectiva feminista, também se observa uma raiz coletiva do termo. Apesar dos pertinentes apontamentos feitos pelo feminismo negro e outros feminismos não-hegemônicos acerca dos eixos de opressão racial, étnico e de classe serem, por vezes, considerados de forma colateral (hooks, 2015; Davis, 1983), a noção de lugar de fala feminista ainda pauta-se no entendimento de que todo conhecimento é situado nas experiências compartilhadas por grandes grupos de pessoas, como é o caso das mulheres. Carla Cecília Rodrigues Almeida e José Antônio Martins (2010), por exemplo, argumentam que no debate político não existe discurso neutro, e que, portanto, os discursos daqueles que detêm mais poder se sobrepõem aos daqueles com condições e histórias de vida menos favorecidas. Em suas palavras:

O “lugar de fala” dos participantes . . . não é um lugar neutro, ao contrário, é demarcado por assimetrias expressas na distribuição desigual de recursos simbólicos e materiais. Afinal, o próprio expediente legitimador da fala para os deliberativos, o discurso racional, pressupõe . . . que exista um critério neutro de tradução de demandas, o que é ilusório e excludente, pois há outras formas de comunicação que são mais acessíveis para determinados grupos que o argumento racional e que precisam ser reconhecidas válidas no debate. (Almeida & Martins, 2010, p. 129)

O artigo de Isabel Porto Nogueira (2017), também considerado na categoria *feminismo*, merece um comentário suplementar. Embora a dimensão coletiva feminina seja explicitamente considerada (o que justifica a classificação do artigo como feminista), o uso do conceito de lugar de fala é, nesse caso, permeado por dimensões subjetivas e até mesmo individuais. Por exemplo, “a demarcação dos lugares de fala busca situar pontos de vista e *subjetividades* [grifo nosso], entendendo que toda escrita é *subjetiva* [grifo nosso] e permeada pelo olhar e pelos conceitos de quem analisa” (p. 5). As discussões assumidamente autobiográficas apresentadas no artigo, parecem, por vezes, incorrer em um tipo de “subjetivismo”, que corre o risco de esvaziamento político. Isso porque, mesmo recorrendo a marcadores sociais, o foco parece continuar sendo o indivíduo:

Penso nos marcadores sociais como coesão de um sentido de grupo que vai aos poucos caminhando em direção à uma individuação . . . Como se o olhar para dentro que o coletivo gera . . . fosse um potencializador para que o olhar siga, desta vez para dentro de mim. (p. 18)

A manutenção da dimensão política do conceito de lugar de fala exige que esse processo de “individuação”, que culminaria em um “olhar para dentro”, não perca de vista sua raiz coletiva. Em outras palavras, de uma perspectiva política, o “dentro de si” não pode ser um fim em si mesmo e, por isso, o subjetivo deve sempre se reconectar ao coletivo – algo que as discussões apresentadas no artigo não parecem garantir.

No caso dos artigos considerados como pertencentes aos estudos decoloniais, a especificidade encontra-se na defesa de um recorte geopolítico específico para o reconhecimento das demandas e dificuldades de grupos subalternizados. A origem dessa discussão são os estudos pós-coloniais – ao qual se vinculam três artigos da amostra (Campos & Castro, 2017; Lima, 2000; Paiva, 2016) –, cujas produções denunciam o domínio colonial dos países do “primeiro mundo” em relação aos países “terceiro-mundistas”, tanto no eixo norte-sul quanto no ocidente-orientado (Bernardino-Costa & Grosfoguel, 2016). Sem negar a evidente exploração econômica e dominação política por parte dos países colonizadores, o pensamento pós-colonial enfatizou a presença de uma “violência epistêmica”, que impõe uma narrativa imperialista, moderna, capitalista e eurocêntrica para os colonizados. A construção de uma narrativa dos subalternizados seria inviabilizada por essa colonização epistêmica, que tende a ser reiterada pelos próprios intelectuais (incluindo aqueles reconhecidamente críticos como Foucault e Deleuze) quando eles falam em nome dos subalternos (ver Spivak, 1988).

A vertente decolonial caracteriza-se por uma radicalização das críticas pós-coloniais, situando as discussões nas Américas, mais especificamente na América Latina, e propondo uma série de conceitos e pautas próprias (Dussel, 2005; Grupo de Estudios sobre Colonialidad [GESCO], 2014; Lander, 2005; Mignolo, 2007). Nesse contexto, fala-se de um *giro decolonial*, que exige uma reestruturação da geopolítica do conhecimento, criando novos *lugares* de produção discursiva (como a América Latina).

À semelhança do que foi feito em relação ao feminismo e feminismo negro, o critério de distinção entre estudos pós-coloniais e decoloniais foi a presença de referência explicitamente mencionadas em cada artigo. Os artigos incluídos nos estudos decoloniais foram aqueles que fizeram referência a Walter Dussel, Enrique Dussel, Franz Fanon, Aníbal Quijano, Paulo Freire. Já no caso dos artigos considerados pós-coloniais, as principais referências foram Gayatri C. Spivak, Homi Bhabha, Edward Said.

Um exemplo de emprego do conceito de lugar de fala no contexto decolonial é o artigo de Camila Penna (2014), que, apoiando-se em discussões de Paulo Freire, defende a necessidade de um deslocamento do lugar de fala das classes oprimidas. O argumento retoma a questão da dominação epistêmica, por meio da noção de *roubo* da palavra do oprimido pelo opressor. Trata-se de um processo no qual o oprimido fica destituído da possibilidade de enunciar e transformar sua realidade, o que em termos freirianos significaria dizer a *palavra verdadeira*. A *palavra verdadeira* distingue-se da *palavra inautêntica* pela possibilidade de transformação que a primeira possibilita ao ser humano, uma vez que ela “não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1979, p. 52).

Pensada nesses termos, a dinâmica da dominação parece se organizar ao redor da questão sobre quem detém o poder de enunciar (e transformar) a realidade. Numa relação de dominação, como a de colonizador e colonizados, por exemplo, a desigualdade é instaurada e mantida mediante o controle desse poder: se, por um lado, o opressor é capaz de *dizer a palavra verdadeira* (ou seja, de usar um discurso e uma linguagem gestada por ele e pelo grupo ao qual pertence a partir de sua realidade e seus interesses), por outro lado, o oprimido é despojado dessa possibilidade, restando-lhe apenas a opção de *dizer a palavra inautêntica* (isto é, reproduzir um discurso imposto pelo opressor que é alheio à realidade e às necessidades do oprimido, e de cuja construção ele não participou).

O caminho para a libertação dos dominados passaria, portanto, por um processo de conscientização que implica abandonar a palavra inautêntica (imposta por uma realidade diferente) para começar a pro-

nunciar a palavra verdadeira (que parta da perspectiva do oprimido e obedeça seus próprios interesses). É esse processo de deslocamento do direito de enunciação da palavra verdadeira (do *lugar de fala*) que Penna (2014) aponta como uma das afinidades entre o pensamento de Freire e o pensamento decolonial.

Uma perspectiva decolonial conduz ao uso do conceito de lugar de fala como o lugar geopolítico a partir do qual se produzem discursos visando a transformação da realidade. Dado o marco teórico que fundamenta essa leitura decolonial do conceito, é possível afirmar ainda que tal concepção também implica num desafio aos sistemas de dominação e hierarquização dos espaços, culturas e epistemologias tradicionais como discursos colonizadores, ou seja, geopoliticamente situados. Ao mesmo tempo que denuncia, o conceito também elenca a possibilidade (e a necessidade) de produção e valorização de discursos (conhecimento, epistemologias, *palavras verdadeiras*, *vóz-praxis*) por parte dos povos colonizados, de modo a criar as condições de transformação de sua realidade, ou, em outras palavras, de sua decolonização.

Tal como no caso das publicações vinculadas ao feminismo negro, o conceito de lugar de fala teve um uso explicitamente coletivo em artigos considerados pós-coloniais e decoloniais. Isso é evidenciado, por exemplo, no trabalho de Leno Francisco Danner, Julie Dorrico e Fernando Danner (2020), que discute a convergência entre epistemologia e política na fala dos povos indígenas latino-americanos. Argumentando sobre a necessidade dessas minorias falarem por si próprias e a partir de suas realidades e perspectivas, as/os autoras/es afirmam que:

essa superação da invisibilização, do silenciamento e do privatismo acontece e é assumida, por parte das minorias, desde essa perspectiva de publicizar a voz, de politizar, via ativismo e engajamento, a história nacional e nossos sujeitos político-culturais exemplares *por meio do lugar de fala* político, esteticamente mediado, isto é, por meio da voz pública, das experiências e histórias como minorias contadas a todos/as, espalhadas aos quatro ventos via *vóz-praxis* estético-literária. Nessa situação de politização das e pelas minorias, tem-se a transformação da arte e, em especial no nosso caso, da literatura em perspectiva anticolonial de resistência, luta e reelaboração do que se é, em crítica e enquadramento da sociedade envolvente. (p. 69)

Uma categoria menos específica que as anteriores foi composta por quatro artigos (Barros & Menequin, 2014; França, 2001; Natansohn, 2000; Rocha, 2017) que empregaram o conceito de lugar de fala em discussões de práticas discursivas da mídia. Diferente de casos anteriores, a análise das referências que acompanhavam o conceito de lugar de fala não permitiu a vinculação desses artigos a um campo de estudo específico. No entanto, todos os artigos incluídos nessa categoria adotaram uma concepção explicitamente coletiva de lugar de fala, por vezes, recusando uma concepção estritamente individual. Por exemplo, Graciela Natansohn (2000) enfatiza que “[Os exemplos de falas de uma médica em um programa de televisão citados no estudo] foram tomados não como produtos individuais, senão como discursos expressivos do ‘lugar de fala’, como esse lugar que possibilita a um interlocutor dizer (ou calar) determinadas coisas, de determinada maneira” (p. 56). De modo similar, Vera Regina Veiga França (2001) identifica uma rádio criada por moradores de uma favela como um lugar de fala, definindo-a como

lugar de expressão de um determinado grupo social, lugar onde este aparece e se coloca enquanto sujeito. Não se trata de dizer que ela [a Rádio Favela] ‘representa’ o pobre, tomando essa representação enquanto tradução e soma de vozes e anseios (assim como entendemos, por exemplo – pelo menos teoricamente – a ideia da representação parlamentar). Na sua natureza de espaço de produção discursiva, uma rádio de favelados se constrói enquanto representação (ou apresentação) de um outro sujeito social. (p. 6)

Essa discussão aproxima-se daquelas apresentadas anteriormente nas quais o conceito de lugar de fala delimita muito mais um grupo subalternizado do que um indivíduo particular. A questão seria, portanto, construir “de dentro” uma nova narrativa da experiência de indivíduos pertencentes a grupos marginalizados, contrapondo-se a descrições impostas “de fora”.

Próxima dessa discussão, mas com um referencial mais delimitado, foi identificado outro campo de estudo em dois artigos da amostra (Silva & Moraes, 2012; Zamin, 2018). Trata-se da sociologia dos produtos da comunicação. Em ambos os trabalhos as autoras adotam a definição de lugar de fala proposta pelo cientista social brasileiro José Luiz Braga (2000). Braga entende esse conceito como um instrumento metodológico efetivo para estudar os produtos (ou enunciados) culturais, especialmente aqueles decorrentes do campo da comunicação. Para o autor, o produto cultural da comunicação tem características específicas (como, por exemplo, sua imediaticidade, sua relação com a situação concreta, sua capacidade constitutiva da realidade) que tornam inadequadas as análises e instrumentos metodológicos tipicamente utilizados para entender outros tipos de produtos culturais.

De acordo com Braga (2000), lugar de fala é a “articulação específica de uma fala com aquela situação com que se relaciona” (p. 12), sendo que “a fala, então, diz a situação – produzindo com isto um lugar em que ela pode ser dita – e sendo dita, existir” (p. 10). Desse modo, a fala, embora influenciada por questões sociais e políticas, é também construtora ativa da situação em que se dá, apresentando tanto potencial reprodutivo quanto criativo, já que, nas palavras do autor, “uma fala produz uma resposta e o lugar em que esta resposta faz sentido” (Braga, 2000, p. 10).

Além de apresentar e definir o conceito de lugar de fala nesses termos, o autor é enfático ao diferenciá-lo do *lugar sociológico do falante*. Entendendo este último como o lugar social que o sujeito que fala ocupa na sociedade em termos de classe, *status*, interesses etc. Braga (2000) aponta dois problemas (e, por conseguinte, dois principais distanciamentos) entre este conceito e o lugar de fala por ele proposto. Primeiramente, o lugar sociológico do falante colocaria a fala numa posição meramente sintomática das condições sociais mais amplas nas quais o sujeito comunicativo está inserido, entendendo a fala como uma *tradução* desse lugar social que não permitiria a emanação de contradições ou mesmo de elementos originais. Além disso, a noção de lugar sociológico do falante também apresentaria excessiva generalidade, o que poderia resultar no apagamento de particularidades ou potenciais criativos passíveis de estarem presentes na fala dos sujeitos ao se “distrair” do discurso para focar em análises estruturais mais amplas e monocromáticas.

Um exemplo do uso do conceito de lugar de fala no âmbito da sociologia dos produtos culturais da comunicação é o artigo de Angélica Baptista Silva e Ilara Hammerli Sozzi de Moraes (2012). Ao analisarem a política de telessaúde do Brasil, as autoras investigaram os documentos relacionados à Rede Universitária de Medicina, mencionando o conceito de lugar de fala para se referir aos especialistas que participaram da construção desses escritos. Dessa maneira, o conceito é definido como uma ferramenta metodológica (diferente do lugar social do falante) que se assenta no debate mais amplo da epistemologia da comunicação. Tal definição articula diversos aspectos, como a fala, a situação na qual a fala acontece, o sentido que ela faz nessa situação e a relação que tal discurso estabelece com a realidade (de atualização ou reprodução), de modo a elucidar a lógica interna do enunciado em questão.

Dois artigos (Gomes, 2016; Rese, Kuabara, Villar, & Ferreira, 2017) foram considerados em uma categoria menos específica, os Estudos de discursos em organizações. O artigo de Victor Márcio Laus Reis Gomes (2016) aborda a comunicação organizacional uma perspectiva “sistêmico-discursiva”, na qual seriam consideradas “referências pessoais, temporais e espaciais . . . ou uma posição de enunciação ou lugar de fala” (s.p.). A referência que acompanha o conceito é de Michel Foucault, mais especificamente, sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970, em que destaca os diferentes recortes entre grupos dominados e dominantes, no que diz respeito às suas possibilidades discursivas (Foucault, 1971/1999). No entanto, esse encaminhamento político na análise de práticas discursivas não é perseguido pelo artigo, que se restringe a questões internas da comunicação organizacional. O segundo artigo nessa categoria, de Natália Rese, Flávia Harumi Souza Kuabara, Eduardo Guedes Villar e Jane Mendes Ferreira (2017),

emprega a noção de lugar de fala para se referir aos “posicionamento e defesas” de participantes de uma estratégia organizacional (p. 243), sem explorar, portanto, uma dimensão política do conceito.

Outros dois artigos foram incluídos na categoria Historiografia (Fernandes, 2018; Vieira, Costa, & Medeiros Neta, 2018), delimitada pela referência a trabalhos de Michel de Certeau. Ao mencionar o conceito de lugar de fala, ambos artigos posicionam-se contra uma visão de completa neutralidade na construção e análise de uma narrativa histórica: “todo trabalho em História possui um lugar de fala ocupado pelo intelectual, que, por sua vez, orienta também uma prática e um tipo de escrita” (Vieira et al., 2018, p. 3). Ou ainda, “os procedimentos de análise envolvendo a historiografia implicam em selecionar, lembrar e esquecer as sobras do passado a partir de nosso objeto de estudo e de nosso lugar de fala” (Fernandes, 2018, p. 215). Nesse sentido, o lugar de fala descreve e enfatiza que as narrativas históricas não são neutras e que a posição ocupada pelo intelectual/historiador não pode ser ignorada na análise dessas narrativas.

O último campo de estudo delimitado que pôde ser identificado nos artigos analisados foi a pedagogia institucional. Apenas o artigo de Katherinee Rozy Gonzaga e Fernando César Andrade (2012) foi considerado nesse campo. O estudo teve como objetivo verificar se num contexto escolar a instituição de um lugar de fala no grupo de professores produziria efeitos subjetivos nos docentes, em relação ao seu manejo de situações de indisciplina. O conceito de lugar de fala foi, portanto, introduzido no próprio objetivo do artigo, o que antecipa sua centralidade no trabalho e justifica uma análise detalhada.

Gonzaga e Andrade (2012) definem lugar de fala como “um espaço coletivo para a discussão sobre dificuldades relacionais, de aprendizagens, para trocas de experiências vivenciadas no cotidiano escolar e para tomar decisões” (p. 90). Tanto essa definição quanto o restante dos argumentos a respeito do conceito são fundamentados pelos autores em referências da pedagogia institucional como Jacques Pain, Édith Héveline, Bruno Robbes, Françoise Thébaudin, Fernand Oury.

A pedagogia institucional surgiu da confluência de três correntes de pensamento: a pedagogia de Élise Freinet, a psicanálise, e a psicoterapia institucional. Influenciada por essa convergência de ideias, a pedagogia institucional é definida por Héveline e Robbes (2009) como um “conjunto de técnicas, de organizações, de métodos de trabalho, de instituições internas nascidos da práxis das salas de aula orientadas por uma pedagogia ativa” (p. 29) que, segundo os autores, “articulam o desejo de fazer do/a aluno/a (desejo este que não é, forçosamente, elemento prazeroso) e a lei necessária a toda vida social” (p. 30). Dadas essas preocupações, a pedagogia institucional estabelece a importância de *instituir* relações escolares de modo a facilitar os processos de ensino e aprendizagem e de lidar efetivamente com a violência e a indisciplina escolar. Nesse sentido, quatro princípios, conhecidos como os quatro “L”, são colocados como elementos basilares no processo de institucionalização da sala de aula: lugar, limite, lei e linguagem.

O conceito de lugar de fala, na perspectiva da pedagogia institucional, é empregado justamente na articulação desses quatro elementos. Por um lado, considera-se a importância dada pela teoria à linguagem como um traço definidor do ser humano, que se desenvolve, aprende e resolve conflitos com o falar. Essa preocupação é vinculada aos processos de ensino-aprendizagem e às relações professor-aluno e aluno-aluno, considerando também a necessidade de instituir e respeitar certas leis de trabalho e de convivência para melhor alcançar os objetivos do ambiente educativo. É nessa perspectiva que a pedagogia institucional apresentaria a noção de lugar de fala como “um espaço simbólico definido quanto a sua duração, seu objeto sua periodicidade e seu lugar no emprego do tempo” (Héveline & Robbes, 2009, p. 65) capaz de, mediante a determinação de limites (do espaço, do tempo, do escopo e da palavra), constituir-se como “solução para tratar os problemas de violência e para ajudar os/as alunos/as em sua aprendizagem de cidadania” (p. 65).

Assim, a instituição de lugares de fala é vista pela pedagogia institucional como uma forma de gerenciar os processos educacionais, prezando pelo respeito entre os diferentes sujeitos envolvidos, garantindo igualdade de possibilidades de comunicação e reconhecimento para os/as estudantes, e prevenindo situações de exclusão, violência e indisciplina (Héveline & Robbes, 2009). Os autores explicam que, numa sala de aula institucionalizada, geralmente há vários lugares de fala explicitamente delimitados e

diferenciados, sendo o “conselho de classe” o exemplo mais representativo de lugar de fala nos termos da pedagogia institucional (Héveline & Robbes). Assim, no contexto da pedagogia institucional, o conceito de lugar de fala encontra-se vinculado aos ambientes escolares e, de modo geral, à tomada de decisões relevantes em uma instituição escolar, visando a resolução de seus eventuais conflitos.

## DISCUSSÃO

As análises de artigos que fazem uso do conceito de lugar de fala permitem delinear um panorama, ainda que restrito ao recorte proposto, sobre a utilização do conceito na literatura acadêmica. Uma análise quantitativa do material permitiu verificar que o conceito, mesmo aparecendo de maneira frequente em publicações acadêmicas nas últimas décadas, não costuma vir acompanhado de definições ou referências que permitam sua delimitação. Esse predomínio de usos do termo de forma não-fundamentada (66% dos artigos recuperados) mostra que, pelo menos na amostra examinada, a literatura acadêmica não tem afastado os riscos de esvaziamento conceitual.

A maioria dos artigos nos quais o conceito foi acompanhado de definições e/ou referências que o amparassem empregou a noção de lugar de fala positivamente, ora utilizando-a para dar suporte às temáticas discutidas nos artigos, ora discutindo sua importância de modo mais explícito. Um ponto central dos estudos que apresentaram um “uso negativo” ou crítico da noção de lugar de fala foi a preocupação com uma acepção estritamente individual, que poderia sinalizar um esvaziamento político do conceito. No entanto, nos artigos analisados, a maior parte dos debates que lança mão do conceito de modo fundamentado, o fizeram em uma perspectiva francamente coletiva e, portanto, política.

Entre as referências identificadas para fundamentar o conceito de lugar de fala, o livro *O que é lugar de fala?*, da filósofa brasileira Djamila Tais Ribeiro (2017), destacou-se como a mais mencionada no material analisado. Preocupada com os riscos de esvaziamento conceitual e com as implicações políticas de uma discussão cujos referentes são incertos e inclusive contraditórios, a autora se propõe a discutir as origens do conceito na perspectiva do feminismo negro. Para tanto, ela analisa aspectos históricos relevantes nesse processo, articulando-os com os argumentos de diversas autoras, assim como debates que precisariam ser considerados na compreensão da pertinência do lugar de fala e suas implicações ético-políticas. O texto de Ribeiro (2017) parece ter tido um impacto significativo na direção de diminuir esses riscos de esvaziamento conceitual, na medida em que proporcionou às/aos autoras/es uma primeira sistematização da discussão feminista negra ao redor do conceito, bem como um compilado de fontes relevantes para sua constituição.

As análises qualitativas do material que apresentou referências e/ou definições relacionadas ao conceito de lugar de fala revelaram uma pluralidade de definições, com diferentes graus de afinidade. Nesse contexto, a abordagem do conceito no feminismo negro mostra-se particularmente inclusiva. Primeiramente, ela coincide com grande parte das preocupações das perspectivas pós-colonial e decolonial, como a caracterização política dos processos de produção de discursos, sua abordagem crítica das relações de poder que os permeiam e, principalmente, sua proposta de abandonar o paradigma colonial em prol de uma sociedade mais igualitária.

Algo similar acontece quando o conceito é utilizado em outras vertentes do feminismo. Por um lado, como as feministas negras têm pontuado, as discussões do feminismo hegemônico muitas vezes têm desconsiderado outros aspectos da opressão da mulher, como os de raça, classe ou geopolítica, silenciando ou inclusive apropriando-se de contribuições de mulheres marginalizadas por esses eixos de dominação (hooks, 2015; Ribeiro, 2017). Ao mesmo tempo, no entanto, o lugar de fala na perspectiva feminista também parte de uma noção corporizada e situada de discurso, baseando-se nas experiências coletivas que as mulheres vivenciam numa sociedade que as subalterniza. Dessa forma, o uso feminista do conceito também endossa uma crítica ao paradigma moderno de ciência, alinhando-se com uma reivindicação marcadamente política (e coletiva) por condições mais igualitárias de vida, de acesso e de produção de discursos para as mulheres (Haraway 1988; Miguel, 2011).

As discussões feministas latino-americanas que fazem uso do conceito de lugar de fala, por reunirem as preocupações relativas à condição das mulheres com a crítica decolonial, e situarem-nas no contexto latino-americano, mostram-se especialmente compatíveis com a acepção feminista negra do termo. Assim, um viés explicitamente político e marcadamente coletivo também é observado nesse âmbito do debate.

Uma perspectiva coletiva do conceito do lugar de fala também foi encontrada em discussões de práticas discursivas da mídia. Ao mesmo tempo, o conceito de lugar de fala no feminismo negro também perpassa questões importantes da sociologia dos produtos da comunicação, como o foco no discurso, a consideração dos fatores sociais como parte dos processos discursivos, a capacidade criativa e transformadora do ato de falar, e a importância dada à dinâmica falante-ouvinte.

Porém, a proposta do lugar de fala como representatividade, defendida por Nogueira (2017), parece se distanciar da definição defendida pelo feminismo negro. Apesar das autoras ligadas ao feminismo negro defenderem a importância da representatividade, elas também têm se preocupado em distingui-la do lugar de fala, argumentando que, embora as duas questões sejam pertinentes, ambas têm definições, papéis e implicações diferentes, não podendo ser tratadas como sinônimos. Como destaca Ribeiro (2017):

Um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaços de privilégio, é legítimo que exista uma luta para que elas, de fato, possam ter escolhas numa sociedade que as confina num determinado lugar, logo é justa a luta por representação, apesar dos seus limites. Porém, falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. (pp. 83-84)

Da mesma forma, algumas das definições problematizadas por Carvalho (2017) – lugar de fala como valorização da experiência individual, e como mecanismo de silenciamento de certas vozes –, tampouco parecem alinhar-se com a definição proposta pelo feminismo negro. Apesar da preocupação com a questão da visibilidade e com o papel da experiência concreta dos grupos sociais no processo de produção de discursos, autoras do feminismo negro são enfáticas ao assentar suas propostas em grupos e estruturas sociais, e não em indivíduos, apostando num movimento de mudança social, de diálogo e de conscientização. Assim, a crítica a um silêncio historicamente imposto não implica, para o feminismo negro, numa inversão desses mecanismos de poder, e sim numa luta coletiva em prol de seu desmantelamento (Collins, 2002; hooks, 2015; Ribeiro, 2017).

À semelhança dos estudos decoloniais, a leitura que o feminismo negro faz do conceito de lugar de fala parte da crítica ao paradigma de dominação colonial e da aposta na força transformadora da voz das margens. Essa abordagem do conceito parece tangenciar vários dos aspectos relevantes para a maioria dos outros campos de investigação, como a denúncia das relações de poder e as instituições que as sustentam, a potência da desobediência epistêmica, o engajamento social e político com uma mudança de ordem estrutural, a proposta de novos tipos de relações mais horizontais e o papel central e criativo dos discursos que provém das margens para concretizar todos esses processos.

A definição do conceito encontrada no âmbito da sociologia dos produtos da comunicação apresenta alguns pontos em comum com grande parte das outras definições, tais como a centralidade dada ao discurso, a preocupação com o contexto e a capacidade transformadora da realidade. A distinção que este campo faz entre lugar de fala e lugar sociológico do falante (Braga, 2000), no entanto, acaba distanciando



essa definição daquela encontrada no feminismo negro, nos estudos decoloniais e citada por autores como Carvalho (2017). Ao definir o conceito nesses termos, a sociologia dos produtos da comunicação, embora leve em consideração questões sociais e políticas, o faz de uma forma complementar, dado que o foco desse campo é na lógica interna dos enunciados e não tanto nas condições sociais que os contextualizam.

Por fim, a pedagogia institucional foi o campo de investigação do conceito que mais discrepou das demais, apresentando uma acepção menos política. Embora essa leitura do conceito também enfatize a importância da linguagem para o desenvolvimento do ser humano, a preocupação com a não-exclusão, e os esforços por ouvir todas as vozes envolvidas, ela circunscreve o conceito em um terreno predominantemente escolar, associando-o com questões de disciplina e limites. A preocupação com uma educação para a solidariedade e para a não-exclusão não implica, neste caso, num questionamento estrutural das relações de poder, nem num rompimento com as instituições que as mantêm. Isso distancia esta interpretação do conceito de lugar de fala de outras que conferem ao termo um viés politicamente crítico, como a pós-colonial, a decolonial e a do feminismo negro.

## CONCLUSÃO

A maioria dos artigos selecionados na revisão não apresentou definições ou referências que acompanhassem o emprego da expressão *lugar de fala*. Isso indica que, pelo menos nessa amostra, os riscos de esvaziamento conceitual não tem sido evitados pela literatura acadêmica. Quando se considera, por outro lado, os trabalhos que apresentaram definições e/ou referências para o conceito de lugar de fala, foi possível identificar convergências que indicam algumas delimitações do conceito.

A centralidade da linguagem, o viés assumidamente político, a crítica estrutural a discursos hegemônicos e a necessidade de “visibilizar” outros discursos (sobretudo aqueles oriundos das “margens”) são características compartilhadas pela maioria dos trabalhos que apresentaram definição explícita e/ou referências ao emprego do conceito de lugar de fala.

Em relação às referências mencionadas no material, o livro de Ribeiro (2017) teve destaque. A contextualização e definição do termo apresentada nessa obra enfatiza o seu caráter político e seu viés coletivo (sobretudo no âmbito do feminismo negro, dos estudos pós-coloniais e decoloniais). A tensão entre um viés individual e coletivo, no entanto, é um ponto que se mantém no material analisado, inclusive inspirando algumas críticas ao conceito de lugar de fala. Além disso, há exemplos de um uso individual do conceito, identificando-o a experiências, pontos de vista, visões de mundo de uma pessoa, o que aponta o risco de um esvaziamento político. Nessa mesma direção, o emprego do conceito de lugar de fala no contexto da Pedagogia Institucional parece não ser explicitamente político, mas institucional, como estratégia de resolução de problemas na gestão escolar.

Com isso é possível retornar à questão dos debates políticos virtuais, enfatizando o esvaziamento político como um dos principais riscos do esvaziamento conceitual nesse contexto. Usos pouco delimitados do conceito de lugar de fala podem incorrer em incompatibilidades filosóficas que não permitem uma articulação coerente do conceito com um determinado projeto político. Isso pode levar, por exemplo, a uma “individualização” no uso do termo que perde de vista uma dimensão coletiva, bem como o compromisso com uma transformação social ampla e profunda (exatamente o que caracteriza a maioria dos usos delimitados do conceito na literatura acadêmica).

Por fim, vale ressaltar algumas limitações do estudo. A principal delas diz respeito ao recorte operado no material, considerando apenas artigos publicados em revistas acadêmicas. Estudos futuros poderiam, portanto, ampliar e debater a análise apresentada aqui com a inclusão de outros materiais acadêmicos, como livros, capítulos, teses e dissertações. Da mesma forma, seria possível considerar também eventuais traduções ou versões do conceito de lugar de fala em outras línguas, avaliando compatibilidades e incompatibilidades com os resultados apresentados nesta revisão.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, L. A. & Schaun, A. (2016). A notícia e a lógica das sensações: uma contribuição para as teorias do jornalismo. *Chasqui. Revista Latinoamericana de comunicación*, 132, 225-243. <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i132.2468>
- Almeida, C. C. R. & Martins, J. A. (2010). As feministas e a diversidade das alternativas republicanas. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (36), 115-133. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200008>.
- Bairros, L. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Estudos Feministas*, 2(3), 458-463. <https://doi.org/10.1590/%x>
- Bambirra, N. V. & Lisboa, T. K. (2019). Enegrecendo o feminismo: a opção descolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. *Revista Artemis*, 27(1), 270-284. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v27n1.40162>
- Barros, A. T. & Meneguim, A. M. P. L. (2014). Dimensão sociopolítica da inserção social difusa de conteúdos culturais e educativos: estudo sobre o projeto ‘Baixe e Use’ da TV Câmara. *Revista Sociedade e Estado*, 29(3), 867-894. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000300010>
- Bernardino-Costa, J. & Grosfoguel, R. (2016). Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, 31(1), 15-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- Braga, J. L. (2000). ‘Lugar de Fala’ como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In PPG Comunicação Unisinos (Org.), *Mídias e Processos Socioculturais* (pp. 159-184). Editora Unisinos.
- Bosco, F. (2017). *A vítima tem sempre razão? lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro*. Todavia.
- Campos, L. A. (2012). “We have a dream”: cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. *Revista Sociedade & Política*, 20(41), 53-73. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000100005>
- Campos, T. S. & Castro, R. O. (2017). Um rosto na areia: o sujeito em Foucault. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 29(3), 313-331. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.117546>
- Carvalho, M. F. (2017). Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e “tretas” na internet. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 347-364. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p347>
- Collins, P. H. (2002). *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2a ed.). Routledge.
- Cruz, F. S. (2011). Mídia e direitos humanos: tensionamentos e problematizações em tempos de globalização neoliberal. *Revista Katálysis*, 14(2), 182-190. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000200006>
- Danner, L., Dorrico, J., & Danner, F. (2020). Decolonialidade, lugar de fala e vóz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. *ALEA*, 22(1), 59-74. <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/33525>
- Davis, A. (1983). *Women, race & class*. First Vintage Books.

- Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e eurocentrismo. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 24-32). CLACSO.
- Fernandes, M. L. B. (2018). Os conceitos de vivência e reelaboração criadora para as crianças de uma comunidade quilombola. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 16(1), 213-226. <https://doi.org/10.11600/1692715x.16112>
- Foucault, M. (1999). *A ordem do discurso* [L'ordre du discours]. Loyola.
- França, V. R. V. (2001). Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. *Intexto*, 2(7), 1-10. <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/3392>
- Freire, P. (1979). *A pedagogia do oprimido* (7a ed.). Paz e Terra.
- Gomes, V. M. L. R. (2016). Uma perspectiva sistêmico-discursiva para estudos em comunicação organizacional. *Revista Famecos: Midia, cultura e tecnologia*, 23(1). <http://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.1.20906>
- Gonzaga, K. R. V. & Andrade, F. C. B. (2012). Lugar de fala: psicanálise e gestão docente da indisciplina. *Estudos de Psicanálise*, 38, 89-96. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372012000200010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372012000200010&lng=pt&tlng=pt).
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 233-244.
- Gorjon, M. G., Mezzari, D. C. S., & Basoli, L. P. (2019). Ensaio de lugares de escuta: diálogos entre a psicologia e o conceito de lugar de fala. *Quaderns de Psicologia*, 21(1), e1455. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6915303>
- Grupo de Estudios sobre Colonialidad – GESCO. (2014). Estudios decoloniales: un panorama general. *KULA. Antropólogos del Atlántico Sur*, 6, 8-21. [http://revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6\\_1\\_GESCO.pdf](http://revistakula.com.ar/wp-content/uploads/2014/02/KULA6_1_GESCO.pdf)
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Héveline, E. & Robbes, B. (2009). Praticando a pedagogia institucional. In F. C. Andrade & M. E. Carvalho (Orgs.), *Instituir para ensinar e aprender: introdução à pedagogia institucional* (pp. 17-99). Editora UFPB.
- hooks, b. (1995). Intelectuais negras (M. Santarrita, trad.). *Estudos Feministas*, 3(2), 464-478.
- hooks, b. (2015). *Talking back: thinking feminist, thinking black*. Routledge. (Original publicado em 1989)
- Kilomba, G. (2010). *Plantation memories: episodes of everyday racism*. UNRAST.
- Lander, E. (Org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Lima, R. (2000). Um rio são muitos: de aventura e antropologia rio São Francisco. *Tempo Social*, 12(2), 147-170. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702000000200011>

- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-64. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Mendoza, B. (2010). La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In Y. E. Miñoso (Org.), *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano* (pp. 19-36). En la Frontera.
- Mignolo, W. (2007). *The idea of Latin America*. Blackwell.
- Miguel, A. (2011). *Los feminismos a través de la historia*. Biblioteca Virtual Omegalfa.
- Miranda, A. C. C., Carvalho, E. M. R., & Costa, M. I. (2018). O impacto dos periódicos na comunicação científica. *Biblos*, 32(1), 01-22. <https://doi.org/10.14295/biblos.v32i1.7177>
- Mueller, S. P. M. (2005). A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. *DataGramaZero*, 6(1). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/980>
- Natansohn, L. G. (2000). Medicina, gênero e mídia: o programa ‘Mulher’ da TV Globo. *Estudos Feministas*, 8(1), 46-63. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Nogueira, I. P. (2017). Lugar de fala, lugar de escuta: criação sonora e performance em diálogo com a pesquisa artística e com as epistemologias feministas. *Revista Vórtex*, 5(2), 1-20. <http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/vortex/article/view/2141>
- Paiva, P. H. G. (2016). A-cor-de Angola: conceitos e preconceitos “Zito Makoá, da 4ª classe”, de Luandino Vieira. *Litterata: Revista do Centro de Estudos Hélio Simões*, 6(1), 107-122. <https://doi.org/10.36113/litterata.v6i1.1215>
- Penna, C. (2014). Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*, 8(2), 181-199. <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16133>
- Raul, J. M. (2016). Mulheres negras e a luta por igualdade: por um feminismo decolonial. *Estudos de Sociologia*, 21(41), 291-302. <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8663>
- Rese, N., Kuabara, F. H. S., Villar, E. G., & Ferreira, J. M. (2017). O vir a ser da estratégia como uma prática social. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(2), 227-248. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150300>
- Ribeiro, D. O. (2017). *O que é lugar de fala? Letramento*.
- Ribeiro, J. F. (2006). Notas para uma reflexão sobre crítica musical no Brasil contemporâneo. *C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual*, 16. <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36709>
- Rocha, M. E. M. (2017). Nacionalismo e diversidade: do programa “Esquentá”, da Rede Globo, à cerimônia de abertura das olimpíadas do Rio 2016. *Política & Sociedade*, 16(35), 159-177. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p159>

Seabra, J. E. & Assis, M. P. (2016). Transformando desde as margens: uma proposta de mapeamento do pensamento social crítico feminista latino-americano. *Revista Direito & Práxis*, 7(1), 465-493. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21819>

Silva, A. B. & Moraes, I. H. S. (2012). O caso da Rede Universitária de Telemedicina: análise da entrada da telessaúde na agenda política brasileira. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 22(3), 1211-1235. <http://doi.org/10.1590/S0103-73312012000300019>

Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson & L. Grossberg (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). University of Illinois Press.

Vieira, A. C. O., Costa, A. M. F., & Medeiros Neta, O. M. (2018). O ensino primário no Rio Grande do Norte: reflexões a partir das obras de Maria Marta de Araújo e Nestor dos Santos Lima. *Research, Society, and Development*, 7(9), 01-20. e379393. <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i9.393>

Werneck, J. (2009). Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In C. Verschuur (Org.), *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux* (pp. 151-163). Graduate Institute Publications. <http://books.openedition.org/iheid/6316>

Young, I. M. (1987). A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações feministas da teoria moral e política. In S. Benhabib & D. Cornell (Orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade: Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rosa dos Tempos.

Zamin, A. (2018). A crítica das práticas no dizer do repórter. *Revista Observatório*, 4(1), 327-348. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n1p327>

**Histórico**      *Submissão: 14/07/2020*  
*Revisão: 10/09/2020*  
*Aceite: 30/11/2020*

**Contribuição dos Autores**      *Concepção: DBL*  
*Coleta de dados: DBL*  
*Análise de dados: DBL, CEL*  
*Elaboração do manuscrito: DBL, CEL*  
*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: CEL*  
*Aprovação final do manuscrito: DBL, CEL*

**Financiamento**      *Denisse Brust López*  
*Bolsa de mestrado, CAPES, Processo: 88882.448282/2019-01*

**Consentimento de uso de imagem**      *Não se Aplica*

**Aprovação, ética e consentimento**      *Não se Aplica*

Artigo Original

## Operadores linguísticos das relações de poder no cuidado às pessoas com deficiência

*Operadores de lenguaje de las relaciones de poder en la atención a personas con discapacidad*

*Linguistic operators of power relations in the care of persons with disabilities*

**Juliana Sampaio**

**Luciano Gomes**

**Daniella de Souza Barbosa**

**Daniele Alves Peixoto**

**Tarcísio Almeida Menezes**

**Hariel Hegel Lins Zózimo**

**Maria Fernanda Lyra**

**Mônica Rocha**

**Emerson Elias Merhy**

**Juliana Sampaio**

Doutorado em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães.

<https://orcid.org/0000-0003-0439-5057>

E-mail: julianasmp@hotmail.com

**Luciano Bezerra Gomes**

Doutorado em Clínica Médica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<https://orcid.org/0000-0002-1957-0842>

E-mail: lucianobgomes@gmail.com

**Daniella de Souza Barbosa**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

<https://orcid.org/0000-0003-3533-146X>

E-mail: daniella.77.fcm@gmail.com

**Daniele Alves Peixoto**

Mestrado em Psicologia e Saúde Mental pela Universidade de Pernambuco.

<https://orcid.org/0000-0001-6906-5417>

E-mail: danipeixoto89@gmail.com

**Tarcísio Almeida Menezes**

Mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Paraíba.

<https://orcid.org/0000-0003-4230-6879>

E-mail: tarcisio.ufpb@gmail.com

**Hariel Hegel Lins Zózimo**

Graduando em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba.

<https://orcid.org/0000-0002-0106-5047>

E-mail: hzozimo31@gmail.com

**Maria Fernanda Lyra**

Graduando em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba.

<https://orcid.org/0000-0001-5125-3559>

E-mail: mariafernandalyra@outlook.com

### Resumo

Esse artigo analisa as construções discursivas das pessoas que operam o cuidado nos serviços ambulatoriais no Sistema Único de Saúde brasileiro e seus efeitos nos corpos de pessoas com deficiência. Trata-se de um estudo qualitativo e analítico, de abordagem cartográfica, com a participação de trabalhadoras, gestoras, usuárias-cidadãs e seus familiares, em um Centro Especializado em Reabilitação na Paraíba que oferta cuidado ambulatorial multiprofissional para quatro áreas da deficiência (física, intelectual, visual e auditiva) e para o transtorno do espectro do autismo. Identificamos diversos dispositivos disciplinares, dentre eles a operacionalização de diferentes códigos linguísticos que estruturam relações assimétricas de poder no controle dos corpos. Reconhecemos que as complexas relações de poder são imanentes ao campo da assistência à saúde, não exclusivamente da Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência. Identificar e dar visibilidade aos efeitos dessas relações na produção do cuidado em saúde permite balizarmos nossas atuações como seres políticos no mundo do cuidado.

**Palavras-chave:** Linguagem; Serviços de Saúde Pública; Saúde da Pessoa com Deficiência; Assistência à Saúde; Cartografia.

### Resumen

Este artículo analiza las construcciones discursivas de las personas que brindan atención en los servicios de consulta externa del

*Sistema Único de Salud de Brasil y sus efectos en los cuerpos de las personas con discapacidad. Se trata de un estudio cualitativo y analítico, de abordaje cartográfico, con participación de trabajadores, gestores, ciudadanos-usuarios y sus familias, en un Centro Especializado de Rehabilitación en Paraíba que ofrece atención para cuatro áreas de discapacidad (física, intelectual, visual y auditiva) y para el trastorno del espectro autista. Identificamos varios dispositivos disciplinarios, entre ellos la operacionalización de códigos lingüísticos, que estructuran relaciones asimétricas de poder en el control de los cuerpos. Reconocemos que las complejas relaciones de poder son immanentes en el campo de la atención a la salud, no exclusivamente en la Red de Atención a s Personas con Discapacidad. Identificar y visibilizar los efectos de estas relaciones en la producción del cuidado en salud nos permite definir nuestras acciones como entes políticos en el mundo del cuidado.*

**Palabras-clave:** *Lenguaje, Servicios de Salud Pública, Salud de las personas con discapacidad; Cuidado de la salud; Cartografía.*

### **Abstract**

*This article analyzes the discursive constructions of people who provide care in outpatient services in the Brazilian Unified Health System and their effects on the bodies of people with disabilities. This is a qualitative and analytical study, with a cartographic approach, with the participation of workers, managers, user-citizens and their families, in a Specialized Rehabilitation Center in Paraíba that offers multidisciplinary outpatient care for four areas of disability (physical, intellectual, visual and auditory) and autism spectrum disorder. We identified several disciplinary devices, among them the operationalization of different linguistic codes that structure asymmetrical power relations in the control of bodies. We recognize that complex power relations are immanent in the field of health care, not exclusively in the Care Network for Persons with Disabilities. Identifying and giving visibility to the effects of these relationships in the production of health care allows us to define our actions as political beings in the world of care.*

**Keywords:** *Language; Public Health Services, Health of Persons with Disabilities; Health Care; Cartography.*

### **Mônica Moreira Rocha**

*Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
https://orcid.org/0000-0002-0874-7120  
E-mail: monicarochaufjrj@gmail.com*

### **Emerson Elias Merhy**

*Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas.  
https://orcid.org/0000-0001-7560-6240  
E-mail: emerhy@gmail.com*

## INTRODUÇÃO

Os modos de viver das pessoas com deficiência (PcD) têm mobilizado, politicamente, no Brasil e no mundo, desde os anos 1990, sob o imperativo ético da inclusão, um novo lugar social que busca garantir os direitos humanos desse grupo populacional historicamente excluído. Os efeitos dessa luta produziram um vasto campo de pesquisas chamado de Estudos da Deficiência, balizados em documentos internacionais, ratificados no Brasil, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal campo, por sua vez, demarcou grande parte da legislação vigente no país no que se refere à proteção dos direitos das pessoas com deficiência, como a publicação do Plano Nacional de Direitos à Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite em 2011 e seu principal desdobramento no campo da saúde, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, promulgada pela Portaria nº 793 de 24 de abril de 2012, que visa garantir atenção integral às PcD física, visual, auditiva, intelectual, ostomia e múltiplas deficiências seja ela temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua (Vianna, 2018).

Tal rede de cuidado tem ainda como objetivo ampliar a integração e articulação dos serviços especializados em reabilitação física, intelectual e sensorial do SUS (ambulatorios e hospitais) com os serviços da atenção básica (unidades básicas de saúde) e de outros pontos da atenção especializada (oficinas ortopédicas; residências inclusivas; centros especializados odontológicos) em uma perspectiva de produção de prevenção de deficiências na infância e na vida adulta. Com a publicação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, foi ratificada que a inserção desta rede no SUS é marcada, efetivamente, pela produção de um cuidado integral para as PcD, por meio da articulação de seus pontos de atenção, a partir da oferta de ações e serviços especializados em saúde, com destaque para as terapias de habilitação/reabilitação, em uma perspectiva multiprofissional.

Neste estudo, pesquisamos um dos equipamentos assistenciais especializados da Rede de Cuidado à PcD: um Centro Especializado em Reabilitação (CER) localizado na cidade de João Pessoa/PB, principal ponto de atendimento especializado às PcD no estado da Paraíba, criado a partir da necessidade de ampliação da oferta de serviços de habilitação/reabilitação a estes usuários. Este CER investigado é um órgão da administração indireta do Governo do Estado, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, habilitada pelo Ministério da Saúde em 2013 como Instituição CER IV (Centro Especializado de Reabilitação nas Quatro Áreas de Reabilitação), tendo a missão de oferecer atendimento multiprofissional em todas as áreas de deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), além de prestar assistência à saúde das pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), altas habilidades e superdotação. É uma porta especial de acesso aberto da Rede de Cuidado à PcD na Paraíba, composta por equipe de trabalhadores da saúde nas quatro áreas da habilitação/reabilitação (médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos), ou seja, atende usuários do SUS por demanda espontânea ou encaminhada por outros serviços da própria rede, oferecendo desde a emissão do diagnóstico clínico até a oferta de tratamentos especializados (habilitação/reabilitação) (Paraíba, 2020).

No contexto da produção do cuidado em um CER IV, é importante considerar que, tendo ponto de partida os Estudos da Deficiência e os marcos legais que organizam a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, os modos como os seres humanos significam e produzem os corpos com deficiência, a partir de diferentes modelos disciplinares anátomo-biológicos, linguísticos e sociais, criam sentidos para o mundo e organizam relações de poder. As sociedades contemporâneas, marcadas pelas diferenciações de classe, idade, raça, etnia, religião, gênero e sexualidade, vão estruturar diferenciações entre os seres humanos, valendo-se de um regime de valoração em que certas vidas têm mais valor social do que outras. A partir de então, desenvolvem-se relações de exclusão, exploração e violência social, das mais diferentes ordens, produzindo dentre outros resultados, processos de institucionalização dos corpos ditos diferentes (Foucault, 2004a; Mbembe, 2018). Consequentemente, o corpo da pessoa com deficiência (PcD), também marcado por modelos disciplinares, assume diversos sentidos, que estão em disputa, na organização societária e na sua forma de reconhecer, incluir, institucionalizar ou mesmo de aniquilar esses corpos. Um dos efeitos dessas produções discursivas é



o capacitismo, a partir do qual é construída certa diferenciação de corpos, sustentada na pressuposição de que corpos com deficiência têm menor capacidade que os ditos corpos normais ou sem deficiência (Marchesan Carpenedo, 2021). Essa produção é eminentemente simbólica e relacional, com efeitos na materialidade das existências, age como dispositivos de assujeitamento, ou paradoxalmente de subjetivações, como exercício de si nas fissuras das relações de poder instituídas (Foucault, 2004a), operando como palavras de ordem que criam efeitos sobre o ser do outro (Deleuze & Guattari, 1997). A deficiência é assim, coproduzida por um idioma forjado em diversos processos e a partir de diferentes elementos, envolvendo pessoas, instituições, práticas, discursos e relações de poder, que dão materialidade aos corpos com deficiência e à sua mediação no mundo (Jasanoff, 2003), e assim é possível compreender que as discursividades sobre os corpos das PcD estão em constante operação e disputa nos diferentes planos de cuidado.

Tornar visíveis as marcas discursivas e seus efeitos sobre os corpos das PcD pode ser um importante analisador para pensarmos como têm sido organizados os modos de cuidado às pessoas em suas singularidades e maneiras de estar no mundo. Tais marcas são enunciações discursivas, mesmo antes de nos tornarmos falantes. Somos falados por outrem e a partir dessa fala se inaugura nosso território existencial. E este é constituído por dois vetores, por assim dizer. O primeiro vetor, a etimologia da palavra “infância”, deriva do termo *infantia* em latim. O verbo *fari* significa falante e o prefixo *in* constitui negação do verbo. Assim, infância quer dizer aquele que não fala. Essa condição *sine qua non* dá a dimensão da inseparabilidade do corpo e da linguagem, uma vez que a criança na condição de *infari*, aquele que não fala, age com seu corpo em relação interacional com aquele que lhe fala (Rocha, 2010). O segundo vetor, a etimologia da palavra existir, deriva do latim *existere*, cuja composição do prefixo *ex* que significa “a partir de” ou “trazer algo para fora”, agrega-se ao verbo *sistere*, cuja raiz significa estar, permanecer ou ficar de pé. *Existere* significa literalmente “surgir a partir de algo firme”. Uma aparente contradição é reservada a *ex-sistere* em sua composição: o prefixo *ex* – “a partir de” ou “trazer algo para fora” e verbo *estare* significando estar, permanecer ou ficar em pé, significa “um ser saído de si mesmo”.

Portanto ao *infare*, aquele que não fala, está reservado esse “destino de saída”, cuja brecha é agir na linguagem (Merleau-Ponty, 1994). Dito de outro jeito, a saída de si mesmo diz respeito, desde sempre até então, da relação do corpo na linguagem e não, como recorrentemente é colocada com o uso da preposição de adição e - o corpo e a linguagem, visto que dele, não há subtração dela. Todo corpo se faz corpo, ainda que nas mais radicais das diferenças, tal como o corpo da pessoa com deficiência (PcD), no agir na linguagem.

Deste modo, existência implica uma saída de si mesmo, uma passagem da condição de vivo para o vivente a viver a vida. Um modo de produção da própria vida e, portanto, de criação de si mesmo. Constituímos nosso território existencial resistindo ao vivo para lançarmo-nos no vivido”. (Rocha, Santos, & Resende, 2019, p. 14)

Assim, o presente texto analisa as construções discursivas e seus efeitos sobre os corpos de pessoas com deficiência, que operam nos serviços ambulatoriais de saúde da Rede de Cuidado a essa população no âmbito do Sistema Único de Saúde. Os discursos e seus efeitos operam na construção da realidade e nos ajudam a compreender e agir sobre ela (Deleuze & Guattari, 1997). Assim, nossas reflexões se inserem no debate da organização dos serviços de saúde voltados à reabilitação das PcD, como forma de produzirmos novos dispositivos de agenciamentos que se abrem para outras dizibilidades e visibilidades para os - e a partir dos - corpos “com deficiência” e para nossas práticas de cuidado em saúde.

## METODOLOGIA

O presente trabalho é um estudo qualitativo, analítico, a partir de uma abordagem cartográfica. Trata-se de um dos produtos da pesquisa Análise da implementação da rede de cuidados à saúde das pessoas

com deficiência – os usuários, trabalhadores e gestores como guias, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo edital/chamada 35/2018, processo nº 442816/2018-9, desenvolvida pela Rede de Observatórios de Políticas Públicas, Educação e Cuidado em Saúde.

A pesquisa articula uma rede de pesquisadores no nível nacional e, no estado da Paraíba, é realizada por membros do Grupo de Pesquisa Política, Educação e Cuidado em Saúde (GPECS) do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (DPS/CCM/UFPB). O citado estudo é fruto das imersões cartográficas deste grupo de pesquisadoras (usaremos o gênero feminino (com o artigo “a”) ao citarmos as pesquisadoras, trabalhadoras, gestoras e usuárias, pois elas são a maioria na presente pesquisa) em um Centro Especializado em Reabilitação, do tipo IV (CER IV), que compõem a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) na Paraíba.

Os primeiros movimentos cartográficos desta pesquisa começaram em maio de 2019, a partir da pactuação das pesquisadoras do GPECS com o serviço de saúde, processo no qual as trabalhadoras e gestoras do CER IV foram convidadas a serem também pesquisadoras cartógrafas da produção do cuidado à PcD, a partir dos agenciamentos realizados pelo, no e através do serviço. Como resultado dessa pactuação, foi ofertado um processo formativo às trabalhadoras/gestoras cartógrafas, com o objetivo de favorecer a criação de um coletivo capaz de colocar em foco os movimentos criados por usuárias-cidadãs, suas familiares-cuidadoras e trabalhadoras da/na instituição. Essa formação, que se constituiu em um processo de Educação Permanente em Saúde, se desenvolveu em 10 encontros quinzenais, com uma média de 03 horas de duração por encontro, entre os meses de julho a dezembro de 2019. Neste processo, foram envolvidas 21 pessoas do CER IV, com frequência média em cada encontro de 15 a 18 pessoas.

Paralelamente, ao longo dos meses de junho a dezembro de 2019, foi realizada uma imersão das pesquisadoras do GPECS no cotidiano de trabalho do CER IV paraibano. As vivências aconteceram, normalmente, durante dois turnos semanais, nos diversos setores do serviço de saúde. Neste percurso, as pesquisadoras cartógrafas puderam construir diálogos com trabalhadoras, gestoras, familiares e usuárias do Centro Especializado em Reabilitação em questão. Todas as vivências foram relatadas em diários de campo e processadas em encontros semanais das pesquisadoras do GPECS.

A pesquisa em tela foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Campus Macaé, com o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE): 17725919.2.1001.56, sendo obedecidas todas as orientações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

No processo de institucionalização do cuidado à PcD, identificamos que o CER IV em foco se estrutura e se organiza por meio da constituição de diversos dispositivos disciplinares (Foucault, 2004a). Um desses aparatos, que buscamos evidenciar no presente artigo, diz respeito aos jogos de linguagens estabelecidos pela e na instituição, operados por suas trabalhadoras, gestoras, familiares e usuárias. Contudo, essas diferentes pessoas, nas suas práticas discursivas, produzem agenciamentos (Deleuze & Guattari, 1997) que estruturam relações assimétricas de poder, uma vez que um agenciamento opera por um conjunto de relações materiais, em correspondência a um regime de signos que as determina.

Um exemplo de como um agenciamento opera são as definições diagnósticas e prognósticas das abordagens clínicas convencionais e todos os processos de oferta e organização da assistência em saúde delas decorrentes. A construção dos diagnósticos e prognósticos está centrada nos saberes biomédicos, que dão sentido aos corpos e procedimentos sobre estes, a partir de uma abordagem centrada na doença e no modelo queixa-conduta. Isto porque, na lógica biomédica, é a partir da hipótese diagnóstica que podem ser construídas as propostas de intervenção clínica. Ou seja, a intervenção é pensada para a doença e não para a pessoa que convive com ela (Camargo, 2005).

Ao mesmo tempo, os diagnósticos inscrevem novas corporalidades na usuária-cidadã, ao produzirem nela o registro de um corpo “deficiente” ou “disfuncional” que precisa ser curado ou

reabilitado, dentro dos padrões funcionais de “normalidade”, que produzem como um de seus efeitos o capacitismo. Há, assim, uma centralidade da ação na doença/deficiência/anormalidade/disfuncionalidade, a partir do diagnóstico e prognóstico biomédico. Disso decorrem vários agenciamentos de enunciação, nas interações dialógicas entre quem cuida e aquela que demanda cuidado. Circulação de enunciados dos pares interacionais carregados de uma força implícita, cuja palavra de ordem que a determina, adjetiva o corpo - autista, surdo, cego, cadeirante etc. Como afirmam Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997), a linguagem insere as pessoas em regimes de signos que são, em si, relações de poder: “a linguagem não é mesmo feita para que se acredite nela, mas para obedecer e fazer obedecer” (Deleuze & Guattari, 1997, p. 12).

No contexto que agora nos debruçamos, de produção do cuidado à PcD, especificamente em um CER IV na Paraíba, a usuária-cidadã com deficiência, para acessar os serviços e suas ofertas, precisa ser diagnosticada e consequentemente compreendida a partir de uma lógica biológica, biomédica e biolinguística. Ela passa a ser não mais uma pessoa com suas singularidades e demandas, para ser uma usuária-cidadã com um diagnóstico que lhe outorga o direito de acesso ao cuidado: pessoa com autismo (baixo, moderado ou de alto desempenho) ou com cegueira (parcial ou total) ou com surdez (leve, moderada, severa ou profunda) ou cadeirante (temporário ou permanente). Neste momento, além da redução da pessoa a uma certa condição biológica simbolizada pela ausência (de partes do seu corpo) ou pela perda (de suas funções sensoriais ou comportamentais), tem-se uma inserção da usuária-cidadã e sua família em um regime de signos linguísticos que marca uma forma de compreender e operar no mundo (nos corpos, nas relações e no cuidado), marcadas pelo capacitismo.

A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, atualmente em sua décima edição (CID-10) (Organização Mundial da Saúde [OMS], 1996), torna-se uma importante referência para o “acesso” da usuária-cidadã com deficiência à rede de cuidados e outros benefícios sociais. Nesse processo, identificamos uma disputa entre trabalhadoras, usuárias-cidadãs e seus familiares pela definição dos CID. É comum ouvirmos das trabalhadoras queixas de usuárias-cidadãs, que mesmo não se enquadrando em nenhum CID-10 para deficiência, demandam receber um determinado diagnóstico clínico para poderem ter acesso a determinados benefícios.

Quem pode dizer se a usuária-cidadã se enquadra, ou não, em tal ou qual diagnóstico (CID-10) é o profissional de saúde, que detém o saber e o poder institucional para tal definição. Assim, uma usuária-cidadã pode não ter o diagnóstico de cegueira, por lhe faltar a perda de meio grau de acuidade visual, segundo mensuração de um profissional específico. Isto gera uma tensão no processo relacional, um jogo de poder, no qual as desigualdades institucionais, e as potências das forças em relação, operam na decisão do diagnóstico, e consequentemente, de acesso ao cuidado e a outros direitos sociais.

No esforço de qualificar a discussão do diagnóstico das PcD, além do CID-10, a Organização Mundial de Saúde, em 2001, propõe a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (OMS, 2003), buscando uma avaliação que transcenda do corpo “deficiente” para o corpo funcional. Ela busca, assim, articular além da estrutura morfológica da pessoa (suas limitações sensoriais e físicas), sua funcionalidade (suas habilidades e capacidades funcionais residuais) num determinado contexto social, considerando as condições ofertadas pela sociedade para o desenvolvimento dessas funcionalidades, com foco nas atividades de vida diária. Contudo, se mantém, ainda nesta perspectiva a (in)capacidade daquele corpo funcionar (ou não) em um determinado contexto social, como no mundo do trabalho ou do espaço escolar, por exemplo (Diniz, Medeiros, & Squinca, 2007), mantendo a produção discursiva capacitista.

Ao ser definido o diagnóstico, seja através do CID ou da CIF, como o critério de inserção da usuária-cidadã no serviço de reabilitação, no mesmo momento em que lhe permite o acesso à atenção à saúde, também produz barreiras para a pessoa ao cuidado (Gomes et al. 2014). As intervenções centradas na deficiência como uma finalidade em si mesma não dão conta de visualizar os modos de viver a vida que as usuárias-cidadãs produzem e, portanto, as necessidades de cuidado que possam emergir no contexto da vida vivida em sua singularidade não são elencadas no projeto terapêutico singular (Merhy, 2013) e na forma de compreender os diferentes modos das pessoas estarem no mundo.

Retomamos uma experiência que vivenciamos em certa reunião com as trabalhadoras do CER IV, momento em que emergiu um debate, no qual aspectos relacionados às condições de vida das usuárias-cidadãs, como certos hábitos rotulados como “falta de higiene”, foram apontados como um grande problema para o desenrolar dos projetos terapêuticos. Nesse momento, as possibilidades difíceis de garantia da subsistência da PcD eram apreendidas como um problema externo, que “atrapalhavam” o projeto terapêutico, já que este é organizado, a partir de um olhar (construtor simbólico) sobre um corpo deficiente e não do seu modo de estar e viver no mundo. As condições de vida, as visões de mundo, as relações sociais e familiares são consideradas externalidades e passam a ser invisibilizadas na construção terapêutica centrada na reabilitação do corpo (com órgãos) da PcD.

Assim, outras formas de constituição existencial, que abarcam aspectos subjetivos e sociais que permitem uma apreensão mais complexa do viver no mundo, terminam sendo negadas, quando emergem na relação profissional/usuária-cidadã, sendo caracterizadas como fora da dimensão do processo terapêutico a ser desenvolvido pelo/no CER IV. Dessa forma, a condição existencial de criação de si é rechaçada enquanto dispositivo para o projeto terapêutico singular.

Este modo de operar a assistência, porém, não é exclusivo da Rede de Cuidado à PcD, mas passa outras modalidades de cuidado em saúde (Merhy, 1998; 2013). Marcadamente no campo da saúde mental, mas não somente nele, este tema toma destaque, a ponto de Franco Basaglia (1985) propor que a loucura seja posta em parênteses, para que possa emergir aí o sujeito que a corporifica. Paulo Amarante (1994) aponta que tal problematização basagliana identifica não apenas uma forma de compreender e operar sobre os corpos, mas também os mecanismos de controle desses corpos operados pelas instituições manicomialis, no caso da saúde mental. “A doença entre parênteses é, ao mesmo tempo, a denúncia e a ruptura epistemológica que se refere ao “duplo” da doença mental, isto é, ao que não é próprio da condição de estar doente, mas de estar institucionalizado” (Amarante, 1994, p. 65).

Em boa medida, a necessidade do diagnóstico constatado pela definição do CID para acessar certos “benefícios” se aproxima da maneira como ele também é colocado como condição para se produzir o cuidado a pessoas transgêneros que desejam, entre outras intervenções, realizar a cirurgia transgenitalizadora e, para tanto, precisam se submeter a um protocolo de diagnósticos que implica em assumir o CID de disforia de gênero. Itauane de Oliveira e Moises Romanini (2020) consideram o diagnóstico um processo perverso “pois é somente a partir dele que as pessoas que vivem a transexualidade passam a ter a sua vida e a sua experiência legitimada, necessitando do reconhecimento do outro, a partir de uma perspectiva patologizante, para terem os seus direitos assegurados e garantidos” (p. 8).

Esta concepção é reforçada em recente revisão da literatura sobre acesso à saúde de pessoas transexuais e travestis brasileiras, que afirma que “diagnóstico de transexualismo também tem sido exaustivamente apontado como importante barreira de acesso aos serviços de saúde, uma vez que esse fortalece concepções sobre gênero e sexualidade que apontam a população trans como anormal, fortalecendo sua marginalização” (Rocon, Wandekoken, Barros, Duarte, & Sodrê, 2020, p. 15).

Opera-se aí relações de poder institucional que tem consequências diretas no acesso das usuárias-cidadãs aos benefícios sociais e previdenciários específicos a sua condição “patológica”, como na situação da PcD, desconsiderando que o mais importante não é o diagnóstico mas o (re)conhecimento da pessoa em seu modo de andar a vida (Lancetti & Amarante, 2006).

Além disso, o diagnóstico opera um vocábulo específico do campo da saúde, de difícil acesso e compreensão da maior parte da população que não é especializada na área. Não saber operar tais códigos ao mesmo tempo que vulnerabiliza a usuária-cidadã e suas redes de conexões existenciais, rotulando-a a uma sigla, na disputa por seus interesses (acesso aos benefícios), também instrumentaliza as trabalhadoras em sua posição institucional.

Analisando formas de cuidado operados no nível da Atenção Básica do SUS, Eymard Vasconcelos também identificou as relações de poder nas práticas discursivas e no uso da linguagem no campo da saúde. Para ele, o fato de profissionais e usuárias-cidadãs estarem em posição assimétrica em suas interações dialógicas e enunciativas, legitima o saber estruturado sobre o outro, por parte da profissional, ocupando

uma posição mais privilegiada, enquanto seu par interacional ocupa uma posição inferior. Assim, “a linguagem não é somente instrumento de comunicação, mas também instrumento de poder. Competência linguística implica poder de impor a recepção” (Vasconcelos, 2008, p. 54).

Atuando neste lugar de disputa discursiva, alguns grupos de mães, principais cuidadoras de PcD, buscam se apropriar do discurso biomédico para poderem negociar com as profissionais e instituições de saúde. Mães que estão implicadas nas relações de cuidado, por vezes de maneira contraditória e conflitante com a condição de seus /suas filhos/as com deficiência, precisam disputar planos de cuidado, no qual entram em jogo práticas e discursos capacitistas (Fietz & Mello, 2019), em um processo dinâmico de interações e intervenções contínuas pautadas numa co-construção cotidiana. Em especial, as trabalhadoras do CER IV identificam as mães de crianças autistas como um grupo que estuda o autismo (em sua dimensão biomédica) e assim se fortalecem politicamente, e passam a ser mais respeitadas pelas trabalhadoras. Esse aspecto tem sido discutido, já há anos, como um fator que tem interferido na relação de profissionais de saúde com usuárias, evidenciando um uso intenso de fontes de informação cada vez mais disponíveis por meios digitais (Garbin, Pereira, & Guilam, 2008; Moretti, Oliveira, & Silva, 2012).

Mas se, por um lado, as mães tentam se apropriar de tais discursos biomédicos, o serviço também parece cada vez mais fortalecer seu discurso técnico-burocrático-institucional. Além de manter a centralidade do diagnóstico (e todo seu aparato de sobre-codificar os corpos), também organiza o serviço a partir de uma discursividade técnica de difícil acesso aos “leigos”. Amparado pela lógica diagnóstica, o CER IV se organiza em vários e diferentes setores/coordenadorias específicos para “cuidar” das pessoas, por tipo de deficiência instalada, o que pode produzir a fragmentação do cuidado, pela redução da pessoa à sua deficiência (analisador discutido anteriormente), marcado e sobre-codificado pelos códigos de classificação diagnóstica.

De certa forma, esse modo de separar as usuárias por coordenações, segundo o diagnóstico clínico, é o equivalente à maneira como, nos hospitais, se separam as usuárias por especialidades médicas, de modo que o corpo do outro é objeto das práticas das trabalhadoras de saúde para serem disciplinarizados (Cecilio & Merhy, 2003). O que queremos aqui sinalizar, nesse momento, é que esta organização do serviço é sustentada pela linguagem técnica, que opera relações de poder assimétricas entre os que detém, ou não, tal linguagem.

Além disso, as diferentes coordenadorias do CER IV recebem nomes técnicos de acordo com o tipo de deficiência que se propõe cuidar, dentro do padrão linguístico biomédico. Estas nomenclaturas ficam ainda mais difíceis de serem apropriadas pelo público em geral, na medida em que no cotidiano da instituição as coordenadorias são nomeadas por siglas (que descrevem suas nomenclaturas). Ou seja, a Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Auditiva é cotidianamente chamada de CODAPA, a Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Visual é chamada de CODAVI, a Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência Física de CODAFI e assim por diante. Além das coordenadorias, que no cotidiano do serviço são chamadas de coordenações, os demais setores da instituição também são identificados por siglas, como o Núcleo de Educação Física e Desporto, que é chamado de NED ou a Central de Interpretação de Libras, chamada de CIL.

O uso cotidiano dessas siglas dificulta sobremaneira a localização das usuárias-cidadãs e seus familiares no serviço. Elas sabem muitas vezes qual o setor em que é atendida, mas dificilmente compreendem a organização geral da instituição. Esta compreensão é até mesmo difícil para as próprias trabalhadoras do CER IV, que muitas vezes sabem de qual serviço estão falando, mas não sabem a sigla ou sua localização espacial dentro da instituição.

Compreendemos que o uso desta linguagem cifrada é uma estratégia de marcar uma discursividade técnica que pertence a apenas alguns operadores do serviço. Ela demarca um saber específico que, quando apropriado, permite determinados movimentos institucionais. Ou seja, quanto mais difícil de ser apropriado tal repertório linguístico, mais protegida a instituição fica, na medida em que se torna dificilmente apreendida pelas pessoas. Com isso, impõem o lugar de domínio do discurso e, como nos ensina Michel Foucault (2004b, p. 10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas se fazem não para que busquemos denunciar tais relações de poder (pois não é apenas de denúncia que se trata a análise das relações de poder), nem para imaginar que seria possível atuar eliminando as heterogeneidades existentes entre trabalhadoras e usuárias-cidadãs, mas para indicar que as relações de poder, que entre outros aspectos também se atualizam no exercício da linguagem, são imanentes ao nosso campo de atuação e produzem efeitos na forma de nos relacionarmos e produzirmos cuidado em saúde.

Por isso, devemos reconhecer que a circulação da linguagem se configura nos serviços em geral e, especialmente, no cuidado à PcD, como uma tensão constitutiva dos serviços de saúde. Assim, por estarmos imersos nessas complexas relações de poder, por estarmos dentro delas e operando nelas, devemos melhor compreendê-las em seus mecanismos, para balizarmos nossas atuações como seres políticos no mundo do cuidado, abrindo para novos sentidos existenciais os processos de encontros que aí ocorram.

Tais análises aqui produzidas foram processadas junto com as trabalhadoras do referido CER IV ao longo de uma pesquisa cartográfica, sendo parte de um conjunto de estudos e produções sobre a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Estado da Paraíba. Elas buscaram oferecer elementos para a problematização, análise e qualificação do cuidado em saúde na citada rede, apontando a necessidade de novos estudos no campo da micropolítica do trabalho em saúde, sobre as relações de poder e seus efeitos na organização dos serviços de saúde e das práticas de cuidado, como forma de se produzir novos modos de cuidado às pessoas com (ou sem) deficiência nas Redes de Atenção à Saúde do SUS capazes de produzir outras visibilidades e dizibilidades para - e a partir dos - corpos “com deficiência”.

Destacamos a escassez de estudos que coloquem em pauta os efeitos dos operadores linguísticos na produção dos corpos com deficiência e das ofertas de cuidado na Rede de Cuidado à PcD. E assim, apontamos a necessidade de novos estudos que coloquem a deficiência em parênteses para que a pessoa que a corporifica consiga emergir. É preciso produzir novos modos de cuidado que potencializem os diferentes modos das PcD andarem suas vidas e que os serviços de saúde possam organizar suas ofertas de cuidado, dentro de uma lógica colaborativa, inclusiva, em rede e capaz de proporcionar autonomia e participação social e política de seus/suas usuários/as.

## REFERÊNCIAS

- Amarante, P. (1994). Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, 1(1), 61-77. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701994000100006>.
- Basaglia, F. (1985). As Instituições da Violência. In F. Basaglia (Coord.), *A Instituição Negada: Relato de um Hospital Psiquiátrico* (pp. 99-134). Graal.
- Camargo, K. R. (2005). A biomedicina. *Physis*, Rio de Janeiro, 15(Supl.1), 177-201. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312005000300009>
- Cecilio, L. C. O. & Merhy, E. E. (2003). A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar. In R. Pinheiro & R. Mattos (Orgs.), *Construção da integralidade: cotidiano, saberes e práticas em saúde* (pp. 197-210). IMS/ABRASCO.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Ed. 34.
- Diniz, D., Medeiros, M., & Squinca, F. (2007). Reflexões sobre a versão em português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(10), 2507-2510. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001000025>
- Fietz, H. M. & Mello, A. G. (2018). A Multiplicidade do Cuidado na Experiência da Deficiência. *Revista AntHropológicas*, Recife, 29(2), 114-141. doi:<https://doi.org/10.51359/2525-5223.2018.238990>
- Foucault, M. (2004a). *Microfísica do Poder*. (2004a). Graal.
- Foucault, M. (2004b). *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Loyola.
- Garbin, H. B. R., Pereira, A. F., & Guilam, M. C. R. (2008). A internet, o paciente expert e a prática médica: uma análise bibliográfica. *Interface* (Botucatu), 12(26), 579-588. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300010>.
- Gomes, M. P. C., Cipriano, R. C., Freire, J. T., Merhy, E. E., Abrahão, A. L., Silva, E., Vianna, L., & Tallemberg, C. (2014). Acesso às multiplicidades do cuidado como enfrentamento das barreiras em saúde mental: Histórias de R. In M. Gomes & E. Merhy (Orgs.), *Pesquisadores IN-MUNDO: Um estudo da produção do acesso e barreira em saúde mental* (pp. 55-87). Rede Unida. <https://editora.redeunida.org.br/project/pesquisadores-in-mundo-um-estudo-da-micropolitica-da-producao-do-acesso-e-barreira-em-saude-mental>
- Jasanoff, S. (Org.). (2003). *States of Knowledge: The co-production of science and social order*. International Library of Sociology. Routledge.
- Lancetti, A. & Amarante, P. (2006). Saúde mental e saúde coletiva. In G. W. S. Campos, M. C. S. Minayo, M. Akerman, & Y. M. Carvalho (Orgs.), *Tratado de Saúde Coletiva* (pp. 615-634). Hucitec; Fiocruz.

Marchesan, A. & Carpenedo, R. F. (2021) Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Revista Trama*, 17(40), 56-66.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. N-1 edições.

Merhy, E. E. (1998). A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde - uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar a assistência. In C. Campos, D. Malta, A. Reis, A. Santos, & E. Merhy, (Orgs.), *Sistema Único de Saúde em Belo Horizonte: reescrevendo o público* (pp. 103-120). Xamã.

Merhy, E. E. (2013). O cuidado é um acontecimento e não um ato. In T. Franco & E. Merhy (Orgs.), *Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde* (pp. 172-182). Hucitec.

Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da percepção*. Martins Fontes.

Moretti, F. A., Oliveira, V., & Silva, E. M. K. (2012). Acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública? *Rev. Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, 58(6), 650-658. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000600008>

Oliveira, I. & Romanini, M. (2020). (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. *Saude Soc.*, 29(1), e170961. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902020170961>

Organização Mundial da Saúde – OMS. (1996). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID-10 Décima revisão*. EDUSP.

Organização Mundial da Saúde – OMS. (2003). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*: EDUSP.

Paraíba (2020). *Relatório Anual de Gestão*. Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência.

Rocha, M. (2010). *A especificidade da psicomotricidade: a busca de um modelo explicativo*. (Dissertação de Mestrado em Clínica Médica, Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ).

Rocha, M., Santos, A. R. C., & Resende, C. (2019). Polissemias do sensível: resistência e ethos na formação em saúde. *Interritórios*, 5(9), 137. doi: <https://doi.org/10.33052/inter.v5i9.243599>

Rocon, P. C., Wandekoken, K. D., Barros, M. E. B. de, Duarte, M. J. O., & Sodré, F. (2020). Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trab. educ. saúde*, 18(1), e0023469. doi: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00234>

Vasconcelos, E. M. (2008). *Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família*. Hucitec.

Vianna, N. G. (2018). *Ruídos e silêncios: uma análise genealógica sobre a surdez na política de saúde brasileira* (Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas/SP). <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/334621>.



<b>Histórico</b>	<i>Submissão: 30/11/2020 Revisão: 30/04/2022 Aceite: 23/05/2022</i>
<b>Contribuição dos Autores</b>	<i>Concepção: JS, LG, DSB, DAP, TAM, HHLZ, MFL, MR, EEM; Coleta de dados: JS, LG, DSB, DAP, TAM, HHLZ, MFL, MR, EEM; Análise de dados: JS, LG, DSB, DAP, TAM, HHLZ, MFL, MR, EEM; Elaboração do manuscrito: TJS, LG, DSB, DAP, TAM, HHLZ, MFL, MR, EEM; Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: JS, LG, DSB, DAP, TAM, HHLZ, MFL, MR, EEM; Aprovação final do manuscrito: JS, LG, DSB, DAP, TAM, HHLZ, MFL, MR, EEM;</i>
<b>Financiamento</b>	<i>Financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo edital/chamada 35/2018, processo n° 442816/2018-9,</i>
<b>Consentimento de uso de imagem</b>	<i>Foi obtido o consentimento escrito dos participantes da pesquisa, através do TCLE</i>
<b>Aprovação, ética e consentimento</b>	<i>Não se Aplica</i>

Artigo Original

## A feminização do homem hétero em *eXistenZ*, de David Cronenberg

*La feminización del hombre hetero en eXistenZ,  
de David Cronenberg*

*The feminization of the straight man in eXistenZ,  
by David Cronenberg*

Fernando Mascarello  
Amadeu de Oliveira Weinmann

Fernando Mascarello  
Doutor em Cinema pela USP em 2004.  
<http://orcid.org/0000-0002-7897-5866>  
E-mail: [mascadu@terra.com.br](mailto:mascadu@terra.com.br)

Amadeu de Oliveira Weinmann  
Doutor em Educação pela UFRGS  
em 2008.  
<http://orcid.org/0000-0002-4162-9660>  
E-mail: [weinmann.amadeu@gmail.com](mailto:weinmann.amadeu@gmail.com)

### Resumo

Este artigo propõe uma revisitação analítica ao filme *eXistenZ* (1999), de David Cronenberg, focalizando um de seus temas centrais, mas pouco explorado por sua fortuna crítica: a feminização do homem no espaço das práticas eróticas heterossexuais. O tema se articula no filme, em nosso entendimento, por meio de suas figuras alegóricas da erotização anal do homem e dos erotismos tântrico e taoísta. Nossa abordagem exploratória tem o duplo caráter metodológico de interpretação filmica e escuta psicanalítica, construindo-se nas interfaces entre os campos da psicanálise e dos estudos de cinema. Ela se ampara também em conceitual dos campos dos estudos dos homens e das masculinidades, feministas e queer, e, para fins de descrição do objeto, em subsídios buscados nos emergentes estudos acadêmicos tântricos e taoístas. Em psicanálise, mobilizamos conceitual antifalocêntrico de formulação recente por autores como Jacques André, Gerald I. Fogel, Silvia Bleichmar e Monique Schneider.

**Palavras-chave:** *Psicanálise; Masculinidades; David Cronenberg; Tantra; Taoísmo.*

### Resumen

Este artículo propone una revisión analítica de la película *eXistenZ* (1999), de David Cronenberg, centrándose en uno de sus temas centrales, pero poco explorado por su fortuna crítica: la feminización del hombre en el espacio de las prácticas eróticas heterossexuales. El tema articulase en la película, a nuestro entender, por medio de sus figuraciones alegóricas de la erotización anal del hombre y de los erotismos tântrico y taoísta. Nuestro enfoque exploratorio tiene el doble carácter metodológico de interpretación filmica y escucha

*psicoanalítica, en las interfaces entre los campos del psicoanálisis y los estudios cinematográficos. También se apoya en conceptos de los campos de los estudios masculinos y de masculinidades, feministas y queer; y, con el propósito de describir del objeto, de los subsidios buscados en los estudios académicos tántricos y taoístas emergentes. En psicoanálisis, movilizamos formulaciones antifalocéntricas recientes de autores como Jacques André, Gerald I. Fogel, Silvia Bleichmar y Monique Schneider.*

**Palabras-clave:** *Psicoanálisis; Masculinidades; David Cronenberg; Tantra; Taoísmo.*

### **Abstract**

*This article proposes an analytical revisitation of the film **eXistenZ** (1999), by David Cronenberg, focusing on one of its central themes, but little explored by its critical fortune: male feminization in the arena of heterosexual erotic practices. The theme is articulated in the film, in our understanding, through its (1) allegorical figuration of man's anal eroticization and of the tantric and daoist eroticisms. Our exploratory approach has the double methodological character of film interpretation and psychoanalytic listening, built at the interfaces between the fields of psychoanalysis and film studies. It is also supported by concepts from the academic fields of men's and masculinities, feminist and queer studies, and, for the purpose of describing the object, from subsidies sought in the emerging Tantric and Daoist academic studies. In psychoanalysis, we mobilize recent antiphallocentric formulations by scholars such as Jacques André, Gerald I. Fogel, Silvia Bleichmar and Monique Schneider.*

**Keywords:** *Psychoanalysis; Masculinities; David Cronenberg; Tantra; Daoism.*

## INTRODUÇÃO

A fim de jogar o jogo, Allegra Geller e Ted Pikul precisam se plugar. Allegra umedece os dedos e, com eles, lubrifica a bioporta lombar de Pikul, ainda em estado virginal. Tenta inserir a ponta saliente do *UmbyCord*. Pikul reclama de dor, pergunta se não está infectada. Ela insiste, a bioporta só está excitada e quer ação. Vemos ele de costas pra Allegra, revoltado: “Mas acho que *eu* não estou a fim de ação. Eu, o portador da bioporta excitada!”

Pikul agora tem uma bioporta funcional, instalada por Kiri Vinokur. Porque Gas, o frentista do posto, usando uma ferramenta que mais parecia uma britadeira, tinha instalado nele uma bioporta defeituosa, para contaminá-lo e poder dar cabo de Allegra...

Logo em seguida, sentado na cama e mais calmo, Pikul oferece de novo as costas a Allegra. Ela chupa a extremidade do *UmbyCord* e mete na abertura do parceiro, que a acolhe. Pikul apalpa atrás, pesquisando se está tudo bem e indaga: “Você leva uma vantagem injusta sobre mim. Como posso vencer a designer do sistema?” Allegra também se pluga e responde: “Você não poderia vencer o cara que inventou o jogo de pôquer?” E ainda: “Viu? Já está entrando no clima...”

Ele se cala, ela o contempla doce e maliciosamente e vai formando, com os dedos da mão direita, uma pinça com que aciona o bico arredondado do *gamepad* feito de tecidos de anfíbios mutantes. O corpo de Pikul se projeta para cima, ereto, ele abre os olhos e estuda comovido os contornos físicos da nova dimensão virtual. Sem pressa, faz passear suas mãos pelo corpo e pelo rosto, acaricia até mesmo a superfície da parede, respira fundo, então busca de novo o olhar de Allegra. “Eu não fazia ideia... foi incrível, me sinto simplesmente eu mesmo”. “É comum uma transição assim, tão suave de um ponto a outro?” Ela responde que sim, “depende do estilo do jogo”.

Duas ou três cenas mais tarde, seguindo no universo do jogo, Allegra investe decidida sobre ele no depósito ao fundo da loja de *games*. Pikul se entrega aos beijos e avanços dela mas continua inquieto... “E nossas novas identidades?” Allegra diz que elas podem cuidar de si mesmas. Ele não se contenta: “Onde estão nossos corpos verdadeiros? E se estiverem em perigo?” Ela tenta tranquilizá-lo: “Estão onde os deixamos. Quietinhos, de olhos fechados... como se estivessem *meditando*.” Não convencido, Pikul se desvencilha do corpo dela e se afasta. “Me sinto vulnerável, como se estivesse desencarnado.” Mais uma vez, ela desconversa e puxa ele de volta para transa: “Não se preocupe. Se houver algum problema, pulamos fora do jogo.”

Mais adiante, numa das cenas no restaurante chinês, Pikul traz isso à tona: pausar o jogo. “Todos os jogos podem ser pausados, certo?” Allegra argumenta: “Mas você não quer ver o que há de tão especial no especial do cardápio?” Então, de súbito, de novo projetando o corpo para cima, ele grita: “Pausar *eXistenZ!*” A imagem corta para cama, a mesma onde começou o jogo, e lá estão os corpos deles dispostos lado a lado, contemplativos, “meditando”. Allegra pergunta, frustrada e sarcástica: “E agora, como você se sente na sua vida real, essa pela qual você voltou?” Pikul diz que parece totalmente irreal. “Já está viciado, hein?”, ela sentencia. “Quer voltar pro restaurante chinês, não é? Porque aqui nada acontece. Estamos seguros. É um tédio...”

## 2

Nessa transcrição que faço de uma seleção das cenas mais deliciosas, fica bem sugerido que o filme *eXistenZ*, de David Cronenberg (1999), constrói como um de seus temas centrais a “feminização do homem no campo das práticas eróticas hétero”. Sob a moldura de uma trama de ficção científica que, dez anos depois, serviria de inspiração para os criadores da série *Black mirror* por conta de sua história sobre jogos de realidade virtual, não é difícil identificar, em *eXistenZ*, os habituais fascínio e repulsa exercidos pelo feminino sobre os protagonistas homens da maioria dos perturbadores filmes de Cronenberg (vejam-se *Crash: Estranhos prazeres* (1995); *M. Butterfly* (1993); *Gêmeos - Mórbida semelhança* (1988); *Videodrome: A síndrome do vídeo* (1982), entre vários outros). Fascínio e repulsa

que, em meu modo de ver, se singularizam em *eXistenZ*, para um Ted Pikul convocado e guiado por Allegra, por sua articulação ao redor das representações alegóricas da erotização do ânus do homem e do erotismo de extração oriental (tântrico, taoísta), associados a um gozo não-fálico, não-heteronormativo e logo desviante: feminino, feminizante. E não é demais enfatizar o que já fica patente pela transcrição do texto fílmico: gozo inédito, convidativo, porém carregado de ameaças à garantia fálica e, por isso, disparador permanente de reações viris.

Porque, por um lado, para jogar o jogo chamado “*eXistenZ*”, projetado por uma Allegra Geller que nos é apresentada como o maior talento criativo da indústria de *games* (além de chefe de Pikul), os jogadores devem todos se plugar ao *gamepad* ou controle “por trás”, por meio de uma prótese lombar assemelhada a um ânus. E por outro lado, o jogo que a partir desse plugue tem início, no “estilo” como é jogado, pode prestar-se a uma interpretação enquanto saborosa alegoria fílmica de uma transa onde ambos os parceiros são passivos e contemplativos, se abrindo a prazeres historicamente associados ao feminino. São aqueles prazeres da família da entrega, da pele, da demora, da penetrabilidade e da interioridade, fomentadores em potencial de uma dinâmica de reterritorialização erógena, de um “para além do genital”. Mais que isso, ainda, conjecturo, com base em diversas pistas fílmicas, que a encenação desses prazeres femininos em *eXistenZ* possa remeter, furtiva e quiçá inadvertidamente (a contrapelo portanto das próprias “intenções” do autor), ao erotismo esse, contemplativo, meditativo e não-ejaculatório, praticado por tântricos e taoístas desde séculos.

Fundamentalmente, desde o aparecimento em seus contextos culturais de origem, os erotismos tântrico (Índia, Tibete) e taoísta (China) derivam do prolongamento do coito através de técnicas de evitamento da ejaculação, ou seja, de retenção do esperma pelo homem, tendo dois objetivos maiores. Como objetivo principal, geralmente, nas múltiplas e distintas manifestações históricas dessas formas de erotismo, utiliza-se esse ato sexual, performado de modo contemplativo e ritualístico, como técnica de meditação e de circulação de “energia” (ou bioeletricidade, em linguagem das ciências médicas contemporâneas) (Kohn & Wang, 2009; Kripal, 2007; Urban, 2003). Secundária e simultaneamente, muitas vezes, e cada vez mais no Ocidente contemporâneo, são explorados pelos parceiros prazeres “não-genitais” das mais diversas espécies, com destaque para modalidades não-ejaculatórias de orgasmo masculino e também feminino, de que é exemplo destacado o chamado “orgasmo seco” no homem, e para o êxtase místico (Carrellas, 2007; Chia & Winn, 1984).

Nesses casos, a contemplação e a ritualização aparecem associadas a uma feminização do coito, por conta dos diversos aspectos femininos dos prazeres sexuais buscados, vinculados à entrega, à demora, à interioridade, ao compartilhamento e à procura por sensações prazerosas e/ou orgásticas através de regiões erógenas não-genitais. Apesar de os erotismos tântrico e taoísta serem minoritários e, variando conforme época e local, muitas vezes subterrâneos e até mesmo perseguidos no interior das tradições religiosas e/ou esotéricas asiáticas (Kohn & Wang, 2009; Urban, 2003), suas práticas articulam-se dentro de um marco mais universal da cultura esotérica (a qual também se faz presente na Europa, África e Américas) em que se entende que a “energia sexual”, para o homem alegadamente concentrada no esperma, não deve ser objeto de “desperdício” via orgasmo ejaculatório, por ser a principal fonte de energia vital para o desenvolvimento da espiritualidade.<sup>1</sup>

1 Para uma introdução mais detalhada a essas duas formas de erotismo (incluindo sua controversa importação ao Ocidente, sobretudo desde a contracultura dos anos 1960, quando diversas escolas de transmissão passam a ser acusadas de comodificação e/ou charlatanismo e/ou eliminação da moldura meditacional esotérica [ver, p. ex., Kripal, 2007; Urban, 2000]), os chamados “estudos acadêmicos tântricos e taoístas”, dois subcampos dos estudos religiosos desenvolvidos e consolidados, no decorrer dos últimos 30 anos, em diversos departamentos universitários na Europa, América do Norte e Ásia (mas sem repercussões identificáveis, até o momento, no Brasil), já disponibilizaram consistente literatura. Ótimos exemplos são *Tantra: Sex, secrecy, politics, and power in the study of religion*, de Hugh Urban (2003); “*Remembering ourselves: On some countercultural echoes of contemporary tantric studies*”, de Jeffrey J. Kripal (2007); “*The cult of ecstasy: Tantrism, the New Age and the spiritual logic of late capitalism*, de Urban (2000); e *Internal alchemy: Self, society and the quest for immortality*, org. Kohn e Robin R. Wang (2009).

Fundamental é ressaltar, claro, que o conceito de “feminino”, tal como aparece nas noções de “feminização do homem hétero”, “gozos e prazeres femininos” e “feminização do coito”, é aqui empregado, para além de seus aspectos históricos e culturais, em um sentido filosófico (epistemológico, ontológico, político) assentado no reconhecimento da “diferença sexual”. Passadas três e cinco décadas, respectivamente, do advento do pensamento feminista acadêmico e da teoria *queer*, o fato é que diversas modalidades de reconhecimento teórico da diferença sexual - mesmo que controversas e com frequência alvo de críticas pelo suposto caráter conservador de seu dualismo e/ou essencialismo - seguem definindo hoje vertentes teóricas importantes “empenhadas na crítica ao patriarcado e à heteronormatividade”, as quais podem ser encontradas no interior tanto da psicanálise contemporânea de corte antifalocêntrico, quanto da teoria feminista e dos estudos acadêmicos tântricos e taoístas.

Começando pela psicanálise, um conjunto representativo de teóricos, embora ainda minoritários, têm se lançado, nas últimas três décadas, a revisar e reelaborar teoricamente a dimensão feminina da psicosssexualidade, retirando-a de seu estatuto de inferioridade e imperfeição consignado pelo par fálico/castrado e pela inveja do pênis. Pilares da moldura falocêntrica da segunda metade do percurso freudiano, estes sobrevivem, na visão desses autores, reconfigurados na arquitetura teórica lacaniana do falo simbólico e da castração universal (ter x ser o falo etc.).

Nessa direção, uma positivação da feminilidade pode ser vista, por exemplo, na obra do francês Jacques André (1996), que promove um resgate teórico contundente da dinâmica psíquica relativa às sensações vaginais precoces da menina, vinculadas à chamada “confusão cloacal” ânus/vagina (com o bolo fecal como primeiro “pênis”). Segundo André, isso teria sido objeto de recalque teórico na obra freudiana a partir de sua virada falocêntrica dos anos 1920, que fez do clitóris como “pequeno pênis” o cerne da psicosssexualidade na menina. Além disso, o autor se baseia na teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche para propor que, mais que apenas uma dimensão psiquicamente constitutiva de homens e mulheres (a qual é mais recalcada ou “repudiada” pelos homens heterossexuais, no entendimento da psicanálise), a feminilidade seria definidora das próprias origens da sexualidade, pelos efeitos da ação intrusiva ou “efractante” dos pais de ambos os sexos sobre o bebê, pensado por André como uma “criança-orifício”. Já o estadunidense Gerald Fogel (2006) busca positivar a dimensão feminina da psicosssexualidade conferindo-lhe nomeação conceitual mais definida, denominando-a “cloacal” por associá-la à “interioridade genital” (incluindo o ânus) “tanto de mulheres quanto de homens”. Fogel sugere considerar essa dimensão cloacal como a “metade ‘feminina’” constitutiva dos sujeitos de qualquer sexo, “da mesma forma como fálico refere à metade ‘masculina’”, relacionando-a não somente a aspectos mais diretamente psicosssexuais como a passividade e a penetrabilidade, mas a outros aspectos psíquicos mais amplos como a receptividade, a plasticidade, a abertura à alteridade e ao imprevisto etc.

Penso que a manutenção da ideia de diferença sexual, nas formulações dessa vertente teórica psicanalítica antifalocêntrica, se coaduna (embora as óbvias assimetrias disciplinares entre as concepções psíquica e filosófica do feminino) com o entendimento filosófico de feminino defendido por diversas autoras reconhecidas da teoria feminista no século 21, com destaque para algumas feministas neomaterialistas. Boa parte dessas últimas, como as australianas Alison Stone (p. ex., 2006, 2016) e Elizabeth Grosz (p. ex., 2004), inspiram-se filosoficamente na ontologia e na política da diferença sexual formuladas, ao longo de sua trajetória, por Luce Irigaray. Stone (2006, 2016), por exemplo, não apenas resgata os méritos do dualismo sexual clássico de Irigaray, típico de suas obras dos anos 1970 - com seu célebre chamado à superação do patriarcado pela (re)construção e afirmação (ou “autoexpressão”) de uma “cultura do feminino” -, como defende o que percebe como o destino desse dualismo, no pensamento irigarayano desde meados da década de 1980, em um “essencialismo realista” que desierarquiza o privilégio à cultura na sua relação com a natureza.

A fim de contornar alguns problemas importantes que identifica nessa segunda metade do percurso de Irigaray - como sua pouca atenção à interseccionalidade e aos intersexuais, concomitante a eventuais tendências ao heterossexismo -, Stone propõe um movimento de síntese, mediado pela filosofia da natureza de Schelling, entre o essencialismo realista irigarayano e o antiessencialismo construcionista e perfor-

mativista de Judith Butler. No modelo ontológico neomaterialista que disso resulta, a autora assevera a possibilidade de um desdobramento histórico (Schelling) da natureza/cultura feminina, que contemple não apenas a (re)construção de uma cultura feminina superadora do patriarcado, mas também a manifestação e afirmação das múltiplas combinatórias potenciais entre o feminino e o masculino. Nessa formulação de Stone, portanto, restam acolhidas, em uma atitude integradora, tanto a diferença ou dualidade sexual irigarayana quanto a multiplicidade reivindicada por Butler e outros teóricos queer.

Essas visões psicanalíticas e neomaterialistas do feminino aqui aproximadas - uma feminilidade psíquica positivada na forma de penetrabilidade, passividade, receptividade, plasticidade e abertura à alteridade e ao imprevisto, e um feminino entendido filosoficamente, em suas relações com o masculino, como em dualidade complexa e passível, portanto, de combinatórias múltiplas e (re)construção histórica, são também bastante próximas, em termos gerais, das concepções de feminino (e masculino) encontradas no Tantra e no Taoísmo e em suas formas de erotismo esotérico.

Infelizmente, não é possível sequer ensaiar uma síntese satisfatória, aqui, da variedade de atitudes seja quanto ao entendimento mais detalhado das relações feminino x masculino ao longo dos debates filosófico e esotérico históricos tântricos e taoístas, seja no manejo dessas relações nas práticas e rituais eróticos concretos, nas muitas e distintas vertentes e escolas da Índia, Tibete, China ou do Ocidente contemporâneo, passadas e presentes. Aliás, para fins de ilustrar essa diversidade em apenas dois exemplos, basta dizer que, no terreno da filosofia taoísta, diferentes correntes debatem se o percurso místico tem como horizonte o feminino ou o andrógino (Ames, 1981); e que, no universo do erotismo tântrico clássico, as práticas ritualísticas na Índia frequentemente continham traços misóginos, ao contrário do que sucede habitualmente nas formas “*New Age*” ocidentais, sintonizadas com a cultura (em geral pró-feminista) pós-contracultural e mediadas pelo conceito de “divino feminino” (Kripal, 2003).

De toda maneira, para nossos fins de investigação do erotismo tântrico/taoísta alegorizado em *eXistenZ*, um filme realizado e com narrativa ambientada no Ocidente atual, o mais importante é que as visões “ocidentais contemporâneas” dessas práticas eróticas de origem oriental não apenas são compatíveis com a ideia de uma “feminização do homem” no coito como a propugnam, inclusive alinhando-se à luta antipatriarcal (Bruckner & Finkielkraut, 1989) e mesmo aventurando-se pelo terreno da diversidade queer (Carrellas, 2007).

Enfim, é munido desse entendimento psicanalítico, filosófico e erótico do feminino, reconhecedor da diferença sexual e aberto à multiplicidade e à diversidade, que proponho investigar as práticas de feminização dos homens heterossexuais alegorizadas em *eXistenZ*. Minha motivação para revisitar o filme é, precisamente, o fato de seus comentadores, seja nas esferas crítica ou acadêmica, pouco terem se debruçado sobre a incursão do filme pelas práticas eróticas, antes referidas, *feminizantes* do homem no espaço do erotismo hétero: incursão mais visível no caso da erotização anal do homem no coito hétero, e bem menos visível e talvez não-deliberada<sup>2</sup> no do erotismo de origem oriental, taoísta e tântrico.<sup>3</sup> Pelo mundo, desde os anos 1980, a fértil e variegada obra de Cronenberg tem sido objeto de um grande número de estudos acadêmicos (boa parte deles informados por teorias psicanalíticas), os quais, via de regra, se interessam mais seletivamente por uma ou algumas das obsessões temáticas do diretor – que incluem em especial, em rearranjos os mais diversos a cada filme, os vínculos entre gênero, sexualidade,

2 Em entrevistas de Cronenberg sobre *eXistenZ*, há alguma elaboração do diretor a respeito da metáfora filmica anal da prótese lombar, mas não se encontram menções ao erotismo tântrico ou taoísta (ex., Grünberg, 2006).

3 São inúmeros os elementos em *eXistenZ* que, a meu ver, autorizam a entender que a alegoria dessa transa contemplativa remeta aos erotismos tântrico e taoísta. Por exemplo, no plano visual, tanto o *design* e a iconografia da abertura do filme, quanto a disposição coreográfica/geométrica dos corpos de Pikul e Allegra, deitados sobre a cama e conectados por cabos ao *gamepad*, remetem com nitidez à iconografia esotérica e erótica taoísta. Já na esfera narrativa, veja-se a longa série, estruturada e recorrente, de diálogos entre Allegra e Pikul (de que a Introdução oferece uma mostra) que carrega duplo sentido e, em nível metafórico, pode ser tomada como a representação de um *tour* iniciático à experiência erótica taoísta ou tântrica, em que ela é mestra e ele é discípulo. A fala de Allegra sintetiza: “[Nossos corpos] estão aonde os deixamos. Quietinhos, de olhos fechados... como se estivessem *meditando*.”

o abjeto, o mutante, a tecnologia e as relações corpo-máquina, tendo como pano de fundo, na maior parte das vezes, o contexto do capitalismo contemporâneo corporativo e pós-industrial. No caso particular de *eXistenZ*, ocorreu que o enfoque mais comum de críticos e pesquisadores tendeu a privilegiar, mesmo que não exclusivamente, as repercussões das novas tecnologias protéticas e virtuais sobre o corpo e a subjetividade (p. ex., Vieira & Coelho, 2005; Rodley, 1999).

Sim, é verdade que, mesmo dentro dessa tendência predominante entre a recepção crítica do filme, tanto a metáfora protética anal quanto a representação filmica do jogo como alegoria de uma transa foram bem apontadas pelos comentadores. Também, eventualmente, alguns críticos e acadêmicos, principalmente aqueles mais pautados pelo viés da política de gênero, se detiveram sobre algumas questões referentes à relação da masculinidade com o feminino colocadas por *eXistenZ*. Porém, o tema mais pontual antes referido, dos modos dos homens relacionarem-se com a erotização do seu ânus no espaço das práticas heterossexuais, não recebeu atenção mais dedicada. E tampouco, salvo por raras exceções de um ou outro blog de cinefilia ou esoterismo que dela se aperceberam, via de regra nem sequer foi aventada, pela fortuna crítica e acadêmica do filme, a possível remissão alegórica nele contida aos erotismos tântrico e taoísta.<sup>4</sup>

Tomar *eXistenZ* pelo viés que proponho pode ensinar, quero crer, um movimento em pista dupla nas interfaces entre os campos dos estudos de cinema e da psicanálise. Num primeiro movimento, filiando-se à vertente do campo dos *film studies* que guarda como fundamento teórico o recurso (entre outros) a conceitual psicanalítico, se poderia almejar construir, com o suporte pontual ou mesmo central de teorias psicanalíticas, interpretações filmicas para esses aspectos pouco analisados (a feminização do homem hétero via erotização anal e erotismo “oriental”) do filme de Cronenberg.

Mas também, desde o campo da psicanálise, me pareceria ser possível, a partir de uma escuta do filme, sair em busca de um ou outro *insight* teórico que agreguem ao entendimento psicanalítico desse fascínio e repulsa disparados por essas sendas que mais robustamente se abrem aos homens, contemporaneamente, para convidá-los, como faz Allegra, à sua feminização na esfera das práticas eróticas hétero (Tais sendas, vale dizer, passam a ser mais robustamente abertas em decorrência, sobretudo, dos ganhos culturais pós-empoderamento das mulheres e pós-afirmação da diversidade sexual LGBTTQI+). Nesse segundo movimento, conforme a tradição inaugurada por Freud e teórico-metodologicamente esboçada em seu texto sobre os escritores criativos (Freud, 1908/1996), estaríamos nos servindo, a fim de melhor compreender algum fenômeno que interrogue à psicanálise, da matéria-prima oferecida pelo universo fantasístico de um artista de sensibilidade fora do comum, cuja subjetividade capta, funde e corporifica, em suas obras, certas ansiedades notáveis e ainda pouco inteligíveis de seu tempo.

É o trilhamento dessa pista dupla que pretendo sugerir nesse texto, como via de revisitação e escuta de um *eXistenZ* com que penso estarmos em débito na apreciação de sua peculiar abordagem à feminização dos homens em práticas eróticas heterossexuais. Sublinhando que se trata de um artigo de “caráter exploratório”, nele apresento, além dessa aproximação inicial já realizada, primeiramente, na seção 3, algumas reflexões teórico-políticas em torno ao tema, apoiadas em formulações de autores como Raewyn Connell (1995), Robert Heasley (2005), Judith Butler (2003), Eve Sedgwick (1985) e Lynne Segal (1994). Tal apoio em autores dos estudos dos homens e das masculinidades, *queer* e feministas – que vêm somar-se às já citadas Irigaray, Alison Stone e Elizabeth Grosz – é feito em busca, em primeiro lugar, de conceitual apto a enfrentar algumas das insuficiências teóricas da psicanálise que têm sido apontadas, historicamente, no que diz respeito ao tema da feminilidade e, mais contemporaneamente, aos da masculinidade e da heterossexualidade (Chodorow, 1994). Em segundo lugar, também busco situar o trabalho (tanto em termos da interpretação filmica quanto da escuta psicanalítica) num horizonte (micro)político, que passe por uma melhor compreensão da repulsa ou repúdio à feminilidade, cultural e psiquicamente.

4 Fora do espaço da recepção crítica em sentido estrito, um peculiar exemplo de recepção da alegoria tântrico-taoísta do filme, no campo das artes, é o da banda Post-Human Tantra, do artista transmidiático brasileiro Edgar Franco, que não apenas assinala sua inspiração direta em *eXistenZ*, como criou uma performance denominada “*Penetrating the Virgin Bioport*”, apresentada no Festival “*Children of the Darkness II*”, em Anápolis, GO, em 2017 – criação esta que já foi inclusive objeto de análise acadêmica (Fortuna, 2017).



Além disso, cabe enfatizar que o esforço empreendido nessa seção 3 pode ser vinculado a um investimento mais amplo no sentido do diálogo com esses campos de estudo (feminista, *queer*, homens e masculinidades) tal como já vem sendo realizado, mais recentemente, por diversos teóricos psicanalíticos, de que são exemplo os antes mencionados André (1996) e Fogel (2006); Monique Schneider (2006) e Silvia Bleichmar (2015), trazidas na seção 5; ou ainda Pedro Ambra (2015), Facundo Blestcher (2017) e Felipe Lattanzio (2020). Por intermédio desse diálogo, tem-se buscado subsídios epistemológicos, teóricos, políticos, historiográficos e etnográficos a fim de, por um lado, estender a capacidade da psicanálise de fazer frente ao novo cenário cultural e político em gênero e sexualidade, e, além disso e não menos importante, situar politicamente as tentativas de compreensão teórica psicanalítica de muitos dos quadros clínicos atuais, resultantes que são desse novo cenário.

Em sequência a isso, na seção 4, desenho uma breve síntese da discussão acadêmica da filmografia de Cronenberg pelo viés de gênero e das representações da masculinidade – protagonizada por teóricos de cinema como Barbara Creed (1993), Linda Ruth Williams (1999) e Scott Loren (2011). Ao sintetizar essa discussão, procuro focalizar suas análises das tensões entre o masculino e o feminino na obra cronenberguiana, com o intuito de situar a abordagem particular de *eXistenZ* a essa temática dentro do itinerário filmográfico do diretor.

Por fim, limito-me a reunir, na seção 5, um levantamento provisório, em psicanálise, de conceitual passível de uso para a construção de interpretações das figuras fílmicas da erotização anal do homem em práticas hétero e do erotismo tântrico/taoísta. Recorro, para tanto, a obras de nomes da área como Bleichmar (2015), Schneider (2006) e André (1996), e, subsidiariamente, dos filósofos Paul Bruckner e Alain Finkielkraut (1989). De passagem, aponto a indicação, por tais autores, de algumas lacunas das teorias psicanalíticas referentes ao tema da constituição psicosexual masculina, para sugerir as potencialidades de *eXistenZ* como objeto de escuta visando à elaboração teórica sobre essa temática em psicanálise.

### 3

Começamos, pois, dialogando com os estudos dos homens e das masculinidades, *queer* e feministas. Um dos fundamentos teórico-políticos dos *men's and masculinities studies* é a tensão complexamente constitutiva, segundo proposto por Raewyn Connell (1995), entre masculinidades hegemônicas e não-hegemônicas. A formulação de Connell, de inspiração gramsciana, deu origem a um sólido debate teórico nesse campo de estudos, ao longo dos anos 1990 e 2000, tendo sido introduzidas uma série de subcategorias: masculinidades cúmplices, subordinadas, marginais, subalternas, dissidentes, alternativas etc. Por óbvio, a discussão abrangeu as masculinidades não-heterossexuais, mas enfatizou também, em linha com a produção teórica *queer*, a fluidez de fronteiras e as interseções entre, por um lado, o hétero, o homo e o bi, e, por outro, entre o masculino, o feminino e o *trans*.

Assim, sem pretender desconsiderar toda a pluralidade, fluidez e mobilidade que definem a performatividade das identidades sexuais e gêneros, creio que a noção de “masculinidades heterossexuais dissidentes”, aparecida no debate mencionado, pode ser muito proveitosa para pensar as espécies de práticas eróticas encenadas ou alegorizadas em *eXistenZ*. Formulando-a assim, de maneira fluida, múltipla e sem fixidez, respeitadora das singularidades, certos autores vêm mobilizando essa categoria para atender à necessidade de pensar os sujeitos que se percebem, se dão a ver e vivem suas sexualidades majoritariamente, ainda que de modo não necessariamente exclusivo ou permanente, como homens héteros, mas que performam suas heterossexualidades sob formas que se afastam da norma.

No caso de *eXistenZ*, esses afastamentos da norma são promovidos pela feminização do protagonista masculino no universo das práticas eróticas heterossexuais. Mais especificamente, parece-me que a exploração, alegorizada na relação entre Pikul e Allegra, das possibilidades (feminizantes) da erotização anal do homem e do erotismo de tipo tântrico e taoísta configuram política e culturalmente um enfrentamento, pelos personagens, a *temáticas-tabu* no campo da sexualidade masculina hétero em suas formas hegemônicas. Procurando tomar o fenômeno sob a ótica da teoria *queer*, poderíamos, dada a condição de tabu desses

territórios eróticos, que os faz insuficientemente reconhecidos ou cartografados, localizá-los na dimensão do que Judith Butler (2003) propõe acessar como o “não-inteligível” ou “abjeto”. Com estas noções, trabalhadas a partir do conceito de abjeto elaborado por Julia Kristeva, Butler (2003) espera caracterizar, precisamente, aquilo que é segregado e mantido na esfera do indizível, do não-reconhecível, com vistas à sustentação do que, ao contrário, é reconhecido e afirmado como constitutivo das normas sexuais e de gênero.

Muito próxima à categoria das heterossexualidades masculinas dissidentes, outra bastante útil, igualmente originada no contexto dos estudos dos homens e das masculinidades, é a dos “homens *queer* heterossexuais” (*straight-queer men*), proposta por Robert Heasley em seu conhecido artigo “*Queer masculinities of straight men*”, de 2005. Ela vem reconhecer, justamente, aquela mobilidade, fluidez e as sobreposições teoricamente indicadas pela reflexão *queer* entre o hétero e o bissexual e entre o masculino e o feminino, tendo sido formulada por Heasley com base em estudo etnográfico realizado com universitários estadunidenses. Em seu relato, o autor propõe uma tipologia de masculinidades *straight-queer*, a fim de visibilizar e explorar o fato de que “muitos homens héteros experimentam e demonstram uma ‘masculinidade *queer*’” (p. 310) – sendo esta definida por Heasley como “formas de ser masculino fora das construções heteronormativas de masculinidade que desestabilizam, ou têm o potencial de desestabilizar, as imagens tradicionais da masculinidade heterossexual hegemônica” (p. 310).

A tipologia de Heasley compreende cinco categorias “não-lineares, não-hierarquizadas e não-excludentes” de homens *straight-queer*: (a) homens héteros afeminados (*sissy*), (b) hétero-*queers* pautados por justiça social, (c) hétero-*queers* facultativos, (d) hétero-*queers* engajados e (e) homens vivendo à sombra da masculinidade. Elas refletem as combinações, em diferentes graus e interseções, de aspectos repudiados pelas masculinidades hegemônicas, tais como identidades e experiências enviesadas de modo mais intenso pela feminilidade e/ou pela homoafetividade, em paralelo a aproximações mais substanciais aos universos culturais e de sociabilidade de mulheres e de *gays* – bem como dos diversos graus de consciência ideológica, ação política e publicização, por esses sujeitos, dessa sua performatividade *queer*.

De grande importância são as motivações teóricas e políticas de Heasley (2005). Para o autor, carecemos de “uma linguagem ou moldura para considerar as formas como os homens héteros podem desestabilizar o paradigma dominante do masculino hétero”, ou que “confirmam legitimidade à experiência vivida” por esses *straight-queers* (p. 311). Ao contrário, argumenta ele, “na literatura sociológica e psicológica”, homens heterossexuais *queer* (*straight males-with-queerness*) são, em geral, tão-somente “identificados como desviantes ou patologizados, por serem inadequados ao seu gênero ou sexualmente confusos” (p. 311). Por tudo isso, para Heasley, “construir uma tipologia de masculinidades *straight-queer* [significa] começar a dar voz e legitimidade à queeridade que existe no interior do mundo masculino heterossexual” (p. 310), graças à “ampliação de discursividade sobre o tópico” viabilizada por essa “[nomeação] da diversidade da masculinidade e de sua relação com o *queer*.” (p. 319).

Para além de aspectos mais superficiais, relativos às possíveis incursões homoeróticas experimentais de alguns dos chamados “hétero-*queers* engajados” (a categoria mais assumida em sua queeridade), Heasley, em seu relato, não entra em detalhes sobre práticas eróticas, nem tampouco se pronuncia sobre a feminização de homens no universo do erotismo heterossexual. No entanto, e sem querer especular sobre qual(is) das categorias por ele propostas melhor acolheria(m), teoricamente, as espécies de práticas feminizantes alegorizadas em *eXistenZ*, há elementos da reflexão teórico-política de Heasley em torno à condição *straight-queer* que nos podem ser de enorme valia. Em primeiro lugar, suas motivações se coadunam integralmente aos nossos propósitos; seu projeto de uma teorização que venha contribuir para a legitimação da condição dos homens hétero-queer por meio da ampliação da discursividade a seu respeito configura exatamente o tipo de estratégia que, a meu ver, faz-se necessária, quiçá urgente, no que toca aos homens dissidentes por sua eventual feminização no erotismo hétero.

Por outro lado, o cruzamento entre a noção de abjeto em Butler e a tipologia *straight-queer* de Heasley (2005) pode lançar boa luz sobre a condição de pouca inteligibilidade cultural das masculinidades héteros dissidentes. Heasley argumenta que, ao comparar-se com as representações, frequentemente estereotipadas, da heterossexualidade masculina hegemônica, verifica-se um déficit representacional das

masculinidades queer de homens héteros (p. 310) – daí, entre outras causas, sua falta de legitimidade como modo de masculinidade. Tomando o fenômeno sob a ótica butleriana do abjeto como não-inteligível, carente de suficiente representação, seria possível formular, pois, que “não somente a homossexualidade masculina é abjeta, mas também a queeridade dos homens héteros” – aí incluindo, para nossos fins mais pontuais, as práticas-tabu feminizantes envolvendo a erotização do ânus do homem e o erotismo tântrico ou taoísta em relações heterossexuais.

Num paradoxo, ao menos à primeira vista, um tanto quanto surpreendente, penso que práticas hétero-*queer* como as etnografadas por Heasley e as problematizadas em *eXistenZ* talvez permaneçam, hoje, no registro do indizível de modo mais acuado e recalitrante que a própria homossexualidade masculina – embora, evidentemente (em alguma medida, talvez, também por essa pouca visibilização), sejam objeto de níveis bem menores de estigmatização e violência. Possivelmente, os determinantes dessa ininteligibilidade cultural estejam ligados à demasiado precária organização, no interior do universo hétero não-hegemônico, de redes identitárias de atuação política e de visibilização de práticas dissidentes que se assemelhem às que já foram paulatinamente construídas, ao longo de décadas, pela cultura LGBTTTQI+. Veja-se, como exemplo, que, entre os homens das cinco categorias sugeridas por Heasley, apenas os “hétero-*queers* engajados” ousam exhibir publicamente a sua queeridade – alguns deles, estes sim, transformando essa performatividade pública inclusive em ação política de desafio frontal às normas das masculinidades hegemônicas. Retornando a *eXistenZ*, arrisco sugerir que a escassa dedicação, antes mencionada, à análise da alegoria protética anal e a não-identificação da alegoria tântrico-taoísta pela fortuna crítica e acadêmica do filme podem ser vistas, quem sabe, como efeito dessa ininteligibilidade e dessa vacuidade política da condição hétero-*queer* nos próprios meios jornalísticos e acadêmicos.

A dificuldade, o desinteresse ou o constrangimento da maioria dos homens héteros em “tirar do armário” (dizendo de um ponto de vista mais social) sua queeridade de modo geral, ou, mais especificamente, sua feminilidade ou fantasias de feminização durante o sexo com uma mulher (sob um ponto de vista mais psíquico que social, falaríamos em dificuldade de “bancarem o seu desejo”...), por certo mantêm forte relação com o que Eve Sedgwick (1985), outra destacada teórica *queer*, denomina “pânico homossexual”. Associado, em *eXistenZ*, a uma de suas manifestações mais óbvias, o “terror anal” (ver Sáez & Carrascosa (2011), com sua formulação da impenetrabilidade anal como fundamento da masculinidade hétero, e também Preciado (2009)), esse pânico consiste no temor que a maioria dos homens héteros carrega de que, por exemplo, seus sonhos, fantasias ou atos falhos, seus gestos ou expressões e mesmo suas eventuais práticas eróticas efetivas (passadas ou presentes) envolvendo outros homens, ou, ainda, a erogeneização do ânus no coito hétero ou na masturbação possam indicar, revelar ou demonstrar, a si próprios ou a outros, significativas dimensões homossexuais latentes.

Pelo motivo de não emergirem na esfera pública e, o mais das vezes, sequer na intimidade dos casais heterossexuais, tais fantasias e práticas eróticas feminizantes dos homens héteros permanecem habitando o território do abjeto e não-inteligível butleriano. Mas é silenciosamente sabido, pelo conhecimento comum e também academicamente – mesmo que de modo marginal e insuficientemente reverberado –, que a erotização anal do homem e a busca de muitos homens pelos prazeres da passividade ou da submissão frente a uma mulher no coito são práticas efetivas ainda que subterrâneas. Por exemplo, no campo do feminismo, a teórica Lynne Segal (1994) toma justamente, entre outros, esse tipo de fenômeno encontrado no erotismo heterossexual contemporâneo (baseando-se em estudos etnográficos feitos por antropólogas junto a prostitutas) para indicar o potencial político subversivo do sexo hétero, usualmente negligenciado pela militância e pelo pensamento feministas.

#### 4

Munidos desses subsídios teóricos, voltemos nossas atenções, então, à filmografia de Cronenberg, mediante uma revisão analítica de sua fortuna crítica – em especial aquela pautada pela política de gênero. Esta última se distingue por exhibir, como um de seus interesses centrais, a característica obsessão do diretor

pelo corpo abjetificado, seja durante o período em que foi o protagonista maior do chamado *body horror* (dos anos 1970 a meados dos 1980), seja numa fase seguinte, quando viria a ser reconhecido como um dos grandes expoentes do cinema de arte de final de século. Porque é necessário, com vistas a interpretar a figuração, em *eXistenZ*, da erotização anal do homem e do erotismo tântrico e taoísta, fazer dialogar o universo fantasístico particular do filme com o conjunto mais amplo da obra cronenberguiana e sua recepção crítica. Isso também é importante para o eventual encaminhamento de uma elaboração teórica psicanalítica, sustentada em uma escuta de *eXistenZ*, em torno ao tema da feminização dos homens no espaço do erotismo hétero.

Há um certo consenso entre a crítica feminista acadêmica de que a carreira de Cronenberg ganha impulso, ao princípio, com base numa representação das mulheres enviesada pela ideia de um *feminino monstruoso* e mutante, segundo a noção cunhada pela teórica de cinema Barbara Creed (1993). Essa noção do “feminino monstruoso”, de largo emprego, desde então, na análise de subgêneros mais recentes do cinema de horror, Creed derivou do conceito de abjeto, intimamente associado ao feminino, tal como proposto na obra de Julia Kristeva – o qual foi apropriado, conforme mencionei, também por Butler (2003).

Nessa crítica feminista da obra do diretor, surgida em finais dos 1980, havia certo dissenso quanto ao valor político de seus filmes; ao passo que uma boa parte o acusava de misoginia, outra parcela enxergava nos filmes um vetor de denúncia e problematização – ainda que sob a forma de sintoma – dos mecanismos patriarcais responsáveis por essa visão monstruosa da mulher. Mas, como traço comum a essas análises feministas, despontava o interesse pelos sentidos políticos das representações das *mulheres* na obra de Cronenberg, sentidos que eram tratados como refletindo o tensionamento, muito particular ao seu universo criativo, do masculino em seu enfrentamento (via repulsa, abjetificação) com o feminino. Em uma torção talvez inesperada – mas que hoje faz muito sentido por conta das mutações da própria abordagem do diretor –, alguns estudos passaram a deslocar seus esforços para uma análise mais direta das representações do *masculino* em seus filmes. A teórica Linda Ruth Williams, reverberando já a migração do foco de Cronenberg para os efeitos da repulsa ao feminino sobre os corpos de seus próprios personagens *homens* – evidenciado com *Scanners: Sua mente pode destruir* (1981) – acusa esse duplo deslocamento (de diretor e crítica) no artigo “*The inside-out of masculinity: David Cronenberg’s visceral pleasures*”, de 1999.

Williams (1999) assinalava a “continuada preocupação de Cronenberg com a ‘masculinidade em crise’” (p. 32), a fim de sustentar que, “embora críticas feministas como Creed tivessem enfatizado a feminilidade monstruosa (mutante) na obra de Cronenberg, no geral, e certamente em seu trabalho mais recente, ele se mostra muito mais interessado pela *masculinidade em mutação*” (p. 35, [grifo nosso]). Jogando com a ambivalência do termo “inside-out” (em tradução, “avesso”), a autora postula que, de fato, “o abjeto cronenberguiano é *masculino*, articulado [...] através da exploração dos interiores masculinos” que se visibilizam ou exteriorizam (são, portanto, trazidos de “dentro para fora”), particularmente em seus filmes dos anos 1980 e 1990 (p. 35, [grifo nosso]). Permeia todo o texto de Williams a ideia de que, nesse período, o feminino com que se debatem os protagonistas homens é, sobretudo, aquele que habita o seio da própria masculinidade, policiado, contido, emparedado, mas que insiste em extravasar, entre outras formas, por meio do corte ou despedaçamento de seus corpos (*Scanners*, *Na hora da zona morta* [1983], *A mosca* [1986]) ou da sua exibição de fendas femininas que terminam por se abrir (*Videodrome*, *Mistérios e paixões* [1991], *M. Butterfly*, *Crash*). Em síntese, afirma a autora, “a feminilidade é central na masculinidade em Cronenberg, precisamente por conta de sua interioridade” (p. 37).

Usando como parâmetro essa noção de Williams de uma “masculinidade em mutação” nos filmes de Cronenberg, o pesquisador Scott Loren (2011), uma década mais tarde, sugere uma nova abordagem à periodização da obra do diretor – já à luz, portanto, dos *gangster films* (*Marcas da violência*, de 2005, e *Os senhores do crime*, de 2007) que este realizaria na década de 2000. Segundo Loren, além da atenuação do abjeto cronenberguiano, aparece nesses dois filmes uma inédita investigação da violência masculina, pelo diretor, desde o ponto de vista de personagens que, embora forjados por práticas patriarcais violentas, delas “parcialmente se emancipam” ao “se aliarem a [personagens mulheres] representantes de práticas sociais maternais e de agenciamento matriarcal” (p. 155). Ou seja, se, nos seus filmes dos 1970, a mas-

culinidade se punha em mutação ao produzir mutações monstruosas sobre o corpo feminino, e, nos dos 1980 e 1990, é a própria masculinidade que se revela monstruosa e mutante, nos filmes de gângster da década de 2000, finalmente, observa-se um “recuo dessa monstruosidade”: agora, os protagonistas homens se lançam a subverter a ordem patriarcal pela adesão a práticas e tecnologias matriarcais (p. 155) – entre as quais o cuidado, o afeto e os laços familiares em modos não-convencionais.

Tomando em conta as análises de Williams e Loren sobre o itinerário de Cronenberg no que tange às representações da masculinidade em mutação, parece pertinente, para nossos fins, complementar suas reflexões com a indicação de uma singularidade da fase referida habitualmente como o “cinema de arte cronenberguiano” dos anos 1990. Penso que é preciso apontar que passa a receber cada vez mais espaço dramático, nesses filmes, *a experimentação, feita pelos protagonistas homens, da dimensão feminina de seus desejos no campo dos relacionamentos eróticos* – algo que não ganhava muito destaque nos filmes da década anterior. Disso temos exemplo nas vivências bissexuais de Bill Lee em *Mistérios e paixões*; na homossexualidade vivida como hétero por René Gallimard em *M. Butterfly*; na pluralidade “omnissexual” (Loren, 2011, p. 163) do percurso erótico de James Ballard em *Crash*; e, por fim, na heterossexualidade dissidente de Pikul segundo a alegoria do jogo em *eXistenZ*.

É considerando esse maior investimento narrativo no *erotismo* visto nos filmes dos anos 1990 que podemos, enfim, começar a refletir sobre o lugar ocupado por *eXistenZ* na trajetória criativa de Cronenberg. Um primeiro ponto a salientar, então, é que, após promover uma deriva de seus personagens por escolhas de objeto as mais diversas, ao longo dessa década mais inclinada ao erotismo, o diretor opta por fazer culminar essa fase de sua carreira, de modo talvez paradoxal ou inesperado, com um filme que aborda o erotismo *heterossexual* – o qual, contudo, é performado como *queer* ou *dissidente*, é essencial lembrar.

Curiosamente, Loren (2011) também aponta esse caráter de ponto de chegada do filme para o percurso cronenberguiano dos anos 1990, ao identificá-lo como um “ponto de virada” na obra do diretor (p. 155). Para o autor, *eXistenZ* constituiria uma transição preparatória à subsequente adesão, pelos protagonistas homens de seus *gangster films*, às tecnologias e agenciamentos femininos, já que, ao contrário de sua filmografia até então, o aparato técnico neles incidente sobre corpos e subjetividades é marcadamente feminino: os controles do jogo se assemelham a órgãos internos da mulher, exigem cuidados, convidam à interioridade, e, isso não bastasse, é uma mulher (Allegra) a responsável por sua criação e navegação (p. 164).

Em terceiro lugar, há que levar em consideração uma outra posição igualmente habitada por *eXistenZ* no itinerário cronenberguiano. Tanto crítica e público quanto o próprio cineasta percebem o filme como uma espécie de sequência frouxa, uma década e meia mais tarde, a *Videodrome*, por conta de uma série de aproximações temáticas e narrativas. Isso porque ambos os filmes trazem, por um lado, tecnologias desenvolvidas por corporações de mídia e entretenimento que, agindo sobre os usuários, colocam em xeque o estatuto de suas relações com a realidade. Além disso, tanto um quanto o outro exibem protagonistas homens eventualmente penetrados através de fendas/orifícios produzidos sobre seus corpos.

Observe-se, aliás, que Williams (1999) confere grande destaque à imagem central de *Videodrome*, uma das mais potentes da filmografia de Cronenberg: a fenda “vaginal” aberta sobre o estômago do protagonista Max Renn, por onde este é penetrado e “inseminado” com uma fita de VHS e de onde, depois, ele saca ou “dá à luz” uma pistola. Para a autora, a imagem serve como ilustração exemplar das relações entre masculinidade e feminilidade, exterioridade e interioridade. Seu entendimento de que a “vagina estomacal” de Renn constitui uma “articulação não somente entre fora e dentro, mas entre homens e mulheres, para um homem” (p. 37), parece igualmente aplicar-se à prótese anal lombar de Ted Pikul – respeitando-se as muitas variações de contexto interpostas por Cronenberg em *eXistenZ*.

Mas, voltando às relações entre um filme e outro, além de suas semelhanças narrativas e temáticas, *Videodrome* deixa um célebre gancho dramático em aberto na cena final, ao qual já se sugeriu repetidamente que *eXistenZ* oferece alguma resposta – transformando os dois filmes em um “díptico”. O primeiro tem como temática o sado-masiquismo (em versões consentidas e não consentidas) e sua relação com o patriarcado e o capitalismo; e seu protagonista é um homem que, na última sequência do filme, se deixa persuadir, em suas alucinações, por uma personagem feminina e comete um suicídio ritualístico, enquanto

ouve essa mulher proclamar que, depois de morto, poderá transmutar-se em uma “nova carne”. É sabido que essa “Nova Carne cronenberguiana” (que gozou de um consistente culto cinefílico durante os 1980) já foi objeto de muitas indagações por críticos e cinéfilos. Se pensamos na resposta provavelmente construída pelo diretor em *eXistenZ*, seria ela movida por um anseio por “homens menos misóginos porque mais acolhedores de sua feminilidade intrínseca?”

Fechando esta seção, busquemos articular, pois, os diferentes lugares supostamente ocupados por *eXistenZ* no itinerário de Cronenberg. Poderíamos aventar, de saída, que o caráter de ponto de virada de *eXistenZ* indicado por Loren – por antecipar a posterior adesão dos protagonistas homens a práticas *sociais, mas não eróticas*, femininas – talvez assinale, também, um beco sem saída para um dos vetores do itinerário do diretor, como que um ponto de esgotamento do processo de investimento dos seus filmes dos 1990 na vivência, por personagens homens, de aspectos femininos do seu desejo *no campo do erotismo*.

Por outro lado, sendo isso plausível, resulta surpreendente constatar que Cronenberg se lançou a elaborar alguma resposta à questão sobre a ‘Nova Carne’, enunciada ao final de *Videodrome*, justamente com um filme que veio se colocar como um ponto de virada ou esgotamento. Se isso for verdade, podemos cogitar que essa ‘encruzilhada cronenberguiana’ para a qual confluem, por uma via, a experimentação erótica por homens de sua feminilidade constitutiva (filmes dos 1990), e, por outra, as possíveis especulações sobre um “novo homem” com uma ‘Nova Carne’ mais assumidamente feminina (díptico *Videodrome- eXistenZ*), é, em síntese, o espaço abjeto, muito pouco inteligível e por isso tão desafiador – para o próprio diretor, talvez – “da feminização do homem no campo do erotismo hétero”.

## 5

Por fim, dialogando com esse quadro teórico (seção 3) e analítico (seção 4), passemos a um levantamento provisório de conceitual psicanalítico que municie à construção de interpretações das figuras filmicas, encontradas em *eXistenZ*, da erotização anal do homem e do erotismo tântrico/taoísta. Sugiro, de momento, três novos vetores de diálogo entre os estudos da obra de Cronenberg e a psicanálise antifalocêntrica. A repulsa à feminilidade pelos homens, estruturante do percurso de toda sua filmografia, talvez possa ganhar se pensada a partir das críticas de Monique Schneider (2006), em seu *Généalogie du masculin*, à negação do feminino tal como formulada pelas teorias psicanalíticas. Já as proposições de Silvia Bleichmar (2015) em torno às angústias homossexuais como pano de fundo constitutivo da heterossexualidade masculina, vistas em *Paradojas de la sexualidad masculina*, parecem esclarecedoras para recortar o tema do terror anal abordado em *eXistenZ*. Por fim, o estudo da visibilização da interioridade do corpo dos personagens homens, expediente fílmico de Cronenberg, segundo Williams, para a expressão monstruosa ou abjeta de sua feminilidade constitutiva, poderia ser potencializado se visto também sob a ótica das formulações de Jacques André (1996) sobre a feminilidade primária comum a homens e mulheres. Presente em *eXistenZ* em vinculação com a abertura protética lombar de Ted Pikul, tal acesso aos interiores masculinos poderia ser considerado, particularmente, mediado pela revisitação de André à chamada “confusão cloacal” (anal/vaginal) identificada por Freud (com base em Lou Salomé) nos estágios precoces da constituição psicosssexual dos sujeitos de ambos os sexos.

Porém, como referi ao princípio, observe-se que, ao promover esses diálogos, será inevitável constatar que o próprio campo psicanalítico, nos dizem esses autores, acusa uma série de insuficiências na visitação teórica ao tema da constituição subjetiva masculina, particularmente no que concerne ao destino psíquico conferido à feminilidade intrínseca aos homens. As obras de Schneider (2006 [2000]) e Bleichmar (2015) foram provavelmente as primeiras a assinalar, precisamente, o descuido com o tema da masculinidade em psicanálise. À época, respondiam às confrontações interpostas tanto pelos estudos queer e dos homens e das masculinidades, quanto pela própria clínica contemporânea. Bleichmar (2015 [2006]), ao avaliar as causas do que aponta como uma verdadeira “ausência de uma teoria psicanalítica da masculinidade” (p. 72), que faz a clínica ficar refém de uma concepção teórica em que esta é resultado de “uma espécie de evolução endógena”, sustenta que “a ilusão de que a teoria sexual da masculinidade

não oferecia grandes interrogantes, nem estava aberta a revisões no seio do freudismo”, decorreu de uma habituação “a que as reflexões acerca da sexualidade feminina constituíssem o eixo de grande parte das pesquisas psicanalíticas” (p. 15).

As duas autoras põem mãos à obra para atacar o problema. Schneider (2006) recorre, entre outros, ao trabalho de Elisabeth Badinter, cujo livro *XY – De l’identité masculine* (1992) é um dos primeiros a abordar a constituição histórica do masculino, nas sociedades dos mais diferentes tempos e lugares, como um processo de “negação do feminino” – processo cujas nuances configuram, como creio que ficou demonstrado, exatamente um dos eixos centrais de organização do universo fílmico criado por Cronenberg. Em diálogo com Badinter, Schneider examina de que modos a teorização psicanalítica fez reverberar essa cisão aguda entre feminino e masculino articulada na cultura (“essa negação fundadora do masculino – não ser a mãe ou não ser a mulher”), mantendo-a, ao mesmo tempo, “durante muito tempo ocultada na pesquisa psicanalítica” (2006, p. 24). A autora dedica-se a problematizar, psicanaliticamente, como a interdição, ao masculino, de elementos tais como a pele e o corpo vincula-se à armação de um “escudo epidérmico” de proteção, redutor da sensibilidade emocional, e de uma destinação racional ou intelectual que apartam a masculinidade do exercício do sensível e da interioridade, mantidos, dessa maneira, a segura distância no território do feminino.

Já a intervenção de Bleichmar (2015) é sobre as consequências *clínicas* das insuficiências teóricas em torno à constituição psíquica do masculino. Mais especificamente, ela lamenta a falta de um exame mais cuidadoso de um fenômeno da dinâmica edípica que aponta como o grande paradoxo da sexualidade masculina. Trata-se do fato de que “só se possibilita a instauração da virilidade [no menino] às custas da incorporação [fantasmática] do pênis paterno”, do que decorre, simultaneamente, a “instauração” de um outro fenômeno psíquico: a perene “angústia homossexual dominante no homem” (p. 30), acompanhada, comumente, dos temores de feminização, passivização e submissão anal. E aqui chegamos ao tipo de angústia que, justamente, Cronenberg encena ao retratar o terror anal vivido por Pikul, não apenas quando da erotização do seu “ânus protético” no jogo sexual com Allegra, mas também antes, durante a instalação da bioporta (que o habilita a entrar no jogo...) por outros dois homens: instalação “defeituosa”, por Gas, e “funcional”, por Kiri Vinokur.

Essas lacunas teóricas, para Bleichmar (2015), fazem com que a psicanálise mantenha “uma dívida clínica, mas também uma dívida ética” com muitos pacientes homens, por ter interpretado seus fantasmas de masculinização, que com frequência envolvem a relação com outro homem e/ou a erotização do ânus, como fantasmas homossexuais, e “sem oferecer [a eles] outra alternativa que a aceitação resignada de aspectos ‘homossexuais inconscientes’” (p. 30). A autora pontua, é claro, que frente a essa fantasmática, “a escolha de objeto sexual em uma ou outra direção” dependerá das “vicissitudes e dos movimentos constitutivos que a envolvem, efeito tanto das alianças edípicas originárias como dos traumas que o sujeito registra ao longo de sua constituição como sujeito sexuado” (p. 36). No entanto, Bleichmar reivindica enfaticamente a necessidade de considerar tais fantasmas homossexuais como também inerentes ao desenvolvimento psicosssexual da *heterossexualidade* masculina – aspecto que não poderia ser negligenciado pela clínica.

Finalmente, também as propostas de Jacques André (1996) em *As origens femininas da sexualidade*, já trazidas na seção 2, poderiam lançar luzes sobre o tema da feminilidade constitutiva de todo homem, com que se embatem os personagens de Cronenberg. Uma de suas reivindicações centrais é que, “longe de fazer da feminilidade um avatar incerto da história edípica [da menina], quando não uma descoberta da adolescência”, se elabore, “ao contrário, uma concepção da feminilidade que tem uma íntima relação com a constituição do sujeito psicosssexual como tal”, da ordem do originário, portanto, seja para meninos ou meninas (p. 23). O autor contrapõe-se, pois, ao primado do falo em Freud, sustentando que a “ideia-mestra” por trás dessa concepção ao final prevalente na obra freudiana, a da “masculinidade originária da menina”, a hipótese de “um mesmo órgão genital (viril) em todos os seres humanos”, vem a ser, de fato, nada mais que uma teoria sexual infantil (p. 54).

Partindo da teoria da sedução generalizada de Laplanche, André (1996) propõe que, de origem, exposta aos cuidados “efractantes” ou intrusivos dos pais, “a criança seduzida é uma criança-cavidade,

uma criança orifical” (p. 98). Em linha com isso, reafirma a ideia que por vezes emergia na obra freudiana – antes do que vê como o seu apagamento por “recalque teórico” a partir dos anos 1920 – de uma sensibilidade vaginal precoce nas meninas. Um movimento teórico de André, nesse contexto, que pode ser muito útil para considerar a figura da prótese anal em *eXistenZ*, é sua retomada de um escrito de Lou Salomé e de especulações de Karl Abraham em sua correspondência com Freud em 1924 sobre a erogeneidade da zona “cloacal” (ânus/vagina nas mulheres, que corresponderia a ânus/próstata/pênis nos homens), com vistas a salientar, justamente, o caráter *cloacal* (“anal, é claro, mas também confusamente vaginal”) (André, 1996, p. 30) dessas sensações vaginais precoces – apreciadas pelo próprio Freud (citado por André, 1996, p. 30) antes de sua virada teórica dos anos 1920, como quando ele associa, por exemplo, o bolo de excrementos ao “primeiro pênis”.

As consequências da feminilidade originária, em ambos os sexos, e da erogeneidade cloacal (que vincula as sensações anais às genitais, desde idade precoce, tanto em meninos quanto em meninas) e da figura do pai sedutor da origem e, depois, do período edipiano, são analisadas por André (1996) no tocante ao desenvolvimento psicosssexual tanto das mulheres quanto dos homens – compondo um material teórico de grande riqueza, a ser melhor explorado pela pesquisa psicanalítica sobre a sexualidade masculina. O autor empreende um retorno demorado ao texto *História de uma neurose infantil*, de Freud, sobre a análise do Homem dos Lobos, para sugerir, por exemplo, que o seu recalque da feminilidade (cf. Freud, no caso, instalar-se na posição da mulher na cena originária e receber o “bastão-pênis” do pai) diz respeito não tanto a uma “mulher castrada”, mas a uma “mulher-orifício” (André, 1996, p. 81) – ou seja, o que é recusado pelo menino, fundamentalmente, é não uma feminilidade fálica, “de fora”, mas uma feminilidade de origem, “de dentro”, constitutiva de todo homem.

Conforme já mencionei, os três autores aqui mobilizados – Schneider, Bleichmar e André – apontam as diversas lacunas da teorização, em psicanálise, sobre a constituição da subjetividade masculina, propondo formulações no sentido de reverter os seus efeitos. Pois o fato é que essa insuficiência teórica se verifica de modo ainda mais agudo na literatura psicanalítica sobre o erotismo heterossexual; sendo um sintoma disso, mais especificamente, a virtual inexistência de reflexões que tenham como objeto o erotismo de origem oriental.

De modo a suprir essa carência teórica, encaminhando algum diálogo entre o erotismo tântrico/taoísta e o conceitual psicanalítico, para fins da interpretação de *eXistenZ*, recorro à obra *A nova desordem amorosa*, dos filósofos franceses Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut (1989). Publicado em 1977, o livro denunciava, no calor da hora, os resultados ambivalentes da experimentação sexual vivida nos 1960 e 1970: esses seriam efeito, sobretudo, do realinhamento da normatização patriarcal, burguesa, genital e falocêntrica em torno ao sexo livre e ao novo imperativo de gozo – realinhamento em boa parte mediado, segundo os autores, por versões popularizadas da psicanálise reichiana.

No que é ainda mais desconcertante para aquela cena intelectual, os autores propunham, como estratégia subversiva, o apelo ao “*coitus reservatus*” – denominação latina às práticas de retenção do esperma durante o ato sexual –, apresentando suas potencialidades revolucionárias com base no exame da escassa literatura, então disponível no Ocidente, sobre o erotismo taoísta. Usando vocabulário psicanalítico – embora por vezes de modo impreciso – analisam as técnicas taoístas de retenção do esperma como potenciais catalisadoras de uma revolucionária renúncia à masculinidade fálica, equivalente a um movimento de “feminização e desgenitalização do homem”, seja pela abertura aos modos imprevistos de gozo da mulher, seja pelo mergulho exploratório nos prazeres pré-genitais não-ejaculatórios.

De acordo com Bruckner e Finkielkraut (1989, p. 229), o pênis, nesse tipo de prática, permanece sendo “um objeto dispensador de amor e de prazer, mas que não possui em si mesmo a força que simboliza [como falo] porque a transmite ao corpo inteiro”, constituindo-se, pois, em “órgão de que não se deve gozar caso se queira gozar de todos os demais” (p. 229). E dado que “a emoção já não pode ficar fixada, armazenada, detida em nenhuma região”, termina por “desterritorializar-se” por sua expansão a todas as partes do corpo (p. 229). Já no que diz respeito à “feminização do ser masculino”, os autores entendem que o homem, nesse cenário, faz-se ele mesmo sulco, fenda: o pênis tende a converter-se em



“uma espécie de vagina”, “no sentido de que [...] se põe em estado de porosidade, de disponibilidade total” não só às “substâncias energéticas” do corpo feminino, mas às “mais diversas emissões sensoriais” do seu próprio organismo (p. 230).

## 6

Nosso recorrido, ao longo do texto, por esses diversos campos acadêmicos –psicanálise; estudos de cinema; estudos feministas, dos homens e das masculinidades e *queer*; e os emergentes estudos tântricos e taoístas – demonstrou, quero crer, as muitas possibilidades de uma revisitação analítica ao *eXistenZ* de Cronenberg por meio do recorte temático proposto: a feminização do homem no espaço das práticas eróticas heterossexuais. Amarrada em torno às figurações alegóricas da erotização anal do homem e dos erotismos tântrico e taoísta, essa dimensão do filme segue carente, como vimos, de um olhar mais atento no interior da densa e multifacetada crítica acadêmica do itinerário cronenberguiano.

Passível de utilização, nessa empreitada, para fins de interpretação filmica, penso que a psicanálise teria também muito a ganhar: ao promover-se uma escuta psicanalítica do filme, um ou outro *insight* poderia advir no sentido de uma revisão, atualização e expansão de seu entendimento teórico da constituição psicosssexual dos homens. Como procurei indicar, isso poderia ser potencializado, “teórica e politicamente”, via triangulação com conceitual dos estudos feministas, dos homens e das masculinidades e *queer* – de que são exemplo as categorias das masculinidades hétero-queer e/ou heterossexuais dissidentes – para fins de acesso às facetas abjetas e pouco inteligíveis da feminização do homem no espaço do erotismo hétero. Por fim, uma análise de *eXistenZ* por esse prisma parece ainda assinalar como – entre outros elementos da sexualidade que permanecem mantidos em condição abjeta – os erotismos tântrico e taoísta pedem, também eles, passagem à inteligibilidade, mediante o seu reconhecimento, como objetos de estudo, pela reflexão acadêmica contemporânea.

## REFERÊNCIAS

- Ames, R. T. (1981). Taoism and the androgynous ideal. In R. W. Guisso & S. Johannesen (Orgs.), *Women in China* (pp. 21-45). Philo Press.
- Ambra, P. (2015). *O que é um homem?* Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente. Annablume.
- André, J. (1996). *As origens femininas da sexualidade*. Jorge Zahar.
- Badinter, E. (1992). *XY – De l'identité masculine*. Odile Jacob.
- Bleichmar, S. (2015). *Paradojas de la sexualidad masculina*. Paidós.
- Blestcher, F (2016). El psicoanálisis interpelado por las sexualidades disidentes: Puntualizaciones para una clínica antipatriarcal y posheteronormativa. *SIG Revista de Psicanálise*, 5(9), 105-116.
- Bruckner, P. & Finkielkraut, A. (1989). *El nuevo desorden amoroso* (4a ed.). Editorial Anagrama.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero – Feminismo e subversão de identidade*. Civilização Brasileira.
- Carrellas, B. (2007). *Urban tantra: Sacred sex for the twenty-first century*. Celestial Arts.
- Chia, M. & Winn, M. (1984). *Taoist secrets of love: Cultivating male sexual energy*. Aurora.
- Chodorow, N. (1994). *Femininities, masculinities, sexualities: Freud and beyond*. The University Press of Kentucky.
- Connell, R. (1995). *Masculinities*. University of California Press.
- Creed, B. (1993). *The monstrous feminine: Film, feminism, psychoanalysis*. Routledge.
- Fogel, Gerald I. (2006). Riddles of masculinity: Gender, bisexuality and thirdness. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 54, 1139-1163.
- Fortuna, D. B. S. (2017). O ciberpajé, o posthuman tantra e a IV sacerdotisa: Performance como ato poético e ritual místico de transmutação. *Cadernos Zygmunt Bauman*, 7(15), 24-73.
- Freud, S. (1996). Escritores criativos e devaneio. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas* (vol. 9, pp. 133-146). Imago.
- Grosz, E. (2004). *The nick of time: Politics, evolution, and the untimely*. Allen & Unwin.
- Grünberg, S. (2006). *David Cronenberg: Interviews with Serge Grünberg*. Plexus.
- Heasley, R. (2005). Queer masculinities of straight men. *Men and Masculinities*, 7, 310-320.
- Kohn, L. & Wang, R. R. (Orgs.). (2009). *Internal alchemy: Self, society, and the quest for immortality*. Three Pines.

- Kripal, J. J. (2003). Why the Tantrika is a hero: Kali in the psychoanalytic tradition. In R. F. McDermott & J. J. Kripal (Orgs.), *Encountering Kali: In the margins, at the center, in the West* (pp. 196-222). University of California Press.
- Kripal, J. J. (2007). Remembering ourselves: On some countercultural echoes of contemporary tantric studies. *Religions of southeast Asia*, 1(1), 11-28.
- Lattanzio, F. (2020). *O lugar do gênero na psicanálise: Metapsicologia, identidade, novas formas de subjetivação*. Blucher.
- Loren, S. (2011). Mutating masculinity: re-visions of gender and violence in the cinema of David Cronenberg. In M. Läubli & S. Sahli (Eds.), *Männlichkeiten denken: Aktuelle Perspektiven der kulturwissenschaftlichen Masculinity Studies* (pp. 151-170). Transkript.
- Preciado, B. (2009). Terror anal: Apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual. In, Guy Hocquenghem (Ed.), *El deseo homosexual*. (pp. 133-172). Editorial Melusina.
- Rodley, C. (1999). Game boy. *Sight and sound*, 9(4), 8-10.
- Sáez, J. & Carrascosa, S. (2011). *Por el culo*. Políticas Anales. Editorial Egales.
- Schneider, M. (2006). *Généalogie du masculin*. Flammarion.
- Segal, L. (1994). *Straight sex: Rethinking the politics of pleasure*. University of California Press.
- Sedgwick, E. K. (1985). *Between men: English literature and male homosocial desire*. Columbia University Press.
- Stone, A. (2006). *Luce Irigaray and the philosophy of sexual difference*. Cambridge University Press.
- Stone, A. (2016). Sexual difference. In L. Disch & M. Hawkesworth (Orgs.), *The Oxford handbook of feminist theory* (pp. 874-893). Oxford University Press.
- Urban, H. (2000). The cult of ecstasy: Tantrism, the New Age and the spiritual logic of late capitalism. *History of Religions*, 39(3), 268-304.
- Urban, H. (2003). *Tantra: Sex, secrecy, politics, and power in the study of religion*. University of California Press.
- Vieira, J. L. & Coelho, L. A. L. (2005). *eXistenZ* de David Cronenberg (1999). In D. Lopes (Org.), *Cinema dos anos 90* (pp. 307-324). Argos.
- Williams, L. R. (1999). The inside-out of masculinity: David Cronenberg's visceral pleasures. In M. Aaron (Org.), *The body's perilous pleasures: Dangerous desires and contemporary culture* (pp. 30-48). Edinburgh University Press.

**Histórico**

*Submissão: 24/06/2020*

*Revisão: 09/01/2022*

*Aceite: 26/01/2022*

---

**Contribuição dos Autores**

*Concepção: FM*

*Coleta de dados: FM*

*Análise de dados: FM*

*Elaboração do manuscrito: FM*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: AOW*

*Aprovação final do manuscrito: AOW*

---

**Financiamento**

*Não se Aplica*

---

**Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

---

**Aprovação, ética e consentimento**

*Não se Aplica*

Artigo Original

## Psicologia cisgênera: notas sobre uma patologização cordial

*Psicología cisgénera:  
notas sobre una patologización cordial*

*Cisgender psychology:  
notes on a cordial pathologization*

**Sofia Favero**  
**Marine Marini**

**Sofia Favero**

Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

<https://orcid.org/0000-0001-5179-1154>

E-mail: [sofia.favero@hotmail.com](mailto:sofia.favero@hotmail.com)

**Marine Marini**

Graduada em Psicologia pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

<https://orcid.org/0000-0001-6948-4793>

E-mail: [marinibataglin@gmail.com](mailto:marinibataglin@gmail.com)

### Resumo

*Pretendemos analisar como tentativas de reposicionar a psicologia nem sempre foram acolhidas sem disputas intensas. Ao mover pressupostos dos transfeminismos para a saúde mental, observamos uma colisão com o que permanece sendo entendido por ciência, indicando resistências a perspectivas que não cumpram com exigências ditas mensuráveis, como se, acerca de gênero e sexualidade, as discussões precisassem ser apenas nesses termos. Assim, propomos outras leituras ao paradigma da diversidade na saúde mental, reconhecendo que, quando essa “diversidade” se refere somente a homossexualidades e transexualidades, fixa-se a norma como uma ordem invisível. Contrariamente, desejamos emergir investigações capazes de reconhecer essa “invisibilidade” enquanto eixo passível de nomeação, ou seja, conforme uma psicologia também adjetivada. Espera-se que tais considerações teórico-políticas nos levem a repensar quais epistemologias nos guiaram até aqui e quais podem surgir em nossos projetos éticos, caso abandonemos a nostalgia que impede a psicologia de se comprometer com diálogos com as margens.*

**Palavras-chave:** *Psicologia; Cisgeneridade; Transfeminismo; Epistemologia.*

### Resumen

*Nos proponemos analizar cómo los intentos de reposicionamiento de la psicología no siempre han sido acogidos sin intensas disputas. Al trasladar los supuestos de los transfeminismos a la salud mental, observamos un choque con lo que queda entendido por ciencia, indicando resistencia a miradas que no cumplen con los llamados requisitos medibles, como si, en materia de género y sexualidad,*

*las discusiones debían ser solo en estos términos. Así, proponemos otras lecturas del paradigma de la diversidad en salud mental, reconociendo que cuando esta “diversidad” se refiere únicamente a homosexualidad y transexualidad, la norma se establece como un orden invisible. Por el contrario, queremos que surjan investigaciones capaces de reconocer esa “invisibilidad” como un eje que puede ser nombrado, es decir, gún una psicología también llamada adjetiva. Es de esperar que tales consideraciones teórico-políticas nos lleven a repensar qué epistemologías nos han guiado hasta aquí y cuáles pueden surgir en nuestros proyectos éticos, si abandonamos la nostalgia que impide a la psicología dialogar con los márgenes.*

**Palabras clave:** *Psicología; Cisgeneridad; Transfeminismo; Epistemología.*

### **Abstract**

*We aim to analyze how attempts to reposition psychology have not always been welcomed without intense disputes. By moving assumptions from transfeminisms to mental health, we observe a collision with what remains understood by science, indicating resistance to perspectives that do not comply with so-called measurable requirements, as if, regarding gender and sexuality, discussions needed to be in these terms. Thus, we propose other readings to the diversity paradigm in mental health, recognizing that, when this “diversity” refers only to homosexuality and transsexuality, the norm is established as an invisible order. On the contrary, we want to emerge investigations capable of recognizing this “invisibility” as an axis that can be named, that is, according to a psychology also called adjective psychology. It is hoped that such theoretical-political considerations will lead us to rethink which epistemologies have guided us here and which ones may arise in our ethical projects, if we abandon the nostalgia that prevents psychology from committing itself to dialogues with the margins.*

**Keywords:** *Psychology; Cisgenderness; Transfeminism; Epistemology.*

## INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, muitas discussões sobre “diferença” passaram a desafiar uma psicologia *mainstream* em relação a seus limites e alcances. Essa psicologia – que aqui chamamos de convencional – pretendia, por um lado, compreender o que estava sendo discutido quando se falava em uma prática diferente, mas, resistia, por outro lado, à difusão desses “novos” saberes no âmbito da saúde mental. Ao invés de articular o que seriam, então, os saberes dos estudos afroperspectivistas, subalternos, queer, e de que forma eles poderiam contribuir na construção de outros currículos, o que observamos é uma relutância ao diálogo com o conhecimento produzido a partir de outras epistemologias.

Assim, em um primeiro momento, a percepção desses horizontes críticos tem estado emparelhada à desconfiança que a profissão permanece tendo com o desvio, impossibilitando vê-lo como um veículo potente para a projeção de novas éticas. De todo modo, esse debate costuma situar o ato de “estar com a diferença” como uma questão tipicamente especial, secundária, desimportante. Falam-se, assim, de psicologias trans, pretas, feministas, decoloniais, dentre tantas outras, enquanto âmbitos *underground*, como se fossem variações, de interesse específico, e não proposições éticas e políticas sobre o que entendemos por sujeito, por sociedade e por conhecimento.

Levada à radicalidade, essa recusa da psicologia em pensar de forma crítica suas concepções acerca dos marcadores raciais, sexuais, corporais e de gênero faz com que eles sejam situados conforme desdobramentos de um eixo, ou seja, existiria uma “matriz” psicológica e as outras questões seriam lidas enquanto intercorrências. Em outros termos, pertenceriam ao campo da diversidade, conforme aponta Milton Moura (2010), visto “por um lado, como coletivo de particularidades e, por outro lado, como expressão de uma unidade complexa e problemática” (p. 344). No entanto, quem é esse sujeito do qual os outros devem sempre ser tributários? Por que essa matriz permanece invisível para nós? Em movimento paralelo ao fortalecimento de terapias nagô (Sodré, 2017), por exemplo, não estamos também deslocando nosso olhar para uma saúde mental pálida, branca, descomprometida com pensar a subjetivação de pessoas negras? Qual seria a razão de apostarmos grandes fichas em uma clínica LGBT sem, ao mesmo tempo, elaborar críticas aos assujeitamentos dentro dos discursos psi (psiquiátricos, psicanalíticos e psicológicos) que recaem sobre tais identificações?

Mais especificamente, interessa-nos pensar a razão de tanto desenvolvimento a uma psicologia “trans” que não tem dado conta de uma questão central: a que ela se contrapõe? Sem querer fortalecer uma ideia prematura de “nós” e “eles”, convém considerar como a psicologia transfeminista também produziria embates e divergências dentro do campo da saúde mental. Afinal, falar em patologização ainda não é o suficiente, pois, de fato, a patologização se tornou um termo esvaziado ao longo dos anos. Todos e todas estão (des)patologizando em suas práticas, ou pelo menos gostam de acreditar que assim estejam. Tornou-se vergonhoso assumir que está partindo de um pressuposto psicopatológico, embora isso não signifique bastar. Para além da nomeação, a despatologização das identidades trans e travestis requer um engajamento, uma prática atenta aos postulados hegemônicos.

Nossa proposta, aqui, é descrever alguns desses postulados, na esperança de mobilizar o antagonismo que a psicologia dá indícios de estabelecer com produções transfeministas, dificultando que enxerguemos as cisheteronormatividades que são constitutivas de nossas práticas. Afinal, caso assumamos que a formação psicológica está localizada em um contexto cortado por diferentes desigualdades, convém se preocupar com as repercussões mortíferas em não trazer tais desigualdades ao campo da visibilidade. Objetiva-se, portanto, elaborar algumas pistas sobre isso que denominamos de “psicologia cisgênera” – com a proposta de dar elementos à seguinte questão: quais são os efeitos dessa “saúde mental” que tem como premissa uma noção de corpo linear, em que genital e gênero têm uma suposta relação de correspondência?

## UM PSIQUISMO *ON-LINE*

A metáfora do psiquismo surge com uma dupla função. Se é útil para darmos início à tarefa de pensar uma subjetivação pretensamente universal, também aparece enquanto uma forma de dizer que para compre-

ender o termo “cis” talvez seja preciso navegar por camadas mais profundas. No campo digital, local em que fez suas primeiras aparições, diversos portais citam o homem trans Carl Buijs como criador da expressão no ano de 1995 - é assim que tanto Donna Matthews (1999) quanto Emi Koyama (2002) organizam. Teríamos, portanto, uma construção ainda recente a respeito do conceito, de menos de três décadas.

Em direção aos primórdios dos ativismos trans, as discussões sobre cisgeneridade são impulsionadas pela *web*. É no *blog* de Matthews (1999) que o holandês Buijs aparece pela primeira vez como o responsável pela difusão do termo, ainda que apropriado a partir da clássica diferenciação química (cis *versus* trans), algo que abordaremos adiante, não fazia referência ao estudo das matérias e das substâncias. O cisgênero significaria “deste lado dos traços comportamentais, culturais ou psicológicos comumente associados a um sexo” (n.p., tradução nossa, *online*). Poucos anos mais tarde, Koyama (2002) atualiza a definição de Donna, introduzindo a noção de “cissexual”, reprisando as disputas que haviam entre os termos “transexual” e “transgênero”. Outras mudanças na terminologia poderiam ser observadas, pois, ao passo que Matthews (1999) definiria Carl como um *female to male*, Koyama (2002) passava a situá-lo enquanto um homem trans.

Mudanças que, embora pareçam dizer respeito a um aspecto estritamente relativo ao vocabulário, inauguraram um processo de releitura sobre os paradigmas da natureza no que diz respeito ao gênero. Pessoas trans, em geral, foram sendo cada vez menos referidas por meio de uma gramática biologizante, demandando que suas identidades se descolassem dos pressupostos “macho” e/ou “fêmea” - embora isso não seja o mesmo que dizer que tais categorias, FTM ou *male to female* (MTF), tenham caído em total desuso, pois o que está em discussão é como outras disputas enfraqueceram as noções tácitas em que essas siglas se apoiavam. Assim, o transfeminismo começa a dar seus primeiros passos em direção a um descompromisso com expressões geralmente ligadas à tradição médica, segundo apontam os trabalhos de Simone Ávila (2014) e Rafaela Freitas (2014).

Discutindo essas heranças, Julia Serano (2007) se insere no debate de Donna e Emi, apontando que a entrada em cena dos termos “cissexual”, “cissexismo” e “cisgênero” disse respeito a uma virada de mesa. A utilização de tais categorias estaria circunscrita na possibilidade de descentralizar o cisgênero de sua hegemonia, de pensá-lo conforme uma alternativa no lugar de situar um “gênero normal” opositivo a um “gênero anormal”. A autora toma o conceito de “cisgeneridade” como central para o transfeminismo, reconhecendo que a palavra não entraria em uso rapidamente, mas que ela apontava para um tratado com a diferença que não mais a classificava enquanto uma falsificação da norma.

Cis passa a ser uma expressão disseminada, em síntese, pelo ciberativismo de pessoas trans e travestis (Serano, 2007), com a proposta inicial de designar aqueles que “permanecem” se identificando com o gênero designado no momento do nascimento. Contudo, essa definição ao longo do tempo passou a não ser o bastante, principalmente devido ao fato do termo não ter nascido exatamente com Carl Buijs, mas com a professora de biologia Dana Leland Defosse, que em 1994 expôs a necessidade de um termo que fosse capaz de localizar aqueles que não eram trans. Em um *email* direcionado à comunidade acadêmica, a pesquisadora *cis* divide com os destinatários da mensagem o objetivo de encontrar trabalhos teóricos que abordassem questões sistemáticas sobre transgêneros.

Neste mesmo correio eletrônico, Defosse (1994) compartilha que está tentando avaliar o clima do campus para pessoas trans. Na ausência de uma vasta bibliografia sobre o tema, traz que gostaria de ter acesso a organizações, coletivos, testemunhos pessoais e experiências que fossem capazes de ilustrar as violências institucionais acionadas por meio do gênero e da sexualidade. Seus temas de interesse eram transfobia, hostilidade, bem como atitudes e comportamentos da comunidade queer e das pessoas “cisgenerizadas” (Defosse, 1994). O termo utilizado pela autora é *cisgendered people* - algo que também foi sendo modificado ao longo do tempo, pois atualmente se fala, em línguas anglofônicas, *cisgender*. Por fim, sua mensagem afirma a proposta de construir coalizões e redes de informação sobre essas questões que a estavam mobilizando.

Talvez a lógica do “cisgenerizado” venha a partir da própria “coerência” dos termos “transgenerizar” ou “transgenitalizar” (Processo Transexualizador, Portaria nº 1.707/2008), como se a forma de



se ver, desde a diferença, fosse sempre uma ação estrangeira sobre o corpo imaculado, mas essa seria apenas uma aposta. Perseguindo os paradoxos do surgimento do termo, pode ser observado como os seus diferentes nascimentos, seja através da narrativa que o descreve como originado pelo movimento social ou criado por uma bióloga que entendia “cis” como uma referência a grupos de átomos que se moviam na mesma direção (Bonassi, 2017), percebe-se que a tensão entre natureza e cultura está dada desde o começo. Entretanto, o que nos interessa aqui é indagar quais são as formas de se relacionar com esse dualismo, que alguns setores da saúde mental deram indicativos de propagar sob a ótica do cuidado.

Sendo inata ou aprendida, a transexualidade deveria obedecer a um núcleo inicial que selecionamos para ilustrar uma psicologia cisgênera: o “saber”. Era e continua sendo imperativo que o sujeito atendido saiba quem ele é, mas que, sobretudo, a equipe responsável, geralmente composta por endocrinologistas, psiquiatras e psicólogos, consiga registrar esse desvio. Desde *O Fenômeno Transexual*, de Harry Benjamin (1966), a ideia de um transexual verdadeiro passou a fundamentar os protocolos internacionais de atendimento direcionados a tais sujeitos. Nestes protocolos, chamava-se de “*true transsexual sentiment*” (Benjamin, 1966, p. 53), ou verdadeiro sentimento transexual, a negação do genital e das características primárias e secundárias do próprio sexo. Passa a emergir, a partir daqui, um arquétipo, uma identidade replicável.

O sentimento a que se refere seria melhor diagnosticado através da diferenciação entre transexuais e travestis; as últimas, que, para o endocrinologista, tratariam-se de pessoas que mobilizavam suas transições por motivos fetichistas. Diferente do transexual “completo”, categoria defendida por Benjamin (1966), que não veria seu sofrimento ser aliviado apenas pelo uso de vestimentas do sexo oposto, mas na possibilidade de uma transição entendida por ele como “total”. Ainda nesse segmento, o médico afirma que em sua prática teve acesso a dez ou mais pacientes, que estiveram sendo analisados por ele pelo período mínimo de três anos. Seus estudos, todavia, desencadearam na criação da HBIGDA (Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association), que passaria a se chamar WPATH (World Professional Association for Transgender Health) anos mais tarde.

Ainda enquanto HBIGDA, a associação passou a divulgar um próprio guia, atualmente denominado de Standards of Care (SOC), com grande influência da obra de Benjamin, ou seja, a partir da observação de uma dezena de sujeitos. Embora a pequena amostra nos cause espanto, como também questionam Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), a questão que nos mobiliza não está resumida ao pequeno número, mas à crença de que seria possível traçar um perfil generalizante a respeito do gênero. Ora, se reconhecemos que os papéis entre homens e mulheres são fruto de convenções sociais, históricas e culturais, de que forma seria possível agrupar essa variedade de aspectos em uma única referência?

O que passamos a notar, portanto, é que a própria patologização não é mensurável, embora se dirija aos campos dos estudos de gênero, e à própria psicologia social, como ciências menores. De todo modo, continuando com o paradigma filosófico que embasa a noção de doença às identidades trans e travestis, outro agente importante foi o psiquiatra Robert Stoller (1982), responsável por escrever o livro “*A Experiência Transexual*”. O autor também elaborou uma teoria para afirmar um tipo diferente de transexualidade verdadeira, que não se daria somente pela repulsa ao genital ou às características primárias e secundárias do próprio sexo, mas por meio de uma gênese que situaria a transexualidade nos primeiros anos de vida.

Assim, Stoller (1982) discorre sobre um suposto “transexual oficial”, que seria fruto de uma relação primitiva com o gênero, na qual o papel da mãe adquire centralidade acerca da formação dos distúrbios ligados ao desenvolvimento. A transexualidade, como até aquele momento eram reduzidas as identidades trans e travestis, ilustraria o desvio de uma socialização dita correta, segundo aponta Rafael Cavalheiro (2019). Enquanto isso, o sujeito transexual, compreendido como desprovido de agência, estaria inscrito em um jogo familista, órfão de um suposto desinvestimento (Cavalheiro, 2019). Se assumirmos que esse é um diagnóstico que encontra amparo em postulados sociais sobre o gênero, seria preciso reconhecermos, então, que o que está em discussão não é somente o verdadeiro transexual, mas a verdadeira “mulher” e o verdadeiro “homem”.

Com propostas paralelas, Henry Frignet (2002) divulga em seu livro, denominado “*O Transexualismo*”, uma atualização dessas diferenciações. Ao autor, tal síndrome seria repartida pelo dualismo:

transexual *versus* transexualista, ao invés de transexual primário *versus* transexual secundário. Todavia, o transexual “fringetiano” apresentaria algumas continuidades, relacionadas principalmente à leitura que o psiquiatra fazia do que chamava de transexualismo: um indivíduo que confirma, através da própria história, ter sido sempre feminino ou masculino, como se houvesse uma linearidade acerca da sexuação. Ao contrário do transexualista, que, por ter o falo reconhecido, permitiria que a identidade sexual fosse assegurada, fazendo com que os transexuais passassem a ser entendidos como foracluídos, ou seja, com uma suposta incapacidade de apreender o imaginário e o registro do real do corpo - assim, ao recusar tal identificação, ela faz seu retorno (de caráter originário) na demanda por pertencer ao outro sexo.

Síndrome, estrutura, transtorno, problema do desenvolvimento, não foram poucas as expressões hostis empregadas a pessoas trans ao longo da tradição médica, embora, presentemente, essas categorias estejam pouco a pouco caindo em desuso. Ainda assim, termos como “verdadeiro”, “oficial”, “total”, “primário” e “completo” seguem fazendo companhia à transexualidade nas práticas de saúde. Nossa questão, portanto, está inscrita da seguinte forma: as disposições diagnósticas reservadas a pessoas trans e travestis podem revelar um modo de compreensão do gênero a partir da cisgeneridade? Em outros termos, as instâncias de procura por uma “autenticidade” denunciariam um funcionamento projetivo de ordem cisgênera? Se sim, a exigência que o outro “saiba quem ele é” estaria produzindo uma alteridade que assegura ao próprio sujeito cisgênero a possibilidade de não pensar sobre si?

## CORDIALIDADES PATOLÓGICAS

Ao analisar o raciocínio biomédico, a psicóloga Tatiana Lionço (2009) demonstra que ele trabalha por meio de uma bifurcação entre corpo e alma. Esse processo exibiria a pretensa marca diferenciadora do sexo, tendo em vista que a construção de um “verdadeiro” transexual se daria pelo reconhecimento de que a conexão entre corpo (somato) e alma (psíquico) havia sido rompida. Entrando em cena, o fundamento da nosologia estaria em dizer que tal erro pode ser localizado no corpo, fazendo com que a reparação seja de sua competência, ou seja, é um encargo médico corrigir o transexual. Assim, alguns campos da medicina se encarregaram de propor estratégias na lógica do conserto, que visam adequar o corpo à alma e endossam um dimorfismo constitutivo da cisheterossexualidade - onde a questão de “saber” a qual gênero se pertence está ligada a aspectos como temperamento, traços fossilizados, personalidade, emoções, dentre outros.

Da década de 1960 para os dias atuais, muitas transformações puderam ser observadas no campo da patologização. Alterações mais institucionais, como aquelas que estiveram impressas na Classificação Internacional de Doenças (CID) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), mas também alterações na prática, que se deram a partir da irrefutável presença de pessoas trans e travestis em disputas de poder, espaços de formação, coletivos e organizações políticas. De todo modo, o paradigma da despatologização não pode ser narrado apenas através dos deslocamentos diagnósticos, quando o “transexualismo” (CID-9; DSM-III) passou por reformulações, sendo referido como “transtorno de identidade de gênero” (CID-10, DSM-IV), em seguida “disforia de gênero” (DSM-5) e “incongruência de gênero” (CID-11).

Por certo, o paradigma a que nos referimos tem sofrido atualizações intensas, especialmente porque a Associação Norte Americana de Psiquiatria (APA), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a própria WPATH têm indicado um especial interesse na despatologização das identidades trans e travestis, embora não abram mão da avaliação psicológica, conforme apontam os trabalhos de Guilherme Almeida e Daniela Murta (2013). Dessa forma, não é com facilidade que encontraremos afirmações contemporâneas que sejam abertamente psicopatológicas, uma vez que toda a hostilidade (nosológica) vem sendo substituída por uma cordialidade (também nosológica). Dito de outro modo, as diferentes despatologizações reposicionam o vocabulário médico, mas não reposicionam a noção de cuidado e as epistemologias que lhes dão base (Almeida & Murta, 2013).

Patricia Porchat e Maria Ofsiany (2020), abordando de quais maneiras pessoas trans e travestis são referenciadas em relação à categoria “corpo” na psicanálise, medicina e no transfeminismo, refletem o

“dispositivo da transexualidade” - conceito também discutido por Berenice Bento (2009) e Fátima Lima (2010). Esses três campos do saber se acoplam na produção de verdade no que tange tais identificações. No caso da medicina, o sofrimento emerge enquanto algo que valida o saber sobre a transgeneridade, assim como algo que, de certa forma, irá defini-la. As autoras apontam, então, que não importaria se a causa eventual do sofrimento fosse de ordem social, pois, inserida na dicotomia saúde/doença, a presença de sofrimento viria para justificar a expertise no manejo desses sujeitos por parte da medicina, de maneira a restabelecer o estado de bem-estar e saúde (Porchat & Ofsiany, 2020). Portanto, caberia aos médicos indicar um itinerário terapêutico, de modo a amenizar o sofrimento “inerente” a essa modalidade de experiência generificada.

O próprio acesso institucionalizado a esse itinerário, todavia, está condicionado ao sofrimento: o sujeito trans é convocado a narrar sobre um determinado sofrimento reconhecido pelo discurso do saber, caso queira acessar certos procedimentos. “Determinado” sofrimento, como lembram Porchat e Ofsiany (2020), tendo em vista que nem toda pessoa trans sofre da mesma forma, embora pareça existir um esforço homogeneizante por parte dos discursos psicopatológicos. De maneira similar, é comum na psicanálise um certo tipo de sofrimento enquanto balizador no entendimento, seja na concepção stolleriana ou a concepção lacaniana, das experiências trans, reduzidas a “um quadro conceitual previamente estabelecido, vazio, sem sujeito falante” (Porchat & Ofsiany, 2020, p. 9).

As autoras continuam essa discussão ao afirmarem que a condição tanto de doença quanto de bem-estar estaria atribuída à obrigatória renúncia do próprio corpo, uma vez que só poderia ser possível chegar a ele - o corpo - através da permissão médica, que se configura enquanto uma alternativa uníssona de acesso ao desejo (Porchat & Ofsiany, 2020). Assim, o paradoxo de noções como “sofrimento” está em fazer a terapia servir como tentativa de sanar um débito negativo. Afinal, embora esteja mais ou menos acordado que a saúde é um complexo bem-estar, como seria possível viver uma vida considerada “boa” se as condições para torná-la vivível estão atravessadas pela produção social da doença (Butler, 2019)? Não pensamos, aqui, uma vida “boa” apartada da patologização, mas a possibilidade de construção de formas vivíveis para além dela.

Abandono familiar, evasão escolar, ausência de empregabilidade formal, altos índices de violência urbana, dentre tantos outros fatores que não parecem mobilizar a psicologia ao “meio”, mas, sobretudo, ao indivíduo. Caberia aos “discursos psi” a incorporação acrítica do cartesianismo (corpo versus alma) biomédico? Ora, Porchat e Ofsiany (2020) consideram a divisão opositiva entre saúde e doença uma contradição, tendo em vista que “o conflito psíquico é constitutivo da existência humana, não sendo possível livrar-se dele” (p. 9). Todavia, o transfeminismo estaria mais interessado em reescrever a concepção de “corpo aprisionado” para uma ideia de corpo de direitos, estabelecendo diálogos que ultrapassem o âmbito da saúde e convidem a esfera dos direitos humanos a participar. Teríamos, então, como dizer que o transfeminismo advoga por uma cidadania situada além dos moldes nosológicos?

Somando-se a esse debate, Thamy Ayouch (2016) situa que o transfeminismo articula seus princípios de agência e autonomia com uma agenda formada por outros elementos, como o combate à violência cissexista, a defesa dos direitos reprodutivos e da livre sexualidade. De maneira geral, desenvolve-se uma crítica a pressupostos essencialistas que subordinam o gênero ao aparato biológico. Ayouch (2016) aponta, também, como os estudos de gênero estariam abrindo espaço para a possibilidade da fixidez da identidade ser colocada em xeque, pois se trataria de um campo envolvido com outras apostas. Dessa forma, haveria a construção de uma lacuna entre um corpo biológico da medicina, com interesse centrado no genital, e um corpo “que possui história e marcas, que habita um determinado contexto e espaço social, que possui cor de pele, que se comporta de diferentes maneiras e exerce diferentes sexualidades” (Ayouch, 2016, p. 6).

Para pensar essa dimensão política do gênero como uma categoria de análise histórica, Joan Scott (1985) começa a refletir acerca de nossos interesses em identificar os sentidos das palavras. Aponta, então, que os significados do termo “gênero”, apesar de parecerem quase que autoevidentes, comumente faziam referência a um “belo sexo” - ou seja, aos traços sexuais atribuídos no âmbito social às mulheres. Gênero

havia se tornado, assim, sinônimo de “mulher”, fazendo com que, quando utilizado, incluisse sem incluir, como se contássemos uma história paralela à história central: a dos homens. Quando a autora começa a advogar pela possibilidade do “gênero” ser enxergado enquanto uma categoria útil à produção de análises que nos levem a mudanças, perde o interesse de identificar um sentido intrínseco ao termo (Scott, 1985).

Por esse ângulo, não nos mobiliza reiterar a lógica de que falar sobre gênero é falar sobre o transgênero, mas, sim, pensar de que forma a política se projeta no gênero. O que significa assumir que nossas proposições só serão compreendidas caso a cisgeneridade possa estar situada no tempo e no espaço. Essa tomada de posição exigiria que refletíssemos sobre as relações desiguais que posicionam pessoas cis acima das demais, visando entender o que ocorre que faz com que pessoas trans e travestis sejam invisíveis como sujeitos históricos. Ao tentar responder à invisibilidade feminina, Scott (1985) aponta para as políticas natalistas, onde o gênero seria um veículo de apoio a guerras, uma vez que o Estado sacrificaria vidas jovens para sua própria proteção. E as mulheres, excluídas da esfera pública, teriam seus destinos condensados à reprodução.

Se o feminino está para a “sexualidade” tal como o “trabalho” está para o marxismo, desde uma perspectiva scottiana, seria possível assumir que a “linearidade” está para a psicologia cisgênera de maneira igualmente correlata? A noção de um sujeito que segue uma sequência, que não é contraditório e que organiza o próprio gênero de modo contínuo nos parece ser um dos principais fundamentos que sustenta a patologização das identidades trans e travestis. Scott (1985) questiona: qual foi o lugar do feminino ao longo da história? Aqui, queremos produzir uma torção em sua pergunta, fazendo-a da seguinte forma: qual foi o lugar da diferença na psicologia?

Reconhecendo o modelo de compreensão da transexualidade, que em Frignet (2002) seria o da loucura (transexuais) ou o do engano (transexualistas), como podemos falar de uma história sem partir de uma proposição esvaziada, onde o problema estaria delimitado à “ausência” dessas figuras na literatura, mas não à “presença” das violações frequentes de direitos humanos que foram e permanecem sendo propagadas pela saúde mental? Nossa aposta é, portanto, que a não-historicização da cisgeneridade é capaz de manter o seu poder soberano protegido, invisível, inquestionável. Do mesmo jeito que o gênero enquanto categoria de análise significa pensar como ele produziu distinções sociais, aproximar a psicologia das discussões sobre cisgeneridade implica reconhecer que o cisgênero não é um campo apenas de produção de “eu”, mas uma posição identitária capaz de estabelecer o que é e o que não é natural.

O que fez com que pessoas cis se posicionassem enquanto “avaliadoras” e pessoas trans fossem colocadas no lugar de “avaliadas”? As relações de poder estão ilustradas na saúde a partir do momento em que a cisgeneridade passa a ser uma política do sofrimento, e o sofrimento começa a ser a política da clínica. Assim, a realidade social não pode ser colocada de maneira ingênua, naturalizando nosso olhar para uma dominação que não é natural, mas histórica. De outro modo, teríamos o cisgênero (ciência) e o transgênero (política), ou seja, uma história “sobre a diferença” solidária com a invisibilidade da norma.

Parafilia, perversão sexual, histeria, sexualidade antipática, orientação egodistônica, as boas práticas contemporâneas aparentam não recorrer mais a categorias explicitamente psicopatológicas, mas isso não é o mesmo que dizer que a psicopatologia deixou de se envolver com nossas práticas atuais. Discutindo essas amarrações, o sociólogo Jorge Leite (2011) situa como os ideais de uma “cuidadosa avaliação clínica” permanecem sendo colocados pela saúde mental, que continua apostando, agora de maneira sofisticada, nesse imaginário estável, firme e sólido, que aqui seriam as “normas sadias” definidas pela cisgeneridade: crescer e se desenvolver conforme o sexo atribuído no nascimento.

Todavia, Leite (2011) brinca com essa questão ao trazer, em *“Nossos Corpos Também Mudam”*, que os sólidos edifícios da existência humana estão constantemente se alterando, embora, quando direcionada ao “diferente”, essa perspectiva de “mudar” soe quase que como se fosse pejorativa. Talvez por isso observemos tantas discussões dos ativismos bissexuais em relação às exigências para que se enquadrem em um paradigma restrito sobre o desejo; pode-se amar/desejar apenas homens ou mulheres. Igualmente, pode-se ser somente aquilo que foi decidido pela natureza - contudo, essa natureza é também fruto de nossa intervenção sobre ela (Butler, 2016).

Prosseguindo, quando falamos sobre um princípio cumulativo, segundo o qual o genital indica o gênero, estamos falando de um tratado normativo sobre o corpo. Meninas se tornam mulheres, assim como meninos se tornam homens. Todavia, não é como se essa leitura desenvolvimentista estivesse aberta a mudanças, pois ela informa a retórica de um acordo civilizatório que tanto mantém quanto é mantido pela cisgeneridade. Em outros termos, um movimento circular que retroalimenta projeções sobre uma suposta linearidade da constituição física, onde o dimorfismo teria garantida a sua maior legitimidade, e o desvio, visto como negativo, precisaria de alguns recursos terapêuticos que fossem capazes de aliviar seu “sofrimento” - tido como um dado a priori - e lhe preparar para uma vida em sociedade.

Ao assumir um compromisso com uma leitura crítica sobre relações de poder entre pessoas cis e pessoas trans e travestis, devemos, simultaneamente, admitir a existência de uma dimensão relacional periférica, que não necessariamente nos parecerá óbvia, nítida, esgotada. É com isso em mente que empreendemos uma investigação que persegue a forma que a patologização se atualiza, reconhecendo que, nos dias atuais, os avanços, naquilo que diz respeito ao campo dos direitos humanos (Yogyakarta, 2007), têm impedido que a nosologia se apresente como costumava se apresentar em sua origem. O que não significa um total desligamento, mas uma discreta continuidade: a cisonormatividade inaugura a passagem de uma patologização categórica para uma patologização silenciosa.

Leite (2011) coloca que, embora termos como “verdadeiro transexual” estejam deixando de ser utilizados, a categoria “disforia de gênero” (DSM-5) e, agora, a “incongruência de gênero” (CID-11), reescreve a gramática da “verdade” como uma gramática do “sofrimento” - que surge na cena da nosologia enquanto um critério diagnóstico, ou seja, abandona-se a fragilidade epistêmica da “verdade”, mas ainda há uma aposta em uma substância intrínseca à transexualidade: a dor. Sem a dor, não haveria comprovação. O que tudo isso evidencia é que existe um imperativo decisional cisgênero que solicita do indivíduo: traga-me uma escolha que prove que não houve escolha. A condição estabelecida pelos postulados hegemônicos de gênero é a de que o “sofrer” retira toda e qualquer chance da transição ser algo que cause dúvida ou incerteza.

## AGLUTINANDO FORÇAS

Terapeutas são os oráculos do diagnóstico, mas não fazem previsões do futuro. Dedicam-se a encontrar, no passado, algo que Jaqueline de Jesus (2013) chamou de “momento de epifania” - o dia em que o “eu” foi perturbado de sentido, em que foi possível perceber quem se era, em que “tudo” pareceu se encaixar. Essa busca por um marco-zero na história do sujeito faz com que a diferença seja encarada com desconfiança. Ora, apenas se procura saber a gênese quando ela informa um desvio, pois não se busca, ao menos não na mesma frequência, saber quando alguém se “percebeu” ser hétero ou cis. A alguns, inclusive, essa pergunta pode soar completamente impensável, tendo em vista que a heterossexualidade seria, desde uma perspectiva butleriana, conhecida como matriz de inteligibilidade, o que se espera para a coerência entre sexo, gênero e desejo.

Ao refletir as miudezas da patologização, Marco Prado (2018), traz à análise sua experiência no Centro de Referência em Atenção Integral à Saúde Transespecífica (CRAIST). Prado (2018) relata que ter trabalhado como psicólogo em um campo ambulatorial o fez repensar sua vida não-trans. A partir da possibilidade de atender pessoas que, notava, eram cobradas uma autenticidade identitária, passou a afirmar que: “a fúria classificatória de gênero é parte do modo de pensarmos sobre nós mesmos! O desejo de encontrar um terreno para fixar o gênero é sempre uma corrida desenfreada” (p. 25). Sua discussão se inscreve no reconhecimento de que o exercício da “identidade” recai sobre pessoas trans de maneira desproporcional.

Evidentemente, haveria uma qualidade comum ao gênero, que exigiria dos indivíduos algum grau de compromisso com os domínios da masculinidade ou feminilidade, mas nosso entendimento é que, justamente quando tal pacto é quebrado, ou seja, quando a inteligibilidade perde força (Butler, 2016), as tecnologias psis surgem em cena, propondo uma ressocialização do sujeito travesti/transsexual. Essa “ressocialização”, apontada nos trabalhos de diferentes pesquisadoras (Arán, 2009; Bento, 2006; Teixeira;

2009), visava àquilo que Matthews (1999) cunhou como ideal cisgênero: a confiança em um mecanismo binário em que sexo e gênero estão alinhados. Assim, todos os homens são homens e todas as mulheres são mulheres. Por isso, a crença em “homens que são mulheres” ou “mulheres que são homens” não encontra amparo social, é ininteligível, fazendo com que a ciência se encarregue de categorizar pessoas trans e travestis como doentes (Matthews, 1999).

A partir do ideal cisgênero, o transgênero não existe. Ele é apenas um homem ou uma mulher que está confuso ou enlouquecido (Matthews, 1999), sendo essa uma proposição que nos ajuda a entender as associações entre verdade e sofrimento: responsáveis por constituir um saudosismo na saúde mental. Essas duas categorias se articulam de modo a reintegrar a cisgeneridade ao corpo, uma vez que a suposta coerência entre genital e gênero havia sido rompida. Quando falamos saudosismo, estamos pensando o termo por meio de sua capacidade irônica: protocolos de saúde que lidam com pessoas trans e travestis como se elas fossem ser resgatadas do próprio desvio.

Essa reintegração de posse, que a cisgeneridade busca realizar, parece-nos saudosista por meio das proposições butlerianas (2017), em “*Vida Psíquica do Poder*”, quando a autora traz que haveria uma renúncia à homossexualidade que exigiria uma identificação com a própria homossexualidade condenada: “não como seu objeto externo, mas como sua fonte de sustento mais preciosa” (p. 126). Ao renunciar a homossexualidade, paradoxalmente, ela seria fortalecida enquanto poder de renúncia, ou seja, uma perda não pranteada, incorporada pela mesma heterossexualidade que não a deixaria ir. A aposta de Butler (2017) é que o gênero poderia ser compreendido como a atuação de um “luto” não resolvido.

Se o gênero masculino se formasse “a partir da recusa de prantear o masculino como possibilidade de amor” (p. 129), seria possível afirmar que a cisgeneridade, ao renunciar à “mentira” do gênero, preserva as identidades trans como uma memória-esquecida de sua própria falsidade? Ao exigir que aqueles que rompem o sistema sexo/gênero comprovem suas autenticidades existenciais, com laudos, perícias e processos jurídicos, há, em algum nível, uma atitude fóbica em relação ao caráter opaco do gênero? Essa identificação feita e renegada, que Butler (2017) chamou de lógica do repúdio, assegura que os resíduos heterossexuais sejam mantidos justamente pela defesa de uma identidade *gay* apreensível e bem delimitada.

Não causa surpresa, portanto, descortinar o longo processo de inserção das transexualidades, travestilidades e transgeneridades no rol de patologias mentais, conforme categorias universalizantes, previsíveis e controláveis. Todavia, haveria um certo “custo de articular uma posição de identidade coerente ao produzir, excluir e repudiar um campo de espectros abjetos que ameaçam o campo arbitrariamente fechado das posições do sujeito” (Butler, 2017, p. 132). Tal custo, em determinados aspectos, seriam melhor ilustrados pelo vício etiológico que a cisgeneridade estabelece com a diferença, com sua perseguição a um dado de verdade que valide aquele corpo.

Consequentemente, poderíamos arriscar que tal “procura” comunica uma fuga nostálgica dessa hegemonia que, incapaz de se deparar com a própria incoerência, vê na iconografia “trans” um símbolo de perigo: a reminiscência de um conflito não resolvido, não esgotado e não estável que é a própria identidade. Afinal, qual seria a razão para o questionamento etiológico acerca da origem da cisgeneridade ou da heterossexualidade não parecer tão atrativo ou óbvio quanto as buscas por um fator “capturável às escutas” que legitime LGBTs? Enquanto dizem “o corpo é sacro”, dizemos “o corpo é perecível” - e isso, aparentemente, denuncia o funcionamento neurótico da patologização.

O ideal cisgênero, embora falhe, não cessa suas tentativas de reintegrar posse. Algo que exige o reconhecimento de que a patologização que observamos agora não é a patologização presente no território estadunidense dos anos 60 e 70. Ora, se a despatologização se tornou um movimento político voltado a pensar questões que, para nós, atualmente, estão mais ou menos assentadas, então seria interessante indagar se estamos apreendendo o fenômeno em sua metamorfose ética. Seria possível, então, reconhecer que dentro dessa própria bandeira despatologizante existiriam questões que seriam de teor psicopatológico? Se sim, quais são as imagens que esse processo dá indícios de querer resgatar? Busca-se a volta do homem másculo e da mulher submissa?

A mirada nostálgica implementada pela psicologia cisgênera se lança em direção aos valores sobre o corpo. Haveria um “eu” ideal localizado no passado, nessa era da pré-medicina, da pré-modernidade, onde o gênero ainda não havia sido intercambiável (Arán, 2006). Esse corpo dimórfico, binário, que é complementado por outro corpo que lhe faz oposição, apesar de ter, sim, relação com as categorias “verdade” e “sofrimento”, denuncia também uma suposta “estabilidade” que a saúde mental parece estar recordando com pesar. Exigem, então, que pessoas trans saibam quem elas são, a partir dos processos de avaliação psicológica supracitados, como se “saber quem se é” fosse a garantia de que a cisgeneridade não está sob ataque.

Contudo, pessoas cis passam ciclos inteiros de suas vidas sem pensar sobre si mesmas, mas, ao mesmo tempo, requerem que pessoas trans e travestis pensem constantemente acerca do próprio “eu” - é como se o gênero do “transgênero” representasse a neurose projetiva da cishnorma. Amara Rodvalho (2016) aborda isso ao dizer que “é como se, para as pessoas cis, nunca houvesse de fato esse start, esse estalo” (p. 26). Segundo a autora, às pessoas trans e travestis a possibilidade de “não pensar” sobre a própria condição está negada, pois a sociedade não lhes deixa esquecer disso em momento algum (Rodvalho, 2016). Essa mesma questão já foi apontada também por Jesus (2013), ao pesquisar sobre as marcas deixadas pela lembrança de não se identificar com o gênero atribuído socialmente.

Parece-nos, de certo modo, que esse “momento” não está distribuído igualmente no terreno do gênero e da sexualidade, uma vez que somente à diferença é cobrado tal “dar-se” conta. Evidentemente, poderíamos analisar que a força dos discursos médicos, psiquiátricos e psicológicos não pesaram sobre o “normal” da mesma forma que incidiram sobre o “anormal”, como aponta Brune Bonassi (2017). Assim, os ideais regulatórios criam efeitos de lisura, responsáveis por fazer com que a cisgeneridade deixe de entrar em contato com seu próprio artifício (Bonassi, 2017). Sem espanto, pessoas trans e travestis foram e continuam sendo classificadas como meias-pessoas, mulheres de mentira, homens falsos, imitações. As violentas repercussões do ideal cisgênero produzem lesões subjetivas (físicas e psíquicas), mas também sociais, por interferirem diretamente na cidadania daqueles a que se referem conforme “anomalias”.

Patologização precisa ser um processo compreendido através de suas diversas camadas, não se tratando meramente de um juízo de valor, todavia, sim, de um esboço de humanidade que administra a diversidade como uma subsunção de dada referência principal (Moura, 2010). O autor continua sua crítica, propondo que “uma formulação assim radical de um projeto de reflexão aponta para bem mais que o estabelecimento da diversidade cultural – ou multiculturalismo e interculturalismo – como mais um modismo” (p. 323). Dessa forma, pensar um horizonte despatologizante não é um compromisso que nos situa apenas na retirada do rótulo de doença para dado gênero, em uma lógica panfletária, outdoor, mas que nos convoca a reposicionar as relações de poder entre pessoas cis e pessoas trans/travestis.

Para isso, seria preciso assumir a possibilidade de uma dor não diagnosticada, pois “despatologizar significa compreender o que o outro compreende” (Prado, 2018, p. 52), o que nos coloca o desafio de uma clínica afastada do repertório da nosologia. Entretanto, esse afastamento não tem se dado com facilidade, tendo em vista o caráter ontológico da própria escuta clínica, fazendo com que a psicologia não consiga abrir mão facilmente da sua relação harmônica com a psiquiatria. Em repertórios atuais sobre gêneros, como seria o caso dos *Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people* da Associação Norte-Americana de Psiquiatria (APA, 2015), é possível entender melhor o que seria essa relação, impressa na ideia de uma “afirmação de gênero”.

De acordo com as mesmas diretrizes (APA, 2015), existiria um recente encorajamento à afirmação e aceitação da identidade de gênero da pessoa atendida. O que aparece como afirmativo, em tais diretrizes, é a crença em uma abordagem exploratória capaz de ajudar pessoas trans a desenvolverem “estratégias de enfrentamento e ferramentas emocionais para integrar uma identidade TGNC positiva caso o questionamento sobre o próprio gênero persista” (p. 28). Convém mencionar a atualização de categorias como “disforia” e “incongruência”, que passam a atender à expressão “pessoas trans e em não conformidade de gênero” (TGNC).

No ínterim dessa exploração, surgem, então, as cirurgias de afirmação sexual, assim como as terapias hormonais afirmativas, inseridas na lógica de uma intervenção médica que nos leva a consi-

derar que a “afirmação” estabelece um compromisso com a coerência da identidade transexual. Caso tomemos a definição do Dicionário *Online* de Português (Dicio, 2020), quando afirmamos algo: dizemos com firmeza, assumimos o caráter de verdade daquilo que é dito. Seria uma forma de colocar, em outros termos, pessoas trans e travestis sob suspeita? Afirmar, parece-nos, portanto, similar a corrigir, integrar. Sua utilidade é interessante à atualização cordial que a patologização reivindica, pois o que se afirma é uma vida masculina ou feminina, dimórfica, dual - onde a não-binariedade seria entendida como uma combinação desses dois campos, mas não um campo por si só. Justamente por causa da cordialidade, não se fala mais em um corpo mutilado, mas de um corpo curado, que afirma, controversamente, um gênero cisgênero... só que transgênero, de segunda classe.

O propósito seria evitar que sofram um atraso desnecessário para quem estivesse “pronto” para dar seguimento à sua própria transição, desde parâmetros que ilustram a grave desconfiança das equipes de saúde com as demandas de pessoas trans e travestis. Em contrapartida, o transfeminismo propõe outros tipos de suspeição: desconfiemos da ideia de natureza unívoca, das (auto)atribuições fixas, dessa clínica alarmista, catastrófica, que distingue transições entre as variáveis “sucesso” e “fracasso”. Seria possível, ao invés de restringir possibilidades, aglutinar forças que estimulem saídas mais criativas do que a repetição de um arquétipo totalizante? Que sejam capazes de avolumar nossas esperanças em uma cisgeneridade pranteada, ou seja, que não mire a diferença com repúdio. Sobretudo, que não busque fazer com que as coisas voltem a ser como foram um dia, reencenando a discriminação que tem sido combatida por coletivos diversos ao redor do globo.

## SABER, ESCOLHER E AFIRMAR: O FIM DE UMA VERDADE?

A passagem feita por pessoas trans e travestis na psicologia, de “terapeutizadas” à posição de terapeutas, têm produzido alguns necessários desconfortos. Conforme buscam fazer debates transfeministas avançarem, setores mais ligados a uma história positivista da profissão indicam situá-los como questões externas à ciência. Assim, fortalece-se um antagonismo epistêmico, incapaz de acompanhar o reposicionamento que perspectivas queer, feministas, negras têm exigido da saúde mental, ao não responder às diferentes demandas dos marcadores sociais.

Consideramos a relutância psicológica em dialogar com tais pontos de vista uma reescrita de lugares de assujeitamento na clínica, pois prolifera a ideia de que o “desvio” só tem um lugar garantido na produção de conhecimento desde que ele esteja localizado enquanto paciente, sujeito passivo, analisado. Assim, a psicologia dá indícios de continuar partindo de um entendimento psicopatológico, tendo em vista a pretensão de pensar uma noção de cuidado que, embora desconectada de uma caricatura psiquiátrica, permanece atualizando crenças sobre uma transexualidade tutelada, avaliada e observada: é a equipe que permanece ditando o momento de estar pronto/a/e.

Somam-se a essas questões os anúncios de boas práticas, geralmente ligadas à “invenção” de novas psicologias, algo que precisaria ser explorado com maior generosidade. Ora, dizer que uma prática é “afirmativa” faz com que ela esteja, de fato, conectada às demandas políticas de pessoas trans? Uma dita psicologia “antirracista” é o suficiente para garantir uma conduta de questionamento às desigualdades raciais brasileiras? Como é que a anúnciação de uma psicologia “feminista” sustenta uma crítica aos postulados sexistas de maneira profunda? Ao mesmo tempo, observa-se uma série de ataques a essas psicologias, como se elas fossem “adjetivadas” - logo, mais fracas, insalubres, menos importantes e distantes das discussões centrais. Precisamos (des)aprender os autoritarismos biomédicos, conforme Rodrigo Borba (2016) sugere, para sobreviver ao mundo de agora.

Os ataques a psicologias adjetivadas costumam, todavia, partir de uma psicologia que se considera irrefutável, ahistórica e apolítica. Dessa forma, a necessidade de entendermos a patologização contemporânea da transexualidade, que se dá inclusive pela defesa à despatologização, é fundamental para mobilização de nossos olhares a uma constituição cisgênera dos processos de trabalho clínico. Evidenciar, assim, uma psicologia cisgênera é dizer de uma psicopatologia complacente, capaz de se adaptar aos embates do seu



próprio tempo, indicando que a patologização não se dá mais a partir de uma violência conhecida, catalogada por diferentes pesquisas ao longo dos últimos anos. Pelo contrário, denunciar as cisnormatividades psicológicas significa assumir um compromisso com os “pormenores” da tradição biomédica, desde que, evidentemente, tal compromisso nos lance diante da urgência de refletir: como é que o ideal de sujeito “autêntico”, “verdadeiro” e “preparado” segue guiando o limiar de uma psicologia *mainstream*?

Talvez não seja possível atribuir autenticidade ao gênero, e ele seja sempre a imitação de uma repetição imitativa (Butler, 2017). Talvez não exista uma verdade que nos oriente, pois o máximo que conseguiremos é uma posição identitária provisória (Murta, 2007). E talvez não haja mesmo reparação, tendo em vista a existência de coisas impossíveis de serem corrigidas (Lionço, 2009). Por que a mera alternativa de abandonar uma leitura hostil sobre a “diferença” ameaça tanto nossas clínicas? O desafio, caso desejemos enfrentá-lo, está em conjugar novos saberes à difusão de uma saúde mental interessada em paradigmas éticos e políticos menos hierárquicos, considerando que, por trás disso, há um cenário visivelmente nostálgico e nostalgicamente invisível: a visão de “eu” que a cisgeneridade ainda tenta emplacar como universal.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, G. & Murta, D. (2013). Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Revista Latinoamericana), 14, 380-407. <http://www.scielo.br/pdf/sess/n14/a17n14.pdf>
- Arán, M. (2006). A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(1), 49-63. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982006000100004>
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Estudos Feministas*, 17(3), 653-673. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300002>
- Associação Norte-Americana de Psiquiatria – APA (2015). *Diretrizes para práticas psicológicas e com pessoas trans e em não conformidade de gênero*. <https://www.crprs.org.br/conteudo/others/file/35a995b2ba8493c19d715c00a03721bd.pdf>
- Ávila, S. (2014). *Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Multifoco.
- Ayouch, T. (2016). Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados. *Periódicus*, 5(1), 3-6. <http://dx.doi.org/10.9771/peri.v1i5.17171>
- Benjamin, H. (1966). *The Transsexual Phenomenon*. Julian Press.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Garamond.
- Bento, B. (2009) *A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade*. *Revista Bagoas*, 04, 95-112. [https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art05\\_bento.pdf](https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v03n04art05_bento.pdf)
- Bento, B. & Pelúcio, L. (2012) Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, 20(2), 569-581. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>
- Bonassi, B. C. (2017). *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC).
- Borba, R. (2016). *O (Des)Aprendizado de Si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Fiocruz.
- Butler, J. (2016). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2017). *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição*. Autêntica.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica.
- Cavalheiro, R. (2019). *Caos, norma e possibilidades de subversão: psicanálise nas encruzilhadas do gênero* (Dissertação de Mestrado em Psicanálise, Clínica e Cultura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS).
- Defosse, D. L. (1994). *Transgender research*. <https://groups.google.com/forum/#!searchin/alt.transgendered/defosse/alt.transgendered/acBONWZqmhs/xo2v8gve62kJ>

- Dicio. (2020). *Dicionário Online de Português*. <https://www.dicio.com.br/afirmar/>
- Freitas, R. (2014) *Homens com T Maiúsculo. Processos de Identificação e a Construção do Corpo nas Transmasculinidades e a Transversalidade da Internet* (Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG).
- Frignet, H. (2002). *O transexualismo*. Companhia de Freud
- Jesus, J. G. (2013). Crianças trans: memórias e desafios teóricos. In *Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, Universidade Federal da Bahia. <https://dx.doi.org/10.13140/RG.2.1.4326.8888>
- Koyama, E. (2002). *Decentralizing the dominant group*. Eminism.Org. <http://www.eminism.org/interchange/2002/20020607-wmstl.html>
- Leite, J. (2011). *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. Annablume; FAPESP.
- Lionço, T. (2009). *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica* (Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade de Brasília, DF).
- Mathews, D. (1999). *Definitions*. Donna’s Hideout. [http://cydathria.com/ms\\_donna/tg\\_def.html](http://cydathria.com/ms_donna/tg_def.html)
- Moura, M. (2010). Cultura e Diversidade Considerações sobre a multiplicidade das manifestações. *Antíteses*, 3(5), 321-346. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2010v3n5p321>
- Murta, D. (2007). *A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de identidade de gênero nas práticas de saúde* (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ).
- Porchat, P. & Ofsiany, M. C. (2020). “Quem habita o corpo trans?”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n157698>
- Portaria n. 1.707*, de 18 de agosto de 2008. (2008). Ministério da Saúde. Diário Oficial da União. [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html)
- Prado, M. (2018) *Ambulare*. UFMG.
- Rodvalho, A. (2016) Não fossem seus pêlos vários [de linhas imaginárias, metáforas e provocações trans. *Periódicus*, 1(5), 23–31. <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17173>
- Lima, M. F. (2010). *A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans* (Tese de Doutorado em Ciências Humanas e Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ).
- Scott, J. (1985). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Serano, J. (2007). *Whipping Girl: a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Seal Press.

Sodré, M. (2017) *Pensar nagô*. Vozes.

Stoller, R. (1982). *A experiência transexual*. Imago.

Teixeira, F. B. (2009). *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade* (Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP).

Yogyakarta (2007). *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf).

**Histórico**

*Submissão: 15/10/20*

*Revisão: 15/04/2021*

*Aceite: 17/04/2021*

**Contribuição dos Autores**

*Concepção: SF; MBM.*

*Coleta de dados: SF; MBM.*

*Análise de dados: SF; MBM.*

*Elaboração do manuscrito: SF; MBM.*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: SF; MBM.*

*Aprovação final do manuscrito: SF; MBM.*

**Financiamento**

*Não houve financiamento.*

**Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

**Aprovação, ética e consentimento**

*Não se Aplica*

## Capital-trabalho-educação: criatividade, habilidades socioemocionais e (con)formação do sujeito empreendedor de si mesmo

*Capital-trabajo-educación: creatividad, habilidades socioemocionales y (con)formación del sujeto autoemprendedor*

*Capital-work-education: creativity, socioemotional skills and (con)formation of the self-entrepreneur*

Daniele Nunes Henrique Silva  
Lavinia Magiolino

Daniele Nunes Henrique Silva  
Doutorado Faculdade de Educação,  
Universidade Estadual de Campinas  
UNICAMP – Campinas/SP.  
<https://orcid.org/0000-0002-8174-2967>  
E-mail: daninunes74@gmail.com

Lavinia Magiolino  
Doutorado Faculdade de Educação,  
Universidade Estadual de Campinas  
UNICAMP – Campinas/SP.  
<https://orcid.org/0000-0001-8716-4208>  
E-mail: lamagiolino@gmail.com

### Resumo

Este trabalho discute a problemática da criatividade e das habilidades socioemocionais nas políticas educacionais neoliberais em sua relação com a psicologia. A partir de uma metodologia documental, são analisados: o Programa Nova Escola (1999-2007), o Projeto SENNA (2014) e o Inova Educação (2019). Objetiva-se demonstrar criticamente os elementos que sustentam as propostas e como se articulam aos interesses empresariais em conformidade com as leis do mercado por meio da instrumentalização dos temas aqui destacados. Os resultados estão organizados em dois eixos: a) caracterização analítica das propostas inseridas em políticas educacionais neoliberais focalizando a criatividade e a habilidade socioemocional; b) processos de subjetivação da classe trabalhados na escola submetidos à lógica mercantil e neoliberal: autoempendedorismo, autocontrole e domínio de si. Tais propostas (auto)denominadas inovadoras ocultam processos de exclusão perversos que, na verdade, investem na reprodução de velhas fórmulas de subjugar a classe trabalhadora.

**Palavras-chave:** Capital-trabalho; Educação; Neoliberalismo; Habilidade socioemocional; Criatividade.

### Resumen

Este artículo aborda el tema de la creatividad y las habilidades socioemocionales en las políticas educativas neoliberales en su relación con la psicología. Con base en una metodología documental, se analizan el Programa Nova Escola (1999-2007), el Proyecto SENNA (2014) y el Inova Educação (2019). El objetivo es demostrar críticamente los elementos que sustentan las propuestas y cómo se articulan a los intereses empresariales acuerdo con las leyes del mer-

cado a través de la instrumentalización de los temas aquí destacados. Los resultados se organizan en dos ejes: a) caracterización analítica de las propuestas insertas en las políticas educativas neoliberales centradas en la creatividad y las habilidades socioemocionales; b) procesos de subjetivación de clase trabajados en la escuela sometida a la lógica mercantil y neoliberal: autoemprendimiento, autocontrol y autodominio. Tales propuestas (auto)llamadas innovadoras esconden procesos de exclusión que, de hecho, invierten en la reproducción de viejas fórmulas sometimiento de la clase trabajadora.

**Palabras clave:** Capital-trabajo; Educación; Neoliberalismo; Habilidad socioemocional; Creatividad

### **Abstract**

This paper discusses the issue of creativity and social-emotional skills in neoliberal educational policies in their relationship with psychology. Based on a documentary methodology, the following are analyzed: the Nova Escola Programme (1999-2007), the SENNA Project (2014) and the Inova Educação (2019). The aim is to critically demonstrate the elements that support the proposals and how they are articulated to business interests in accordance with the laws of the market through the instrumentalization of the themes highlighted here. The results are organized in two axes: a) analytical characterization of the proposals inserted in neoliberal educational policies focusing on creativity and socioemotional skills; b) processes of subjectivation processes worked at school submitted to mercantile and neoliberal logic: self-entrepreneurship, self-control and self-mastery. Such (self) so-called innovative proposals hide perverse processes of exclusion that, in fact, invest in the reproduction of old formulas order to subjugate the working class.

**Keyword:** Labor capital; Education; Neoliberalism; Socioemotional skill: Creativity.

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é fortemente marcada por uma nova era industrial com ressonâncias – e dissonâncias – na esfera social, cultural, política e econômica. Tal configuração avança, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX, principalmente na Europa e na América do Norte, com impactos diversos nos países periféricos. O *boom tecnológico* – expressão importante desse momento histórico – altera radicalmente também os modos de vida existentes até então. Daí decorrem novas organizações e modalidades nas relações capital-trabalho, que acarretam a original composição da subjetividade e da expressividade humanas, o que afeta tanto o campo da ciência – conhecimento/epistemologia – quanto o da arte – estética – e, especialmente, o da educação.

No âmbito científico, o acesso ao conhecimento na contemporaneidade passa por vias nunca antes vistas, pois está atrelado ao campo da diversificação e da expansão da informação, via dispositivos instrumentais tecnológicos. As redes inteligentes – *internet* –, os problemas de comunicação etc., estão em pauta como questões centrais para o desenvolvimento da pesquisa e da transmissão do conhecimento. De fato, o acesso às informações se apresenta por uma trajetória original, pois no âmbito da divulgação dos saberes tem-se como condição *sine qua non* a sua adequação – ou não – à linguagem das máquinas e, em consequência, a submissão aos efeitos produzidos pela explosiva exteriorização do saber, que se desloca em relação àquele que sabe – *sachant* –, perdendo seu valor de uso e tornando-se valor de troca. Dessa maneira, o processo de conhecer se aliena do procedimento de formação, transformando-se em mercadoria.

A esse respeito, João Evangelista (2006) expõe:

Essas transformações incidiram diretamente sobre as formas através das quais os homens sentiam e representavam para si mesmos o mundo existente. Há uma sensação cada vez mais disseminada de irrealidade, de vazio e de confusão. A razão humana é desafiada pelo avanço de processos “imateriais” e pela constituição de novas esferas de existências virtuais, que se sobrepõem à realidade objetiva. A velocidade dos fluxos de imagens e informações e o processo de desterritorialização que lhes abalam os mecanismos cognitivos, axiológicos e estéticos desenvolvidos pela modernidade no Ocidente. (Evangelista, 2006, p. 275)

Nesse panorama, esse sujeito fragmentado *pluga-se* a um mundo que não deixa definidas posições, que se organiza a partir do risco cotidiano, ao preço da sensação de angústia que se recompõe constantemente, o que reforça a ideia de *individualismo*. O local de trabalho, por exemplo, é indefinido. Uma pessoa pode se empregar num Estado, ficar desempregada, ir para outro lugar, assumir nova função e, constantemente, ter sua vida redirecionada. Essa condição está diretamente vinculada à produção econômica, que passou a ser mediatizada pelo uso de novas ferramentas tecnológicas e de gestão.

Na nova organização política, econômica e social, mercados foram expandidos em seus limites geográficos e barreiras alfandegárias se romperam, numa lógica de ampliação da exploração do capitalismo que imprimiu um funcionamento global e alterou a paisagem social e a própria configuração da subjetividade em razão das novas dinâmicas nas relações de trabalho. As experiências humanas – tanto profissionais quanto pessoais –, que se desenvolvem nas relações sociais, se articulam às instâncias específicas – o Estado e o Mercado –, que são mediadores dos modos de inserção do indivíduo na sociedade. Nesse contexto, o que se observa é que a subjetividade é atravessada (atropelada?) por múltiplas demandas do capital, que transformam radicalmente – e permanentemente – as práticas sociais, entre elas, os processos de formação defendidos em certas políticas educacionais.

Tomando esses argumentos iniciais em consideração, pretende-se analisar neste texto, a partir de uma pesquisa documental, três propostas erichadas no escopo de políticas neoliberais voltadas para à educação pública, são elas: (a) O Programa Nova Escola (Rio de Janeiro, 1999-2002); (b) A Proposta de Avaliação das Competências Socioemocionais do Instituto Ayrton Senna – Projeto SENNA – explicitada no relatório de Daniel Santos e Ricardo Primi (2014) e; (c) O atual projeto educacional para o ensino médio, do Estado de São Paulo, denominado: Inova Educação (2019). A escolha dessas propostas deve-se ao fato de elas defenderem explicitamente uma instrumentalização das potencialidades especificamente humanas – como: a criação e o afeto – para fins de conformação aos ideários hegemônicos, de cunho neoliberal, dentro do contexto escolar. O objetivo desta investigação é de demonstrar criticamente os elementos que sustentam cada proposta e como eles se articulam aos interesses empresariais e a *conformidade* com as leis do mercado por meio da instrumentalização na conceituação de temas como: a criatividade e as habilidades sócioemocionais. Conforme será explicitado ao longo do artigo, tais interesses se articulam ao projeto da burguesia mercantil e financeira que pretende inviabilizar as contradições que emergem do próprio sistema capitalista, configurando modos sutis e sedutores de alienação no contexto de formação da classe trabalhadora.

## NEOLIBERALISMO NO SÉCULO XXI: CRISE DO CAPITAL E NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Em termos gerais, o modo de organização da sociedade atual está atrelado ao esgotamento do regime de acumulação de capital baseado no modelo fordista de produção, somado à urgência de recomposição das regulações entre o capital e o trabalho (Tonet, 2018). O surgimento da microeletrônica inaugura um estilo de gestão que permite a expansão das ações mercantis num plano transnacional, global. A tecnologia e o avanço nos sistemas de comunicação viabilizam a produtividade para além dos territórios regionais e até dos Estados Nacionais. Nesse contexto, o Estado não pode ser um entrave ao sistema capitalista. As crises do Petróleo (1970), a crise do sistema financeiro (2008) e, mais recentemente, a crise derivada da Covid-19 (2020) revelam a plasticidade do sistema capitalista. Uma capacidade de se reinventar diante das dificuldades cada vez mais agudas, impondo uma agenda paulatina mais perversa e ideológica de exploração da classe trabalhadora, expropriando dela o sentido marxiano do *trabalho vivo*.

O próprio Estado moderno burguês liberal tornou-se um entrave às iniciativas mercantis. As políticas sociais do Estado passaram a ser concebidas como fardos financeiros, que oneravam e impediam o livre desenvolvimento do mercado. Ocorre que, ainda que considerasse sua precariedade, o Estado liberal amortecia as desigualdades sociais por meio de suas políticas públicas. Ineficiente para lidar com os conflitos sociais e com o gerenciamento econômico de suas instituições, a defesa dos teóricos neoliberais é a de que o Estado precisa reorganizar sua gestão, flexibilizá-la, nos moldes das empresas privadas, para redução de custos. Sob essa perspectiva, a gestão, na esfera pública, precisaria ser conduzida à luz dos preceitos de nova cultura mercantil baseada em produtividade e competitividade. Seria necessário ‘racionalizar a prestação de serviços públicos’ de caráter eminentemente social, evitando desperdícios e inchaços orçamentários.

De acordo com Pablo Gentili (2001), o neoliberalismo não é somente uma política econômica característica da época dos avanços da comunicação, da informática e, conseqüentemente, da globalização. A filosofia neoliberal encerra valores culturais hegemônicos, pertencentes à classe social dominante, representada pela burguesia empresarial. É a inauguração de uma ‘nova ordem cultural’. Nela, “a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta da empresa como modelo de subjetivação”, afirmam Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 17).

Não obstante, há uma inovação na gestão neoliberal, que não se trata somente de sujeitos governados, mas de sujeitos que “*se governam*” (Dardot & Laval, 2016, p. 333 – grifo do autor). Na fase do capitalismo neoliberal, defendem esses autores, os estados são guiados pela lógica empresarial da concorrência, estabelecida em outro patamar, à medida que os países passam a concorrer globalmente



pelos capitais estrangeiros. Enquanto isso, os grandes oligopólios internacionais também mudam seus *status quo* e passam a exercer influência decisiva nessa disputa, o que desvela a faceta mais perversa do capitalismo: a exploração selvagem das riquezas naturais e humanas.

Ainda conforme Dardot e Laval (2016), duas mudanças decorrem daí: a relativização do papel do Estado como entidade integradora de todas as dimensões da vida coletiva, e a gerência de todas as dimensões do Estado pela ótica da concorrência. Isso implica que o Estado se configura como mais uma entre as entidades que buscam maximizar seus resultados: torna-se uma empresa em concorrência no mercado global. Nesse processo, os dois autores argumentam:

Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móveis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. (Dardot & Laval, 2016, p. 9)

As mudanças na configuração do Estado – além de trazerem como consequências a escassez de serviços básicos e a perda do sentido de público – põem em xeque a própria ideia de sujeito político, já que o que está em jogo é a própria dimensão do que seja política, ao se desprezar a esfera do coletivo e do bem comum, em favor do consumo egoísta imediato (Dardot & Laval, 2016).

De maneira radical, não é somente o Estado que se adequa à ‘nova racionalidade neoliberal’, mas toda a sociedade passa a ser concebida como um ‘mercado’, no qual cada sujeito torna-se uma ‘empresa’ em concorrência contínua. Dessa maneira, “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (Dardot & Laval, 2016, p. 322). Ou seja, a razão neoliberal não se limita à esfera econômica, mas perpassa e envolve todas as dimensões da vida humana e da constituição da subjetividade porque atinge o sentido profundo da alma do trabalhador: o trabalho vivo.

Conforme sinalizado anteriormente, o novo modelo de gestão do trabalho vivo, que se consolida no neoliberalismo, abarca inovações tecnológicas do capital e das possibilidades técnicas na produção. Giovanni Alves (2011) nomeia essa nova fase do capital de “Quarta Idade da Máquina”: as máquinas microeletrônicas informacionais integradas em rede produzem dinâmicas de virtualização nas instâncias de consumo e manipulação social que não somente contemplam as operações da sociedade em rede, mas também toma como matéria suas próprias inovações ‘sociometabólicas’. Elas instauram novas formas de relação homem e máquina, implicando na produção de subjetividades “no sentido de colocar, como condição indispensável do processo sistêmico, as habilidades subjetivas (e cognitivas) do homem (mesmo que sob forma estranhada)”. Elas também constituem as medições das práticas formativas e de controle do trabalho, criando a base material de uma nova hegemonia do capital na produção social, na qual se configura uma das dimensões da captura da subjetividade pelo trabalho. Surge, assim, uma nova lógica de controle e organização do trabalho, designada pelo autor como a ‘captura da subjetividade’ em substituição ao ‘processo de coisificação’, característico da produção maquinal do taylorismo-fordismo, que configurou a chamada sociedade industrial.

Esse processo – como ação de dessocialização e ‘desefetivação’ do homem em meio à degradação ampliada no mundo do trabalho – promove o substrato simbólico e emocional, em torno dos consentimentos hipotéticos do novo modo de produção do capital, como também assinala Alves (2011). Isso ocorre pelos próprios mecanismos estabelecidos no interior das empresas – as novas formas de jornadas e contratos de trabalho, a emergência de células produtivas, as polivalências e as multifuncionalidades do trabalhador – com implicações salutares da ‘desefetivação’ do trabalho vivo no capitalismo flexível, como a disseminação, por exemplo, do estresse e das doenças laborais contemporâneas.

Na reestruturação produtiva do capital no século XXI, um sistema de ‘metabolismo social da barbárie’ captura em si e para si, de modo contraditório, corpo e mente do trabalhador por meio da mudança radical na base técnica e nos métodos de gestão da força de trabalho. Aliam-se, então, visceralmente as novas práticas empresariais de ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo e da força de trabalho com a acumulação por espoliação, defende Alves (2011). ‘Captura’, aqui, não deve ser entendida em seu sentido determinista, pois há sempre linhas de fugas possíveis no contexto da luta social.

Assim:

o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção, consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias socio-reprodutivas, como a pletera de valores-fetice e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência, inconsciência do psiquismo humano. (Alves, 2011, p. 114)

A apropriação/espoliação, segundo o autor, ocorre por meio da criatividade intelectual e mesmo, emocional, não apenas dos trabalhadores, mas de consumidores, clientes e usuários de produtos e serviços na nova ‘sociabilidade de predação’, que marca o metabolismo social do capitalismo global. Nessa esfera, o processo de subjetivação articula-se não apenas à instância da produção, mas também à instância da reprodução social, o que exige um aprimoramento do mecanismo de ‘manipulação social’ do neoliberalismo.

Na medida em que privilegiava as habilidades cognitivo-comportamentais, o ‘Método Toyota’, por exemplo, já se imiscuía com as estratégias de treinamento empresarial e de *marketing*, de modo a afetar as instâncias do psiquismo humano para controlar atitudes comportamentais no mundo do trabalho. No neoliberalismo do século XXI, o problema da relação capital-trabalho-educação parece agudizar-se de forma vergonhosamente (*im*)pertinente. Aquilo que se valoriza no mundo do trabalho – como a necessidade produtiva – se vê refletido, de forma atrofiada, como necessidade formativa. A escola não escapa dessa contradição. Nela está seu epicentro.

## **EDUCAÇÃO E SUBJETIVIDADE DA CLASSE TRABALHADORA: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLAR**

A transformação mais geral das sociedades e das economias capitalistas se atrela a uma concepção instrumental e neoliberal de educação e de escola, como expõe Laval (2019). A escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é, acima de tudo, econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros. São os indivíduos que devem capitalizar recursos privados, cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenômeno que atinge diretamente o sentido do saber e as instituições que supostamente transmitem os valores e os conhecimentos, além de afetar, sobremaneira, o próprio vínculo social (Laval, 2019, p. 17). Ao pôr em discussão o estatuto da escola e o papel da educação na nova racionalidade neoliberal, Laval alerta para o fato de que a escola neoliberal é responsável por deslocar a centralidade do conhecimento para a emergência de competências individuais que são necessárias ao mercado.

O deslocamento da qualificação para a competência, já fora apontado por Gaudêncio Frigotto (1996), no Brasil, como um rejuvenescimento da teoria do capital humano. Problematicando a educação brasileira após 1960, Frigotto (2009) defende que a teoria do capital humano é incorporada pelas políticas

educacionais, o que consiste em seu suporte básico à lógica das competências e das habilidades individuais como forma de investimento produtivo, em substituição à lógica da qualificação formal. Para o autor,

a lógica das competências e da empregabilidade deriva da ‘Teoria do Capital Humano’, redimensionada com base na ‘nova’ sociabilidade capitalista. Apoiar-se no capitalismo concorrencial de mercado; o aumento da produtividade marginal é considerado em função do adequado desenvolvimento e da utilização das competências dos trabalhadores; o investimento individual no desenvolvimento de competências é tanto resultado quanto pressuposto da adaptação à instabilidade da vida. (Frigotto, 2009, p. 68)

Ou seja: os trabalhadores precisam adquirir competências necessárias e úteis para serem competitivos e se manterem atuantes no mercado de trabalho, mas, especialmente, para dar ao empregador o que ele deseja: produtividade e lucro. O autor assinala: “o investimento individual no desenvolvimento de competências é tanto resultado quanto pressuposto da adaptação à instabilidade da vida” (Frigotto, 2009, p. 68). A ideia geral baseia-se no investimento formativo de um trabalhador que não seja ‘especialista’, mas, antes, multifuncional, conhecedor de todo o processo de produção da empresa em que está inserido. Em outras palavras:

o capitalismo compreendeu, então, que, ao invés de se limitar a explorar apenas a força de trabalho muscular dos trabalhadores, limitando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nos moldes estritos do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, a capacidade de cooperação, os dotes organizativos e todas as virtualidades de sua inteligência. (Pedroso, 2012, p. 125)

Em linhas gerais, os defensores das propostas neoliberais apregoam que o mercado precisa de sujeitos capazes de, valendo-se da imaginação e da inteligência emocional, lidar com adversidades pelo recurso a soluções criativas. A ideia do trabalhador inventivo não está somente articulada à necessidade de idealizar produtos e novas demandas mercadológicas para consumo, mas, principalmente, à necessidade de desenvolver uma concepção de ação criadora à serviço da superação de eventuais crises que o próprio mercado – instável – gera. Ser flexível, criativo e emocionalmente inteligente – ou controlado – tornou-se, portanto, um quesito fundamental para identificar as demandas apresentadas pelo mercado, suas crises e instabilidades:

no novo quadro econômico, a reunificação das tarefas, em oposição aos procedimentos do taylorismo, aponta não para substituição do homem pela máquina, mas para uma nova exigência de qualificação da força de trabalho. Esta não tenderia mais a ser repetidora mecânica de tarefas simples, mas controladora de processos mais complexos, o que exigiria habilidades intelectuais mais apuradas. (Costa, 2000, p. 62)

Nesse contexto, a criatividade humana, aliada ao controle emocional, é quesito de extrema relevância para o desenvolvimento econômico global e, por isso, aspecto centralmente considerado nos processos de qualificação e requalificação vinculados à gestão, seja em empresas, em escolas ou em escolas-empresas. Laval alerta: “o valor social dos indivíduos corre o risco de depender cada vez mais

das competências pessoais que o mercado de trabalho sancionará de forma menos institucional, menos “formal” possível” (Laval, 2019, p. 43).

No escopo das competências específicas e fundamentais para a inserção no mercado, dois aspectos se inter-relacionam e se destacam. Por um lado, a emergência de políticas formativas orientadas pela ótica mercantil e menos formal, implementadas no âmbito das próprias empresas ou na esfera de instituições de educação formal e não formal, como as chamadas organizações sociais da sociedade civil. Por outro, a criação de leis, programas governamentais, planejamentos gestores, propostas educacionais etc., que objetivam o desenvolvimento de habilidades consideradas imprescindíveis à inserção do indivíduo no mercado: flexibilidade, versatilidade, liderança e criatividade (Mendonça, 2018).

Seguindo essa linha, além da ênfase na criatividade – que se apresenta em diferentes propostas de política pública educacional –, observa-se, nos últimos anos, destaque especial para as competências e habilidades definidas como não cognitivas ou socioemocionais –perseverança, autonomia, curiosidade e outras –, de um sujeito capaz de se autorregular de maneira eficaz, útil e produtiva.

## CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

As informações expostas nesta seção, conforme explicitadas acima, se fundamentam em três iniciativas que trazem no seu escopo o problema da criatividade e das emoções como disparadores de competências fundamentais para a formação do sujeito e sua inserção no mercado de trabalho. São elas: (a) O Programa Nova Escola (Rio de Janeiro, 2000); (b) A Proposta de Avaliação das Competências Socioemocionais do Instituto Ayrton Senna – Projeto SENNA – explicitada no relatório de Daniel Santos e Ricardo Primi (2014); (c) O atual projeto educacional para o ensino médio, do Estado de São Paulo, denominado: Inova Educação (2019).

Do ponto de vista metodológico, se optou, inicialmente, por identificar políticas neoliberais no âmbito educacional que claramente defendessem os dois temas de interesse deste estudo, a saber: criatividade e habilidade socioemocional. Depois de incluídos os programas supracitados, realizou-se uma pesquisa documental dos programas articulada ao campo teórico, portanto, bibliográfico, até aqui sustentado.

Além de explorar os documentos, buscou-se contextualizar as propostas para consolidar a caracterização do campo articulado à esfera política. Tal caracterização se vinculou às reflexões teóricas desenvolvidas ao longo do texto, com a intenção de apresentar criticamente os elementos que sustentam cada proposta e como eles se articulam aos interesses empresariais em ‘conformidade’ com as leis do mercado no que tange às questões ligadas à criatividade e às habilidades sócio-emocionais no contexto escolar.

Os resultados dos dados foram organizados da seguinte maneira: (a) Caracterização analítica das políticas educacionais neoliberais: focalizando a criatividade e habilidade (sócio)emocional e (b) os processos de subjetivação da classe trabalhados na escola submetidos à lógica mercantil e neoliberal: autoempreendedorismo, autocontrole e domínio de si.

## RESULTADOS E ANÁLISES

### **Caracterização analítica das políticas educacionais neoliberais: focalizando a criatividade e a habilidade (sócio)emocional**

#### ***Programa Nova Escola***

Nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, o modelo de gestão neoliberal de fornecimento privado com financiamento público foi inicialmente desenvolvido como política educacional de 1999 a 2007, a partir da elaboração dos mecanismos de avaliação institucional, estruturados pelo Nova Escola (2000). Instituído pelo Decreto n. 25.959 (2000), tal programa caracterizou-se por uma controversa parceria entre o que é público e o que é privado. Em síntese, a ideia era criar um sistema avaliativo que pudesse indicar

níveis da qualidade de ensino ofertada pelas escolas públicas. O governo – em parceria com uma empresa privada de ‘consultoria educacional’ – consolidou um complexo sistema de avaliação institucional que atribuía grau I, II, III, IV ou V – por níveis de desempenho – às escolas estaduais. O êxito por desempenho significava, objetivamente, bônus salarial distribuído aos professores e à equipe técnica, em função do nível em que a escola se classificasse pelo total de pontos obtidos na avaliação.

Com relação aos aspectos observados na avaliação das escolas, três subprojetos temáticos foram sistematizados: “Avaliação da Gestão Escolar”; “Avaliação do Desempenho Escolar” e “Avaliação dos Indicadores de Eficiência”. Esses temas estavam orientados e inspirados pela LDB n. 9394/96, no que tange, especificamente, à observação do padrão de qualidade na escola, à descentralização da gestão educacional e à flexibilização escolar.

Os quesitos avaliativos de gestão participativa, descentrada e flexível, indicavam a posição assumida pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, atrelada à implementação da lógica da gestão da qualidade na esfera pública de ensino, e mostram a entrada e a permanência dos valores que norteiam as empresas e seus mecanismos de índices de produtividade nas esferas escolares. De fato, a presente cultura privatista gerou a reconfiguração das funções, dos princípios e dos objetivos da instituição pública. Houve a transformação dos procedimentos de avaliação em índices quantitativos e comparáveis entre instituições, o que gerou acirrada competição entre professores e escolas (ver Silva, 2006)<sup>1</sup>.

Para pontuação das relações de ensino e aprendizagem, segundo esse modelo, eram focalizadas, principalmente, a inovação pedagógica e a relação do aluno com a proposta educacional da instituição avaliada. Em geral, o modo de observação desses aspectos ocorria, até 2003, por meio de entrevistas com diretores, professores e alunos, bem como por averiguação das atividades realizadas em sala de aula.

Desenhos, ‘livrinhos’, pinturas, cadernos, trabalhos com sucata e atividades nos murais, além de outros fatores, eram elementos que podiam ser observados pelos avaliadores, como índices do envolvimento dos alunos com a escola e das inovações pedagógicas apresentadas pelos professores e pela equipe técnica. A atenção aos trabalhos realizados pelos discentes orientava as pontuações quanto ao planejamento pedagógico e sua proposta. Ou seja: a organização das tarefas e o uso – ou não – de recursos materiais diversos poderia indicar a “potencialidade criativa” dos alunos e da professora.

Como foi desvelado pela pesquisa de campo feita (Silva, 2006), a atenção voltava-se preferencialmente para a demonstração daquilo que fora produzido em sala de aula, contudo os processos que identificavam os modos de manifestação da imaginação dos alunos e sua relação com a dinâmica pedagógica não eram avaliados/analizados. A base avaliativa, na medida em que quantificava o fenômeno educacional, convertia o sentido da atividade criadora em *coisa*, impedindo a análise mais profunda das condições efetivas para a criatividade na escola. Em consequência disso, no caso do Estado do Rio de Janeiro – e, pode-se dizer, de tantos outros estados do país –, a pesquisa feita revela que o fio condutor desse modelo de gestão, validado na experiência educacional – por meio de produtos, quantidades, níveis e pontuações, – não traz somente prejuízos à compreensão do sentido *público* da educação, mas demonstra também que a política neoliberal, enquanto lógica cultural, minimiza a importância dos ‘processos pedagógicos’ – em especial, dos modos de composição da atividade criadora na escola – e os camufla, ao dar visibilidade apenas a uma espécie de ‘produtos do pedagógico’.

### ***A Proposta de Avaliação das Competências Socioemocionais do Instituto Ayrton Senna – Projeto SENNA***

1 Os dados coletados para análise deste artigo foram construídos a partir de uma pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2002-2006 sobre: *Imaginação, criança e escola, no âmbito da educação infantil, no Rio de Janeiro*. Durante a investigação, a escola estava sendo avaliada pelo Programa Nova Escola – Programa Estadual de Reestruturação da Educação Pública – implementado entre os anos de 1999-2002, suspenso em 2003 e retomado em 2004 até 2007. A avaliação, realizada por uma instituição particular, mudou radicalmente a dinâmica escolar, pois todas as atividades conduzidas pelos docentes se orientavam às pontuações avaliativas que se convertiam em bonificação por resultados.

Outra conhecida proposta de política pública de avaliação no Brasil foi alavancada pelo “Instituto Ayrton Senna”, em parceria com a “Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC)” e com a “Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”. Tal iniciativa incluía a mensuração de competências socioemocionais de estudantes do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. Nesta proposta de avaliação em larga escala, conhecida como Projeto SENNA, afirma-se que “a escola reconhece a importância dessa abordagem, entendendo que o desenvolvimento dos alunos é multidimensional e que o aprendizado envolve o domínio de competências ‘não cognitivas’, de natureza afetiva e comportamental” (Santos & Primi, 2014, p. 11).

Tais competências são exaltadas no escopo de uma concepção bastante conhecida – e controversa – em Psicologia, denominada *Big Five*, em que se compreende a personalidade humana como composta por cinco dimensões, conhecidas como os “Cinco Grandes Fatores: Abertura a Novas Experiências, Extroversão, Amabilidade, Conscienciosidade e Estabilidade Emocional”. O relatório faz menção a um amplo conjunto de instrumentos psicométricos validados internacionalmente, invocando certa vertente da psicologia, seus saberes e métodos para fundamentar sua proposta. O objetivo principal é validar um instrumento, ao mesmo tempo, “economicamente viável para aplicação em larga escala” e “cientificamente robusto para subsidiar pesquisas acadêmicas na área” (Santos & Primi, 2014, p. 12). Coadunando a psicologia com áreas da economia, terminam afirmando, sem grandes preocupações com a produção científica e as objeções e críticas já postas, que, nas últimas décadas, houve um consenso entre os psicólogos de que a maneira mais eficaz de analisar a personalidade humana é observá-la nessas cinco dimensões.

De fato, vários são os pesquisadores que se contrapõem explicitamente ao estudo que fundamenta a proposta: a abordagem dos *Big Five*. As críticas na comunidade científica têm levantado diversos argumentos contrários ao uso da abordagem fatorial – que originou os agrupamentos dos cinco fatores que descrevem a estrutura da personalidade humana – que fundamenta a proposta (Smolka, Laplane, Magiolino, & Dainez, 2015). Apesar de todas as críticas, os proponentes apresentam os *Big Five* como fosse um consenso no campo da psicologia para justificar sua implementação.

Salta aos olhos, no referido relatório, o movimento de legitimação de um modo único de se compreender o que é a personalidade humana. Além disso, chama a atenção as implicações dessa abordagem da personalidade para o processo educacional. A psicologia é, nessa proposição, invocada a subsidiar e a legitimar um modo único de compreender o que se entende por personalidade humana e, ainda, o que se fará no processo educacional a partir dele, a despeito de todas as críticas que tenha recebido (Magiolino, Anjos, & Almeida, 2018).

É interessante observar as referências a conceitos desenvolvidos no escopo das teorias comportamentais em Psicologia, como o de autoconceito e autoeficácia, nessa proposta atrelados ao desempenho, à persistência e, então, ao sucesso na formação educacional e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Como se pode ler no relatório:

Sabe-se, por exemplo, que o ato de aprender os conteúdos curriculares não envolve apenas competências ligadas à velocidade de raciocínio e à memória, mas exige também motivação e capacidade de controlar a ansiedade e outras emoções. A criatividade, por sua vez, envolve a capacidade de refrear formas tradicionais de pensamento e requer boa dose de autoestima e confiança. A escola reconhece a importância dessa abordagem, entendendo que o desenvolvimento dos alunos é multidimensional e que aprendizado envolve o domínio de competências “não cognitivas”, de natureza afetiva e comportamental (Santos & Primi, 2014, p. 11)

As ideias de flexibilização e de multifuncionalidade que marcam a nova ordem no mundo do trabalho e da formação profissional estão introduzidas no relatório de Santos e Primi (2014) por meio de aponta-

mentos sobre a multidimensionalidade no desenvolvimento humano em um processo de autoconhecimento e autocontrole de maneira eficaz, o que é ainda mais patente em outro programa recém-implantado em São Paulo que discutiremos a seguir.

### ***Inova Educação (2019)***

O Inova/SP, atual projeto educacional do estado de São Paulo – também desenvolvido em parceria com o Instituto Ayrton Senna – faz apelo às habilidades, às competências socioemocionais e à formação multidimensional. Como exemplos de competências a serem desenvolvidas – atreladas ao trabalho com o projeto de vida dos estudantes – destacam-se: autoconhecimento, autocuidado, autoestima, autoconfiança e autoeficácia; garra, determinação, perseverança, esforço e resiliência; abertura a novas experiências (Estado de São Paulo, 2019).

Uma preocupação presente no documento de lançamento do programa diz respeito ao que pode tornar a escola mais atrativa para o jovem. Uma das maneiras de formular a pergunta é, curiosamente: “o que ajuda o cérebro adolescente a aprender?” As respostas retóricas estão relacionadas à centralidade do aluno, ao equilíbrio entre tolerância e exigência, bem como à oportunidade de escolhas e ao desenvolvimento do autoconhecimento – que assume destaque. O projeto se baseia na reorganização temporal, com diminuição da dedicação às disciplinas tradicionais e o aumento de tempo de jornada escolar para o desenvolvimento das atividades do Inova/SP. Essa reorganização remete ao que, de certa forma, acontece não só no mundo do trabalho, mas também numa esfera social mais ampla (Alves, 2011; Dardot & Laval, 2016). É interessante notar que o programa está dividido em três eixos: tecnologia, eletivas (dentre as quais se destacam empreendedorismo, educação financeira, economia criativa) e tempo para que estudantes possam participar de atividades relacionadas ao seu ‘projeto de vida’.

De acordo com um documento dirigido aos professores e professoras da rede estadual de ensino (disponível no site da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo), “o componente de projeto de vida também é um espaço para o desenvolvimento das competências socioemocionais”, uma vez que, a partir de oficinas nas quais se busca responder “Quem sou eu? Quem eu quero ser quando crescer? O que eu preciso fazer para chegar lá?”, também se pretendem desenvolver “habilidades de carreira e vida”.

O documento menciona que algumas habilidades socioemocionais se associam com as cognitivas, mas não há preocupação com os conteúdos ou com os conhecimentos em si. A análise desses documentos deixa evidente que o peso maior é o do direcionamento dos estudantes a determinado padrão comportamental por meio das habilidades a serem desenvolvidas na elaboração do seu projeto de vida. Esse comportamento deve, portanto, saber responder adequadamente ao contexto instável na esfera da vida, mas também às constantes transformações no mundo do trabalho.

Revela-se, portanto, a mudança de tônica da escola, que não prioriza o conteúdo científico, o conhecimento historicamente produzido, mas enfatiza o processo de autoconhecimento do sujeito que deve passar a gerenciar sua formação em busca de sucesso educacional e profissional - e, ao mesmo, tempo se responsabilizar por um eventual fracasso. O problema é que o próprio sujeito é transformado em objeto de conhecimento. E o processo educativo é reduzido a isso: exercício constante de autoconhecimento e empreendedorismo. Encerrado nesse processo, voltado para si mesmo e, sem condições de compreender a complexidade de seu entorno, as contradições históricas e econômicas que envolvem seu processo de formação e (não)inserção no mercado de trabalho (pois não há empregabilidade), o sujeito fica refém de uma ideia ficcional que o enreda: a subjetividade empreendedora de si mesma.

### **Os processos de subjetivação da classe trabalhados na escola submetidos à lógica mercantil e neoliberal: autoempreendedorismo, autocontrole e domínio de si.**

Como vimos argumentando, a precarização das condições e das relações de trabalho no sistema capitalista neoliberal reverbera nas políticas educacionais e, mais especificamente, na escola pública.

Isso não ocorre de forma fortuita, pois todas essas esferas se relacionam intimamente com os modos de organização do capital, visando assegurar sua reprodução. Parte integrante da lógica estruturada nesse sistema, a escola pública, particularmente, reflete e refrata as contradições que lhes são imanentes. Mas, além disso, ela parece estar se transformando no grande caldeirão em que se coloca em ebulição os processos de subjetivação calcados na lógica empresarial e individualista da nova ordem racional neoliberal.

Na aparência do fenômeno, a subjetividade parece estar positivada pela ideia do empreendedorismo, porém, em essência, ela está aprisionada à imagem narcisista, pois o sujeito não se reconhece como parte das condições e das contradições sociais em que se encontra. Ou seja: o sujeito se entende tão somente como empreendedor em si, livre.

Como diz Stetsenko:

a noção de “liberdade” para assumir o controle da vida através da autorregulação é um bem conhecido mantra do neoliberalismo, de fato, um de seus grampos. Na verdade, ele desvia a atenção do aumento da exploração, hegemonia, desigualdade e racismo que a dinâmica sociopolítica do último estágio do capitalismo predatório implica. Essas dinâmicas de fato despojam as pessoas de sua agência e, em vez disso, fornecem apenas opções parcas por meio de mecanismos ilusórios, tais como autocontrole, consciência, “psicologia positiva” e outras pseudossoluções individualistas. (Stetsenko, 2020, p. 5, trad. nossa)

Os princípios do domínio de si ou do autocontrole, nos termos de Dardot e Laval (2016), são, ao mesmo tempo, o modo de inserir-se na sociedade da incerteza, e “uma espécie de compensação ao domínio impossível do mundo” (Dardot & Laval, 2016, p. 342), – já que tudo se apresenta de modo a condensar a visão de que “nem a empresa nem o mundo podem ser mudados, eles são dados intangíveis. Tudo é questão de interpretação e reação do sujeito” (Dardot & Laval, 2016, p. 344).

Nessa perspectiva, o sujeito deve acreditar que seu esforço pessoal, seus projetos e adequações comportamentais são por si suficientes para seu sucesso no mundo, afinal, ele procura estar constantemente adequando-se ao sistema, mas não consegue olhar para o que está à sua volta como algo que pode e precisa ser transformado. Temos, então, uma subjetividade empreendedora de si, administrada por meio da liberdade travestida de autocontrole, mas é de fato uma subjetividade que já está em vias de captura, *a priori*, pela ideia de conformismo e de passividade, visto que o que se produz é adequação e não a transformação.

## COMENTÁRIOS FINAIS

Ao longo do texto, buscamos dar visibilidade a maneira perversa como as políticas neoliberais se travestem de termos e conceituações que, aparentemente, parecem dialogar com os interesses da classe trabalhadora. Afinal, desenvolver a criatividade ou as habilidades socioemocionais não parece ser, num primeiro momento, algo pouco importante para a formação do trabalhador. Contudo, quando nos debruçamos atentamente aos documentos produzidos pelas políticas vigentes, identificamos o que está por escondido por esse véu terminológico, quer seja: uma nova e mais perversa forma de contenção de classe para fins de sua exploração.

Nos três exemplos que apresentamos neste trabalho, demonstramos que a internalização dessa lógica opressiva recai sobre as classes mais empobrecidas, por meio da implementação de programas e projetos voltados para a escola pública, que alienam os sujeitos de sua própria con(tra)dição histórica e transformadora. Nosso foco, aqui, é a instrumentalização e a coisificação dos processos criadores e/ou afetivos, que estão no coração daquilo que entendemos por potencialidades próprias do gênero humano.



Ao converter uma potencialidade humana – algo em si – em uma coisa – algo fora de si – tem-se uma inversão perversa daquilo que é próprio do humana, pois o que lhe era específico torna-se estranho a ele – fora dele. Esse mecanismo da ‘perversão pelo avesso’, distancia os sujeitos daquilo que temos denominado por subjetividade revolucionária (ver: Sawaia & Silva, 2019; Sawaia, Magiolino, & Silva, 2020).

Mas como ocorre essa ‘perversão pelo avesso’?

Conforme defendemos, ela ocorre pela captura da subjetividade da classe trabalhadora, na medida em que a subjetividade é (con)formada na/pela sua pseudo-hipervalorização, evidenciada na lógica do empreendedorismo de si. Ocorre um apagamento que impede o reconhecimento das determinações históricas.

O que Karl Marx e Friederich Engels (2010) previu é que a única forma de se libertar dessa opressão é fazendo o caminho oposto. Ou seja, somente o reconhecimento, pelos sujeitos, de sua condição servil e da ação coletiva organizada para a criação de uma nova forma societária é possível criar espaços de colisão. Contudo, é importante ressaltar que Marx e Friederich Engels (2010) também já tinham previsto que o capitalismo iria criar um enorme aumento da riqueza dos ricos por meio do aumento da pobreza das massas, pois ele tem por objetivo a ‘marketização’ de toda a sociedade e de toda a vida, incluindo a educação (Stetsenko, 2019).

Nesse contexto argumentativo, entendemos que a escola é uma instituição prenhe de contradições porque tem na sua estrutura de origem um agregado de políticas e práticas vinculadas aos valores da classe dominante, aos interesses empresariais. A escola está implicada às conformações estratégicas dos trabalhadores, conforme temos argumentado até aqui.

Por outro lado, temos que reconhecer que a escola, ao democratizar saberes historicamente produzidos, possibilita o acesso ao conhecimento, promovendo o desenvolvimento humano, pelo alargamento da experiência subjetiva que o próprio conhecimento engendra. Afinal, é na escola – mas não somente nela – que o reconhecimento de instrumentos mediadores da relação do homem com a cultura pode potencialmente ser explorados, vislumbrando outros projetos de vida para o gênero humano, a partir de horizontes políticos emancipadores.

## REFERÊNCIAS

- Alves, Giovanni (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. Boitempo.
- Costa, Márcio (2000). A educação em tempos de conservadorismo. In P. Gentili (Org.), *Pedagogia da exclusão* (pp. 43-76). Vozes.
- Dardot, Pierre & Laval, Christian (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Decreto n. 25.959, 12 de janeiro de 2000 (2000). Decreto que institui o Programa Estadual de Reestruturação da Educação Pública – Programa Nova Escola – do Estado do Rio de Janeiro. <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/decreto-que-institui-o-programa-estadual-de-reestruturacao-da-educacao-publica-programa-nova-escola-do-estado-do-rio-de-janeiro,60d-96037-5594-48e3-9734-de812d986089>
- Evangelista, João Emanuel (2006). Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. *Cronos*, Natal-RN, 7(2), 271-281.
- Estado de São Paulo (2019). Secretaria de Estado de Educação. *Inova educação: transformação hoje, inspiração amanhã*. [https://inova.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Inova\\_Educacao\\_Jornalistas.pdf](https://inova.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/2/2019/05/Inova_Educacao_Jornalistas.pdf)
- Frigotto, Gaudêncio (1996). *Educação e a crise do capitalismo real*. Cortez.
- Frigotto, Gaudêncio (2009). Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(Supl.1), 67-82. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000400004>
- Gentili, Pablo (2001). *A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do Neoliberalismo*. Vozes.
- Laval, Christian (2019). *A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público*. Boitempo.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- Magiolino, Lavínia Lopes Salomão, Anjos, Daniela Dias, & Almeida, Luana Costa (2018). A flutuação psicologista na pesquisa em educação: nuances de um enraizamento. In Fernando Oliveira, G. Figueiredo, & Lavínia L. S. Magiolino (Orgs.), *Flutuações da pesquisa educacional: o problema da pesquisa em educação de Luiz Orlandi (1968-2018)* (pp. 101-120). Appris.
- Marx, Karl & Engels, Friederich (2010). *Manifesto Comunista*. Boitempo. (Original publicado em 1948)
- Mendonça, Fabiana Luzia Rezende (2018). *A atividade criadora e a sua dimensão ontológica: significados partilhados e sentidos produzidos no trabalho docente* (Tese de Doutorado em Psicologia Desenvolvimento Humano e Saúde, Universidade de Brasília, Brasília/DF). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32431>

Pedroso, M. N. C. (2012). A Formação do Novo Trabalhador Frente à Reestruturação do Trabalho e da Produção. *Sociedade Em Debate*, 13(1), 121-137. <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/416>

Sawaia, Bader B. & Silva, Daniele N. Henrique (2019). A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. In G. Toassa, M. Souza, M., & D. Rodrigues (Orgs), *Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à Práxis* (pp. 8-33) FAPEG.

Sawaia, Bader B., Magiolino, Lavínia L., & Silva, Daniele N. Henrique (2020). Imagination and Emotion as the basis of social transformation. In A. Tanzi, F. Liberali, & M. Dafermos (Orgs.), *Revisiting Vygostky for Social Change* (pp. 241-260). Peter Lang Publishing.

Silva, Daniele Nunes Henrique (2006). *Imaginação, criança e escola: processos criativos na sala de aula* (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP).

Smolka, Ana L. Bustamante, Laplane, Adriana Frizman, Magiolino, Lavinia L. Salomão, & Dainez, Débora (2015). O problema da avaliação das habilidades socioemocionais como política pública: explicitando controvérsias e argumentos. *Educação & Sociedade*, 36(130), 219-242. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015150030>

Santos, Daniel & Primi, Ricardo (2014). *Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas* (Relatório Técnico de pesquisa). Instituto Ayrton Senna; SEEDUC; ACDE. <https://www.redeitausocialdeavaliacao.org.br/wp-content/uploads/userfiles/718/Relatorio%20Ayrton%20Senna%20desenvolvimento-socioemocional-e-aprendizado-escolar.pdf>

Stetsenko, Anna (2019). Radical-transformative agency: continuities and a contrasts with relational agency and implications for education. *Frontiers in Education*, 17, 4-148. <https://doi.org/10.3389/educ.2019.00148>

Tonet, Ivo (2018). *Contra o reformismo e o politicismo*. IELA. <http://iela.ufsc.br/noticia/contra-o-reformismo-e-o-politicismo>

#### **Histórico**

*Submissão: 15/12/2020*

*Revisão: 25/05/2021*

*Aceite: 10/08/2021*

#### **Contribuição dos Autores**

*Concepção: DNHS*

*Coleta de dados: DNHS;LSM*

*Análise de dados: DNHS;LSM*

*Elaboração do manuscrito: DNHS;LSM*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: DNHS;LSM*

*Aprovação final do manuscrito: DNHS;LSM*

#### **Financiamento**

*Não houve financiamento.*

#### **Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

#### **Aprovação, ética e consentimento**

*Não se Aplica*

## **Identidade(s) em movimento: ações coletivas e multiplicidade nas trajetórias juvenis**

*Identidad(es) en movimiento:  
acciones colectivas y multiplicidad en trayectorias jóvenes*

*Identity(s) in movement:  
collective actions and multiplicity in youth*

**Tania Regina Raitz**

**Franciele Corti**

**Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino**

**Tania Regina Raitz**

Doutorado em Educação na UFRGS e Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona-Espanha.

<https://orcid.org/0000-0002-4698-6077>

E-mail: [raitztania@gmail.com](mailto:raitztania@gmail.com)

**Franciele Corti**

Doutorado em Educação e Sociedade na Universidade de Barcelona-Espanha.

<https://orcid.org/0000-0002-2035-8128>

E-mail: [profe.franciele@gmail.com](mailto:profe.franciele@gmail.com)

**Tarsilla Noemi Bertoli Alexandrino**

Doutorado em Educação em andamento na Universidade do Vale do Itajaí/SC.

<https://orcid.org/0000-0001-5352-9280>

E-mail: [tarsillabertoli@gmail.com](mailto:tarsillabertoli@gmail.com)

### **Resumo**

*Este texto trata de um ensaio teórico que busca discutir questões relativas ao conceito de identidade ou identidade(s), na perspectiva de alguns autores da Sociologia e da Psicologia Social Crítica, direcionando às ações coletivas e trajetórias juvenis. As elaborações sobre identidade têm como contribuição principal essencial a obra de Alberto Melucci (2006), compondo um esquadrinamento teórico referencial no estudo realizado. Ao refletirmos sobre a identidade em movimento e a multiplicidade nas trajetórias juvenis percebemos por meio da literatura especializada e analisada que não podemos negar os contextos múltiplos que lançam mão os jovens para tomar as suas decisões e estratégias escolares e laborais. As trajetórias juvenis se apresentam oscilantes, não-lineares, caracterizadas por rupturas, uma série de transformações e rearranjos vividos, assim como a própria constituição das identidades(s). Os jovens vivem situações de experimentação em suas trajetórias pessoais e profissionais num movimento que se apresenta circulante, fluido e incerto.*

**Palavras-chave:** *Identidade(s); Ações coletivas; Trajetórias juvenis.*

### **Resumen**

*Este texto es un ensayo teórico que busca discutir cuestiones relacionadas con el concepto de identidad o identidad(es), desde la perspectiva de algunos autores de la Sociología y la Psicología Social Crítica, dirigiéndose a acciones colectivas y trayectorias juveniles. Las elaboraciones sobre identidad tienen como principal aporte esencial el trabajo de Alberto Melucci (2006), componiendo un escrutinio teórico de referencia en el estudio realizado. Cuando reflexionamos sobre la identidad en movimiento y la multiplicidad*

*de trayectorias juveniles, percibimos a través de la literatura especializada y analizada que no podemos negar los múltiples contextos que utilizan los jóvenes para tomar sus decisiones y estrategias escolares y laborales. Las trayectorias juveniles son oscilantes, no lineales, caracterizadas por rupturas, una serie de transformaciones y reordenamientos vividos, así como la constitución misma de (s) identidad(es). Los jóvenes viven situaciones de experimentación en sus trayectorias personales y profesionales en un movimiento circulante, fluido e incierto.*

**Palabras clave:** *Identidad(es); Acciones colectivas; Trayectorias juveniles.*

### **Abstract**

*This text is a theoretical essay that aims to discuss issues related to the concept of identity or identity(ies), from the perspective of some authors of Sociology and Critical Social Psychology, directing to collective actions and youth trajectories. The elaborations on identity have as their main essential contribution the work of Alberto Melucci (2006), composing a theoretical scrutiny of reference in the study carried out. When we reflect on identity in motion and the multiplicity of youth trajectories, we realize through the specialized and analyzed literature that we cannot deny the multiple contexts that young people use to make their school and work decisions and strategies. Youth trajectories are oscillating, non-linear, characterized by ruptures, a series of lived transformations and rearrangements, as well as the very constitution of identity(ies). Young people experience situations of experimentation in their personal and professional trajectories in a movement that is circulating, fluid and uncertain.*

**Keywords:** *Identity(ies); Collective actions; Youth trajectories.*

## INTRODUÇÃO

Uma das primeiras considerações a serem feitas quando se refere aos jovens e seus processos identitários é que está se falando de fenômenos marcadamente plurais e diversificados. Para discorrer sobre ações coletivas e trajetórias juvenis direcionaremos algumas questões que envolvem o conceito de identidade ou identidade(s). Na nossa vida cotidiana, percebe-se que este termo deixa oculto uma multiplicidade de significados. Em muitas situações que se vive diariamente a experiência da falta como incompletude, talvez seja a que mais chama a atenção. Alberto Melucci (2006, p. 13) diz que “não podemos mais identificar nossas necessidades de modo unívoco porque estas pertencem a um campo simbólico atravessado de tensões”.

As transformações mundiais que estamos presenciando nos últimos anos não deixam dúvidas que acabam por afetar nosso cotidiano, conseqüentemente, nossa identidade. A sociedade contemporânea, em constante mutação, faz com que as dimensões simbólicas se espalhem de forma veloz, revelando assim relações de poder para aqueles que mostram capacidade de recursos na obtenção e interpretação dessas informações. Estas alterações não são apenas observadas no âmbito macrosocial, mas também nas relações interpessoais, levando o ser humano a fazer parte destes recursos. A identidade, neste contexto, se apresenta central, no sentido de capacidade dos indivíduos ressignificarem-se.

Nesse ambiente, que não deixa de apresentar tensões e conflitos, muitas vezes, nos apresentamos de forma frágil, outras vezes de forma criativa, às vezes esse campo nos parece claro, seguro, outras vezes confuso, denso de riscos e limites. Melucci (2006) diz que é justamente frente à experiência da falta que nos constitui no mundo, como seres da incompletude, que surgem perguntas sobre nós, sobre quem somos, sobre quem é o outro, em síntese, sobre nossa identidade. Inegavelmente são perguntas abertas e complexas para se obter respostas tão rápidas, tão ligeiras, isto implica uma complexidade maior, especialmente no caso dos jovens, que vivem se defrontando com estas perguntas.

O estudo sobre a formação ou construção da identidade aparece na antiguidade do mundo filosófico, porém, estes processos vêm sendo transformados ao longo da história ocidental. Ariane Kuhnen (2002) aponta que foi somente quando um contexto sociocultural se mostrou favorável às questões identitárias que houve o desenvolvimento de tais estudos. Diante desta problemática, refletir sobre esta noção não é uma das tarefas mais fáceis, uma vez que existe toda uma tradição especialmente em áreas das ciências humanas, como a psicologia, a sociologia e a antropologia, que trazem abordagens variadas.

Todavia, parece consenso relacioná-la com a alteridade, bem como promover uma tentativa de ultrapassar os olhares que buscam apenas circunscrever e descrever a identidade individual e coletiva como um dado único e estático, isolado e recortado, como uma imagem congelada em uma fotografia. Neste sentido a ideia deixada pelo legado iluminista, de um indivíduo portador de uma essência pessoal, centrado, unificado, dotado de capacidades da razão, da consciência e da ação, cujo centro nascia com o indivíduo e com ele permanecia, não dá mais conta da complexidade do social, ao invés disso, aponta para outro polo, sujeitos experimentando nas relações sociais suas múltiplas identidades.

Na perspectiva da sociologia a discussão perpassa pela questão da constituição da identidade dos indivíduos por meio de um processo de identificação, surgindo a identidade social como norteadora de aspectos que levam estes indivíduos (ou não) se identificar. Portanto, os indivíduos necessitam de uma base para se constituir e tais elementos partem da identidade do(s) outro(s) na relação de quem eu sou a partir de quem é o outro e de como quero ser diante deste e dos demais.

Desta forma, partimos da ótica relacional de Claude Dubar (2001), do internacionalismo simbólico, que rompe com uma concepção estática e determinista das identidades sociais. Isso porque as transformações que afetam a sociedade contemporânea precisam ser consideradas a partir dos sujeitos que vivenciam e expressam essas mudanças. Para tanto, é necessário adentrarmos o campo de análise das interações cotidianas, uma vez que certas categorias produzidas pelas instituições não são suficientes ou não servem mais, portanto, categorias produzidas pelos indivíduos nas interações sociais.

Já no contexto de uma Psicologia Social Crítica, o debate adota relevância, conforme expõe Sheila Miranda (2014, p. 125), uma vez que a discussão conclama a “elaboração de construções que contribuam para uma leitura mais profícua da realidade social, levando-se em consideração o indiscutível compromisso político assumido pela intencionalidade teórico-epistemológica de uma psicologia social historicamente situada”.

Neste sentido, este texto trata de um ensaio teórico que busca discutir questões relativas ao conceito de identidade ou identidade(s), na perspectiva de alguns autores da Sociologia e da Psicologia, direcionando às ações coletivas e trajetórias juvenis.

## IDENTIDADE(S) EM MOVIMENTO

O conceito de identidade, sob este ponto de vista anunciado na introdução, não pode mais comportar nenhum sinal linear, mas sim de permanência e multiplicidade. Já Ernesto Laclau, em 1986, em seu trabalho “*Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social*” - uma contribuição sobre os novos movimentos sociais na América Latina- apontava “a identidade dos agentes sociais” como articulação instável de constantes mudanças de posicionamentos, desmistificando identidade centralizada, fixada e homogênea nas sociedades avançadas.

O significado de algumas categorias teóricas deste autor ajuda na leitura de Melucci (2006), quando Laclau (1986, p. 41) elabora um novo paradigma a partir da crítica à teoria tradicional nas ciências sociais, rompendo com a unidade de três categorias: (a) identidade dos agentes, classificadas através de categorias *a priori*; (b) o tipo de conflito determinado segundo um “esquema diacrônico-evolucionário, movimento subjacente da história”; e (c) pluralidade de espaços de conflito social reduzidos a um “espaço político unificado”.

Conforme esse autor, essas categorias tornam-se cada vez mais impossíveis nos resultados políticos complexos, até porque, atualmente o grupo concebido como referente não é permanente num sistema ordenado de posições de sujeitos, ou seja, estes não decorrem mais para efeito de análise apenas das relações de produção. Isto significa que estas posições se tornam cada vez mais indeterminadas, uma vez que não é possível deixar de ver a pluralidade e instabilidade no social.

A partir do conceito de “posições diferenciadas de sujeito”, o autor destaca que as expressões políticas e sociais expressam a “identidade” dos indivíduos de forma entrecruzada com suas diferentes experienciais. Ao romper com a categoria de sujeito como “unidade racional e transparente”, argumenta que não existe o ser essência, e sim o discurso. A psicanálise demonstra que, longe da personalidade organizar-se em torno da “transparência de um ego”, esta se estrutura em vários níveis fora da conscientização e da racionalidade dos sujeitos (Laclau, 1986, p. 48).

Neste sentido, o sujeito aparece como pluralidade, fundamentando a inversão clássica da noção de subjetividade nas ciências sociais, através do descentramento do sujeito. Assim, vemos cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura ou conjunto de posições diferenciais que se dá o nome de discurso. Ele aborda então o sujeito como plural na constituição de várias formações discursivas e, por outro lado, Cornelius Castoriadis (1982) evoca esta atividade do sujeito que trabalha sobre si mesmo e encontra a multidão dos conteúdos - o discurso do outro-, com o qual esta atividade nunca termina de ocorrer.

Desta forma, Laclau, Castoriadis e Melucci se contrapõem à ideia de um ser de determinância, contudo, os dois primeiros autores foram trazidos ao texto apenas para pontuar que, diferentemente do terceiro, concentram mais suas bases teóricas nos sujeitos do discurso e no jogo livre da estrutura como gerador de novas configurações discursivas. Em nossa vida diária, esbarramos com inúmeros acontecimentos, desde momentos de escolhas viáveis, como escolhas frustradas, acidentes, encontros, desencontros, enfim, uma infinidade de aspectos que fazem liberar as múltiplas identidades potenciais, já que somos seres instáveis ou mutáveis e não imutáveis. A transformação da identidade deve ser compreendida na

complexidade dos diversos fenômenos que se configuram no sistema planetário, em contextos de mundialização e globalização.

A própria dinâmica das sociedades complexas exige no processo de identificação - de possibilidades e escolhas - uma constante redefinição e ressignificação do eu para a compreensão dos códigos que estão em jogo, de um “eu” relacional, móvel, plural, múltiplo. Desta forma, a noção de identidade, no contexto das sociedades complexas em permanente movimento de transformação, apresenta uma perspectiva de um sujeito com características cambiantes, que se encontra num campo de ação social e de relações, contrapondo-se a ideias determinísticas, de uma identidade homogênea que não dá mais conta da heterogeneidade, complexidade e pluralidade do social.

Desta maneira, o empenho de Melucci (2006) quanto a seu referencial analítico é primordial quando, neste trajeto, reconhece a identidade como um campo de ação, da constituição da identidade que se define a partir de um conjunto de relações, de um eu que é permanente e múltiplo, que está em constante negociação através das experiências diversas de vida.

As formas simplificadas que trazem apenas dados a serem descritos uniformemente numa espécie de “cédula de identidade” se tornam preconceituosas. Várias afirmações taxativas se tornam por demais generalizantes, por isso, há necessidade de transcender a visão substantiva e determinista retratada na ideia de identidade, como algo subscrito nas relações sociais. A identidade deixou de ser compreendida como um referencial seguro e estável, ela se constitui em um processo em permanente construção. As identidades seriam processos relacionais que se formam nas interações sociais, cujos limites de a descrição são estabelecidos com os outros e não apenas através de uma definição grupal compartilhada, pois seus espaços de reconhecimento são múltiplos, neste sentido, há uma diversificação na experiência da juventude.

De acordo com Ann Mische (1997), a noção de “identidade” apresenta uma série de dificuldades teóricas, uma vez que o problema principal é de como (re) conciliar as pressuposições estáticas, categóricas e substantivas da palavra com uma visão dinâmica, processual e interativa. Isto significa que só pode haver maior visibilidade a partir do reconhecimento pelos outros nos lugares mais específicos de interação:

que é provocada por pessoas que servem de pontes e assim contribuem para desvelar a multiplicidade de identidades para ainda serem observadas em uma variedade de contextos sociais. Porém as ações conjuntas ou as conexões não estão necessariamente ligadas em uma concordância de objetivos, estas são sempre ambíguas, experimentais e, às vezes, contraditórias, embora possibilitem alianças provisórias e conjunturais. (Mische, 1997, p. 145)

Manuel Castells (1999, p. 2) compreende identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) que prevalece (m) sobre outras fontes de significado”. O autor reafirma que pode haver identidades múltiplas, tanto individual como coletiva, sendo essa multiplicidade fios de tensão e contradição, refletindo, desta maneira, tanto na ação social como na autorrepresentação. Esta posição não deixa de anunciar o significado político da categoria, já que o autor propõe que a construção social da identidade seja observada em um contexto marcado por relações de poder.

Boaventura de Sousa Santos (1995, p. 135), em suas contribuições no que diz respeito ao conceito de identidade, também a menciona como uma categoria política. Para esse autor, a identidade seria uma “síntese de identificações em curso”. Desenvolve este pensamento apoiado naquilo que descreve como “resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação ... identidades são, pois, identificações em curso”. Esta definição inclui movimentos contraditórios, vistos numa perspectiva aberta e dinâmica e não de forma acabada, estática e definitiva.



Neste sentido, Sousa Santos recupera duas características em sua definição, “identidade semifictícia e semi-necessária”. Ela se torna uma necessidade fictícia quando diante da ameaça do outro, que pode ser um grupo ou uma coletividade, se faz necessária como defesa, porém não deixa de ser fictícia, pois identidade como algo permanente e rígido não existe. Esse caráter, para o autor, é ilusório, explicita deste modo que a identidade envolve questões de poder, introduzindo identidade como categoria política.

Estas considerações feitas pelo autor, no que concerne às relações de poder incorporadas ao conceito, não serão desenvolvidas na análise empírica, mas suas reflexões são importantes para o entendimento de outros autores, como, por exemplo, Bader Sawaia (1999), que traz novas questões sobre identidade. Não deixa de concordar com Sousa Santos, no que diz respeito ao termo identidade como “processos de identificação em curso”, porém, faz uma ressalva, na “identificação” não deve estar incluído somente o sentido de admiração e reconhecimento por aquilo que é igual, pois muitas vezes o desejo mesmo é ser diferente.

A autora, em sua construção sobre o conceito, revela a característica ambígua que a incorpora. Neste sentido, Sawaia acaba por elucidar a identidade como uma síntese inacabada de oposições, posição esta que permite garantir o que é individual e coletivo, o que é próprio e alheio, o que é igual e diferente, assemelhando a um fio que direciona ora para um ponto, ora para outro. Desta forma, afirma a relação paradoxal existente neste conceito, relativiza seu significado como algo que permanece ou como multiplicidade, conectando a uma visão semelhante à de Melucci.

Portanto, para a autora, estão contidos na identidade dois movimentos no processo de identificação, isto é, identidade significa permanência e multiplicidade. Estes dois significados devem ser incorporados para a compreensão do homem como ser capaz de atuar, de refletir e de se emocionar, transformando a si mesmo e o contexto no qual se insere. Kátia Maheirie (2002, p. 35), complementando o pensamento de Sawaia, resgata o sujeito “como produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética entre objetividade e subjetividade no contexto social”. Baseada em Jean Paul Sartre, para ela, o sujeito se concretiza dialeticamente a partir das determinações do contexto passado e em função do ainda-não-realizado, o futuro. Nesta perspectiva, identidade, segundo a autora, tanto singular como coletiva, passa a ser compreendida em sua dimensão temporal relacionada ao passado, ao presente e ao futuro. Assim, o sujeito ou a identidade perpassam por uma construção permeada por oposições, conflitos e negociações, sendo permanentemente tecida por estes sujeitos, em um processo aberto, nunca acabado.

Maheirie concorda com os dois movimentos expostos por Sawaia como “permanência e metamorfose”, apontando a “dimensão subjetiva do sujeito, que é capaz de construir, desconstruir e reconstruir a identidade constantemente, em que participam as percepções, emoções e as reflexões, quer críticas ou não em que o sujeito se autodefine” (Maheirie, 2002, p. 42). Neste sentido, ela alerta para a visão de um sujeito autor de sua própria história, mesmo que a construa de maneira pouco crítica.

A partir dos pressupostos que servem de base para o referencial teórico da Psicologia Social crítica, na relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, entendida historicamente, a identidade é considerada como um processo de constante metamorfose visualizando “o ser humano como um ser ativo e em constante processo de transformação” (Pacheco & Ciampa, 2006, p. 164). Desta forma, “indivíduo e sociedade se constituem reciprocamente, através de um processo dialético, um processo não linear em que os fenômenos são considerados e analisados em seus movimentos recíprocos e contínuos de interação”, conforme apresentam Katia Pacheco e Antônio Ciampa.

Nesta perspectiva a identidade é compreendida como um processo de metamorfose “permanente, cuja dimensão temporal envolve diferentes momentos”, sendo resultado da interação das diversas personagens vividas pelo indivíduo. Ciampa (1998) explica que essa metamorfose pode ocorrer como processo de superação e emancipatório, quando o sujeito ultrapassa “valores estigmatizantes e preconceituosos impostos pela sociedade e/ou apropriados pelo indivíduo, possibilitando assim um agir mais livre e criativo para realização de suas metas e desejos”.

Assim buscam-se mais alguns elementos para aprofundar e complementar com mais intensidade o “conceito de identidade” a partir dos estudos de Melucci (2002), questões que mostram as tensões que, segundo o autor, são inerentes a sua definição. Quando se reporta à identidade, pode-se estar falando de um indivíduo ou de um grupo, que contém três características principais: a permanência no tempo, isto é, a continuidade do sujeito, que vai além das variações do tempo e sua adaptação no ambiente; a delimitação da unidade, que estabelece os limites de um sujeito, garantindo distingui-lo do outro e, por último, a relação dos dois elementos anteriores como semelhantes, ou seja, capacidade de reconhecimento - reconhecer-se e ser reconhecido - .

Nesta construção da identidade, Melucci se refere sempre a um processo relacional e social, que é mantido dialeticamente em suas dimensões biológicas e culturais, dando ao indivíduo uma capacidade plástica, ao longo de sua maturação, em modelar-se diante de novas circunstâncias e no desenvolvimento de novas funções. Este enfoque que elucidada a dimensão relacional e social está associado sempre à alteridade, assim emerge a ideia de reciprocidade, indivíduo e sistema se constituem nesta relação, sendo que o sujeito só se torna consciente de si na relação de delimitação a respeito de um ambiente externo.

Nesta identificação, nos diferenciamos dos outros ao falar e agir, mas ao mesmo tempo ficamos nós mesmos, porém esta identificação só é possível ser for fundada no reconhecimento intersubjetivo, pois ninguém pode construir sua identidade independente das identificações que os outros lhe enviam. Cada um deve supor que a sua distinção dos outros seja cada vez reconhecida destes e que tenha reciprocidade no reconhecimento intersubjetivo. (Eu sou para ti o tu que és para mim (Melucci, 2002, p. 16).

Nesta perspectiva, como processo de aprendizagem, integra o passado, presente e futuro encontrando novas identidades num movimento de articulação da unidade e da continuidade de uma biografia individual. Melucci menciona também o paradoxo que contém a identidade no sentido de perceber-se semelhante ao outro – reconhecer-se e ser reconhecido – e ao mesmo tempo afirmar sua diferença. Isto equivale a dizer que a diferença, para ser firmada, também pressupõe uma certa semelhança e uma certa reciprocidade. Desta maneira, o autor sintetiza que a identidade tem uma conotação estática, naquilo que diz respeito à consistência, à manutenção dos limites, reconhecimento e reciprocidade, mas também uma conotação dinâmica quando diz respeito ao processo de individualização e de crescimento da autonomia.

Esta questão remete a identidade social fruto da articulação do processo relacional e biográfico em que Dubar (2005, p.156) explica muito bem. O processo biográfico constrói-se “no tempo, pelos indivíduos, de identidades sociais e profissionais a partir das categorias oferecidas pelas instituições sucessivas (família, escola, mercado de trabalho, empresa etc.)”. Já o processo relacional diz respeito ao reconhecimento, em um período e espaço determinado em que as identidades estão relacionadas aos saberes, competências e imagens de si indicados e expressos pelos indivíduos nos sistemas de ação.

Essa concepção fica mais perceptível quando refletimos sobre as trajetórias juvenis numa perspectiva multidimensional, que examina o entrecruzamento dos percursos desenvolvidos pelos jovens (educacional, laboral, familiar) para produzir um entendimento mais integrado das dificuldades vividas por eles. Segundo Helana Abramo, Gustavi Venturini e Maria Corrochano (2021, p. 526) as investigações que trazem o debate em torno da construção das políticas públicas dirigidas ao público juvenil colaboram “para fortalecer a importância de considerar as situações de atividade (estudar, trabalhar ou procurar emprego, ou a busca de trabalho),” nomeando as inflexões nas trajetórias ao longo do período representado pela etapa juvenil. Esses estudos mostram uma dinâmica “intermitente e reversível” notada nas diferentes combinações de percursos em situações cambiantes das dimensões que compõem a vida dos jovens: a escola, o trabalho e a vida familiar, conforme os autores, afetadas pela conjuntura econômica e política em que se desenvolvem.

## ACÇÕES COLETIVAS E MULTIPLICIDADE NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS

A identidade, de acordo com Melucci (2002, p. 17), deve ser vivenciada mais como ação do que propriamente como uma situação, estando baseada num sistema de relações e representações tecidas

tanto como internalização da cultura quanto como uma ou mais ou menos autônoma autodefinição do sujeito, sendo sempre fluxo de reflexividade produzida nos processos interativos. Neste sentido, sugere uma mudança no conceito, “a mesma palavra identidade” é inadequada para expressar esta mudança, e será necessário falar de “identização” para exprimir o caráter processual, autorreflexivo e construído na definição de nós mesmos”.

A identidade, sendo fluxo de interação, produz também tensão (competição e conflito) entre o autorreconhecimento e o hétero- reconhecimento, assim revela a importância do pertencimento grupal, bem como das relações solidárias, reforçando, deste modo, a garantia da identidade individual. Conforme o autor “não nos sentimos ligados aos outros apenas pelo fato de existirem interesses comuns, mas sim porque esta é a condição para reconhecer o sentido daquilo que fazemos, ...podemos nos firmar como sujeitos das nossas ações” (p. 20), isto significa, de certo modo, conseguir vivenciar ou superar os conflitos que se introduzem nas relações sociais.

É na polarização entre o autorreconhecimento, que culmina na continuidade e na permanência do nosso existir – a identificação perante o reconhecimento do outro – e, na diversidade – como nos distinguimos dos outros, afirmando nossa diferença, que está imersa a identidade. Numa sociedade que demanda um esforço incrível para entender a complexidade que se apresenta diariamente perante nossos olhos, nos encontramos envolvidos em uma pluralidade de pertencimentos que brota da multiplicação das posições sociais, das redes associativas, dos grupos de referências. Nossas entradas e saídas dos sistemas e relações ocorrem com muito mais frequência que no passado. Assim parece mesmo que vivemos e somos como diz Melucci (2002, p, 21) “animais migrante nos labirintos das metrópoles, viajantes do planeta, nômades do presente. Participamos da realidade e no imaginário de uma infinidade de mundos”.

Neste caso, estabelecer fronteiras para nós mesmos, e no caso dos jovens, num mundo de incertezas, as escolhas são redefinidas constantemente, mas sem deixar de levar em consideração algo já construído anteriormente, mudando a forma, permanecendo o mesmo. Nesta perspectiva, a identidade juvenil passa a ser compreendida como um processo de contínua transformação, tanto individual como coletiva, que perpassa pela teia de suas múltiplas experiências e não mais determinada por sua idade biológica. Quando nos referimos aos jovens hoje, as análises não podem deixar de levar em consideração a heterogeneidade das sociedades complexas. Por isto mesmo, por estarem inseridos nestas sociedades, o conceito de “jovem” se apresenta com ambiguidade e imprecisão. Este autor diz que só as pesquisas mais pontuais podem trazer visibilidades e informações relativas à condição da juventude.

No âmbito da vida social, as experiências se apresentam na multiplicidade que caracteriza as formas de relacionamento, linguagens e regras específicas. Ao mesmo tempo que são postos limites, abrem-se possibilidades no que tange à ação individual, já que a experiência se mostra menos como um dado e mais como uma realidade construída através de significações e relações. É neste sentido que a adolescência aparece como uma “espécie de nômade no tempo, espaço e cultura” (Melucci, 1997, p. 9).

O conceito de identidade, nesta perspectiva, passa a ser significativo para entender como os adolescentes ou jovens constroem suas experiências pertencendo a uma pluralidade de redes e grupos. O autor argumenta que a entrada e a saída dessas diferentes formas de participação ocorrem de forma mais veloz e também acontecem de maneira mais frequente do que antes, sendo que o tempo investido em cada uma delas é reduzido. Esta passagem relata esta ideia:

Os meios de comunicação, o ambiente educacional ou de trabalho, relações interpessoais, lazer e tempo de consumo geram mensagens para os indivíduos que, por sua vez, são chamados a recebê-las e respondê-las com outras mensagens. O passo da mudança, a pluralidade das participações, a abundância de possibilidades e mensagens oferecidas aos adolescentes contribuem todos para debilitar os pontos de referência sobre os quais a identidade era tradicionalmente construída ... A unidade e a continuidade da experiência individual não podem ser encontradas em uma identificação fixa com um

modelo, grupo ou cultura definidos. Deve ser, ao invés disto, baseada na capacidade interior de “mudar a forma” de redefinir-se a si mesmo repetidas vezes no presente, revertendo decisões e escolhas. Isto também significa acalentar o presente como experiência única, que não pode ser reproduzido, e no interior da qual cada um se realiza. (Melucci, 1997, pp. 10-11)

No entanto, a maneira como estas experiências serão vivenciadas vai depender de “fatores cognitivos, emocionais e motivacionais, isto é, como o indivíduo administra o seu estar na terra” (Melucci, 1997, p. 8). O trabalho do autor, portanto, é uma análise do “*self*”, do eu, da própria pessoa, de si mesmo, da reflexão de si mesmo através de sua biografia. Deste modo, os estudos de Melucci aparecem como análise do “*self*” individual, sem deixar de apontar que a falta de recursos e desigualdades dentro e entre as sociedades põe limites mais restritos ou mais frouxos ao exercício da reflexividade e criatividade do indivíduo.

Muitas de suas ideias relativas à “ação individual” são, de certa maneira, propostas para tratar da ação coletiva. Em sua abordagem orientada para os movimentos sociais, tem como objetivo investigar como os atores constroem suas ações. Neste caso, parece que a biografia de cada um se torna cada vez mais imprevisível nos dias de hoje e os projetos de vida parecem depender da própria escolha dos indivíduos. Para o adolescente parece que isto se torna ainda mais agravante, na medida em que a relativa incerteza da idade se conjuga ou se multiplica por outros tipos de incertezas que derivam de uma ampliação ou não de perspectivas.

Norbert Elias (1994), na obra “*Sociedade dos Indivíduos*”, faz uma reflexão sobre a individualização nas sociedades altamente industrializadas ou complexas, diz que escolher por si entre as diversas alternativas é exigência que logo se converte em hábito, necessidade e ideal. Por um lado, isto possibilita um aspecto positivo neste tipo de comportamento, uma vez que os sujeitos sentem orgulho em relação a sua independência, autonomia, liberdade e capacidade de agir e decidir por si próprios. Por outro, também ocorre um maior isolamento mútuo, uma gama de sentimentos associados a uma percepção, uma sensação também de solidão. Estes dois fatores conjugam-se com um padrão básico do processo de individualização nas sociedades complexas. De forma mais explícita, salienta como isto aparece de forma mais concreta:

O elevado nível de individualização abre caminho para formas específicas de realização, mas também de insatisfação, chances específicas de felicidade e contentamento e formas específicas de infelicidade e incômodo ... As oportunidades são muitas em relação à busca de anseios pessoais com base em suas próprias decisões, mas também envolvem riscos ... a exigência é de persistência e visão, mas requer também que o indivíduo deixe de lado chances momentâneas de felicidade que se apresentam em favor de metas a longo prazo que prometam uma satisfação mais duradoura, ou que ele as sobreponha aos impulsos a curto prazo. (Elias, 1994, p. 109)

Chama a atenção para que às vezes esse processo pode ser conciliado e outras não, pois uma maior liberdade de escolha e os riscos maiores andam de mãos dadas. Isto significa que a abundância de oportunidades e metas individuais diferenciadas na nossa sociedade se equipara às abundantes possibilidades de fracasso. Por certo, este caminho trilhado se torna extraordinariamente rico em ramificações, fazendo passar por bifurcações e encruzilhadas em suas decisões, de seguir este ou outro caminho. Muitas das vezes quando se olha para trás, vêm as dúvidas, mas geralmente as pessoas vivem num corre-corre, numa velocidade tão grande que a reflexão se torna ausente e se aceita facilmente o que ficou ou o que foi alcançado até então.

Conforme Melucci (1997, p 10), o adolescente percebe os efeitos dessa ampliação de possibilidades de forma mais direta através de uma expansão dos campos cognitivo e emocional, assim parece que o limite não é tão grande, tudo pode ser almejado, conhecido e tentado. A experiência acaba sendo invadida “pelo apelo simbólico, ela ameaça perder em um presente ilimitado ... que sem muitas raízes, resta pouca esperança para o futuro, produzindo frustração, tédio e vazio”. Para lidar com tantas flutuações e metamorfoses, os adolescentes e os jovens podem sentir que a identidade deve ser enraizada no presente.

Diante de um futuro incerto, muitas vezes sem perspectiva, o presente invade as experiências dos indivíduos gerando ansiedade numa busca frenética por não deixar nada escapar, na realidade, uma aceleração dos tempos e uma fundamentação do presente. Neste sentido, o questionamento sobre limites torna-se um problema fundamental para os jovens de hoje.

Neste processo, a identidade coletiva, para Melucci (2001), em sua obra “*Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*”, se complementa por meio de um sistema que ele chama “de ação multipolar”. Este sistema é constitutivo de orientações diversas, envolve atores múltiplos, bem como implica um sistema de oportunidades e de vínculos que dá forma às suas relações, sem deixar de emergir como um processo que requer investimentos contínuos.

Neste sentido, define “a identidade coletiva” como interativa e compartilhada, ou seja, construída e negociada mediante as relações que ligam os atores, ao mesmo tempo em que proporciona o espaço para o reconhecimento entre eles. Melucci fundamenta este conceito a partir de três orientações que formam um “nós” e que pressupõem interdependência e tensão entre eles:

Aqueles relativas aos fins da ação (isto é, do sentido que a ação tem para o ator); aquelas relativas aos meios (isto é, às possibilidades e aos limites da ação); e, enfim, aquelas relativas às relações com o ambiente (isto é, ao campo no qual a ação se realiza) ... o sistema multipolar da ação de um ator coletivo se organiza por isso em torno de três eixos (fins, meios, ambiente). (Melucci, 2001, p. 46)

Concluimos que essas reflexões, no que se refere ao conceito de identidade, leva a descortinar um desenho para pensar os jovens na atualidade naquilo que configura a construção de sujeitos e de sua subjetividade nas relações sociais que estabelecem com o trabalho, a formação, escola, família, formas associativas ou práticas associativas, bem como em relação aos seus projetos futuros.

Diante do exposto, pode-se pensar que a identidade se manifesta através de um conjunto de relações e significações que as sociedades e os indivíduos constroem como experiência humana. Maria Marques (1997, p. 67), ao discorrer sobre a identidade dos jovens, diz que se quisermos pensá-la na relação com os outros, temos que pensar qual a rede de significados que se insere o jovem e, só a partir daí, perceber o que estão dizendo sobre si mesmos, se aceitam ou não as “identificações que lhes são atribuídas pelos adultos, se estabelecem campos de negociação com outros atores, com os quais se confrontam, se transformam ou manipulam as representações que os outros fazem de si”.

A partir das diversas reflexões trazidas pelos autores neste texto, podemos considerar que as constantes transformações atuais do contexto mundial afetam os extratos familiares, educativos e laborais, instituindo novos desafios aos estudantes jovens para enfrentar situações distintas de mudanças no ambiente laboral e educacional, consideradas por eles como elemento fundamental para o percurso profissional. Os jovens atravessam momentos de conflitos gerados pela sua adaptação e socialização, obrigando-lhes em um primeiro momento a se apegar as suas redes externas e em outro momento a adaptar-se ao ambiente interno (escola, universidade, família etc.) através do seu entrelaçamento de relações sociais e a definição de seu percurso profissional. Isso significa que as trajetórias juvenis se constituem num processo complexo resultado da incidência de fatores pessoais e contextuais que se entrelaçam na constituição identitárias dos jovens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste texto nos apropriamos de algumas perspectivas sobre a identidade ou identidade(s) desenvolvidas por meio da análise sociológica e da psicologia crítica, como um processo que é dinâmico e relacional e considera a interação dos indivíduos nas diversas esferas de ação, vinculado às trajetórias sociais (educacionais e laborais) nas quais os indivíduos constroem a sua identidade (Dubar, 2005; Melucci, 2006), por isso mesmo processual.

Também ao final concluímos que o conceito de identidade perpassa por diversas áreas do conhecimento e de perspectivas analíticas, entretanto, todas associam às dimensões pessoal (individual) e social (coletiva), sintetizando que a identidade não é fixada num determinado tempo ou espaço, mas sim construída histórica e articulada socialmente. A identidade é relacional, pois depende das experiências de si com os outros, por isso negociável e revogável, além de que contribui nas trajetórias dimensionais (família, educação, trabalho, lazer etc.).

As maneiras como os jovens vivem a transição dos processos formativos e de trabalho, além de suas perspectivas futuras, necessitam ser consideradas no panorama atual e na estrutura laboral, em constante mudança, (Tibola, Raitz, & Vanzuita, 2022) como também no processo identitário. Na conjuntura do capitalismo moderno, novas exigências de habilidades e competências foram colocadas em evidência no mundo do trabalho, o que afeta as formas de constituição de identidades juvenis e a transformação destas identidades(s).

Nesta perspectiva Pacheco e Ciampa (2006, p. 166) ressaltam que a transformação da identidade necessita ser compreendida “como desenvolvimento integral do indivíduo em todas suas dimensões”, consistindo na melhoria das dimensões do intelecto, das habilidades motoras, da competência interativa etc. Ao refletirmos sobre a identidade em movimento e a multiplicidade nas trajetórias juvenis percebemos por meio da literatura especializada e analisada que não podemos negar os contextos múltiplos que lançam mão os jovens para tomar as suas decisões e estratégias escolares e laborais. As trajetórias juvenis se apresentam oscilantes, não-lineares, caracterizadas por rupturas, uma série de transformações e rearranjos vividos, assim como a própria constituição das identidades(s). Os jovens vivem situações de experimentação em suas trajetórias pessoais e profissionais num movimento que se apresenta circulante, fluido e incerto.

A pandemia da Covid19 influenciou diretamente a educação e o trabalho para muitos jovens de nosso país que ficaram sem os dois, inclusive sendo chamados de “geração Covid” ou os ‘nem-nem”. Quanto mais tempo esses jovens ficam nessa situação, mais profundas serão as marcas que os acompanharão por toda a vida e afetarão a constituição de suas identidade(s). Nos últimos anos o contexto econômico, social e político do país contribuiu com o aumento da vulnerabilidade dos mais jovens, tornando-se mais frágil. Portanto, limitou as oportunidades de educação e trabalho, ainda mais que o desemprego voltou a crescer no país, especialmente para a juventude brasileira.

## REFERÊNCIAS

- Abramo, Helena, Venturi, Gustavi, & Corrochano, Maria C. (2020). Estudar e trabalhar Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. *Novos estud. Cebrap.*, 39(3), 523-542. <https://www.scielo.br/j/nec/a/HffJZGdxz6Z36cqybFwQ5nH/>
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. Paz e Terra.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra.
- Ciampa, Antonio C. (1998). Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido no mundo moderno. *Interações*; 6(3), 87-101. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-397547>
- Dubar, C. (2005). *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Martins Fontes.
- Elias, N. (1994). *A sociedade dos indivíduos*. Zahar.
- Kuhnen, A. (2002). *Lagoa da Conceição: meio ambiente e modos de vida em transformação*. Cidade Futura.
- Laclau, Ernesto (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista de Ciências Sociais*, 2, 41-47.
- Maheirie, Katia (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, 7(13), 31-44.
- Marques, Maria Ornélia S. (1997). Escola noturna e jovens. Juventude e contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, (nspe. 5-6), 63-75.
- Melucci, Alberto (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, (nspe. 5-6), 3-14.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Vozes.
- Melucci, A. (2006). *O jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global*. Ed. da Unisinos.
- Mische, Ann (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. Juventude e Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, (nspe. 5-6), 134-150.
- Miranda, Sheila F. (2014). Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. *Revista de Psicologia*, 5(2), 124-137. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1481>.
- Pacheco, Katia & Ciampa, Antonio (2006). O processo de metamorfose na identidade da pessoa com amputação. *ACTA FISIATR.*, 13(3), 163-167.

Sawaia, Bader (1999). “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.” In *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Vozes.

Souza Santos, B. (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Cortez.

Tibola, Naiara, Raitz, Tania, & Vanzuita, Alexandre (2022). Impacto do processo formativo na trajetória laboral de jovens mestrandos(as): Necessidades de orientação educativa. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 17(1), 463-483. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14539>

#### **Histórico**

*Submissão: 27/06/2022*

*Revisão: 14/09/2022*

*Aceite: 21/09/2022*

#### **Contribuição dos Autores**

*Concepção: TRR*

*Coleta de dados: FC*

*Análise de dados: TRR; FC; TNBA*

*Elaboração do manuscrito: TRR; FC; TNBA*

*Revisões críticas de conteúdo intelectual*

*importante: TRR; FC*

*Aprovação final do manuscrito: TRR; FC; TNBA*

#### **Financiamento**

*Não houve financiamento*

#### **Consentimento de uso de imagem**

*Não se Aplica*

#### **Aprovação, ética e consentimento**

*Não se Aplica*



Entrevista

## Cuidado e questões de gênero: invisibilidade, paternalismo, autossacrifício e a crise de cuidados. Entrevista com Ilze Zirbel

*Care and gender issues: invisibility, paternalism, self-sacrifice and the care crisis. Interview with Ilze Zirbel*

*Cuidado y cuestiones de genero: invisibilidad, paternalismo, autosacrificio y crisis del cuidado. Entrevista con Ilze Zirbel*

**Carlos Roberto Castro-Silva**  
**Milena Dias Correa**  
**Claudia Camilo**

**Carlos Roberto Castro-Silva**  
*Pós- Doutorado em Ciências Sociais,*  
*University of Western Ontario, Canadá.*  
<https://orcid.org/0000-0002-8880-1042>  
*E-mail: roberto.castro@unifesp.br*

**Milena Dias Correa**  
*Mestre em Ciências da Saúde- Univer-*  
*sidade Federal de São Paulo.*  
<http://orcid.org/0000-0001-6633-6525>  
*E-mail: milena.correa@unifesp.br*

**Claudia Camilo**  
*Mestre em Antropologia, Freie Univer-*  
*sität Berlin: Berlin, DE.*  
<https://orcid.org/0000-0003-2882-2041>  
*E-mail: camiloclaudia34@gmail.com*

### Resumo

*Este texto apresenta uma conversa-entrevista entre um grupo de pesquisa sobre as práticas de profissionais de saúde atuantes na Atenção Básica em Saúde e a Dra em filosofia Ilze Zirbel, pesquisadora do campo das Teorias do Cuidado. A conversa ocorreu durante um encontro do grupo de pesquisa, na cidade de Santos, no dia 29.11.2019 e foi registrada em áudio sendo, em seguida, transcrita e editada na forma de entrevista. Nela são abordadas questões de gênero, classe e raça envolvidas nas atividades e relações de cuidado, o que toca nas temáticas do privilégio e da exploração, do autossacrifício e da coerção, bem como da autonomia e da interdependência de seres humanos. O pano de fundo é o da necessidade de políticas públicas visando o cuidado da população e desenvolvimento do senso de cuidado tanto em homens quanto em mulheres.*

*Palavras-chave: Cuidado; Autonomia; Interdependência; Gênero e interseccionalidade; Atenção Básica em Saúde.*

### Resumen

*Este texto presenta una conversación-entrevista entre un grupo de investigación sobre las prácticas de los profesionales de la salud que trabajan en Atención Primaria y un investigador en el campo de las Teorías de la Atención. Aborda temas de género, clase y raza involucrados en las actividades y relaciones de cuidado, que toca los temas de privilegio y explotación, autossacrificio y coacción, así como autonomía e interdependencia. El trasfondo es la necesidad de políticas públicas orientadas al cuidado de la población y al desarrollo de un sentido de cuidado tanto para hombres como para mujeres.*

**Palabras clave:** *Cuidado; Autonomía; Interdependencia; Género e interseccionalidad; Atención sanitaria básica.*

### **Abstract**

*This text presents a conversation-interview between a research group on the practices of health professionals working in Primary Health Care and a researcher in the field of Care Theories. It addresses issues of gender, class and race involved in care activities and relationships, which touches on the themes of privilege and exploitation, self-sacrifice and coercion, as well as autonomy and interdependence. The background is the need for public policies aimed at the care of the population and the development of a sense of care for both men and women.*

**Keywords:** *Care; autonomy; Interdependence; Gender and intersectionality; Basic Health Care.*

## INTRODUÇÃO

Em mais de 10 anos de trabalho em ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal de São Paulo, relacionados com as práticas da Estratégia Saúde da Família, a questão da produção do cuidado tem-se mostrado um balizador importante da qualidade dos vínculos estabelecidos no território entre os diferentes atores sociais envolvidos. A atenção para os vínculos acontece devido ao privilegiamento de um olhar para a realidade por meio da lente da intersubjetividade/afetividade, ou seja, para aquelas características psicossociais que delineiam os modos de sociabilidade e práticas em saúde. A referência da psicologia sócio-histórica e cultural tem contribuído para a compreensão da subjetividade construída a partir da interação dos sujeitos com seu meio social, além do aprofundamento da discussão de processos de politização das práticas em saúde, principalmente sobre a apreensão das relações de poder no território, e as formas de mobilização comunitária, consequentemente, no enfrentamento da exclusão social, destacando o protagonismo de mulheres na saúde e em movimentos sociais.

Este texto resultou da transcrição de uma conversa-entrevista realizada entre o grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre a Desigualdade Social (LeDS) e a pesquisadora do campo das Teorias do Cuidado. Ela é pós-doutora e Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O grupo em questão desenvolveu uma pesquisa, denominada: “*Ética do cuidado e construção de direitos: acolhimento psicossocial em práticas da saúde da família em situações de exclusão social*”, com financiamento da Fundação de Amparo à Ciência do Estado de São Paulo (FAPESP), com profissionais de saúde, lideranças comunitárias e moradores de quatro diferentes comunidades dos morros e mangues da Vila dos Pescadores procurando identificar como as pessoas desses territórios compreendiam o cuidado. A conversa foi posteriormente transcrita, sendo esse texto um dos seus resultados. Nele são abordadas questões de gênero, classe e raça envolvidas nas atividades de cuidados. A primeira seção introduz essas questões por meio da ideia de privilégio (masculino, de classe, de raça) atrelada ao não-exercício das atividades de cuidado. A segunda sessão aponta para o entrelaçamento entre a desvalorização do cuidado e a sua exploração, nas mais variadas formas, incluindo o problema da migração de cuidadoras, descrito na literatura como ‘fuga de cuidado’. A seção seguinte aborda o tema da imagem que os representantes das comunidades têm do cuidado e o problema do autossacrifício. Na sequência é abordado o cuidado marcado pela religiosidade, como uma missão de vida. A parte final da conversa-entrevista pontua a relação entre autonomia, interdependência, senso de cuidado e políticas públicas.

## QUESTÕES DE GÊNERO E PRIVILÉGIOS

**Equipe de Pesquisa:** *A questão das mulheres como principais agentes de cuidado na sociedade é bastante debatida nos estudos sobre o cuidado. Você poderia nos falar um pouco sobre isso?*

**Entrevistada:** Carol Gilligan (1982), a pesquisadora que publicou o primeiro livro sobre a Ética do Cuidado (década de 1980, nos EUA), e que veio a ser o disparador de toda uma gama de pesquisas sobre o tema, faz um comentário bastante interessante em uma entrevista realizada para celebrar os trinta anos de publicação do livro. Ela comenta que havia passado aquelas três décadas debruçada sobre uma pergunta metodológica que a levava a buscar compreender porque as mulheres adquirem toda essa habilidade de cuidado, mas que, recentemente, modificara a pergunta e passou a indagar porque os meninos a perderam. Ela efetuou uma ‘virada epistemológica’. Há um pressuposto metodológico importante por trás dessa nova questão: a de que todos nós, seres humanos, temos desde muito cedo a percepção da importância das atividades de cuidado e temos, igualmente, uma aptidão para cuidar.

Gilligan é uma psicóloga moral que trabalha com crianças para compreender como elaboram seu raciocínio moral e o usam para decidir o que é certo e errado. Após trinta anos de pesquisa e observação de crianças, ela desenvolveu a crença de que meninos e meninas têm uma inclinação semelhante para o cuidado e que o modelo binário de gênero causa um dano na capacidade moral das crianças ao impedir

que meninos hajam de maneira “cuidadosa” (valorizando conexões e relações afetivas, cuidando de si e das demais pessoas) e as meninas devem fazê-lo, mas são, simultaneamente, silenciadas.<sup>1</sup>

Aqui eu abro um parêntese para poder acrescentar ao trabalho de Gilligan o de outra pesquisadora: Nel Noddings (1984). Noddings fala de *cuidado ético* e *cuidado natural*, defendendo a ideia de que crianças têm noção do que é um bom cuidado através das experiências que já tiveram com vários adultos. Isso não está racionalizado pelas crianças, não está transformado em linguagem ainda. Elas só sabem que certas coisas são melhores que outras e algumas pessoas as respeitam mais do que outras, as ouvem mais, cuidam mais e melhor etc. Elas têm pistas que indicam a quem procurar em meio às circunstâncias em que vivem. Tais pistas indicam, de alguma forma, o que é um bom cuidado e, com base nele, é possível desenvolver um cuidado ético, estendível a outras pessoas.

Voltando agora para Gilligan. No seu trabalho de campo, ela observou que tanto meninos quanto meninas têm a tendência de se ajudarem entre si, enquanto crianças. No entanto, a partir dos 5 anos, os meninos começam a podar a si mesmos para não seguirem cuidando, pois descobrem como funciona o sistema de gênero e que cuidar é papel das meninas.

Nós percebemos (e replicamos) um certo modelo para meninos e meninas. É comum ouvir dos pais: “Ah! É menino. Não quer ajudar a guardar os brinquedos ou tirar a própria louça da mesa!” Nem a menina quer, mas afirmamos que para o menino é ‘natural’ não querer e o autorizamos a não fazê-lo. A menina vai ter de fazer, porque é menina e será super elogiada se o fizer! E ela percebe que se continuar fazendo receberá a aprovação dos adultos, o que é muito importante para alguém que está buscando se inserir em um meio social. Outro exemplo, bastante comum, é o do menino quando empurra ou bate. A grande maioria das pessoas afirma ser uma atitude natural dele “por ser menino”, mas não fazem essa afirmação para as meninas. Pelo contrário, elas são pressionadas a não agir dessa maneira, considerada “feia” para uma menina. Essas práticas vão sinalizando para ambos o que podem ou não fazer e indicam para as meninas que elas devem praticar o autocontrole e investir na docilidade e nas atividades direcionadas ao coletivo. Para os meninos é dito que não precisam fazer nada disso. Eles também não precisam cuidar de si mesmos. As meninas e mulheres farão os alimentos para eles, lavarão suas roupas, arrumarão seus quartos, casas e locais de trabalho. Os meninos serão privilegiados e podem investir em outras coisas. A sociedade também considerará essas outras coisas mais importantes do que as das meninas. Aliás, as atividades e trabalhos de cuidado nem serão identificados como equivalentes aos dos homens. Serão afirmadas como atividades auxiliares (não centrais) e quase invisíveis (nem se fala delas, parecem até automáticas: as meias limpas “brotam” nas gavetas, a refeição aparece pronta na mesa em certos horários e a louça suja estará limpa da próxima vez).

Estou esperando ser publicado um livro de uma outra autora, a canadense Jennifer Nedelsky. Ela está trabalhando em um material já faz uns anos. Trata-se de um exercício imaginativo para implementar regras sociais que colocam o cuidado como um valor central. Estive com ela em um congresso e ouvi a respeito desse livro. Haverá uma regra geral para a sociedade: “Ninguém que pode cuidar de si estará autorizado a comprar no mercado de trabalho alguma atividade de cuidado”. Ou seja: todos teremos de cozinhar, lavar, varrer a própria casa, ir ao mercado, lavar a própria roupa, cuidar da própria saúde. Nos momentos de vulnerabilidade extra, tudo bem, pode-se recorrer a outra pessoa. Do contrário, não.<sup>2</sup> Durante o congresso, a reação de quem ouvia Nedelsky falar sobre isso era de que tratava-se de uma sociedade utópica ou que as pessoas de classe média ou ricas não aceitariam essa regra, de maneira nenhuma. E aqui parece que vejo algumas famílias brasileiras que reclamaram das mudanças de legislação para as

1 Gilligan, 2013, iniciando aos 7:45 minutos do vídeo.

2 Nedelsky foi professora de Direito e Ciência Política na Universidade de Toronto até 2018 quando passou a lecionar na faculdade de Direito de Osgoode, Universidade de York, em Toronto. O congresso citado aqui é o Conference within a Conference: Care Ethics, que teve lugar no encontro anual da Western Political Science Association de 2014. Nessa ocasião, Nedelsky apresentou o *paper Care: Norms, Policies, and Economic Structures*, no dia 15 de abril às 08 horas da manhã, no painel 27.05. A programação do evento pode ser consultada no site: <http://wpsanet.org/meeting/2014program.pdf> e a indicação da apresentação de Nedelsky está na p. 160.

trabalhadoras domésticas. Reclamavam porque não queriam vê-las como trabalhadoras. Queriam os privilégios de viver sem se responsabilizar pela limpeza do próprio ambiente ou pela produção das próprias refeições, mas esse privilégio ficaria mais caro. Além disso, há uma questão de raça e classe envolvida. Essas pessoas acreditavam em algum tipo de “direito” de exploração das trabalhadoras do doméstico e esse direito está atrelado a diferenças raciais e de classe. Para elas, a pessoa com menor poder aquisitivo (pobre) e menor escolaridade (porque é pobre e teve de trabalhar desde muito cedo) deve aceitar qualquer tipo de trabalho e as regras de quem tem mais poder aquisitivo. Em um país com o passado escravocrata como o nosso, as pessoas que se encontram nessa situação de “não poder negociar” são, em geral, negras. Assim, cria-se um imaginário de que a pessoa identificada como preta, ou negra (que nem mesmo é uma cor), é a que não pode exigir nada e deve aceitar os trabalhos que a pessoa branca decidir, pelo preço que ela quiser pagar.

Por mais complicado ou inverossímil que possa parecer, podemos fazer um exercício de imaginação para os efeitos de uma regra como a pensada por Nedelsky. E uma das coisas que podemos imaginar é que esse tipo de sociedade precisará de outras regras também para o mercado de trabalho. Elas afetarão as questões de gênero, raça e classe. Eu não posso trabalhar 8 horas por dia se tiver de chegar em casa e fazer a minha comida, lavar a minha roupa, cuidar das crianças e das pessoas adultas em vulnerabilidade acentuada que moram comigo.<sup>3</sup> Imaginem se essa for a realidade de todos os homens brancos e de todas as classes? O mercado seria certamente afetado. Acredito que as horas da jornada de trabalho semanal seriam reduzidas. E podemos imaginar que as qualidades identificadas pelas primeiras pesquisadoras da Ética do Cuidado como qualidades gerais de quem cuida<sup>4</sup> também acabariam tornando-se qualidades mais generalizadas entre a população e não apenas “coisa de mulher”. Pode ser, então, que tivéssemos uma sociedade na qual as habilidades do cuidado estariam mais desenvolvidas na maioria das pessoas.

## FUGA DE CUIDADO, INVISIBILIDADE DAS ATIVIDADES E QUESTÕES DE CLASSE, RAÇA E IMIGRAÇÃO

**Equipe de Pesquisa:** *Você falou dessa questão da sociedade imaginária e de que aqui no Brasil temos essa forma de viver que leva muitas famílias a contratarem alguém para limpar a própria casa, fazer a comida ou a compram em algum lugar. Parece que alguns países da Europa fazem isso de outra maneira, já que esse tipo de mão de obra não está disponível tão abundantemente ou esse não é o hábito da maioria das famílias, mesmo de classe média. Ou seja, não é algo que tem a ver apenas com os usos do tempo, mas com o tipo de sociedade. Nosso país tem uma prática associada ao seu passado de colonização. No pano de fundo está a ideia de que há pessoas cuja função é servir as outras. Isso desapareceria nessa outra sociedade, dessa autora canadense? Fiquei pensando nisso porque algumas pessoas que tiveram a experiência de viver um tempo fora do país, ao voltarem, mudaram um pouco essa relação dentro de casa. Decidiram dividir mais as coisas e não contratar mais ninguém para trabalhar no doméstico.*

**Equipe de Pesquisa:** *Mas essa é uma realidade de classe média pra cima. Quem é pobre não paga ninguém para fazer faxina. Tem esse lugar que não é geográfico, mas de demarcação de classe econômica mesmo, que é fundamental e importante.*

**Entrevistada:** Vocês têm razão. Há diferenças entre a sociedade de Nedelsky ou de outros países em relação à nossa. Nós temos, na América Latina, pelo menos duas características a serem pensadas que dizem respeito a esse assunto: Uma herança de escravidão e um mercado de trabalho com poucas ‘oportunidades’ para mulheres. Nosso presente está estruturado em cima de um passado no qual um grupo estava acostumado a ser servido pelos demais e tivemos gerações e gerações de novas pessoas

3 Nedelsky já tem publicado artigos falando dessas mudanças, infelizmente, não há nada em português ainda, mas é possível ler a respeito em inglês em: (Burke, 2015; Nedelsky, 2018).

4 (Noddings, 1984; Ruddick, 1989; Tronto, 1993).

socializadas nesse tipo de realidade. Uma realidade repleta de pessoas que acreditam em ‘subordinados humanos’ e que acreditam, de alguma forma, que estes deveriam submeter-se por causa da cor da pele e da condição econômica. Atrelado a isso está a questão do mercado de trabalho. O racismo perpetuou a questão da hierarquia para o campo da educação e do trabalho. E ainda temos que acrescentar as questões de gênero. As mulheres negras estão na ponta mais baixa do sistema hierárquico e muitas delas são chefes de família. Com pouca educação (ou mesmo com muita!) essas mulheres ficam sem emprego. É na brecha do racismo e do sexismo que elas são acomodadas... como empregadas para as atividades de cuidado (cozinheiras, babás, diaristas, domésticas...). Elas vendem suas habilidades, mas não são reconhecidas como especialistas.

Há um ótimo trabalho de pesquisa realizado por sociólogas francesas, e aqui incluo também a Helena Hirata, uma filósofa brasileira, nascida no Japão e que leciona em Paris (vejam o cruzamento que ela tem de culturas). Essas pesquisadoras discutem um fenômeno que estamos chamando de *fuga de cuidado* (Dumitru, 2009), detectado há algum tempo.

Algumas décadas atrás falava-se em ‘fuga de cérebro’. Infelizmente, parece que teremos isso diante de nós mais uma vez, no Brasil, por causa das medidas políticas do atual governo e seu desprezo para com o campo científico e nossos pesquisadores e pesquisadoras. Bom, agora também estamos falando da fuga de cuidado. O esquema é parecido: o Sul global (e essa expressão pode ser pensada para além da questão geográfica, inclusive) exporta para o Norte suas profissionais qualificadas ou dispostas a se qualificar em atividades de cuidado. Em geral, são enfermeiras e faxineiras. Um exemplo forte é o das Filipinas. Há vários artigos apontando para o caso das mulheres filipinas. Há uma quantidade grande de mulheres que estão se especializando e migrando para os Estados Unidos ou a Europa, onde os salários são melhores. Elas enviam parte do salário que recebem para as suas famílias, no país de origem. Parece que uma parte considerável do PIB das Filipinas já está atrelada a esse montante que vem de fora, enviado pelas cuidadoras que partiram. Empresas têm treinado moças em espaços que reproduzem uma casa ocidental. Elas aprendem o quê e como limpar, de acordo com o gosto da classe alta desses países da Europa e dos EUA.

A pergunta das pesquisadoras do cuidado é: qual o efeito disso para o país que perdeu esse contingente de cuidadoras? Um grupo muito grande dessas mulheres parte para conseguir melhorar a vida dos seus filhos, que ficaram no país, em geral com as avós.

A questão fica alarmante quando levamos em conta um dado da ONU afirmando que em 2050<sup>5</sup>, pela primeira vez, o mundo será mais velho do que jovem. E não é o eixo norte que vai envelhecer (a Europa já envelheceu). É o eixo sul! E o sul do mundo tem menos políticas sociais que poderiam garantir algum amparo à sua população idosa, por exemplo.

**Equipe de Pesquisa:** *Mas então estas atividades estão aumentando de status nos países que contratam tantas cuidadoras?*

**Entrevistada:** Na verdade, não. Elas seguem sendo consideradas atividades subalternas ou “coisa de mulher” (o que, muitas vezes, é a mesma coisa), o que implica algo de menor valor social.

A pergunta que Joan Tronto (1993) faz em seu principal livro é muito importante: “Se o cuidado é tão essencial para a existência da humanidade, porque é tão desqualificado ou invisibilizado?” A resposta que ela dá tem a ver com a desvalorização que nós mulheres sofremos nessas sociedades. Há uma relação entre invisibilidade e poder. Nossas atividades precisam ser invisíveis para que a situação de poder e privilégio de determinados homens continue funcionando. Enquanto o cuidado for feminino, eles não precisam exercer nenhuma dessas atividades. Além disso, enquanto houver uma valoração diferenciada para as atividades de homens e mulheres, as atividades de cuidado, enquanto femininas, serão secundárias e de menor valor. As atividades deles seguem com o status de ‘mais importantes’.

Tem mais um detalhe: em meio à fuga de cuidado, as atividades identificadas como tal não são apenas coisa de mulher, mas também são coisa de imigrantes. Os imigrantes são outro grupo conside-

5 Trata-se do relatório *World Population Ageing - 2013* (United Nations, 2013).

rado ‘não importante’ e cujo trabalho tem menor valor, ainda que isso não seja verdadeiro (certos países paralisariam se sua população imigrante fosse retirada deles).

No fenômeno da fuga de cuidado estão presentes as mesmas técnicas de invisibilidade para com o trabalho de mulheres que nós já conhecemos. São *técnicas que desqualificam as atividades de cuidado, assim como as pessoas que as desempenham*. O imigrante e a imigrante sofrem uma política de desqualificação de si e de suas atividades, permitindo que as atividades de cuidado permaneçam desqualificadas. Trata-se, ainda, de pessoas em situação de vulnerabilidade exacerbada, que não dominam, muitas vezes, a língua do país para onde vão, não têm muita escolaridade ou não possuem cidadania naquele país. As práticas atreladas aos documentos podem implicar um efeito muito perverso nas relações de trabalho e de vida das pessoas que migram: deixá-las na clandestinidade permite pagar ainda menos pelos trabalhos que desempenham.

Temos que enfrentar esses modelos de sociedade.

Voltando ao tema do mercado de trabalho: Se distribuíssemos melhor as atividades de cuidado, entre mulheres e homens, nos espaços domésticos e públicos, o valor delas aumentaria? Ou seguiriam como algo secundário? Talvez, mas valeria muito tentar, apostando que poderíamos criar uma sociedade melhor.

## COMO REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES VÊM O CUIDADO. O PROBLEMA DO AUTOSSACRIFÍCIO

**Equipe de Pesquisa:** *Pensando um pouco na área da saúde. A maioria dos trabalhadores são mulheres e há uma certa desvalorização da saúde porque é vista como trabalho de mulher. Ao mesmo tempo, tivemos em Cubatão e aqui em Santos alguns minicursos para agentes comunitários de saúde nos quais apareceram mais homens. Antes eram as agentes comunitárias (no feminino) e agora temos também homens. Houve também uma valorização das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Em Cubatão todos os profissionais são contratados por meio delas, apenas o gerente é concursado. Há uma terceirização da saúde. Em Santos, na Atenção Básica, teve a inserção das OSS, mas teve concurso também. Além dos profissionais, médicos, enfermeiros, também os profissionais do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) (psicólogo, educador físico...) se concursaram. Quem é concursado tem mais estabilidade. Então, tem a questão de gênero e essa outra, a da história da vida desses agente?*

**Entrevistada:** Muito interessante. São maneiras internas de produção de *status* e valores. Gênero e questão de valor e *status* ou mesmo de hierarquia, são coisas que andam sempre juntas.

**Equipe de Pesquisa:** *E há mais. Através dos relatos (da pesquisa de campo) percebemos que há pessoas, em especial mulheres agentes comunitárias de saúde, que servem de referência para a maioria da comunidade e que enfrentam violência doméstica em casa. Há a questão da baixa escolaridade, da educação para a submissão (etc.). Nesse contexto, a profissão de agente comunitário representa um upgrade na vida. Temos relatos de pessoas que se recuperaram de situações muito adversas e hoje são agentes comunitárias. Isso não é relatado, comumente. A gente sabe porque conversa e pergunta. Esse poderia ser um caminho de politização desse cuidado. Demonstrar o valor dele. No entanto, o que mais aparece (como característica das atividades de cuidado) é a filantropia, a caridade, o lado maternal...*

**Equipe de Pesquisa:** *Essa coisa de gostar de “ajudar as pessoas” é associada ao cuidado e não é vista como trabalho, mas como ‘missão’, ‘vocação’.... Dá-se mil adjetivos.*

**Entrevistada:** Aqui entramos em mais um tema-problema. Eu citei, em outro momento<sup>6</sup>, o paternalismo e a opressão como problemas que podem surgir no exercício das atividades de cuidado e aos quais precisamos estar alertas, mas há um terceiro problema, bastante forte e grave, que aparece como pano de fundo dessa fala de vocês: o problema do *autossacrifício*. O cuidado é atrelado às mulheres. E há, no

6 Em uma outra entrevista publicada. (Castro-Silva, C. R., Anhas, D. D. M., Rosa, K. R. M., Dutra, L. H., Zangirolani, L. T. O., & Pezzato, L. M., 2021). Quando falamos de cuidado, do que estamos falando? Entrevista com Ilze Zirbel. *Psicologia & Sociedade*, 33.

imaginário geral, um estereótipo da ‘mulher que se doa’. Espera-se isso de uma mulher. Acredita-se que isso faz parte da “natureza” de uma mulher etc.

Um dos primeiros problemas enfrentados pela primeira pesquisadora da Ética do Cuidado (e que nos persegue até hoje), a psicóloga Carol Gilligan, foi o do alto risco das discussões sobre o cuidado intensificarem certas cobranças sobre as mulheres. Como trabalhar com o tema sem naturalizá-lo? E, ao mesmo tempo, como incluir as mulheres na rede das atividades do cuidado nos dois lugares que podem ocupar: o de agentes e o de receptoras de cuidado? Como não seguir sacrificando as mulheres e como lidar com o autossacrifício produzido por esse imaginário todo? *O discurso do autossacrifício pode ser imolador*, destruidor. Muitas feministas viram esses problemas e criticaram fortemente as defensoras de uma ética do cuidado como um tipo de ética da qual as mulheres eram as grandes representantes.

Se o cuidado não é politizado, corremos o perigo de manter as mulheres nos mesmos lugares. Algo perigoso do ponto de vista da autonomia, da liberdade, da emancipação, do amor próprio etc.

O autossacrifício é, então, um dos problemas persistentes nesse campo. Temos uma herança cristã extremamente forte. Essa herança cristã associa o cuidado com sacrifício e com morte. O modelo é Jesus Cristo, que deu a si mesmo, até a morte. Houve, ainda, a contra-reforma católica que, alguns séculos atrás, tentara impedir a perda de seus fiéis para as religiões protestantes focando nas mulheres. As mulheres protestantes eram muito ativas e o contra-ataque do catolicismo veio na figura da Maria, um modelo de mulher que foi fortemente preenchido pelo discurso do autossacrifício, ao invés de apontarem para a sua agência, coragem e enfrentamento social. Vamos lembrar que a figura bíblica é de uma jovem que encontrava-se grávida, sem ser casada, em um contexto cultural, político e religioso misógino, nada favorável às mulheres.

Mesmo que a mulher cuidadora não seja religiosa, nossa cultura está impregnada por um imaginário de autossacrifício, que é colado no cuidado e colado na mulher.

Gilligan fez uma diferença entre o cuidado maduro e aquele exercido em um estágio intermediário ou inicial. Esses estágios iniciais têm muito de autossacrifício, quando implementados por mulheres. Mas *o cuidado maduro dosa*. Ele não foca apenas nas outras pessoas. *Ele também cuida da pessoa que cuida*.

Há um artigo que discute o problema do autossacrifício para as teorias feministas e a ética do cuidado, que li recentemente (Cawston & Archer, 2018). Nele é apontada a diferença entre os diversos tipos de autossacrifício, desde o imolador (não sei se essa palavra existe em português, mas vem de imolação: uma morte em sacrifício para uma divindade) até o empoderador. No caso do cuidado imolador, a pessoa pode não se matar fisicamente, mas o faz de outras formas: deixando de ser ela mesma, abrindo mão das coisas que julga importantes, abandonando seus sonhos etc.

É comum encontrarmos mães que tiveram filhos com deficiência assumindo não apenas o cuidado desse filho ou filha na infância, mas assumindo a crença de que isso é ‘para a vida toda’. E muitas assumem a postura de auto-imolação. Não sendo raro, inclusive, que produzam um sentimento de ‘culpa’ no filho ou que sintam por ele rancor, raiva... , ainda que velada. Muitas pessoas adultas, com deficiência, que começam a perceber esses sentimentos ‘de fundo’ na pessoa que cuida, não querem carregar essa culpa, que não é delas. É da sociedade.

Voltando às mães, elas introjetam a ideia de que tornaram-se prisioneiras das necessidades de cuidado dos filhos e não podem mais ter uma vida para si.

Esse artigo me surpreendeu por causa da defesa do conceito de autossacrifício. Para os autores, há formas empoderadoras de autossacrifício que vão na contra-mão da mentalidade geral. Visam uma causa maior ou o coletivo. Arun Gandhi, Martin Luther King, a sufragista Emmeline Pankhurst e a anarquista Dorothy Day, são exemplos de ativismo não violento que implicou autossacrifício. No centro do argumento está a luta de pessoas que, em nome da ação política, abriram mão de inúmeras coisas. Estamos falando de pessoas altruístas, maduras e que abrem mão, voluntariamente, conscientemente, de um tipo de vida por outro, por uma razão que julgam muito importante. Gandhi, por exemplo, era de uma classe alta indiana e abriu mão do tipo de vida que poderia levar.

**Equipe de Pesquisa:** Muitas vezes a mãe abre mão pelos filhos. E ela o faz por escolha.



**Equipe de Pesquisa:** *Mas pode ser uma escolha altruísta ou imoladora.*

**Equipe de Pesquisa:** *Sim, mas pode ser altruísta também. A gente tende a achar que esse tipo de escolha implica sempre abrir mão da própria vida. E não é necessariamente assim.*

**Equipe de Pesquisa:** *Eu estava lendo um livro do neto de Gandhi do Arun Gandhi (Gandhi, 2018) que conta um pouco da convivência dele com o avô. Ele vai dando vários exemplos de uma construção de consciência do coletivo, presente em Gandhi. Você percebe que não é uma pessoa voltada para o próprio ego. Ele tem uma visão de mundo que ‘justifica’ esse autossacrifício. Na alimentação, por exemplo. Ele poderia comer melhor, mas para ele não era necessário.*

## AUTONOMIA, INTERDEPENDÊNCIA E COERÇÃO

**Entrevistada:** Você usou uma palavra que é central, em relação a Gandhi, e que diz respeito ao que estávamos falando sobre a mulher que decide ou não assumir as atividades de cuidado: a consciência. Isso me fez pensar no tema da autonomia e de como ele está sendo explorado e discutido fortemente, faz muito tempo, pelas feministas. Está-se tentando elaborar um conceito de autonomia diferente do tradicional e que, por enquanto, estamos chamando de autonomia relacional.

A autonomia é um tema muito importante, mas sua definição pode apresentar aspectos nocivos e o campo dos estudos sobre o cuidado pode nos ajudar a ver isso. Da maneira que costumamos pensar, a autonomia é o contrário da dependência. Entendemos as pessoas autônomas como não sendo dependentes de ninguém. E esse tipo de pessoa não existe!!!

Precisamos rever o conceito de autonomia. Vou dar um exemplo: Quando alguém entra em uma ordem religiosa e se submete às ordens de outra pessoa (seu superior ou superiora). Ele ou ela continua sendo livre, autônomo?

O exemplo aponta para uma situação na qual uma parte da autonomia ou liberdade de alguém é cedida. Claro que há homens e mulheres que entram nessas irmandades muito jovens e poderíamos nos perguntar se houve realmente uma escolha, se houve reflexão suficiente, se a pessoa tinha outras possibilidades de vida plenamente satisfatórias etc. Mas, se a escolha foi madura o suficiente, a pergunta pode ser feita: Ela segue sendo uma pessoa livre e autônoma? Ou sua liberdade foi suspensa?

Voltando para as mulheres. Pensemos em uma determinada sociedade que define até mesmo o que uma mulher pode desejar. O próprio desejo, a construção do desejo, passa pelo que é possível ou ensinado a desejar. Então, quando uma mulher diz: “Eu quero cuidar dos filhos, do meu marido e permanecer em casa”. Ficamos em dúvida. Foi escolha livre ou induzida? Ela tem outras possibilidades? Qual foi o grau de cobrança social que sofreu (ou do companheiro, por quem ela está apaixonada)?

Temos que continuar trabalhando com o conceito de autonomia, mas me parece que temos de aceitar que *há graus variados de autonomia* e precisamos levar em conta todas as questões materiais e sociais que impedem sua implementação. O padre tem um grau de autonomia. Essa mulher que decide ficar em casa também tem um grau de autonomia, ou variados graus. O que temos de perceber e pensar diz respeito às áreas de interdição da autonomia e seus motivos. Se ela está bem com aquilo e tem consciência de que abriu mão de várias coisas, mas feliz com as que está vivendo, então está tudo bem.

A bioética trabalha com a ideia de *consentimento informado*. Há vários problemas com ele, problemas em fazer com que funcione de acordo com o ideal que o sustenta, por exemplo. Mas sua ideia geral pode ser aplicada a esses nossos exemplos (de quem entra em uma ordem religiosa ou de quem assume todas as tarefas no ambiente doméstico, por toda a família). A questão central é a informação. É preciso compreender as diversas implicações daquilo que está sendo proposto, antes de dizer sim ou não. No caso dos dois exemplos que dei, a informação equivale a saber que há outras formas de viver a própria vida, outras possibilidades. Houve uma avaliação consciente delas, antes da escolha? Vezes incontáveis, não há.

**Equipe de Pesquisa:** *É que algumas coisas são tão desconhecidas e a pessoa só teve aquela opção. Então, é até óbvio que opte pela vida que lhe dizem ser a que tem de seguir.*

**Entrevistada:** Sim. Essa é uma das discussões que também é feita, por exemplo, em relação às crianças educadas em comunidades religiosas. O Estado deveria exigir, em nome da liberdade delas, que frequentassem escolas laicas ou poderia permitir que suas famílias as colocassem em escolas que reforçam a maneira de ver o mundo de seus pais? Isso provavelmente implicaria uma vida inteira atrelada a um tipo de pensamento que as impediria de fazer escolhas diferentes dos pais. As questões de gênero são fortíssimas nessas comunidades. É uma situação hiperdelicada. De um lado, temos um pensamento liberal que prega a primazia da liberdade (e não a da escolha das famílias) e, de outro, um modelo que faz uso do discurso liberal, associado ao religioso, para não permitir interferências no espaço familiar. No meio disso nos perguntamos sobre o que queremos oferecer às nossas crianças enquanto sociedade. Queremos que elas tenham reais possibilidades de escolha?

**Equipe de Pesquisa:** *Mas a questão é: existe escola laica?*

**Entrevistada:** Uma pergunta pertinente. Pelo menos, poderíamos estar oferecendo mais possibilidades às crianças e não um modelo único de educação. No fundo, muita coisa depende do tipo de relação familiar que se tem. Se é opressiva, mesmo com religião e escola religiosa, pode ocorrer a rebeldia impulsionada pelo sentimento de injustiça ou de opressão. E se há um relacionamento bacana (ou muitos privilégios envolvidos), ela tenderá a escolher o modelo de vida proposto pela família e pelos amigos da comunidade religiosa, mesmo tendo conhecido outras formas de viver. No fundo, *o problema é a coerção*. E, em certos casos, é a violência ou a opressão imposta para a manutenção de um certo modelo de vida ou visão de mundo. Se não houver violência, nem opressão e ela sente alegria de estar naquela comunidade, se a sexualidade dela não é suprimida ou ela não é obrigada a ter relações sexuais com alguém porque casou com essa pessoa (etc.), então, provavelmente, há uma escolha que se sustenta.

## O CUIDADO RELIGIOSO OU ‘MISSIONÁRIO’

**Equipe de Pesquisa:** *A espiritualidade é uma questão complexa. Algumas pessoas têm mais necessidade de ter uma vida que classificamos como ‘espiritual’. E elas vão se agregar às igrejas, a algum grupo religioso.*

**Entrevistada:** Sem falar que há as questões de cuidado envolvidas nas práticas religiosas e nas comunidades religiosas. Vocês apontaram para isso na pesquisa de campo, chamando de *cuidado missionário*. Para além do tema do autossacrifício, que comentei há pouco, ou da liberdade, temos a complexa rede de relações entre as pessoas em um grupo religioso.

O cuidado missionário, aponta claramente para isso. Há muitos elementos envolvidos nele. É um tipo de cuidado que trabalha com uma lógica e uma finalidade própria.

Conversamos ainda hoje sobre a pessoa, uma mulher, que atuava em sua comunidade fazendo o que lhe era possível para auxiliar as pessoas carentes e no fato dela ter precisado de um auxílio relativo à sua saúde mental.

Ela aponta para um aspecto negativo que resulta do seu esforço em participar de um culto religioso. Às vezes, a pessoa não está preparada para lidar com os efeitos da pregação religiosa e ela mesma cria um universo paralelo para lidar com isso. Nesse universo ela pode flertar com a loucura ao dialogar com outras crenças que estão em sua cabeça. Às vezes ela anuncia que viu Deus ou que ela mesma é um tipo de deus.

Em geral, os discursos teológicos (religiosos) se autossustentam, criam um pensamento que é circular. As respostas a um problema que é da ordem do teológico é resolvido mediante argumentos também teológicos. Na verdade, é muito difícil, teológica e racionalmente, juntar a imagem moderna de Deus, que é a de um “Deus de amor”, compassivo e bondoso, com a imagem antiga, que é a de um “Deus punitivo”, até mesmo vingativo e cruel (que destrói ou manda destruir cidades inteiras, incluindo crianças e animais inocentes, como consta nos registros bíblicos). Há um esforço muito grande para resolver isso. Há respostas já elaboradas, claro, e elas são circulares, uma vez que você responde a um problema gerado pelo sistema com algo dentro do próprio sistema, para mantê-lo intacto.

Há experiências muito positivas e experiências muito negativas no âmbito religioso. Por exemplo: quando a pessoa começa a refletir sobre os problemas que ela tem em sua vida. Ela pode encontrar

soluções aos problemas que levanta, ou não. Uma pessoa religiosa, que se dedica à sua comunidade, se esforça honesta e profundamente, que ora, reza, faz jejum, vai a todos os encontros, procura colocar em prática o que lhe dizem que agrada a Deus ou que ela deveria fazer etc., e tem de enfrentar algo grave, imprevisto, aparentemente injusto, como reagirá? Quais respostas ela tem para lidar com algo assim? Ela está fazendo tudo certo. No entanto, surge um câncer, um atropelamento, a perda do emprego, a vida material não avança ou retrocede muito. São momentos de crise, muito pesados. Ela precisa resolver isso, não só na vida das coisas concretas, mas no plano das suas crenças também.

O meio religioso já possui respostas para isso. Me lembro de três. Duas remetem a solução do problema à própria pessoa e outra, não. Na primeira resposta há a ideia de pecado envolvida. A culpa é da pessoa. Ela fez algo de errado e está ‘pagando’ por isso (o que é uma contradição dentro da teologia cristã que desenvolveu-se no sentido de afirmar que “Cristo pagou todos os pecados” ou que “Deus julgará os maus no dia do juízo final”). Na segunda maneira de responder, Deus quer ensinar algo a ela. Todas as culturas têm esse tipo de experiência de que “adversidades nos ensinam” coisas, de que aprendemos algo muito importante e valioso nos momentos ruins da vida. Nem que seja simplesmente valorizar os bons momentos ou aquilo que temos, assim que a saúde é restabelecida, ou a vida continua após a morte de uma pessoa muito importante para nós. E a teologia incorporou isso também, na forma da expressão “Deus quer te dizer algo” ou ensinar algo com isso. Há frases como “agora você não entende, mas depois entenderá”. Há versículos bíblicos, tanto no antigo como no novo testamento, que dizem isso praticamente dessa maneira (como um versículo da carta de Paulo à comunidade do porto de Corinto, na Grécia) ou com outras palavras.

Nos dois casos acima, temos de procurar a resposta em nós: ou é um pecado ou é um aprendizado. E uma conduta mais apropriada deveria surgir, em consequência (não cometer o mesmo pecado ou nos aperfeiçoar), o que poderia recolocar as coisas nos trilhos.

A terceira resposta tem um caráter apaziguador, ainda que possamos dizer que é um tipo de resposta um tanto vazia, como é a do “porque sim”. É assim, porque é assim. Ponto!

No caso religioso a resposta é dada na base de afirmações como: “Não sabemos o que vai na mente de Deus”, mas devemos ter a certeza de que isso é “para o bem”. Ou: “Deus tem um plano”, é preciso confiar. Para algumas pessoas essa resposta funciona.

Haveria outras alternativas? Quais são as alternativas para coisas tão desconhecidas, aleatórias ou que estão além do nosso alcance? *Há alternativas políticas, para muitas delas, mas esse raciocínio não costuma nos ser oferecido.*

Os gregos lidavam com isso fazendo uso do imaginário da roda da fortuna. As moiras, na mitologia grega, eram três irmãs que fabricavam, teciam e cortavam o fio da vida, tanto das pessoas como dos deuses. Eram elas que determinavam o destino. O tear que usavam para tecer esse fio foi chamado de Roda da Fortuna. As voltas da roda posicionam o fio do indivíduo às vezes no alto, outras vezes em baixo, implicando períodos de boa ou má sorte.

A confiança de que tudo está nas mãos de Deus ajuda a criar uma postura de aceitação das adversidades enfrentadas. A resposta de que não entendemos, mas Deus sabe o que faz, pode servir para toda a vida, mas pode depender das condições da pessoa também. Adversidades demais e que aparentam ser realmente injustas, são difíceis de acomodar nessa resposta.

O autossacrifício das mulheres nas atividades de cuidado também pode ser encaixado aqui. E novamente podemos nos lembrar da quantidade de mulheres que cuidam de pessoas de sua família que apresentam uma deficiência e que dizem que essa é a vontade de Deus para a vida delas. É comum pensarem que será para toda a sua vida esse cuidado delegado por Deus à elas.

Em meio a esse conflito, as pessoas mais profundamente envolvidas, podem desenvolver uma espécie de realidade mental que gira em torno dessa crença. Não aceitar isso significaria um abalo grande demais. Seria o fim da estrutura que explica o funcionamento do mundo e dos comportamentos adequados. Quando isso é retirado, o pânico pode se instalar ou a saúde mental pode ser afetada. Tudo entra em xeque.

Quando a pessoa vive em condições muito precárias, com vulnerabilidades exacerbadas, a resposta do “confia em Deus mesmo sem entender” pode não se sustentar por muito tempo. Em especial, quando a

resposta precisa ser urgente (falta comida na mesa e não é só hoje, será nos próximos dias). Muitas vezes a comunidade entra em cena e socorre a pessoa e ela interpreta aquilo (ou é dito para ela) no sentido de ser Deus agindo e colocando novamente as coisas nos trilhos. Mas pode ser uma luta para toda a vida, quando as condições materiais ditam um sofrimento e uma luta constantes. E ela percebe que não é assim para outras pessoas, muitas nem se identificam mais com a crença religiosa.

Nossa espiritualidade também passa pela materialidade do corpo, pelas condições de vida material.

Me parece que a separação da Teologia das outras disciplinas do meio universitário, efetuada faz séculos, ocasionou o tipo de problema que estamos vivendo agora no Brasil. Não há mais diálogo entre alguns grupos de pessoas que se dedicam ao campo religioso e grupos que se dedicam a pensar o mundo de outras maneiras. A Teologia acabou nas mãos de grupos bastante diversos. Alguns estão melhor preparados para exercer esse tipo de reflexão e outros estão completamente despreparados. Há pastores brotando diariamente no Brasil, basta dominar a leitura da bíblia e poder repetir crenças presentes no consenso geral.

A linha teológica que é elaborada, espelha muito o grupo que a elabora. Dois extremos disso são os pastores que não têm quase preparo nenhum e os pastores e pastoras de elite, que se autodenominam apóstolos ou bispos (e há mulheres que se autodenominam apóstolas e bispas também, o que denota a absorção de certos avanços sociais) e produziram uma teologia como a teologia da prosperidade, voltada para o enriquecimento do seu “time de elite” (seus membros com mais status religioso). Esse grupo tornou central alguns versículos bíblicos e um pensamento do tipo causa-e-efeito que usa o enriquecimento como “prova” de um favoritismo divino. Ela ajuda a apaziguar a consciência de quem tem muito dinheiro em meio a um país com diferenças de classe agudas, com muita miséria. E ajuda pastores e pastoras a seguir enriquecendo enquanto conseguem convencer seus fiéis (que também querem acreditar naquilo) de que isso é “sinal de deus” e não uma técnica associada a um tipo de discurso teológico.

Infelizmente, temos exemplos de verdadeiras perversões na produção das “provas divinas” e na captação de membros. Tenho um exemplo da minha cidade, que envolve o diálogo entre um pastor e um acadêmico. Os dois conversavam sobre o fato do intelectual provavelmente nunca vir a enriquecer e o pastor lhe disse para abrir uma igreja. Para convencê-lo, deu o próprio exemplo. Ele tinha largado tudo para virar pastor, fazia poucos anos, e já estava muitíssimo bem economicamente. E contou um exemplo de como era fácil. No exemplo, um fiel o havia procurado. Estava com muitas dificuldades econômicas, com dívidas, e a família andava muito mal. Para resolver as coisas, ele tinha sido obrigado a por um terreno a venda, mas já fazia meses e nada acontecia. O pastor lhe disse: eu vou orar contigo. Após a oração afirmou que Deus havia falado com ele e lhe dito que era para o fiel baixar o preço do terreno. Ele seria vendido em breve e as dificuldades iriam ser superadas. No meio da conversa ainda comentou que o fiel não se preocupasse em pagar dízimo da venda desse terreno porque era para ele seguir em frente e ficar bem. Uns tempos depois o fiel voltou dizendo que tudo havia acontecido da maneira que Deus havia indicado. O terreno foi vendido, as dívidas foram pagas, a família voltou a funcionar como antes. O membro queria pagar o dízimo, e assim o fez.

O que o membro não sabia foi que o pastor comprou o terreno, provavelmente por meio de outra pessoa. Ele produziu a “prova” divina, comprou um terreno abaixo do preço do mercado, para revender mais tarde e ficar com a diferença. Ele poderia ter dito: se você baixar o valor do terreno eu o compro de você, para ajudá-lo. Mas ele preferiu agir de outra maneira para produzir um efeito religioso que poderia funcionar como marketing para a sua pessoa como representante divino: deus falou por meio dele e resolveu o problema do seu fiel. Eu fiquei muito chocada com a postura desse pastor e com a tranquilidade dele em ridicularizar o intelectual que “jamais iria enriquecer”, enquanto que ele tinha enriquecido em poucos anos após ter “virado pastor”.

Não me entendam mal. Uma comunidade religiosa pode ser algo maravilhoso. Ela pode dar apoio, conforto, vida social, amizades sólidas, boas parcerias, esperança etc. Quando realmente funciona. Ela pode ser muito importante em meio a um mundo moderno com características de um individualismo competitivo, cidades superlotadas, horas de trabalho extenuantes etc.

Mesmo que muitas pessoas no mundo moderno tenham chegado à conclusão de que as respostas religiosas não são suficientes para uma série de questões e tornaram-se atéias. Há milhares de pessoas que não se identificam mais com nenhuma religião e, ainda assim, estão bem. Mas há milhares de outras que seguem precisando ou querendo viver experiências religiosas em meio a grupos religiosos, por variados motivos. E nós ainda não conseguimos produzir tantas alternativas coletivas, de cunho comunitário, em meio ao mundo moderno, o que torna os espaços religiosos extremamente importantes. Neles pode haver diálogos, discussões, amadurecimento intelectual e emocional, se tivermos neles líderes religiosos e religiosas bem treinados e adeptos de uma ética adequada. Temos tentado criar espaços alternativos como clubes (de futebol, de leitura, de dança...) que proporcionam conversas, vínculos afetivos..., mas não na mesma intensidade e com o mesmo grau de alcance que alguns grupos religiosos.

Se pensamos em uma comunidade carente, que precisa muito do apoio de pessoas de fora do núcleo familiar, não há como o modelo individualista moderno implementar-se por completo.

## SENSO DE CUIDADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**Entrevistada:** As pessoas necessitam das redes, necessitam do posto de saúde, da comunidade religiosa, de quem puder dar a mão. Não é possível viver só, de maneira nenhuma, nem materialmente, nem psicologicamente. O modelo individualista nos afeta e nos causa sofrimento constantemente. Se não me tornei o ‘chefe de família’ que garante o sustento ou ‘a mulher que fica em casa cuidando dos filhos’, preciso de uma coletividade para me acudir de tempos em tempos.

**Equipe de Pesquisa:** *A comunidade religiosa, ao acolher as pessoas dentro ou fora dela que estão passando por necessidades, exerce o cuidado.*

**Entrevistada:** Exato. E nos momentos de carência, estar em uma rede comunitária pode significar seguir vivendo ou mitigar as imensas dificuldades produzidas por uma sociedade que não enfrenta política e economicamente as desigualdades que produziu.

**Equipe de Pesquisa:** *Estou pensando agora em como essas redes de apoio estão se perdendo. Lembro que na minha escola pública havia uma papelaria que era uma cooperativa dos pais. Os livros eram encapados e doados para a turma seguinte. A gente recebia os livros dos colegas das turmas anteriores e passávamos a primeira semana encapando o material, sabendo que tínhamos de cuidar dele. Assim como recebíamos, iríamos repassar a diante. Hoje, quando passo diante da escola vejo que ela virou uma jaula. Antes, as pessoas iam lá. Havia uma horta comunitária. Agora, ninguém mais vai. Nem é possível entrar.*

**Entrevistada:** Mas há outras redes que seguem funcionando. Penso agora, em especial, em outro exemplo que testemunhei: o das *mulheres que praticam solidariedade* por ocasião do nascimento de uma criança. No exemplo que presenciei, elas separavam as roupas dos seus bebês e passavam para a próxima grávida da rede de contatos. As roupas da criança de seis meses iam para a que estava com três. Elas davam e recebiam das outras que tinham crianças. Formaram uma rede de cuidados materiais, geral, de apoio, com consciência das dificuldades e necessidades de outras mulheres em situação semelhante. E é só um exemplo, muito comum no nosso país. Há outros, que envolvem ficar com as crianças da vizinha, dividir alimentos etc.

Outra coisa interessante tem a ver com o *desapego envolvido das práticas dentro das redes comunitárias*, seja uma comunidade religiosa, seja uma comunidade carente. É comum ouvirmos frases do tipo: “parece que quanto menos tem, mais ajuda”.

Trata-se de um desapego atrelado ao que vou chamar de *senso de cuidado*. Parafraseando a ideia de *senso de justiça*, que aparece na teoria de um filósofo bastante conhecido, John Rawls.

O senso de cuidado advém da consciência que temos das nossas necessidades básicas, das nossas vulnerabilidades, da possibilidade de sofrimento e morte. Todos temos necessidades, vulnerabilidades, podemos sofrer e morrer.

Essas redes de apoio e cuidado operam pautadas no raciocínio de que a vida é um valor superior ao da propriedade privada, mesmo que não digam isso com essas palavras. Elas *insistem na vida e abrem mão dos objetos*.

Interessantemente, essa também pode ser uma questão de gênero. O senso de cuidado está mais presente nas mulheres como resultado da organização social e a delegação das atividades de cuidado para as mulheres, enquanto que os homens foram incentivados a focar em uma carreira, um emprego formal, em competir com os outros etc. Claro que há mulheres que não se encaixaram, não curtiram suas experiências como cuidadoras e seguem outros caminhos. Assim como temos homens muito mais felizes em redes coletivas do que vivendo de maneira individualista, que se identificam com atividades de cuidado e sentem prazer e alegria em exercê-las.

E retomamos aqui a questão do cuidado como um valor político (Zirbel, 2017), que precisa ser implementado por meio de políticas públicas também, para garantir a vida e as necessidades básicas de uma população. Políticas para o cuidado básico, pelo menos.

Uma sociedade com suas necessidades básicas garantidas pode ir para o passo seguinte, aquele que podemos imaginar junto com Jeniffer Nedelsky: da divisão das atividades domésticas em casa e da divisão das atividades de cuidado na sociedade. Essa outra maneira de viver e se organizar exigiria modificações nas relações de trabalho formal, inclusive.

Enquanto isso, muitas práticas de cuidado vão se inserindo em meio às falhas do coletivo, do social e do político. Questões políticas precisam ser associadas ao cuidado. Para isso, temos de pensar o *cuidado institucionalizado*, inclusive. Quais características deveria ter? Se queremos uma quantidade maior de profissionais exercendo um cuidado maduro, dialógico, pautado nos objetivos de emancipação da pessoa que está em situação de vulnerabilidade, ou deficiência etc., como proceder? Temos de pensar nessas coisas enquanto sociedade.

## REFERÊNCIAS

- Gandhi, A. (2018) *A virtude da raiva*. Sextante.
- Burke, L. (2015). Part-time work, part-time care: The radical yet strangely sensible proposal for our future. In *News.com.au*. Seção Finance Work. <https://www.news.com.au/finance/work/at-work/parttime-work-parttime-care-the-radical-yet-strangely-sensible-proposal-for-our-future/news-story/167fbd12215aab5102446c9909514f0>
- Cawston, A. & Archer, A. (2018). Rehabilitating Self-sacrifice: Care Ethics and the Politics of Resistance. *International Journal of Philosophical Studies*, 26(3), 456-477. <https://doi.org/10.1080/09672559.2018.1489648>
- Dumitru, S. (2009). L'éthique du débat sur la fuite des cerveaux. *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 25(1), 119-135. <https://doi.org/10.4000/remi.4886>
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente*. Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à fase adulta. Rosa dos Tempos.
- Gilligan, C. (2013). Reframing the Conversation about Difference: The Contribution of Feminist Care Ethics. In Conferência proferida no *Mellon Sawyer Seminar Series - 2012-2013*, The Graduate Center, CUNY. <https://www.youtube.com/watch?v=sRv4AY82kU0>.
- Nedelsky, J. (2018). *Part Time for All: In Support of Families, Equality and Good Governance "New Norms of Work and Care: Re-Thinking What it Means to be a Responsible Adult*. In Palestra proferida na Universidade de Ottawa no Centro de Health Law, Policy and Ethics. <https://www.youtube.com/watch?v=e9sUJNVsSGM&t=38s>; a palestra foi transcrita e está disponível em: [http://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/bicn/legacy\\_url/66/BIEN2014\\_Nedelsky.pdf?1439837502](http://d3n8a8pro7vhmx.cloudfront.net/bicn/legacy_url/66/BIEN2014_Nedelsky.pdf?1439837502)
- Noddings, N. (1984). *Caring: A Feminine Approach to Ethics and Moral Education*. University of California Press.
- Ruddick, S. (1989). *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace*. Beacon Press.
- Tronto, J. C. (1993). *Moral Boundaries. A Political Argument for an Ethic of Care*. Routledge.
- United Nations. (2013). *World Population Ageing - 2013*. Department of Economic and Social Affairs of the United States, Population Division. <https://www.un.org/en/development/desa/population/publications/ageing/WorldPopulationAgeing2013.asp>
- Zirbel, I. (2017). Teorias políticas, justiça, exploração e cuidado. *Guairacá - Revista de Filosofia*. 33(1), 48-64. <<https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/5061/3466>>

### Histórico

Submissão: 14/10/2020

Revisão: 09/12/2021

Aceite: 15/03/2022

## A dimensão política do pesquisar no cotidiano

*La dimensión política de la investigación en la vida cotidiana*

*The political dimension of research in everyday life*

**Esmael Alves de Oliveira**

Doutor em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/sc.

<http://orcid.org/0000-0002-9235-5938>

E-mail: [esmael\\_oliveira@live.com](mailto:esmael_oliveira@live.com)

---

Moscheta, M. S., Souza L. V., & Rasera, E. F. (Orgs.). (2020). *A dimensão política do pesquisar no cotidiano*. Letra e Voz.

---

Organizado pelos/as pesquisadores/as Murilo Moscheta (UEM), Laura Souza (USP/RP) e Emerson Rasera (UFU), vinculados ao Grupo de Trabalho (GT) Cotidiano e Práticas Sociais, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), o livro *A dimensão política do pesquisar no cotidiano* representa uma importante contribuição, tanto para a psicologia social quanto para outros campos disciplinares preocupados com a dimensão política da produção do conhecimento. Esse é o mote que atravessa toda a obra a partir dos diferentes temas, problemas e perspectivas teórico-metodológicas levados a cabo por seus/suas autores/as ao longo de 16 capítulos que, inspirados nas artes cênicas, estão subdivididos em “cenas” e “atos”.

No prefácio, de autoria de Lupicínio Íñiguez-Rueda (UAB/Barcelona), uma indagação ética e política: “O que é político? Pesquisar é político? Escrever é político?”. Em cena, a constatação de que a psicologia “*mainstream*” segue operando, em sua sede de neutralidade, distanciamento e “tecnologicidade”, tanto a subvalorização da dimensão política do conhecimento quanto a separação entre a pesquisa da psicologia social e o político. Apesar das oposições daqueles/as que não se percebem “afetado[as] pela ideologia e pelas condições sociais e políticas da estrutura social na qual se encontra[m]” (p. 8), nos diz o autor: “A psicologia social é intrinsecamente política” (p. 9).

Na apresentação, de autoria dos/as organizadores/as, há a afirmação de um compromisso com a “dimensão política do pesquisar no cotidiano e as possíveis narrativas de resistência” (p. 12). Se é possível observar no interior da sociedade brasileira uma série de retrocessos sociais, políticos e econômicos (agravados pelo cenário político-pandêmico da Covid-19), importa um olhar e uma prática que estejam atentos e comprometidos com a diferença, com os pontos de fuga, com as resistências cotidianas e com a dimensão política do conhecimento.

Resenha



Em “Além da resignação” (Cena 1), tomando como disparador o documentário *A vida em mim* [*Life overtakes me*, de Kristine Samuelson e John Haptas, 2019], Carla Guanaes-Lorenzi (USP/RP) reflete sobre a dimensão político-social (e, por que não dizer, ética?) que atravessa a “Síndrome da Resignação” (p. 16). A partir de um diálogo transdisciplinar (que passa por teóricos da psicologia, da antropologia e até da literatura), a autora problematiza o que chama de “deterioração da vida pública” (p. 18).

Em “Falha, fratura, queda e perdição: pesquisar com métodos vulneráveis” (Ato 1), Murilo Moscheta (UEM) e Rodrigo Ramires Ferreira (UEM), a partir do trabalho dos/as artistas Rebecca Horn, Bas Jan Ader, Francis Alÿs, Virgínia de Medeiros e Cláudia Andujar, assim como da cosmologia indígena, elaboram uma desconcertante ode à “falha”, ao “fracasso”, à “queda”, à “deriva”, à “fabulação”, à “fratura” e a toda potência que elas possibilitam, a contrapelo de uma sociedade baseada no eterno sucesso, na força e no controle. Em face da constatação de que nossos estilos de vida e mesmo nossos métodos são produtos de uma racionalidade colonial, o desafio é o de se produzir “afetos emergentes e caminhos desprogramáticos” (p. 33).

“Sem abdicar, transgredir e assim reinventar”, de Mary Jane Paris Spink (PUC/SP), versa sobre as ressonâncias subjetivas despertadas pela leitura do capítulo de Moscheta e Ferreira. Em tom de discordância da leitura decolonial dos autores, afirma que a racionalidade colonial, enquanto repertório inscrito ao longo do tempo, pode ser aceita ou rejeitada, mas não destruída. Para a autora, inspirada na trajetória de Picasso, o “processo de copiar e em cima das cópias” (p. 42) tem a possibilidade de nos conduzir a novos patamares. Assim, acidamente ela pergunta: “Reinventar o quê?” (p. 42).

Em “Por que dialogar?” (Cena 2), Laura Vilela e Souza (USP/RP) nos provoca a refletir se “a voz do preconceito não deve, de forma alguma e com objetivo nenhum, ter fórum público” (p. 47). Assim, a partir de seu trabalho de pesquisa junto a escolas, a autora chama a atenção para as múltiplas possibilidades de enriquecimento mútuo que brotam quando se possibilita que “pessoas que pensam diferente” (p. 50) dialoguem. Trata-se de “assumir o risco do diálogo” (p. 50) como potência transformadora.

Luciana Kind (PUC/MG), Rosineide Cordeiro (UFPE) e Isabel Maria Casimiro (UEM/MZB) buscam compreender, desde uma perspectiva comparativa, as trajetórias de uma nova geração de mulheres no movimento feminista no Brasil e em Moçambique no texto “O que aprender umas com as outras? Narrativas intergeracionais das lutas feministas no Brasil e em Moçambique” (Ato 2). Em cena, questões como classe, raça, geração, tempo, redes de apoio e modos de aprendizagem que complexificam a adjetivação “jovens feministas”, apontando, dessa forma, para as nuances e especificidades que cercam esses “novos sujeitos do feminismo” (p. 65).

Em “Feminismos jovens nas redes que nos conectam”, Domitila Shizue Kawakami Gonzaga (USP/RP), mobilizada pelas reflexões presentes no capítulo de Kind, Cordeiro e Casimiro, para além de ressaltar a importância de um trabalho sustentado por uma perspectiva feminista e realizado por mulheres, destaca a importância do trabalho, à medida que conecta a história dessas mulheres com nossas histórias. Isso nos faz questionar as razões para que determinados embates e pautas ainda tenham razão de ser em pleno século XXI, e nos estimula a “pensar os [novos] espaços de atuação de resistência” (p. 71), abrindo nossos olhos para a importância dos ativismos via mundo virtual. Como interpelação fundamental, Gonzaga faz um convite para o não esquecimento das assimetrias e da importância da interdisciplinaridade e interseccionalidade.

Em “Logo ali” (Cena 3), Emerson F. Rasera (UFU), a partir de uma cena ficcional – resultado de um programa de extensão universitária voltado à comunidade travesti e transexual de Uberlândia –, narra uma partida de futebol entre estudantes de psicologia e travestis. O título otimista nos provoca a sonhar com um outro futuro possível, mais afeito às diferenças. Se esse presente “inclusivo” ainda não existe, não há impedimento para que desejemos que chegue logo.

Em “A escrita subversiva de Pedro Lemebel e a freireana pedagogia do subterrâneo” (Ato 3), Eder Rodrigues Proença (SEDU/Sorocaba) e Marcos Antonio dos Santos Reigota (Uniso), entre a obra *Manifesto*, do escritor e ativista chileno Pedro Lemebel (1985), e a proposição de uma “pedagogia do subterrâneo”, enunciam a potência dos corpos e experiências dissidentes. A vida e trajetória de Lemebel,

por meio de uma estética “bicha”/maricona, mestiça, proletária, oprimida, nos oportuniza pensar na possibilidade de questionamento dos saberes e poderes estabelecidos e que são produtores de assimetrias, desigualdades e exclusão – produções estas que também se revelam no espaço e no currículo escolar. Não por acaso afirmam os autores: “Se Lemebel escreve para sobreviver, a pedagogia subterrânea é concebida para pensar a sobrevivência e a vida dos corpos na margem” (p. 102).

Em “Por uma vida não fascista: Lemebel e o devir-mulher”, Juliana Vieira Sampaio (UECE), voltando-se para o texto de Proença e Reigota, reafirma Lemebel como uma “figura que resiste às normas” (p. 109), seja pela via de sua escrita, seja pela via do próprio corpo. Compreendido como potência viva de um devir-minoritário, em Sampaio, Lemebel aparece como antídoto ético-político contra as artimanhas dos fascismos contemporâneos. Afinal, “são essas estratégias contrárias a todas as formas de fascismo que precisamos agenciar em nossas práticas diárias” (p. 112).

“Mulheres e redes” (**Cena 4**), de Luciana Kind (PUC/MG), percorre os “labirintos” da memória e, por meio deles, resgata lembranças e afetos produtores de “redes”. É por entre esses labirintos e redes que, em perspectiva, justapõe passado e presente para (re)afirmar “a potência política das mulheres quando juntas” (p. 117).

Em “Psicologia(s) e o Sistema Único de Saúde no Brasil: pressupostos e trajetórias da psicologia da saúde e da psicologia social da saúde” (**Ato 4**), José de Arimatéia Rodrigues Reis (UFPA) e Pedro Paulo Freire Piani (UFPA) refletem sobre a participação da psicologia no processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de duas dimensões: como campo de produção de pressupostos (com seus conceitos e categorias) e como área profissional (nas diferentes frentes de atuação). Por meio de uma genealogia, os autores apresentam um importante panorama da emergência da psicologia da saúde, suas transformações, tensionamentos e desdobramentos teórico-práticos. Afinal, quais são as implicações éticas, políticas, teóricas, metodológicas e profissionais de se “pensar as práticas psicológicas como práticas de saúde na esfera das políticas públicas?” (p. 132).

Em “Psicologia(s) e os desafios do trabalho na saúde”, Jacqueline I. Machado Brigagão (USP) dialoga com a reflexão apresentada por Reis e Piani à luz de sua experiência como residente em psicologia em fins da década de 1980 no Hospital Juquery, em Franco da Rocha (SP) – local de múltiplas vivências, aprendizados e afetações que lhe permitiram borrar fronteiras disciplinares e ampliar horizontes de atuação. Não por acaso nos diz: “Se eu tivesse de responder qual psicologia eu estava fazendo lá, eu não saberia dizer” (p. 138).

Marcos Reigota (Uniso), em “Leituras canibais na/da/com a Terra Brasilis” (**Cena 5**), como uma máquina desejanse (*à la* Deleuze), numa proposta surrealista, nos interpela a uma interlocução despreziosa. É assim que, por meio da indicação de algumas obras literárias nacionais, lança o convite para possíveis interessados/as em compartilhar com ele suas impressões sobre as mesmas via *e-mail*.

Em “E agora José?” (**Cena 6**), Jefferson Bernardes (UFAL), a partir de sua experiência junto a acadêmicos/as de um curso de psicologia no semiárido de Alagoas, em que constata, por vezes, a predominância de uma prática psicológica desconectada da vida, lança a interpelação-desafio: “A psicologia encontra-se convocada a debater e a participar dos processos de resistência e produção de pessoas e de conhecimentos mais libertários” (p. 144).

Em “A pesquisa com ‘especialistas por experiência’ na literatura psi: desafios da democratização na produção de conhecimento” (**Ato 5**), Emerson F. Raserá, Domitila Shizue Kawakami Gonzaga e Carla Guanaes-Lorenzi, através de uma revisão de literatura, problematizam os limites e as possibilidades da noção de “especialista por experiência” (p. 148) como categoria que emerge na pauta das discussões do campo da saúde mental e cujos pressupostos são autonomia, protagonismo e democratização. Mas, na prática, esses sujeitos teriam efetiva participação nos processos decisórios, de planejamento e desenvolvimento dos projetos/ações? Ou o “especialista por experiência” seria apenas um substituto para o conceito de “participante”, mantendo-se as tradicionais relações de pesquisas sustentadas pela divisão pesquisador-pesquisado? (p. 155)

Em “Desdobrar”, Rosineide Cordeiro, afetada pelas reflexões de Rasesa, Gonzaga e Guanaes-Lorenzi, ressalta o quanto falar em “especialista por experiência” endossa as propostas, iniciativas e ações comprometidas com a participação democrática das pessoas e a transformação político-social que as enreda. Afinal, “romper a posição de refém é desdobramento libertário, afetivo e imaginativo de todo dia” (p. 169).

Murilo S. Moscheta flana rizomaticamente por términos-bosqueios, começos-plantações, continuação-reflorestamento em “Esta flor esta” (**Cena 7**). Nesse movimento micropolítico de um devir minoritário desejante, a memória e os sonhos tornam-se antídotos poderosos contra destruições, queimadas... enfim, mortes.

Em “Práticas restaurativas e construcionistas sociais: alternativas relacionais nos cenários de conflitos sociais” (**Ato 6**), Letícia Trombini Vidotto (USP/RP), Sheila McNamee (UNH/EUA) e Laura Vilela e Souza (USP/RP), a partir do debate sobre a justiça restaurativa (JR) enquanto estratégia para a gestão de conflitos, evidenciam os limites dos modelos e das práticas punitivistas e individualizantes. Não por acaso, indagam as autoras: “O que as pessoas podem fazer juntas para criar melhores interações e entendimentos sobre conflitos?” (p. 187). Nesse enquadre, a JR é apresentada como um novo paradigma ao fomentar a dimensão relacional, contextual, compreensiva e comunicativa na resolução dos conflitos.

Em “Potencializar versões e dialogar na ética” (**Ato 2**), Rodrigo Ramires Ferreira, num movimento de olhar em perspectiva às reflexões de Vidotto, McNamee e Souza, destaca o potencial de transformação das práticas restaurativas. Em diálogo com o arcabouço da teoria ator-rede, Ferreira aponta algumas possibilidades para os desdobramentos de uma prática restaurativa que, de fato, seja dialógica e sensível às diferenças: o rompimento com o âmbito judicial das práticas restaurativas, uma escuta-diálogo desnudada de privilégio e a substituição de uma linguagem de um *zero sum game*, “onde a vitória de um é a derrota do outro”, por uma noção de *non-zero sum game*, ou seja, “onde não importa a derrota ou vitória, mas as histórias e efeitos que essa relação entre “jogadores” produz” (p. 201).

Como possibilitar a circulação de informações/conhecimento para além das comunidades acadêmicas? Essa é a questão central do capítulo “A dimensão dialógica da produção de informação: a Estação de Pesquisa Urbana M’Boi como estudo de caso” (**Ato 7**), de autoria das pesquisadoras Mary Jane Paris Spink, Jacqueline I. Machado Brigagão, Camila Claudiano Quina Pereira (Univás) e Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento (UNIP/SP), que tomam como foco de análise a Estação de Pesquisa Urbana M’Boi (EAESP-FGV/SP). De acordo com as autoras, enquanto uma “plataforma de informações, relações e vínculos organizacionais” (p. 207) voltada para alguns distritos da zona sul do município de São Paulo (Jardim Ângela, Jardim São Luís, Capão Redondo e áreas adjacentes), a Estação, por meio do processo dialógico de cooperação, tem se constituído como um “fórum híbrido” (p. 211) à medida que se apresenta enquanto arena de interação entre atores heterogêneos (leigos e especialistas).

Em “Ressonâncias freireanas e ecologistas”, Marcos Reigota retoma os efeitos que o texto de Spink, Brigagão, Pereira e Nascimento lhe repercutiu a partir de dois movimentos. Primeiro, por meio de um exercício de rememoração dos percalços, dificuldades e resistências que encontrou quando desenvolvia sua tese de doutorado em fins da década de 1980 e que revelavam a “dificuldade de diálogo” (p. 218). Segundo, pela recepção dos trabalhos das autoras no contexto institucional em que Reigota atua e que tem estimulado “outros modos de fazer pesquisa e escrever” (p. 221). A partir disso, nos diz o autor: torna-se “urgente [a] ‘dimensão dialógica’ de e nas nossas atividades sociais, acadêmicas e pedagógicas cotidianas” (p. 223).

“Espaços de diálogo” (**Cena 8**), Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (UFAL), em um movimento arqueológico para a composição de seu memorial, depara-se com suas experiências junto a um coletivo de mulheres de um bairro popular de Maceió. Entre memórias e resgates, a constatação de que o que ali foi experimentado “são histórias que ficarão de fora dele [do memorial]” pela ausência de comprovação para além dos diários de campo (p. 226). Nas entrelinhas de seu discurso, um duplo desafio: a importância dos espaços de diálogo e a necessidade de enfrentamento dos dispositivos (inclusive acadêmicos) de silenciamento.

Com relação aos documentos de domínio público, como surgem? A partir de quais condições? O que produzem? Essas e outras questões são abordadas em “Documentos de domínio público na produção de modos de subjetivação” (**Ato 8**), de autoria de Juliana Vieira Sampaio e Benedito Medrado (UFPE). Ao analisarem vídeos disponibilizados no *YouTube* por uma indústria farmacêutica, compreendidos pelos/as autores/as como “práticas discursivas” (p. 228), nos oportunizam pensar (dentre outras coisas) sobre os mecanismos midiáticos de produção de “verdades” e seus complexos processos de subjetivação.

“Uma foto não é só uma foto” (p. 248), disse um dos interlocutores de um projeto desenvolvido por Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento. É a partir dessa interpelação que ela afirma que “um documento não é só um documento” (afirmação que dá título ao capítulo). Em cena, um convite desprezioso para sairmos “das zonas de conforto”, “perdermos a inocência”, “sairmos do lugar comum” (p. 248) em nosso olhar e trato, tanto em relação às imagens quanto aos documentos. Afinal, “Os documentos são dispositivos que performam discursos, que podem cristalizar e engessar práticas e modos de viver” (p. 252).

Após esse longo percurso de apresentação dos capítulos, considero importante tecer alguns comentários gerais que nos permitam avaliar a importância da obra, tanto para a(s) psicologia(s) quanto para outras áreas disciplinares. Nesse sentido, um primeiro aspecto a ser destacado é a riqueza da perspectiva transdisciplinar que atravessa e sustenta os diferentes capítulos. Embora majoritariamente os/as autores/as sejam do campo da psicologia, é possível perceber o profundo e qualificado diálogo que estabelecem com autores pertencentes a diferentes tradições disciplinares. Assim, não parece ser mero acaso ou formalidade que a categoria diálogo e/ou dialógico seja central ao longo de toda a obra.

Um segundo aspecto diz respeito a uma preocupação tanto dos/as organizadores/as quanto dos/as colaboradores/as em conectar “a escrita com a vida”, como nos inspira Gloria Anzaldúa (2000). Seja ao pensar a partir de seu próprio campo de pesquisa, ao estabelecer conexões com o cenário político da sociedade brasileira atual, ou mesmo ao permitir uma volta no tempo para um resgate das memórias, dos afetos, dos encontros, os/as autores/as falam de uma epistemologia encarnada (Nascimento, 2019).

Como terceiro aspecto, que não pode ser ignorado ou minorado, vale destacar a preocupação (e, mais do que isso, compromisso) dos/as autores/as com a perspectiva interseccional. Se toda prática científica (tenderia a dizer, humana) é política (pressuposto fundamental da obra), ela não atravessa a todos/as da mesma maneira. Nesse sentido, o desafio é que nossas práticas de ensino, pesquisa e extensão não permaneçam cegas ou indiferentes nem aos mecanismos perversos de exclusão, que se voltam especificamente para determinados corpos, nem aos marcadores sociais que os sustentam (gênero, classe, raça/etnia, religião, geração, região...). É a busca pela compreensão dos aspectos que compõem uma relação social (no caso, de pesquisa), conjugada com a evidenciação dos dispositivos que criam relações de assimetria, de poder, de dominação, de subalternidade, que possibilita que um certo “fazer” não se constitua também como uma estratégia tão ou mais perversa do que aquilo que se pretende evitar, desconstruir, ou, no caso específico, criticar. Ao abordar de forma encarnada alguns impasses ético-políticos da prática psicológica contemporânea, os/as autores/as fornecem ferramentas teórico-analíticas importantes para que tiremos nossas próprias conclusões e, mais do que isso, para que criemos nossas próprias estratégias para a constituição/produção de uma prática científica despresunçosa e eticamente engajada.

Dito isso, uma sugestão ao coletivo de autores e autoras, cuja inspiração vem após a leitura da própria obra, é que, em futuros trabalhos, a dialogicidade, que esteve tão presente e foi tão endossada ao longo dos diferentes capítulos, e que se constitui como dimensão ética e política fundamental de toda prática científica, seja efetivamente assumida para além da mera menção em “terceira mão”. Assumir a produção do conhecimento como um ato político e com implicações ético-políticas implica o questionamento e a implosão do dispositivo do/a pesquisador/a como “tradutor” ou “porta-voz” de mundos, de sujeitos e coletividades. É preciso cada vez mais um engajamento epistêmico que contribua para a proliferação de vozes, de espaços de discussão e construção, de descentralização dos lugares de fala, e que produza um constante “falar ‘com os outros’ e não ‘pelos outros’” (Pelúcio & Duque, 2020). Só assim estaremos, de fato, comprometidos e efetivamente engajados com uma prática científica produtora de bons encontros, bons afetos.

## REFERÊNCIAS

Anzaldúa, G. (2020). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 229-236.

Lemebel, Pedro (1985). *Manifesto*. <http://revistamododeusar.blogspot.com/2015/01/pedro-lemebel-1952-2015.html>

Moscheta, M. S., Souza L. V., & Rasera, E. F. (Orgs.). (2020). *A dimensão política do pesquisar no cotidiano*. Letra e Voz.

Nascimento, S. (2019). O Corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, 62(2), 459-484.

Pelúcio, L. & Duque, T. (2020). Cancelando o cuier. *Contemporânea*, 10(1), 125-151.

Samuelson, Kristine & John Haptas, John (2019). *Life overtakes me* [Documentário, 39 min.]. Netflix.

### **Histórico**

*Submissão: 23/10/2020*

*Revisão: 20/08/2021*

*Aceite: 20/02/2022*

## Mensagem da diretoria da ABPP (Gestão 2021-2022)

Chegamos ao fim de mais uma gestão da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP). Os dois anos de gestão (2021-2022), assim como a gestão anterior, foram marcados por dois acontecimentos históricos relevantes para a sociedade brasileira: a pandemia da COVID-19 e a permanência do presidente da República de extrema-direita eleito em 2018.

A COVID-19 atingiu todos os países do planeta. Contudo, apesar do impacto mundial da doença, tornou-se visível que as desigualdades sociais entre os países e internas a cada um produziram condições também desiguais de enfrentamento e de prevenção à doença. Situação visível, por exemplo, na mercadorização das vacinas, privilegiando o acesso a elas a países com melhores condições financeiras; e nos desafios para pessoas em condições de maior precariedade poderem se prevenir em termos de se manter “em casa” em razão, por exemplo, da precariedade das suas relações de trabalho, da dificuldade de acesso a políticas públicas de assistência social ou mesmo da própria ausência de moradia.

O segundo acontecimento histórico, o governo de extrema-direita brasileiro, no que se refere à pandemia da COVID-19, foi um exemplo para o mundo em relação ao negacionismo científico. Apesar de ofertas de empresas para a aquisição de vacinas e de condições financeiras do governo federal para comprá-las, vivenciamos uma pluralidade de falas e ações do presidente da República de deslegitimação das vacinas e de defesa do uso de medicamentos sem comprovação científica para a COVID-19. Outras marcas desse governo foram os cortes e contingenciamentos de verbas para a ciência e tecnologia, a fragilização da CAPES, do CNPq, o sucateamento das universidades públicas e diversos ataques às instituições democráticas, aos direitos humanos e às políticas públicas.

Nesses dois anos de gestão, a ABPP buscou estar junto de outras entidades científicas na produção de diálogos e de ações de enfrentamento ao desmonte da ciência e tecnologia e de desdemocratização do país, devendo-nos destacar nossa participação no Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) e no Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA). Também ampliamos o número de associadas/os da ABPP, condição fundamental para a viabilidade financeira da associação e também para a construção e divulgação da psicologia política no Brasil. Continuamos a publicar o Comunicados ABPP, no qual, além de informações sobre ações realizadas pela ABPP, divulgamos debates construídos junto com grupos de pesquisa e movimentos sociais. Ademais, é fundamental ressaltarmos a realização do XI e do XII Simpósios Brasileiros de Psicologia Política, reunindo estudantes, integrantes de movimentos sociais, docentes, pesquisadores e profissionais interessados pelo campo da psicologia política. O XI SBPP foi promovido junto com a gestão anterior da ABPP, uma vez que não foi possível promovê-lo presencialmente, em 2020, na Universidade Federal de Santa Catarina devido à pandemia da COVID-19. Realizá-lo de maneira online em 2021 foi um desafio, mas também uma oportunidade para tecermos debates sobre o tema “Ofensivas anti-democráticas, colonialidade, experiências de subjetivação política e a crise da democracia no Brasil”. O XII SBPP foi caracterizado pela retomada do evento presencial e por sua realização novamente no sudeste, na Universidade Federal de Minas Gerais, depois de 11 anos de uma política de descentralização do nosso evento (realizados presencialmente nas regiões sul – VII SBPP; centro-oeste – VIII SBPP; nordeste – IX e X SBPP). Esse simpósio teve como tema central “Lutas políticas, processos de subjetivação e alternativas democráticas”. Agradecemos às/aos organizadoras/es desses dois eventos.

Ressaltamos também o apoio da gestão da ABPP à Revista Psicologia Política (RPP), nosso principal veículo de publicação de conhecimento no campo da psicologia política no Brasil. Queremos agradecer o trabalho da Editora Geral, Dra. Katia Maheirie, e de toda comissão editorial da RPP, reconhecendo o desafio de manutenção de um periódico científico de acesso aberto em um contexto de ausência de financiamento público para esses periódicos. Outra dificuldade para a RPP foi a paralisação de publicação dos números das revistas vinculadas ao portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) nesse ano de 2022 em razão de problemas financeiros e institucionais do portal. Situação que tem sido debatida no FENPB com fins ao solucionamento dos problemas. Informamos que os números da RPP publicados em 2022 estão divulgados na aba da RPP no site da ABPP (<https://psicologiapolitica.org.br/revista-psicologia-politica/>).

Por fim, apontamos que a ABPP - considerando que na eleição de 2022 nos encontrávamos em um momento decisivo da história do Brasil, em razão da necessidade de derrotar o projeto de extrema-direita vitorioso em 2018 e de defendermos a reconstrução da democracia no país – posicionou-se favoravelmente à eleição da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República. Estamos cientes da importância da vitória dessa candidatura e, ao mesmo tempo, de que a democracia é um horizonte político sempre a se conquistar, e, portanto, de que a promoção de um projeto político que amplie a esfera pública, proporcionando a expansão da igualdade e da liberdade, que reerga o investimento em ciência e tecnologia, que promova a legitimidade das instituições democráticas dependerá da participação ativa da sociedade civil junto ao governo federal e ao Legislativo. Nesse sentido, será fundamental que a ABPP continue construindo articulações com outras entidades científicas e com diferentes organizações sociais com o objetivo de contribuir com a luta constante pela promoção de um projeto democrático para o Brasil.

Uma nova gestão da ABPP foi eleita no XII SBPP e tomará posse em janeiro de 2023, felizmente em um contexto novamente de esperança devido ao compromisso do governo eleito com a democracia, com a ciência, com o combate às diversas relações de desigualdade. Parabenizamos a nova presidenta eleita da ABPP, Dra. Candida Dantas, e toda a diretoria. Seguiremos juntas e juntos no fortalecimento da ABPP!

*Frederico Alves Costa*